



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 170^a À 172^a SESSÃO DA 2^a SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52^a LEGISLATURA

VOLUME 28 Nº 51
26 NOV. A 30 NOV.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2004

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I
CEP 70165-900 – Brasília – DF – Brasil**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA (2003-2004)

PRESIDENTE	Senador JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador PAULO PAIM (PT- RS)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)
1º SECRETÁRIO	Senador ROMEU TUMA (PFL- SP)
2º SECRETÁRIO	Senador ALBERTO SILVA (PMDB-PI)
3º SECRETÁRIO	Senador HERÁCLITO FORTES (PFL-PI)
4º SECRETÁRIO	Senador SÉRGIO ZAMBIASI (PMDB-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB- MA)
2º Senadora	SERYS SLHESARENKO (PT- MT)
3º Senador	GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSDB- AC)
4º Senador	MARCELO CRIVELLA (PL- RJ)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL □
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA

PFL - Rodolpho Tourinho
PFL - Antonio Carlos Magalhães
PFL - César Borges

RIO DE JANEIRO

PT - Roberto Saturnino
PL - Marcelo Crivella
PMDB - Sérgio Cabral

MARANHÃO

PMDB - João Alberto Souza
PFL - Edison Lobão
PFL - Roseana Sarney

PARÁ

PMDB - Luiz Otávio
PT - Ana Júlia Carepa
PTB - Duciomar Costa

PERNAMBUCO

PFL - José Jorge
PFL - Marco Maciel
PSDB - Sérgio Guerra

SÃO PAULO

PT - Eduardo Suplicy
PT - Aloizio Mercadante
PFL - Romeu Tuma

MINAS GERAIS

PL - Aelton Freitas
PSDB - Eduardo Azeredo
PMDB - Hélio Costa

GOIÁS

PMDB - Maguito Vilela
PFL - Demóstenes Torres
PSDB - Lúcia Vânia

MATO GROSSO

PSDB - Antero Paes de Barros
PFL - Jonas Pinheiro
PT - Serys Slhessarenko

RIO GRANDE DO SUL

PMDB - Pedro Simon
PT - Paulo Paim
PTB - Sérgio Zambiasi

CEARÁ

PSDB - Luis Pontes
PPS - Patrícia Saboya Gomes
PSDB - Tasso Jereissati

PARAÍBA

PMDB - Ney Suassuna
PFL - Efraim Morais
PMDB - José Maranhão

ESPÍRITO SANTO

PPS - João Batista Motta
PMDB - Gerson Camata
PL - Magno Malta

PIAUI

PMDB - Alberto Silva

PFL - Heráclito Fortes

PMDB - Mão Santa

RIO GRANDE DO NORTE

PTB - Fernando Bezerra
PMDB - Garibaldi Alves Filho
PFL - José Agripino

SANTA CATARINA

PFL - Jorge Bornhausen
PT - Ideli Salvatti
PSDB - Leonel Pavan

ALAGOAS

S/Partido - Heloísa Helena
PMDB - Renan Calheiros
PSDB - Teotônio Vilela Filho

SERGIPE

PFL - Maria do Carmo Alves
PDT - Almeida Lima
PSB - Antonio Carlos Valadares

AMAZONAS

PMDB - Gilberto Mestrinho
PSDB - Arthur Virgílio
PDT - Jefferson Peres

PARANÁ

PSDB - Alvaro Dias
PT - Flávio Arns
PDT - Osmar Dias

ACRE

PT - Tião Viana
PSB - Geraldo Mesquita Júnior
PT - Sibá Machado

MATO GROSSO DO SUL

PDT - Juvêncio da Fonseca
PT - Delcídio Amaral
PMDB - Ramez Tebet

DISTRITO FEDERAL

PMDB - Valmir Amaral
PT - Cristovam Buarque
PFL - Paulo Octávio

TOCANTINS

PSDB - Eduardo Siqueira Campos
PFL - João Ribeiro
PMDB - Leomar Quintanilha

AMAPÁ

PMDB - José Sarney
PSB - João Capiberibe
PMDB - Papaléo Paes

RONDÔNIA

PMDB - Mário Calixto
PT - Fátima Cleide
PMDB - Valdir Raupp

RORAIMA

PPS - Mozarildo Cavalcanti
PDT - Augusto Botelho
PMDB - Romero Jucá

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
Comenta a respeito da questão federativa e a importância dos municípios. Senador Mozarildo Cavalcanti.	37	Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 23 de novembro de 2004. Senador Álvaro Dias.....	191
Comenta o discurso do Senador Mão Santa, que trata da questão federativa e da importância dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa.....	38	Faz comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.....	191
Comenta o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti, que trata sobre a questão federativa e a importância dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Álvaro Dias.....	39	Comenta a reportagem “Uma Empresa Chamada Minas”, publicada na revista VEJA, destacando a atuação do governador Aécio Neves. Senador Arthur Virgílio.....	193
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		Tece comentários a artigo da revista Veja que aponta os auspiciosos indicadores econômicos do país no ano de 2004. Senador Tião Viana.....	234
Anuncia a reativação do “Portal Transparência” pela Controladoria-Geral da República. Senador João Capiberibe.....	240	Registra matéria do Jornal do Brasil sobre o Atlas Racial Brasileiro. Senador Paulo Paim.	354
Realiza apelo para a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, sobre transparência no trato com os recursos públicos, em tramitação na Câmara dos Deputados. Senador João Capiberibe.....	240	ATUAÇÃO PARLAMENTAR	
ÁGUA		Realiza críticas às declarações do Senador Aloízio Mercadante. Senador Arthur Virgílio.....	332
Comenta a manifestação do judiciário de suspender a realização de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que discutiria o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	341	AVISO	
ARTIGO DE IMPRENSA		Aviso nº 36, de 2004 (nº 2.238, na origem), de 24 de novembro de 2004, do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório das Atividades, referente ao terceiro trimestre de 2004. O expediente, anexo ao processo do Aviso nº 16, de 2004, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.	205
Comenta o artigo intitulado “Momento especial”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal Folha de S.Paulo, de 25 de novembro de 2004. Senador Sérgio Guerra.....	190	CALAMIDADE PÚBLICA	
Tece considerações acerca do artigo intitulado “Final do ano”, de autoria da jornalista Eliane		Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senador Arthur Virgílio.....	321

	Pág.		Pág.
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senador Antônio Carlos Magalhães.....	326	Comenta o acordo quebrado pela Câmara a respeito da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Álvaro Dias.....	210
DATA COMEMORATIVA			
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senadora Heloísa Helena.....	328	Realiza homenagem pelo transcurso do Dia do Evangélico. Senador Paulo Octávio.....	298
		Registra transcurso de 25 anos da “Novembrada”, ato de protesto contra o regime militar levado a cabo por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	299
		Homenageia o Dia do Evangélico. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	359
DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senador Álvaro Dias.....	329	Defende a atuação da Suframa e da Superintendência da Zona Franca de Manaus. Senador Mozarildo Cavacanti.....	228
DESIGUALDADE SOCIAL			
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senador Aloízio Mercadante.....	330	Comenta a questão da eliminação das desigualdades regionais. Senador Mozarildo Cavacanti.....	228
DÍVIDA PÚBLICA			
Cobranças de ajuda humanitária também aos estados nordestinos, tendo em vista o auxílio prestado pelo governo brasileiro a outros países. Senadora Heloísa Helena.....	340	Registra reunião do Ministro da Fazenda com o Governador de Minas Gerais, para renegociação da dívida do Estado com a União e para discussão a respeito do pleito de ressarcimento do imposto das exportações. Senador Hélio Costa.....	298
EDUCAÇÃO			
CONGRESSO NACIONAL			
Critica o fato de não haver acordo entre a Câmara e o Senado no que tange à apreciação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Álvaro Dias.....	110	Comunica que a equipe “A Turma da Vez”, formada por estudantes de Roraima, irá representar o Brasil na final do Desafio SEBRAE MERCOSUL. Senador Augusto Botelho.....	360
Critica o fato de não haver acordo entre a Câmara e o Senado no que tange à apreciação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mozarildo Cavacanti.....	111	ELOGIO	
Solicita que o acordo feito entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a respeito da PEC Paralela, seja cumprida. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Edison Lobão.....	209	Elogia o Presidente do Senado por seu sentimento de humanidade, solidariedade e apoio no que diz respeito à tragédia ocorrida no Paraguai. Senador Aloízio Mercadante.....	338
ENSINO SUPERIOR			
Solicita que o acordo feito entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a respeito da PEC Paralela, seja cumprida. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Papaléo Paes.....	209	Reivindica a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba. Senador Mão Santa.....	295

Pág.	Pág.
Cobra uma ação do governo no que diz respeito à reforma das Universidades Públicas. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Álvaro Dias.....	296
Comenta que o Governo não investe nas Universidades Públicas. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Papaléo Paes.	297
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Comenta lançamento do projeto “Cantando a Diferença”, em Gravataí - RS. Senador Paulo Paim.....	208
GOVERNO FEDERAL	
Comenta a incapacidade do Governo Lula de gerenciar os recursos públicos em prol da sociedade brasileira. Senador Álvaro Dias.....	106
Comenta que o país está sem rumo e sem comando devido à má administração do Governo. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.....	107
Tece comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal. Senador Arthur Virgílio.....	116
Comenta a postura eleitoreira do governo que resultou num prejuízo para a Petrobrás. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Álvaro Dias.....	118
Faz referência ao discurso do Senador Arthur Virgílio, que traz comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa.....	121
Faz comentários à entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso com críticas ao atual governo. Senador Álvaro Dias.	303
Analisa as declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o governo. Senador Aloízio Mercadante.	306
Faz comentários desfavoráveis ao fato de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sempre criticar a política econômica do atual governo. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senador Tião Viana.....	309
Refuta as críticas feitas pelo líder do governo na Casa, Senador Aloízio Mercadante, aos comentários do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os rumos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Arthur Virgílio.....	311
Questiona a conduta do Governo Federal na edição de Medidas Provisórias. Senador Sérgio Guerra.....	340
Refuta as críticas feitas pelo líder do governo na Casa, Senador Aloízio Mercadante, aos comentários do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os rumos do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Senador Arthur Virgílio.....	344
Critica o atual Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antero Paes de Barros.....	349
HOMENAGEM	
Realiza homenagem à Polícia Militar de Roraima pelo transcurso dos seus 29 anos de criação. Senador Mozarildo Cavalcanti.....	113
Comenta sobre a comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Senador Mão Santa.	224
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Álvaro Dias.....	225
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim.....	226
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Ramez Tebet.	226
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Efraim Moraes.....	227
Homenageia o jurista paranaense, Professor René Dotti, que assume a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal. Senador Álvaro Dias.	237
Faz referência ao discurso do Senador Álvaro Dias, o qual homenageia o jurista paranaense, Professor René Dotti, que assumiu a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa.	239
INFRA-ESTRUTURA	
Comenta sobre a infra-estrutura do Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos.	245
Faz referência ao discurso do Senador Eduardo Siqueira Campos, o qual comenta sobre a infra-estrutura do Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Mão Santa.	248

IV

	Pág.		Pág.
Comenta sobre os defeitos nas obras efetuadas no Aeroporto Internacional de Navegantes. Senador Leonel Pavan.	352	OFÍCIO	
MEDIDA PROVISÓRIA		Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados nº 1.621, de 2004, de 24 de novembro, encaminhando ao Senado Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999 (nº 1.736, de 1999, naquela Casa), que dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.	259
Faz críticas à excessiva edição de Medidas Provisórias. Senador Heráclito Fortes.	339	Ofício nº S/29, de 2004 (nº 147/2004, na origem), de 18 de novembro, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso 10, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria- Geral da República, da versão do registro taquígrafo do julgamento, da certidão de trânsito em julgado, da legislação e do Acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Inquérito nº 1915, que declarou a inconstitucionalidade do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre/RS. (crimes de responsabilidade do Prefeito).	261
MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		PARECER	
Mensagem nº 466, de 2004, que nos termos do art 62 da Constituição, submete à elevada deliberação dos Membros do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.”	45	Parecer nº 1.781, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003 (nº 1.365/99, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. Senador Antônio Carlos Magalhães.	1
Mensagem nº 189, de 2004 (nº 781, na origem), que de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts.18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submete à apreciação dos Membros do Congresso Nacional a escolha do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.....	195	Parecer nº 1.782, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004, (nº 1.207/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais. Senador Aelton Freitas. .	3
Mensagem nº 190, de 2004 (nº 773, de 2004, na origem), de 23 de novembro de 2004, do Presidente da República, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e § 4º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, relatório contendo os novos limites que caberão ao Senado Federal, bem como os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.	261	Parecer nº 1.783, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 762, de 2004. Senador Alberto Silva.	7
MULHER		Parecer nº 1.784, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 845, de 2004. Senador Paulo Paim.	7
Demonstra apoio à campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres”, iniciada em 25 de novembro de 2004. Senadora Fátima Cleide. ..	103	Parecer nº 1.785, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 880, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	8
		Parecer nº 1.786, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.128, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	8
		Parecer nº 1.787, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.132, de	

Pág.	Pág.
2004, em que o Senador Álvaro Dias solicita informações ao Secretário de Comunicação do Governo e Gestão Estratégia sobre gastos do atual Governo com publicidade. Senador Heráclito Fortes.	9
Parecer nº 1.788, de 2004 da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.147, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca de medidas de prevenção e combate à hantavirose no Amazonas, diante de notícia publicada no jornal Correio Braziliense. Senador Heráclito Fortes.....	10
Parecer nº 1.789, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.164, de 2004. Senador Paulo Paim.	10
Parecer nº 1.790, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.165, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações a respeito do desempenho da Petrobrás no primeiro semestre de 2004. Senador Alberto Silva.	11
Parecer nº 1.791, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.174, de 2004, que requer nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Paracaima no Estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	12
Parecer nº 1.792, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.179, de 2004, que objetiva obter do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações “acerca das obras de reforma do Palácio da Alvorada e das adaptações na Granja do Torto”. Senador Sérgio Zambiasi.	12
Parecer nº 1.793, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.180, de 2004. Senador Heráclito Fortes.....	13
Parecer nº 1.794, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.185, de 2004, que requer na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I a, 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados pela Infraero ao aeroporto de Petrolina. Senador Eduardo Siqueira Campos.	13
Parecer nº 1.795, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.186, de 2004. Senador Romeu Tuma.	14
Parecer nº 1.796, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.187, de 2004. Senador Romeu Tuma.	14
Parecer nº 1.797, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.188, de 2004, da autoria do Senador Jonas Pinheiro, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de documento oficial expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à empresa Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás). Senador Eduardo Siqueira Campos.	14
Parecer nº 1.798, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.189, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado de Minas e Energia, sobre a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; CONFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	15
Parecer nº 1.799, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1197, de 2004. Senador Romeu Tuma.	16
Parecer nº 1.800, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.198, de 2004. Senador Romeu Tuma.	16
Parecer nº 1.801, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.208, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Minas e Energia informações a respeito da construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador. Senador Paulo Paim.....	16
Parecer nº 1.802, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.209, de 2004. Senador Romeu Tuma.	17
Parecer nº 1.803, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.212, de 2004, em que o Senador Arthur Virgílio solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre notícia veiculada pela revista Istoé. Senador Alberto Silva.....	17
Parecer nº 1.804, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.219, de 2004, que requer nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações acerca da participação da Caixa Econômica Federal no Projeto “Cidade Detran” no Piauí. Senador Eduardo Siqueira Campos.	18
Parecer nº 1.805, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.224, de 2004. Senador Heráclito Fortes.....	19

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.806, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.234, de 2004, que requer ao Senhor Ministro da Fazenda informações complementares às respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, relativo às liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil. Senador Alberto Silva.....	19	Parecer nº 1.818, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2004, que requer sejam solicitados ao Ministro de Estado e do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações sobre a transferência, ao domínio do Estado de Roraima, de terras pertencentes à União, conforme dispõe a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2011. Senador Alberto Silva.....	28
Parecer nº 1.807, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.239, de 2004. Senador Romeu Tuma.	19	Parecer nº 1.819, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.286, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a aplicabilidade da exigência legal de exame psicológico complementar para os motoristas profissionais. Senador Heráclito Fortes.....	29
Parecer nº 1.808, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.240, de 2004. Senador Paulo Paim.	20	Parecer nº 1.820, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.300, de 2004, que requer nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras. Senador Eduardo Siqueira Campos.....	30
Parecer nº 1.809, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.246, de 2004. Senador Romeu Tuma.	20	Parecer nº 1.821, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.319, de 2004, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo. Senador Heráclito Fortes.....	31
Parecer nº 1.810, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.247, de 2004, para que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à fome informações sobre o controle de frequência escolar no Programa Bolsa Família. Senador Heráclito Fortes.	21	Parecer nº 1.822, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.329, de 2004. Senador Romeu Tuma.	32
Parecer nº 1.811, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.250, de 2004. Senador Romeu Tuma.	22	Parecer nº 1.823, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.334, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	32
Parecer nº 1.812, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.251, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais. Senador Heráclito Fortes.....	22	Parecer nº 1.824, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.338, de 2004. Senador Paulo Paim.	33
Parecer nº 1.813, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.252, de 2004, que solicita informações da Controladoria Geral da União sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais. Senador Heráclito Fortes.....	23	Parecer nº 1.825, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.339, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	33
Parecer nº 1.814, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.253, de 2004. Senador Heráclito Fortes.....	24	Parecer nº 1.826, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.340, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	34
Parecer nº 1.815, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.274, de 2004, ao Ministro de Estado da Fazenda. Senador Alberto Silva.	25	Parecer nº 1.827, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.355, de 2004. Senador Sérgio Zambiasi.	34
Parecer nº 1.816, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.283, de 2004. Senador Romeu Tuma.	27		
Parecer nº 1.817, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.284, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à anistia de dirigentes, representantes sindicais e empregados da Petrobrás. Senador Paulo Paim...	27		

Pág.	Pág.		
<p>Parecer nº 1.828, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.356, de 2004. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Parecer nº 1.829, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.358, de 2004. Senador Romeu Tuma.</p> <p>Parecer nº 1.830, de 2004, da Mesa Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.368, de 2004, relativo à solicitação de informação ao Ministro de Estado da Saúde, acerca da assistência à saúde dos portadores de deficiência auditiva prestada por entidades credenciadas junto ao Sistema Único de Saúde. Senador Paulo Paim.....</p> <p>Parecer nº 1.831, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.373, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde. Senador Alberto Silva.....</p> <p>Parecer nº 1.832, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 187, de 2004 (Mensagem nº 770, de 19-11-2004, na origem), do Senhor Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América,) entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD e a Prefeitura de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana Ambiental da Bacia do Rio Betim. Senador Sérgio Guerra.</p> <p>Parecer nº 1.833, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica os artigos 19 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal”, estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação. Senador Marcelo Crivella...</p> <p>Parecer nº 1.834, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 23, de autoria do Poder Executivo, a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão. Senador Edison Lobão.</p> <p>Parecer nº 1.835, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, para regular o prazo de</p>	<p>35</p> <p>35</p> <p>35</p> <p>36</p> <p>36</p> <p>262</p> <p>268</p> <p>271</p>	<p>admissão temporária de embarcação estrangeira. Senador João Alberto Souza.....</p> <p>Parecer nº 1.836, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Senador Cristovam Buarque.</p> <p>Parecer nº 1.837, de 2004, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Senadora Ideli Salvatti.....</p> <p>Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. Senador Juvêncio da Fonseca.....</p> <p>POLÍTICA AGRÍCOLA</p> <p>Realiza alerta para o período de turbulência do setor de agronegócio, o que enseja uma prioridade especial. Senador Jonas Pinheiro.</p> <p>POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</p> <p>Comenta sobre a importância da realização do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social da Amazônia Legal. Senador João Capiberibe.</p> <p>POLÍTICA CULTURAL</p> <p>Registra a realização, entre os dias primeiro e 4 de dezembro de 2004, da XXV Festa do Guaraná, no município de Maués/AM. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>POLÍTICA DE TRANSPORTES</p> <p>Comenta sobre a precariedade das rodovias brasileiras. Senador Mão Santa.....</p> <p>Comenta sobre o trabalho executado pela vigésima segunda Unidade de Transportes e Infra-</p>	<p>276</p> <p>283</p> <p>287</p> <p>320</p> <p>241</p> <p>240</p> <p>360</p> <p>100</p>

VIII

	Pág.		Pág.
Estrutura Rondônia-Acre na recuperação das estradas daquela região. Senadora Fátima Cleide....	103	Comenta sobre a retomada do crescimento econômico do país, através de dados estatísticos. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senadora Ideli Salvatti.	308
Comenta o fato de a Cide não ser aplicada nas estradas brasileiras, afinal essa foi a finalidade para a qual foi criada. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Edison Lobão.	102	Defende o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que segundo o Senador Tião Viana, somente critica o atual governo, alegando que, se assim o faz, é com o espírito de desejo do crescimento. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senador José Agripino.	310
Trata da necessidade de recuperação de nossas rodovias. Senador Alberto Silva.	113	Questiona o crescimento da economia brasileira. Senador Arthur Virgílio.	311
Comenta a respeito da construção de um novo aeroporto internacional que atenda às necessidades do Estado de Macapá. Senador Papaléo Paes.	211	Traz questionamentos sobre o crescimento da economia brasileira. Senador Arthur Virgílio....	344
Registra a solenidade para a assinatura da ordem de serviço do início da construção do novo aeroporto internacional em Macapá - AP. Senador Papaléo Paes.	211	Elogia o discurso do Senador Arthur Virgílio no que tange à defesa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que criticou a política econômica do governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino.	347
Comenta a respeito do aumento de investimentos federais na malha rodoviária do Estado de Minas Gerais para o ano de 2005. Senador Aelton Freitas.	223		
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		POLÍTICA ENERGÉTICA	
Fala a respeito da parceria firmada entre o governo de Tocantins e a Fundação Luterana do Brasil para a operacionalização do centro de recepção de visitantes do Parque Estadual do Cantão. Senador João Ribeiro.	249	Comenta que o Brasil deve investir tanto em siderurgia como em energia. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador José Jorge.	213
Comenta sobre reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja pauta é a discussão da transposição das águas do Rio São Francisco. Senadora Heloísa Helena.	342	Avaliação da política de energia elétrica do atual governo, destacando o leilão para a venda de energia no dia 7 de dezembro de 2004. Senador José Jorge..	220
Comenta discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães sobre a liminar concedida pelo Ministério Público contra a implantação do projeto do Governo Federal de transposição do Rio São Francisco, por não acatar as decisões do comitê da bacia hidrográfica. Senador Heráclito Fortes.	342	POLÍTICA FISCAL	
Congratula-se com o poder Judiciário, pela concessão, pelo Ministério Público, de liminar contra o Projeto de Lei do Governo Federal de transposição do Rio São Francisco. Senador Almeida Lima.	343	Questiona a veracidade da Cide. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Álvaro Dias.	101
Questiona a decisão do Ministério Público de conceder liminar contra o projeto do Governo Federal de transposição do rio São Francisco. Senador Garibaldi Alves Filho.	343	Realiza defesa da reforma do sistema tributário nacional. Senador Valdir Raupp.	187
Comenta sobre a importância da aprovação do projeto de lei de revigoração do Rio São Francisco antes da implantação do projeto de transposição desse rio. Senador Antonio Carlos Valadares.	343	Demonstra apoio à campanha que alerta a sociedade a respeito da excessiva carga tributária no Brasil. Senador Valdir Raupp.	187
		Faz referência ao discurso do Senador Valdir Raupp o qual defende a reforma do sistema tributário nacional e demonstra apoio à campanha que alerta a sociedade a respeito da excessiva carga tributária no Brasil. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Mão Santa.	189
		Discute o ressarcimento aos Estados de recursos do Fundo de Compensação das Exportações, bem como da questão dos incentivos fiscais. Senadora Ana Júlia Carepa.	357
POLÍTICA ECONÔMICA		POLÍTICA INDUSTRIAL	
Comenta sobre o crescimento econômico do país no último trimestre de 2004. Senador Hélio Costa.	298	Anuncia a implantação, em São Luiz do Maranhão, de usina siderúrgica para a produção de placas de aço. Senador Edison Lobão.	212

	Pág.	IX	Pág.
Protesta contra a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST por ter tentado desmoralizar o jornal A Gazeta, que veiculou relatório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, denunciando que os trabalhadores da empresa estão sendo expostos a produtos tóxicos. Senador João Batista Motta.	350		
Trata a respeito da relevância do estudo denominado "O Sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?" elaborado pela empresa de consultoria MB Associados, contratada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Senador Romero Jucá.	361		
POLÍTICA PARTIDÁRIA			
Comenta histórico da formação do PMDB. Senador Alberto Silva.	113		
Realiza leitura de artigo de autoria da cientista política Lúcia Hipólito, a respeito do PMDB. Senador Alberto Silva.	113		
POLÍTICA SALARIAL			
Comenta sobre o salário mínimo para o ano vindouro. Senador Paulo Paim.	109		
Faz considerações a respeito do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Álvaro Dias.	110		
Faz considerações sobre o salário mínimo. Senador Paulo Paim.	354		
PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
Faz críticas ao discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, proferido no primeiro Encontro de Prefeitos Eleitos do PT. Senador Álvaro Dias.	303		
PREVIDÊNCIA SOCIAL			
Registra Relatório Anual 2003 da Previnorte Fundação de Previdência Complementar. Senador Romero Jucá.	249		
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO			
Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que suscita os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Emprego e Trabalho. Senador Paulo Paim.	205		
PROJETO DE LEI DA CÂMARA			
Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2004 (nº 2.828/2000, na Casa de Origem) que acrescenta		parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros.	255
		Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918, de 2004, na Casa de Origem) que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	257
		Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101, de 2002, na Casa de origem) que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.	258
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO			
		Projeto de Lei de conversão nº 52, de 2004 (Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004) que dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.	42
PROJETO DE LEI DO SENADO			
		Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2004, que acrescenta incisos VII e VIII ao art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre o conteúdo ao cheque. Senador Aloízio Mercadante.	316
REQUERIMENTO			
		Requerimento nº 1.475, de 2004, que nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgências para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003. Senador João Alberto Souza.	39
		Requerimento nº 1.476, de 2004, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro de Justiça as informações acerca do projeto de modernização dos passaportes fornecidos pela República Federativa do Brasil. Senador João Ribeiro.	41
		Requerimento nº 1.477, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Fe-	

	Pág.		Pág.
deral e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país. Senador Efraim Morais.....	206	Caramori Júnior, eleito presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE). A CONAJE, entidade que atualmente congrega cerca de 9.000 jovens em 11 Estados do nosso país, tem o objetivo de formar novas lideranças empresariais, além de difundir valores que fortaleçam o caráter do jovem empresário. Senadora Ideli Salvatti.....	294
Requerimento nº 1.478, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país. Senador Efraim Morais.....	206	Requerimento nº 1.483, de 2004, que requer, nos termos do caput do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao juiz Rodrigo Colaço, eleito, no dia 25 de novembro de 2004, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Atual Coordenador da Justiça Estadual da AMB, Rodrigo Colaço conquistou ampla maioria dos votos dos associados. Foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses por dois mandatos e tornar-se-á o segundo catarinense a presidir a AMB. O primeiro foi o atual ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr Paulo Gallotti. Senadora Ideli Salvatti.....	294
Requerimento nº 1.479, de 2004, (Comissão de Serviços de Infra-Estruturas; Requerimento nº 24, de 2004-CI) que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica do país. Senador Efraim Morais.....	207	Requerimento nº 1.484, de 2004, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor ao escritor e jornalista Moacir Pereira pelo lançamento do livro Novembrada na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	294
Requerimento nº 1.480, de 2004, que nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requer seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, solicitação de informações a respeito de notícias publicadas na imprensa relativas à prorrogação do contrato com a El Paso Energia do Brasil, com vistas ao suprimento da Manaus Energia S. A., controlada pela Eletronorte. Senador José Jorge.....	292	Requerimento nº 1.485, de 2004, que, nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do RISF, requer urgência para a MSF nº 187, de 2004, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América,) entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD e a Prefeitura de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana Ambiental da Bacia do Rio Betim”. Senadora Ana Júlia Carepa.....	312
Requerimento nº 1.481, de 2004, que nos termos do art. 50, § 2º combinado com o art. 70 da Constituição Federal, bem como em consonância com os estritos termos das normas do art. 215, I, a; 216, § 1º e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se que sejam prestadas pelo Exmº Sr Ministro do Trabalho e Emprego informações sobre os convênios celebrados, no período de 1998 até a presente data (30/11/2004), pelo Ministério que comanda a suas autarquias, inclusive no que se refere aos recursos do FAT, com as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/001-57), CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (CNPJ 007.630.060/0001-10). Senador Álvaro Dias.....	293	Requerimento nº 1.486, de 2004, que nos termos do art. 70, combinado com o inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais do art. 215 do RISF, requer-se que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, inspeção nos convênios celebrados entre a União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/0001-57), CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma	

	Pág.		Pág.
Agrária (CNPJ 007.630.060/001-10), no período de 1998 até presente data. Senador Álvaro Dias.....	313	Compostagem”, Categoria Ambiental. Senador Arthur Virgílio.....	315
Requerimento nº 1.487, de 2004, que requer voto de aplauso ao atleta brasileiro Kaká, meia do Milan, escolhido pela ONU para ser Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial. Senador Arthur Virgílio.....	313	Requerimento nº 1.495, de 2004, que requer voto de aplauso a Alfredo Kingo Oyama Homma, do Pará, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”, Categoria Econômica/Tecnológica. Senador Arthur Virgílio.....	315
Requerimento nº 1.488, de 2004, que requer voto de aplauso a Jerusa de Souza Andrade, do Amazonas, contemplada com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Agregação de valor conservação das matérias-prima regionais”, Categoria Econômica Tecnológica. Senador Arthur Virgílio..	313	Requerimento nº 1.496, de 2004, que requer voto de aplauso a Nilson Luiz de Aguiar Carvalho, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Sameul Benchimol, pelo trabalho “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro do Amazonas”, Categoria Econômica/Tecnológica. Senador Arthur Virgílio.....	316
Requerimento nº 1.489, de 2004, que requer voto de aplauso a João Tito Borges, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Água Limpa para Pequenas Comunidades da Amazônia”, Categoria Social. Senador Arthur Virgílio.....	314		
Requerimento nº 1.490, de 2004, que requer voto de aplauso a Geraldo Lira de Souza, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Jovem Marceneiro”, Categoria Social. Senador Arthur Virgílio.....	314	SOLENIDADE	
Requerimento nº 1.491, de 2004, que requer voto de aplauso a Suani Teixeira Coelho, de São Paulo, contemplada com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na Região Norte”, Categoria Social. Senador Arthur Virgílio..	314	Demonstra solidariedade ao Senador Papaléo Paes, preterido em solenidade para construção de aeroporto em Macapá. Senadora Heloísa Helena.	218
Requerimento nº 1.492, de 2004, que requer voto de aplauso a Juan David Revilla Cardenas, do Amazonas, contemplado com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Qualidade de produtores rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinados a insumos de fitoterápicos e fitocosméticos”, Categoria Social. Senador Arthur Virgílio.	314	TRANSCRIÇÃO	
Requerimento nº 1.493, de 2004, que requer voto de aplauso a José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de A. Portela e Jesueté Pacheco Brandão, do Amazonas, contemplados com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Sistemas Agroflorestais e Turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã Mirim: Comunidade Agrícola de Tarumã-Açu”, Categoria Ambiental. Senador Arthur Virgílio.	315	Realiza transcrição de artigo intitulado “Começou a eleição de 2006 (3)”, de autoria do ex-Ministro Marcelo Pimentel, publicado no jornal Correio Brasileiro, edição de 22 do corrente. Senador Arthur Virgílio.....	116
Requerimento nº 1.494, de 2004, que requer voto de Aplauso a Décio Ferreira de Oliveira, do Rio de Janeiro, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Projeto Experimental para		TRÂNSITO	
		Constata o aumento de vítimas fatais em acidente de trânsito. Senador Romero Jucá.	243
		Aplauda o trabalho de educação de trânsito elaborado pela prefeitura de Boa Vista - RR. Senador Romero Jucá.	243
		VOTAÇÃO	
		Comenta necessidade da votação da PEC paralela pela Câmara dos Deputados. Senador Paulo Paim.....	109
		Apela para que haja a votação da “Pec Paralela” pela Câmara dos Deputados. Senador Paulo Paim.....	208
		Apela para que a Medida Provisória de interesse do Centro-Oeste seja votada. Senador Ramez Tebet.....	324
		Esclarece que somente foi à tribuna discutir uma determinada matéria por supor que não haveria votação, ou seja, que a praxe seria mantida,	

	Pág.		Pág.
defendendo que a praxe deve ser mantida. Senador Arthur Virgílio.....	325	da Provisória ficaria para o dia seguinte. Senador José Agripino.....	327
Explicita que a opinião do Senador Ramez Tebet foi certa, por defender seus interesses e apelar para que a Medida Provisória de interesse do Centro-Oeste seja votada, porém defende que a praxe deve ser mantida, logo a votação da Medi-		Louva a suspensão da atual sessão (30/11/2004), visto que não haveria possibilidade de votação por não haver número suficiente. Senador Heráclito Fortes.....	359

Ata da 170ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de novembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidências dos Srs. Paulo Paim, Mão Santa e Alvaro Dias

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.781, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003 (nº 1.365,99, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 56, de 2003, de iniciativa da Presidência da República, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.*

O projeto propõe alterações no art. 293 do Código Penal (CP), que dispõe sobre falsificação de papéis públicos, retirando as expressões “selo postal” e “estampilha” do inciso I e acrescentando outras condutas penais ao tipo, por meio de alteração do § 1º e acréscimo do § 5º.

O projeto foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados, tendo recebido, na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, parecer favorável com aprovação unânime. Incluído na pauta da convocação extraordinária de julho de 2003 (Mensagem nº 288, de 2003), teve, em Plenário, seu art. 20, que criava um novo tipo penal de contrabando ou descaminho envolvendo menor (art. 334-A), suprimido.

Esta Comissão, nos termos do art. 101 II, d, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é regimentalmente competente para apreciar a matéria, que trata de direito penal.

Até o momento não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

O direito penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, conforme os arts. 22, 1 e 48, *caput*, da Constituição Federal (CF), nos limites materiais constitucionais.

Não há vícios de constitucionalidade ou de juridicidade no projeto.

O PLC nº 56, de 2003, propõe alterar o inciso I do art. 293 do CP, para considerar como crime a conduta de falsificar, fabricando-os ou alterando-os, “selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo”, retirando da redação original as expressões “selo postal” e “estampilha”, substituindo a expressão “destinado à arrecadação de imposto ou taxa” por “destinado à arrecadação de tributo” e adicionando a destinação de selo a “controle tributário”.

A lei postal peca pela falta de boa técnica legislativa, pois sequer prevê o mínimo da pena na cominação abstrata. O CP, ao contrário, prevê pena mínima de dois anos. Pela lei postal, o agente criminoso poderia receber pena inferior a um ano, o que lhe beneficiaria pela substituição da prisão por uma singela pena de multa, o que não foi intenção do legislador do CP, o qual, dada a gravidade dessa conduta, que atenta contra a fé pública, impediu essa possibilidade ao estabelecer o intervalo penal entre dois e oito anos de reclusão.

A inclusão da destinação de selo a “controle tributário” é oportuna, dado que o selo de controle do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) não se destina à arrecadação de imposto ou taxa, mas ao controle tributário da produção e da comercialização de produtos de maior interesse arrecadatório (ciganos, bebidas etc.).

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLC nº 56, de 2003.

Sala da Comissão, 24 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 56 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/11/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Eduardo Suplicy</i>	
RELATOR : <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESARENKO	1-EDUARDO SUP LICY <i>Eduardo Suplicy</i>
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE <i>João Capiberibe</i>
MARCELO CRIVELLA	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA <i>Neu Suassuna</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS <i>Renan Calheiros</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	4-JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (RELATOR)	1-PAULO OCTÁVIO <i>Paulo Octávio</i>
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO (PRESIDENTE)	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
PSDB	
ÁLVARO DIAS <i>Álvaro Dias</i>	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/03/2004

PARECER Nº 1.782, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004, (nº 1.207/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

I – Relatório

Chega a esta comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004.

Por meio de mensagem presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal, ato constante da Portaria nº 535, de 9 de outubro de 2003, que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.

A documentação anexada à mensagem presidencial informa que o processo foi examinado pelos órgãos técnicos do Ministério das Comunicações, constatando-se estar devidamente instruído e em conformidade com a legislação pertinente.

O referido projeto, examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável de seu relator, e aprovação daquele órgão colegiado. Já na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

O processo de outorga pelo Poder Executivo para execução de serviço de radiodifusão educativa obedece a exigências distintas daquelas observadas nos casos de concessões ou permissões para exploração de canais comerciais de rádio e televisão.

O Regulamento dos Serviços de Radiodifusão (RSR), aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, dispõe no seu art. 13, §§ 1º e 22, que a outorga para exploração desse tipo de serviço não depende de edital. Tampouco se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que

dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

Além disso, devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, estados e municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.060, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

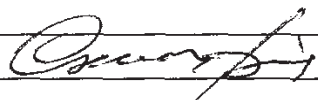
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.060, de 2004, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

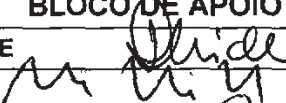
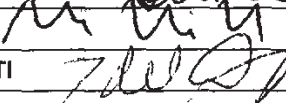
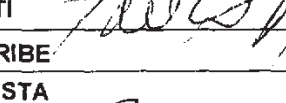

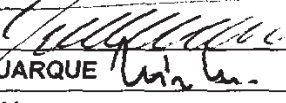
ASSINAM O PARECER AO PDS 1060/04 NA REUNIÃO DE 16/11/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:


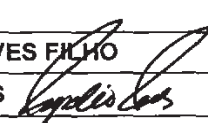
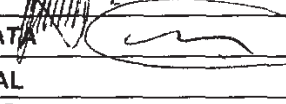


(Senador Osmar Dias)

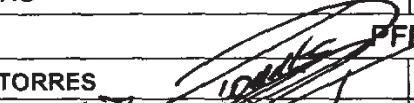

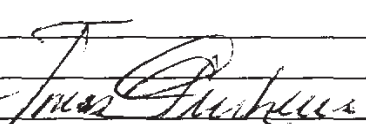
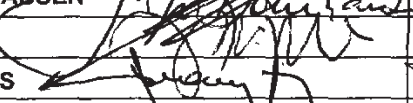
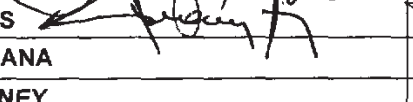
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE 	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS 	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI 	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
RELATOR 	7- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE 	8- (VAGO)
VALMIR AMARAL	

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP 	3- PAPALÉO PAES 
GERSON CAMATA 	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO

PFL

DEMÓSTENES TORRES 	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN 	2- JONAS PINHEIRO 
JOSÉ JORGE 	3- JOSÉ AGRÍPINO
EFRAIM MORAIS 	4- MARCO MACIEL
RENILDO SANTANA	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA 	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 1060 / 04

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELEI SALVATTI	X				DELCÍDIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA					MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					RÔMERO JUCA				
JOSE MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE	X				JOSE AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS	X				MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO				
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VANIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 11 / 2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção II

Das Atribuições Do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO-LEI Nº 236,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (*) de 27 de agosto de 1962

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações.

§ 1º As universidades e fundações deverão, comprovadamente possuir recursos próprios para o empreendimento.

§ 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto do artigo 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.

DECRETO Nº 2.108,
DE 24 DE DEZEMBRO DE 1996

Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.

DECRETO Nº 52.795,
DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Art. 13. O edital será elaborado pelo Ministério das Comunicações, observados, dentre outros, os seguintes elementos e requisitos necessários à formulação das propostas para a execução do serviço: (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 1º É dispensável a licitação para outorga para execução de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 2º A documentação referente aos interessados na execução do serviço mencionado no parágrafo anterior será, no que couber, a mesma prevista no art. 15 deste decreto, acrescidas das exigências constantes de normas específicas. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

Art. 16. As propostas serão examinadas e julgadas em conformidade com os quesitos e critérios estabelecidos neste artigo (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24-12-1996)

§ 10. As outorgas a estados e municípios serão deferidas mediante atos de autorização pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Comunicações, conforme o caso, e serão formalizadas por meio de convênio a ser firmado no prazo de sessenta dias. (Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12-1996)

PARECER Nº 1.783, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 762 de 2004.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame desta Mesa o Requerimento nº 762, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que propõe sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre o pagamento do avião que está sendo comprado para uso do Presidente da República:

1. qual o preço que será pago pelo **Airbus**?
2. em quantas parcelas este pagamento foi dividido?
3. quais as datas de vencimento dessas parcelas?
4. há alguma parcela em atraso?
5. se há parcela em atraso, qual o motivo?
6. se havia previsão orçamentária para o pagamento do avião, por quê existe parcela em atraso?

Na justificção, o autor considera publicação na imprensa sobre possível atraso no pagamento da segunda mensalidade do avião, em virtude do uso da respectiva verba para cobertura de outras despesas emergenciais. Nesse caso, verba extraordinária teria

que ser aprovada pelo Congresso, para saldar o compromisso.

II – Análise

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõe os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo. No caso específico, as informações solicitadas dizem respeito à execução orçamentária da União.

Por fim, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado ato, porquanto não se trata de pedido de informações de natureza sigilosa.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 762, de 2004, sem restrições.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.784 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 845, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Sérgio Zambiasi, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 845, de 2004, em que

solicita ao Sr. Ministro da Educação as seguintes informações:

1) Que base de cálculo foi utilizada para fixar em R\$33,50 o valor por aluno do repasse anual a cada escola de educação especial da rede privada, como previsto no § 1º do art. 5º da Portaria/FNDE/CD/nº 11, de 22 de março, de 2004, em obediência ao determinado pela Lei nº 10.845, de 2004?

2) No contexto do reconhecimento pleno, inclusive pela legislação vigente, de que a atenção às crianças com deficiência requer cuidados e atividades de custo mais elevado que os do ensino regular, como se explica que o valor por aluno do Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado aos Podadores de Deficiência (PAED) seja equivalente a apenas 6,2% do valor mínimo conferido ao aluno atendido pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)?

Em sua justificação, o senador afirma que o valor que o Poder Executivo repassa às entidades privadas que se dedicam à educação especial corresponde a apenas 6,2% do valor mínimo por aluno do Fundef, proporção que considera inaceitável.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Entretanto, o item nº 2 do documento, descumprindo as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que, no art. 2º, inciso I, veda pedido de informação de caráter especulativo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 845, de 2004, suprimido o trecho relativo ao item nº 2.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente, – **Paulo Paim**, Relator,
– **Romeu Tuma**, – **Sérgio Zambiasi**, – **Eduardo Siqueira Campos**, – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.785, DE 2004

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 880, de 2004.**

Relator: Senador Sérgio Zambiasi

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 880, de 2004, em que solicita ao Sr. Ministro da Educação informações acerca da criação de loteca para custear atividades educativas no País. Requer também esclarecimentos acerca das razões para o lançamento de mais essa loteria, informações sobre quando será iniciada a comercialização dos palpites, os custos e a destinação dos recursos arrecadados.

Em sua justificação, o autor do requerimento cita reportagem do jornal **O Globo**, do dia 5 de julho de 2004, sobre o assunto, e afirma ser importante que o Senado, como órgão fiscalizador, acompanhe fatos como esse.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo. Entretanto, ao solicitar esclarecimentos acerca das razões para o lançamento da loteria, o documento descumprindo as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, o qual, no art. 2º, inciso I, determina que o requerimento de informação não pode conter interrogação de caráter especulativo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 880, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas ao Ministro da Educação, informações acerca da criação de loteca para custear atividades educativas no País, de quando será iniciada a comercialização dos palpites, bem como dos custos e destinação dos recursos arrecadados.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.786, DE 2004

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.128, de 2004.**

Relator: Senador Sérgio Zambiasi

I – Relatório

O Requerimento nº 1.128, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, tem por objetivo solicitar ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre:

– avaliação do Ministério dos Transportes sobre as possíveis interferências do Porto Organizado de Paranaguá na economia e no desenvolvimento do Município de Pontal do Paraná;

– posição do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre a documentação formalmente encaminhada àquele Ministério para apreciação. Em especial, deseja-se conhecer as possibilidades de êxito da proposta de modificação do Decreto nº 4.558, de 2002, com vistas à criação do Complexo Portuário da Ponta do Poço;

– outras medidas que o Ministério considera passíveis de adoção no presente caso, tendo em conta a necessidade de equacionar os conflitos porventura existentes e as mudanças que vêm sendo reivindicadas para a área portuária de Pontal do Sul.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O segundo quesito da referida proposição, entretanto, contraria o disposto no inciso II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), combinado com o art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, mediante os quais os requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija.

III – Voto

À luz do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.128, de 2004, com a alteração da redação do segundo quesito da proposta, nos termos do seguinte texto:

“conclusão da análise do Ministério dos Transportes e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) sobre proposta de modificação do Decreto nº 4.558, de 2002, com vistas à criação do Complexo Portuário da Ponta do Poço, formalmente encaminhada àquele Ministério para apreciação;”

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.787, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.132, de 2004, em que o Senador Alvaro Dias solicita informações ao Secretário de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica sobre gastos do atual Governo com publicidade.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Nos termos regimentais, vem a exame deste Colegiado o anexo Requerimento nº 1.132, de 2004, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica pedido de informações para que providencie, no estrito termo do prazo constitucional, as seguintes informações:

1) gastos do atual Governo com publicidade, abrangendo todos os órgãos da administração pública direta e indireta, especialmente as empresas públicas e sociedades de economia mista;

2) discriminação desses gastos por empresas contratadas (agências de publicidade), número de contratos celebrados, montantes previstos e valores já desembolsados.

Para justificar a proposição, o ilustre signatário alega que a imprensa tem noticiado que o Governo Federal tem realizado vultosos gastos com publicidade, e que tais gastos estariam se intensificando nesses meses que antecedem as eleições municipais de outubro próximo. Ademais, tais gastos estariam concentrados em certas agências de publicidade, ligadas direta ou indiretamente a Duda Mendonça, que trabalhou na campanha eleitoral do Presidente da República e é contratado pelo PT para várias campanhas eleitorais neste ano.

O requerimento sob exame veio a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informações.

II – Análise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal, inclusive quanto às atribuições previstas no art. 4º da referida Lei nº 10.683, de 2003, que dispõe:

“Art. 4º À Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, (...) bem como nos assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social do Governo e de implantação de programas informativos, cabendo-lhe a coordenação, a normatização, a supervisão e o controle da publicidade e de patrocínios dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e de sociedades sob controle da União, (...).”

O pedido, pois, está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais que informam o poder fiscalizatório do Congresso Nacional, bem como foram observadas as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acentuar, ainda, que, nos termos da Constituição Federal, o Congresso Nacional é competente não só para autorizar a realização de despesas por meio da Lei de Orçamento, como também para fiscalizar a aplicação dos recursos e a gestão de bens públicos, mesmo diretamente, pela utilização de seus mecanismos constitucionais, como por exemplo, CPI, requerimento de informações, e, ainda, em face da competência que lhe outorga o inciso X do art. 49 da Constituição Federal, de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.132, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.788 ,DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.147, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca de medidas

de prevenção e combate à hantavirose no Amazonas, diante de notícia publicada no jornal *Correio Brasiliense*.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.147, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca da existência de medidas de prevenção e combate à hantavirose no Estado do Amazonas, em conjunto com autoridades sanitárias estaduais, diante de notícia publicada, em 11 de agosto p.p., no jornal **Correio Brasiliense**, de que foi registrada a ocorrência de dois casos dessa doença no Município de Boa Vista do Ramos, na região do médio Amazonas.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.147, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.789, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.164, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio requer, com fundamento nos dispositivos regimentais e constitucionais, sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações referentes a denúncias acerca de modificações nos critérios de concessão de patentes pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de modo a atrelar esses

critérios aos interesses do Governo em detrimento de qualificações técnicas.

Solicita, ainda, o ilustre Senador esclarecimento sobre o significado do art. 11, II, do Decreto nº 5.147, de 21 de julho de 2004.

O eminente autor justifica o seu pedido tendo em vista a nota publicada na seção Radar da revista Veja, edição de 18.08.2004, a qual afirma que, com o advento do Decreto nº 5.147, de 2004, passou-se a adotar critérios puramente ideológicos para a concessão de patentes pelo INPI. Acrescenta, ainda, que ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante ter conhecimento de dados pormenorizados a esse respeito.

II – Análise

Compete à Mesa examinar apenas se a solicitação está de acordo com as condições de admissibilidade estabelecidas nas normas referentes aos requerimentos de informações e, por conseguinte, é despidendo pronunciar-se quanto ao mérito do requerimento.

A proposição está em conformidade com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno desta Casa, bem como às normas de admissibilidade determinadas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Ademais, note-se que o encaminhamento, por esta Mesa, de pedidos escritos de informação se restringe a Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, segundo as disposições do art. 50, **caput** e § 2º, da Constituição Federal.

Por último, nos termos do art. 27, inciso IX, alínea b, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que *dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*, compete ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tratar de assuntos relacionados à propriedade intelectual. É de salientar que o conceito de propriedade intelectual abrange, também, os direitos referentes às invenções em todos os campos da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais.

Portanto, a proposição está dirigida à autoridade competente.

III – Voto

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento do Requerimento nº 1.164, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.790, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.165, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações a respeito do desempenho da Petrobras no primeiro semestre de 2004.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 215, I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.165, de 2004, no qual solicita à Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado de Minas e Energia informações sobre o desempenho da Petrobrás.

O Requerimento tem como objetivo obter dados sobre o lucro da Petrobrás, o pagamento de **royalties**, as importações e outros itens do balanço contábil da empresa. O Senador deseja conhecer os valores mês a mês, para poder avaliar o seu desempenho no primeiro semestre de 2004.

II – Análise

O Senador Arthur Virgílio baseia sua solicitação no fato de que é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do governo. O jornal **O Globo** publicou recentemente dados sobre o comportamento da Petrobrás, e o autor do requerimento considera necessário que o Senado possa conhecer dados pormenorizados sobre as operações de empresa tão importante para o País.

O Requerimento nº 1.165, de 2004, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, I, **a**, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, cabendo deliberação do pedido no âmbito desta Mesa uma vez que as informações não se enquadram no conceito de “informações Requerimento sigilosas”. Ao mesmo tempo, as informações solicitadas no são atinentes à competência fiscalizadora do Senado Federal, e atendem aos requisitos de admissibilidade prescritos no Ato da Mesa nº 1.

Tendo em vista a importância

Estratégica da Petrobras volume de investimentos públicos envolvidos, é de fato muito apropriado que o Congresso Nacional esteja ciente do desempenho da empresa.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.165, de 2004, e pelo seu encaminhamento à Ministra de Minas e Energia.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.–
José Sarney, Presidente. – Alberto Silva, Relator – Romeu Tuma – Paulo Paim – Sérgio Zambiasi – Eduardo Siqueira Campos.

PARECER Nº 1.791, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.174, de 2004, que requer nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima no estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.174, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicita ao Ministro da Fazenda, Dr. Antônio Palocci Filho, as seguintes informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima, no estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991:

- 1) Qual a situação atual das Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Pacaraima?
- 2) Por quais motivos ainda não foram implantadas as referidas áreas?
- 3) Há previsão de implantação dessas áreas?

II – Análise

O Requerimento nº 1.174, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Fazenda e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.174, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004
– **José Sarney, Presidente – Eduardo Siqueira Cam-**

pos, Relator – Romeu Tuma – Paulo Paim – Sérgio Zambiasi – Alberto Silva.

PARECER Nº 1.792, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.179, de 2004, que objetiva obter do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações “acerca das obras de reforma do Palácio da Alvorada e das adaptações na Granja do Torto”.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.179, de 2004, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações sobre as programadas obras de reforma para o Palácio da Alvorada e as adaptações na Granja do Torto “para residência temporária do Presidente da República”.

Ao justificar a proposição, Sua Excelência, valendo-se de informações publicadas na coluna **Gente Boa**, do jornalista Joaquim Ferreira do Santos, de **O Globo**, afirma que, “além das obras de remodelação previstas para o Palácio da Alvorada, outras serão realizadas na Granja do Torto para servir de residência temporária do Presidente e família”. Segundo o mencionado jornalista, citado pelo autor do requerimento sob exame, nessas últimas estaria incluída uma cabine de projeção destinada “a sessões de cinema para convidados inclusive da cachorrinha Michelle”. Assim, ante os fatos noticiados, considera inerente à competência fiscalizadora do Senado Federal o conhecimento das informações requeridas, acrescidas de ‘pormenores sobre as razões da reforma’ e de dados sobre a necessidade de cinema temporariamente, bem como quanto aos critérios de seleção de convidados”.

Apresentado no último dia 24 de agosto, o Requerimento veio à Mesa para decisao.

II – Análise

A proposição sob exame rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Embora satisfaça a maior parte das condições impostas pelo mencionado ato, a iniciativa parece claramente afrontar o requisito estabelecido no inciso I do art. 2º, que veda o “pedido de providência, consulta, sugestão, conse-

lho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido”.

Assim, não sendo cabível a aprovação integral do Requerimento em pauta, impõe-se sua aprovação parcial.

III – Voto

À vista do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.179, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas, ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, informações sobre as obras de reforma no Palácio da Alvorada e sobre as adaptações da Granja do Torto para utilização como residência temporária do Presidente da República.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.793, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.180, de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O eminente Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Carta Magna e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 751, de 2004, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa informações sobre nota publicada na coluna do jornalista Ancelmo Góis, no jornal **O Globo**, de 22 de agosto de 2004, de que o novo avião Airbus da Presidência da República não teria condições técnicas de operar no aeroporto de Brasília com tanques cheios, pelo que, em viagens transcontinentais teria que fazer escalas técnicas para reabastecimento.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido à autoridade ministerial competente, refere-se à matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.180, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.794, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.185, de 2004, que requer na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I a, 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados pela Infraero ao Aeroporto de Petrolina.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.185, de 2004, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicita ao Ministro da Defesa, Dr. José Viegas, na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I, a 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações em relação ao Aeroporto de Petrolina:

1) Que valores a Infraero investiu, durante os anos de 2003 e 2004, no Aeroporto de Petrolina?

2) A Infraero fez outros investimentos no município de Petrolina neste mesmo período?

3) Há outros investimentos previsto para o Aeroporto de Petrolina?

4) Dos valores despendidos, a que empresas e quanto foi destinado em contratos efetuados por intermédio de processo licitatório? A que empresas e quanto foi destinado em contratos com dispensa de licitação?

5) Qual a capacidade de operação prevista para o Aeroporto de Petrolina após a conclusão das referidas obras e qual o volume de tráfego (passageiros e carga) atualmente suportado pelo referido aeroporto?

II – Análise

O Requerimento nº 1.185, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos artigos 215, I a, 216 e 217 do Regimento Interno

do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Defesa e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.185, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.795, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1186, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.186, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, esclarecimentos sobre os efeitos e procedimentos adotados quanto aos recursos destinados ao Ministério da Saúde, de acordo com o Decreto nº 5.094/2004, que estabelece a programação financeira do Poder Executivo até o final do exercício de 2004, que alterou o Decreto nº 5.027/2004.

Explica o nobre parlamentar em seu requerimento que o Decreto nº 5.094/04 altera os limites de gastos previstos no Decreto nº 5.027/04, que dispõe sobre a programação financeira e orçamentária para 2004, ampliando os limites de gastos em R\$1.962.130.000,00. Segue o nobre senador afirmando que, em que pese à elevação do limite, o Ministério da Saúde teve seu limite de pagamentos reduzido em R\$400 milhões.

Finaliza o Excelentíssimo Sr. Senador Antônio Carlos Valadares que é imperioso o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão prestar os devidos esclarecimentos sobre os efeitos e os procedimentos adotados quanto aos recursos para o Ministério da Saúde.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso

Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.186, de 2004, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.796, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.187, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 216, do Regimento Interno c/c o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações acerca das causas que levaram à demissão do Superintendente da Polícia Federal em São Paulo.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que o “Jornal **Folha de S. Paulo** denuncia, na edição de 25 de agosto de 2004, que a demissão do Superintendente da PF em São Paulo deveu-se a pressões que vinha sofrendo para seu afastamento.”

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.187, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.187, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.797, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.188, de 2004, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de documento oficial expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à empresa Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás).

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

Vem à apreciação desta Mesa, conforme despacho do Presidente do Senado Federal, o Requerimento nº 1.188, de 2004, de autoria do nobre Senador Jonas Pinheiro.

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, o senador solicita ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda o envio do Ofício nº 3.829/2004/GERAT/COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás).

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, a proposição se insere no permissivo do art. 50, § 2º, da Carta Magna.

Tratando-se de requerimento de remessa de documento, submete-se a matéria à mesma disciplina aplicável, em geral, aos requerimentos de informação, ex vi do art. 217 do diploma regimental desta Casa, e, nesta qualidade, obedece aos requisitos regimentais de admissibilidade, contidos no seu art. 216, I:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – Serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....
(grifos nossos)

Ora, não pode haver dúvida, sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional de, nos termos do art. 49, X da Lei Maior, fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ainda no plano da regimentalidade, a presente proposição atende às disposições gerais sobre admissibilidade de requerimentos de informação, contidas na Seção I do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.188, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente.
– **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma**
– **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.798, DE 2004

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.189, de 2004, que Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado de Minas e Energia, sobre a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional —STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.

Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.189, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Jonas Pinheiro, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada à Exma Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, Doutora DILMA ROUSSEF, a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; COFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2003, pela Secretaria do Tesouro Nacional — STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

II – Análise

Do ponto de vista constitucional, a proposição se insere no permissivo do art. 50, § 2º, da Carta Magna.

Tratando-se de requerimento de remessa de documento, submete-se a matéria à mesma disciplina aplicável, em geral, aos requerimentos de informação, ex vi do art. 217 do diploma regimental desta Casa, e, nesta qualidade, obedece aos requisitos regimentais de admissibilidade, contidos no seu art. 216, I:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – Serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....
(grifos nossos)

Ora, não pode haver dúvida, sobre a competência exclusiva do Congresso Nacional de, nos termos do art. 49, X da Lei Maior, fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casa, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ainda no plano da regimentalidade, a presente proposição atende às disposições gerais sobre admissibilidade de Requerimentos de Informação, contidas na Seção 1 do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do Requerimento nº 1.189, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.799, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1197, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.197, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do art. 216 do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, informações acerca de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas fabricantes de bens e serviços de informática beneficiárias dos incentivos previstos no art. 4º da Lei nº 8.248/1991.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que as informações requeridas são importantes, tendo em vista o que prevê a legislação no tocante ao apoio e ao estímulo às empresas que invistam em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.197, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.197, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.800, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.198, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.198, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, nos termos do artigo 216, I, do Regimento Interno combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações acerca de investimentos compulsórios em pesquisa e desenvolvimento pelas empresas beneficiárias de incentivos fiscais, previstos no art. 4º da Lei nº 8.248, na forma de seis quesitos.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que objetiva esclarecer as questões levantadas, considerando a prerrogativa constitucional que atribui ao Congresso Nacional, o poder de fiscalização.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.198, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.198, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.801, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.208, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Minas e Energia informações a respeito da construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Rodolpho Tourinho, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.208, de 2004, no qual solicita à Ministra de Estado de Minas e Energia, Exm^a Sra. Dilma Rousseff, as seguintes informações relativas à construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador:

“1) Em que fase está o andamento das obras de cada um dos itens abaixo:

- Plataforma **Offshore**
- Gasoduto Submarino
- Gasoduto Terrestre
- Estação de Tratamento de Gás

2) Em relação ao cronograma oficial anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, está confirmada a chegada do gás natural a Salvador em outubro de 2005?”

II – Análise

O Senador Rodolpho Tourinho apresentou o requerimento em tela, com o objetivo de subsidiar o Senado Federal com dados relativos à construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade Salvador. Indaga à Ministra de Minas e Energia sobre o andamento das obras e se está confirmado o cronograma oficial, segundo o qual o gás natural chegará a Salvador, em outubro de 2005.

O requerimento se inclui no que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que trata dos pedidos escritos de informações a Ministros de Estado. Atende, ainda, ao art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, quanto a sua admissibilidade, pois visa a esclarecer aspectos da construção de obra pública federal, matéria atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Ao mesmo tempo, não incorre nos óbices arrolados no art. 216, II, do Regimento Interno.

O requerimento atende, também, às normas de admissibilidade prescritas nos arts. 1º e 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001. Ademais, por não tratar de informações de natureza sigilosa, de acordo com o art. 3º do mesmo ato, cabe a esta Mesa a decisão sobre seu encaminhamento.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação Requerimento nº 1.208, de 2004, e pelo seu encaminhamento à Ministra de Minas e Energia.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.802, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.209, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.209, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, informações sobre a operação realizada pela Polícia Federal no jornal

O TEMPO, na cidade de Contagem, Minas Gerais, na tarde/noite de 26 de agosto de 2004.

O nobre parlamentar afirma em seu requerimento que órgãos da imprensa divulgaram na data de 27 de agosto a realização de operação pela Polícia Federal, para atender a mandado de busca e apreensão de Jornal Betim em Dia emitido pela Justiça Eleitoral da Comarca de Betim. Continua o Senador afirmando que o que se viu foi a invasão da redação do jornal O TEMPO por policiais em grande número, fortemente armados, sem a necessária presença de funcionários da Justiça Eleitoral, mas com a presença de lideranças do Partido dos Trabalhadores.

Finaliza o Excelentíssimo Sr. Senador Eduardo Azeredo que o episódio é lamentável por se mostrar arbitrário, truculento e, sem dúvida, um atentado à liberdade de imprensa, isto num momento sensível que é o das eleições municipais.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.209, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.803, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.212, de 2004, em que o Senador Arthur Virgílio solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre notícia veiculada pela revista IstoÉ.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Nos termos regimentais, vem a exame deste Colegiado o anexo Requerimento nº 1.212, de 2004, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República pedido de informações sobre denúncia veiculada pelo jornalista Tales Alvarenga, na edição de 1º de setembro de 2004, da revista **IstoÉ**, atribuindo ao Ministro-Chefe da Casa Civil a afirmação, a um líder partidário, de que teria muita gente com seus telefones monitorados.

O eminente autor considera que a denúncia dá a entender que, como acrescenta a nota da revista, o Governo estaria promovendo caça às bruxas contra seus inimigos. Considera, ainda, que a revelação é grave, exigindo pronto esclarecimento, notadamente sobre quais as razões e fundamentos da declaração contida na denúncia do referido periodista.

O requerimento sob exame veio a esta Mesa na forma e para os fins previstos no art. 216 do Regimento Interno, em consonância com o disposto no Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação.

II – Análise

Cabe à Mesa do Senado Federal examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

Na conformidade do que dispõe a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, alterada pela Lei nº 10.869, 13 de maio de 2004, o órgão destinatário enquadra-se na dicção do art. 50 da Constituição Federal.

O pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos demais preceitos constitucionais e regimentais que regem as solicitações de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

De acentuar, ainda, que, nos termos do inciso XII do art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade das comunicações telefônicas é um dos direitos e garantias individuais estatuído como cláusula pétrea com tal magnitude, que só por decisão judicial pode ser mitigada, assim mesmo com as cautelas estabelecidas em lei, para fins de investigação criminal ou instrução processual.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.212, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.804, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.219, de 2004, que requer nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações acerca da participação da Caixa

Econômica Federal no projeto “Cidade Detran” no Piauí.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.219, de 2004, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicita ao Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, na forma do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando o Ato da Mesa nº 1 de 2001, as seguintes informações:

1) Foi liberado algum recurso da Caixa Econômica Federal para a construção do Detran-PI denominado “Cidade Detran”? Em caso afirmativo, quais os valores repassados e para que órgãos foram transferidos?

2) Houve licitação para o pagamento do projeto contratação de empresa publicitária ou a construção da “cidade”? Em caso afirmativo, qual a participação da Caixa Econômica Federal nessas etapas?

3) Existem programas similares a esse de responsabilidade da Caixa Econômica Federal? E, em caso afirmativo, quais os estados beneficiados?

4) Houve algum gasto da Caixa Econômica Federal com publicidade desse projeto? Em caso afirmativo, quais os valores gastos?

5) Qual o apoio efetivamente dado pela Caixa Econômica Federal a esse projeto conforme propaganda divulgada nos jornais?

II – Análise

O Requerimento nº 1.219, de 2004, atende aos requisitos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, dos artigos 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõem sobre o requerimento de informações pelos parlamentares, admissível para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora.

O objeto do requerimento ora em análise se enquadra nas atribuições do Ministério da Fazenda e está de acordo com as normas constitucionais e regimentais.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.219, de 2004.

Sala de Reuniões, **José Sarney**, Presidente – **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.805, DE 2004

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.224, de 2004.**

Relator: Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

O eminente Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Carta Magna e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.224, de 2004, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional informações sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, segundo a qual o Governo teria solicitado à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a produção de telefones celulares privilegiados e protegidos com mecanismos de criptografia, que seriam destinados a Ministros e servidores da Presidência da República. Solicita, ainda, que a resposta a este requerimento especifique o significado desse projeto, custos e destinação exata, bem como “se indique a motivação para esse privilégio”.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais referentes a pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo.

Igualmente, atende os requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se encontra dirigido a autoridade ministerial competente, refere-se a matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora e não contém tema vedado por aquele diploma.

III – Voto

Ante o exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.224, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. –
José Sarney, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio
Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.806, DE 2004

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.234, de 2004, que requer
ao Senhor Ministro da Fazenda informações
complementares às respostas dadas ao
Requerimento nº 180, de 2004, relativo às
liquidações extrajudiciais efetuadas pelo
Banco Central do Brasil.**

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.234, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda informações complementares às respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, relativo às liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil, considerando que as respostas não foram satisfatórias.

Portanto, o requerimento de informações em apreço indaga a respeito de dois itens não satisfatoriamente respondidos, especificando de forma mais clara as perguntas. Tais itens são referentes a: 1) quantos servidores aposentados do Banco Central do Brasil, liquidantes ou não, trabalhavam em liquidações extrajudiciais de instituições financeiras em 31 de dezembro dos anos de 1997, 1999 e 2001; e 2) informações precisas sobre o processo de liquidação do Banco Pontual, do BBC e do BMD, em especial, as dívidas contraídas com as instituições públicas (Interfinanceiro do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e redesconto do Banco Central).

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Ademais, entendemos que o requerimento não envolve informação sigilosa, conforme definida no art. 8º do Ato nº 1 da Mesa, de 2001. Trata-se de informações sobre atividades dessa autarquia, que obedecem ao princípio constitucional da publicidade. A utilização de recursos públicos para finalidades espúrias certamente atenta contra os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

III – Voto

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.234, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.
– **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator
– **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **Sérgio Zambiasi**
– **Eduardo Siqueira Campos**.

PARECER Nº 1.807/2004

**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.239, de 2004.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.239, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do IPI incidente sobre pneumáticos novos e remoldados durante o ano de 2003 e primeiro semestre de 2004.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que trava-se no Congresso discussão sobre a importação de pneumáticos novos e remoldados, representando estes últimos um fator positivo seja em relação à economia quanto à preservação do meio ambiente.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.239, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.239, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004.

– **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator
– **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi**
– **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.808, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.240, de 2004.

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Mário Calixto apresentou o Requerimento nº 1.240, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhadas pelo Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito da empresa BB Turismo, controlada pelo Banco do Brasil S/A, relativas aos anos de 2003 e 2004:

a) relatórios da administração e demonstrações financeiras exigidas pela legislação societária em vigor, acompanhados das respectivas notas explicativas e pareceres de auditoria independente, e do conselho fiscal;

b) quantidade de bilhetes aéreos emitidos e seus respectivos valores;

c) cópia do contrato entre a empresa e a Infraero;

d) gastos com a locação de espaço em aeroportos.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 30 do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

O questionamento formulado pelo ilustre Senador Mário Calixto não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.240, de 2004, enquadra-se, portanto, nos dispositivos acima citados, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

II – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.240, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente
– **Paulo Paim**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos**
– **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Romeu Tuma**.

PARECER Nº 1.809, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.246, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**.

I – Relatório

O Requerimento nº 1.246, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, postula “sejam solicitadas à Senhora Ministra do Meio Ambiente para serem prestadas pelo titular do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), informações sobre as efetivas providências que tiverem sido adotadas em relação às falhas, impropriedades e ilegalidades referidas no Relatório de Auditoria nº 20 – Ibama, de 2003, em relação às atividades de Gerência Administrativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis no Estado do Paraná (IBAMA/PR)”, em relação a vários itens que especifica.

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando interesse na apuração dos fatos em nome de uma gestão regular da coisa pública.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.246, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.246, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.810 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.247, de 2004, para que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações sobre o controle de frequência escolar no Programa Bolsa Família.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminha a esta Mesa o Requerimento nº 1.247, de 2004, no qual solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome informações acerca do alegado fim do controle de frequência escolar do Programa Bolsa Família.

São essas as informações requeridas: 1ª) O que motivou o governo a deixar de fiscalizar o controle da frequência escolar no Bolsa Família por meio de uma circular interna, mesmo que provisoriamente? 2ª) O atual governo admite que está descumprindo uma Lei, por meio de uma circular interna? 3ª) A decisão de suspender a fiscalização do controle de frequência não altera a “essência” do Programa, que originalmente teria um importante impacto social, transformando-o numa medida meramente

assistencialista? 4ª) Até que ponto a decisão de unificar os programas sociais de transferência de renda, por meio do Bolsa Família, comprometeu a fiscalização dos vários programas sociais criados no governo anterior, principalmente o Bolsa Escola? 5ª) Qual a função da Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, se a fiscalização foi abolida por meio de uma circular interna?

Em sua justificação, o autor do requerimento menciona que a imprensa divulgou notícias de que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome teria deixado de considerar o controle de frequência escolar como exigência para o recebimento de recursos pelos beneficiários do Bolsa Família, em descumprimento ao estabelecido no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, que criou a Programa.

II – Análise

O art. 216, II, do Regimento Interno do Senado Federal estipula que os requerimentos de informação não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Já o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, dispõe, em seu art. 2º, I, que o requerimento de informação não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

A primeira informação do requerimento em apreço configura interrogação sobre propósito do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As demais informações solicitadas, por sua vez, constituem interrogações de caráter especulativo acerca de supostos atos ministeriais.

Desse modo, é preciso reformular as perguntas originalmente feitas pelo requerimento, a fim de observar o referido preceito regimental que trata de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, assim como a citada norma de admissibilidade estipulada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em vista do exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.247, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre os mecanismos utilizados para controlar a frequência escolar no âmbito do Programa Bolsa Família, conforme preceitua o art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, bem como acerca da eficiência desses mecanismos.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente. – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.811 DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.250, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.250, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, e artigos 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, solicita seja requerida ao Senhor Ministro dos Esportes “cópia de todos os pedidos de “concessão de passagens e diárias” e de todas as faturas/duplicatas de prestação de serviços emitidas pela empresa Eurexpress Travel Ltda., (que presta serviços ao ministério), contra o sacado, o Ministério do Esporte, desde janeiro de 2003 até a data deste requerimento. As faturas/duplicatas deverão conter os dados relativos as passagens utilizadas pelo Ministério do Esporte no período acima mencionado, incluindo nome dos viajantes, data, tarifa, trecho utilizado, taxas, etc.”

O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que por ser o item “passagem aérea” o de maior gasto no ministério em referência, as informações ajudariam a viabilizar estudo que está fazendo sobre as despesas do governo federal nessa área.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 1.250, de 2004, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.250, de 2004, de autoria do Senador Tasso Jereissati.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Alberto Silva** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.812, DE 2004**Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.251, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.**Relator: Senador **Heráclito Fortes****I – Relatório**

Vem a esta Comissão Diretora, para decisão, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.251, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas as seguin-

tes informações ao Senhor Ministro-Chefe da Casa Civil, sobre a participação de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais:

1) Qual o motivo das viagens realizadas pelo interior paulista, no último fim de semana, e para Fortaleza, no último dia 4 de setembro?

2) Qual o nome completo dos assessores que acompanharam o ministro nessas viagens?

3) Qual o cargo ocupado pelos assessores acima citados?

4) Quem pagou as despesas com passagem, diária e transporte desses assessores?

5) A presença dos assessores nas referidas viagens, contrariando resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, não compromete o exercício de suas funções públicas?

6) Considerando o art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, que providências estão sendo tomadas com relação à conduta desses assessores nas referidas viagens?

Na justificação, o ilustre autor do requerimento em tela faz referência a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 15 de setembro, em que se noticia a participação do Ministro-Chefe da Casa Civil, acompanhado de assessores, em campanhas eleitorais pelo interior paulista e para Fortaleza.

É dito, ainda, na justificação, que tal participação confraria o Código de Ética Pública da Presidência da República e a Lei nº 9.504/97 que estabelece normas para as eleições.

II – Análise

Cabe a esta Comissão Diretora decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, a, do Regimento Interno combinado com o art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

A Constituição Federal estatui que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X).

Ademais, o art. 50, § 2º, da Lei Maior, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da Carta Regimental estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. No mesmo sentido o art. V, **caput**, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de que se trata aqui.

À luz dos dispositivos legais acima referidos, nos parece que as indagações constantes dos Quesitos de

n^{os} 1 a 4 do requerimento sob exame podem ser deferidas, uma vez que estão revestidas da objetividade necessária ao seu acolhimento.

Devemos fazer apenas uma ressalva no que diz respeito ao Quesito de n^o 1, que indaga sobre viagem para Fortaleza no dia 4 de setembro e sobre viagens realizadas pelo interior paulista no último final de semana. Aqui nos cabe indagar: a que fim de semana se está fazendo referência? Como, de acordo com a justificativa, as viagens de que se trata foram noticiadas por jornal do dia 15 de setembro de 2004 (uma quarta-feira) e o requerimento foi apresentado no dia 16 do mesmo mês, parece-nos lícito concluir que o final de semana em questão abrangeu os dias 10, 11 e 12 de setembro, o que afasta a indeterminação da data.

Por outro lado, entendemos que os Quesitos de n^{os} 5 e 6 não devem ser deferidos, por não conterem a objetividade necessária para tanto.

Isso porque o art. 216, II, do Regimento Interno assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....
 II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Além disso, art. 2^o, I, do Ato da Mesa n^o 1, de 2001, estatui:

Art. 2^o O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

Ora, se nos afigura que o Quesito n^o 5 contém uma indagação de natureza especulativa ao perguntar à autoridade a quem é dirigida se determinado fato de um seu assessor não comprometeria as funções públicas que exerce.

Por outro lado, também se nos afigura que o Quesito de n^o 6, ao perguntar sobre eventuais providências a respeito de suposto ilícito, contém uma indagação sobre propósito da autoridade a quem é dirigida, além de fazer também uma especulação, ainda que de forma indireta.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação parcial do Requerimento n^o 1.251, de 2004, conforme previsto no § 3^o do art. 3^o do Ato da Mesa n^o 1, de 2001, e, dessa forma, pelo deferimento dos Quesitos de n^{os} 1 a 4 e pelo indeferimento dos Quesitos de n^{os} 5 e 6.

Sala da Comissão, **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER N^o 1.813, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o requerimento n^o 1.252, de 2004, que solicita informações da Controladoria Geral da União sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Vem a esta comissão diretora, para decisão, nos termos regimentais, o Requerimento n^o 1.252, de 2004, da iniciativa do Senhor Senador Arthur Virgílio, que requer, com fundamento no § 2^o do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas as seguintes informações ao Senhor Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União sobre a participação de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais:

1) Qual o motivo das viagens realizadas para João Pessoa e Campina Grande, na Paraíba, no último final de semana?

2) Qual o nome completo do assessor Pedro Formigli, que teria acompanhado o ministro nessas viagens?

3) Qual o cargo ocupado pelo assessor acima citado?

4) Quem pagou as despesas com passagem, diária e transporte desse assessor?

5) A presença do assessor nas referidas viagens, contrariando resolução da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, não compromete o exercício de suas funções públicas?

6) Considerando o art. 73 da Lei n^o 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, que providências estão sendo tomadas com relação à conduta desse assessor nas referidas viagens?

Na justificativa, o ilustre autor do requerimento em tela, faz referência a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 15 de setembro, em que se noticia a participação do Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, acompanhado de assessor, em campanhas eleitorais nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

É dito, ainda, na justificativa, que tal participação contraria o Código de Ética Pública da Presidência da República e a Lei n^o 9.504/97 que estabelece normas para as eleições.

II – Análise

Cabe a esta comissão diretora decidir sobre a proposição em pauta, nos termos do art. 215, I, **a**, do Regimento Interno combinado com o § 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de informação.

Passemos, pois, à análise da matéria.

A Constituição Federal estatui que é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo (art. 49, X).

Ademais, o art. 50, § 2º, da Lei Maior, estatui que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a ministros de estado, importando crime de responsabilidade à recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Outrossim, o art. 216, I, da carta regimental estatui que os requerimentos de informação serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora. No mesmo sentido o art. 1º, **caput**, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que dispõe sobre os requerimentos de que se trata aqui.

À luz dos dispositivos legais acima referidos, nos parece que as indagações constantes dos quesitos de nº 1 a 4 do requerimento sob exame podem ser deferidas, uma vez que estão revestidas da objetividade necessária ao seu acolhimento.

Devemos fazer apenas uma ressalva no que diz respeito ao quesito de nº 1, que indaga sobre viagens realizadas para João Pessoa e Campina Grande no último final de semana. Aqui nos cabe indagar: a que fim de semana se está fazendo referência? Como, de acordo com a justificação, as viagens de que se trata foram noticiadas por jornal do dia 15 de setembro de 2004 (uma quarta-feira) e o requerimento foi apresentado no dia 16 do mesmo mês, parece-nos lícito concluir que o final de semana em questão abrangeu os dias 10, 11 e 12 de setembro, o que gasta a indeterminação da data.

Por outro lado, entendemos que os quesitos de nº 5 e 6 não devem ser deferidos, por não conterem a objetividade necessária ao para tanto.

Isso porque o art. 216, II, do Regimento Interno assim dispõe:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

.....

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou in-

terrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

Além disso, art. 2º, I, do Ato da Mesa nº 1, de 2001, estatui:

Art. 2º O requerimento de informação não poderá conter:

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido;

Ora, se nos afigura que o quesito nº 5 contém uma indagação de natureza especulativa ao perguntar à autoridade a quem é dirigida se determinado fato de um seu assessor não comprometeria as respectivas funções públicas.

Por outro lado, também se nos afigura que o quesito de nº 6, ao perguntar sobre eventuais providências a respeito de suposto ilícito, contém uma indagação sobre propósito da autoridade a quem é dirigida, além de fazer também uma especulação, ainda que de forma indireta.

III – Voto

Em razão do exposto, votamos pela aprovação parcial do Requerimento nº 1.252, de 2004, conforme previsto no § 3º do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, e, dessa forma, pelo deferimento dos quesitos de nº 1 a 4 e pelo indeferimento dos quesitos de nº 5 e 6.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.814, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.253, de 2004.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno do Senado Federal, apresenta a esta Mesa o Requerimento nº 1.253, de 2004, em que solicita ao Senhor Ministro da Educação informações acerca da existência de escolas do Movimento Sem Terra, criadas em áreas de assentamento e nas quais é ministrado sistema de ensino paralelo, contrariando as normas oficiais. O documento solicita que as informações indiquem se o MEC já adotou providências acauteladoras para coibir essas práticas, tendo em vista o que determinam os arts. 205 e 208 (§§ 1º, 2º e 3º) da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em sua justificação, o autor do requerimento cita reportagem da revista **Veja** sobre o assunto, e afirma que a gravidade das denúncias justifica o pedido de informações.

II – Análise

O requerimento em exame está de acordo com as disposições constitucionais e regimentais que tratam de pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, assim como cumpre as normas de admissibilidade estipuladas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Entretanto, o Dispositivo do Regimento Interno do Senado que regulamenta os requerimentos de informações a autoridades é o de nº 216, e não os arts. 115 e 116 citados no requerimento em tela.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.253, de 2004, com o seguinte texto:

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno Federal, solicitadas informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação sobre denúncias da Revista **Veja** (edição de 8-9-04), acerca da existência de escolas do chamado Movimento Sem Terra, criadas em áreas de assentamento e nas quais é ministrado sistema de ensino paralelo, contrariando as normas oficiais e se o Ministério da Educação já adotou providências acauteladoras para coibir essas práticas, tendo em vista o que determinam o art. 205 e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Heráclito Fortes**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.815, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.274, de 2004, ao Ministro de Estado da Fazenda.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Com base no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido à deliberação desta Mesa o Requerimento nº 1.274, de 2004, do Senador Rodolpho Tourinho, que, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Antônio Palocci, acerca da apuração do crédito efetivamente compensado na arrecadação do Imposto sobre Pro-

duto Industrializados (IPI) relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS), no exercício de 2002.

O autor menciona, no texto do requerimento, que as informações solicitadas ao Ministério da Fazenda permitirão subsidiar o Senado Federal com dados relativos à arrecadação federal, visando a propiciar melhor compreensão desta Casa quanto à composição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) constante da proposta de Reforma Tributária em tramitação na Câmara dos Deputados.

Informa ainda que, nos termos aprovados no Senado, a PEC nº 255/04, em tramitação na Câmara dos Deputados, determina que a base de recursos do FNDR será composta por 45% da parcela correspondente ao aumento da arrecadação do IPI decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos às contribuições sociais (PIS/COFINS) e que para apuração da referida parcela será considerado o percentual verificado no exercício de 2002.

A apuração do percentual cabe, assim, ao Ministério da Fazenda, ao qual são solicitadas as seguintes informações:

Qual foi o percentual verificado pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, no exercício de 2002, do crédito efetivamente compensado na arrecadação do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS) sobre a arrecadação total do IPI, acrescida do montante de crédito em questão?

Qual foi o valor nominal, no exercício de 2002, apurado pelo Ministério da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, do crédito efetivamente compensado na arrecadação do IPI relativo às contribuições sociais (PIS/COFINS)?

Com base nos números apurados nas indagações anteriores, levando em consideração os dispositivos contidos na Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária, qual seria o montante destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, no exercício de 2004, caso a citada emenda estivesse promulgada?

Com relação aos exercícios seguintes, qual é a projeção do Ministério da Fazenda dos valores que serão destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional?

II – Análise

Trata-se de Requerimento de Informações dirigido ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da base para operacionalização do FNDR.

Na tramitação da Reforma Tributária no Senado Federal, foi aprovada a destinação ao FNDR de uma parcela da elevação da arrecadação do IPI, decorrente da extinção dos créditos fiscais atribuídos às contribuições sociais.

O levantamento dessa informação permitirá estimar qual teria sido o ganho na arrecadação do IPI no exercício de 2004, caso não mais fosse permitida a compensação dos créditos fiscais relativos às contribuições sociais no IPI devido, e, assim, calcular qual seria o montante destinado ao FNDR caso a Reforma Tributária já tivesse sido promulgada nos termos da PEC nº 255, de 2004, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em síntese, a alteração promovida pelos senadores destina aos estados, aos municípios e aos Fundos Constitucionais de Financiamento uma parte desse acréscimo de receita federal decorrente da alteração na sistemática de cobrança das contribuições sociais. Na versão aprovada da PEC nº 74-A, de 2003, no Senado Federal, os dispositivos mencionados receberam a seguinte redação:

Art. 159

.....

§ 6º À parcela correspondente ao aumento da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados decorrente da extinção dos créditos de incentivos fiscais atribuídos a contribuições sociais submetidas ao princípio da não-cumulatividade, em conformidade com a regra contida no art. 153, § 3º, V, em substituição à destinação a que se refere o inciso I do **caput**, aplica-se a seguinte:

I – quarenta e cinco por cento, a fundo nacional de desenvolvimento regional, nos termos de lei complementar, para investimentos nas zonas e regiões menos desenvolvidas do País, por intermédio dos respectivos estados;

II – três por cento, conforme o disposto no inciso I, **c**, do **caput**.

§ 7º Os recursos destinados ao fundo previsto no § 6º, I, deverão ser aplicados, levando em consideração inclusive os critérios de distribuição dos Fundos de Participação dos estados e dos municípios, da seguinte forma:

I – noventa e três por cento, nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste;

II – sete por cento, nas áreas menos desenvolvidas das regiões Sul e Sudeste, com prioridade para o Estado do Espírito Santo, o Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o Noroeste do Estado do Rio de

Janeiro, o Oeste do Estado de Santa Catarina, a Metade Sul e o Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e o Norte do Estado de Minas Gerais.

§ 8º Dos recursos de que trata o § 7º, vinte e cinco por cento deverão ser aplicados mediante convênios com os municípios das regiões nele referidas.

Art. 96. Para efeito de apuração da parcela do produto da arrecadação a que se refere o art. 159, § 6º, da Constituição, será considerado o percentual verificado no exercício de 2002 do crédito efetivamente aproveitado em relação à arrecadação total do referido imposto acrescida do referido crédito.

Parágrafo único. O percentual referido no **caput** será obtido mediante apuração especial ou estimativa efetuada pelo Ministério da Fazenda, mediante observância das seguintes etapas:

I – publicação preliminar da apuração;

II – prazo mínimo de quinze dias para recursos das unidades federadas;

III – publicação definitiva.

As informações solicitadas requerem dados que correspondem à antecipação do exercício de estimativa previsto no novo art. 96 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no texto da mencionada PEC.

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Além disso, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõem os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria submetida à apreciação desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.274, de 2004.

Sala de Reuniões, 25, de Novembro de 2004.

– José Sarney, Presidente – Alberto Silva, Relator
– Romeu Tuma – Paulo Paim – Sérgio Zambiasi
– Eduardo Siqueira Campos.

PARECER Nº 1.816, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.283, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.283, de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, informações acerca do andamento dos trabalhos da Comissão de Sindicância designada por intermédio da Portaria SPOA nº 14/2004, referente ao Processo nº 21000.005363/2004-43, que versa sobre possíveis irregularidades envolvendo servidores daquele ministério.

Explica a nobre parlamentar que, em 8 de julho corrente, remeteu ofício à presidência da comissão encaminhando fita de áudio com a cópia do depoimento da Srª Fabíola Rodrigues dos Santos, ex-empregada da empresa terceirizada Federal Service, que se deixou fotografar em poses eróticas dentro do ministério.

Segue a Excelentíssima Srª Senadora afirmando que, passados quase noventa dias do envio do ofício, não se soube mais nenhuma notícia sobre o fato, e para que o episódio não caia no esquecimento, solicita as informações acerca do trabalho da comissão.

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.283, de 2004, de autoria da Senadora Heloísa Helena.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.817, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.284, de 2004, que requer
sejam solicitadas à Ministra de Estado de
Minas e Energia informações referentes à
anistia de dirigentes, representantes sindi-
cais e empregados da Petrobrás.**Relator: Senador **Paulo Paim****I – Relatório**

O Senador Alvaro Dias, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.284, de 2004, no qual solicita à Exmª Srª Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à anistia de dirigentes, representantes sindicais e empregados da Petrobrás.

O Requerimento tem como objetivo o envio de informações mais detalhadas sobre a concessão de anistia no âmbito da Petrobrás, nos termos da Lei nº 10.790, de 28 de dezembro de 2003. O autor do pedido justifica que, em resposta a requerimento anterior sobre o mesmo assunto, a Ministra informou que a totalidade dos requerimentos recebidos pela Comissão instituída pelo Decreto de 29 de dezembro de 2003, para analisar os pedidos de anistia de empregados da Petrobrás, foi de 12.790, número equivalente a quase 30% dos trabalhadores ativos da estatal.

Diante do grande volume de pedidos e da estimativa de que serão gastos R\$45 milhões para cumprir integralmente o determinado no decreto, o Senador Alvaro Dias considera essencial o envio de informações mais detalhadas. Assim sendo, pede, por exemplo, a relação nominal dos requerimentos deferidos, dos dirigentes sindicais beneficiados e daqueles que se beneficiaram de promoções funcionais. Deseja também saber se as decisões da Comissão instituída pelo Decreto de 29 de dezembro de 2003 são publicadas no **Diário Oficial da União**. Além disso, pergunta quem arcará com as despesas de recolhimento das contribuições ao Fundo de Pensão Petros, relativas ao período em que os empregados estiveram afastados da Petrobrás, qual o montante das despesas a cargo da Petrobrás, e se estas despesas estão incluídas no total de R\$45 milhões mencionados pela Ministra de Minas e Energia.

II – Análise

O Senador Alvaro Dias baseia sua solicitação no fato de que é atribuição do Congresso Nacional fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 4º, X, da CF). Já foi feito um primeiro requerimento de informações e, diante da resposta recebida, o senador julga que é preciso um maior aprofundamento.

O Requerimento nº 1.284, de 2004, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais que regem os pedidos escritos de informações a ministros de Estado. O Requerimento atende, também, às exigências dos arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

As informações solicitadas assegurarão o uso adequado dos recursos públicos, bem como a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na atuação da Comissão designada para analisar os pedidos de anistia no âmbito da Petrobrás. Enquadram-se, portanto, na competência fiscalizadora do Senado Federal e atendem os demais preceitos exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Tendo em vista o grande número de pessoas envolvidas no processo e a magnitude dos recursos a serem despendidos, é de fato essencial que o Congresso Nacional possa fiscalizar o cumprimento da legislação por ele aprovada.

III – Voto

Do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento de nº 1.284, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.818, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2004, para que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações sobre a transferência, ao domínio do Estado de Roraima, de terras pertencentes à União, conforme dispõe a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

Em exame o Requerimento nº 1.285, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, para que sejam solicitados ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações que indica.

Documentos:

a) cópias dos registros das terras desafetadas de propriedade da União localizadas no Estado de Roraima constantes dos arquivos da Secretaria do Patrimônio da União, com as respectivas averbações;

b) cópias de processos administrativos eventualmente existentes no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, concernentes

a transferência de terras da União ao Estado de Roraima.

Informações:

a) Existe, no âmbito da Secretaria do Patrimônio da União, procedimento administrativo com vistas a dar integral cumprimento ao disposto na Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001?

b) Em caso afirmativo, qual o procedimento e qual a sua fase de tramitação?

c) Em caso negativo, qual o fundamento para a não efetivação do disposto na Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001?

O requerimento veio a esta Mesa com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

II – Análise

Segundo o autor, a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao Estado de Roraima terras pertencentes à União, é o instrumento normativo que deveria dar efetividade à criação desse estado, por meio da transferência das terras de domínio da União localizadas nos seus limites territoriais. Para o efetivo cumprimento dessa determinação é necessário que a Secretaria do Patrimônio da União, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pratique os atos administrativos que aquela lei determina.

Os documentos e as informações solicitadas no presente requerimento têm por objetivo subsidiar futuras medidas, tanto no âmbito da atividade parlamentar legislativa, como no da ação fiscalizadora do cumprimento da determinação legal referida.

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento está dirigido à autoridade competente e atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que disciplinam os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

É de se concluir, portanto, que a proposição se encontra de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de remessa de documentos e de prestação de informações dirigidos a Ministros de Estado, e observa as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos de informações.

III – Voto

Em face do exposto, opino pela aprovação do Requerimento nº 1.285, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Alberto Silva**, Relator – Senador **Romeu Tuma**, Senador **Paulo Paim** – Senador **João Alberto Souza**.

PARECER Nº 1.819 DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.286, de 2004, que solicita informações do Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a aplicabilidade da exigência legal de exame psicológico complementar para os motoristas profissionais.

Relator : Senador Heráclito Fortes

I – Relatório

O Requerimento nº 1.286, de 2004, de iniciativa do Senador Augusto Botelho, tem o objetivo de solicitar ao Senhor Ministro das Cidades informações sobre a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001, no tocante a determinação para que os condutores de veículos que exercem atividade remunerada ao volante sejam submetidos a avaliação psicológica complementar, assim como no que se refere à devida especificação dessa e condição na Carteira Nacional de Habilitação.

Ao justificar a iniciativa, Sua Excelência informa que a mencionada lei, editada com o propósito de prevenir acidentes por meio da exigência de exames psicológicos específicos para os motoristas profissionais, ainda não encontrou plena aplicabilidade, decorridos quase três anos de sua aprovação. Segundo o autor do Requerimento, em razão de o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ainda não haver regulamentado a aplicação da lei, seus comandos permanecem inertes, salvo nos raros casos em que alguns Departamentos de Trânsito (Detrans) estaduais empreenderam esforços isolados no sentido de suprir a falta do regulamento federal.

Com o fundamento na omissão que considera injustificável, o autor sugere dirigir à autoridade ministerial responsável perguntas destinadas a esclarecer :

1 – Se os dispositivos em causa seriam auto-aplicáveis, inexigindo regulamentação infra-legal, e se existe parecer sobre a matéria expedido pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) ou pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran);

2 – No caso de não serem auto aplicáveis os mencionados dispositivos, que razões teriam

levado o Contran a não editar a regulamentação pertinente, e se tal omissão não ofenderia “os princípios constitucionais da tripartição dos poderes e da razoabilidade”;

3 – No caso de serem auto-aplicáveis, se os Detrans deveriam editar os atos normativos necessários e, sendo assim, que medidas estariam sendo adotadas pelo Contran e pelo Denatran para instar os Detrans a fazê-lo.

Apresentado no último dia 7 de outubro, o Requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

Ao exercer atividade remunerada ao volante, os condutores assumem a responsabilidade pela incolumidade de muitas e diversas vidas humanas, além de valioso e vário patrimônio material. É claramente exigível, portanto, que a sociedade se sinta mais segura quanto à saúde física e mental, dos motoristas profissionais, razão por que foi incorporada ao Código de Trânsito Brasileiro a obrigatoriedade de exames psicológicos periódicos.

Assim em face de relevância dessa exigência, ressalta notoriamente excessivo o tempo decorrido desde a aprovação da Lei nº 10.350, de 2001, sem que o Poder Executivo tenha promovido a regulamentação de novas normas de molde assegurar sua efetividade. A iniciativa insere-se, portanto, no âmbito da competência fiscalizadora do Senado Federal.

Quanto aos aspectos formais, a proposição rege-se pelo disposto no art. 50 § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, II, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Nesse aspecto, sem prejuízo da pertinência de seu conteúdo, faz-se necessário o ajuste dos termos do Requerimento no sentido de satisfazer adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, nos termos do art. 2º, I, impede a inclusão de “pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo, ou sobre o propósito da autoridade a quem é dirigido.”

III – Voto

Ante o exposto, Voto pela aprovação do Requerimento nº 1.286, de 2004, nos seguintes termos: Solicitar ao Senhor Ministro de Estado das Cidades informações relativas às ações administrativas e atos normativos que tenham sido adotados com vistas a conferir aplicabilidade ao disposto na Lei nº 10.350, de 21 de dezembro de 2001, que “altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro,

de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.”

Sala de Reuniões, 25 de Novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.820, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.300, de 2004, que requer nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras.

Relator: Senador **Eduardo Siqueira Campos**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.300, de 2004, de autoria do Senador Edson Lobão e integrantes da Subcomissão Temporária de Liquidação Financeira, solicita ao Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique de Campos Meirelles, nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras:

1) A quantidade de instituições financeiras em liquidação e o número de anos que cada uma delas está sob esse regime.

2) O número de funcionários do Banco Central colocados à disposição das liquidações, tanto de ativos como de aposentados.

3) Informar o custo mensal de administração das principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte, além dos bancos estatais, por meio de planilha, desde o início da intervenção até a presente data, contendo valores históricos, mês a mês, atualizados pela SELIC.

4) Valores recebidos em moeda corrente pelo Banco Central para amortização de crédito, também nas principais liquidações: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte e bancos estatais. Informar, além do valor histórico, o valor corrigido pela taxa SELIC.

5) Enumerar o valor dos créditos de terceiros, não-governamentais, que existem contra as principais liquidações.

6) O valor total das “provisões para perdas” com as instituições em liquidação extrajudicial feitas no último balanço do Banco Central.

7) Desse total, os valores correspondentes às provisões feitas para os principais bancos em liquidação: do Bamerindus, Nacional, Econômico, Mercantil de Pernambuco e Banorte e eventualmente os bancos estatais.

8) Explicar até onde vão os poderes de um liquidante dentro de uma instituição financeira. Se tem limites para possíveis contratações e terceirizações.

9) A quem o liquidante se reporta pelos seus atos, decisões e contratações.

II – Análise

Em cumprimento ao disposto no inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, foi submetido ao exame da Mesa o Requerimento de Informações nº 1.300, de 2004, de autoria do Senador Edson Lobão e dos integrantes da Subcomissão Temporária de Liquidação Financeira. Os autores, em essência, requerem que sejam solicitadas, ao Presidente do Banco Central do Brasil, informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras.

A proposição encontra fundamento nas disposições do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

O requerimento está, ainda, em conformidade com os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, pois envolve matéria atinente à competência fiscalizadora do Congresso Nacional e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

Além dos citados dispositivos constitucionais e regimentais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação nesta Casa.

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.300, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Sérgio Zambiasi**.

PARECER Nº 1.821, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.319, de 2004, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S/A (Banespa).

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, é submetido ao exame desta Mesa o Requerimento nº 1.319, de 2004, formulado pelo Senador Paulo Paim, que propõe sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo S.A. (Banespa):

a) quais as características dos ativos securitizados pela União para fazer frente à dívida atuarial do Banespa referente às aposentadorias e pensões de funcionários admitidos naquele Banco antes de 22 de maio de 1975, bem como cópia do acordo de cessão dessa dívida para a União pelo Estado de São Paulo;

b) se há algum dispositivo legal que exonerar o Banco Santander, novo controlador do Banespa, da obrigação de pagar as pensões e aposentadorias acima referidas, inclusive com as correções decorrentes da remuneração dos ativos securitizados de que trata o item anterior;

c) se o Banco Santander pode negociar os ativos securitizados referidos no item 'a' acima e, em caso afirmativo, informar se e quando tal negociação ocorreu e se o Ministério da Fazenda, ou qualquer de seus órgãos, participou ou aprovou tal operação.

Na Justificativa, o autor argumenta que, nos processos de federalização, privatização e, finalmente, aquisição do controle acionário do Banespa pelo Grupo Espanhol Santander Central Hispano, ocorreu “por iniciativa do adquirente, plano de demissão voluntária, bem como adequação de relação com aposentados oriundos do antigo Banespa”. Os contratos decorrentes entre a União e o Grupo Santander “deveriam respeitar os direitos adquiridos pelos antigos funcionários do Banco.”

As informações solicitadas devem-se à incerteza da percepção de aposentadoria complementar pelos aposentados do Banespa, conforme compromisso firmado, à época, entre as partes, e têm por finalidade “não só obter inteira compreensão dos fatos, como também buscar efetiva solução às questões atinentes aos aposentados oriundos do antigo Banespa.”

II – Análise

De acordo com o citado inciso III do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Mesa deliberar sobre o requerimento sob análise. Por outro lado, conforme disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, as Mesas de ambas as Casas do Congresso Nacional poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A presente proposição está de acordo com as normas citadas, bem como com o que dispõe os incisos I e II do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, porquanto envolve matéria atinente à competência fiscalizadora desta Casa e não contém pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a que se destina.

O Requerimento obedece, ademais, ao disposto no art. 49, X, da Constituição Federal, na medida em que busca fiscalizar e controlar, por meio do Senado Federal, atos do Poder Executivo. No caso em tela, as informações dizem respeito ao processo de federalização e da subsequente privatização do Banespa. Mais especificamente, requer documentos e informações sobre a responsabilidade do Grupo Santander – adquirente daquela instituição financeira – para com a aposentadoria complementar, inclusive pensões, dos funcionários admitidos até maio de 1975.

Cabe salientar que o Requerimento é dirigido ao órgão competente para prestar as informações, uma vez que o Ministério da Fazenda liderou – no plano federal – as negociações e condições do Programa de Ajuste Fiscal com o Governo do Estado de São Paulo, em cujo programa figurava a posterior privatização do Banespa.

Por fim, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos, não se lhe aplicando as normas da Seção II do citado Ato, porquanto não se trata de pedido de informações sigilosas relativas a operações de instituição financeira.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.319, de 2004, sem restrições.

Sala das Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Heráclito Fortes**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.822, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.329, de 2004.

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.329, de 2004, de autoria da Comissão de Educação do Senado Federal, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre a compatibilidade do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, que “altera a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, para instituir o serviço de televisão comunitária”, com as novas normas de TAD (HDTV).

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.329, de 2004, de autoria da Egrégia Comissão de Educação do Senado Federal.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Eduardo Siqueira Campos** – **Sérgio Zambiasi** – **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.823, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.334, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador José Jorge apresentou o Requerimento nº 1.334, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal,

sejam encaminhadas pelo Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre contratos efetuados pela empresa Cobra Tecnologia S/A, subsidiária do Banco do Brasil S/A:

a) Quais empresas privadas foram contratadas pela Cobra Tecnologia S/A, no período de 1º de janeiro de 2003 a 26 de outubro de 2004, para prestação de serviços ou fornecimento de equipamentos e programas (**software**) na área de informática?

b) A que se destinava a prestação dos serviços ou fornecimento de equipamentos e programas citados acima?

c) Qual o valor de cada contrato firmado pela Cobra Tecnologia S/A, no período citado e para as finalidades constantes no item **a**?

d) Quais os critérios e normas legais utilizados pela Cobra Tecnologia S/A para as contratações em tela?

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, constitucionalmente determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

“Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

O questionamento formulado pelo ilustre Senador José Jorge não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.334, de 2004, enquadra-se, portanto, no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.334, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.824, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.338, de 2004.**

Relator: Senador **Paulo Paim**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.338, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca da existência, em âmbito nacional, de programas educativos para prevenção do diabetes e da obesidade, diante de notícia sobre a gravidade dos problemas acarretados por essas doenças, publicada, em 13 de outubro p.p., no jornal **A Crítica**, de Manaus.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.338, de 2004.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – **José Sarney**, Presidente – **Paulo Paim**, Relator – **Romeu Tuma** – **Sérgio Zambiasi** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.825, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.339, de 2004.**

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio apresentou o Requerimento nº 1.339, de 2004, no qual solicita, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam encaminhadas pela Ministra de Estado das Minas e Energia informações sobre o projeto de criação de novo consórcio para o abastecimento de energia elétrica em Manuas-AM.

Solicita o Requerente que as informações em tela especifiquem a composição do consórcio, o percentual de participação de cada grupo, além de seu custo, cronograma de implantação e atuação.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, constitucionalmente determinado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....
O questionamento formulado pelo ilustre Senador Arthur Virgílio não se refere a qualquer informação de caráter sigiloso, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001. O Requerimento nº 1.339, de 2004, enquadra-se, portanto, no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de 2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.339, de 2004.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Sérgio Zambiasi**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.826, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.340, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentou requerimento no seguinte teor: “que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento informações acerca da existência de febre aftosa no Amazonas, bem como as medidas de prevenção adotadas pelo Governo.”

Em sua justificativa menciona que os jornais registraram a ocorrência de casos de febre aftosa no Amazonas, que motivaram “medidas de defesa por parte de países importadores da carne bovina brasileira.”

II – Análise

O art. 50, § 2º da Constituição Federal e o art. 216 do Regimento interno do Senado Federal, facultam aos senadores enviar requerimento de informação aos Ministros de Estado sobre assuntos de importância para o exercício das funções legislativas.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, “84% do rebanho brasileiro têm reconhecimento internacional como livre de febre aftosa com vacinação. Graças a essa condição, o país tem ampliado mercados para as exportações do setor. Em 2003, as vendas externas de carne bovina somaram US\$1,5 bilhão. Neste ano, até setembro, foram vendidos US\$1,8 bilhão.”

Vários jornais de circulação nacional veicularam o embargo pela Rússia da compra de carne bovina, suína e de frango, devido à descoberta de um foco de febre aftosa no Amazonas, ainda que muito distante das regiões exportadoras localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

De acordo com estimativas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) o referido embargo pode gerar “um prejuízo diário de US\$1 milhão por dia para o País. O cálculo leva em consideração o total de exportações do setor realizadas em agosto, que somaram US\$243 milhões, sendo que o mercado russo foi o principal comprador, com US\$33 milhões.”

III – Voto

Do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.340, de 2004, ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Sala de Reuniões, – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Sérgio Zambiasi**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Paulo Paim** – Senador **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.827, DE 2004

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.355, de 2004.

Relator: Senador **Sérgio Zambiasi**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.355, de 2004, o Senador Arthur Virgílio propõe que seja encaminhado ao Exmº Ministro de Estado da Defesa pedido de informações a respeito do contrato firmado entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e a empresa FS3 Comunicação e Sistemas, para a comercialização de espaços publicitários.

Nesse sentido, solicita o envio de cópia do referido contrato e formula um conjunto de questões sobre a matéria, abrangendo o seguinte conteúdo:

1. objetivo e critério adotado pela Infraero para a contratação da empresa FS3 Comunicação e Sistemas;
2. justificativa para a dispensa de processo licitatório;
3. valor do contrato e montante já desembolsado;
4. prazo previsto no contrato para a implantação do serviço pela FS3.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição está, também, em conformidade com o art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno, uma vez que envolve matéria sujeita à competência fiscalizadora exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. Além disso, respeita a vedação quanto à obrigatoriedade de os requerimentos não conterem pedido de providência, consulta, sugestão, conselho interogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige. Faz-se reparo, contudo, aos termos da segunda pergunta, tendo em vista a possibilidade de que resulte em resposta não objetiva.

No mais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.355 de 2004, com a segunda questão formulada nos seguintes termos:

“2. Qual a fundamentação legal e técnica apresentada para a dispensa de processo licitatório?”

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Sérgio Zambiasi**, Relator – **Romeu Tuma** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Paulo Paim** – **Alberto Silva**.

PARECER Nº 1.828, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.356, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1.356, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a contratação, sem concorrência pública, da organização Movimento Brasil Competitivo – MBC, para a elaboração de estudos visando a modernização do Poder Executivo Federal.

O Nobre Senador justifica seu requerimento informando que o jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 06 de outubro, publicou matéria intitulada “Contrato sem Concorrência”, mostrando que o Ministério do Planejamento firmou contrato, sem a realização de procedimento licitatório, com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP “Movimento Brasil Competitivo – MBC”, para a elaboração de estudos que visem à modernização das atividades do Poder Executivo.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 01, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.356, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, em. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator – Senador **Eduardo Siqueira Campos** – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Alberto Silva** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.829, DE 2004**Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.358, de 2004.**Relator: Senador **Romeu Tuma****I – Relatório**

O Requerimento nº 1358, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego sobre a decisão dessa Pasta de liberar as Delegacias Regionais do Trabalho para a contratação

de ONGs que dão cursos de capacitação do Programa Primeiro Emprego.

O Nobre Senador justifica seu requerimento informando que o jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 28 de setembro, publicou matéria intitulada “Ciúmes, ciúmes de você”, mostrando que o Ministério do Trabalho teria autorizado as Delegacias Regionais do Trabalho a contratar Organizações Não-Governamentais para ministrar cursos de capacitação no âmbito do Programa Primeiro Emprego, e que, antes dessa medida, somente os Estados, por meio de seus Secretários Estaduais de Trabalho, poderiam promover tais parcerias.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 01, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.358, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Sala de Reuniões, em. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Romeu Tuma**, Relator – Senador **Eduardo Siqueira Campos**, – Senador **Sérgio Zambiasi** – Senador **Paulo Paim**.

PARECER Nº 1.830, DE 2004**Da Mesa Diretora do Senado Federal,
sobre o Requerimento nº 1.368, de 2004,
relativo à solicitação de informações ao
Ministro de Estado da Saúde, acerca da
assistência à saúde dos portadores de de-
ficiência auditiva prestada por entidades
credenciadas junto ao Sistema Único de
Saúde.**Relator: Senador **Paulo Paim****1 – Relatório**

O Senador Romeu Tuma, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.368, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde acerca de alguns aspectos da assistência à saúde dos portadores de deficiência auditiva. O autor demonstra especial preocupação com o fornecimento de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI).

O ministro deverá informar sobre as entidades credenciadas para a assistência e a reabilitação dos portadores de deficiência, a aplicação dos AASI e o fornecimento de pilhas para reposição desses aparelhos. Também são solicitadas informações referentes ao número de pessoas atendidas e de aparelhos instalados e à remuneração por esses serviços.

II – Análise

O requerimento em tela obedece aos preceitos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Da mesma forma, a proposição está amparada pelo inciso X do art. 49 da Carta Magna, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Foi identificada, no entanto, uma falha de redação no requerimento – a repetição, no item nº 7, do questionamento expresso no item nº 4. Tal falha deverá ser corrigida quando da elaboração do documento definitivo para envio ao Poder Executivo, mediante supressão do item nº 7 da proposição e renumeração dos itens subseqüentes.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.368, de 2004, efetuadas as correções acima indicadas.

Sala de Reuniões, 25 de novembro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente – Senador **Paulo Paim**, Relator – Senador **Romeu Tuma** – Senador **Alberto Silva** – Senador **João Alberto Souza**.

PARECER Nº 1.831, DE 2004

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.373, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde.

Relator: Senador **Alberto Silva**

I – Relatório

O Senador Tião Viana, com fundamento no art. 50, § 20, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.373, de 2004, no qual solicita informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre seguintes questões:

1 – Desde a publicação da Lei nº 10.507, em 11-7-2002, quantos profissionais foram efetivados como agentes comunitários de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)?

2 – Quantos ainda trabalham na qualidade de bolsista do SUS?

3 – Qual o prazo limite estipulado pelo Ministério da Saúde para que, nos quadros do SUS, todas as vagas de bolsistas sejam transformadas em vagas preenchidas por agentes comunitários?

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem

como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O Requerimento em tela está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá, ao Congresso Nacional, a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.373, de 2004.

Sala de Reuniões, – **José Sarney**, Presidente – **Alberto Silva**, Relator – **Romeu Tuma** – **Paulo Paim** – **João Alberto Souza**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 1.781, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003** (nº 1.365/99, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa, em reunião realizada no dia 25 de novembro do corrente ano, aprovou os seguintes Requerimentos de Informação:

– integralmente os de nºs 762, 1.132, 1.147, 1.164, 1.165, 1.174, 1.180, 1.185, 1.186, 1.187, 1.188, 1.189, 1.197, 1.198, 1.208, 1.209, 1.212, 1.219, 1.224, 1.234, 1.239; 1.240, 1.246, 1.250, 1.274, 1.283, 1.284, 1.285, 1.300, 1.319, 1.329, 1.334, 1.338, 1.339, 1.340, 1.356, 1.358 e 1.373, de 2004;

– com nova redação, os de nºs 880, 1.128, 1.179, 1.247, 1.253, 1.286 e 1.355 de 2004;

– com a supressão do quesito nº 2, o de nº 845, de 2004;

– com a supressão do item 7 e renumeração itens subseqüentes, tendo em vista já constar como item 4, o de nº 1.368, de 2004; e

– pelo deferimento dos quesitos nºs 1 a 4, e pelo indeferimento dos quesitos nºs 5 e 6, os de nºs 1.251 e 1.252, de 2004;

Comunica também que foram aprovados os Requerimentos nºs 1.243, 1.244 e 1.416, de 2004, que haviam

sido anteriormente deferidos pela Presidência, **ad referendum** mesa.

Tendo em vista a aprovação do Requerimento nº 1.329, de 2004, fica sobrestada a tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 575, de 1999.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há um assunto que me preocupa muito neste País, tendo em vista que a Federação é uma responsabilidade desta Casa, o Senado, no tocante ao equilíbrio federativo, aos cuidados com a Federação, de que fazem parte os Estados e os Municípios.

Os Municípios, no meu entender, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são justamente as células principais da Federação. Já é um chavão dizer que no Município residem os problemas do cidadão, no bairro onde ele mora, na rua onde está a sua casa, e não num ente subjetivo chamado país ou União ou Federação.

Vemos com muita frequência nos jornais, na televisão, na grande mídia nacional referência aos Municípios, principalmente os do interior, como o Brasil profundo, como os grotões, considerando-os atrasados, cheios de problemas. O Brasil maravilha seria aquele em que não ocorre nada de errado, em que existe realmente uma consciência cidadã.

É inclusive bom frisar que dados do IBGE mostram que o menor Município em população do País está no maior Estado do País em termos de economia, em termos de prosperidade, que é São Paulo.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sozinhos, têm a maioria dos Municípios brasileiros. No entanto, regiões como a região Norte, que corresponde a mais de 50% da área do País, têm muito menos Municípios que um desses Estados.

É preciso que comecemos a pensar numa geopolítica diferente, não somente com aquele viés preconceituoso de que no Município residem os ninhos de corrupção, de que exatamente nos Municípios existem as deformidades do País. Por exemplo, mostram-se com muita frequência desvios dessa ou daquela prefeitura do interior com relação à aplicação de verbas federais, mas não se ressaltam, por exemplo, os desvios enormes ocorridos em nível federal, praticados pela tecnoburocracia federal. É preciso, portanto, que se comece a fazer uma inversão nessa análise.

Vamos analisar realmente o Brasil real, aquele a que se refere a grande mídia como o Brasil profundo, o Brasil dos grotões. Não é, portanto, o Brasil das metrópoles.

Tenho realmente analisado essa questão com um pouco de revolta e buscado ver as verdades e os seus desvios, para poder formar uma opinião. Será que o Brasil realmente sai da mesmice que vem enfrentando há décadas da concentração da população nos grandes centros urbanos, da migração permanente das regiões pobres

para as regiões ricas, da concentração de renda e de poder nessas regiões ricas? Ou será o contrário?

Não estou falando com o preconceito invertido de quem pertence a uma região pobre, com inveja de quem é das regiões ricas. Não. Tenho muito orgulho, como brasileiro, de saber que temos Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e uma capital como São Paulo. Minas Gerais, por exemplo, deu uma demonstração para o Brasil de como um Estado pode realmente administrar e equilibrar as suas finanças, mostrando que a Administração Pública não tem aquele estigma de ineficaz, que o Governo, que o Estado não é ineficaz e que não deve ser substituído por ONGs.

Dados da grande imprensa – o jornal **O Globo** foi o primeiro a noticiar; depois outros jornais o fizeram – divulgam algo que se repete há vários anos. Somente no ano passado, foram repassadas para essas ONGs, para essas organizações não governamentais, R\$1,3 milhão em convênios feitos apenas pelos Ministérios. Não estou falando de uma Petrobrás, de outras instituições e fundações paraestatais que repassam verdadeiras fortunas para essas organizações não governamentais, que devem fazer como manda a filosofia do terceiro setor, que é norteada pela solidariedade, pelo voluntarismo e pela ação não governamental, podendo fazer parcerias com o Poder Público, e não substituir o Poder Público. No Brasil, em alguns setores, essas ONGs já substituíram o Poder Público. Dessas ONGs não é exigido o mesmo rigor cobrado das prefeituras, principalmente dos pequenos Municípios, chamados de Brasil profundo ou de Brasil dos grotões pelos grandes articulistas da política nacional.

Quero fazer hoje uma defesa dos Municípios, mostrando que não é verdade que as mazelas estão nos Municípios. Estou inclusive encomendando um estudo para demonstrar, de maneira clara, que os maiores escândalos de corrupção deste País foram praticados na área federal e não nas áreas municipal ou estadual.

O pior é que se cobram centenas de dificuldades dos Municípios. Na verdade, existe um manual de dificuldades para liberar uma verba irrisória para um Município, enquanto se libera um R\$1,3 bilhão para as ONGs. Esse valor, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, representou, no ano passado, 44% do que o Governo repassou de maneira espontânea para os 5.560 Municípios do Brasil.

Vejam que coisa difícil de entender, no mínimo.

Por isso, quero justamente, Senador Mão Santa, abrir esse debate, para que possamos inverter essa ordem dos fatores. O mais importante é o Município, depois o Estado e, por último, a União; e não o inverso, porque a União é justamente o resultado da união dos Municípios e dos Estados. Nada mais é do que isso.

No entanto, existe esse preconceito que não é só dos técnicos burocratas, mas principalmente está enraizado e arraigado na grande mídia nacional.

Protesto porque sou de um Estado pequeno, com Municípios pequenos. Tirando a capital – que tem mais de 200 mil habitantes –, todos os Municípios do meu Estado têm em torno de 15 mil habitantes. Mas, como eu disse, o

Município com a menor população do Brasil está situado no Estado de São Paulo.

Temos realmente que repensar essa geografia. Falamos, por exemplo, na redivisão territorial dos grandes Estados. O Amazonas, sozinho, representa uma área superficial maior do que os setes Estados do Sul e do Sudeste. O Pará equivale a essa área dos setes Estados do Sul e do Sudeste, e Mato Grosso é quase igual. Esses três Estados juntos são mais da metade do País. No entanto, não se consegue sequer convocar um plebiscito para a população decidir se quer ou não a redivisão territorial desses grandes Estados. Imaginem pensar nos Municípios!

Existem Municípios, por exemplo, na região Norte que são maiores do que vários Estados do Nordeste. Não há, por parte do Governo Federal, uma preocupação de estimular, de dar assessoria técnica aos pequenos Municípios, de incentivar a população a permanecer e produzir no interior. Pelo contrário, aumentam-se as dificuldades e as complicações, empobrecendo a população e fazendo-a migrar para os grandes centros.

Será que é essa a sina do Brasil? Será que nós não vamos inverter essa ordem e, portanto, dar condições ao homem para que possa ficar no pequeno Município?

Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, nossos cumprimentos. Hoje, 26 de novembro, depois de quase dois anos no Senado, observei que havia aqui um conceito de, vamos dizer, grande clero, baixo clero. Eu, na minha observação, quero fazer o meu diagnóstico e enquadrá-lo: V. Ex^a é hoje um papa aqui.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Muito obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu os conheço, estou convivendo nesta Casa, respeito, mas nenhum desses Senadores... Eles podem ter convencimento, podem ter passado, mas eu ficaria com Ortega y Gasset, Senador Paim, que diz: “O passado é soldado; o porvir é que é capitão”. V. Ex^a é um capitão da política brasileira. Eu vinha ouvindo no rádio o discurso de V. Ex^a. Cheguei no meio dele. V. Ex^a se iguala ao estadista Presidente Sarney, de quem ouvi que o chão do Brasil começava lá em Pinheiro, a cidade maranhense onde ele nasceu. Esse é o conceito político. Senador Paim, Deus me proporcionou a oportunidade de criar 78 municípios no Estado do Piauí, transformar povoados em cidades. Não aquilo que se vê apenas, Mozarildo – as ruas, as avenidas, a praça para namorar, o mercado para comercializar, a escola para educar, o hospital para dar assistência, a cadeia para manter a ordem –, mas o chamamento do ser humano para participar, o aparecimento de novas lideranças – “o essencial é invisível aos olhos”. Tenho um exemplo no Piauí agora. Na cidadezinha de Jatobá, um prefeito, um “prefeitinho”, como eu chamo – fui “prefeitinho”, digo isso com orgulho e carinho –, João Félix, ganhou da cidade-mãe, Campo Maior, uma das maiores, onde se deu a Batalha do Jenipapo, em que colocamos os portugueses para fora. Então, “o essencial é invisível

aos olhos”. Foi esse o chamamento que ocorreu e que V. Ex^a defende. Faço apenas uma reflexão: Senador Paim, para mim, o prefeito é a maior autoridade. Sou orgulhoso de ter sido “prefeitinho” da minha cidade. Quero lhe dizer que ele é o único administrador que administra a sua avó, a sua mãe, a sua mulher, o seu filho. É na sua cidade que vivem os problemas. Ele é o que tem o compromisso do dia-a-dia, olho no olho, cumprimento a cumprimento, do nascer ao enterrar. Então, ele tem que ser respeitado, e isso é tudo o que V. Ex^a diz. Esta ilha da fantasia é também a ilha da corrupção. É aqui, não é nos municípios, que são vítimas. Agora, um lado desagradável. V. Ex^a merece o meu respeito, o desta Casa, o do Brasil, de Roraima, que deu esse filho ilustre, de Boa Vista. Mas, Senador Paim, passei a noite de ontem estudando a situação das estradas e vou fazer um pronunciamento, porque ouvi o Maguito falando sobre elas, sem dados. Passei a noite estudando. Olha, encaro com tristeza o desrespeito do Governo brasileiro com o Estado grandioso de Roraima, de Boa Vista, onde recebi uma comenda – e a carrego com orgulho –, e com os companheiros aqui. Romero, onde estás? Tu te entregas tão facilmente, Senador Romero. Venha aqui, ligeiro! Está aqui na revista **CNT**, da Confederação Nacional dos Transportes, que as piores estradas do Brasil estão no Estado de Roraima. É um desrespeito àquele grandioso Estado, a Boa Vista, a V. Ex^a, um dos melhores Senadores, não desta legislatura, mas da história, pela sua formação, pelo seu ideal da Medicina, ideal esse que tornou a ciência médica a mais humana das ciências. V. Ex^a é, portanto, um benfeitor. Mas os dados estão aqui, Senador Paim: São Paulo, 75,7% de ótimo e bom. É o Estado com a melhor malha rodoviária. Romero, onde estás? Venha! Roraima, com 98,9% de péssimo e ruim. Então, a minha solidariedade a V. Ex^a e o meu apelo à Presidência da República, para que se sensibilize com esse desrespeito ao grandioso Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, Senador Mão Santa, principalmente pelas palavras elogiosas à minha pessoa, que vêm da amizade que constituímos aqui em tão pouco tempo.

Com relação às estradas em Roraima, esses dados são realmente procedentes. Todavia, quero também dar a V. Ex^a uma notícia: agora, o Ministério dos Transportes liberou recursos para recapear a BR-174, a espinha dorsal do nosso Estado, que une a capital de Roraima a Manaus, capital do Amazonas, e à Venezuela. Portanto, Senador Mão Santa, pelo menos começou a haver mudança nesse quadro.

Nós, da Bancada de Roraima, temos feito uma pressão muito grande. O Ministro Alfredo Nascimento já empenhou recursos para o início do asfaltamento da BR-432, uma rodovia estadual que foi federalizada por iniciativa de um projeto meu, autorizativo. Assim, essa realidade começa a mudar.

Voltando à questão dos municípios, saiba V. Ex^a, Senador Mão Santa – que sempre diz se orgulhar de ter sido “prefeitinho” de uma cidade, como dizem os intelec-

tuais do Brasil Maravilha, lá dos grotões do Nordeste, do Norte, enfim, e até do interior, do Centro-Oeste –, que tenho certeza, por minhas leituras, que há municípios muito pobres também na Região Sul e na Região Sudeste. Quando estudei a distribuição dos médicos no Brasil, vi municípios da Região Sul e Região Sudeste que não têm médicos. Nós dois, que somos médicos, sabemos que é um absurdo o número de médicos no Brasil ser maior do que o recomendado pela Organização Mundial de Saúde, considerando-se a proporção médico/população, mas esses médicos estarem concentrados nos grandes centros. Os médicos são urbanos, não querem ir para o interior, lá para os grotões, para o Brasil profundo. Isso obriga o meu Estado de Roraima e outros Estados do Norte e do Nordeste a se valer de médicos de outros países, como Cuba principalmente, mas também da Colômbia e do Peru.

Há um projeto de minha autoria, Senador Paulo Paim, obrigando os profissionais da área de saúde, depois de formados, a passar um ano de estágio remunerado obrigatório nos municípios onde a correlação médico-paciente seja inferior à recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é de um para mil.

Imaginem, Senadores Mão Santa, Paulo Paim e até mesmo o Senador Alvaro Dias, que é de um Estado desenvolvido como o Paraná. Tenho certeza de que S. Ex^a sabe que há municípios do interior que às vezes não têm médico algum, quanto mais essa correlação de um médico para mil habitantes.

Espero ainda fazer outro pronunciamento sobre os municípios, porque não é justo assistirmos quase todos os dias, na televisão e nos jornais, a um verdadeiro ataque aos municípios, como se eles fossem a praga da Nação. No entanto, como eu disse, só no ano passado, o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios, repassou a organizações não governamentais, as ONGs, 44,5% do equivalente ao repassado aos municípios, ou seja, R\$1,3 bilhão!

Ouçó o Senador Alvaro Dias, com muito prazer.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a faz muito bem ao defender o município, como grande municipalista que é. As dificuldades são conhecidas por todos os que militam na atividade pública. Os Governos, tanto o Federal quanto estaduais, não cumprem rigorosamente os compromissos com os municípios. Ainda agora, os municípios brasileiros sofreram um corte de cerca de 40% no Fundo de Participação de Municípios, inexplicavelmente. V. Ex^a abordou a questão da saúde, que é fundamental. Qualquer pesquisa de opinião pública revela que, além da questão do emprego e da segurança pública, a saúde pública é a grande deficiência da Administração Pública brasileira. No meu Estado, o

Paraná, isso é mais grave. Hospitais e Santas Casas se fecham, porque lá há muita bravata e pouca ação. O Paraná foi apontado, em recente matéria publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, como o pior Estado brasileiro no cumprimento do preceito constitucional que determina 12% da receita para o setor de saúde. O Paraná não cumpre o preceito constitucional e é o Estado, segundo **O Estado de S. Paulo**, que menos investiu em saúde pública entre todos os Estados brasileiros, mas o governo ousa anunciar na televisão que é um exemplo para o País em matéria de saúde. E somos obrigados a ver isso. Aliás, é melhor ver do que ser cego, não é, Senador Mozarildo Cavalcanti? De qualquer forma, desperta nossa indignação contra a desfaçatez daqueles que não respeitam a população, que não honram os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral e depois, lamentavelmente, gastam horrores em publicidade enganosa para tentar manter sua popularidade.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Senador Alvaro Dias, temos de abrir, de maneira muito forte, o debate sobre os Municípios, que é federativo, portanto, obrigação nossa, do Senado. Há uma divergência entre os números do IBGE e os do TSE. Espero voltar a esta tribuna para me aprofundar ainda mais no debate, uma discussão macro, analisando todo o País e suas diversas regiões. O caminho para a eliminação das desigualdades regionais está em um melhor investimento do Governo Federal nos Municípios, e não em ONGs, que, repito, no ano passado, receberam 44% do que receberam os 5.560 Municípios do Brasil. Não tenho nada contra ONGs, mas quero que tenham para com elas o mesmo rigor que se dispensa aos Municípios – como chama a elite pensante deste País – do Brasil profundo, do Brasil dos grotões.

Sr. Presidente, encerro dizendo que voltarei a esta tribuna, possivelmente na segunda-feira, para continuar a discutir sobre o municipalismo, sobre a importância do Município para o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.475, DE 2004

Nos termos do Artigo 336, inciso II, combinado com o Artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos urgências para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 2004. – Senador **João Alberto Souza**, Senador **Aloísio Mercadante**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 56 DE 2003ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/11/2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : <i>Eduardo Suplicy</i>	
RELATOR :	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESARENKO	1-EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO <i>Sibi Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA <i>Fernando Bezerra</i>	6-JOÃO CAPIBERIBE <i>João Capiberibe</i>
MARCELO CRIVELLA <i>Marcelo Crivella</i>	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA <i>Neu Suassuna</i>
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO <i>Luiz Otávio</i>
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	4-JOÃO ALBERTO SOUZA <i>João Alberto Souza</i>
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO <i>Paulo Octávio</i>
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI <i>Tasso Jereissati</i>	2-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

Atualizada em: 12/03/2004

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido vai à publicação e será votado oportunamente, tendo em vista que todas as deliberações legislativas encontram-se sobrestadas, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.476, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro de Justiça as seguintes informações acerca do projeto de modernização dos passaportes fornecidos pela República Federativa do Brasil:

1. histórico das gestões e iniciativas do Ministério da Justiça no sentido da modernização dos passaportes;

2. estágio em que se encontram tais gestões e perspectivas da concretização do projeto de modernização dos passaportes;

3. avaliação do Ministério da Justiça acerca da importância de tal projeto para os interesses nacionais.

Justificação

O pedido de informação ao Ministro da Justiça conforma iniciativa parlamentar reveladora de prudência e de pragmatismo. Haja vista que a condução da política externa é de responsabilidade do Poder Executivo, conforme dispõe o art. 84, inciso VII e VIII da Constituição Federal, mediante os mecanismos de controle exercidos pelo Poder Legislativo, urge que esta Casa Congressual se mantenha informada sobre o projeto de modernização dos passaportes, documento público por excelência, permissivo de deslocamentos internacionais de cidadãos brasileiros.

A modificação de padrão dos passaportes brasileiros, para que estejamos em harmonia com os requisitos de segurança e modernidade dos demais Estados é tema de grande urgência e relevância, mormente pela necessidade premente de inserção internacional de nosso país. A defasagem tecnológica é imensa barreira não-tarifária, que prejudica o desenvolvimento econômico e compromete a melhor participação no comércio internacional, induzindo a uma imagem incompatível com a realidade que necessitamos externar.

A manifestação do Poder Executivo, provocada por reiterados pedidos de informações do Poder Legislativo é prática salutar ao convívio equilibrado e harmônico entre os poderes da República. Isso permite maior transparência e segurança nas deliberações legislativas, em prol da elaboração legislativa mais criteriosa e do próprio aperfeiçoamento do sistema democrático.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2004. —
João Ribeiro.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PS-GSE nº 1.619

Brasília, 24 de novembro de 2004.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.303, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 689/99), o qual “Altera o art. 25 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente. — Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

PS-GSE nº 1.620

Brasília, 24 de novembro de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 7.052, de 2002, do Senado Federal (PLS nº 13/02), o qual “Altera a redação do art. 5º da Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, que trata da Seguridade Social.”

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente. — Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os ofícios lidos serão juntados aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 689, de 1999, e 13, de 2002, respectivamente.

Sobre a mesa, ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

OS – GSE. nº 1.633

Brasília, 26 de novembro de 2004

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004 (Medida Provisória nº 205/04, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-11-04, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004**, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004, cujo ofício acaba de ser lido, a Presidência comunica à Casa que o prazo de sua vigência foi prorrogado pela Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Esclarece que o prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado e que a prorrogação do prazo de vigência das proposições não restaura os prazos de suas tramitações.

O prazo de vigência esgotar-se-á no próximo dia 6 de dezembro.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência incluirá a matéria, na Ordem do Dia da sessão de 30 de novembro, terça-feira próxima.

É a seguinte a matéria recebida da Câmara dos Deputados.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 52, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004)

Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o **caput** deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do **del credere** a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA ou na linha de crédito da Finame Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta lei terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I – médio produtor rural – taxa efetiva de juros de 9,75% (nove inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – grande produtor rural – taxa efetiva de juros de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

III – média empresa – taxa efetiva de juros de 12% (doze por cento) ao ano;

IV – grande empresa – taxa efetiva de juros de 14% (quatorze por cento) ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta lei, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$1.900.000.000,00 (um bilhão e oitocentos milhões de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao **del credere** de até 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta lei serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei nº 10.117, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 6º-A Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos “E”, “A/C”, Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa.”

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assenta-

dos, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, a que se refere o **caput** deste artigo, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

.....“(NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N.º 205 DE 2004

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *del credere* a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

III - média empresa - taxa efetiva de juros de doze por cento ao ano;

IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de quatorze por cento ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 30 de junho de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao *del credere* de até quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta Medida Provisória serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 6º-A. Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-rúdo e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

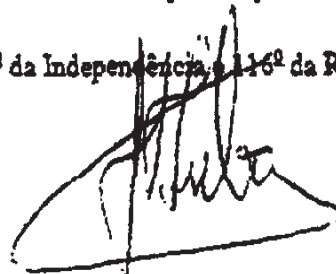
Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa." (NR)

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito." (NR)

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de agosto de 2004; 183º da Independência e 116º da República.



MENSAGEM Nº 466, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”.

Brasília, 6 de agosto de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

E.M Interministerial nº 6/2004-MI/MF

Brasília, 19 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de medida provisória, que tem por objetivo autorizar a subvenção, sob a forma de equalização de taxas de juros, para investimentos do setor privado na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em operações de crédito contratadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

2. Essa iniciativa busca viabilizar o aporte de novos recursos para atender a expressiva demanda por investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que hoje se encontra represada por haver extrapolado a capacidade de atendimento no âmbito da programação orçamentária do FCO, no exercício de 2004. O Ministério da Integração Nacional vem desenvolvendo ações, junto aos bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), buscando a melhoria do desempenho operacional desses Fundos, de modo que os recursos sejam aplicados, em sua totalidade, nas atividades produtivas, com atendimento preferencial aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas.

3. Para as regiões Norte e Nordeste, estima-se que os recursos previstos nas programações do FNO e FNE serão suficientes para o atendimento da demanda. Quanto ao FCO, tendo por base a grande procura por financiamento de longo prazo na região, no montante de R\$ 2,5 bilhões, em sua maioria com proposta já protocolada no Banco do Brasil S.A., verifica-se que o orçamento do Fundo para 2004, da ordem de R\$ 1,4 bilhão, não será bastante para suprir as necessidades de investimentos dos setores produtivos.

4. Essa escassez de recursos tem causado inquietação aos produtores rurais e empresas que exercem atividades produtivas no Centro-Oeste, com reflexos

negativos para o dinamismo da economia regional. O assunto foi amplamente debatido no âmbito do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – CONDEL/FCO, tendo os representantes dos Governos do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul registrado grande preocupação diante da incapacidade do FCO em atender a demanda de projetos estruturantes na região, visto que se trata de importantes indutores de geração de emprego e renda.

5. Registre-se que, por resolução do CONDEL/FCO e em conformidade com o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, 51% (cinquenta e um por cento) dos recursos disponíveis no FCO são destinados ao financiamento das atividades de microempresas e empresas de pequeno porte e de mini e pequenos produtores rurais, suas associações e cooperativas. O contingenciamento orçamentário do Fundo ressalta, ainda mais, a necessidade de se buscar fontes alternativas de financiamento de longo prazo, com taxas de juros compatíveis com os retornos previstos para os investimentos.

6. Como forma de atender à mencionada demanda no Centro-Oeste e viabilizar a implementação imediata de empreendimentos considerados de relevante interesse para o desenvolvimento econômico e social da região, propomos a edição de Medida Provisória, autorizando a subvenção para equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de atuação do FCO, contratadas com recursos do FAT, até 30 de junho de 2005, no montante de R\$ 1 bilhão.

7. Os custos financeiros das operações de crédito sujeitas à equalização em foco assemelham-se àqueles praticados nas operações dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de acordo com a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, excluído o mecanismo de bônus de adimplência, a saber:

I – Médio produtor rural – taxa efetiva de juros de 8,75% (oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

II – Grande produtor rural – taxa efetiva de juros de 10,75% (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano;

III – Média empresa – taxa efetiva de juros de 12,00% (doze por cento) ao ano;

IV – Grande empresa – taxa efetiva de juros de 14,00% (quatorze por cento) ao ano.

8. Exclui-se da medida em foco a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadráveis no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial destinada a essa finalidade, conforme regulamentado pelo Conselho

Monetário Nacional, de sorte a melhor atender as outras demandas.

9. Quanto ao **del credere** do agente financeiro, a proposta estabelece o limite de até 4,6% (quatro inteiros e seis décimos por cento) ao ano, cabendo à instituição financeira assumir, integralmente, o risco operacional.

10. Ressaltamos que os financiamentos passíveis de equalização deverão observar as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento. Do mesmo modo, caberá a esse Ministério providenciar a regulamentação da matéria, inclusive quanto aos procedimentos operacionais relacionados com a equalização de taxas.

11. Para a efetivação destes financiamentos, sem que seja exercida pressão nos orçamentos dos exercícios subseqüentes, pretende-se efetuar, a valor presente, o pagamento antecipado das despesas com equalização. Assim, seriam pagos em 2004 cerca de R\$ 38 milhões, já considerados na última avaliação bimestral de receitas de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, encaminhada aos demais Poderes no último dia 23 de março de 2004. Para 2005, o valor da parcela restante será incluído na proposta orçamentária do Ministério da Integração. Nesse sentido, a possibilidade de pagamento antecipado está sendo considerada no texto da Medida Provisória.

12. Embora venha a se constituir em despesa para o Orçamento Geral da União, a medida será de grande impacto para o incremento dos investimentos na Região Centro-Oeste e terá o mérito de reduzir os custos financeiros para os tomadores finais, viabilizando projetos dos setores produtivos e propiciando a geração de emprego e renda, enfim, promovendo crescimento econômico e inclusão social.

13. De outra parte, frente ao ainda reduzido universo de operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, explicado em grande parte pela natural insuficiência de garantias do público alvo desse Programa, e reconhecendo-se a dificuldade de ampliação do atual suporte orçamentário-financeiro direto do Tesouro Nacional a título de assunção de risco em financiamentos da espécie, estamos propondo a Vossa Excelência a adoção das seguintes medidas:

a) inclusão do art. 6º—A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, no sentido de dispor que, nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, com beneficiários dos grupos “B”, “A/C”, Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar—Pronaf, o risco será

assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional;

b) definir que nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa;

c) alteração do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001 para estabelecer que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da presente Medida Provisória.

Respeitosamente, – **Ciro Gomes**, Ministro de Estado da Integração Nacional – **Antonio Palocci Filho**, Ministro de Estado da Fazenda.

PS.-GSE. nº 1.633

Brasília, 26 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro-Secretário do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004 (Medida Provisória nº 205/04, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 25-11-04, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995A, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**,
Primeiro-Secretário.

MPV Nº 205

Publicação no DO	9-8-2004
Designação da Comissão	10-8-2004
Instalação da Comissão	11-8-2004
Emendas	até 15-8-2004 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	9-8 a 22-8-2004 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	22-8-2004
Prazo na CD	de 23-8-2004 a 5-9-2004 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	5 -9-2004
Prazo no SF	6-9-2004 a 19-9-2004 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	19-9-2004
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	20-9-2004 a 22-9-2004 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	23-9-2004 (46º dia)
Prazo final no Congresso	7-10-2004 (60 dias)
Prazo prorrogado	6-12-2004*
*Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do CN publicado no DOU de 5-10-2004 (Seção I)	

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA)

CONGRESSISTAS	EMENDAS N ^o s
Deputado ANTÔNIO C. MENDES THAME	006; 015; 016; 018; 019 e 021
Senadora HELOÍSA HELENA	001; 002; 005 e 008
Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA	003; 009; 012 e 014
Senador JONAS PINHEIRO	004
Deputada KÁTIA ABREU	010; 017; 020 e 022
Deputado LEONARDO MOURA VILELA	013
Deputado ODACIR ZONTA	007 e 011

TOTAL DE EMENDAS: 022

MPV - 205

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
Autor Senadora Heloísa Helena			nº do proponente	
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa <input type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O capuz do art. 1º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica aos bancos gestores, sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Justificativa

De acordo com o espírito constitucional, a criação e manutenção dos Fundos Constitucionais têm por objetivo diminuir diferenças regionais através da disponibilização de recursos de financiamento para produtores localizados nas regiões Centro Oeste, Norte e Nordeste, as três mais pobres do País.

A referida MP em apreço abre crédito suplementar apenas para uma das regiões, independentemente das demandas e necessidades. Esta emenda visa oferecer a mesma oportunidade de recursos adicionais para as três regiões, mantendo o espírito da Constituição Federal.

PARLAMENTAR

Heloísa Helena
Senadora Heloísa Helena - AL

MPV - 205

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	proposição Medida Provisória n° 205, de 06 de agosto de 2004
------------------	---

Autor Senadora Heloisa Helena	n° do prontuário
----------------------------------	------------------

1 Supressiva	2. substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo 2º, do art. 1º da MP n° 205, de 06 de agosto de 2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º – O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do del credere a que farão jus os agentes financeiros gestores dos Fundos Constitucionais, e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

Justificativa

Um dos objetivos principais desta Medida Provisória, editada pelo Executivo Federal, foi oferecer recursos para equalizar taxas de juros, compensando possíveis diferenças da captação junto ao FAT, como uma forma de viabilizar novos empréstimos junto aos Fundos Constitucionais.

O espírito desta emenda, seguindo alteração no caput do artigo 1º, é incluir todos os três gestores dos Fundos Constitucionais. Conseqüentemente, esta emenda visa oferecer as mesmas condições financeiras aos três agentes financeiros, gestores do FCO (Banco do Brasil), o FNO (BASA – Banco da Amazônia SA) e o FNE (BNB – Banco do Nordeste do Brasil).

PARLAMENTAR

Heloisa Helena

Senadora Heloisa Helena – AL

MPV - 205

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n° 205/04
--	--

autor Deputado José Carlos Aleluia	N° da proposta
--	----------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao §1° do art. 1° da MP:

“Art. 1°.....

§1° O pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo será realizado em até 60 dias após a comprovação pelo Ministro da Integração Nacional da aplicação dos recursos pelos beneficiários do crédito.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa fixar limite temporal para a antecipação da subvenção econômica autorizada pela presente Medida Provisória.

Ademais, estabelece que o Ministro da Integração Nacional, responsável pela fixação das diretrizes e prioridades dos financiamentos passíveis de equalização, comprove a aplicação dos recursos, o que certamente trará transparência à matéria.

A limitação tem por maior escopo o resguardo do capital do agente financeiro, somente no que toca ao capital de giro, evitando assim, a capitalização excessiva do Banco do Brasil.

PARLAMENTAR

JCA

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA**MPV - 205****00004**

Insera-se no art. 1º da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, o seguinte § 4º:

"Art. 1º

.....

§ 4º A concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e de armazéns, com recursos captados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, cujas propostas, protocoladas no Banco do Brasil S. A., já tenham sido deferidas e contratadas até a data da publicação desta Lei, poderão receber subvenção econômica nas condições previstas nesta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

Diversas propostas solicitando concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, bem como armazéns, com recursos oriundos do FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, e que estão protocoladas no Banco do Brasil, não tiveram as concessões contratadas por falta de recursos financeiros por aquele Fundo.

A presente emenda visa a assegurar que essas propostas, já protocoladas no Banco do Brasil até a data da publicação desta Lei, sejam acolhidas por aquela instituição financeira, e contratadas nas condições estabelecidas para o FCO, com a respectiva equalização das taxas de juros a serem consideradas.

Dessa maneira, estar-se-á possibilitando aos mutuários a concessão de crédito para esses investimentos nas mesmas condições previstas pelo FCO, as quais são mais favorecidas que as demais linhas de crédito disponíveis.

Muitos mutuários, tão logo tiveram suas propostas deferidas ou já contratadas pelo Banco do Brasil S. A., assumiram compromissos encomendando máquinas e equipamentos e fazendo outros investimentos previstos; houve casos, inclusive, em que essas encomendas já foram entregues pelas concessionárias. A impossibilidade de viabilizar essas operações por causa da insuficiência de recursos oriundos do FCO criou uma situação de difícil reversão, a qual só poderá ser solucionada com a autorização prevista neste parágrafo que ora apresento como emenda.

Além do mais, essa emenda, deixando bem explícita a autorização de que a subvenção econômica concedida por esta Lei também seja concedida para pagar a equalização das taxas de juros dessas operações, evitará a possibilidade de que se queira dar, posteriormente, outro entendimento que não este.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 2004.



Senador JONAS PINHEIRO

MPV - 205

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004
-------------------------	--

Autor Senadora Heloisa Helena	nº do prontuário
---	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
---------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Os Incisos I e II do art. 2º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004 passam a vigorar com a seguinte redação, renumerando os demais incisos do referido artigo:

I - agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

II - mini produtores, suas cooperativas e associações: taxa efetiva de juros de seis por cento ao ano.

Parágrafo único: Sobre os encargos previstos, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento (25%) para mutuários do Inciso II que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento (15%) para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

Justificativa

O texto da MP em apreço oferece um adicional de recursos ao gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) apenas para operações de crédito voltadas aos produtores rurais e empresas, de portes médios e grandes.

Esta limitação, equalizando taxas de juros apenas para empréstimos de médios e grandes produtores e suas empresas, é contrária ao próprio espírito dos Fundos Constitucionais e suas normas de regulamentação (lei 10.177, de 2000). Estes foram criados com o objetivo constitucional de oferecer recursos aos setores mais pobres das regiões com menores índices de desenvolvimento.

Esta emenda inclui a possibilidade de equalizar taxas de juros também dos empréstimos contratados por agricultores familiares, mini produtor rural, suas cooperativas e associações, mantendo as mesmas condições da lei 10.177, de 2000, que alterou as condições de empréstimos tornando-as mais compatíveis com a realidade das três regiões.

PARLAMENTAR

Heloisa Helena

Senadora Heloisa Helena - AL

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00006

data
16/08/2004proposição
Medida Provisória n° 205, de 06 de agosto de 2004autor
Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAMEn° do parecerista
3321 Supratitvo 2 substitutiva 3 modificativa 4 editiva 5 Substitutiva global

Página

Art. 2.º

Parágrafo único

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se parágrafo único ao art. 2.º da presente Medida Provisória, com a seguinte redação:

"Art. 2.º

Parágrafo único. Sobre os encargos de que tratam os incisos I a IV deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de quinze por cento para mutuários, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."

JUSTIFICAÇÃO

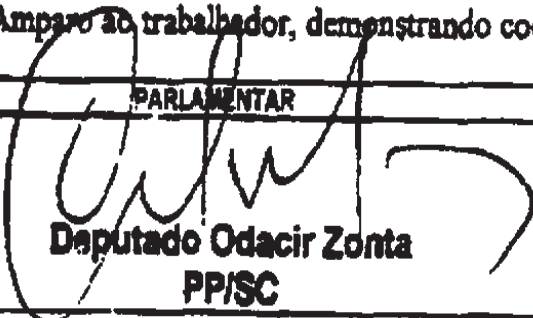
A inclusão deste parágrafo único tem como objetivo assegurar aos mutuários da região centro-oeste as mesmas condições operacionais previstas na Lei 10.177 que estabelece o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros com recursos dos Fundos constitucionais. Assim a aplicação do redutor de juros atenderia tanto aos recursos dos fundos constitucionais quanto os do Fundo de Amparo ao Trabalhador, demonstrando coerência.

PARLAMENTAR

MPV - 205

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 12/08/2004	Proposição Medida Provisória n.º 205/2004			
Autor Deputado Odacir Zonta			n.º do processo	
1. <input type="checkbox"/> Representativa 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICATIVA				
<p>Inclua-se o parágrafo único ao artigo 2º, da Medida Provisória 205, de 06 de agosto de 2004, com a seguinte redação:</p>				
<p><i>"Art. 2º - ... Parágrafo Único - Sobre os encargos de que tratam os incisos I e IV deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de quinze por cento para mutuários, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento."</i></p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>A inclusão deste parágrafo único tem como objetivo assegurar aos mutuários da região centro-oeste as mesmas condições operacionais previstas na Lei 10.177 que estabelece o bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros com recursos dos Fundos constitucionais. Assim a aplicação do redutor de juros atenderia tanto aos recursos dos fundos constitucionais quanto aos do Fundo de Amparo ao trabalhador, demonstrando coerência.</p>				
PARLAMENTAR  Deputado Odacir Zonta PP/SC				

MPV - 205

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/04	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
Autor Senadora Heloisa Helena	nº do prontuário			
1 Supressiva 2. substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Início	Fim

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único, do art. 3º da MP nº 205, de 06 de agosto de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único - O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao *del credere* de até três por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Justificativa

O texto da MP em apreço oferece, a título de *del credere*, um percentual de até quatro inteiros e seis décimos por cento (4,6%) ao ano. Este índice está bem acima dos três por cento (3%) ao ano, estabelecido no texto da lei 10.177 de 2000, valor a que tem direito os demais administradores dos Fundos Constitucionais do Nordeste (Banco Nacional do Nordeste) e do Norte (Banco da Amazônia S.A).

Sendo que esta MP trata de recursos adicionais para a mesma finalidade - ou seja, financiar projetos de desenvolvimento com recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste -, não há justificativa para oferecer um índice mais alto ao gestor do FCO (Banco do Brasil S.A).

O objetivo desta emenda é manter o mesmo valor de remuneração a todos os gestores dos Fundos Constitucionais.

PARLAMENTAR



Senadora Heloisa Helena - AL

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00009

data	<p align="center">Proposição</p> <p align="center">Medida Provisória nº 205/04</p>
------	---

<p align="center">autor</p> <p align="center">Deputado José Carlos Alelula</p>	<p align="center">Nº da proposição</p>
---	--

1 Supressiva 2 substitutiva 3 modificativa 4 aditiva 5 Substitutiva global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se o art. 5º da MP.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória em questão prevê que o financiamento de pequenos agricultores familiares e que será realizado por bancos oficiais federais com risco integral para o respectivo Fundo Constitucional.

Não nos parece ser essa a melhor opção. Não se pode admitir que o Tesouro Nacional assumia todo o risco no caso dos assentamentos para fins de agricultura familiar, mesmo porque tais riscos são hoje compartilhados conforme prevê o art. 6º da Lei n.º 10.177/01 que cuida da matéria.

Assim, acreditamos que a integralidade do risco para o Tesouro Nacional na implantação de um programa específico, apesar de louvável, não se apresenta como a melhor solução.

PARLAMENTAR

[Handwritten signature]

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00010

DATA		PROPOSIÇÃO		
11/08/2004		Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.		
AUTOR		Nº PROPOSTÁRIO		
DEPUTADA KÁTIA ABREU				
1 - SUPERSITIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO CORAJ.
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Inclua-se ao art 5º da Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004, a seguinte alteração na Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001:

Art. ____ O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei.

JUSTIFICACÃO

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao amparo da Lei 10.177, continuam com taxas juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

MPV - 205

00011

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 12/08/2004	Proposição Medida Provisória n.º 205/2004
--------------------	--

Autor Deputado Odacir Zonta	n.º da proposição
--------------------------------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Representativa	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	---	---	---	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se ao artigo 5º, da Medida Provisória 205, de 06 de agosto de 2004, a seguinte alteração na Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001:

“Art. 5º – ...O prazo estabelecido pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei.”

JUSTIFICATIVA

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao amparo da Lei 10.177, continuam com taxas de juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

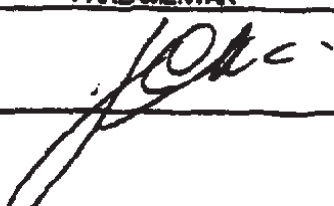
PARLAMENTAR


 Deputado Odacir Zonta
 PP/SC

MPV - 205

00012


APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data		proposição Medida Provisória n° 205/04		
autor Deputado José Carlos Aleluia				N° da proposta
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Dê-se ao art. 6º que modifica o §2º do art. 7º da Lei nº 9.126/95 a seguinte redação:</p> <p>“§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco operacional de cinquenta por cento ao respectivo Fundo Constitucional, cabendo igual percentual para o Banco da Terra no caso de seus beneficiários, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito.” (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A Medida Provisória em questão prevê que o financiamento de projetos envolvendo beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra será realizado por bancos oficiais federais com risco integral para o respectivo Fundo Constitucional.</p> <p>Não nos parece ser essa a melhor opção. Não se pode admitir que o Tesouro Nacional assumira todo o risco no caso dos assentamentos para fins de reforma agrária, mesmo porque tais riscos são via de regra compartilhados conforme prevêem os diplomas legais que cuidam da matéria.</p> <p>Assim, acreditamos que a integralidade do risco para o Tesouro Nacional na implantação de um programa específico, apesar de louvável, não se apresenta como a melhor solução.</p>				
PARLAMENTAR				
				

MPV - 205

00013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 13/08/2004	Proposição Medida Provisória n.º 205/2004			
Autor LEONARDO MOURA VILELA			nº do prontuário	
<input checked="" type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. Substitutiva <input type="checkbox"/> 3. Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
EMENDA ADITIVA Inclua-se novo artigo 6ºA Art. 6º A - Fica assegurada a repactuação das dívidas enquadradas na securitização para produtores e suas cooperativas que de acordo com a Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, Medida Provisória nº 2196-3, de 24 de agosto de 2001 e legislação correlata, aderiram à renegociação dos débitos, porém não conseguiram efetuar o pagamento das prestações até a data dos respectivos vencimentos. Parágrafo Único - Ficam ainda assegurados aos mutuários, que vierem a aderir à repactuação, os encargos financeiros e os prazos de pagamento aplicados às operações contratadas pelos mutuários adimplentes. JUSTIFICAÇÃO Os produtores e suas cooperativas se encontram atualmente em situação financeira mais favorável do que na época de renegociação das dívidas. Diante deste cenário muitos mutuários que se encontram inadimplentes junto ao sistema financeiro poderão regularizar sua situação e passar a efetuar o pagamento de suas dívidas. Esta repactuação das dívidas beneficiará aos produtores e suas cooperativas, bem como o Tesouro Nacional, uma vez que a União terá depositado em seu caixa um crédito de difícil realização. Necessita-se, ainda, que na atualização do saldo devedor, seja aplicada a cobrança dos encargos financeiros debitados aos mutuários adimplentes uma vez que valores superiores inviabilizarão qualquer tentativa de regularização dos débitos.				
PARLAMENTAR  LEONARDO MOURA VILELA PP/GO				

MPV - 205

00014

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data		proposição Medida Provisória nº 205/04		
autor Deputado José Carlos Aleluia			Nº do proponente	
1. <input type="checkbox"/> Expressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4. <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Início	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

I - Dê-se à ementa da MP 205/04 a seguinte redação:

"Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995."

II - Dê-se ao art. 1º, *caput* a seguinte redação:

"Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT."

III - Dê-se ao art. 2º, *caput* a seguinte redação:

"Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO e do FNE para 2004."

IV - Dê-se ao art. 3º, *caput* a seguinte redação:

"Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste e de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Nordeste, ambas até 30 de junho de 2005."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa ampliar o escopo da Medida Provisória, fazendo com que sua ação integre a parte mais carente do nosso país, o Nordeste. Para que a medida seja efetivada, aumentamos o valor da operação de crédito em um bilhão, para que essa seja efetivamente utilizada na Região Nordeste.

Vale ressaltar que a presente modificação do texto original não altera o objeto da presente Medida Provisória, mas na verdade amplia seu escopo, a fim de promover um desenvolvimento mais equânime para o país.

PARLAMENTAR

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00015

data 16/08/2004	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
autor Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	nº da proposição 332			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input checked="" type="checkbox"/> aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

Art. . As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao amparo da § 5º do art. 5º, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observada as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da reapetuação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º. O saldo devedor apurado na data da repactuação será alongado para pagamento em prestações, com parcelas iguais e sucessivas, em meses livremente pactuados entre os mutuários e credores, no último dia de cada mês, com vencimento pelo menos uma vez ao ano, sendo que a data da primeira prestação deverá ser até 120 dias após a publicação desta Lei e da última até 31 de outubro de 2025.

§ 3º. Após repactuado o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput. passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vale ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização para pagamento em 23 anos, foi exigido a época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor este indisponível para muitos produtores.

PARLAMENTAR



MPV - 205

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

dem	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004
-----	--

autor Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	nº do proponente
--	------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

Art. As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao amparo do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observada as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da repactuação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º. O saldo devedor apurado na data da repactuação será alongado nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 3º. Após repactuado o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput, passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores."

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vale ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização para pagamento em 23 anos, foi exigido a época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor este indisponível para muitos produtores.

PARLAMENTAR



MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00017

DATA		PROPOSIÇÃO		
11/08/2004		Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.		
AUTOR		Nº DE EMENDA		
DEPUTADA KÁTIA ABREU				
1 - SUPLENIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁRTELA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Inclui-se um novo artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, com a seguinte redação:

Art. ____ As parcelas vencidas e não pagas de operações alongadas ao amparo do § 5º do art. 5º, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, alterada pela Lei nº 9.866, de 09 de novembro de 1999 e pela Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, poderão ser regularizadas observadas as seguintes condições:

§ 1º. As prestações que estavam vencidas em 31 de outubro de 2003 passarão a ser corrigidas, a partir dos respectivos vencimentos até a data da reapectuação, pelos encargos financeiros definidos no Art. 5º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001;

§ 2º. O saldo devedor apurado na data da reapectuação será alongado nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional

§ 3º. Após reapectuação o saldo vencido, o saldo vincendo das operações alongadas de que trata o caput, passam à situação de normalidade, mantendo-se inalterados os prazos e condições pactuados nos contratos originais e aditivos posteriores.

JUSTIFICACÃO

A inclusão deste artigo tem como objetivo atender aos produtores rurais inadimplentes com a securitização. Vale ressaltar que dos 186 mil contratos de securitização cerca de 56 mil encontram-se em atraso. Explica-se este grau de inadimplência vez que para participar do alongamento da securitização para pagamento em 23 anos, foi exigido a época o pagamento de 32,5% do valor da parcela, valor este indisponível para muitos produtores.

ASSINATURA

DATA

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00018

<p>data 16/08/2004</p>	<p>proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004</p>
----------------------------	---

<p>autor Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME</p>	<p>nº do proponente 332</p>
---	---------------------------------

1 Supressiva 2 substitutiva 3 modificativa 4 aditiva 5 Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

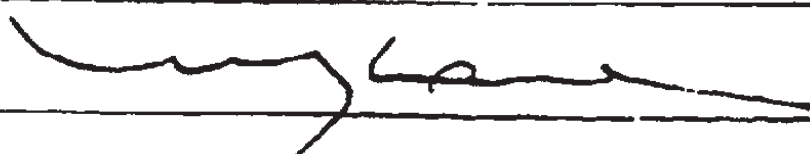
Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

"Art. . O prazo estabelecido pelo § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para o encerramento das renegociações, prorrogações e composições de dívidas amparadas em recursos dos Fundos Constitucionais, fica alterado para até cento e vinte dias após a data em que for publicada a regulamentação desta Lei, inclusive sob a forma alternativa de que trata o art. 4º da referida Lei."

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste novo artigo é o de reabrir os prazos de renegociação das dívidas dos fundos constitucionais inclusive na forma alternativa da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Muitas operações originárias dos fundos constitucionais de financiamento, não negociadas ao amparo da Lei 10.177, continuam com taxas juros e mais TJLP. A reabertura de prazos de renegociação contribuirá para redução da grande inadimplência de até 40% verificada principalmente no Banco do Nordeste do Brasil.

PARLAMENTAR



MPV - 205

00019

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/2004	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004			
autor Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME			nº de propositura 332	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página 01/02	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO JUSTIFICACÃO

Inclua-se onde couber as seguintes alterações aos respectivos dispositivos do art. 7.º da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, com as seguintes redações:

Art. 7.º

I -

b) *bônus de adimplância de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de 20% (vinte por cento) nas operações de custeio e investimentos nas demais regiões do País, sendo que na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, o bônus será de 70% (setenta por cento) para custeio e investimento. (NR)*

II -

a)

4. *na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, será concedido um bônus de adimplância de 70% (setenta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento. (NR)*

b)

1.

2. *para aderir à repactuação será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene. (NR)*

7. *na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplância de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento. (NR)*

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00020

DATA 11/08/2004		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.		
AUTOR DEPUTADA KÁTIA ABREU		Nº PROPOSTÁRIO		
1 - SUPLENIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Inclua-se artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, alterando o artigo 7º da Lei nº 10.896, de 2 de julho de 2003:

Art. 7º

I -

b) bônus de adimplência de 30% (trinta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, no caso das operações de custeio e investimento contratadas na região dos Fundos Constitucionais, e de 20% (vinte por cento) nas operações de custeio e investimentos nas demais regiões do País, sendo que, na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adens, o bônus será de 70% (setenta por cento) para custeio e investimento. (NR)

II -

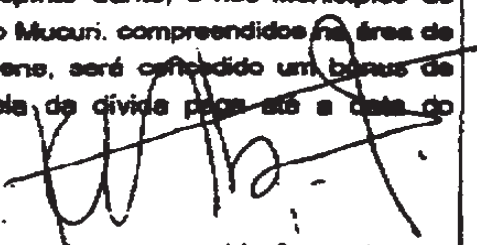
a)

4. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adens, será concedido um bônus de adimplência de 70% (setenta por cento) sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento; (NR)

b)

1.

2. para aderir à respectiva operação será dispensada contrapartida financeira por parte do mutuário na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adens; (NR)



§ 5º.....

.....
II a parcela do saldo devedor apurado na data de repactuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - Adene, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte: (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sancionada com base na Medida Provisória nº 114, de 31 de março de 2003, autorizou a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, especificamente aquelas contraídas no âmbito do PROCERA, do PRONAF e, dentro de certos limites, do FAL e dos Fundos Constitucionais.

Ao estabelecer o bônus de adimplência de setenta por cento, a Lei, pela redação dada pela Lei 10.823, indicou que este seria aplicável aos mutuários das "regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da ADENE". Registre-se que a Lei 10.696, originalmente, previa tal benefício exclusivamente aos agricultores do semi-árido e do Norte do Espírito Santo.

Ao definir esta nova região de abrangência, a Lei cria inominável falta de equidade: não se pode conceber que as sofridas regiões ampliadas, além do semi-árido (referimo-nos às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo) possam ser mais inóspitas, mais agressivas à produção agropecuária do que as demais regiões da Região Nordeste não compreendidas no semi-árido.

PARLAMENTAR



MPV - 205

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 16/08/2004	proposição Medida Provisória nº 205, de 06 de agosto de 2004
--------------------	---

autor Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	nº do processo 332
---	-----------------------

Supressiva
 substitutiva
 modificativa
 aditiva
 Substitutivo global

Página	Art.	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber na presente Medida Provisória o seguinte artigo:

"Art. . O art. 12 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redução:

'Art. . Para efeito do disposto no Art. 2.º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 31 de março de 2004 ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até cento e vinte dias após a data de publicação da regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições

I - pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;

II - refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor;

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso I deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I e II, do art. 2º da Lei no 10.437, de 25 de abril de 2002, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento."

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste novo artigo é o de permitir a renegociação das dívidas dos da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Permite-se a celebração de uma nova operação (PESINHA) agrupando-se o saldo devedor das prestações em atraso.

PARLAMENTAR

.....
 7. na Região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, os mutuários que vierem a adimplir-se nessas condições farão jus a um bônus de adimplência de 40% (quarenta por cento) sobre cada parcela da dívida para até a data do respectivo vencimento. (NR)

§ 5º

.....
 II – a parcela do saldo devedor, apurado na data de respectuação, que diz respeito ao crédito original excedente ao limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na região Nordeste, no Norte do Espírito Santo, e nos Municípios do Norte de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene, poderá ser prorrogada pelo prazo de 10 (dez) anos, incluídos 2 (dois) anos de carência, observado o seguinte: (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, sancionada com base na Medida Provisória nº 114, de 31 de março de 2003, autorizou a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, especificamente aquelas contraídas no âmbito do PROCERA, do PRONAF e, dentro de certos limites, do FAT e dos Fundos Constitucionais.

Ao estabelecer o bônus de adimplência de setenta por cento, a Lei, pela redação dada pela Lei 10.823, indicou que este seria aplicável aos mutuários das "regiões do semi-árido, Norte do Espírito Santo e nos municípios do Norte de Minas Gerais, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, compreendidos na área de atuação da ADENE". Registre-se que a Lei 10.696, originalmente, previa tal benefício exclusivamente aos agricultores do semi-árido e do Norte do Espírito Santo.

Ao definir esta nova região de abrangência, a Lei cria inominável falta de equidade: não se pode conceber que as sofridas regiões ampliadas, além do semi-árido (referimo-nos às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo) possam ser mais inóspitas, mais agressivas à produção agropecuária do que as demais regiões da Região Nordeste não compreendidas no semi-árido.

DAJA / /

SECRETARIA

EST. CPD/RECOMENDADOS.DOC

MPV - 205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00022

DATA 11/08/2004		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.		
AUTOR DEPUTADA KÁTIA ABREU		Nº PRECATORIO		
1 - SUPLENIVA	2 - SUPLETIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TÍTULO

Inclui-se novo artigo na Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, com a seguinte redação:

Art. ____ O artigo 12 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para efeito do disposto no Art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, admite-se que a regularização das parcelas em atraso até 31 de março de 2004 ocorra mediante a contratação de nova operação realizada pelo mutuário, até cento e vinte dias após a data de publicação da regulamentação desta Lei, observadas as seguintes condições

- I - pagamento, em espécie, de dez por cento do saldo devedor em atraso;
- II - refinanciamento em treze anos do saldo devedor remanescente, mediante repactuação vinculada à aquisição de Títulos Públicos Federais equivalentes a vinte inteiros e sessenta e dois centésimos por cento desse saldo remanescente, a serem dados em garantia ao credor;

Parágrafo único. Para as operações refinanciadas nos termos do inciso II deste artigo, aplicam-se os benefícios previstos nos incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, sobre as parcelas de juros pagas até o vencimento"

JUSTIFICACÃO

O objetivo deste novo artigo é o de permitir a renegociação das dívidas dos da Resolução 2.471, também conhecida no mercado como PESA (Programa de Saneamento de Ativos). Permite-se a celebração de uma nova operação (PESINHA) agrupando-se o saldo devedor das prestações em atraso.

DATA	ASSINATURA

Nota Técnica nº 28/2004

Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004.

I – INTRODUÇÃO

Com base no ad. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o ad. 6~A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do 5º do ad. 70 da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”

A presente Nota Técnica atende à determinação do ad. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida para visória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória”¹.

II – SÍNTESE E ASPECTOS RELEVANTES

A Medida Provisória nº 205/2004 autoriza o pagamento de equalização de taxas de juros ao Banco do Brasil, em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Estabelece, ainda, que esses pagamentos poderão ser feitos antecipadamente, a valor presente, do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

Dispõe a MP que essa autorização não se aplica aos financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras – Moderfrota ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

A MP estabelece, por porte do tomador, as taxas de juros a serem cobradas nas operações de crédito, limitando a R\$ 1,00 bilhão o montante de operações que poderão contar com a concessão da subvenção.

De acordo com a Medida, o valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *dei credere* de até 4,6%aa a que fará jus o Banco do Brasil, e os encargos cobrados do tomador final do crédito, sendo que o risco operacional será integral do agente financeiro.

Ficará a cargo do Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, a definição dos demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção.

III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 50 da Resolução nº 1, de 2002– CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o ad. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

A autorização de que trata a Medida Provisória em análise tem por escopo viabilizar a concessão de empréstimos para investimentos com recursos do FAT na área de abrangência do FCO, aos mesmos encargos praticados nas operações daquele Fundo Constitucional. Para garantir a remuneração do FAT, que é referenciada pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, a MP autoriza a União a conceder subvenção econômica de equalização de taxas de juros.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 MI/MF, de 11 de março de 2004, que acompanha a MP, esse novo aporte de recursos se faz necessário em virtude da expressiva demanda por financiamentos para investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que supera as disponibilidades orçamentárias do FCO para este exercício.

Do ponto de vista do impacto financeiro e orçamentário, a EMI informa que o Poder Executivo pretende efetuar, ainda em 2004, o pagamento antecipado das despesas com equalização, que representariam cerca de R\$ 38 milhões (a valor presente), evitando pressões sobre orçamentos futuros. Segundo a EMI, esse valor já foi considerado na primeira avaliação bimestral de receitas do corrente exercício, não comprometendo, assim, o atingimento da meta de superávit primário estabelecida na Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003 (LDO-2004).

Porém, na análise de adequação e compatibilidade deve-se considerar também o disposto no art. 16, §10, da LRF:

“5 P Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

– adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;” (grifos nossos)

Em função desse dispositivo, a criação dessa nova despesa depende, além da estimativa do impacto orçamentário e financeiro e da indicação da fonte de recursos que a custeará, da existência de dotação específica. Examinando a Lei Orçamentária para 2004 (Lei nº 10.837, de 16 de janeiro de 2004), porém, verifica-se que não há dotação para a concessão da subvenção de equalização de taxas de que trata a Medida Provisória nº 205/2004, sendo necessária a abertura de crédito especial ou extraordinário.

Chama a atenção, por fim, o fato de a MP vedar a concessão de financiamentos para aquisição de má-

quinas e implementos enquadrados no Moderfrota, mas não impor restrições ao financiamento de investimentos que estejam abrangidos pelo Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional —Modernaq (criado pela MP 197/2004). Caso a vedação também se estendesse a este Programa, as estimativas de despesas com subvenção provavelmente seriam inferiores.

Esses são os subsídios.

Brasília, 13 de agosto de 2004.

Wellington Pinheiro de Araujo – Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CAMARA DOS DEPUTADOS

O SR. SANDRO MABEL (Bloco/PL-GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a todos os partidos a possibilidade de apresentarmos o relatório. Acho válido que o relatório tenha seu tempo, já que estava em fase de negociação. Recebemos o relatório apenas ontem, tiramos cópia e o enviamos hoje. Portanto, não tem as 48 horas necessárias.

Sr. Presidente, este é um assunto importante, sobretudo para o Centro-Oeste. A Medida Provisória nº 205 dispõe sobre a concessão de subvenção para a equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste.

A Região Centro-Oeste, notadamente, vem crescendo. O Fundo do Centro-Oeste não tem capacidade de contratar todos os investimentos, diferentemente do Fundo do Nordeste e do Fundo do Norte, que têm recursos que possibilitam a contratação de todos os valores demandados para investimento — às vezes até sobra algum dinheiro.

O Governo Federal, por intermédio do Presidente Lula, observou a necessidade de o Centro-Oeste ter uma taxa equalizada para contratar mais investimentos. A Medida nº 205 permite a equalização de juros para contratar financiamentos no Banco do Brasil com a taxa prevista no Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Esta Medida Provisória está adequada do ponto de vista de sua admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A adequação orçamentária da

Medida Provisória e das emendas também foi analisada. Das 22 emendas oferecidas, 15 foram rejeitadas por não apresentarem adequação financeira.

O exame do mérito de todas as emendas poderá ser constatado no próprio relatório.

A aprovação desta Medida Provisória é importante para a região Centro-Oeste, que vem crescendo e tem ajudado na nossa balança de pagamentos com a produção de grãos. A Medida visa, sobretudo, aumentar os investimentos na agricultura, na indústria e no beneficiamento de grãos.

É o relatório.

Somos favoráveis à Medida Provisória na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo. Em negociação com o Governo, aumentamos o valor dos recursos para permitir a contratação de operações demandadas até então. Para que isso se realize, o prazo estabelecido até o mês de junho foi prorrogado para dezembro. Com isso, a Região Centro-Oeste voltará a crescer e ajudará o Brasil a se desenvolver.

Nossos agradecimentos, em nome do Centro-Oeste, à Presidência, que espero permaneça por muito tempo na Casa; aos partidos que nos deram a oportunidade de relatar a Medida Provisória, e sobretudo ao Presidente Lula, que tem buscado o desenvolvimento e o progresso do País, do qual o Centro-Oeste faz parte.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA

COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 205, DE 2004

I – RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com base no que estabelece o art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional a presente Medida Provisória n.º 205, de 6 de agosto de 2004, que *“Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”*:

A Medida Provisória n.º 205/04 autoriza o pagamento de subvenção ao Banco do Brasil, em operações de crédito, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A MP n.º 205/04 altera também dispositivos da Lei nº 10.177/01 e da Lei nº 9.126/95, normas legais que tratam da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

A Comissão Mista constituída para emitir parecer sobre a matéria não se instalou. Dessa forma, o Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal encaminhou, por meio do Ofício n.º 720(CN), de 24 de agosto de 2004, o processo relativo à presente MP ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados.

II - VOTO DO RELATOR

II.1 - ADMISSIBILIDADE, CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

A admissibilidade das Medidas Provisórias tem sido vista nesta Casa como importante antecedente de sua constitucionalidade, conforme o

art. 62 da Constituição Federal, uma vez atendidos os pressupostos de relevância e urgência. Os requisitos constitucionais de relevância e urgência estão atendidos para a edição da Medida Provisória nº 205, de 2004. A principal providência legal constante da MP, qual seja a utilização de recursos do FAT para complementar os do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, em operações de crédito destinadas aos setores produtivos daquela Região, tem caráter transitório, estendendo-se até o dia 30 de junho de 2005 (art. 3º). Qualquer atraso, portanto, na implementação da medida acabaria por invalidar seus efeitos práticos, dado o curto período em que a norma vigerá, especialmente no que diz respeito à providência acima destacada. A relevância da matéria é insofismável, dada a sua repercussão positiva para um expressivo universo de produtores, no campo e nas atividades industriais e comerciais, dentre os quais sobressaem os de médio e pequeno porte, mais distantes das linhas tradicionais de crédito em face da própria escala em que operam.

A MP nº 205/04 não versa sobre matéria integrante dos atos de competência exclusiva do Congresso Nacional. Da mesma maneira, o seu conteúdo não contraria o disposto no § 1.º do art. 62 da Constituição Federal, que enumera os casos de vedação de edição de Medidas Provisórias. As matérias abordadas, como também as de que tratam as 22 Emendas apresentadas à proposição, assentam-se no ordenamento jurídico vigente, em especial no que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei nº 107, de 2001.

Votamos, assim, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 205, de 2004, bem como das Emendas que lhe foram apresentadas.

II.2 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA MP E DAS EMENDAS

II.2.1 - Adequação orçamentária e financeira texto de origem da MP

Compete-nos, com base no que estabelece o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 - CN, avaliar o impacto das providências tomadas ao amparo da MP 205/04 sobre a receita ou a despesa pública, o atendimento das

normas fiscais vigentes, em especial sua conformidade com a LRF - Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, com o Plano Plurianual (2004-2007) e com as Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária da União.

Como vimos, a proposição tem por principal finalidade viabilizar, até 30 de junho de 2005 - portanto, em caráter transitório - a concessão de empréstimos para investimentos com recursos do FAT, na área de abrangência do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, cabendo ao Banco do Brasil o risco integral nas operações aqui tratadas. Para tanto, a União fica autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco do Brasil em tais operações para a cobertura das despesas administrativas e tributárias.

A MP prevê ainda que, nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FNO, FNE e FCO –, destinados a contratos para estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, beneficiários dos grupos “B”, “A/C”, Pronaf-Semi-Árido e Pronaf-Floresta, o risco nestas operações será assumido integralmente pelo respectivo Fundo regional, enquanto a remuneração do Agente Financeiro, destinada à cobertura de custos decorrentes das operações, será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Examinando a Lei Orçamentária para 2004 (Lei n° 10.837, de 16 de janeiro de 2004), verifica-se que não há dotação para a concessão da subvenção de equalização de taxas de juros de que trata a Medida Provisória n° 205/2004. Nada obstante, como as principais operações de financiamento aqui tratadas tiveram início a partir da data de edição da presente medida provisória, qual seja, 6 de agosto de 2004, presume-se que as repercussões financeiras para o Tesouro Nacional, no que diz respeito ao pagamento da respectiva subvenção econômica ao Banco do Brasil, somente ocorram no início do próximo ano. Isto porque, as normas que regem tais operações estabelecem que a instituição financeira, semestralmente, apurará a equalização dos juros, informando à STN até o dia 10 dos meses de julho e janeiro o seu valor. A comissão remuneratória é igualmente calculada no último dia útil de cada semestre civil, que no caso das presentes operações só produzirá efeitos no próximo exercício financeiro.

De qualquer forma, conforme vimos na Exposição de Motivos que acompanha a MP, o Poder Executivo pretende antecipar, ainda em

2004, o pagamento das despesas com equalização, estimadas em R\$ 38 milhões (a valor presente), para evitar pressões financeiras sobre orçamentos futuros. O valor, segundo a mesma fonte, foi considerado na primeira avaliação bimestral de receitas do exercício, não comprometendo, assim, as metas de superávit primário estabelecida na Lei nº 10.707/03 (LDO-2004).

Em face do exposto, não vemos maiores óbices à compatibilidade das medidas aqui propostas sob o ângulo orçamentário e financeiro.

II.2.2 - Adequação orçamentária e financeira das Emendas

Das 22 emendas apresentadas ao texto original da MP 205/2004 pelos senhores parlamentares, 15 delas estão incompatíveis com as regras fiscais vigentes, em especial com a Lei de Responsabilidade Fiscal. As Emendas provocam imprevisíveis pressões de natureza intertemporal sobre as contas públicas, sem a indicação de fontes de recursos ou de outras medidas compensatórias.

Relação das 15 Emendas à MP incompatíveis com as Regras Fiscais Vigentes

Emenda 5 da Senadora Heloisa Helena	A emenda inclui linhas de financiamento que apresentam encargos inferiores àqueles previstos na MP e, ainda, com a possibilidade de concessão de bônus de adimplência. Na hipótese de se manter o valor global dos financiamentos em R\$ 1 bilhão, haveria elevação das despesas com equalização. A Emenda, porém, não apresenta estimativa de custos e medidas compensatórias.
Emendas 6 e 7 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Odacir Zonta	As emendas incluem a autorização para concessão de bônus de adimplência. Na hipótese de se manter o valor global dos financiamentos em R\$ 1 bilhão, haveria elevação das despesas com equalização. As Emendas também não apresentam estimativas de custos e medidas compensatórias.
Emendas 10, 11 e 18 dos Deputados Kátia Abreu, Odacir Zonta e Antônio Carlos Mendes	As emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Thame	
Emenda 13 do Deputado Leonardo Moura Vilela	A emenda reabre prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.

Emenda 14 do Deputado José Carlos Aleluia	A Emenda onera ainda mais as disponibilidades do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, ao dobrar o valor dos financiamentos a serem amparados pela subvenção de equalização de taxas de R\$ 1 bilhão para R\$ 2 bilhões. Não há, ainda, qualquer estimativa dos custos e medidas compensatórias.
Emenda 15 do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	Com propósitos parecidos aos das anteriores, a emenda reabre prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Emendas 16 e 17 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	Como nos casos precedentes, as emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.
Emendas 19 e 20 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	As emendas ampliam a área de concessão de bônus de adimplência prevista na Lei 10.696/2003. Porém, não há avaliação sobre o impacto financeiro, nem as respectivas medidas compensatórias.
Emendas 21 e 22 dos Deputados Antônio Carlos Mendes Thame e Kátia Abreu	As emendas reabrem prazos para refinanciamento de dívidas, sem estimativa dos custos envolvidos, sem a previsão da frustração de receitas e sem medidas compensatórias.

As 7 emendas restantes, entre as 22 apresentadas ao texto da Medida Provisória nº 205, de 2004, não têm qualquer óbice em relação à sua adequação orçamentária e financeira, o que não significa o seu acatamento quanto ao mérito.

II.3 – EXAME DE MÉRITO DA MP Nº 205/04 E DAS EMENDAS

A Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, amplia os recursos destinados a investimentos produtivos na Região Centro-Oeste, sob responsabilidade do Banco do Brasil, utilizando transitoriamente recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A MP autoriza o pagamento de subvenção econômica de juros ao Banco do Brasil, em operações de crédito, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), lastreadas, como vimos, em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

De acordo com a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 MI/MF, de 11 de março de 2004, que acompanhou a MP, o aporte de recursos se faz necessário em virtude da expressiva demanda por financiamentos

para investimentos de longo prazo no Centro-Oeste, que supera as disponibilidades orçamentárias do FCO para este exercício. Caber esclarecer, portanto, que a medida não se fez necessária ainda para as demais regiões beneficiadas com recursos dos Fundos Constitucionais.

Tal complementação, segundo o Governo, não é necessária nas demais regiões assistidas com recursos dos Fundos Constitucionais, onde a procura por financiamentos é atendida sem maiores problemas.

A MP nº 205/04 altera ainda a Lei nº 10.177/01 e a Lei nº 9.126/95, que tratam da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, no que diz respeito a financiamentos ao agricultor familiar e aos assentados, nos programas de reforma agrária. Tais mudanças, informa a Exposição de Motivos Interministerial nº 6/2004 M/MF, estão associadas ao seguinte:

a) nas operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais, a partir de 1º de julho de 2004, envolvendo os grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta, o risco será do respectivo Fundo Constitucional;

b) nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento, no âmbito do Pronaf, as instituições financeiras farão jus a uma remuneração, definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos de operacionalização do Programa;

c) os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais, com risco para o respectivo Fundo Constitucional, nas condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Como vimos, a MP trata da concessão de empréstimos, até 30 de junho de 2005, para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO, com recursos do FAT, estabelecendo ainda que cabe ao Banco do Brasil o risco integral nas operações.

Como as principais operações de financiamento aqui tratadas tiveram início a partir da data de edição da presente medida provisória, qual seja, 6 de agosto de 2004, presume-se que as repercussões financeiras para o Tesouro Nacional, no que diz respeito ao pagamento da respectiva subvenção econômica ao Banco do Brasil, somente ocorram no início do próximo ano. Isto porque, as normas que regem tais operações estabelecem que a instituição financeira, semestralmente, apurará a equalização dos juros, informando à STN até o dia 10 dos meses de julho e janeiro o seu valor. A comissão remuneratória é igualmente calculada no último dia útil de cada semestre civil, que no caso das presentes operações só produzirá efeitos no próximo exercício financeiro.

As operações de crédito a que se refere a presente MP terão taxas de juros semelhantes às estabelecidas nas operações financiadas com recursos dos Fundos Constitucionais, observados os mesmos critérios de classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004, quais sejam:

I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de 8,75% a.a.;

II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de 10,75% a.a.;

III - média empresa - taxa efetiva de juros de 12,00% a.a.;

IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de 14% a.a.

A MP 205/04 exclui da autorização ali expressa apenas os financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras ou na linha de crédito da FINAME ESPECIAL, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

O emprego de recursos do FAT, até o limite de R\$ 1 bilhão, aplicados em atividades produtivas no Centro-Oeste, até 30 de junho de 2005, pode ter algum impacto na geração regional de emprego e de renda, o que pode determinar algum alívio na demanda por seguro-desemprego na região. É de ciência ampla que o programa representa a mais importante parcela dos gastos

daquele Fundo. É sabido também que os recursos destinados ao FAT foram ampliados a partir de 2003, em face das mudanças na legislação do PIS/PASEP. As alíquotas da mencionada Contribuição foram majoradas em muitos casos e passou-se a ter a sua incidência sobre as importações. Sobre os empréstimos concedidos pelo FAT ao Banco do Brasil incidem, quando aplicados esses recursos nas operações a que se propõem, encargos equivalentes à TJLP, o que significa uma taxa em torno de 9,75% a.a.. Enquanto captados pelo BB e não aplicados, incidem juros equivalentes à taxa Selic. Cabe ressaltar, a esse respeito, que a equalização se faz jus apenas durante o período de aplicação de recursos.

Por isso, tomamos a liberdade, na condição de membro da bancada de parlamentares da Região Centro Oeste, de negociar junto às autoridades do Governo, envolvidas na discussão da presente medida provisória, o aumento dos recursos destinados àquela região para até um bilhão e oitocentos milhões de reais, razão pela qual estamos propondo o projeto de lei de conversão anexo, justamente para incluir em seu corpo a mencionada alteração, sem qualquer outra mudança na redação original da presente medida provisória.

A União concederá, como vimos, subvenção econômica ao Banco do Brasil na gestão dessas operações, a título de equalização de taxas de juros, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 8.427/92. O valor dessa equalização é limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos (FAT), acrescido do *del credere* de até 4,6% ao ano a que fará jus o Banco do Brasil, e os encargos cobrados do tomador final do crédito, com o risco integral para o agente financeiro.

Semelhantemente ao que ocorre em situações análogas, o pagamento da subvenção econômica de que trata a MP pode ser antecipado a valor presente, tendo como referência o montante previsto para todo o período de vigência das operações.

Esclarece-se, por oportuno, que a subvenção econômica é constituída pela soma de 2 componentes em cada operação de financiamento, a saber:

a) o diferencial de taxas de juros entre o custo de captação dos recursos e os encargos financeiros cobrados do tomador final do crédito; e

b) a contribuição remuneratória a que faz juz a instituição financeira, de até 4,6%, no caso em pauta.

A subvenção econômica do Tesouro Nacional varia em função das taxas de juros de cada tipo de operação.

Admitindo-se, no caso da MP 205/04, como valor de referência a ser pago à instituição financeira, a título de remuneração pelos seus custos operacionais, o seu teto, qual seja, 4,6%, e aplicando-se o que descrevemos às operações de crédito com a maior taxa de juros (14%) e, ainda, admitindo-se como 9,75% a taxa média de captação de recursos junto ao FAT, teríamos o seguinte:

a) Diferencial de Taxas de Juros = TJLP - Taxa de Juros da Operação de Crédito

$$\therefore 9,75\% - 14\% = -4,25\%$$

b) Remuneração da Instituição Financeira = 4,6% (apenas como exemplo)

c) Subvenção do Tesouro Nacional (a + b) = -4,25% + 4,6% = 0,35%.

Em relação às emendas consideradas adequadas do ponto de vista orçamentário, somos forçados a sugerir a sua rejeição pelos motivos a seguir expostos.

As Emendas 1 e 2, da Senadora Heloisa Helena, que estendem às regiões Norte e Nordeste a abrangência das medidas aqui examinadas, não se justificam porque as regiões Norte e Nordeste recebem outros benefícios à atividade produtiva de natureza fiscal que não são estendidos a todo o território da Região Centro-Oeste (apenas ao Estado do Mato Grosso e pequenas faixas ao norte do Estado de Goiás, que integram a Amazônia Legal). Cabe lembrar, ainda, que as condições de financiamento constantes da MP 205/04 não são mais vantajosas (não existe o bônus de adimplência, por exemplo) que aquelas da Lei 10.177.

A Emenda 3, do Deputado José Carlos Aleluia, que altera esta redação do § 1º do art. 1º da MP 205/04, estabelecendo que o pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo será realizado em até 60 dias após a comprovação pelo Ministro da Integração Nacional da aplicação dos recursos pelos beneficiários do crédito. Não podemos concordar com a proposta, uma vez que a antecipação do pagamento da equalização dos juros às

instituições financeiras federais não se constitui novidade, já que se trata de uma prática adotada em situações semelhantes desde o governo anterior, a partir da autorização dada pelo art. 5º da Lei nº 8.427/92, na redação dada pela Lei nº 10.648/03. Tal prática tem como finalidade não onerar os próximos exercícios fiscais com o impacto das medidas aqui tratadas. No presente exercício, segundo vimos, os impactos de tal antecipação já foram considerados e não deverão trazer qualquer risco às metas de superávit fiscal estabelecidas para 2004.

A Emenda 4, do Senador Jonas Pinheiro, estende os financiamentos de que trata a MP aos casos de concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e de armazéns, com recursos captados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, cujas propostas, protocoladas no Banco do Brasil S. A., já tenham sido deferidas e contratadas até a data da publicação da MP 205/04, mas que ficaram pendentes por falta de recursos do FCO. Ao que parece, esta emenda não se faz necessária, uma vez que tais financiamentos não estão excepcionados entre os beneficiários dos recursos de que trata a presente MP. O § 3º do art. 1º da MP 205/04 exclui da autorização ali expressa apenas os financiamentos destinados à aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no MODERFROTA - Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras ou na linha de crédito da FINAME ESPECIAL, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

A Emenda 8, da Senadora Heloisa Helena, estabelece que o risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao *del credere* de até três por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos, alegando que a subvenção econômica, a título de *del credere*, de até 4,6% ao ano, é bem acima aos 3% ao ano, estabelecido no texto da Lei 10.177 de 2000, a que têm direito os demais gestores dos Fundos Constitucionais.

Deve-se, no entanto, considerar que nas operações de financiamento de que trata a MP nº 205/04, o *del credere* é maior porque o risco é integral do Banco do Brasil. Nas operações a que se refere a nobre Senadora, prevê-se um *del credere* máximo de 3%, porque o risco é compartilhado entre o agente financeiro e o fundo, conforme podemos observar no teor do art. 6º da Lei 10.177/00, sobretudo a parte que destacamos abaixo:

“Art. 6º Em cada operação dos Fundos Constitucionais, contratada a partir de 1º de dezembro de 1998, excluída a decorrente da renegociação, prorrogação e composição de que trata o art. 3º, o risco operacional do banco administrador será de cinquenta por cento, cabendo igual percentual ao respectivo Fundo.

Parágrafo único. Eventuais prejuízos, decorrentes de valores não liquidados em cada operação de financiamento, serão rateados entre as partes nos percentuais fixados no caput.”

A Emenda 9, do Deputado José Carlos Aleluia, manda suprimir o art. 5º da MP, uma vez que o autor não concorda que no financiamento de pequenos agricultores familiares, realizado por bancos oficiais federais, o risco integral para o respectivo Fundo Constitucional. Na prática, no entanto, o que vem ocorrendo é que esse público-alvo não consegue os financiamentos pois não tem garantias à apresentar. Por isso, a proposta de retirar a parcela de risco que cabe aos agentes financeiros, pode vir a facilitar o acesso deste segmento aos recursos dos Fundos Constitucionais, reduzindo inclusive entraves e custos de ordem burocrática no controle de tais operações.

Adicionalmente, a MP, respectivamente em seus artigos 5º e 6º, prevê que nos financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento – FNO, FNE e FCO –, destinados a contratos para estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, beneficiários dos grupos “B”, “A/C”, Pronaf-Semi-Árido e Pronaf-Floresta, o risco nestas operações será assumido integralmente pelo respectivo Fundo regional, enquanto a remuneração do Agente Financeiro, destinada à cobertura de custos decorrentes das operações, será estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

A Emenda 12, igualmente do Deputado José Carlos Aleluia, que dá ao art. 6º da MP, que modifica o § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126/95, nova redação, estabelecendo que os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 205, DE 2004

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 31 de dezembro de 2005, acrescenta o art. 6o-A à Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2o do art. 7o da Lei no 9.126, de 10 de novembro de 1995.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de subvenção econômica ao Banco do Brasil S.A., sob a modalidade de equalização de taxas de juros em operações de crédito para investimentos na área de abrangência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, lastreadas com recursos captados do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

§ 1º O pagamento da equalização de taxas de que trata o caput deste artigo poderá ser realizado antecipadamente, a valor presente do montante devido ao longo das respectivas operações de crédito.

§ 2º O valor da equalização ficará limitado ao diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescido do *del credere* a que fará jus o Banco do Brasil S.A., e os encargos cobrados do tomador final do crédito.

§ 3º Exclui-se dessa medida a concessão de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas enquadrados no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras - MODERFROTA ou na linha de crédito da FINAME Especial, regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As operações de crédito a serem contempladas com a subvenção de que trata esta Medida Provisória terão as taxas de juros a seguir especificadas, segundo o porte de cada beneficiário, observados os critérios de

classificação do tomador de crédito constantes da programação do FCO para 2004:

I - médio produtor rural - taxa efetiva de juros de oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

II - grande produtor rural - taxa efetiva de juros de dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

III - média empresa - taxa efetiva de juros de doze por cento ao ano;

IV - grande empresa - taxa efetiva de juros de quatorze por cento ao ano.

Art. 3º A concessão de subvenção para equalização de taxas de juros, nos termos desta Medida Provisória, ficará limitada ao montante de operações de crédito de até R\$ 1.800.000.000,00 (um bilhão, oitocentos milhões de reais), em contratações junto aos setores produtivos da Região Centro-Oeste até 31 de dezembro de 2005.

Parágrafo único. O risco operacional será integral do agente financeiro, que fará jus ao *del credere* de até quatro inteiros e seis décimos por cento ao ano, no qual estão incluídos os custos administrativos e tributários, e incidirão sobre os saldos devedores dos financiamentos.

Art. 4º Os demais critérios, limites e normas operacionais para a concessão da subvenção de que trata esta Medida Provisória serão estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda, especialmente no que se refere aos procedimentos para pagamento da equalização de taxas.

Art. 5º A Lei no 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 6º-A. Nos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, a partir de 1º de julho de 2004, a beneficiários dos grupos "B", "A/C", Pronaf-Semi-árido e Pronaf-Floresta,

integrantes da regulamentação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, o risco será assumido integralmente pelo respectivo Fundo Constitucional.

Parágrafo único. Nas operações formalizadas com risco integral dos Fundos Constitucionais de Financiamento realizadas no âmbito do Pronaf, os agentes financeiros farão jus a uma remuneração, a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional, destinada à cobertura de custos decorrentes da operacionalização do Programa." (NR)

Art. 6º O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, a que se refere o caput, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito." (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, de de 2004.


Deputado Sandro Mabel
Relator

Proposição: MPV-205/2004 

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 09/08/2004

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro - Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º A à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995.

Indexação: - Autorização, pagamento, subvenção econômica, Banco do Brasil, equalização, taxas, juros, encargos financeiros, operação financeira, créditos, investimento, área, (FCO), recursos públicos, (FAT), limitação, custo, captação de recursos, acréscimo, del credere, agente financeiro, classificação, tomador, empréstimo, fixação, valor, cobrança, encargo, beneficiário, médio produtor rural, grande produtor rural, média empresa, grande empresa, setor produtivo, Região Centro - Oeste, critérios, (MIN), (MF). - Alteração, lei federal, operação financeira, recursos públicos, (FNO), (FNE), (FCO), beneficiário, (PRONAF), Região Semi - Árida, Floresta, agente financeiro, remuneração, definição (CMN), cobertura, custo, contrato, financiamento, projeto, banco oficial, estruturação, assentamento rural, colono, trabalhador rural, sem - terra, benefício, Banco da Terra, riscos, Fundos Constitucionais.

Despacho:

25/8/2004 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

- PLEN (PLENÁRIO)
















MSC 466/2004 (Mensagem) - Poder Executivo 

Legislação Citada 

Emendas

- MPV20504 (MPV20504)

EMC 1/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 

- EMC 2/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 
- EMC 3/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 
- EMC 4/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jonas Pinheiro 
- EMC 5/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 
- EMC 6/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 7/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zonta 
- EMC 8/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heloísa Helena 
- EMC 9/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 
- EMC 10/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 
- EMC 11/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Zonta 
- EMC 12/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 
- EMC 13/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela 
- EMC 14/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia 
- EMC 15/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 16/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 17/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 
- EMC 18/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 19/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 20/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 
- EMC 21/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 
- EMC 22/2004 MPV20504 (Emenda Apresentada na Comissão) - Kátia Abreu 

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV20504 (MPV20504)

PPP 1 MPV20504 (Parecer Proferido em Plenário) - Sandro Mabel 

Originadas

- PLEN (PLENÁRIO)

PLV 52/2004 (Projeto de Lei de Conversão) - Sandro Mabel 

Legislação Citada

Última Ação:

25/11/2004 - PLENÁRIO (PLEN) - A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 205-A/04) (PLV 52/04)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
9/8/2004	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da Medida Provisória pelo Poder Executivo ↘
9/8/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Prazo para Emendas: 10/08/2004 a 15/08/2004. Comissão Mista: 09/08/2004 a 22/08/2004. Câmara dos Deputados: 23/08/2004 a 05/09/2004, Senado Federal: 06/09/2004 a 19/09/2004. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 20/09/2004 a 22/09/2004. Sobrestar Pauta: a partir de 23/09/2004. Congresso Nacional: 09/08/2004 a 07/10/2004. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 08/10/2004 a 06/12/2004.
25/8/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. ↘
26/8/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 27/08/2004.
23/9/2004	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Medida Provisória - Art. 62 §6 CF.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 14:05)
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 191/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 18:08)
6/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 192/04, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
7/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
7/10/2004	PLENÁRIO (PLEN)

	Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 192/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 194/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:03)
19/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:04)
20/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
21/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum".
26/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
26/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
27/10/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de quorum.
9/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.

9/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 10:00)
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de quorum.
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
10/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 196/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
16/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum".
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 09:00)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 197/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 19:01)
17/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com

	prazo encerrado.
18/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Ordinária - 14:00)
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 198/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 17:27)
23/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 200/04, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 200/04, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 13:16)
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO), para proferir o parecer pela Comissão Mista do Congresso Nacional a esta MPV e às 22 Emendas apresentadas.
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Parecer proferido em Plenário pelo relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO), pela Comissão Mista do Congresso Nacional, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e

	urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária desta MPV e das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12; pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nº 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 e, no mérito, pela aprovação desta MPV, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 12 ↵
24/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.
24/11/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhado à publicação - Avulso - Letra A - parecer do relator da Comissão Mista designado em Plenário
25/11/2004	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da PLENÁRIO publicado no DCD de 26/11/04, Letra A.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Vice-Líder do PFL, Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, o Requerimento de sua Bancada que solicita a retirada de pauta desta MPV.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Em conseqüências, as Emendas de nºs 5, 6, 7, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 deixam de ser submetidas a votos, quanto ao mérito, nos termos do artigo 189, § 6º do RICD.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Em conseqüência fica prejudicada, na Câmara dos Deputados, a apreciação desta Medida Provisória e das Emendas a ela apresentadas.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final oferecida pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO).
25/11/2004	PLENÁRIO (PLEN) A matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 205-A/04) (PLV 52/04)

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002–CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 205, de 6 de agosto de 2004, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito para investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até 30 de junho de 2005, acrescenta o art. 6º-A, à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de outubro de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 4 de outubro de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.126, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995

Dispõe sobre a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e centro-oeste e dos Fundos de Investimentos do Nordeste e da Amazônia e do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo, e com recursos das Operações Oficiais de Crédito, altera dispositivos da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

Art. 7º Os bancos administradores aplicarão dez por cento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para financiamento a assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, bem como a beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. (Redação dada pela Lei nº 10.186, de 12-2-2001)

§ 2º Os contratos de financiamento de projetos de estruturação inicial dos assentados, colonos ou beneficiários do Banco da Terra, a que se refere o **caput**, ainda não beneficiados com crédito direcionado exclusivamente para essa categoria de agricultores, serão realizados por bancos oficiais federais com risco para o respectivo Fundo Constitucional ou para o Banco da Terra no caso de seus beneficiários, observadas as condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional para essas operações de crédito. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.186, de 12-2-2001) (Vide MPV nº 205, de 6-8-2004)

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

MENSAGEM DE VETO Nº 20

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica às operações em que tenham sido constatados desvio de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim – Bloco/PT-RS)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of./Lid./nº 522/2004

Brasília, 25 de novembro de 2004.

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Agnaldo Muniz – PPS/RO, como membro titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 225, de 2004, que “autoriza a Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional e por tempo determinado, a arrecadar e alienar os diamantes brutos em poder dos indígenas Cintas-Largas habitantes das Terras Indígenas Roosevelt, Parque Indígena Aripuanã, Serra Morena e Aripuanã.”

Atenciosamente, – Deputado **Júlio Delgado**, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Continuando a lista de oradores inscritos, concedo

a palavra ao Senador Mão Santa por permuta com o Senador Alvaro Dias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado da República, nossos agradecimentos ao Senador Alvaro Dias por nos ter cedido a vez, já que estamos enquadrados no art. 17 do Regimento Interno – ou seja, estamos inscritos por ordem de chegada, com prioridade.

Deus escreve certo por linhas tortas. Senador Mozarildo, ontem, rapidamente, fiz alguns comentários sobre estradas do Piauí, o que resultou em saudável debate aqui. Apenas o Senador Maguito Vilela defendeu o Governo; todos os outros comentaram as deficiências dos seus Estados. Alberto Silva, Senador pelo meu Piauí, superou-nos, porque mostrou como resolver. Passei a noite debruçado sobre o assunto. Senador Paulo Paim. A história se repete. Alguns anos atrás, fiz esse debate auxiliado pelo engenheiro piauiense Dr. Leal, que me advertiu. Tenho aqui a revista anual da Confederação Nacional de Transportes. O País deve agradecer a essa entidade e ao seu Presidente, a figura lúcida, cívica, dinâmica de Clécio Andrade. Passei a noite debruçado nisso, continuando o que fizera há um ano, para trazer a verdade. “Em verdade, em verdade, vos digo”, assim falava Cristo. Primeiro, lamento que o Senador Maguito Vilela não esteja aqui.

É preciso atentar para a importância das estradas na política do Brasil, este Brasil que teve rei, e esse rei viajava pouco. O Presidente Lula, atentai bem, escutai! Não escute só José Dirceu, de espírito cubano, de alma cubana e mentalidade cubana. Aqui, o homem do Piauí. O grande imperador Pedro II, somente aos 49 anos fez a sua primeira viagem à Europa. Atentai bem, Lula! Quarenta e nove anos! Ele foi, e, numa dessas viagens, sua mulher governou este País e fez o sonho dos negros: libertou os escravos. Ela, a mulher que já tinha feito a Lei Sexagenária. D. Pedro II manda uma carta, Senador Alvaro Dias: “Isabel, minha filha, o maior presente que se pode dar a um povo é uma estrada!” Atentai bem! Fomos felizes neste Brasil porque os dois homens que mais governaram foram grandes estadistas: Pedro II e o grandioso Getúlio, do Rio Grande do Sul.

Lula, inspire-se no gaúcho que pouco viajou; praticamente não saiu. Os outros, Franklin Delano Roosevelt, para não citar a fila, vinham aprender com o estadista Getúlio.

Atentai bem. Mas a carta dizia que estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo. Depois, outro governante brasileiro, Washington Luís, dizia:

“Governar é fazer estrada”. E depois o nosso sorridente e otimista médico-cirurgião, de Santa Casa como eu, que foi prefeitinho, governador e presidente, senador cassado, dizia: “Energia e transporte são prioridades”. Pronto! Estão aí três raciocínios que embasaram o debate ontem e que hoje também estamos discutindo.

Senador Mozarildo Cavalcanti, quase 75% das estradas brasileiras encontram-se em situação precária. Para ser mais preciso, 74,7%. Quatorze equipes percorreram 74.681 quilômetros, durante 90 dias.

O Senador Alberto Silva, batizado rei da estrada no Piauí, foi ontem muito generoso ao dizer que havia 36 mil quilômetros de estradas em condições precárias. Mas dizem que há muito mais, quase o dobro. A pesquisa constatou que 74,7% das estradas não estão em condições satisfatórias. A consequência disso é desastrosa. Senador Alvaro Dias, a média da velocidade das carretas é trinta quilômetros por hora. Há instantes em que é vinte quilômetros por hora. Essa demora na entrega da carga atinge o custo Brasil. Há também o risco de assaltos, o custo das peças danificadas. Essas são coisas materiais, Senador Paulo Paim, mas e as vidas? Por exemplo, o motorista vai desviar de um buraco, vem outra carreta bate nele e ele morre. Os acidentes aumentaram do ano passado para este ano. As mortes aumentaram, os assaltos aumentaram porque a bandidagem está aí. Este Governo não leu Bobbio, o Senador vitalício. O Professor. Bobbio, da Itália, disse que o mínimo que um povo espera de seu governo é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Isso fez aumentar os seqüestros de carro. Os caminhões vão devagar, os bandidos encostam, matam o motorista. Isso aumenta a violência, o custo Brasil, os riscos e a demora.

Hoje já não se vê, por exemplo, como na minha época de estudante, Paulo Paim, nos anos 60, o motorista parado na estrada, dormindo tranqüilamente sob as estrelas. O motorista, hoje, só dorme em cidades, em postos guarneceados. Isso tudo traz consequências.

Mas o pior de tudo – um depoimento aqui – “se pegássemos os recursos da Cide e aplicássemos o que é devido em infra-estrutura de transporte, teríamos dinheiro para solucionar grandes problemas.

A Cide é uma apropriação indébita e não há sinalização por parte do Governo de que isso vá mudar” Luiz Fernando Santos Reis, presidente do Sinicon – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada.

Está havendo desvio. Arrecada a Cide... Desse imposto embutido no preço dos combustíveis para isso, não se aplicam 20%. Os recursos são desviados para pagar juros, são desviados para custear mordomia, são desviados para fazer caixa de campanha através dos DAS do pessoal, são desviados pela corrupção.

Essa é a verdade. Existe o dinheiro. O povo paga, Senador Alvaro Dias.

Vamos aos números.

O Sr. Alvaro Dias (PDT – PR) – Permite-me um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois não.

O Sr. Alvaro Dias (PDT – PR) – Senador Mão Santa,...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Duda, 74.600km de rodovias federais já estão pavimentados, foram inclusive pesquisadas. Então, o que diz aqui o comentarista Alexandre Garcia?

“Por enquanto a política social que está dando certo é a econômica que, evitando a inflação, evita o mais cruel dos impostos”.

Isso porque a inflação tira o dinheiro dos pobres e dá aos que têm sobra para aplicar no banco. Isso é obra de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. O povo brasileiro tomou conhecimento disso. Nós fizemos o DNA. Não é coisa do PT, não. É porque ele está segurando a inflação.

Então, a política econômica pode estar certa, mas a carga fiscal é demasiada e será preciso cortar mais gordura do Estado inchado. Vai haver mais força para exigir, para discutir, para aplicação legal da Cide, por exemplo. Quer dizer, está havendo corrupção, o povo é enganado, é roubado mesmo, a CPMF... Não foi José Serra o melhor Ministro da Saúde, quem diz isso sou eu que sou médico. Foi Jatene, que se inspirou para criar a CPMF. Esta Casa se sensibilizou, mas ele é desviado, não foi para a Saúde. A Cide está aí. O gato comeu. São oito bilhões, mas eles aplicam 10%, 20%. Essa é a verdade.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão em protestar contra essa anarquia na aplicação dos recursos públicos. É claro que podemos discutir se a Cide é bitributação, se é tributação em cascata, se é uma tributação indevida, mas ela onera o cidadão contribuinte deste país, de um lado; do outro lado, há essa enganação. Os propósitos dessa receita não são alcançados pela ação administrativa do Governo. E V. Ex^a denuncia com correção. Esses recursos estão sendo desviados para pagamento de pessoal, para contribuir com o superávit primário do Governo, atendendo às imposições do Fundo Monetário Internacional, cuja bandeira foi ontem queimada em praça pública pelos aliados do Presidente Lula, inclusive integrantes da CUT, a central sindical que sempre lhe deu sustentação e continua a lhe dar sustentação no Governo, porque há uma enorme insatisfação em relação à aplicação dos recursos deste País. O Governo não estabelece as prioridades. Nem mesmo

recursos carimbados como os da Cide são aplicados corretamente. Quando o Congresso Nacional aprovou essa contribuição a mais, onerando o contribuinte, o fez imaginando que teríamos estradas conservadas no País para transportar as nossas riquezas e estamos chegando a um momento em que é possível até que o País plante, colha, venda e não consiga entregar depois. Essa é a situação, lamentável situação, resultante da incompetência administrativa. V. Ex^a mais uma vez presta um serviço, tentando sensibilizar o Governo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, agradeço a V. Ex^a o aparte e incorporo suas palavras ao nosso pronunciamento.

Quis Deus chegar a esta Casa a encantadora Professora, Senadora do PT, Fátima Cleide.

Buscava os dados que ontem eu informava, estão aqui, olha o Clésio Andrade*, Presidente da Confederação Nacional de Transportes.

Senadora Fátima Cleide, o que diz ele depois de um mês de pesquisas, com equipes em todas as estradas?

“O alerta está dado. Estudos da CNT apontam que 75% das rodovias têm deficiências graves. O transportador tem problema no escalamento de cargas”.

Mais grave, Senadora Fátima Cleide, é a realidade das estradas. O Presidente Lula é nordestino, é nosso irmão, mas ele fez uma lavagem cerebral com relação à realidade de São Paulo. As dez melhores rodovias estão em São Paulo, as dez melhores rodovias do Brasil estão em São Paulo. Agora, as dez piores... Por isso lamentei. Para mim, o meu Brasil é o Piauí. Das dez piores, Senador, três estão no meu Estado, o Piauí. Daí, ontem, o meu desabafo, o meu descontentamento: das dez piores, três estão no meu Estado.

A segunda pior liga Fortaleza a Picos. Senador Alvaro Dias, Senador Edison Lobão, essa é a segunda pior. Olha o paulistério: as dez melhores estão em São Paulo. Nunca antes ocorreu isso. Oh, Lula! Ouvi um conto, Senador...

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – É que lá existe um bom Governador, Senador Mão Santa. Creio que o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Governador Geraldo Alckmin, substitui a ausência e a deficiência do Governo Federal e conserva as estradas.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, recordo-me de um conto sobre determinado ministro chamado Dória. Apareceu a inveja dos outros

ministros, porque ele desaparecia. Ele era o conselheiro fiel do rei. Houve tantas acusações que o rei mandou seguir Dória. Era estranho. Depois voltou o “SNI” dele e disse: – “Olha, o homem vai para um lugarejo esquisito, uma fazenda esquisita – viu, Senador Paulo Paim? –, faz algumas voltas esquisitas e fica andando nessa fazendola. Não rouba nada do seu reino, majestade” – essa é a informação. Ele indagou, quis esclarecimento e Dória disse: “Eu apenas volto às minhas origens. Eu era pobre, numa fazendola. Vestia as roupas antigas e velhas para não me envaidecer.”

Lula, volte à sua origem porque nós não permitimos isto. Vossa Excelência é nordestino. É um grande homem nordestino.

As 10 melhores estradas estão em São Paulo; agora, das 10 piores, 3 estão no Piauí. Eu não aceito! Nós não aceitamos essa discriminação, principalmente porque o Piauí considerou demais o PT. A esperança Lula vendeu. Elegemos até um Governador do PT.

A segunda pior estrada, segundo consta de um trabalho sério da Confederação Nacional do Transporte, Senador Lobão, é a Fortaleza/Picos (BR-020). Picos é a São Paulo do Piauí. Basta dizer isso. A quarta pior, Teresina/Barreiras(Ba). Isso é para o Senador Antonio Carlos Magalhães: com tantos votos e está aí, é a quarta pior rodovia. A sétima pior: Araguaína(To)/Picos(Pi), novamente. Agora, a grande decepção foi a seguinte: São Paulo (com 75,7% ótimo ou bom) é o Estado com a melhor malha rodoviária, e Roraima (98,9% péssimo, ruim ou deficiente) tem a pior! Senadores Romero, Mozarildo, Botelho...

É isso o que queremos. Agora...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Mão Santa, em verdade essas estradas brasileiras estão em péssima situação, e o que é pior, não há razão para isso. A Cide foi instituída exatamente para recuperar as estradas. Um colega de V. Ex^a, o Senador Alberto Silva, fez um estudo muito bem elaborado, demonstrando que a metade dos recursos da Cide é suficiente para restaurar todas as estradas. Todavia, não se utiliza quase nenhum centavo desse fundo, que se encontra no Ministério da Fazenda, no Tesouro Nacional, para cumprir sua destinação, que é a recuperação das rodovias brasileiras. Para aonde vai esse dinheiro? É estranho que isso aconteça no Brasil! Se não houvesse o dinheiro, ainda assim encontraria uma explicação, mas o estoque é superior a R\$10 bilhões! O estudo do Senador Alberto Silva demonstra que, com apenas R\$4 bilhões, todas as rodovias brasileiras poderão ser restauradas e recolocadas em situação muito boa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço a este homem Senador da República, homem que

governou seu Estado, deixando saudade e que com Deus voltará.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Queria dizer o seguinte, traduzindo o sentimento de todos os motoristas – só direi um aqui para não cansá-los: sempre que pego a estrada, peço a Deus que olhe pela gente, por causa do risco de vida, dos assaltos, dos seqüestros. É o Piauí mesmo.

Ô Presidente Lula, chame um piauiense para o seu Ministério! A ditadura foi buscar João Paulo dos Reis Veloso para ser a luz. Dez anos de mando e nenhuma indignidade, nenhuma indecência, nenhuma imoralidade. O seu irmão, Raul Veloso, é *expert* em contas públicas.

Atentai bem ao que diz o piauiense:

...porém, é consenso que as PPPs não serão uma solução para a área de infra-estrutura de transporte, principalmente as rodovias. O problema é que o Governo não gasta. Levantamento feito pela Secretaria do Tesouro Nacional aponta que foram gastos, até julho, 19,89% do orçamento previsto para transportes. Em números absolutos, dos R\$4 bilhões, só 700 milhões.

Estão gastando de 10 a 20% da Cide, que, segundo Raul Velloso, é de R\$8 bilhões/ano. Dava, como provou ontem matematicamente Alberto Silva, para recuperar essas estradas em pouco tempo.

Mas ele diz:

...entendemos que a PPP não resolve o problema rodoviário, principalmente dos Estados como Roraima, onde não têm perspectiva de lucro as estradas. Essa questão tem que ser resolvida com recursos da Cide.

Raul Velloso manifesta o que o Senador Lobão disse: é o verdadeiro uso da Cide.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa reivindicação para o Governo brasileiro do Presidente Lula é no sentido que dê aquela importância que D. Pedro II deu às estradas, Washington Luiz, Juscelino, no seu significado desenvolvimento. Sobretudo, venho aqui em nome dos piauienses, que acreditaram ser Lula uma esperança de melhores dias.

Eu terminaria, para ser objetivo, citando as estradas ruins do Piauí: a BR-020, precária; novamente a BR-020 em outro trecho, precária, entre Francisco Santos e divisa com o Ceará; BR-135, entre Bertolândia e Manoel Emídio, ruim; BR-135, entre Manoel Emídio e Eliseu Martins, ruim; BR-135, entre Redenção do Gurugúia/Gilbués, ruim; Corrente (Ba), ruim; pista

dupla de Nazaré do Piauí a Oeiras, ruim; Piauí 230, Nazaré do Piauí a Floriano, ruim; BR-316, Gatoriano, divisa com Pernambuco, ruim; BR-343, ruim; Pedro II, divisa com o Ceará, ruim.

Sr. Presidente, são as reivindicações do povo do Piauí, que depositou toda confiança no Governo do PT. É hora de o Presidente da República mostrar gratidão, pois a gratidão é a mãe de todas as virtudes, dizem os filósofos.

O povo do Piauí saberá reconhecer a recuperação de suas estradas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide. V. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a respeito do que falava o Senador Mão Santa das estradas do Brasil, eu gostaria de informar que no meu Estado, graças à seriedade com que tem sido conduzida a 22^a Unidade de Transporte e Infra-Estrutura naquele Estado, Regional Rondônia/Acre, o Governo Lula está conseguindo devolver a gratidão e o respeito que tiveram por ele os rondonienses.

Infelizmente, não conheço a realidade do Piauí. Com relação a São Paulo, sei que as estradas foram privatizadas à época do Governo Fernando Henrique Cardoso e que os paulistas pagam um preço bem salgado para transitar em aquelas estradas maravilhosas.

O que me traz aqui hoje, Sr. Presidente, é a marca da campanha do 25 de novembro deste ano: “Uma vida sem violência é um direito das mulheres”. Dia 25 de novembro, ontem, portanto, deu-se início à campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência praticada contra as mulheres. Foi o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, que tem como objetivo o fortalecimento da auto-estima das mulheres e seu “empoderamento” como condição para o fim da situação de violência a que estão submetidas milhares de mulheres brasileiras.

Dessa forma, entre os dias 25 de novembro e 10 de dezembro de 2004, os movimentos de mulheres, feministas e todos e todas que lutam em defesa dos direitos humanos, empenhar-se-ão na campanha “16 Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra as Mulheres”.

Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa modalidade de violência, é de bom tom que se registre, não é um fenômeno novo, nem tampouco existente apenas no Brasil. Ele perdura através dos séculos e em todas as sociedades.

Tratando dos quatro séculos, de XIV a XVIII, de “caça às bruxas”, tempo de nossa história em que fo-

ram registradas estatísticas estarrecedoras de queima de mulheres, uma de nossas respeitadas feministas, Rose Marie Muraro, transcreveu trecho de um livro que confirma:

“A extensão das caça às bruxas é espantosa. No fim do século XV e começo do século XVI, houve milhares de execuções – usualmente eram queimadas vivas na fogueira – na Alemanha, na Itália e em outros países. A partir de meados do século XVI, o terror se espalhou por toda a Europa, começando pela França e pela Inglaterra. Um escritor estimou o número de execuções em seiscentas por ano para certas cidades, uma média de duas por dia, ‘exceto aos domingos’. Novecentas bruxas foram executadas em um único ano na área de Wertzberg e cerca de mil na diocese de Como, na Itália. Em Toulouse, quatrocentas foram assassinadas em um único dia; no arcebispado de Trier, em 1585, duas aldeias foram deixadas apenas com duas moradoras cada uma. Muitos escritores estimaram que o número total de mulheres executadas subia à casa dos milhões, e as mulheres constituíam 85% de todos os bruxos e bruxas executadas.

Até hoje, entretanto, o planeta convive com a violência contra as mulheres, mal que tem práticas diferentes das daquele tempo e que, em muitas culturas, é plenamente aceito. Vide casos na África e em países asiáticos; uma situação diametralmente oposta à cultura de países como a Espanha, cuja Câmara de Deputados, em uma iniciativa pioneira do governo socialista de José Luís Rodríguez Zapatero, aprovou, em outubro último, projeto de lei que inibe a violência doméstica contra a mulher.

A decisão do parlamento europeu é uma demonstração incontestada de que muita coisa mudou ao longo dos séculos e também no Brasil. As Nações Unidas, por exemplo, na Conferência de Viena, realizada em 1993, definem violência contra a mulher como sendo:

Qualquer ato de violência baseado na diferença de gênero, que resulte em sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos da mulher; inclusive ameaças de tais atos, coerção e privação da liberdade seja na vida pública ou privada.

Aqui no Brasil, onde a violência contra as mulheres é responsável pela perda anual de 10,5% do Produto Interno Bruto, é graças à luta histórica de valorosas mulheres que, felizmente, temos leis nacionais, instalamos mecanismos como as delegacias especializadas e somos signatários de acordos internacionais voltados a inibir esse tipo de violência. E claramente manifesta-

mos ser a violência contra a mulher uma violação aos direitos humanos.

Exemplos? A Assembléia Geral das Nações Unidas de 1979, que adotou a Convenção de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, conhecida como a Lei Internacional dos Direitos da Mulher. Essa convenção define o que se constitui discriminação contra a mulher e estabelece uma agenda de ações a fim de acabar com a discriminação.

Já a Assembléia Geral das Nações Unidas de 1993 aprovou a Declaração da Eliminação da Violência contra a Mulher, o primeiro documento internacional de direitos humanos focado exclusivamente na violência contra a mulher. Esse documento afirma que a violência contra a mulher viola e degrada os direitos humanos da mulher em seus aspectos fundamentais de liberdade.

A Plataforma por Ação de Beijing, documento da Quarta Conferência Mundial da Mulher, chama a atenção dos governos a condenarem a violência contra a mulher e eliminarem alegações baseadas em tradições, costumes e religião como forma de desculpa por se manterem afastados de suas obrigações com respeito à Declaração de Eliminação da Violência contra a Mulher.

Não foi à-toa, por exemplo, que a Ministra Nicéa Freire, da Secretaria Especial de Promoção de Políticas para as Mulheres, apresentou à 12ª Reunião Especializada da Mulher do Mercosul – REM, propostas de ações conjuntas para o combate à violência contra as mulheres e ao tráfico de seres humanos.

O evento realizado no Rio de Janeiro reuniu Ministras, Embaixadoras, e Representantes de Organizações Não Governamentais da Argentina, Paraguai, Peru, Chile, México, Venezuela, Equador, Uruguai e Bolívia, além do Brasil. Todas as representações debateram o combate à violência de gênero e a “Cooperação Fronteiriça”, em busca de um consenso em torno de conceitos referentes à igualdade de homens e mulheres.

Como disse nossa Ministra naquela oportunidade, as mulheres são as principais vítimas do tráfico de seres humanos no Brasil, atingindo o índice de 80%. O Brasil e os demais países deverão engajar-se na apresentação de propostas que vão contribuir com o plano de ação para o combate à violência contra as mulheres.

O Governo Lula avança quando, por meio de portaria, institui o Serviço de Notificação Compulsória na rede pública e privada de saúde nos casos de violência contra a mulher. Só quem sente a dor de ser violentada sabe o quanto isso é importante. Por essa portaria, resultado do esforço da Bancada Feminina

no Congresso Nacional em conhecer esta realidade, o Governo considera o fato de que a notificação dos casos de violência contra a mulher ao Sistema Único de Saúde permitirá dimensionar a magnitude do problema, caracterizar as circunstâncias da violência, retratar o perfil das vítimas e dos agressores. Contribuirá assim, Sr. Presidente, com a produção de evidências para o desenvolvimento de políticas e atuações governamentais em todas as esferas para enfrentamento dessa situação.

A bem da verdade, pensando a mulher como sujeito social, que tem o direito de viver livre da violência, chama a atenção de todos nós, homens e mulheres, legítimos representantes do povo brasileiros, espalhados em cada uma das unidades da federação e digo que não dá mais para continuarmos a assistir nos jornais de cada dia as estatísticas mostrarem o aumento gradativo da violência contra a mulher.

Basta de violência doméstica e de gênero! Faça esse apelo com base no aumento dos números de denúncias de agressão colhidos junto às delegacias de mulheres existentes em meu Estado, Rondônia; todas elas vítimas da violência doméstica e sexual, uma violência, que, pelos números de 2003, superaram a casa dos mil casos num Estado cuja população atinge a cifra de 1.400.000 habitantes.

Nesse ritmo, vamos fechar o ano de 2004 com o sofrimento de muitas outras mulheres, mães de família, pondo mais tinta na mancha vergonhosa da violência da violência doméstica e sexual, o que não pode mais ficar embaixo do tapete.

No panorama nacional, o número é espantoso. Boa pesquisa da Fundação Perseu Abramo, feita em outubro de 2001 e revista em março do ano seguinte, vale ainda para os dias de hoje. A pesquisa se intitula “A Mulher Brasileira nos Espaços Privado e Público”: como vivem e o que pensam as brasileiras do século XXI”. A Pesquisa revela que de 61,5 milhões de mulheres com 15 anos ou mais, 11% já foram vítimas de espancamento.

O percentual indica que 6,8 milhões de brasileiras foram agredidas ao menos uma vez. Entre as mulheres que admitiram o espancamento, 31%, Sr. Presidente, declararam que a última vez que isso ocorreu foi no período dos 12 meses anteriores.

Com base nisso, prevê-se que, no mínimo, 2,1 milhões de brasileiras são espancadas por ano – ou no ano de 2001, período da pesquisa –, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, quatro por minuto e uma a cada a cada 15 segundos!

A pesquisa entrevistou 2.502 mulheres estratificadas em cotas de idade e em áreas urbana e rural distribuídas em 187 municípios de 24 Estados, revelan-

do também que o índice de violência sexista aumenta quando estimuladas pela citação de diferentes formas de agressão, dentre as quais ameaças com armas e cerceamento do direito de ir e vir, agressões físicas, estupro conjugal ou abuso e violência psíquica.

Essa situação precisa ser sistematicamente mostrada por todos nós. É o que faço agora. Um exemplo de como podemos mostrar à sociedade brasileira o que acontece com as mulheres é a participação do Movimento Articulado de Mulheres na Amazônia (Mama) – do qual tenho a honra de pertencer – no III Fórum da região Norte de Assistência às Mulheres em Situação de Violência Sexual e Doméstica, que se realiza hoje e amanhã na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Sob a coordenação de Benedita Nascimento e Concita Maia, valorosas militantes dos direitos humanos das mulheres na Amazônia, o grupo de trabalho irá avaliar os serviços de atendimento às mulheres vítimas de violência e a atuação das redes da região amazônica.

Em Porto Velho, ontem, foi realizada uma caminhada pela paz e defesa do direito das mulheres, e à noite, na Casa Amparo, uma casa que criamos para ser o centro de referência às mulheres violentadas, uma vigília pela paz se estendeu até a meia-noite.

Contudo, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar de todos os avanços, ainda há muito a fazer e muitos desafios a enfrentar para a superação da desigualdade entre homens e mulheres e para a real melhoria da qualidade de vida das mulheres.

Da parte de nosso querido Partido, o Partido dos Trabalhadores, as iniciativas vão sendo colocadas em prática.

Informo, por oportuno, que nosso prefeito eleito na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, companheiro Roberto Sobrinho, destaca como uma de suas ações prioritárias a coordenação de uma coordenação de mulheres em sua administração, como estão sendo também criadas coordenações por todos os Municípios e capitais onde elegemos prefeitos.

Teremos, assim, a garantia de implementação de políticas públicas voltadas a promover a equidade de gênero, particularmente na defesa daquelas que vivem em situação de violência.

A partir desse instrumento de democracia de gênero, virão a instalação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM) e a implementação do microcrédito para as mulheres chefes de famílias, contingente que chega hoje a 37% da população de Porto Velho.

Por fim, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixo aqui um registro deste dia, com uma poesia de poeta que é si-

nônimo de orgulho para nossa querida região e nosso País, o amazônida Thiago de Melo:

Valeu a pena

“Já escrevi versos de brasa
para defender a vida
ferozmente degradada
do homem, animal que ama
e que por isso é mais belo
do que a estrela da manhã.
Muitos versos que escrevi
Se abraçam com a vida
De gente que não me sabe
Da vida e a quem jamais vi.
Puro acaso, dou com alguém
Que me trata como irmão.
Certa manhã lusitana,
Um casal me abraça rindo
E conta que namoraram
Na praça lendo meus versos.
“Nosso filho tem seu nome”.
Para que negar que é bom?
O bom te afaga fugaz.
Depois, um medo danado.
Não viverei para ver
O homem que eu quero ser.
No amanhecer de uma cela, já faz tem-

po,

Um operário, na parede suja,
Gravou, já machucado, mas contente,
Dois versos que escrevi para servir
À vida do meu povo: “Faz escuro,
Mas eu canto, a manhã já vai chegar”.
Não me envaideço; padeço
De uma responsabilidade
Que me fere e que me exige ser capaz

de mais amor.

E de trabalhar melhor.
Nem me orgulhei, quando ouvi,
(sempre que lembro, estremeço)
meus simples versos de amor
renascidos como flor
da mão de Cláudio Santoro
espalhados pela praça dos Três Poderes,
cantata de grande orquestra e coral.
Valeu a pena. Escrevendo,
Caboclo de Barreirinha,
Fiz cantando a minha parte.”

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.
S. Ex^a dispõe da palavra por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, só uma razão justifica a presença constante na tribuna: a esperança de repercutir as expectativas da população, a certeza de ser porta-voz daquilo que gostaria de dizer à população e não pode.

Certamente muitos nos condenam pela persistência da crítica, pela obstinação da tarefa oposicionista que procuramos exercitar com absoluta franqueza. E muitos entendem ser demais, outros imaginam não ser respeitoso criticar diretamente o Presidente da República como tenho feito. Não é porque me lembro da afirmação de Jânio Quadros, que disse certa feita que, quando o cachorro te morde, não se deve morder o cachorro, mas o dono do cachorro. Sem mordidas, não somos afeitos a mordidas.

Mas quero crer que essa inspirada afirmação de Jânio Quadros pode servir de parâmetro no que diz respeito à responsabilidade do Presidente da República em relação aos erros ou à incompetência da sua equipe. Se a equipe é incompetente, é lamentavelmente incapaz de gerenciar recursos públicos e aplicá-los na busca de benefícios para a sociedade brasileira, a responsabilidade maior é do Presidente da República. Afinal, quem escolhe é o Presidente. Se o Ministro erra, o Presidente é responsável, já que coube a ele a escolha do Ministro para exercer determinada função. É por isso que a nossa crítica é dirigida sempre ao Presidente da República em primeiro lugar. Ele comanda, ele é o líder do processo, ele naturalmente afeite os louros da vitória quando bem sucedido em ações administrativas e a ele se devem debitar também os fracassos do Governo e sobretudo dele deve se cobrar a mudança de rumo que se exige para que o País possa caminhar na direção de um futuro melhor.

É por isso que Jânio de Freitas, em artigo memorável, conclui afirmando: “Esse Lula, que temeu ir ao velório de Celso Furtado, para a homenagem que ficou devendo, todos os dias faz o velório do outro Lula, aquele a quem Celso Furtado homenageou com o apoio da esperança que teve por toda a vida. Levou-a inatendida”.

Agora, o Presidente da República, que despertou esperanças, que realimentou sonhos de vida digna de milhões de brasileiros, acena com a possibilidade de mudar de rumos. Certamente, obtendo a confiança ainda de boa parte da população brasileira.

Quando fala em reforma ministerial desperta esperanças. E o Presidente é, sem sombra de dúvidas, o campeão no despertar de esperanças, no gerar expectativas. E, lamentavelmente, acaba sendo campeão também de frustrações, porque as expectativas gera-

das não são alcançadas e a frustração é decorrência do insucesso.

Agora, o Presidente alimenta a esperança de que com a reforma do Ministério haverá eficiência administrativa. Mas não vejo como possa o Presidente da República ser feliz e alcançar esse objetivo quando, em jantares e almoços que se repetem, negocia com partidos aliados a composição da nova equipe que pretende oferecer ao País para nos governar. Privilegia a acomodação política em detrimento da deficiência, da qualificação técnica, da probidade, inclusive. E esse não é o caminho para quem quer mudar os rumos do Governo.

O Presidente da República continua adotando sua falação já conhecida, marcada por otimismo e, repito, pela geração de expectativas. Ainda ontem, o Presidente da República extrapolou em sua falação habitual, ao inaugurar a ampliação da Usina de Tucuruí. E é bom dizer que se trata apenas de inauguração de ampliação, porque Tucuruí já foi inaugurada há muitos anos. Durante a campanha eleitoral, o Presidente da República, no Paraná, inaugurou obras já inauguradas, e inaugurou também obra inacabada, utilizada para justificar a presença do Presidente da República na campanha eleitoral. Assim, ao inaugurar, ontem, a ampliação da Usina no Pará, o Presidente da República lançou novas expectativas e afirmações bombásticas sem respaldo técnico que as assegure. Não há como nos convencer de que o prometido e anunciado pelo Presidente se concretize, porque, lamentavelmente, durante dois anos, nós aprendemos que o Presidente fala mas não consegue sustentar.

Vejam as afirmações do Presidente: “O País já iniciou um período de desenvolvimento sustentado, deixando para trás a fase de aventuras e inconsistência no crescimento.” Ao se referir ao novo modelo do setor elétrico, uma incógnita ainda – não há como afirmar que esse modelo será bem sucedido –, Lula descarta apagões e racionamentos de energia, “página virada da nossa história”, segundo ele, além de fazer verdadeira apologia sobre o novo modelo de setor elétrico brasileiro.

As afirmações ficam na contramão das ações porque não há investimentos suficientes no setor de energia elétrica do País para nos assegurar essa tranquilidade vendida pelo Presidente Lula. Não, não há. Necessitaríamos R\$20 bilhões em investimentos, por ano, no setor de energia elétrica, e não estamos alcançando esse patamar. Estamos distanciados dessa realidade de investimentos.

Não é só no setor de energia elétrica, mas no setor de infra-estrutura de modo geral. Em aparte ao

brilhante pronunciamento do Senador Mão Santa referimo-nos a esse ato.

Vivemos num País que produz muito, que sabe produzir, mas corre o risco de plantar, colher, vender e não poder entregar, em decorrência desse apagão no setor de infra-estrutura do País, conseqüência da ausência dos investimentos necessários. Todos sabemos que são necessários US\$20 bilhões de investimentos por ano. No ano passado, os investimentos chegaram a US\$14 bilhões, mas neste não suplantaram a casa dos US\$6 bilhões.

Ainda ontem, próprio Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, afirmava que são necessários R\$40 bilhões. S. Ex^a foi muito modesto. Necessitamos mais para que o País atenda às suas expectativas de crescimento econômico, alavancado pela capacidade de produzir da população brasileira.

Um outro capítulo cuja história não é bem contada pela propaganda do Governo é o do emprego em nosso País. As estatísticas do Governo não levam em conta estudos como o do economista professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e diretor do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, André Urani, que afirma que os números divulgados pelo Ministério do Trabalho dando conta da maior criação de vagas formais da história não justificam qualquer euforia. Segundo ele, apenas 33% dos chefes de família em nosso País estão no mercado de trabalho formal. Ou seja, 67% continuam na informalidade.

Há um esforço do Governo, que aplaudo, de transferir o cidadão da informalidade para o exercício pleno da cidadania, com a garantia de seus direitos, consagrados na legislação do País, pela obtenção da carteira de trabalho, pois sem ela o indivíduo se torna um cidadão de segunda classe. E há um esforço sim do Ministério do Trabalho no sentido de transformar cidadãos que atuam com emprego na economia informal em cidadãos oficialmente empregados, por meio da documentação legal. E é por isso que as estatísticas anunciam um crescimento do emprego no País. O crescimento é irreal, portanto, porque o que há é o crescimento do número de carteiras assinadas, muito superior ao de empregos gerados.

E também é bom considerar – repito o que já afirmei em outras oportunidades – que parcela significativa dos empregos gerados este ano deve-se ao desemprego proporcionado por demissões que exorbitaram no ano passado. Trabalhadores foram demitidos no ano passado e contratados este ano com salários inferiores, o que produziu a maior queda de renda verificada no País, nos últimos seis anos: aproximadamente 7,2%.

O Presidente só faltou se referir ao “espetáculo do emprego” e comemorou o recorde dos empregos formais. Portanto, Presidente, menos comemoração e mais ação. Estamos muito longe de alcançar as metas propostas por Vossa Excelência, que estabeleceram, durante a campanha eleitoral, na esteira da esperança popular, a promessa de dez milhões de novos empregos no País. Estamos muito distantes dessa meta, Senhor Presidente.

Esse é o Governo dos espetáculos, como o espetáculo do crescimento, ao qual não pudemos assistir, e tantas outras pérolas concebidas pelo *marketing* oficial do PT. Por exemplo: “Este País nunca sofrerá apagão por falta de energia”. Esperamos que seja verdadeira essa afirmação do Presidente Lula, mas para que seja verdadeira é preciso que os investimentos sejam retomados no patamar que se exige para atender à demanda de energia elétrica no País.

É bom alertar agora, Senador Mão Santa, antes que seja tarde. É bom que o Governo estabeleça prioridades. Não conhecemos ainda o caminho que quer trilhar o Governo do Presidente Lula. Não conhecemos os seus planos concretos, a sua proposta de governo. A única proposta que se conhece no País é a do superávit primário imposto pelo Fundo Monetário Internacional, que resulta numa política de escassos investimentos, contrapondo-se a uma política de receita exorbitante, já que neste ano o Governo conseguiu um aumento nominal da receita da ordem de 18%. Apesar disso, os investimentos públicos não ocorrem. Ao contrário disso, eles estão retraídos, estão comprimidos, estão, lamentavelmente, abandonados.

Apenas como detalhe, o Presidente Lula não pôde ligar as quatro novas turbinas que estavam sendo inauguradas porque não havia água suficiente na represa para gerar energia. A cota de água está em 60 metros de altura e são necessários pelo menos 70 metros para poder colocar as turbinas em funcionamento.

Esses também são indícios do risco, que sempre há, de escassez de energia no País. O próprio Presidente viu, na localidade da inauguração das quatro turbinas, o que pode ocorrer eventualmente, o que não desejamos. Mas, evidentemente, não é possível que se aposte de forma absoluta que não teremos “apagões” no futuro sem realizar os investimentos que o setor requer.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex^a não foi eleito recentemente Governador do Paraná porque V. Ex^a tinha que estar na tribuna do Senado Federal. Sem dúvida nenhuma, V. Ex^a foi um grande ícone das forças opositoras da democracia que vivemos e,

com certeza, muito importante na conquista da Prefeitura da capital do seu Estado. O Presidente Lula tem que ler **Hamlet**, em que Shakespeare diz: palavras, palavras, palavras. Não vemos resultado. Aprendi, no meu Piauí, que um quadro vale por dez mil palavras. Há um ensinamento de Confúcio que diz que é mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Tenho em mãos, Senador Paulo Paim, o jornal **Correio Braziliense**, um dos melhores jornais do Brasil. Que se cuidem os jornais tradicionais de São Paulo e do Rio de Janeiro! Diz o **Correio**, em sua primeira página, em manchetes que mostram o quadro do Brasil: “Renda do brasileiro – esta ilha da fantasia – cai 40% em sete anos”, que tem como subtítulo “Pesquisa revela aumento do contraste entre ricos e pobres do DF”; “Violência no trânsito”; “Seqüestro-relâmpago”; “Vaias e prisões”, tratando das manifestações de ontem dos sem-terra e dos sindicalistas; “Combustíveis já estão mais caros”; “Entidades cobram abertura de arquivos”, os arquivos da ditadura; e “Deputados aumentam verbas eleitoreiras”. Essas manchetes são a tradução de um país intransigente, de um país que está sem rumo e sem comando.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É o país dos jantares e almoços na Granja do Torto, do futebol de final de semana e da anarquia administrativa, lamentavelmente.

Perdoem-me aqueles que me acusam de radicalizar na crítica. Constantemente ouço aqueles que não compreendem essa postura, mas creio estar cumprindo o meu dever no Senado Federal. Ai do país sem oposição, sobretudo do governo sem oposição, porque sequer poderá ter conhecimento dos erros que comete se apenas louvado constantemente pelos áulicos que se acercam do poder e dos palácios governamentais.

Senador Mão Santa, ainda ontem a Medida Provisória nº 204 trancou a pauta do Senado Federal. O que pretende essa medida provisória? Ela autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária ao Paraguai para dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido num supermercado em Assunção em 1º de agosto deste ano.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, é claro que temos de ser solidários, humanos e sensíveis, mas a obrigação de ajudar os nossos irmãos do Paraguai não pode impedir que o Senado Federal vote matérias de muita importância para os nossos irmãos brasileiros. Em detrimento deles, estamos tentando ajudar o Paraguai e, com isso, atravancando a pauta do Senado Federal, porque o Governo usa a medida provisória como arma para governar.

Já que o Presidente da República encaminha essa medida provisória, eu gostaria que Sua Excelência es-

tabelesse como contrapartida um respeito maior aos brasileiros que vivem no país-irmão Paraguai.

Ainda recentemente, o Presidente paraguaio foi à televisão e anunciou que poderia tomar as propriedades rurais de brasileiros que se instalaram naquele país há muitos anos para lutar pela sobrevivência e contribuir para que o Paraguai pudesse fugir da crise econômica e social que o assola há tanto tempo, sobretudo por ser vítima de ditaduras intermináveis.

Neste tempo de democracia, que esperamos se consolide no Paraguai, queremos que o Governo brasileiro estabeleça parâmetros para esse tipo de procedimento que impliquem a retribuição necessária, ou seja, o tratamento igualitário, o respeito que os nossos irmãos brasileiros que vivem no Paraguai merecem do governo daquele país. Eles estão vivendo dificuldades, na intransigência, na insegurança, temerosos de perder repentinamente tudo o que construíram com muito esforço e trabalho durante muito tempo.

Qual é a razão da represália? A razão, Senador Mão Santa, não é o brasileiro que vive lá, mas o que vive no Palácio Iguazu, porque o Governador do Paraná impede que a soja transgênica do Paraguai seja exportada pelo porto de Paranaguá, contrariando a legislação do nosso País. Esse viés autoritário do Governador, que imagina poder afrontar a legislação do País, não pode ser a motivação para qualquer tipo de represália do governo paraguaio. Queremos ver isso de perto e, por isso, Senador Paulo Paim, solicitaremos uma audiência ao Presidente do Paraguai para ouvi-lo a respeito desse impasse.

Não queremos, de forma injusta, criticá-lo daqui, não queremos precipitar a crítica, até porque estamos nos reportando a este assunto, que é da maior importância, pelas informações que recebemos. Queremos ouvir do próprio Presidente da República do Paraguai qual o comportamento do seu governo em relação aos brasileiros que lá vivem, plantando, produzindo, colhendo, ajudando a alimentar a mesa daquele país, ajudando a exportar pelo porto de Paranaguá, ajudando aquele país a obter dividendos para sustentar o seu desenvolvimento. Não pode a arrogância, a prepotência e a irresponsabilidade do Governador do Paraná ser motivação para que, de forma revanchista, o governo paraguaio jogue sobre os ombros dos brasileiros que lá vivem a responsabilidade pelos atos praticados pelo Governador eleito pelo povo do Paraná.

Sr. Presidente meu tempo se esgota, mas faço, mais uma vez, desta tribuna, um apelo ao Governo brasileiro para que se interesse mais pela tríplice fronteira, para que olhe com mais cuidado para a região de Foz do Iguazu, que possui belezas fantásticas, belezas que encantam o mundo, belezas naturais resul-

tantes da generosidade de Deus, mas que estabelece o contraste gritante e perverso de belezas naturais fantásticas e a pobreza, a violência, o desemprego, o desrespeito à lei, o contrabando, o tráfico de drogas e entorpecentes.

Foz do Iguaçu, lamentavelmente, ostenta hoje índices de criminalidade sem precedentes em função, sobretudo, da desatenção do Governo. Não estou nesta tribuna fazendo uma propaganda contra Foz Iguaçu, mas a favor. É preciso que o Governo desperte para a realidade daquela região economicamente ativa. O turismo é uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego e renda, que, se explorado com competência pelos Governos Federal e Estadual na região de Foz do Iguaçu, pode produzir muito para o nosso País.

Esse é o apelo deixamos da tribuna, nesta sexta-feira, final de semana, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, Vice-Presidente desta Casa e representante, por meio do seu Partido, o PT, do grandioso Estado do Rio Grande do Sul.

Para o Brasil, V. Ex^a é conhecido como o defensor perpétuo do trabalhador e do seu salário.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)

– Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder, após a fala do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronun-

cia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, volto mais uma vez à tribuna para falar exatamente sobre o salário mínimo, até porque este é o debate que se estabeleceu, no meu entendimento, de forma precipitada na sociedade. A Comissão de Orçamento pode indicar as diretrizes para o grande debate do salário mínimo e dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Mas não é a Comissão de Orçamento que pode definir o valor do salário mínimo, até porque, Sr. Presidente, a própria LDO, que norteia o Orçamento, estabelece que o salário mínimo será corrigido conforme a inflação dos últimos doze meses mais o PIB. Ora, qual é a inflação de abril a abril? Essa inflação não existe, pois estamos falando de uma inflação projetada de dezembro a abril.

Sr. Presidente Senador Mão Santa, fiz um rápido cálculo que demonstra que a LDO parece que fixou o salário mínimo em R\$283,00. Ora, levando-se em conta, conforme mostram os indicativos, que a inflação anual de abril a abril – estamos trabalhando com projeções – será de 8% e que o PIB, em torno de 5%, vamos fazer um cálculo simples e aplicar 8% sobre o valor de R\$260,00. O resultado seria R\$280,80. Se aplicarmos 5%, como manda a LDO – fala-se de um PIB de 4,5% a 5,5% –, chegaríamos a R\$294,84. Ora, algo está errado.

O Projeto nº 200 de minha autoria, que está em debate na Casa, estabelece a aplicação da inflação mais o dobro do PIB. Se isso fosse real e fosse aprovado na Casa, já teríamos para o ano que vem um salário mínimo na faixa de R\$310,00, que é o menor salário mínimo que será pago, a partir de janeiro, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, faço essas considerações porque entendo ser equivocada a posição, primeiro, de querer engessar o valor do salário mínimo mediante um PIB não conhecido e uma inflação não conhecida. Segundo, considero também equivocada a posição de um economista do Ipea chamado Fábio, que, em entrevista recente à TV Globo News, disse que a saída para o salário mínimo é desvinculá-lo da Previdência. Esse é um argumento totalmente descabido.

Repito o que disse outros dias: o salário mínimo para os Estados já está desvinculado. Querem desvincular o quê, agora? O mínimo que o aposentado tem a receber? Pelo contrário, entendo que o mesmo percentual global que for dado ao salário mínimo deveria se estender a todos os aposentados do regime feral da Previdência.

Sr. Presidente, naturalmente, temos uma grande dificuldade para falar com as esferas de Governo que estão a discutir o salário mínimo. Mas quero insistir na Casa sobre a importância de formamos uma comissão especial provisória, composta de senadores, deputados, líderes dos empresários, dos trabalhadores e dos aposentados para, a partir dos projetos apresentados, aprovarmos, em março ou abril, uma política de salário mínimo permanente.

Propostas existem no Senado e na Câmara. Vamos analisar a que busca a média de pensamento do Congresso e da sociedade e aprová-la rapidamente.

Senador Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, a dificuldade de dialogar com o Governo é muito grande sobre esse tema, que interessa, repito, a mais de 100 milhões de brasileiros de forma direta. Cerca de 58 milhões de brasileiros ficam entre aqueles que têm renda **per capita** de até R\$79,00, ou seja, praticamente um quarto do salário mínimo. Da tribuna

do Senado da República, se pudesse dialogar com o Governo, apresentaria quatro sugestões não somente sobre o salário mínimo.

Proposta nº 1: Excelentíssimo Senhor Presidente da República, neste terceiro ano de Governo em que a expectativa é muito grande ainda na questão social, seria fundamental que o valor do salário mínimo ultrapassasse a barreira dos R\$300,00 e que se estendesse o mesmo percentual de reajuste a todos os aposentados e pensionistas.

Falarei depois sobre o salário mínimo.

Recomendação, Sugestão ou Conselho nº 2: Presidente Lula, é fundamental que a base do Governo de coalizão aprove a PEC paralela. Esse é um acordo firmado entre todos os Partidos e o Governo.

A PEC paralela continua parada na Câmara dos Deputados, quando se esperava que a sua votação tivesse ocorrido há um ano. Ainda hoje não ocorreu.

Quem por ventura tenha lido a revista **Caminhos**, publicação que encaminhei no final deste mês do nosso gabinete, sabe que há milhares de pessoas que estão na expectativa de decidir suas vidas esperando a aprovação da PEC paralela. Dizem, as medidas provisórias. Pois bem, lá na revista **Caminhos** também falamos da importância de mudar o ritual das medidas provisórias. Ninguém tem dúvida quanto a isso, porque, como está, as medidas provisórias acabam bloqueando a Câmara e também o Senado.

Então, aprovar a PEC paralela é acordo e acordo, nesses meus quase vinte anos de Parlamento, independentemente do Governo, eu aprendi que se cumpre, doa a quem doer! Senador Mão Santa, quando eu estava no sindicato, eu dizia na assembléia dos trabalhadores, que acordo ali firmado e aprovado na assembléia deve ser cumprido. Que se um trabalhador entrasse na Justiça contra o acordo por eles aprovado, eu iria lá depor contra, porque palavra, acordo firmado não pode ser rompido.

Por isso, percebo aqui a dificuldade enorme que os Líderes encontram, quando vão à tribuna pedir um voto de confiança. O voto de confiança passa, necessariamente, pelo cumprimento dos acordos. E a PEC paralela até hoje não foi votada.

Senador Alvaro Dias, concedo-lhe um aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a integra a base de apoio do Governo, é do PT, mas merece os nossos aplausos, exatamente pela postura independente que adota aqui, propugnando coerentemente pelas teses que sempre defendeu ao longo da sua trajetória política ou de liderança sindical de trabalhadores. Quanto à questão do salário mínimo, creio que não cabe ao Presidente da República transferir responsabilidades ao Congresso Nacional,

imaginando que se possa, por meio do Orçamento, equacionar de forma definitiva essa situação, esse pleito, essa exigência da sociedade trabalhadora do Brasil. Por que, então, o Presidente, que adota tantas medidas provisórias, não edita, sob os nossos aplausos, uma medida provisória que, com competência e inteligência, venha a estabelecer regras definitivas para o reajuste do salário mínimo no Brasil? Essa medida provisória, nós a aplaudiríamos, embora não fosse necessária a utilização desse expediente para legislar a respeito dessa matéria. Mas, nesse caso, faríamos essa concessão com a maior satisfação. Senador Paulo Paim, não quero tomar o tempo precioso de V. Ex^a na tribuna. Mas, em relação à PEC paralela, que exemplifica exatamente essa situação de descumprimento de compromissos assumidos, levou-nos a sugerir ao Líder Arthur Virgílio que incluísse naquela pauta de condições para que a Oposição permaneça construtivamente ao lado do Governo, em matérias fundamentais para a governabilidade, que negociação no Senado tem que ter a participação, a parceria da Câmara dos Deputados, por intermédio da Mesa e das Lideranças. De nada adianta nos entendermos aqui, no Senado, chegarmos a um acordo que beneficie o País, se, na Câmara, o acordo não é respeitado. Isso até facilita que o Líder do Governo faça algumas concessões aqui – e não quero duvidar da postura de S. Ex^a, de respeito aos opositores –, mas, certamente, ele tem a tarefa de firmar acordos aqui facilitada por entender que a Câmara, depois, não respeitará esses acordos. Nós, então, ficamos muito mal e nos sentimos até humilhados quando o que se estabelece aqui não merece o respeito lá. Essa PEC paralela é o exemplo maior desse desrespeito. V. Ex^a lutou tanto para que se chegasse a um acordo no Senado Federal, mas o acordo celebrado aqui não foi respeitado lá. Daqui por diante, portanto, se depender do nosso entendimento e do nosso Partido, acordo celebrado no Senado tem que ser avalizado antes pelas Lideranças da Câmara dos Deputados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nobre Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a pelo aparte, porque ontem tivemos que votar seis medidas provisórias sem fazer nenhuma alteração. No caso dos aposentados, eu queria fazer uma alteração que dizia simplesmente que o livro tem que ser aberto, para que eles optem pelo acordo naquela receita que tem a receber, de 1994 a 1997. Eles saberiam que, no acordo, perderiam tanto; se esperassem pela decisão da Justiça, receberiam tanto. Eles optariam livremente. Mas não foi possível porque as medidas provisórias voltariam para a Câmara e o prazo terminaria.

Por isso, eu cumprimento V. Ex^a pela proposta feita ao Senador Arthur Virgílio. Não dá para continuar assim: nos obrigamos aqui a cumprir acordos que são firmados na Câmara. Mas os acordos aqui firmados, na Câmara, são rompidos. Daí, fica difícil.

Ouçõ o aparte de V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Paulo Paim, fico muito emocionado em ouvir essa parte do pronunciamento de V. Ex^a que trata do salário mínimo, assunto em que V. Ex^a é PhD e ao qual tem se dedicado inteiramente. Com relação à PEC paralela e, portanto, aos acordos feitos pelas Lideranças partidárias no Senado e na Câmara, V. Ex^a resumiu em uma frase tudo. V. Ex^a disse que nós, que fomos Deputados, não temos nenhum complexo em relação aos Deputados. Sabemos até que o processo legislativo lá é muito mais complexo, porque, afinal, são 513 Deputados Federais. E as Lideranças fecharam um acordo no caso da PEC paralela, que permitiu aprovar por unanimidade a reforma da Previdência, que, sem acordo, não teria sido aprovado no Senado. E aqui ficamos explicando ao eleitores que estávamos aprovando a reforma da Previdência daquela forma, mas que ela seria minimizada com a PEC paralela. O que fez a Câmara? Simplesmente deixa de votá-la. Ao fazer isso, quebra a gentileza que deveria haver entre as Casas e a retidão quanto aos acordos feitos lá e cumpridos aqui e vice-versa. Essa situação precisa ser urgentemente superada. Tem que haver um esforço das Mesas do Senado e da Câmara para tal, e o Executivo não ficar fazendo certos acordos, porque V. Ex^a e o Senador Tião Viana, os grandes fiadores da PEC paralela, ficaram aqui numa situação delicadíssima.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É verdade. O Senador Tião Viana ficou três meses em silêncio. Foi a forma de S. Ex^a protestar.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Exatamente. É preciso rever essa situação, porque o País necessita de esclarecimento a respeito desses assuntos; a população tem que realmente confiar que o Poder Executivo, aí entenda-se o Presidente da República, e os Parlamentares ao fazerem acordos realmente os cumpra, deixem de jogar a culpa um no outro. Quero aqui fazer um desabafo. No meu Estado, um ex-território federal, são muitos os funcionários prejudicados com a reforma. Essa PEC paralela, de certa forma, poderia minimizar a situação desses funcionários. Além disso, há projetos que são aprovados no Senado e ficam na Câmara dormindo por uma Legislatura toda... Isso é inconcebível! Temos que procurar fazer um entendimento entre a Câmara e o Senado, mas pedindo também ao Executivo que mude as regras.

Inclusive, aproveitando o discurso do Senador Mercadante ontem, que fez uma radiografia da história das medidas provisórias, que são, na verdade, um modo de o Poder Executivo legislar sozinho e atravancar o Poder Legislativo. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, cumprimento V. Ex^a pelo aparte. V. Ex^a deixa muito claro que a Câmara precisa deliberar. Querem alterar o projeto que encaminhamos para lá? Alterem e nos mandem de volta. Veremos se aceitamos ou não a emenda lá colocada, como é feito normalmente com os projetos que recebemos da Câmara. Votamos até medidas provisórias e remetemos de volta. A última palavra é sempre dada pela Casa de origem, mas, infelizmente, na PEC paralela, estamos sugerindo até que, se não quiserem aprovar exatamente como aprovamos, aprove e nos mandem de volta, que, aqui, vamos dar a palavra final.

Eu falava em quatro sugestões. A terceira, Srs. Senadores, refere-se à reforma sindical e trabalhista. Não tenho problema algum em discuti-las, mas não de forma açodada, como ocorreu agora com a Portaria nº 160, em que nos obrigamos a apresentar um Decreto Legislativo que, felizmente, foi assinado por todos os Partidos e Líderes. Derrubamos o Decreto encaminhado pelo Ministério na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, agora, ele está pronto para ser votado por acordo, inclusive, aqui no plenário do Senado. Por que digo isso?

Porque, se havia um debate sobre a reforma sindical, vamos continuá-lo; e também discutir a reforma trabalhista. Não sou contra atualizar a relação entre empregado e empregador numa legislação moderna, mas que seja com tranqüilidade; não vai ser numa linha de retirar direitos dos trabalhadores. O terceiro conselho que darei é este: devagar, sem deixar de debater e discutir a reforma sindical e trabalhista. O quarto, que se aprove aqui, com urgência, Senador Mão Santa e Senador Mozarildo – sei que as posições de ambos se convergem nesse sentido –, a atualização do Imposto de Renda.

Infelizmente, os reajustes que os trabalhadores recebem... E tivemos um exemplo típico aqui na Casa: os servidores que não recebiam reajuste nos últimos nove anos, que tiveram um pequeno reajuste, tiveram que entregá-lo para a Receita Federal. Muitos disseram que era melhor não ter recebido nada porque o salário quase que diminuiu devido à desatualização da tabela. Isso não ocorre só nesta Casa, mas no País inteiro. Como temos inflação, os sindicatos se movimentam, e o salário é reajustado e taxado por uma tabela maior não atualizada pela inflação do período, o trabalhador perde o reajuste a que teria direito para a Receita

Federal. Há um movimento dos trabalhadores do País para melhorar o salário, Senador Mão Santa, de acordo com a inflação, só que o reajuste que conseguem é recolhido pela Receita Federal. Isso é um absurdo.

Das milhares de correspondência que recebo, mais ou menos duas mil por semana, e o telefone 0800 do Senado é testemunha – do Rio Grande do Sul recebo acredito que em torno de 70% da correspondência que chega a esta Casa –, uma das reclamações mais contundentes é esta: Senador Paim, trabalhamos, movimentamos, fizemos até greve para ter reajuste; conseguimos, mas o reajuste não fica com o trabalhador, vai para a Receita Federal.

A tabela não é atualizada; se se estava numa faixa, por exemplo, correspondente a mil ou a dois mil, com o reajuste passa-se para outra faixa, pega-se um desconto maior e perde-se o reajuste. Essa é a realidade dos fatos. O reajuste hoje no Brasil, sem atualização da tabela, ficou muito complicado. Em milhões de casos, é melhor ficar com o salário atual por medo; por causa de um real a mais, o contribuinte pode entrar numa faixa maior e ter um redutor. E conforme o caso, pelo efeito dominó, pode pegar a faixa de 27%. Tem que se corrigir a tabela. É um problema do governo anterior, mas é também deste Governo. Então, Presidente Lula, é fundamental que haja a correção da tabela do Imposto de Renda.

Sei que meu tempo terminou, mas neste pronunciamento que ficará na minha página no Congresso forneço dados, números que mostram que a Previdência é superavitária; que, ao reajustar o salário mínimo acima de R\$300, não vai dar problema na Previdência. De acordo com matéria no **Correio Braziliense** e na **Folha de S. Paulo** hoje, a Previdência nunca arrecadou tanto como tem arrecadado agora. É o chamado recorde de arrecadação histórico, conforme um dos secretários da própria Previdência. E diz que é porque a economia está reagindo, está indo bem, quase dois milhões de novos empregos, o agronegócio está aí... Bom! Se estamos arrecadando tanto e está indo tão bem, por que não reajustar o salário dos mais pobres?

No meu pronunciamento, Senador Mão Santa, digo que a sensibilidade do combate à fome passa pelo reajuste do salário mínimo. Esse é um debate que não adianta alguém nos dizer, como tentaram dizer no ano passado, que fica só em dezembro. Não fica em dezembro. Esse é um debate que começa em dezembro, a não ser que mudem a data-base e comecem agora a dizer que a data-base do salário mínimo não é 1º de maio, mas 1º de janeiro. Aí é outra história, mas enquanto a data-base for 1º de maio, não é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização que decide; ela aponta os caminhos. Mas esse debate

do salário mínimo vai se estender por janeiro, fevereiro, março e abril.

Falo numa comissão incluindo diversos setores da sociedade para se debruçarem em cima do que existe; nessa comissão, tenho certeza de que mostraremos que a melhora no salário mínimo reativa o mercado interno. A população com poder de compra maior vai gerar mais empregos porque, para ela comprar, alguém tem que produzir e, conseqüentemente, a Previdência também arrecadará muito mais.

Alguns dados que não preciso apresentar aqui indicam que um real adicionado ao salário mínimo significa um ingresso anual de R\$193 milhões na economia. Se elevássemos o salário mínimo de imediato para R\$300, estaríamos injetando na economia de mercado R\$7,7 bilhões ao longo de doze meses.

No discurso também cito a receita da Cofins, R\$31,73 bilhões em 2003; foi aumentado para R\$57,78 bilhões. Enfim, mostro o crescimento dessa arrecadação que, com certeza absoluta, dá sustentação à Previdência.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, termino, reafirmando a nossa posição de que é possível sim chegarmos, neste País, a um salário mínimo decente porque o atual salário mínimo é indecente. Dizia ontem e repito hoje que é o pior salário mínimo do continente americano. Não há cidadão no continente americano que receba um salário mínimo tão vergonhoso como o nosso. Venho dizendo isso ao longo dos últimos 10 anos. Dizem que tudo está indo bem, mas o salário mínimo não aumenta. Mudam os interlocutores do processo de negociação, mas o salário mínimo continua sem aumento.

Não tenho nada contra bolsa-família, salário-família, bolsa-remédio, auxílio-gás, enfim, todos os instrumentos indiretos que ajudam o nosso povo, mas estou convencido, Sr. Presidente – e por isso insisto tanto –, de que a melhoria da vida daquele que ganha salário mínimo, inclusive da classe média, passa pelo reajuste do salário mínimo porque é a referência das negociações de quem ganha um ou mais de um salário mínimo. Com certeza, voltaremos a este debate durante os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril até o dia 1º de Maio.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, do PPS de Roraima.

S. Ex^a falará como Líder por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, homenageio a Polícia Militar do meu Estado, que hoje comemora 29 anos de sua criação. Cumprimento seu comandante, Coronel Ben-Hur Gonçalves, e todos os seus comandados, desde os oficiais aos praças. Desejo que a corporação seja cada dia mais fortalecida. Comemora-se essa data hoje com a promoção de oficiais de praças especiais. Amanhã a Associação de Cabos e Soldados registrará sua comemoração com vários atos.

Quero dizer do meu reconhecimento pelo trabalho da Polícia Militar do nosso Estado, que trabalha em condições difíceis. Sou testemunha disso. A pedido do comandante do Corpo de Bombeiros, visitei as instalações da corporação, que estão imprensadas no mesmo quartel da Polícia Militar. As acomodações são precárias. Os investimentos em equipamentos têm melhorado, mas ainda há muito por fazer.

Neste dia do aniversário da Polícia Militar do Estado de Roraima, quero dizer que estou comprometido em conseguir recursos para a construção do quartel do Corpo de Bombeiros do Estado, desafogando com isso as atuais instalações da Polícia Militar, que carecem de reforma e ampliação, mas também, sobretudo, buscarmos dar maior apoio a cada um dos integrantes da Polícia Militar, seja, por exemplo, construindo moradia para os praças e oficiais, como também melhorando o atendimento na área de saúde e outras, de que o militar precisa para ter tranquilidade para exercer bem sua função de dar segurança à população, de dar tranquilidade aos lares de milhares de pessoas que moram nos municípios mais distantes daquele querido Estado.

Portanto, Sr. Presidente, termino parabenizando a Polícia Militar do Estado de Roraima. Por meio do seu comandante, Ben-Hur Gonçalves, cumprimento todos os membros dessa laboriosa corporação, bem como seus familiares.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, do PMDB do Estado do Piauí, onde é presidente do Diretório Regional. Sem dúvida nenhuma, S. Ex^a é hoje o mais experiente político do Senado.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem eu me defrontei com um artigo publicado no **Correio Brasileiro**, de autoria da cientista política Lucia Hippolito. Creio que é o momento de divulgá-lo mediante a TV Senado, ouvida em todo o país e até no exterior. Vale a pena ler este artigo que trata de parte da história política do País.

Antes disso, eu queria dizer o que é o PMDB. Ele vem de longe, nasceu depois da redemocratização do País. O PMDB vem de alguém do PSD, que era uma organização política formidável que conheci muito de perto quando fui prefeito no tempo da UDN.

Na verdade, o PMDB é o fruto de uma fusão entre o PP e o MDB. O PP tinha nesta Casa, e eu era Senador naquela época, 17 Senadores, se não me engano. O MDB tinha uns três ou quatro, entre eles, nomes famosos do partido, fundadores dele à época. Numa memorável convenção que ficou marcada na história política deste País, essa fusão se deu mediante um acordo celebrado entre o PP e o MDB para formar um único partido. Naquela época, o Presidente Figueiredo não queria isso, porque não desejava um partido forte. Nós já éramos 17, com mais 5 do MDB. Naquela época, só havia 48 Senadores. Se juntasse o MDB com o PP, o partido resultante dessa fusão ficaria muito forte. Outro partido, naturalmente, acabou sendo o atual PFL.

Nós, do Piauí, temos a ver com isso. Vamos falar um pouco da história.

Sr. Presidente, nobre Senador Mão Santa, lá da minha terra, essa história é assim: na votação para a fusão – houve uma convenção memorável do PP e do MDB –, era necessário que os votos dos dois partidos coincidissem com determinado número que se considerava a maioria juridicamente necessária para formar os dois Partidos. Então me procuraram no Diretório Estadual do PP. Os 17 Senadores de então eram ligados a Tancredo; dois deles ainda estão aqui: Senador Alvaro Dias e Senador Roberto Saturnino, que pertenceram àquela equipe de 48 Senadores.

Sr. Presidente, essa Convenção foi vencida por cinco votos – foi muito apertada. Houve cinco votos do PP do Piauí. Assumi um compromisso com o grande brasileiro que foi Tancredo Neves, meu amigo particular, que me fez um pedido: “Não falte porque a coisa vai ser apertada. Traga o maior número de votos possível da Comissão do PP do Piauí”.

Pois bem, foram os cinco votos do PP do Piauí, de cujo Diretório eu era Presidente, que consagraram o Partido que hoje se chama PMDB. Se não tivéssemos vindo aqui, não existiria PMDB coisa nenhuma; haveria o PP, que teria seguido outro rumo. O MDB também cresceria, mas nunca seria o PMDB.

Como o artigo diz respeito ao PMDB, vale a pena lê-lo, se o tempo me permitir fazê-lo.

Meu caro Presidente, olhe os conceitos de Lucia Hippolito, que é uma cientista política que entende do riscado. Ela forma opinião. O que ela escreve é publicado pelos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de**

S.Paulo. Este artigo foi publicado pelo **Correio Brasileiro:**

O presidente Lula está mobilizando todo o seu charme e poder de sedução para manter o PMDB na base do Governo, com dois objetivos: garantir a governabilidade de construir uma aliança para a sua reeleição em 2006.

O esforço do presidente é louvável e revela boa compreensão do processo político, mas pode redundar em fracasso, se ele não entender que o PMDB parlamentar é um, e o PMDB eleitoral é outro – aliás, como é da natureza de muitos partidos.

O sistema partidário eleitoral move-se de acordo com uma lógica própria. Partidos fazem alianças e coligações visando à vitória nas eleições. Contados os votos, vê-se quantos vereadores, prefeitos, deputados federais e estaduais, senadores e governadores foram eleitos. Essa é a força eleitoral do partido.

Mas o sistema partidário eleitoral não se traduz automaticamente em sistema partidário. Por exemplo, o PTB elegeu 26 deputados federais em 2002; depois de um regime de engorda artificial [é interessante isto: de engorda artificial!], a bancada petebista conta hoje com 50 deputados, ou seja, quase o dobro do que saiu das urnas. Na outra ponta está o PSDB, que saiu das eleições com 70 deputados federais; sofreu uma lipoaspiração [é interessante, uma lipoaspiração!] e hoje tem 49.

O partido parlamentar é fundamental para compor alianças e grandes acordos que sustentam governos. No caso do PMDB, o papel de sua bancada federal de deputados e senadores é contribuir para a governabilidade [é o que está acontecendo. Todos sabem disso].

Reeleição é outra história. Tem a ver com a força eleitoral do partido, com sua capilaridade, sua formidável máquina que se espalha por todo o território nacional. E, aí, o poder está nas mãos dos diretórios regionais [olhe bem, dos diretórios regionais]; o verdadeiro comando do PMDB está nas mãos dos governadores.

O PMDB não é para amadores [olha que interessante! O PMDB não é para amadores]. Trata-se, em primeiro lugar, de uma federação composta de 27 PMDBs estaduais, autônomos, porque no partido a lógica regional é soberana [eu tenho dito isso]

Mesmo emagrecendo a cada eleição, o PMDB ainda é uma respeitável máquina. Tem seis governadores, três vice-governadores, 23

senadores, 76 deputados federais, 152 deputados estaduais. E acaba de eleger 1.058 prefeitos e 11.373 vereadores. Sua Convenção Nacional é composta por mais de 600 delegados de origem municipal e estadual, além do Diretório Nacional. Portanto, as lideranças em Brasília podem espernear à vontade, mas quem tem força no PMDB são os diretórios estaduais e os governadores.

E o Partido é assim porque foi construído assim. Não custa lembrar que os fundadores do PMDB vinham do velho PSD de antes de 64, a mais perfeita construção partidária que o Brasil já teve em toda a sua história. Perto do que foi o PSDB, o PT é apenas um aprendiz de partido.

Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, entre outros, trouxeram para o PMDB a experiência pessedista de um partido altamente federativo, com diretórios regionais poderosos e caciques estaduais com voz ativa nas decisões partidárias. No PSD, e depois no PMDB, quem tem voto tem voz. Não há aparelhismo nem centralismo democrático que possam inibir o poder das lideranças regionais.

Por isso, por reconhecer e respeitar a lógica da política estadual, é que de vez em quando o PMDB se comporta aparentemente como um partido desarticulado, sem coesão nem disciplina internas.

Também por respeitar a primazia das instâncias regionais, o PMDB é diferente em cada Estado brasileiro. Como acontece em qualquer país verdadeiramente federativo, o partido político nacional não se reproduz automaticamente nos Estados. Os diretórios estaduais espelham características das culturas e da dinâmica político-partidária de cada um dos Estados, ou seja, assumem a feição das regiões onde se instalam.

O partido não pode ser um alienígena, tem que sentir o pulso do Estado onde mora seu eleitor. Em que pese a importância de manter uma unidade partidária nacional, é vital reconhecer a importância das peculiaridades regionais para conquistar o apoio do eleitorado.

Por isso, o PMDB de Pernambuco é diferente do gaúcho, que, por sua vez, é distinto do PMDB paranaense. Compreender a complexidade e a sofisticação desse que é, até agora, o mais bem-sucedido partido político brasileiro dos últimos 25 anos pode contribuir

para superar as discussões primárias sobre fisiologismo, apego a cargos e outros temas menores.

O PMDB não se resume a uma disputa pequena entre Sarneys e Renans. O PMDB é, em resumo, o fiador do equilíbrio político brasileiro e crucial para a garantia da governabilidade.

Creio que não há nada mais completo do que essa referência feita pela Lucia Hippolito sobre o PMDB.

Por isso, meus caros colegas Senadores, tivemos encontros com o Presidente. Ele teve encontro conosco em jantar e, com os companheiros do PMDB na Câmara, em almoços.

Cumprimentei o Senhor Presidente Lula naquele jantar porque senti na sua fala a sinceridade de quem quer acertar, a sinceridade advinda da simplicidade de alguém que veio dos metalúrgicos do ABC paulista. Cumprimentei-o pela sinceridade com que falou conosco, pedindo nosso apoio, pedindo a coalizão, para que o seu programa de Governo possa ter êxito. Então, Senhor Presidente, olhe bem como o seu Governo está constituído. É necessário que os ministros de Vossa Excelência compreendam o papel do PMDB, aqui muito bem descrito pela cientista política Lucia Hippolito. O PMDB é isto aqui. Todos os seus diretórios regionais têm satisfações a dar aos seus eleitores e querem saber se estamos participando do Governo; eles nos perguntam isso. E participar do Governo significa participar mesmo das decisões governamentais.

Recebemos aqui uma quantidade enorme de MPs. Acredito que muitas delas são necessárias ao desenvolvimento do País, mas muitas delas não o são. E quem reconheceu isso aqui foi o próprio Líder Aloizio Mercadante, ontem, achando que é necessário um melhor entrosamento político.

O PMDB é realmente uma fonte de inspiração política, Senhor Presidente. Ouça as Lideranças do PMDB, ouça todas as Lideranças desta Casa, pois há homens experientes em todos os partidos. Mas o PMDB, que está na base de sustentação, precisa ser ouvido em primeiro lugar.

O PT de Vossa Excelência, o Partido que governa, tem muito o que aprender ainda sobre política. Lucia Hippolito diz que ele é aprendiz de política ainda e, sendo aprendiz, erra por várias formas. Erra porque não conhece os assuntos, erra porque quer impor a sua vontade – isso está acontecendo – e cria problemas nas bases partidárias de sustentação do Governo.

Por isso, Sr. Presidente, com a experiência que tenho, digo que ouça o PMDB. Sou o mais antigo Senador desta Casa, não só em idade, pois, para mim, só tenho 40 anos aqui na mente, graças ao bom Deus.

E toda hora o Senador Mão Santa diz daquela cadeira – e fico meio constrangido – que sou a estrela Antares. A estrela do Piauí é da constelação Antares – que só tem uma estrela –, e S. Ex^a, toda hora, fica querendo me transformar nessa estrela. Bondade dele, que foi um grande Governador.

Quero dizer aos que formam hoje o Governo que ouçam o PMDB. Igualmente, meu caro companheiro Aldo Rebelo, que está lá nas decisões políticas, ao lado do Presidente: ouça o PMDB. As reivindicações que o PMDB apresentou ao Presidente devem ser cumpridas sem delongas, para que o Partido entenda que está na base do Governo, mas que tem respeitabilidade. Os seus pedidos devem ser atendidos imediatamente, para provar que o Governo está vivo e atento ao que lhe pede sua base de sustentação.

Por isso, fiz questão de ler esse artigo que diz o que é o PMDB, com toda a clareza. Eu, como Presidente do Diretório Regional do PMDB, confirmo em gênero, número e grau o que disse Lucia Hippolito nesse seu extraordinário artigo sobre o nosso Partido.

Queria encerrar minhas palavras com esta, digamos assim, sugestão: ouçam o PMDB.

O PMDB, por meio deste representante aqui, apresentou ao Governo um trabalho – que não foi feito no chute –, pedindo informações a quem sabe dar informações. A minha proposta para a criação de uma câmara de gestão para consertar as estradas brasileiras nasceu de informações concretas da Federação dos Construtores de Estradas, da Federação dos Transportadores de Carga. Temos hoje mais de 36 mil quilômetros de estradas federais destruídas no País. A riqueza do País circula por essas estradas, e, por estarem esburacadas, elas arrebatam mais de pressão ainda.

Abre-se o jornal e lá diz que o Ministério dos Transportes vai ter R\$6 bilhões. Se aplicarem errado os R\$6 bilhões, não consertam os 36 mil quilômetros nunca. É necessário, em primeiro lugar, que haja projetos. Ninguém conserta estradas sem projetos. E projetos feitos à moda antiga, como ainda o são, digamos, naquele tipo de burocracia que existe nos ministérios brasileiros, não tem novidade. É aquela velha história: abre-se uma licitação, a empresa ganhadora manda a sua equipe para o campo sondar se o asfalto está deteriorado aqui e ali e levam três meses para concluir esse estudo; depois trazem o resultado e apresentam o projeto, levando outros três meses. Com menos de seis meses o Ministério dos Transportes não tem pronto, na mão, um projeto de construção ou de reconstrução de uma estrada.

Há, naquela proposta que fiz, informações muito mais avançadas. Existem equipamentos, como um car-

rinho que funciona com infravermelho e que, metro a metro, vai detectando e informando como está o asfalto e como está a base. Por exemplo, tive uma informação das equipes de São Paulo de que, em um mês, pode-se ter seguramente 8 a 12 mil quilômetros de projeto. Então, em quatro meses, serão 32 mil quilômetros de projeto. Logo no primeiro mês, 8 mil quilômetros de projeto para poder começar. Mas começar do jeito que está aí? Pega o dinheiro do Ministério dos Transportes, que tem uma série de estradas catalogadas como essenciais, o dinheiro não dá para fazer uma estrada inteira, então só faz um pedaço e deixa o resto para o ano que vem. Enquanto isso, o frete da riqueza brasileira, que, com certeza, vai cair no consumidor, fica 35% mais alto por causa dos buracos.

O conserto disso é que me deixa aflito.

Sr. Presidente, dê-me mais dois minutos para terminar.

Por incrível que pareça, com R\$2 bilhões por ano, em três anos consertaremos os 32 mil quilômetros. Consertaremos, não; faremos novos quilômetros: base nova, asfalto novo.

Ora, o Ministério diz que tem R\$6 bilhões para o ano que vem. No fim do ano, vamos ver se com esse montante terá consertado ao menos dez mil quilômetros. Não terá consertado nada.

Por isso, com a experiência que tenho, é Câmara de Gestão, Senhor Presidente Lula. O PMDB é que está dizendo a Vossa Excelência. Com a experiência que tenho, posso falar isto: crie a Câmara de Gestão, Senhor Presidente, entregue a chefia ao Chefe da Casa Civil, como ocorreu no caso no apagão – Pedro Parente era o Ministro-Chefe da Casa Civil à época –, e ponha um grupo gestor de engenheiros altamente qualificados. O Ministério dos Transportes terá representação, como também o terá o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda. O grupo será composto pelo próprio Governo, mas é um grupo gestor que comanda, dá as ordens, facilita para que as coisas andem mais depressa.

O Brasil tem pressa para economizar dinheiro, para economizar os R\$7 bilhões que estão sendo jogados fora todos os meses nas freadas e acelerações dos caminhões, das carretas, que já são hoje em número de dois milhões. O que estou falando é do conhecimento dos transportadores de cargas, que sabem que tudo o que estou falando é verdade.

Se tivermos as estradas todas recuperadas, o frete de 35% a mais vai para baixo em favor do consumidor. E o que mais vai para baixo? A Petrobrás deixará de gastar e jogar fora quatro bilhões de litros de óleo diesel, que são perdidos, jogados fora. Quatro bilhões de litros representam quase R\$7 bilhões de reais e o

reparo, em três anos, custa R\$6 bilhões. Não há como não entender isso, pelo amor de Deus!

Senhor Presidente, ouça o PMDB! Sou o autor, mas não quero glória nenhuma para mim. Sou o autor, porque já fiz quatro mil quilômetros de estradas no meu Estado quando era Governador. Ninguém me ensina nada sobre rodovia, aprendi tudo com os mestres e, como Engenheiro que sou, sei que dessa forma faremos com que, num Dia D, num dia só, 120 empresas de engenharia brasileira, entre grandes, médias e pequenas, que estão hoje paradas, poderão trabalhar e reparar a malha rodoviária brasileira ano a ano e, em três anos, estará tudo pronto, não tenho dúvida. Aí, a obra durará mais 20 anos, tenho certeza, porque não vão fazer obra pela metade, vão fazer coisa séria. Um milhão de pessoas entrarão nesse esquema de geração de renda.

Encerro as minhas palavras fazendo um apelo ao Presidente Lula: Presidente, crie a Câmara de Gestão, e o seu governo vai ganhar os aplausos do País todo, porque é no País todo que os 36 mil quilômetros de estradas federais estão destruídas. As estradas estaduais, em alguns Estados, estão boas. O Governador Mão Santa recuperou uma malha enorme de estradas estaduais que fiz no meu tempo, e ele fez outras novas. Das federais ninguém cuida, acabam mesmo, estão acabadas no País.

É um apelo que faço e espero que esta fala produza algum resultado, já que o PMDB está nesta briga se fica ou não no Governo. É importante que fique e que o Governo acredite no PMDB e aceite suas sugestões. Uma delas é a Câmara de Gestão. Ouça o PMDB e crie a Câmara de Gestão. O Brasil agradecerá!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Temos a honra de dizer para o Brasil que acabamos de ouvir um dos homens de maior experiência política no nosso País. Alberto Silva foi eleito, em 1948, Prefeito da minha amada Parnaíba; de lá para cá, nunca existiu um Prefeito tão empreendedor e tão capaz. Como Shakespeare diz: vamos somar a experiência e a competência e teremos a sabedoria. Alberto Silva representa a sabedoria. S. Ex^a é para nós o que foi Nelson Carneiro nesta Casa. A experiência de Nelson Carneiro nos trouxe Carreiro – um bem nunca vem só.

Alberto Silva é um nome que engrandece o PMDB, esta Casa e a pátria. Eu, no lugar do Presidente da República, o teria com conselheiro do Governo.

Concedo a palavra ao extraordinário Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Endosso as palavras de V. Ex^a a respeito da qualidade, da experiência, do

talento do Senador Alberto Silva, e muito obrigado a V. Ex^a pelas reiteradas manifestações de apreço pessoal por este seu modesto colega do Amazonas.

Sr. Presidente, faço hoje apenas um vôo de pássaros sobre os jornais brasileiro. O **Jornal do Comércio**, do Recife: “Combustível fica mais caro hoje”; outra notícia: “Sem-terra ocupam a fazenda Recreio”, e mais: “Protestos contra aumento de passagem de ônibus contra a prefeitura petista de Recife”.

Ainda “Protestos contra Aumento de Passagens de Ônibus contra a Prefeitura Petista de Recife”. **Gazeta Mercantil**: “Brasil Pode Perder US\$800 Milhões com Soja em 2005”. **Gazeta Mercantil**: “Brasil Precisa Definir seu Papel”. Diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso:

A idéia de fazer acordos tópicos vem em um quadro mais defensivo do que ofensivo. Nós temos uma política defensiva. E eu acho que nós deveríamos passar para uma política ofensiva e tomar a decisão de nos integramos à economia global.

Muito delicadamente, o Presidente Fernando Henrique apenas diz que o Presidente Lula, na verdade, faz espalhafato, mas é incompetente quando se trata de política externa.

Estado de Minas: “Gasolina Sobe Outra Vez”. E o Presidente Lula apela por compensação aos Estados, quando depende dele cumprir a palavra que empenhou junto aos Governadores. Dispensamos todo o gesto teatral de solidariedade que teria de ser expresso nos votos de sua Bancada aqui ao cumprirmos os acordos firmados pelo Presidente da República.

Zero Hora, do Rio Grande do Sul, resvala para a corrupção: “Fraudes no Programa Bolsa-Família se Espalham pelo Estado”. Outra notícia: “Aumento de 7% da Gasolina é o Terceiro do Ano”. Outra notícia: “Infância Desamparada”. Faço, Sr. Presidente, na verdade, a crônica do desgoverno. Refiro-me à matéria da primeira página do **Zero Hora**. Dentro do jornal, há a manchete: “Aumentam Índícios de Fraude no Bolsa-Família no Estado”. E o Fantástico já tinha sido tão eloquente, denunciando esse crime triplicado, que é o crime, em si, de desvio de dinheiro público, crime brutal perpetrado contra o futuro das crianças brasileiras.

O **Estado de S. Paulo** traz um calhamaço de páginas com essas notícias. Na primeira página, há: “Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula. Gasolina sobe 4,2%; Diesel, 8%. Não subiu antes da eleição por motivos eleitoreiros, pura e simplesmente por motivos eleitoreiros.”

Mostrou que tinha razão a equipe econômica, o Copom, quando exigiu da Petrobrás que fizesse um

realinhamento de preço. Houve uma nota malcriada do Presidente da Petrobrás, mas agora o preço chegou ao que deveria ter chegado antes, ou seja, não aumentaram a gasolina e o diesel antes por motivos absolutamente eleitoreiros e demagógicos.

O Presidente Fernando Henrique pergunta por que o Governo quer maioria se não tem projeto para indicar a essa maioria que vote e por ele empreenda uma luta estratégica.

Ainda consta de o **Estado de S. Paulo**: “Lula se queixa da indiferença do povo”. Sr. Presidente, não tenho como não me lembrar de algo parecido, porque, quando as coisas dão errado, o Presidente vaidoso pensa sempre que a culpa é do povo. O Presidente João Figueiredo, que V. Ex^a e eu tanto combatemos, Senador Álvaro Dias – sem dúvida V. Ex^a era opositor dele, Senador Mão Santa –, chegou a dizer aquela célebre frase que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro do povo. O Presidente Lula está no mesmo caminho. Já está se queixando da indiferença do povo em relação a ele.

Na verdade, o povo é generoso ao ser indiferente. Deveria estar bem mais atento ao desgoverno que vai sendo praticado e perpetrado contra este País.

Sr. Presidente, falando ainda sobre o Presidente Lula, lembro-me de um poema de Berthold Brecht, chamado **Poema Clandestino**, escrito depois da revolta popular, em 1953, na antiga República Democrática Alemã. Leio o poema para V. Ex^a e para a Casa. Diz Brecht:

Depois do levante do 17 de junho
O secretário da União dos Escritores
Mandou distribuir panfletos
Na Stalinee,
Nos quais se podia ler que o povo
Deixara de merecer a confiança do Go-
verno.
E só poderia reconquistá-la, agora,
à custa de muito trabalho.
Mas não seria então
Mais simples se o Governo
Dissolvesse o povo e
Elegesse outro?*

Ou seja, Figueiredo, quando preferia cavalo ao povo, no fundo, ele queria outro povo no lugar daquele que o criticava tanto. Lula já acha que o povo está indiferente. Quem sabe daqui a pouco ele delira imaginando que seria melhor construir o novo povo, ele imaginaria que daria menos trabalho do que ele construir um novo Governo, um Governo de verdade. E essa é sua obrigação, para se credenciar ao respeito duradouro do povo e da História.

“Gasolina e diesel ficam mais caros hoje. No fim, a Petrobras desobedeceu o Copom”, observa o Jornal **O Estado de S. Paulo**. “Na esplanada dos Ministérios, há uma onda de protestos contra o Governo.”

E diz economista Plínio de Arruda Sampaio Filho: “Se não mudar, Lula terá de romper com seus aliados históricos.”

“Governo de resultados”, editorial no **Estadão** de hoje. “Quando o Presidente Lula exige de seus Ministros do Governo de resultados em 2005, o resultado que tem em mente é sua reeleição em 2006.”

Quando ele lembra ao PMDB que o partido mantém o nome nacional para concorrer ao Planalto, sugerindo, portanto, que a agremiação fará melhor se ficar no Governo, com mais espaço naturalmente e desta vez integrar-se à coligação eleitoral vitoriosa em 2002, a intenção é a mesma. E é para isso também que até o PP poderá desfrutar de Ministério na reforma que virá. O empenho de Lula nessa composição e o fato de ter ele assumido, pessoalmente, e solitariamente, o comando da articulação política do Governo indicam que ele deve concordar com a avaliação do antecessor Fernando Henrique, segundo a qual, o desfecho das eleições municipais mostrou que o Presidente não é imbatível.

Na verdade, só há uma coisa com começo, meio e fim neste Governo: as tratativas do Presidente Lula para tentar se reeleger Presidente. No mais, está parado.

Celso Ming, em seu belo artigo de hoje, no jornal **O Estado de S. Paulo**:

A direção da Petrobrás tratou a opinião pública com descaso. Durante meses, negou que houvesse desalinhamento de preços, mesmo não podendo esconder que o reajuste de outros derivados, como o do querosene e de aviação e do óleo combustível obtivesse tratamento.

Mais adiante, diz Ming:

Uma segunda questão a examinar é a chamada divergência entre a Petrobrás e o Banco Central. Na ata da reunião do Copom, realizada em outubro, o Banco Central advertiu a Petrobrás de que o atraso no reajuste concorria para deteriorar as expectativas dos agentes econômicos e prejudicava a execução da política monetária.

Ou seja, a eleição primeiro, os interesses do País, depois.

Sr. Presidente, peço que tudo seja inserido nos Anais da Casa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, apenas para acrescentar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Álvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Uma matéria do jornal **Valor Econômico** mostra o quanto perdeu a Petrobras por adotar a postura eleitoreira, que não beneficia a população porque agora anuncia o reajuste com o atraso, que significou um prejuízo enorme para o País. A estatal deixou de ganhar 4 bilhões, por manter os preços da gasolina, e mais 2 bilhões perdeu com a venda de diesel por um preço mais barato do que o das importações brasileiras. Portanto, Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a, com muita responsabilidade pública, vem à tribuna para denunciar os prejuízos a que somos submetidos, nós, brasileiros, em função da postura eleitoreira do Governo, que contraria toda a sua pregação, na esteira desse sepultar de dogmas e postulados apregoados durante tanto tempo pelo PT no País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Álvaro Dias. V. Ex^a me ensina a dizer que o Governo tem um caráter de certo hermafroditismo político.

Vejam ainda o que diz **O Estado de S. Paulo**: “Governistas tentam salvar sigilo de aliados do MST” e V. Ex^a, Senador Álvaro Dias, era o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise no campo. “Dois Deputados do PT e um do PC do B queriam anular sessão da CPI da Terra que autorizou a abertura de dados”. Ou seja, supostamente haveria corrupção ali, mas pensavam que não se deveria investigar. Parece, então, que são aliados do MST.

O Estado de S. Paulo publicou também: “MST caminha para Oposição, diz D. Tomás Balduino”. “Movimentos populares estão frustrados com Lula, afirma o Presidente da CPT”. É um exemplo puro de hermafroditismo político.

O mesmo jornal publicou: “PFL convoca Gastão para explicar acusações. Segundo o Senador José Jorge, declarações do ex-Secretário contra o Ministério da Saúde são de extrema gravidade”. É o lado mais obscuro que tem sido recorrente no Governo do Presidente Lula. “Fernando Henrique Cardoso faz duro ataque à política agrária de Lula, alertando para os perigos do descontrole civil e do descontrole econômico”.

A **Folha de S. Paulo** publica matéria de quase uma página, intitulada: “Estudantes e sem-terra vão às ruas protestar contra Lula”. A página inteira praticamente. E não há nenhum Partido atizando isso, como havia contra FHC, contra José Sarney. O PT

encabeçava o movimento. Agora, não. É espontâneo. É o povo mesmo.

Matéria da **Folha de S.Paulo** intitulada “Lula iria por empresários, diz D. Tomás. D. Tomás acusa o Presidente Lula de não se interessar em discutir com os movimentos sociais e diz, do alto da sua autoridade que, se fosse uma reunião com empresários, Lula iria cheio de gracinhas, iria cheio de piadas, iria com seus ternos elegantes.Iria.”

Aqui temos o Presidente dando mau exemplo para nossos filhos e netos: “Presidente come bombom e joga o papel no chão” – **Folha de S.Paulo**. Presidente, coloque no cinzeiro. Não jogue no chão. É feio. Está ensinando mal as crianças.

Folha de S.Paulo: “Ex-assessor de Humberto Costa ataca o Governo.” E aí envereda pelo caminho do desmando do desvio de recursos públicos.

Folha de S.Paulo: “Sem-terra invadem Incra e enfrentam a PM.” Aqui o PT impede que se investigue corrupção dentro do Movimento dos Sem Terra.

“Banco Central e Congresso viram alvo de manifestantes.”

Folha de S.Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter a meta de inflação”.

Escreve o jornalista Kennedy Alencar, em matéria por ele assinada: “Queda de juros só vem a partir de março.” Quem sabe?

“Banco Central terá de rever projeção para gasolina no ano.”

Folha de S.Paulo: “Combustível sobe pela segunda vez em 42 dias.” “Mercadante acusa Governo de abusar da edição de medidas provisórias.” “Banco Central afirma que ritmo da alta de juros pode ser acelerado.” “MST invade, na Bahia, fazenda de suspeito de chacina.”

Folha de S.Paulo: “João Paulo acusa PMDB de obstruir votações.” Vaca não reconhece bezerra, Presidente Mão Santa. Eles estão brigando entre eles. Ninguém briga conosco. Todos brigam entre si.

Folha de S.Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter meta.”

Ainda **Folha de S.Paulo:** “Combustível”...

Estou repetindo. É tanta notícia ruim que eu estou repetindo. Não quero que me acusem de ter repetido notícia ruim porque o Governo não precisa disso.

Folha de S.Paulo: “Mercadante critica a ação de Lula no Senado”. E o Presidente aqui resvala para o desespero. “O Presidente quer elevar mínimo para R\$300”. Seu compromisso não era esse; seu compromisso era dobrar o valor real de compra do salário mínimo em quatro anos, e ele teria que fazer algo bem diferente disso para cumprir seu compromisso de campanha. A outra saída era a honrabilidade de dizer para a

Nação, numa cadeia de rádio e televisão, que ele não está sendo capaz de cumprir com a sua meta, com o seu compromisso. Seria uma atitude de mais honrabilidade, algo mais firme, mais justo, mais decente, mais ético, mais honrado.

Folha de S.Paulo: “Gasolina deve subir mais de 3% na bomba”. E era para ter subido antes da eleição. Subiu depois porque eles estavam a fim de votos.

O Globo: “Críticas de ex-secretário abrem crise na saúde. Gastão Wagner acusa Humberto Costa (atual ministro) de priorizar o marketing. Ministro atribui críticas a ressentimento pessoal”. E tome petista brigando com petista! Esse é o quadro do desgoverno e do desalento que a Nação é obrigada a suportar.

O Globo: “Ministro Bastos defende presidente do Incra: é mais uma questão de linguagem.” Entende o Ministro Bastos que o presidente do Incra, falando para nove mil pessoas, ter dito que o agronegócio é inimigo dos movimentos sociais é apenas uma questão de linguagem. Está tolerante o meu prezado amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos com algo que tem muito a ver com a manutenção da ordem interna desse País, portanto muito a ver com a Pasta que ele tem todas as condições de abrilhantar pela sua respeitabilidade pessoal e pelo seu nível de preparo intelectual, que é dos melhores.

O Globo, página inteira: “Fogo é mais que amigo. Mercadante, Líder de Lula, e João Paulo, Presidente da Câmara, atacam o governo. Protestos no Congresso e nas ruas. Fernando Henrique, não se pode tentar redescobrir a pólvora. Ex-Presidente diz que governo dá força ao reivindicacionismo incessante do MST”.

Aí vem o Presidente do PT, José Genoíno, chamando o ex-Presidente Fernando Henrique de arrogante e distorcendo as suas palavras. Diz que o Presidente teria dito que apenas no PSDB haveria gente preparada para ser Presidente da República. E o Presidente não disse isso. Vou ler o que disse o Presidente Fernando Henrique: “Talvez o PSDB seja o único partido que disponha de tantas pessoas qualificadas para serem candidatas”. Quando se diz qualificadas não é apenas moralmente ou intelectualmente, mas qualificada também eleitoralmente. Vemos o PFL dirigindo suas baterias para o Prefeito César Maia; vemos o Governador Germano Rigotto no PMDB; vemos no PT Lula e apenas Lula; vemos quatro, cinco, seis nomes no PSDB. Foi apenas isso que o Presidente Fernando Henrique quis dizer. E o Presidente do PT, em sua resposta, nessa ânsia quase doentia de tentar silenciar o ex-Presidente da República, distorce o que ele diz.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concedo um aparte, Senador Mão Santa. Apenas avanço um pouco mais.

O Globo: “PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote”. Ou fazem o que eles querem ou tem boicote contra matérias de interesse do Governo na Casa. São aliados do Governo, e não adversários. Os adversários somos nós. Ontem aprovamos aqui seis medidas provisórias, e o Governo não tinha maioria para fazer algo parecido. Aqui mostramos que a Oposição critica, mas quer o Brasil andando, não quer o Brasil parado.

Correio Braziliense: “Renda do brasileiro cai 40% nos últimos anos.” Mas vamos ser honestos: isso tem a ver com o problema do Distrito Federal, com o problema da economia brasileira, não se refere apenas ao Presidente Lula. Vamos ser bem honestos. Tem aqui várias prisões. Protestos contra o Governo do Presidente Lula. A manchete também diz: “Vaias e prisões. Protestos contra o governo do Presidente Lula”.

O Globo: “Sem-Terra e estudantes invadem prédio do Incra”. Protestos no Congresso e nas ruas. MST faz manifestação na Esplanada contra reformas do Governo Federal. Portas de Vidro e duas vidraças foram quebradas. Houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas. Agricultores invadem fazenda”. É o quadro do desatino e da inércia administrativos.

Correio Braziliense: “Protestos. Manifestação organizada pelo Partido da Solidariedade (PSOL) e por sindicalistas na Esplanada dos Ministérios tem como saldo dois estudantes presos, vidros do Congresso quebrados e carros amassados. Policiais detêm manifestantes na frente do Congresso. Minoria provocou confronto, que acabou com dois estudantes presos. Passeata terminou em confronto” e “CPT (Comissão Pastoral da Terra) critica Governo Federal”.

E diz Dom Tomás Balduino: “Se ao invés de 12 mil trabalhadores estivessem aqui 12 mil empresários Lula teria vindo”. É incrível como Dom Tomás Balduino está decepcionado com os rumos adotados pelo Presidente Lula.

Não sou aliado de Dom Tomás Balduino, sou adversário de suas idéias até. Entretanto, tudo que peço dele é respeito, e não vejo que ele tenha alguma razão para não me respeitar quanto ao que mantenho de coerência e de firmeza em relação aos meus pontos de vista. Quem se eleger com os votos e com o apoio de Dom Tomás Balduino foi Lula, a quem ele dirige essas palavras que até parecem desrespeitosas.

O brilhante Presidente do PPS, Roberto Freire, diz: “O que eles fazem não é coalizão, é ajuntamento”.

Correio Braziliense de hoje: “Fernando Henrique Cardoso ataca Lula. Falta criatividade. Ele condena o fracasso das políticas sociais”.

O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, diz: “Considero sofrível o desempenho do Governo Lula”. Ele foi gentil; queria dizer coisa pior.

Jornal Correio Braziliense: “Política Econômica – Ata do Copom mostra que os índices do custo de vida e os aumentos nos preços dos combustíveis continuam pressionando a Selic”. A taxa foi elevada em meio ponto percentual na semana passada, o que significaria, segundo o **Jornal Correio Braziliense**, sinal de nova alta de juros.

Jornal do Brasil: “Mercadante reclama de excesso de MPs”.

Jornal do Brasil: “Violência marca protesto estudantil”.

Jornal do Brasil: “Infeliz, Dirceu cogita de voltar à Câmara”. Mas a Câmara não é consultório de psicanálise para ninguém. A Câmara é para ser dirigida por alguém ativo, que venha para cá mostrar cooperação com o Governo, mas com independência. Não é escritório de psicanálise: estou infeliz, vou ser presidente da Câmara. Daqui a pouco alguém diz: vou me dar a presidência do Senado porque estou infeliz. Não é consultório de psicanálise. É fundamental percebemos o que pretende a Câmara como melhor caminho, a partir da decisão soberana de seus membros. Vamos respeitar a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

Jornal do Brasil: “Combustíveis voltam a subir” e “COPOM sinaliza alta de juros”.

Jornal do Brasil, na primeira página: “Sobe o preço dos combustíveis”.

E uma notícia boa: um mafioso americano foi preso. Seria bom que não tivéssemos nenhum mafioso solto, americano ou de qualquer nacionalidade, principalmente os nacionais, do ponto de vista do brasileiro.

Jornal do Brasil: “Movimentos sociais se distanciam do Governo”; “Mais de oito mil manifestantes criticam política econômica e Reforma Agrária”; “CUT participa da marcha e já programou a próxima”. A crise no campo: “Mandante de chacina tem fazenda invadida”.

E, finalmente, o **Valor Econômico:** “Correção do Imposto de Renda longe da inflação”. Ou seja, um

mero arremedo de solução apresentado aqui pelo Governo.

Eu acordei muito cedo para trabalhar. Eu queria ver em que pé estava o Governo Lula do ponto de vista da mídia, e aqui estamos vendo. A mídia, supostamente, representa uma ótima perspectiva de formação de opinião pública.

E a última matéria de hoje: “Ministério – Lula quer reforma pronta antes da Convenção”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei o aparte, Senador Mão Santa.

O Presidente Lula não quer a reforma do seu Ministério para tornar o Governo mais eficiente, mais eficaz; ele a quer antes da Convenção do PMDB. Ou seja, a preocupação dele não é o País, mas é saber se ele não perde o apoio do PMDB. Ele poderia ter uma relação com o PMDB como tem com o PSDB, ou seja, o PMDB quer devolver os cargos – eu penso que deveria fazer e não quero me meter em assunto interno desse Partido. Nós do PSDB apoiamos tudo que é de interesse da Nação e não abrimos mão da independência de criticar o Governo. Seria, talvez, este o caminho mais justo. Mas esta matéria é deplorável: “Lula quer reforma pronta antes da Convenção”. Não é reforma pronta para governar bem o País, não é reforma pronta para dar solução a problemas tão graves, e sim reforma pronta para resolver uma pendenga política com um de seus aliados. Isso diminui o tamanho do Presidente da República; isso diminui a majestade do cargo de Presidente da República; isso reduz o nosso nível de atuação política a algo mesquinho, pequeno, menor do que o coração do povo brasileiro.

Ouçõ, ao encerrar, o nobre Senador Mão Santa, que me honrará com o seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, atentamente ouvi todo o seu discurso, bem como todo o País. Eu quero dar aqui um testemunho. Precisamente hoje, dia 26 de novembro, quase dois anos, aprendi que “quem nunca comeu mel quando come se lambuza”. O PT chegou ao Governo e pensou em transformar este País em Cuba. O Senado foi a resistência; no Senado, V. Ex^a. Um quadro vale por dez mil palavras. Hoje, sexta-feira, ninguém do PT está aqui, mas V. Ex^a está presente, cumprindo com seu dever de Oposição, essencial e fundamental para fortalecer a democracia. V. Ex^a se iguala ao oposicionista Rui Barbosa, ao seu pai, Arthur Virgílio, a Affonso Arinos, a Teotônio Vilela, a Mário Covas e a tantos ou-

tros. Foi, sem dúvida alguma, sua inteligência, acompanhada da sua coragem, que fez o PSDB ressurgir. Só estou a lamentar que Fernando Henrique tenha falado em alguns líderes que podem chegar, através do PSDB, à Presidência da República e não tenha dito o nome de V. Ex^a. O próprio Fernando Henrique saiu daqui do Senado. Ninguém representou tão bem, engrandecendo a Oposição, como V. Ex^a. Quero apenas lembrar as inúmeras manchetes e artigos que, lúcida e estoicamente, V. Ex^a coletou, desde a madrugada, para trazer ao Brasil, somando, como sempre. Tenho aceitado sua liderança aqui, embora eu seja do PMDB, mas do PMDB de Ulisses, que, encantado, no fundo do mar, ainda faz chegar seu mandamento: “Ouçam a voz rouca das ruas!” Quero apenas dizer que o que vivemos, como diz Boris Casoy, “é uma vergonha”. A CPMF foi a mais bela inspiração de Adib Jatene, esse extraordinário homem da ciência médica. Transformada em lei, ela é desviada, não vai para a saúde. A Cide, pela qual tanto lutamos, é uma vergonha! Como está aqui na revista da Confederação Nacional do Transporte, 75% das estradas brasileiras estão imprestáveis. E o Piauí tinha que ser a luz, como o foi no regime da ditadura, buscando João Paulo dos Reis Veloso, um homem que, em dez anos de mando, não apresentou nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Virtudes do homem do Piauí! Senador Arthur Virgílio, apenas 10% da Cide estão sendo empregados em transportes. Daí 75% das estradas estarem imprestáveis. Das dez piores estradas, três estão no meu Piauí, que votou em Lula e entregou até o Governo do Estado para o PT. E o irmão de João Paulo dos Reis Veloso, Raul Veloso, *expert* em contas públicas e homem do Piauí, diz, em resumo: “Entendemos que a PPP não resolve problemas rodoviários”. Ela só vai onde haja lucro. A PPP é uma privatização meio enrustida. “Esta questão tem que ser resolvida pelo recurso da Cide”. Só 10% são aproveitados. A Petrobras é uma vergonha, um caso de a Polícia Federal ir lá e prender. Na Venezuela a corrida de táxi é equivalente a R\$3,00. Tem produção de petróleo lá, mas aqui também tem. Em Buenos Aires, a corrida de táxi é equivalente a R\$5,00. Por que aqui não é assim também? Porque é uma falta de vergonha. O Presidente da Petrobras fica fazendo *marketing*, coisas que nada tem a ver com o transporte, com o barateamento do custo, fazendo gracinhas eleitoreiras. A Petrobras, podendo baratear o custo do combustível, que serve a todos, fica a fazer politicagem com as várias instituições. Quero aplaudir e mostrar nosso reconhecimento, nosso orgulho de, embora eu seja do PMDB, ter V. Ex^a como nosso líder em momentos difíceis neste Parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, agradeço as palavras sempre gentis, fraternas, que V. Ex^a me dirige e as devolvo reafirmando a minha expectativa, completamente cumprida, quanto a V. Ex^a se afirmar como o grande Senador que é. Grande representante do Estado do Piauí, ao lado do Senador Heráclito Fortes e do Senador Alberto Silva, e um opositor coerente, aquele homem que não se liga a benesses governamentais, que prefere, na verdade, manter o compromisso com as suas idéias, com o seu coração e com o seu cérebro. Isso faz de V. Ex^a alguém que merece a admiração de todos nesta Casa, a começar por mim.

V. Ex^a menciona João Paulo dos Reis Velloso, um homem de bem, e também Raul Veloso, economista competente, especialista em contas públicas, reunindo o talento, a experiência e a capacidade de análise que fazem dele um dos mais agudos observadores da cena econômica nacional, com ênfase para as contas públicas.

Agradeço, ainda, ao ex-Governador de Rondônia e nosso querido colega Senador Valdir Raupp por me ter cedido o horário de seu pronunciamento. Viajo daqui a pouco e o Senador Valdir Raupp, com o seu cavalheirismo de sempre, com a sua gentileza de sempre, cedeu-me esse horário, ficando sua fala para depois da minha.

Encerro fazendo minhas as palavras de João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados. Diz S. Ex^a: “o Governo não está governando”. Isto está nos jornais de hoje. O Presidente Lula não tem mais desculpas a dar. O que faria o Presidente nos próximos dois anos, que pouco fez nos dois anos para trás? Qual é a mágica? Ele vai chamar algum mágico, algum prestidigitador para resolver o problema da inércia, da inapetência, da incompetência administrativa?

V. Ex^a falou de Cuba. O Presidente poderia tomar uma atitude básica: mandar uma porção desses Ministros incompetentes dele para cortar cana em Cuba. Seria uma solução. Outra opção seria nomear pessoas de efetiva operacionalidade. Em outras palavras, o Presidente da República precisa compreender que não irá longe e o Brasil irá mal se ele insistir em trocar a ação administrativa pelo *marketing* político. Peço mais Lula, mais Presidente Lula e menos Duda. Nada de “Dula” ou de “Luda”, uma mistura de Duda com Lula. Nada disso. Peço Lula governando, exijo Lula governando, a Nação cobra Lula governando, a Nação cobra um Presidente que se interesse pelos problemas nacionais, um Presidente que se interesse em estudar as matérias referentes ao País, um Presidente que não abra mão, em nenhum momento, de ser crítico em relação às medidas sugeridas pelo seus Ministros. O

Presidente Lula se deslumbra. O Ministro chega lá, diz uma coisa agradável: vamos fazer o programa tal. Ele lança o programa, empolgado com o Ministro. Daqui a pouco fracassam ele, o programa, o Ministro, todos eles juntos, porque o Presidente Lula não estuda os problemas, não se dedica. Ele não é uma pessoa de ouvir, de estudar, de ler, de se preocupar efetivamente com essa ação, que deve ser paulificante para ele, de governar, que é essencial para o País.

Estou falando aqui para três ex-Governadores: Senadores Alvaro Dias, Mão Santa e Valdir Raupp. Eu também já tive experiências administrativas. Sabemos, portanto, nós quatro o que é a necessidade de se estudar as matérias para não ficarmos comendo na mão de Ministro, de Secretários, para não ficarmos entendendo que a verdade única estaria em alguém que está nos trazendo uma solução que, muitas vezes, é falsa.

O Presidente Lula tem dois anos. Disse o Líder da Minoria na Câmara, José Thomaz Nonô, que ele chegou ao meio-dia. Daqui para frente, a caminhada é para o crepúsculo, e depois do crepúsculo vem o anoitecer. Marcos Coimbra, do Vox Populi, nosso “nostradamus de Minas Gerais”, diz que, haja o que houver, Lula já está eleito em 2006, ainda que ande sem roupa na Avenida Paulista, ele já está eleito – jamais vi uma forma tão abjeta de bajulação. Ninguém ousaria se manter respeitável intelectualmente e fazer uma afirmação tão temerária, tão capaz de amanhã comprometer o bom nome de um homem inteligente, como é caso do Dr. Marcos Coimbra. Pois com exceção dele, todos os demais brasileiros, inclusive a velhinha de Taubaté, sabem que o Brasil está mergulhado numa crise que tem o nome de crise de Governo. O Presidente Lula não governa, e, não governando, faz com que sua base se rebele e leva a Nação a experimentar todos esses momentos de angústia, de dúvida, de arrependimento e de frustração, porque, afinal de contas, Lula se elegeu em nome da esperança e não está sabendo governar em nome dos interesses maiores e legítimos do povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

vários artigos de jornais.

Estatal pode ter deixado de ganhar R\$ 4 bi

Do Rio

A Petrobras pode ter deixado de ganhar cerca de R\$ 4 bilhões este ano ao manter os preços da gasolina, diesel e GIP defasados em relação ao mercado internacional. Essa é o cálculo do consultor Maurício Krafi, da consultoria Ideca Krafi, que estima em R\$ 2 bilhões a perda com a venda de diesel por um preço mais barato do que o das importações brasileiras, das quais a Petrobras é responsável pela qua-

se totalidade. A esse valor se somam o R\$ 1,4 bilhão que a estatal deixou de ganhar ao vender mais barato o GIP e os R\$ 400 milhões de perda na gasolina.

Ao calcular a diferença dos preços da Petrobras na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio, utilizando como referência os preços médios de importação informados no Siscomex, e considerando que a Petrobras responde por mais de 90% do volume transacionado no país, Martínez comprovou, na

prática, o que vários analistas já tinham detectado. Os preços ao longo do ano ficaram abaixo não só do mercado americano como também dos que a própria pagou para importar ou exportar.

O consultor calcula que em setembro — último com dados disponíveis — o diesel vendido da Petrobras tinha defasagem de 15% se comparado com os preços médios de importação do Siscomex, o sistema eletrônico que registra as importações e exportações do país. A

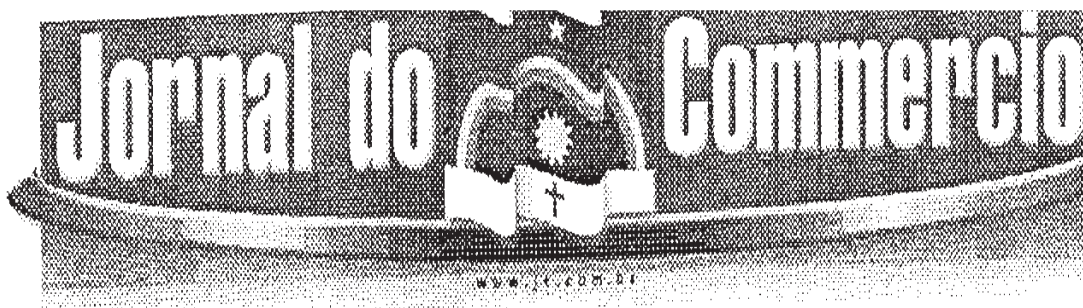
essas somas o consultor acrescentou custo de internação de US\$ 3 por barril, referentes a frete, internação e tancagem.

Considerando a participação do diesel na receita da área de abastecimento — R\$ 2,5 bilhões no último balanço trimestral — Martínez estima que, no GIP, a atual discrepância é de 31% em relação a Montebellieu, no Texas (EUA), mercado de referência. O Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE) calcula em 40% a defasagem do GIP resi-

dencial e em 33% o a granel.

"A política de preços da Petrobras mostra que ela está criando uma conta-petróleo implícita, que ela enche e esvazia a seu bel-prazer", diz Martínez, referindo-se à conta, já extinta, que contabilizava a dívida do Tesouro com a estatal.

Para Adriano Pires, do CBIE, o aumento fará com que os combustíveis não contaminem a meta de inflação de 2005, ajudando também a Petrobras a melhorar o litro do ano. (CS)



COMBUSTÍVEL FICA MAIS CARO HOJE

Petrobras anunciou para hoje aumento de 4,2% da gasolina e de 8% do diesel nas refinarias. Ministra diz que foi o último do ano. ECONOMIA

Petrolistas e distribuidores, o aumento nas refinarias anunciado pela Petrobras do o repasse nos postos, apesar de 2,5% na gasolina e de 6,5% no diesel. Segundo

informações do Sindicato Brasileiro, o aumento pode ser diferenciado, porque algumas distribuidoras repassaram mais do que o autorizado pelo Governo. ECONOMIA

COMBUSTÍVEL

Ponto de corte assusta fera menos preparado

As pontas do petróleo base do combustível das refinarias serão em duas etapas, segundo a ministra da Cidega que os estabelecimentos como postos de gasolina e pontos de corte.

COMBUSTÍVEL

Sem-terra reocupam a Fazenda Recreio

Quase mil pessoas ocuparam fazenda Recreio em Brasília, próximo a Confins na segunda-feira. A ocupação é a última de uma série de ações de resistência.

PÁGINA 6 e CIDADES 9

ACORDO

Acordo está de pé, diz agência internacional

Depois de desmentir o governo, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) afirmou estar de acordo com o Brasil sobre o uso de isótopos de urânio.

PÁGINA 7

COMBUSTÍVEL

Manchete representa a torcida de Paulista

O ex-futebolista se chama Mexê. O time machi de nome pelo quinto vez e torcida de clube. Seus dirigentes prometem construir a torcida de Paulista.

ECONOMIA ESPORTES 5

RECIFE TEM DIA DE PROTESTOS AGITADOS

A PM reprimiu uma manifestação estudantil contra o aumento das passagens intimidou servidores da Saúde nas portas de hospitais e da Secretaria. Integrantes do Fórum Social caminharam contra a violência e pararam o trânsito. CIDADES



Fábrica de hemoderivados deve vir para Pernambuco por influência de Humberto Costa

PÁGINA 4

Justiça suspende nova eleição para prefeito de Ipubi e candidato eleito vai assumir

PÁGINA 3

Americano suspeito de integrar máfia de Nova Iorque é preso num cyber café no Rio de Janeiro

PÁGINA 7

GAZETA MERCANTIL

Data 26/11/04 Pág.

Brasil precisa definir o seu papel, diz FHC

Fernando Exman/Investnews
de São Paulo

O ex-presidente adverte que é preciso ousadia para não se perder a oportunidade da integração à economia global

O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso criticou os acordos bilaterais que o seu sucessor Luiz Inácio Lula da Silva tem fechado, como os recentemente assinados com a China e a Rússia. "A idéia de fazer acordos tópicos vem em um quadro mais defensivo do que ofensivo. Nós temos uma política defensiva e eu acho que nós deveríamos passar para uma política ofensiva e tomar a decisão de nos integrar à economia global", afirmou.

Na avaliação de FHC, essa estratégia é consequência da ausência de uma definição na sociedade brasileira de qual é o papel que o País deve ter no cenário internacional. O Brasil ainda não sabe, dentro das suas definições estratégicas, se realmente está querendo entrar no grande jogo da competição global. Acho que deveríamos ter uma visão econômica mais clara para ganhar mais força e, então, podermos ter voz política", disse.

Para o ex-presidente, porém, essa não é uma falha apenas do atual governo. "Não estava claro no meu (governo) e também não estava claro antes. Toda hora nós vemos um pedido de proteção. Nós ainda temos medo. Há até razões para esse medo, mas temos que resolver, pois não vai ter muitas alternativas. Vamos ter que fazer acordos porque o mercado nacional é grande, mas insuficiente para a escala produtiva moderna."

FHC disse ainda que a demora nessas definições podem causar maiores problemas no futuro. "Nós não percebemos ainda que temos que tomar certas decisões e que elas no longo prazo serão fundamentais."

FHC concedeu entrevista coletiva à imprensa

na sede da Associação Brasileira de Infra-estrutura e Industrias de Base (AbdiB), após palestra a empresários.

O Tesouro Nacional acertou ao entrar no mercado comprando dólares para honrar parte da dívida externa a vencer, afirmou. Ele também apoiou o Banco Central (BC) na decisão de não definir nenhum alvo específico para a taxa de câmbio. "Não sei se existe um patamar ideal. Na atual conjuntura mundial, a moeda norte-americana está perdendo força, o que faz com que haja a valorização de várias moedas. A principal é o euro. Isso dificulta as exportações europeias. A mesma coisa acontece conosco, mas em menor escala."

Cardoso disse que, após algumas alterações, o projeto das Parcerias Público-privadas (PPP) está agora no caminho certo. Afirmou que, no entanto, é preciso que o governo tome cuidado para que os projetos não se tornem uma privatização às avessas. "Nós não podemos tornar as PPPs o oposto da privatização. Na privatização, o Tesouro recebia dinheiro. Não se pode agora fazer com que o Tesouro dê o dinheiro para fazer a parceria. Tem que ser uma coisa equilibrada."

Para FHC, o fortalecimento das agências regulatórias será essencial para a construção de um ambiente favorável para que o capital privado atenda ao interesse público, uma vez que o Estado já não tem capacidade para garantir os aportes necessários. "Houve, no começo do governo Lula, críticas às agências regulatórias e uma certa indefinição. Isso atrapalha a vinda de capitais privados".

Setores do governo federal têm dado espaço demais aos movimentos que reivindicam a expansão da reforma agrária no País, afirmou. "Na medida em que o Ministério da Desenvolvimento Agrário às vezes parece dar força a um reivindicacionismo incessante, complica a possibilidade de se consolidar o que já foi feito", disse. FHC referiu-se às declarações feitas quarta-feira pelo presidente do Inera, Rolf Haekbart, em palestra a integrantes do MST. Haekbart relacionou as mortes de trabalhadores rurais no País ao setor do agronegócio.

ESTADO DE MINAS

SEXTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 2004



127

Lula apela por compensação aos estados

“Apesar de a redistribuição de recursos ser necessária, a distribuição de recursos para os estados não é o problema”, disse o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, ao falar sobre a compensação aos estados. “O problema é a distribuição de recursos para os municípios”, afirmou. Neves também falou sobre a distribuição de recursos para os municípios, afirmando que o problema é a distribuição de recursos para os municípios, afirmando que o problema é a distribuição de recursos para os municípios.

Gasolina sobe outra vez

Com o aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

Apesar do aumento do preço do petróleo, a gasolina e o diesel sobem mais uma vez. O preço da gasolina comum sobe para R\$ 4,42 por litro, enquanto o diesel sobe para R\$ 3,85 por litro.

IMPASSE NA CULTURA DA USINA DE TRAPE

IMPASSE NA UCRÂNIA

Em meio ao impasse político, a Ucrânia enfrenta um desafio: a escolha de um novo presidente. O atual presidente, Leonídio Kruchynskyi, não pode ser reeleito por causa de um erro no processo eleitoral.

Em meio ao impasse político, a Ucrânia enfrenta um desafio: a escolha de um novo presidente. O atual presidente, Leonídio Kruchynskyi, não pode ser reeleito por causa de um erro no processo eleitoral.

Gripe ameaça mais de 1 bi de pessoas

A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que uma nova gripe aviária pode se espalhar rapidamente pelo mundo. A gripe aviária é causada por vírus que afetam as aves e podem ser transmitidos para os humanos.

PROJETO ABRE FREGUESIA COM OUTRAS OBRAS URBANAS

O projeto prevê a abertura de uma nova freguesia em Belo Horizonte, com a construção de novas ruas e a melhoria das condições de saneamento básico.

TESTEMUNHAS DIZEM QUE FAZENDO FEZ DISPAROS

Testemunhas afirmam que o ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte fez disparos durante uma reunião pública.

ESTUDO MOSTRA AVANÇO DA AVICULTURA EM MINAS

Um estudo recente mostra que a avicultura em Minas Gerais teve um crescimento significativo nos últimos anos, com destaque para a produção de frangos e ovos.

OPINIÃO

Desafio de crescer sem descuidar da inflação

Por [Nome]

ÍNDICE

Índice de Preços ao Consumidor (IPC)	100,0
Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-C)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-F)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-G)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-H)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-I)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-J)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-K)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-L)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-M)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-N)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-O)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-P)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-Q)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-R)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-S)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-T)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-U)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-V)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-W)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-X)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-Y)	100,0
Índice de Preços de Consumo (IPC-Z)	100,0

ZERO HORA

Data 26/11/04 Pág. 18
Instituição Zero Hora



ZERO HORA

ANEXO Nº 150

PORTO ALEGRE SEXTA-FEIRA 26 DE NOVEMBRO DE 2004

SEMPR
R\$ 1,75

www.zh.com.br

Fraudes no programa Bolsa-família se espalham pelo Estado

Muitos municípios entraram no mapa de irregularidades no cadastro de beneficiários pelo programa federal de renda mínima Bolsa-família. Além de Sapucaia do Sul e Urubitinga, registrados em ZH, também em Pelotas, Santa Cruz do Sul e Camoambará foram localizados coordenados de fraudes.

São nomes de pessoas que aparecem mais de uma vez no cadastro, ou com diferentes dados referentes aos nomes dos titulares. As denúncias foram para o diretor de acesso ao programa, Sérgio Paganini: "O número de duplicidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro". **Página 48**

Aumento de 7% da gasolina é o terceiro do ano

Página 26

Infância desamparada

Navegando em dunas de neve



Diário do Povo
Lanche quente de gaúcho-
gista paulista Jefferson St-
rova ganha uma das cores
mais importantes da culinária
do Sul. **Página 44**

GUIA DE CONSÓRCIOS
Esclareça as dúvidas antes de entrar para um grupo

EXPANSÃO SOBRE RODAS
Novos investimentos reforçam pólo automotivo gaúcho
Ampliação da Fiat Latacase e GM, GMX, Jipei Deere e a de investimentos do novo Guerra. **Páginas 4 e 5**

CAMPO & LAVOURA
Cavalo Crioulo gaúcho brilha no Chile

Diogo Roratto, em Foz
"O povo está muito revoltado"
Regador gaúcho dá sobre o clima de insatisfação na Ucrânia a partir da a de uma guerra civil. **Página 40**

Gastronomia
Pratos para Natal e Ano-Novo



Internautas
loucos por cartas

Morte de menina em São Leopoldo expôs drama de miséria a que estão submetidos seus irmãos (foto). **Página 52**

ZERO HORA

Data 26/11/04 Pág. _____

REPORTAGEM: Cachoeirinha, Pelotas e Santa Cruz têm cadastros duplos

Aumentam indícios de fraude no Bolsa-família no Estado

HUMBERTO TREZZI

O descontrole na aplicação do programa federal de renda mínima Bolsa-família fica mais evidente a cada dia.

Depois de revelar irregularidades em Sapucaia do Sul e Esteio, Zero Hora comprovou ontem a existência de duplês no cadastro de beneficiados pelo programa em outros três municípios: Santa Cruz do Sul, Pelotas e Cachoeirinha.



São nomes que se repetem ou, pior, homônimos cujos dados diferem em pouco dos titulares do cadastro e que simplesmente não existem, mas estão habilitados a sacar dinheiro do governo.

Em Cachoeirinha, ZH encontrou entre os nomes duplicados, no cadastro de 2.379 famílias contempladas pelo nome Zero, o caso de Sandra Regina Arbello da Luz, que mora num casbre da Vila Regina. Ela recebe R\$ 80 por dois filhos. Na lista do Bolsa-família, porém, entra Sarcia Arbelo (com uma só letra ele) e com filhos nascidos na mesma época também está habilitada a receber. Mais curioso é o caso de Olina Pinto da Rosa e Olinda Pinto da Rosa, mulheres quase homônimas que deveriam residir no número 12 da Avenida Flores da Cunha. O número não existe.

As autoridades ainda não sabem explicar se ocorreu erro ou fraude. Nem quem inventou estes nomes-

Contraponto

Quem são os duplês, responsável pelo cadastro em Cachoeirinha, onde ZH também flagrou problemas:

"Acontecem muitos erros, mas não acredito em fraude. Sei de gente que aparece quatro vezes no cadastro, mas é porque tinha se cadastrado antes em outro programa federal. Simplesmente migrou. Se agora aparecem pessoas com nomes diferentes, no mesmo endereço ou em endereço inexistente, pode ser fraude. Vamos investigar."

fantasmas. A hipótese de que os cadastros-dublês tenham sido criados propositalmente para sacar dinheiro indevidamente cresceu, admite o diretor de gestão do Bolsa-família no Ministério do Desenvolvimento Social, Sérgio Paganini. Pelo menos no caso de Sapucaia.

O número de duplicidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro. Oficiamos o prefeito da cidade para que explique como tantas pessoas com nomes e dados iguais conseguiram se cadastrar.

A prefeitura de Sapucaia do Sul pretendia suspender hoje o pagamento do Bolsa-família, até recadastrar todos os beneficiados. Mas o governo federal deu prazo de 30 dias para que as pessoas se recadassem, antes de cortar o benefício.

Os primeiros indícios são de que o governo pagou duas vezes (uma para um fantasma), em grande par-

te dos casos revelados por ZH. Um dos indícios que aponta para a fraude é que os duplês têm diferentes Números de Inscrições Sociais (NIS, criado para que se habilitem aos programas). Isso significa que apresentaram carteiras de identidade diferentes para se inscrever. Nestes casos, afirma Paganini, agiriam de má-fé. A esperança dele é que a Caixa Econômica Federal tenha identificado e bloqueado os duplês antes de pagá-los.

Mais de 300 mil cartões já foram bloqueados

Zero Hora procurou estes duplês, nos endereços declarados. Invariavelmente, um beneficiado existe, e o outro, não. Quem ficou com o cartão sobressalente, nos casos em que ele foi criado? O governo federal nem as prefeituras sabe ainda explicar. Com ajuda da Controladoria-Geral da União (CGU), desde maio foram bloqueados mais de 300 mil cartões-dublês no Brasil.

Não é a primeira falha — ou crime — envolvendo o Bolsa-família flagrada por ZH. No início do mês, o jornal comprovou que pessoas de classe média (muitas delas com carro na garagem e máquinas agrícolas na propriedade) recebem o dinheiro do programa federal, que deveria ser apenas para famílias com renda per capita inferior a R\$ 100.

humberto.trezzi@zerohora.com.br

Leia as reportagens anteriores da série sobre os desvios no Bolsa-família em zh.clicrbs.com.br

O ESTADO DE S. PAULO

Data: 26/11/04 Página: 1

Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula

Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula. O governador Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, enfrenta hoje um dia de fúria dos seus antigos aliados. O governador Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, enfrenta hoje um dia de fúria dos seus antigos aliados. O governador Luiz Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, enfrenta hoje um dia de fúria dos seus antigos aliados.

O movimento dos senadores acaba para ser autônomo e independente do governo Lula

'Governo quer maioria para quê?', pergunta FHC

O ex-presidente Fernando Collor, nomeado senador pelo estado de Mato Grosso em 2003, afirmou hoje que o movimento dos senadores para ser autônomo e independente do governo Lula é "uma coisa que não faz sentido". Ele afirmou que o governo Lula não precisa de uma maioria absoluta no Senado para governar, e que o movimento dos senadores para ser autônomo é "uma coisa que não faz sentido".

Preso é favorito na eleição palestina

O líder do grupo Fatah na Cisjordânia, Marwan Barghout, ficou de fora da eleição presidencial palestina em 9 de janeiro, apesar de ser considerado o favorito para vencer na atual eleição. Barghout, considerado o líder do grupo Fatah, ficou de fora da eleição presidencial palestina em 9 de janeiro, apesar de ser considerado o favorito para vencer na atual eleição.

Gasolina sobe 4,2% e diesel, 8%

Este é terceiro aumento no ano: ministra descarta novos reajustes nos próximos meses

A gasolina subiu 4,2% e o diesel, 8%, em um reajuste que é o terceiro aumento no ano. A ministra da Fazenda, Ana de Gusmão, afirmou que não há planos de novos reajustes nos próximos meses.

A gasolina deve sofrer ainda pressão de aumento de 10% nos preços dos combustíveis, segundo a ministra. Ela afirmou que o aumento de 4,2% na gasolina e de 8% no diesel é o terceiro aumento no ano.

Os aumentos foram feitos na noite de sábado (20) e domingo (21) em uma operação conjunta. A gasolina subiu 4,2% e o diesel, 8%.

Ata do Copim ganha apelido: malvada

Depois de ter tido uma reunião em Brasília, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CAFRF) ganhou o apelido de "Ata do Copim malvada".

O CAFRF decidiu sobre os recursos contra a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CAFRF) de suspender a multa por atraso no pagamento de impostos.

Caderno 2: O Natal já chegou às telas

Costa decide: estatal do sangue é de Pernambuco

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, decidiu que a estatal de sangue será criada em Pernambuco.

TUETÊ NA OBRA, THE FLASH E CARÁ

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, decidiu que a estatal de sangue será criada em Pernambuco.

Serra anuncia quatro nomes do secretariado

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou os nomes dos quatro membros do secretariado.

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, anunciou os nomes dos quatro membros do secretariado.

Bradesco e Casas Bahia: uma parceria pelo crédito

O Bradesco e a Casas Bahia anunciaram uma parceria para oferecer crédito aos consumidores.

Justiça suspende resultado das eleições na Ucrânia

O Supremo Tribunal da Ucrânia decidiu suspender o resultado das eleições presidenciais.

O Supremo Tribunal da Ucrânia decidiu suspender o resultado das eleições presidenciais.

Esqueço Polin, atuação com recursos de Billings gerou, estreia hoje nos cinemas brasileiros

Planos de saúde Rombo põe em risco 10% dos contratos

ANP diz que 5 milhões têm problemas com entrega de gás sob supervisão

Polin, um líder AIEA diz que vale acordo sobre urânio

Diretor da Agência Moisés El Baradei, rebase com desmatando

Comunicação de Liderança

Depois de dizer, com a ajuda do marqueteiro do Planalto, que o melhor do Brasil é o brasileiro;

Depois de fazer festa com todas as categorias do povo brasileiro,

Depois de tudo isso,

O Presidente Lula agora se volta contra o povo, portanto contra o brasileiro.

Está nos jornais de hoje.

Na primeira página de **O Estado de S. Paulo**,

Uma pequena chamada:

Lula se Queixa da Indiferença do Povo.

Esse povo é o mesmo que elegeram o Presidente e do qual ele parecia gostar.

Lula rompeu com o povo em Belém.

“**O Estado de S. Paulo**”:

Em Belém, Lula Se Queixa da Indiferença do

Povo

O ESTADO DE S. PAULO

Data 26/11/04. Página: 61A.

FHC faz duro ataque à política agrária de Lula

Para ex-presidente, ministério estimula movimento reivindicatório do MST e dificulta a consolidação do que foi feito na área durante sua administração

Elizabeth Lopes

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criticou duramente a política fundiária do governo Lula e avanziou que o Ministério da Reforma Agrária não age de forma adequada em relação ao Movimento dos Sem-Terra (MST). “É preciso chegar a um entendimento com esses setores do MST. A medida que o Ministério da Reforma Agrária, às vezes, parece dar força a um reivindicacionismo incessante, isso complica a possibilidade de realmente consolidar o que já foi feito”, argumentou, em entrevista na sede da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), onde deu uma palestra fechada de quase duas horas sobre o atual cenário do setor de infra-estrutura para cerca de cem empresários.

Fernando Henrique afirmou que sua administração fez o maior processo de reforma agrária em uma democracia, sem necessidade de revolução, e isso permitiu o acesso à terra. “Só no meu governo assentamos cerca de 500 mil famílias e desapropriamos cerca de 20 milhões de hectares de terra. Isso quer dizer Holanda, Bélgica e Luxemburgo juntos.” Segundo ele, neste momento o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria “ir mais a fundo” naquilo que pregou, ou seja, consolidar o que já foi feito. “Porque foi feito muito, embora na época eles (petistas) tenham negado.”

INCRA

A respeito das acusações feitas pelo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inera), Rolf Hackbart, que culpou o agronegócio pelo assassinato de sem-terra no País, Fernando Henrique preferiu não comentar. “O presidente Lula é quem tem de responder a isso, não eu.”

Para ele, são lamentáveis tanto as ocupações de terra quanto a reação “inaaceitável” dos pistoleiros. “São sintomas do nosso atraso, da nossa incapacidade de resolver de uma maneira institucional esse problema.”

“O Brasil não tem condições de pagar o preço de uma reforma agrária que não seja feita de cima para baixo.”

“É preciso chegar a um entendimento com o MST. A medida que o Ministério da Reforma Agrária parece dar força a um reivindicacionismo incessante, isso complica a possibilidade de consolidar o que já foi feito”

“O Executivo não pode governar sem ter maioria no Legislativo, mas é preciso ter propósitos claros”

“Não estou aqui para fazer críticas. Não fica bem

para quem sabe das dificuldades julgar o governo. Lula, como ex-deputado ou líder, me julgava, mas tinha a absolvição de quem não sabia como era difícil”

“Serra é um bom nome, mas não creio que se disputa (a disputa a Presidência), porque tem um compromisso com a cidade”

“Acho o PT levou o presidente Lula a se expor desnecessariamente (na campanha de Murta Suplicy)”

Lendo essas notícias, vem desde logo à lembrança o Poema Clandestino, de Bertholt Brecht, escrito depois da revolta popular de 1953, na antiga República Democrática Alemã.

Leio o poema:

“Depois do levante do 17 de junho

O secretário da União dos Escritores

Mandou distribuir panfletos

Na Stalinalee,

Nos quais se podia ler que o povo

Deixara de merecer a confiança do Go-

verno.

E só poderia reconquistá-la, agora,

À custa de muito trabalho.

Mas não seria então

Mais simples se o Governo

Dissolvesse o povo e

Elegesse outro?”

O ESTADO DE S. PAULO

PFL convoca Gastão para explicar acusações

Segundo José Jorge, declarações de ex-secretário contra Ministério da Saúde são de "extrema gravidade"

BRASÍLIA

Em discurso na tribuna, o senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem o comparecimento do ex-secretário executivo do Ministério da Saúde Gastão Wagner na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para prestar esclarecimentos sobre as declarações que deu ao *Estado* a respeito do comportamento do ministro Humberto Costa.

"O servidor público fez sérias acusações na condução da política de saúde, além de dizer que o ministério é movido pelo marketing", afirmou o senador. Seu requerimento convidando o ministro para comparecer na comissão. Dependendo do apoio dos integrantes da CAS e da boa vontade de Gastão em comparecer.

Jorge tachou como sendo de "extrema gravidade" o fato de o ex-secretário afirmar que a saúde foi usada nas eleições e que a pasta desrespeita o Sistema Único de Saúde (SUS) quando concentra decisões de compra. "E isso, como assegurou o ex-servidor, aumenta o risco de negociatas", constatou. O senador disse que já tinha analisado no plenário o "empenho" do ministro em "alardear em ritmo de publicidade suas míni-mas ações no ministério".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (BA), acusou o Ministério da Saúde de ter se transformado num instrumento do governo para a propaganda do PT. "As declarações do ex-secretário não são novidades para nós. Há muito vinha denunciando o uso político do ministé-

rio. Nas eleições, então, o governo usou e abusou das ações do ministério em favor de candidatos apoiados pelo Planalto."

Para Aleluia, o problema está no ministro. "Não tem qualificação para ser ministro da Saúde. É um ministério acéfalo", afirmou.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (SP), do PTB, partido aliado do do Planalto, também criticou o ministro. "O Humberto Costa é como um band-aid, um curativo, mas que não resolve nada."

Para o líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP), os que criticam Costa o fazem porque tentam encobrir a administração "caótica" do governo anterior na Saúde. "Todo mundo sabe que o ex-ministro José Serra teve uma atuação incompetente." • J.D.

Lula decide apertar cerco ao PMDB

Ele só vai definir participação do partido no governo após convenção peemedebista

Vera Rosa
Christiane Samarco
BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu apertar o cerco ao PMDB: só vai definir se amplia ou não a participação do partido no governo depois da convenção peemedebista, marcada para dia 12 de dezembro. A guerra de nervos tem lances de ameaças feitas pelo governo aos parlamentares do PMDB.

Enquanto a fatia do PMDB na Esplanada continua indefinida, a ida do líder do PP na Câmara, Pedro Henry (MT), para um ministério está praticamente certa. Henry é cotado para substituir Agnello Queiroz (PC do B) no Esporte.

Para tentar solucionar o impasse que envolve seu partido, o líder no Senado, Renan Calheiros (AL), tenta a todo custo encontrar uma forma de enterrar o en-

contro do dia 12, convocado para decidir se a legenda desembarcará ou não do governo. "A convenção é o que de pior pode acontecer ao PMDB agora", disse Renan, que é candidato à presidência do Senado. "Precisamos construir uma solução política, porque, se essa convenção for mesmo realizada, só Deus sabe qual será o fim da guerra interna."

De qualquer forma, seja qual for o resultado da convenção, Lula deve ter o apoio da maioria do PMDB na Câmara e no Senado. O Planalto e a ala governista do partido trabalham para desmontar a convenção por razões diversas, mas ninguém tem dúvidas de que o apoio será mantido.

A operação desmonte conta com o aval do presidente do Senado, José Sarney (AP). Mas o deputado Michel Temer, presidente do PMDB e defensor da saída do partido do ministério, não pode

nem ouvir falar nesse assunto, chamado por ele de "manobra".

REMANEJAMENTO

Se tudo ocorrer conforme o script planejado pelo Planalto, Lula pode ampliar a participação do PMDB no governo, embora sua idéia inicial seja deixar o partido com dois ministérios. O partido já comanda Comunicações e Previdência Social, mas reclama que não tem uma pasta "com grife" (leia-se com orçamento gordo). A idéia do presidente é atender à reivindicação, fazendo uma espécie de "remanejamento". Em outras palavras: se o partido "se comportar bem" deve ganhar o Ministério das Cidades, hoje ocupado por Olívio Dutra, que tem orçamento de R\$ 887 milhões.

Uma das idéias, neste caso, seria transferir o ministério das Comunicações, Eunício Oliveira, para Cidades. O PMDB, assim, fica-

MST caminha para a oposição, diz d. Tomás

Movimentos populares estão frustrados com Lula, afirma presidente da CPT

BRASÍLIA

As frustrações dos sem-terra com o governo Lula podem levar o movimento popular para a oposição. O alerta foi feito ontem pelo presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), d. Tomás Balduino, em palestra na Conferência Nacional Terra e Água. “A conferência sinaliza que o movimento dos sem-terra caminha para ser autônomo e independente do governo Lula.”

D. Tomás não escondeu a frustração com a ausência do presidente Lula. Também criticou o não comparecimento do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci. Segundo líderes sem-terra, Dulci havia confirmado presença, mas ontem comunicou que não iria por causa de uma viagem ao Pará.

Até anteontem, d. Tomás achava impossível Lula faltar a um evento dos sem-terra. Chegou a dizer que só um problema “de segurança nacional” o impediria. Ontem, sua chateação foi manifestada para os 9 mil participantes da conferência. “Se aqui estivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir?”, perguntou.

O dirigente da CPT, também membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, disse que Lula frustra os movimentos populares. “Sem mudar a política econômica não conseguiremos atingir nossos objetivos”, disse.

O descontentamento com o governo ficou visível nos quatro dias de conferência. A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, foi vaiada durante sua fala. Os ministros da

Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, não foram convidados, mas receberam vaias. Também citado, o ministro da Casa Civil, José Dirceu, foi poupado.

Para d. Tomás, o governo

Lula mantém a aliança com a elite e não há sinal de ruptura. Segundo ele, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, representa essa elite. “O BC é a sede de um poder subordinado e que representa o poder econômico e financeiro.” ■ G.G.

Marcha contra as reformas termina com confusão e dois presos

Lisandra Paraguassú

BRASÍLIA

Terminou em confusão o protesto contra as reformas trabalhista, sindical e universitária, ontem, organizado por sindicatos e partidos de esquerda na Esplanada dos Ministérios. A marcha começou tranquila, mas pegou fogo quando cerca de 300 estudantes decidiram invadir o Congresso e foram contidos pela Polícia Militar. Os jovens entraram no espelho d'água do prédio e jogaram garrafas e latas com água contra os PMs e o prédio, rachando um vidro. Dois jovens foram presos.

Pouco antes, no Ministério do Trabalho, os manifestantes chamaram o presidente Lula – antes ídolo das esquerdas e sindicatos – de capacho e traidor e o ministro Ricardo Berzoini de “pelegão”.

CHOQUE

Apesar dos pedidos dos líderes, que já conduziam a marcha para o Ministério da Educação, os estudantes não saíram do Congresso. A confusão só acabou por volta das 14 horas, quando chegou o Batalhão de Choque da PM. Mas ele não precisou agir. Logo os estudantes resolveram seguir os de-

mais. Darius Leva Emrani, 19 anos, de São Paulo, e Thiago Madureira Araújo, de 23, de Sergipe, foram presos. Segundo a polícia, três veículos foram danificados.

Cerca de 7 mil pessoas, segundo a PM, iniciaram o protesto às 10 horas. O ato reuniu sindicatos – como o dos professores das universidades federais e o dos fiscais do trabalho –, estudantes universitários e militantes de partidos como o PSTU e o P-Sol, em formação, que reúne os deputados Luciana Genro e Babá e a senadora Heloísa Helena, expulsos do PT.

Previsto para ser um ato contra as reformas, o protesto abrigou de tudo um pouco. Havia faixas contra a reforma da Previdência – já aprovada –, a privatização das universidades, que não está prevista, e até a abertura do mercado de petróleo a empresas estrangeiras.

Foi o primeiro ato nacional em que o P-Sol participou como partido, apesar de não ter assinaturas suficientes para registrar sua criação. Luciana valorizou o P-Sol como um partido que “não se vendeu ao governo”. ■ Colaborou: Denise Madueño

Governistas tentam salvar sigilo de aliados do MST

Dois deputados do PT e um do PC do B queriam anular sessão da CPI da Terra que autorizou abertura dos dados

CPI DA TERRA

Rosa Costa
BRASÍLIA

Num ofensiva inédita na história das comissões parlamentares de inquérito, deputados aliados do governo tentaram ontem anular a sessão da CPI da Terra em que foi quebrado o sigilo bancário e fiscal de duas entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST). A abertura das contas da Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) foi aprovada por unanimidade.

Os deputados petistas Adão Preto (RS) e Luci Choinacki (SC), além de Jamil Murad (PC do B-SP), alegaram ser falso o argumento que justificou a decisão — que a Polícia Federal teria investigado as duas entidades. “O que houve foi uma afronta, uma perseguição que deve ser reparada”, alegou Adão Preto.

O deputado foi repreendido pelo presidente da comissão, senador Álvaro Dias (PSDB-PR): “V. Exa. não tem autoridade para fazer uma afirmativa leviana como esta”, alegou. Como o MST não existe legalmente, já que não dispõe de um registro jurídico, tem se valido da Concrab e da Anca, além de outras entidades, como os principais “braços financeiros” que inter-

mediariam o dinheiro repassado ao movimento.

O senador tachou de “inaceitável” o fato de os parlamentares atuarem para manter em sigilo o uso de dinheiro público, “embora tenham a missão de fiscalizar as contas do governo”. “Defendo, aliás, que o cidadão tem o direito de saber como o dinheiro dos impostos é gasto”, argumentou.

Dias lembrou que as duas entidades obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) impedindo a quebra do sigilo. A Concrab, por fim, foi derrotada pelo voto do ministro Gilmar Mendes em favor da CPI. Já a liminar pró-Anca ainda depende do parecer do ministro Joaquim Barbosa.

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) mostram que as ordens bancárias do governo em favor da Anca, de julho a dezembro do ano passado, somam mais de R\$ 5 milhões. De acordo com parlamentares que tiveram acesso às contas da Concrab, a entidade movimentou R\$ 7,1 milhões nos últimos seis anos, em recursos públicos e doações internacionais. Os valores, porém, não são comunicados à Receita Federal.

DIREITOS HUMANOS

A CPI da Terra foi convocada para ouvir o secretário especial de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, sobre o assassinato de

cinco sem-terra, no último sábado, no acampamento do MST em Felisburgo, Minas. Segundo ele, as mortes poderiam ter sido evitadas, se as autoridades do Estado tivessem investigado as ameaças que os trabalhadores vinham recebendo havia dois anos.

Nilmário deu como certo que os mandantes foram o fazendeiro Adriano Chafic e seu sobrinho Calixto Luedy, que tiveram a prisão decretada pela juíza da comarca de Jequitinhonha, Célia Maria Corrêa, mas estão foragidos.

O secretário disse que há “uma grande preocupação do governo” com o conflito de terra, em várias partes do País. Tanto que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) recebeu a missão de manter atualizado o mapa sobre os locais onde é mais acirrada a disputa pela posse da terra. Já a Polícia Federal mantém um levantamento sistemático sobre a atuação de milícias armadas.

Nilmário desconversou quando questionado sobre a iniciativa do presidente do In-cra, Rolf Hackbart, de associar o agronegócio ao assassinato. Segundo ele, Hackbart não generalizou porque supõe que, no fundo, ele também endossa a opinião do governo de que a agricultura familiar e a de exportação “são complementares” •

CELSOMING

O preço de um atraso

O reajuste dos combustíveis anunciado ontem não pode ser visto apenas providência de rotina. Contém informações importantes.

A primeira é a de que, nesse episódio, a direção da Petrobrás tratou a opinião pública com descaído. Durante meses, negou que houvesse desalinhamento de preços, mesmo não podendo esconder que o reajuste de outros derivados, como o do querosene de aviação e o do óleo combustível, obtivesse outro tratamento. Preferiu a desculpa de que não podia fixar os preços internos num mercado tão volátil como o que caracterizou o setor nos últimos oito meses.

Não se discutem aqui os critérios que devem orientar a formação dos preços. Não falta, por exemplo, quem defenda reajustes apenas com base na evolução dos custos (em reais). Para todos os efeitos, a Petrobrás garante que segue, com pequenos ajustes, a fórmula paramétrica adotada desde janeiro de 2002, que leva em conta a trajetória dos preços internacionais do petróleo convertidos em reais pelo câmbio interno. Se, certo ou errado, este é o critério da Petrobrás, cobre-se dela seu cumprimento.

Há um mês, quando da polêmica com o Banco Central, a Petro-

brás negava "defasagens". Ontem, anunciou reajuste de 4,2% nos preços da gasolina e de 8,0% nos do óleo diesel. Ora, em 30 dias, os preços internacionais do petróleo caíram, como caíram também as cotações do dólar no câmbio interno. Não houvesse esse atraso, um reajuste que entrasse em vigor apenas agora teria de ser de redução de preços, e não de aumento, como foi.

O que a direção da Petrobrás não quer admitir é que usou seus preços para fazer política. Evitou reajustes que eventualmente criassem ruídos prejudiciais ao desempenho dos partidos do governo nas eleições municipais. O grande beneficiário dessa política foi o PT, uma instituição de respeito, mas cujos objetivos não se identificam necessariamente com os do interesse público, como se espera de uma empresa pública.

Uma segunda questão a examinar é a mencionada divergência entre a Petrobrás e o Banco Central. Na ata da reunião do Copom realizada em outubro, o Banco Central advertiu a Petrobrás de que o atraso no reajuste concorria para deteriorar as expectativas dos agentes econômicos e prejudicava a execução da política monetária.

Em outras palavras, o Banco

Central dizia que a falta de reajuste imediato descarregava sobre 2005 pressão inflacionária que em princípio deveria ser absorvida ainda em 2004. A principal consequência desse quadro é a de que, para cumprir a meta de inflação de 2005, o Banco Central terá de manter os juros mais altos do que deveria. Conclui-se que o jogo da

PETROBRÁS ATRASOU REAJUSTE PARA FAZER POLÍTICA

Petrobrás para beneficiar o PT vai exigir sobrecarga pela qual tem de pagar toda a sociedade. Enfim, na polêmica com o Banco Central, a Petrobrás saiu chamuscada.

Ontem, o coordenador do IPC levantado pela Fipe, Paulo Picchetti, previu que o impacto imediato dos novos reajustes no custo de vida vai ser de pelo menos meio ponto porcentual ainda este ano. Nesse cálculo não foi levado em conta o efeito no orçamento doméstico a ser exercido pelo reajuste do óleo diesel sobre os preços no atacado. É bom lembrar que, sem levar em conta este último reajuste, a evolu-

ção do IGPM em 12 meses já iria para mais de 12%. Esse número agora vai ser engrossado pela alta do diesel. Isso significa, também, que os preços administrados (os da luz, água, gás e impostos), quase sempre reajustados pelo IGPM agora inchado, vão ficar mais altos. E isso, outra vez, vai pesar sobre a política dos juros.

A pergunta seguinte está em saber se este reajuste eliminou a falta de alinhamento entre preços internos e externos. A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, assegura que os preços estão atualizados e que novos reajustes só aconteceram se as cotações internacionais voltarem a disparar.

Não é o que diz a Consultoria MB Associados, que concluiu que os novos preços da gasolina ainda mostram um atraso de 4,8% e os do óleo diesel, de 3,2%.

Isso significa que a Petrobrás está apostando em preços internacionais em queda, conjugados com um câmbio interno relativamente estável, que eliminassem naturalmente o atraso remanescente. Mas às vésperas do início do inverno no Hemisfério Norte, quando as exigências de calefação costumam puxar os preços dos derivados, esta é uma aposta de algo risco, e não uma previsão. ■

O alarmismo do Copom

A ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) era esperada com certa ansiedade, pois o comunicado divulgado no fim do encontro havia suprimido a palavra "suave", usada anteriormente nas referências aos reajustes de taxa Selic. A chamada "teoria do bode na sala" foi mais uma vez lembrada pelo mercado ao receber, com certo alívio, a ata do Copom.

Mas a leitura atenta da ata não justifica o alívio e ainda deve-se considerar que, no momento da sua divulgação, a taxa cambial subia e era anunciado novo aumento dos combustíveis.

Nos meios econômicos consi-

dera-se que, mais do que a taxa Selic, foi a valorização do real perante o dólar que contribuiu para conter a alta de preços. Mas, desde que o Banco Central anunciou que o Tesouro compraria divisas no mercado, o dólar sofreu um aumento.

Parece, também, que o BC não tinha recebido informações do governo sobre um novo aumento dos preços da gasolina e do diesel.

O parágrafo 32 da ata contém uma séria advertência: "Caso o Copom avalie que o risco de que a inflação se distancie da trajetória de metas não esteja se reduzindo de forma satisfat-

tória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros básicos, iniciado na reunião de setembro."

O aviso não poderia ser mais claro.

Na sua análise, o Copom considera que, apesar da redução dos preços internacionais do petróleo, da apreciação da taxa de câmbio e de indícios de algum arrefecimento da atividade econô-

mica, a perspectiva da dinâmica da inflação não foi alterada. O recente noticiário não leva a crer que o Copom possa mudar a política na reunião de 14 e 15 de dezembro.



Governo de resultados?

Quando o presidente Lula exige de seus ministros “um governo de resultados” em 2005, o resultado que tem em mente é a sua reeleição em 2006. Quando lembra ao PMDB que o partido não tem um “nome nacional” para concorrer com chances ao Planalto, sugerindo, portanto, que a agremiação fará melhor se ficar no governo – com mais espaço, naturalmente – e desta vez integrar-se à coligação eleitoral vitoriosa em 2002, a intenção é a mesma. E é para isso também que até o PP poderá desfrutar de um ministério na reforma que virá.

O empenho de Lula nessa composição e o fato de ter ele assumido pessoalmente – e solitariamente – o comando da articulação política do governo indicam que ele deve concordar com a avaliação do antecessor Fernando Henrique, segundo a qual o desfecho das eleições municipais mostrou que o presidente “não é imbatível”. Por maior que tenha sido a influência das questões locais e da personalidade dos candidatos, em cada caso, o decepcionante desempenho do PT nas grandes cidades foi também um julgamento da gestão Lula.

Não no sentido que lhe deu a prefeita Marta Suplicy, debitando parte do seu fracasso à política econômica – a que tornou possível a retomada do crescimento e da oferta de empregos. O governo foi o que foi nas urnas porque é o que é em matéria de competência. Esse e nenhum outro é o pesado pano de fundo da reforma ministerial e da movimentação política dos últimos dias em Brasília. É legítimo Lula trabalhar por sua reeleição, ampliando as alianças em torno do seu nome e cobrando mais e melhor serviço de sua equipe.

O problema é que uma coisa não se encaixa na outra. Dar uma terceira Pasta ao PMDB e uma ao PP são promessas que passam ao largo do choque de qualidade por que o governo precisa passar, a rigor desde sempre. Ainda mais se for verdade que o Ministério do Planejamento poderá ser concedido à senadora Rosana Sarney, que se mudaria do PFL para o PMDB, como compensação ao pai pelo abandono da emenda que permitiria a sua reeleição para o comando do Senado (e a do petista João Paulo Cunha na Câmara).

Do mesmo modo, dos rumores sobre quem irá para o lugar de quem não emergem indícios de que Lula vá “escalar a melhor seleção do Bra-

sil”, como chegou a prever, apoteoticamente, o senador Aloizio Mercadante. Embora seja alentador saber que entre os ministros defenestráveis estão o das Cidades, Olívio Dutra; do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias; e da Saúde, Humberto Costa; é de duvidar, considerando o retrospecto, que os seus sucessores sejam a sua antítese no quesito “resultados”.

Registre-se, a propósito, a sofreguidão do titular da Saúde em salvar-se. “Não vejo razões para minha mudança”, disse ele, como quem enquadra o presidente. As razões estão no retrato aterrador do que tem sido a gestão petista na área, traçado pelo ex-secretário-executivo da Pasta, o sanitarista Gastão Wagner. “O Ministério da Saúde faz tudo do ponto de vista do marketing”, revelou em entrevista ao *Estado*. A isso está reduzido um dos dois setores – o outro é a Educação – cujos avanços no governo anterior nem o PT ousou contestar.

A rigor, Lula tem três tipos de ministros – os ociosos, que não aparecem no noticiário porque nada fazem – que são ampla maioria; os incompetentes, dos quais se fala na proporção das dores de cabeça que causam ao presidente; e os eficientes, uma pequena minoria que se distingue dos demais por saber fazer o que precisa ser feito. Esse último grupo é capitaneado pelo titular da Fazenda, Antonio Palocci, o petista que muitos dos seus correligionários amam odiar, a ponto de Lula advertir que “comigo não terá vez” quem propuser o desmanche da política econômica.

Sendo essa a única que está dando certo, é natural que contra ela se acirrem os descontentes. Ninguém ignorava que um dos mais ativos é o problemático titular da Casa Civil, José Dirceu. Mas não se esperava que ele manifestasse a sua insatisfação diante dos 16 outros ministros petistas que se reuniram com Lula na noite de segunda-feira. Dirceu, que, bem pensadas as coisas, não disse a que veio como “capitão do time” da administração federal, tampouco consegue que o presidente lhe devolva a coordenação política do governo.

De toda maneira, ao se tornar menos indulgente com os seus, Lula deu um passo adiante. Mas é pouco – se já não for tarde.



Na Esplanada dos Ministérios, uma onda de protestos contra o governo

PROTESTOS

Gilse Guedes
BRASÍLIA

A quinta-feira de sol quente, em Brasília, foi um dos dias mais difíceis para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Enquanto na Esplanada grupos de estudantes marcharam gritando slogans contra sua política universitária e tentavam invadir o Congresso – só não o fizeram porque a PM os conteve –, militantes sem-terra entraram em conflito com a polícia diante da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), num choque que terminou com 10 feridos. Além disso, duas grandes figuras ligadas à luta histórica do PT fizeram duras advertências contra o destino que vem tomando o governo.

O economista Plínio de Arruda Sampaio, um dos fundadores do PT, afirmou que se Lula mantiver a política econômica terá de romper com seu passado e seus históricos aliados dos movimentos de trabalhadores. O bispo d. Tomás Balduino advertiu que as frustrações que vêm crescendo em muitos setores levarão os movimentos populares para a oposição.

Arruda Sampaio, que preside a Associação Brasileira de Reforma Agrária, foi à Conferência Nacio-

Arruda Sampaio: se não mudar, Lula terá de romper com seus aliados históricos

nal Terra e Água e apoiou sua carta-proposta, que pede, entre outros pontos, o fortalecimento da agricultura familiar e o fim dos incentivos federais ao agronegócio. Custeada com recursos da União, a conferência acabou sendo um desastre político para o governo.

O encontro produziu durante toda a semana manifestações críticas às políticas de Lula e causou grave crise no governo por causa das críticas feitas pelo presidente do Incra, Rolf Hackbart, que associou o agronegócio ao assassinato de trabalhadores sem-terra. De quebra, os sem-terra vaiaram Lula, quando se anunciou que não iria ao evento.

Em discurso na conferência, Arruda Sampaio conclamou os sem-terra a irem às ruas pressionar o governo a liberar mais recursos para a reforma agrária. “Sempre acompanhei o companheiro Lula. Não consigo admitir que depois de dois anos tenhamos assentado menos do que no governo anterior.”

Ele também foi uma das estrelas da marcha dos 9 mil participantes do encontro até o Banco Central, em Brasília, para pe-

dir mudanças na política econômica. No protesto, deu outro recado a Lula. “Sempre fui amigo de Lula e acho que um amigo é aquele que diz a verdade e não aquele que puxa o saco.”

Para ele, os sem-terra têm de fazer manifestações, porque só assim conseguirão atingir seus objetivos. “Toda vez que o povo teve algum benefício foi depois de fazer manifestações.”

Na sua avaliação, falta vontade política ao governo Lula para fazer a reforma agrária, e Judiciário e imprensa são aliados do Planalto contra a reforma agrária. “A Justiça é culpada pela violência no campo.”

Na carta-proposta enviada a Lula, os participantes pedem a proibição da produção comercial de transgênicos até que haja garantias de que não prejudicam a saúde e o meio ambiente. Exigem também estudos de impacto ambiental para as pesquisas com organismos geneticamente modificados.

Em destaque na carta estão as críticas à política econômica. “Essa política, formulada no governo FHC e mantida no governo Lula, é a principal causa do agravamento da situação social e da degradação ambiental, com a manutenção da pobreza e da desigualdade e de patamares insustentáveis nas taxas de desemprego.”●

Gasolina e diesel ficam mais caros hoje

Reajuste nas refinarias é de respectivamente 4,2% e 8%, mas Petrobrás não calcula quanto será repassado ao consumidor

PREÇOS

Nicola Pamplona

RIO

O preço da gasolina sobe hoje 4,2% nas refinarias da Petrobrás e o do diesel, 8%. É o terceiro aumento dos combustíveis no ano. Para o consumidor, o repasse deve ficar em torno dos 2,5% na gasolina e 6,5% no diesel, segundo a Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustíveis). A entidade alerta que a gasolina será influenciada também pelo aumento de 10% no preço do álcool anidro, na última semana, suficiente para garantir impacto adicional de 0,8% no preço final do produto.

Os aumentos foram anunciados em um momento em que o dólar ronda o menor nível desde junho de 2002 e que o petróleo voltou a níveis de setembro, antes dos recordes das últimas semanas – os dois são os principais componentes na formação dos preços dos combustíveis. Por isso, foram recebidos como uma “surpresa positiva” pelo mercado financeiro, segundo relatório do Unibanco Research. No início desta semana, o gerente de Investidor Individual da empresa, Paulo Maurício Campos, disse, em chat com investidores, que os preços estavam “totalmente alinhados” com o mercado externo.

Agora, após os aumentos, analistas calculam que a defasagem está próxima de zero. Motivo suficiente para a ministra Dilma Rousseff afirmar, em cerimônia na hidrelétrica de Tucuruí, que não haverá novos ajustes nos próximos meses, já que a tendência é de estabilização no mercado de petróleo. “Obviamente o Brasil não é uma ilha e, se o preço do petróleo explodir, nós temos de ver que providência vamos tomar”, disse.

Se confirmado o repasse estimado pela Fecombustíveis, a gasolina terá subido cerca de 10% no ano. O repasse, porém, varia de acordo com a alíquota do ICMS nos estados. Desta vez, a Petrobrás preferiu não fazer estimativas sobre o repasse nas bombas, como vinha fazendo desde o início do ano. A empresa era criticada por revendedores e distribuidores, que a acusavam de tentar controlar os preços no mercado.

O anúncio dos reajustes foi recebido com festa no mercado financeiro. Primeiro, por reduzir a praticamente zero a defasagem;

segundo, por impedir uma contaminação da inflação de 2005. As ações preferenciais da Petrobrás subiram 5,36% e puxaram o pregão de ontem da Bolsa de Valores de São Paulo.

O Unibanco Research calcula que os aumentos garantem um impacto positivo de R\$ 200 milhões no resultado da estatal este ano. A estatal vai receber 7% a mais por litro de gasolina e 10% a mais por litro de diesel que vender. O reajuste para o consumidor é menor porque inclui impostos e margens de distribuição de revenda. ● Colaborou: Tânia Monteiro

No fim, a Petrobrás obedeceu ao Copom

RIO

O reajuste dos combustíveis põe fim à polêmica criada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) na ata da reunião de outubro, quando criticou a estatal por adiar os aumentos. Segundo especialistas, os novos reajustes foram concedidos no limite, para evitar contaminação da inflação de 2005, principal preocupação do Copom quando fez as críticas.

A ata provocou uma resposta dura da Petrobrás, que afirmou, em nota, que o Copom não entendia a complexidade do mercado de petróleo e não deveria interferir na política de preços da empresa. No mercado, a impressão foi de que, apesar de reclamar, a Petrobrás seguiu a

recomendação do Copom e não será um obstáculo ao cumprimento da meta de inflação de 5,1% em 2005.

“O reajuste foi feito no limite, já que a coleta do IPCA de dezembro começa hoje mesmo. Se ficar algo para 2005, será residual, provocado por movimentos da revenda”, avalia Ana Paula Almeida, da Tendências Consultoria. Segundo ela, o impacto na inflação de dezembro será de 0,14 ponto percentual pelo aumento da gasolina, e mais 0,1 ponto percentual pelo aumento do diesel.

Para Ricardo Junqueira, sócio da Ático Asset Management, ao zerar a defasagem nos preços dos combustíveis, a estatal eliminou uma pressão sobre a inflação em 2005. E pode até vir a reduzir os preços no ano que vem, caso se confirmem as expectativas de uma queda nas cotações do petróleo e derivados. “Quem mira em 5,1% tem de se preocupar com os preços administrados”, disse. ● N.P.

Lula se queixa da indiferença do povo

Em Tucuruí, presidente lamenta que população não reconheça benefícios na política de crédito e só critique os juros

DESABAFO

Tânia Monteiro

Enviada especial

TUCURUÍ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se queixou ontem da indiferença que "o povo" e a imprensa mantêm em relação às mudanças efetuadas no programa de crédito e das críticas ao aumento da taxa básica de juros. O comentário foi relatado por uma das autoridades presentes no almoço servido na Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará. Lula lamentou que a população não reconheça os benefícios dos empréstimos concedidos pelo microcrédito, com desconto em folha, concedidos desde o ano passado.

O presidente comentou que, com o microcrédito, "o povo" pode pegar o dinheiro a 2% ou 3% de juros e comprar um eletrodoméstico ou outro produto à vista, depois de negociar um desconto. Se fossem pagar os juros da loja, ressaltou, teriam de pagar taxa de 10% ou 12%. No almoço, de acordo com os presentes, Lula destacou ainda os últimos números da economia, com o País crescendo e o fato de estar gerando energia em volume maior do que a necessidade.

Antes, no discurso de entrega de quatro novas turbinas em Tucuruí, ele assegurou que "os apagões são uma página virada da nossa história" e aproveitou para defender o crescimento sustentado. O presidente repetiu o que tem dito nos últimos dias: no seu governo não haverá mudanças bruscas na economia. "Esse País nunca mais sofrerá apagões. Não vai faltar energia nem para o ciclo atual, nem para o ciclo de expansão", declarou. Tucuruí é a maior obra de infra-estrutura do governo.

"Já assistimos momentos de euforia, momentos em que o povo saía para as ruas, gritando de euforia em função de uma deter-

minada medida do governo e, três meses depois, esse povo esma não deu certo ou foi uma aventura", lembrou o presidente. "Isso nos serviu de lição."

Lula reiterou que estava inaugurando quatro turbinas, de um total de 11, que estarão prontas em agosto de 2006, com um investimento de R\$ 3,7 bilhões, criando 2.194 empregos diretamente no canteiro de obras. Lembrou que esta nova geração de energia vinha junto com o novo modelo regulador do setor elétrico "muito bem implantado", que dava segurança aos investidores, "evitando o que acontecia no Brasil antes".

Em seguida, o presidente ressaltou que todas as obras que estão sendo feitas respeitam o meio ambiente. "Mesmo que demore mais, as obras têm de estar com tudo arranjado, para não ter de parar no meio do caminho." Para o presidente, "é bom e necessário ter fartura de energia", mas "é bom também que o povo possa pagar por ela". Segundo Lula, "o preço da energia não pode ser barreira para o bem-estar das famílias, nem obstáculo para o crescimento do setor produtivo brasileiro".

Na cerimônia, contratempos e gafes

FRUSTRAÇÃO: Durante a entrega de quatro turbinas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não pôde fazer o gesto simbólico e tradicional de acionar o botão que põe as máquinas em operação. Embora as turbinas pudessem ser ligadas, não iria haver geração de energia, porque o Lago de Tucuruí está abaixo do nível mínimo e não há água suficiente para gerar energia. Só dentro de, pelo menos, um mês, as águas começarão a subir e as turbinas poderão ser ligadas, o explicou o diretor de tecnologia da Eletronorte, Manoel Ribeiro. Ele lembrou que isto é normal esta época do ano. Esta não foi a única situação embaraçosa da viagem, onde Lula enfrentou um calor de

Mais adiante, prometeu, "antes de terminar o mandato", a "tão sonhada obra da eclusa", que permitirá que os rios Araguaia e Tocantins sejam navegáveis. Pouco antes, o governador do Pará, Simão Jatene, do PSDB, já havia destacado a promessa.

Ora lendo, ora de improviso, Lula afirmou que, para se investir no setor produtivo, é preciso infra-estrutura, mão-de-obra especializada e mercado para vender os produtos. Para isso, informou, o governo está recuperando estradas, hidrovias e portos; abrindo vagas nas universidades para 107 mil novos alunos que vão estudar de graça; e aumentando o número de empregos e a massa salarial.

"No dia 1.º de dezembro estaremos comemorando 23 meses de governo e vamos terminar o ano podendo olhar na cara de vocês e dizer que 1,7 milhão de empregos foram criados, o maior número desde 1992, que a massa salarial aumentou 11,09% e as empresas estão hoje com 86% da capacidade ocupada", comemorou. "É hora de passarmos de país em vias de desenvolvimento, para país desenvolvido, respeitado pelos mais diversos foros no mundo." ■

quase 40 graus e suava muito. Ao ser apresentado por um dos empregados mais antigos da usina, João Brandão, com uma cesta de produtos regionais, Lula abriu, e distribuiu vários dos bombons que ganhou entre as demais autoridades que estavam ao seu lado. Em seguida, comeu um bombom de cupuaçu e, logo depois, distarçadamente, jogou o papel no chão, atrás da cadeira do governador tucano, Simão Jatene. Lula, que estava ao lado de quatro ministros, um governador, três senadores, entre outros, foi o único a fazer isso.

Ao chegar à usina, Lula recebeu um capacete que usou durante parte da cerimônia mas, acabou retirando-o, por causa do calor.

Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula

Brasília viveu um dia de protestos: estudantes, sindicalistas, sem-terra e militantes de esquerda ex-aliados do PT. Enquanto uma marcha contra as reformas terminava com tentativa de invasão do Congresso e prisão de dois estudantes, diante da sede do licra dez pessoas ficaram feridas em confronto entre a polícia e integrantes do Movimento Trabalho e Liberdade (MTL). A marcha dos estudantes começou tranqüila na Esplanada do Ministério, mas esquentou quando os manifestantes começaram a jogar garrafas e latas nos policiais e quebraram um vidro do prédio do Congresso. O economista Plínio de Arruda Sampaio e o bispo dom Tomás Balduino — personalidades ligadas à história do PT — fizeram duas críticas ao governo em outra marcha, a das Sem-terra, até a sede do Banco Central, com a participação de 9 mil pessoas. ■ PÁG. 14

Gasolina sobe 4,2% e diesel, 8%

Este é terceiro aumento no ano; ministra descarta novos reajustes nos próximos meses

O preço da gasolina sobe hoje 4,2% nas refinarias da Petrobrás, e o do diesel, 8%. É o terceiro aumento dos combustíveis no ano. Para o consumidor, o repasse deve ficar em torno dos 2,5% na gasolina e 6,5% no diesel, segundo a Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis (Fecombustíveis). A entidade alega

que a gasolina deve sofrer ainda pressão do aumento de 10% no preço do álcool anidro registrado na última semana, suficiente para garantir um impacto adicional de 0,8% no preço final do produto. Dos principais componentes na formação dos preços, o dólar ronda o mesmo nível desde junho de 2002. E o petróleo voltou a patamar

de setembro, antes de atingir recordes. Os aumentos foram bem recebidos pelo mercado financeiro: analistas calculam que a defasagem foi reduzida a valores próximos de zero, motivo para a ministra Dilma Rousseff afirmar, durante cerimônia na hidrelétrica de Tucuruí, que não haverá novos ajustes nos próximos meses. ■ PÁG. 11

Ata do Copom ganha apelido: malvada

AMEAÇA: Depois de tentar criar a expectativa de inflação mais baixa para 2005, o Banco Central acena com um aumento ainda maior nos juros: na ata da última reunião do Copom, divulgada ontem, os dire-

tores do BC destacam que os agentes econômicos continuam pessimistas, prevendo índices acima do esperado. O documento foi apelidado de "Ata Malvada". ■ PÁG. 14

FERVURA SOCIAL

Ausente de conferência de camponeses, presidente é criticado até por aliados históricos, como o presidente da CPT e Arruda Sampaio

Lula viria por empresários, diz dom Tomás

LEILA SUWWAN

DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

O último dia da maior conferência nacional de movimentos sociais do campo deste ano se transformou num ato contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que desistiu de participar do evento na última hora. Dois antigos aliados do presidente o criticaram ontem, pedindo que os sem-terra "vão às ruas".

"Se estivessem aqui 12 mil empresários, será que o Lula deixaria de vir?", questionou dom Tomás Balduino, da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em discurso para a platéia de 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes sociais. Para incentivar mais pressões contra o governo, disse: "Não haveria reforma agrária hoje se não tivessem ocorrido as invasões. Ela não iria cair do céu".

O ex-deputado petista Plínio de

Arruda Sampaio tomou o microfone "para tirar um peso do coração". Ele foi o responsável pela elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de 1 milhão de famílias em quatro anos, mas, decepcionado, desligou-se do governo.

"Unidos na rua, somos invencíveis", disse Sampaio, culpando os três Poderes pela violência no campo, especificamente o assassinato de acampados em Felisburgo (MG). "É com tristeza que digo, mas nem o presidente Lula escapa dessas acusações", continuou ele, comovido.

Além de Lula, o ministro Luiz Dulci (Secretaria Geral) se ausentou do encontro ontem. Os próprios líderes avisaram o Planalto de que não havia "clima" e de que não valia a pena desgastar ministros aliados com possíveis vaias.

Ambos os palestrantes demonstraram mágoa em razão da ausência do presidente. "Eu sempre

acompanhei o companheiro Lula, sempre pertenci a seu partido. Não consigo admitir que em dois anos ele tenha feito menos assentamentos que o governo anterior, que era contra os trabalhadores", afirmou Arruda Sampaio.

Dom Tomás, que havia sido escalado para recepcionar Lula anteontem, avaliou que a conferência simboliza uma ruptura. "Vamos tomar um caminho de independência. Não está excluída a possibilidade de oposição", disse.

Decepção

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se esforçou para manter uma separação entre protestar contra a política econômica e atacar Lula. Alguns líderes insistiram que o presidente jamais seria vaiado porque a multidão havia ido a Brasília para vê-lo e que havia uma forte ligação emocional com ele.

João Paulo Rodrigues, coordenador do MST, tentou amenizar a frustração do público. "É natural que o pessoal volte para casa com a sensação de que o Lula, de um ano para cá, mudou", referindo-se à ida de Lula ao evento de 2003.

O tom do encontro —em que o agronegócio foi criticado, ministros foram vaiados e demissões foram exigidas— deixaria Lula em posição difícil. Palestrantes queriam dele explicação para o rumo que tomou. Para dom Tomás, o discurso de paciência não serviria mais. "Não somos os impacientes, estamos é cansados."

No manifesto da conferência, Lula é criticado por continuar a política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Mencionando o "incentivo ao agronegócio", a política seria a culpada pela exclusão social, a pobreza, a criminalidade, a degradação ambiental e até as matanças e agressões contra sem-terra e índios nesta semana.

FHC critica atuação de ministério

CHICO DE GOIS

DA REPORTAGEM LOCAL

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criticou ontem, em São Paulo, a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo Lula e disse que a pasta atua no sentido de fortalecer um clima de reivindicação constante por parte do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

“É preciso chegar num entendimento com esses setores do MST. Na medida em que o Ministério da Reforma Agrária [Desenvolvimento Agrário] às vezes parece dar força a um reivindicacionismo incessante, isso complica a possibilidade de realmente con-

solidar o que já foi feito.”

Fernando Henrique referia-se às declarações do presidente do Incra, Rolf Hackbart, que na terça-feira havia dito que estão, “sob a etiqueta do agrobusiness”, os fazendeiros suspeitos de matar e ferir sem-terra e acampados. Hackbart também pediu união contra o “outro lado”.

Para o ex-presidente, “não está ocorrendo acirramento no campo; de tempos em tempos ocorre isso”. Ele lamentou “as ocupações a granel” e a reação “inaceitável por parte dos pistoleiros”. “São sintomas do nosso atraso, da nossa incapacidade de resolver de uma maneira institucional esse problema.”

Ao falar das críticas que o presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva fazia às alianças políticas firmadas na sua gestão, Fernando Henrique aconselhou Lula a reavaliar o passado. “Ele é que tem de rever as visões que ele tinha. Numa democracia como a nossa, onde o Congresso Nacional tem peso, o Executivo não pode governar sem ter maioria no Legislativo.”

Para o ex-presidente, a maioria no Congresso tem de ter algum objetivo. “O governo Lula está tentando fazer um grande esforço para ter essa maioria, mas não vejo muito claramente para quê.”

E fez uma observação. “Não fica bem, para quem sabe das dificuldades, julgar o governo Lula como o ex-deputado ou o líder Lula me julgava. Ele tinha a absolvição

de quem não sabia como era difícil, e eu não tenho isso”, afirmou.

Sobre os arquivos da ditadura, que, graças a um decreto assinado por ele, podem ter sigilo eterno, afirmou: “Eu assinei sem medir conseqüências, não fui alertado o suficiente no que diz respeito a que ele pode ser eternizado”.

O presidente nacional do PT, José Genoino, rebateu as críticas de FHC. “Sobre o MST, o ex-presidente optou por sua criminalização, enquanto o PT negocia com esses movimentos.”

Genoino disse, ainda, que “em relação às alianças, ele [FHC] está batendo numa questão sobre a qual o PT decidiu já em 2000 e em 2002, quando optou por uma política de alianças mais ampla”.

200 integrantes do MST invadem fazenda de suspeito por chacina

FÁBIO GUIBU

DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE

Cerca de 200 lavradores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem uma fazenda em Itajuípe (380 km ao sul de Salvador), na Bahia, pertencente ao produtor rural Adriano Chafik Luedy, suspeito de ser o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-terra ocorrida sábado em Felisburgo (MG).

Portando facões, foices e enxadas, os agricultores invadiram a área às 5h. Segundo o dirigente

estadual do MST Evanildo Costa, cinco homens armados atiraram e fugiram. Ninguém se feriu.

A propriedade tomada chama-se Rapa Pau e tem cerca de 700 hectares. Segundo o MST, a fazenda possui plantações de cacau, mas é “improdutiva” devido à infestação de uma praga conhecida como “vassoura de bruxa”.

A invasão, de acordo com Costa, teve dois objetivos: pressionar a polícia a agilizar a investigação sobre a chacina e pedir pressa ao governo no processo de reforma agrária. O dirigente informou que vai solicitar ao Incra a vistoria da área. Disse também que, “dependendo do comportamento da Justiça e do governo”, outras duas propriedades de Luedy na região poderão ser tomadas.

“Não definimos o que poderemos fazer, mas, para cada ação, haverá uma reação”, declarou.

O superintendente do Incra na Bahia, Marcelino Galo, não foi localizado pela reportagem.

Prisões

A PF prendeu ontem em Itajuípe mais três suspeitos de terem participado da chacina — pelo menos 11 homens invadiram o acampamento do MST, mataram cinco sem-terra, feriram outros 13

e atearam fogo às barracas.

Já são seis homens presos. Outros cinco estão sendo procurados, entre eles o fazendeiro Adriano Chafik Luedy. O delegado Samuel Rodrigues Martins Oliveira, da PF em Ilhéus, disse que Edvan Luiz dos Santos e Senilson Márcilio dos Santos foram presos em suas respectivas casas, em Itajuípe. Watson Teixeira de Jesus, o terceiro suspeito, apresentou-se espontaneamente. A reportagem não conseguiu falar com os detidos ou com seus advogados.

Colaborou a Agência Folha, em Felisburgo e em Belo Horizonte

FOLHA DE S. PAULO

Estudantes e sem-terra vão às ruas protestar contra Lula

Manifestações reúnem cerca de 16 mil em Brasília e têm política econômica como alvo

Dois protestos independentes e quase simultâneos contra o governo Lula mobilizaram cerca de 16 mil pessoas ontem em Brasília. Em passeata que terminou em início de tumulto e confronto com a polícia diante do Congresso, estudantes e sindicalistas estimados em 7.000 protestaram contra as reformas universitária e trabalhista.

Poucas horas depois, cerca de 9.000 sem-terra encerraram com uma passeata até o prédio do Banco Central o encontro que nos últimos dias se transformou em palco de ataques ao governo, muitos deles partidos de setores do próprio governo, descontentes com Lula. O ponto comum das manifestações foram as críticas à política econômica e os ataques ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente do BC, Henrique Meirelles.

O protesto de ontem não foi o maior já realizado contra Lula: em 6 de agosto de 2003, de 50 mil a 80 mil servidores fizeram uma marcha contra a reforma da Previdência que acabou na quebra de 52 vidros do Congresso.

Em Tucuruí, no Pará, o presidente voltou a sinalizar que o caminho adotado na área econômica será mantido e criticou “medidas aventureiras” adotadas em governos passados, sem especificá-las. Como já havia ocorrido ontem e anteontem, o presidente voltou a ser duramente criticado no encontro do MST em Brasília. Dom Tomás Balduino, da Pastoral da Terra, perguntou aos presentes se Lula não estaria no local “se aqui estivessem 12 mil empresários”. Foi muito aplaudido. No início da noite, um grupo de sem-terra que havia participado do ato em frente ao BC invadiu a sede do Incra. Houve confronto com os policiais, e 13 pessoas saíram feridas.

Presidente come bombom e joga o papel no chão

DA AGÊNCIA FOLHA EM TUCURUÍ

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu um mau exemplo ontem à tarde, na cerimônia de inauguração de turbinas da Usina de Tucuruí (PA). Enquanto a ministra Dilma Rousseff discursava, Lula comeu um bombom de cupuaçu e jogou o papel no chão.

Antes de se desfazer do papel, que jogou discretamente atrás da cadeira em que estava sentado, outra gafe: Lula deixou o seu lugar exatamente no momento em que era cumprimentado pela ministra, durante o discurso dela. Três minutos depois, o presidente voltou sorrindo — a saída era apenas para se pentear e lavar o rosto.

Depois de comer o bombom de cupuaçu, Lula segurou o papel com a mão esquerda. Depois, passou para a mão direita. Em seguida, pôs o braço atrás da cadeira ocupada pelo governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), e jogou o papel fora, disfarçadamente.

A caixa de doces foi presente de um funcionário da usina. (LF)

Ex-assessor de Humberto Costa ataca o governo

DA REPORTAGEM LOCAL

O governo Lula ainda não saiu do cantochão, o canto de uma só voz, da estabilidade econômica, e necessita começar o contraponto, a composição com várias vozes, que pedem distribuição de renda.

Há uma semana fora do ministério da Saúde, o ex-secretário-executivo da pasta Gastão Wagner, 52, engrossa o coro dos descontentes com o governo ao falar do que motivou sua demissão: a falta de atenção às políticas públicas integradas, a ênfase em programas marqueteiros e centralizadores e a falta de controle dentro da pasta.

Ex-membro do Partido Comunista, Wagner ajudou a elaborar as propostas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em todas as campanhas. Conheceu o presidente, então sindicalista, quando trabalhou como sanitário em Santo André, na Grande São Paulo. Dali

foi dar aulas de Saúde Pública na Unicamp e filiou-se ao PT. Durante a transição, com apoio dos movimentos de saúde, foi chamado pelo ministro Humberto Costa. (FABIANE LEITE)

★

Folha - Qual eram suas prioridades ao chegar ao ministério?

Gastão Wagner - A minha missão era criar o ministério único da Saúde. Uma função de reorganização administrativo-financeira, além da organização interna das várias secretarias. Outros pontos da pauta eram a saúde suplementar e melhorar o acesso a medicamentos.

Folha - E olhando hoje, qual sua avaliação?

Wagner - As prioridades do ministério são quatro marcas: Samu [Sistema de Atendimento Móvel de Urgência], Farmácia Popular, Qualisus e Saúde Bucal. Apesar de necessários, não são essenciais. Essenciais são o desenvolvimento da atenção primária, do [programa] Saúde da Família, a reforma hospitalar e da atenção especializada, a reorganização da política de pessoal do SUS.

O segundo ponto é que, para os quatro programas, o ministério adotou uma fórmula que é um retrocesso, muito centralizada. O cerne da minha divergência foi isso.

Folha - Havia uma preocupação maior com o marketing?

Wagner - Por que não se priorizou o Saúde da Família? Diziam: isso já existe, isso não marca o governo. Aí acho que há preocupação exagerada com a coisa da marca, do marketing. E no caso da Farmácia Popular, é um programa gerado fora do espaço técnico, político e dos usuários do SUS e que criou um constrangimento muito grande.

Folha - E os planos privados?

Wagner - A ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar] não consegue regular por respeito excessivo às empresas.

Folha - Houve problema com a área econômica?

Wagner - Há uma discussão não resolvida, se o SUS é uma política pública do Estado brasileiro, se é uma forma de distribuição de renda. Há tendência do governo de dificultar, de se opor à regulamentação da emenda 29 [que vincula receitas à saúde].

Folha - O governo pensa em sair desse caminho da universalidade do atendimento?

Wagner - Eu vi discursos contra a vinculação. O que manifestei lá é que, para o governo Lula, uma grande tarefa foi conseguir a estabilidade orçamentária, financeira, mas isso é como cantochão, aquele que tem um tema só. Precisa passar para o contraponto. Então esse tema do equilíbrio, da estabilidade, precisa ser contraposto à distribuição de renda, à criação de políticas públicas estáveis, e não só na saúde. Eu imaginava que o governo Lula iria fazer várias Brasília nas periferias das regiões metropolitanas, projetos integrados de desenvolvimento, saúde, ensino, cultura, esporte — uma espécie de Plano Marshall.

Folha - Qual sua avaliação da Operação Vampiro [que detectou fraudes em licitações]? Houve falta de controle?

Wagner - Antes da operação, no período de reorganização, tive muito atrito com esses assessores. Eu discordava da forma de trabalhar, dos procedimentos administrativos, não prestavam contas. Antes da operação, anulamos 80% dos processos por incorreção.

Folha - Se eram seus subordinados, por que eles não foram demitidos?

Wagner - Não tive autonomia.

Sem-terra invadem Incra e enfrentam a PM

EDUARDO SCOLESSE

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Um grupo formado por cerca de 500 sem-terra e 300 estudantes entrou em confronto ontem à tarde com policiais militares em frente à sede nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dezenas deles conseguiram invadir o prédio, destruindo duas portas, quadros e uma vitraca, além de cartazes e folders do órgão.

Na confrontação, oito sem-terra e cinco policiais militares ficaram feridos. Com escoriações, foram levados a hospitais da região, mas liberados logo em seguida.

O confronto começou depois que representantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) interromperam uma audiência com o superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes de Guedes. Por não concordarem com a pauta do governo, convocaram, via celular, cerca de 500 integrantes do movimento que participavam de caminhada da Conferência Nacional Terra e Água.

Todos se concentraram na por-

ta do órgão, com o reforço de 300 estudantes que saíram de uma marcha contra a reforma universitária. Líderes estudantis e do MTL são ligados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), legenda ainda em fase de oficialização que abraça os dissidentes expulsos do PT — os deputados federais Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS) e a senadora Heloisa Helena (AC). O partido já obteve 364 mil das 438 mil assinaturas necessárias para obter a legalização.

Empuxa-empuxa

Naquele momento, alertada pelo Incra, a PM já havia cercado o prédio da autarquia. Os manifestantes forçaram a entrada do prédio, e a PM reagiu. Houve empuxa-empuxa, com os policiais militares afastando os sem-terra e os estudantes com cassetetes, enquanto os manifestantes atiravam pedras e mastros de bandeiras.

A cavalaria foi chamada em seguida. "A repressão está pior do que com Collor [1990-92] e Fernando Henrique [Cardoso, 1995-02]", disse Martiano Cavalcanti, da coordenação do MTL.

Líderes do movimento também seguem em frente à ocupação de prédios e escolas, embora a maioria da Ouvigatoria tenha sido despejada (9º andar) e do governador (18º andar). O governador-presidente Renúcio Costa, cujo gabinete, binômio, foi formado por membros da esquerda, está em Brasília e pontua de várias maneiras Cartões e banners com nomes e legados do chão e do céu.

A direção do Incra também tenta de tudo para evitar a ocupação de prédios e empuxa-empuxa. Para não permitir que o conflito se torne um conflito de rua, o órgão já enviou equipes para negociar com os manifestantes. Segundo o Incra, a ocupação de prédios de lá fora não aconteceu com a mesma violência do movimento. Há cerca de 10 milhas registradas em pontos de ônibus em Minas. Com uma série de negociações com a PM, o governador disse Guedes. O governador também afirma que, sob o governo de sua administração, as negociações foram bem sucedidas.

HL e Congresso viram alvo de manifestantes

DA FOLHA ONLINE DE BRASÍLIA

As duas manifestações que ocorreram ontem em Brasília — uma contra as reformas universitária e trabalhista (estudantes e sindicalistas) e outra que atacou a paralisação na reforma agrária (trabalhadores sem terra) — deixaram como saldo janelas destruídas no Congresso e um caos de duas horas no trânsito da cidade.

Pela manhã, entre 6.000 e 7.000 estudantes e sindicalistas, segundo estimativas da Polícia Militar, se reuniram na Esplanada dos Ministérios, protestaram em frente de diferentes órgãos e seguiram até o Congresso Nacional.

Cerca de 200 manifestantes pularam dentro de um dos lagos do Congresso, onde permaneceram por mais de meia hora gritando palavras de ordem contra a reforma universitária.

A polícia isolou o local, mas o clima ficou mais tenso quando algumas pessoas começaram a dar chutes e socos em carros estacionados próximos ao lago. Três carros foram danificados pelos manifestantes: um da TV Globo, um do SBT e um particular.

A polícia não reagiu nem quando as pessoas que estavam dentro do lago começaram a jogar água nos policiais. Após cantarem o Hino Nacional, uma pedra atirada estilhaçou um dos vidros da Câmara. Duas pessoas foram detidas pela segurança da Câmara.

“Foi um ato isolado, de um grupo de estudantes que não seguiu a orientação da direção da marcha”, disse Marina Barbosa, 40, presidente do sindicato nacional de professores das universidades federais, que organizou o protesto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entidades de estudantes, sindicatos de trabalhadores em bancos e metalúrgicos e partidos políticos, como o PSTU e o recém-criado PSOL.

Sem-terra

Já à tarde, 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes, encerraram a Conferência Nacional Terra e Água e marcharam por uma das principais avenidas da cidade até a sede do Banco

Central, onde pediram a demissão de seu dirigente, Henrique Meirelles e do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda).

As lideranças da passeata dos sem-terra, apoiada pela CUT, tentavam baixar o tom do protesto, afirmando que queriam apenas a mudança da política econômica. Porém, os manifestantes deixaram claro que estavam irritados com o presidente Luiz Inácio de Lula e queriam ambos ministros fora do governo. A marcha durou das 13h30 às 17h30.

Na extensão de dois quilômetros da marcha — que criou um caos de duas horas no trânsito — se ouvia a mesma coisa: “O povo, na rua, Lula a culpa é sua” ou “Lula, a culpa é sua, joga o Meirelles na rua”.

Não faltaram vaias aos ministros, incentivadas pelo carros de som. Uma bandeira americana com a palavra FMI foi queimada diante do Banco Central, no qual funcionários solidários atiraram papel picado pelas janelas.

Uma comissão encabeçada por dom Tomás Balduino e dois deputados do PT — Adão Preto e Chico Alencar — entregou o manifesto da conferência ao chefe de Materiais e Patrimônio do banco, depois da tentativa fracassada de falar com uma alta autoridade. Meirelles havia viajado horas antes para o Rio.

O último dia da conferência que reuniu 9.000 militantes de movimentos sociais, a maioria composta de sem-terra, mesclou momentos de descontração, de cobrança e até agressões contra a imprensa.

Enquanto entrevistava uma participante da marcha de sem-terra e agricultores, a reportagem da *Folha* foi agredida por um homem transtornado pelo que supunha ser a má intenção dos jornalistas de frivolar o protesto. Ele se aproximou, largou uma criança que levava no colo, avançou e tentou pegar a câmera do fotógrafo, que se machucou.

Antes de ser afastado por outros manifestantes, o homem ainda arrancou o caderno da repórter e o pisoteou.

(LEILA SUZUKAW, FURI DANFAS, RANIER BRAGON E EDUARDO SCOLES)

Incra e enfrentam a PM

EDUARDO SCOLESE

DA SICURSAL DE BRASÍLIA

Um grupo formado por cerca de 500 sem-terra e 300 estudantes entrou em confronto ontem à tarde com policiais militares em frente à sede nacional do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Dezenas deles conseguiram invadir o prédio, destruindo duas portas, quadros e uma vitraça, além de cartazes e folders do órgão.

No confronto, oito sem-terra e cinco policiais militares ficaram feridos. Com escoriações, foram levados a hospitais da região, mas liberados logo em seguida.

O confronto começou depois que representantes do MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) interromperam uma audiência com o superintendente nacional de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes de Guedes. Por não concordarem com a pauta do governo, convocaram, via celular, cerca de 500 integrantes do movimento que participavam de caminhada da Conferência Nacional Terra e Água.

Todos se concentraram na porta do órgão, com o reforço de 300 estudantes que saíram de uma marcha contra a reforma universitária. Líderes estudantis e do MTL são ligados ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), legenda ainda em fase de oficialização que abriga os dissidentes expulsos do PT — os deputados federais Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Gentro (RS) e a senadora Heloisa Helena (AL). O partido já obteve 364 mil das 438 mil assinaturas necessárias para obter a legalização.

Empurra-empurra

Naquele momento, alertada pelo Incra, a PM já havia cercado o prédio da autarquia. Os manifestantes

forçaram a entrada do prédio, e a PM reagiu. Houve empurra-empurra, com os policiais militares afastando os sem-terra e os estudantes com cassetetes, enquanto os manifestantes atiravam pedras e mastros de bandeiras.

A cavalaria foi chamada em seguida. “A repressão está pior do que com Collor [1990-92] e Fernando Henrique [Cardoso, 1995-02]”, disse Martiano Cavalcanti, da coordenação do MTL.

Alguns dos manifestantes conseguiram furar o bloqueio da PM. Pelas escadas, entraram em salas da Ouvidoria Agrária Nacional (9º andar) e da presidência do Incra (18º andar). O gabinete do presidente Rolf Hackbart não foi atingido. No corredor, ficaram as marcas da invasão, com quadros e portas de vidros quebrados. Cartazes e folders foram rasgados e jogados no chão e pela janela.

A direção do Incra registrou boletim de ocorrência e deve abrir uma sindicância interna para apurar os prejuízos. “Não há como negociar num ambiente de conflito. Tive de suspender as negociações imediatamente. Fomos pegos de surpresa”, disse o superintendente Guedes de Guedes.

Segundo o Incra, as reivindicações do MTL são atendidas de acordo com a representatividade do movimento. “Eles têm 400 famílias registradas como acampadas em Minas Gerais. Até agora conseguimos assentar 130 delas”, disse Guedes. O MTL, por sua vez, afirma que, sob o governo Lula nenhuma das 12 mil famílias acampadas do movimento recebeu um lote de terra.

BC e Congresso viram alvo de manifestantes

DA SICURSAL DE BRASÍLIA

As duas manifestações que ocorreram ontem em Brasília — uma contra as reformas universitária e trabalhista (estudantes e sindicalistas) e outra que atacou a paralisação na reforma agrária (trabalhadores sem terra) — deixaram como saldo janelas destruídas no Congresso e um caos de duas horas no trânsito da cidade.

Pela manhã, entre 6.000 e 7.000 estudantes e sindicalistas, segundo estimativas da Polícia Militar, se reuniram na Esplanada dos Ministérios, protestaram em frente de diferentes órgãos e seguiram até o Congresso Nacional.

Cerca de 200 manifestantes pularam dentro de um dos lagos do Congresso, onde permaneceram por mais de meia hora gritando palavras de ordem contra a reforma universitária.

A polícia isolou o local, mas o clima ficou mais tenso quando algumas pessoas começaram a dar chutes e socos em carros estacionados próximos ao lago. Três carros foram danificados pelos manifestantes: um da TV Globo, um do SBT e um particular.

A polícia não reagiu nem quando as pessoas que estavam dentro do lago começaram a jogar água nos policiais. Após cantarem o Hino Nacional, uma pedra atirada estilhaçou um dos vidros da Câmara. Duas pessoas foram detidas pela segurança da Câmara.

“Foi um ato isolado, de um grupo de estudantes que não respeitou a orientação da direção da marcha”, disse Marina Barbosa, 40, presidente do sindicato nacional de professores das universidades federais, que organizou o protesto com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entidades de estudantes, sindicatos de trabalhadores em bancos e metalúrgicos e partidos políticos, como o PSTU e o recém-criado PSOL.

Sem-terra

Já à tarde, 9.000 pequenos agricultores, sem-terra e militantes, encerraram a Conferência Nacional Terra e Água e marcharam por uma das principais avenidas da cidade até a sede do Banco

Central, onde pediram a demissão de seu dirigente, Henrique Meirelles e do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda).

As lideranças da passeata dos sem-terra, apoiada pela CUT, tentavam baixar o tom do protesto, afirmando que queriam apenas a mudança da política econômica. Porém, os manifestantes deixaram claro que estavam irritados com o presidente Luiz Inácio da Lula e queriam ambos ministros fora do governo. A marcha durou das 13h30 às 17h30.

Na extensão de dois quilômetros da marcha — que criou um caos de duas horas no trânsito — se ouvia a mesma coisa: “O povo, na rua, Lula a culpa é sua” ou “Lula, a culpa é sua, joga o Meirelles na rua”.

Não faltaram vaias aos ministros, incentivadas pelo carros de som. Uma bandeira americana com a palavra FMI foi queimada diante do Banco Central, no qual funcionários solidários atiraram papel picado pelas janelas.

Uma comissão encabeçada por Tomaz Balduino e dois deputados do PT — Adão Preto e Chico Alencar — entregou o manifesto da conferência ao chefe de Materiais e Patrimônio do banco, depois da tentativa fracassada de falar com uma alta autoridade. Meirelles havia viajado horas antes para o Rio.

O último dia da conferência que reuniu 9.000 militantes de movimentos sociais, a maioria composta de sem-terra, mesclou momentos de descontração, de cobrança e até agressões contra a imprensa.

Enquanto entrevistava uma participante da marcha de sem-terra e agricultores, a reportagem da Folha foi agredida por um homem transformado pelo que supunha ser a má intenção dos jornalistas de frivolar o protesto. Ele se aproximou, largou uma criança que levava no colo, avançou e tentou pegar a câmera do fotógrafo, que se machucou.

Antes de ser afastado por outros manifestantes, o homem ainda arrancou o caderno da repórter e o pisoteou.

(LEILA SUWVAN, IURI DANTAS, RANIER BRAGON E EDUARDO SCOLESE)

FOLHA DE S. PAULO

LUÍS NASSIF Jogando a toalha

QUANDO explodiu a crise da Rússia, expondo a fragilidade da política monetário-cambial do Banco Central, um colunista político anotou que raríssimas vezes, dentro da imprensa econômica, haviam alertado para o desastre.

Tinha razão. Uma parte da imprensa econômica era portadora da síndrome OB: até uma semana antes da mudança do câmbio, qualquer mudança acabaria com o país; uma semana depois, a mudança salvou o país.

Mas outra parte, dos mais críticos, simplesmente tinha desistido do governo. Quando a irracionalidade é extrema, os clichês ganham força. Fica-se dando murro em ponta de faca, passando por urubus voando em céu azul. Não adianta apontar um iceberg na frente. Os que estão no baile não querem ser incomodados. Só quando sobrevém o desastre é que cai a ficha.

É o que está ocorrendo gradativamente com o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Foram patéticas a entrevista do presidente à Bloomberg e a impotência do ministro Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento) ante a política cambial do Banco Central.

Lula diz que as taxas de juros internas são elevadas porque a economia ainda inspira cuidados. Quando ela melhorar, as taxas cairão. Essa mesma máxima é repetida por jornais e analistas.

O que está por trás desse raciocínio? Como as taxas de juros bulizam a remuneração de títulos públicos, entende-se que os credores têm receio de que o Tesouro não honre a dívida. Daí a razão para exigirem juros mais altos.

futuro da dívida. Ou não? Se a afirmação de Lula e de outros analistas fosse correta, então caberia ao Banco Central permanentemente testar o piso inferior das taxas. Como se explica, então, que, mesmo quando o tal do mercado apostava em redução das taxas, o Banco Central as tenha aumentado?

Essa posição do BC desmente a afirmação de Lula. Positivamente o BC não mantém as taxas elevadas por conta do risco de crédito do Tesouro, mas por outras razões. Pouco importa.

Ao longo de todos esses anos, as taxas de juros foram mantidas elevadas em cima dos argumentos mais estapafúrdios. Um deles era a necessidade de a taxa Selic refletir o risco Brasil e a expectativa da correção cambial interna, pela necessidade de atrair dólares para fechar as contas fiscais. Era uma loucura, porque, ao entrar, os dólares aumentavam a dívida pública.

Mas não adianta perseguir a racionalidade nesse modelo. Dias atrás, publiquei aqui o trabalho de um grupo de economistas de mercado os quais alertavam as autoridades —na maior ingenuidade— de que a produção estava longe de bater na capacidade instalada das empresas, a não ser em setores exportadores.

Devem ser jovens economistas, com fé na racionalidade econômica, que ainda acham que essas loucuras, de abortar qualquer tentativa de crescimento, de apreciar desmedidamente o câmbio, são fruto de mau diagnóstico apenas.

O grande problema é que Lula já jogou a toalha. Ainda veremos dois longos anos pela

RECEITA ORTODOXA *Ritmo de crescimento é 'foco importante de preocupação', diz ata*

Copom admite altas maiores dos juros para manter meta

DA SÉRIE DE DOCUMENTOS

Trechos da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do BC.

INFLAÇÃO

Decreceu ainda mais o risco de a inflação superar o intervalo superior da meta neste ano. Já para 2005, as projeções [...] apresentaram queda

De acordo com o documento do BC, é cada vez menor o risco de a inflação deste ano ficar acima dos 8% previstos pelo teto da meta do governo. As estimativas para 2005 recuaram

JUROS

Caso avalie que o risco de que a inflação se distancie da trajetória das metas não esteja se reduzindo de forma satisfatória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros

Mesmo com o recuo das projeções de inflação, o BC afirma que ainda há riscos de aceleração dos preços. Altas mais fortes nos juros básicos da economia — hoje em 17,25% ao ano — podem acontecer nos próximos meses

CENÁRIO EXTERNO

Os mercados internacionais apresentaram comportamento mais favorável (...), com a queda nos preços do petróleo, propiciando redução do prêmio de risco-Brasil

Para o BC, o preço do petróleo ainda se mantém em níveis elevados, mas começou a dar sinais de queda nas últimas semanas — o que tornou mais favorável o cenário externo para o Brasil

CRESCIMENTO

Dada a forte expansão da atividade [...], um foco importante de preocupação do Copom em relação à dinâmica prospectiva da inflação centra-se no desempenho da oferta agregada

Mais uma vez, são apontadas preocupações com o ritmo da recuperação da economia — que, para o BC, pode estar crescendo muito rapidamente, o que pode gerar pressões inflacionárias

GASOLINA

O impacto advindo da elevação recente do preço do álcool ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total do preço da gasolina ao longo de 2004

No mês passado, o BC entrou em atrito com a Petrobras ao criticar a demora da estatal em reajustar o preço da gasolina. Agora, o documento se limita a informar que projeta em 9,5% o aumento total esperado para este ano

Após três meses seguidos de aumentos nos juros, o Banco Central informou que altas mais fortes podem ocorrer nos próximos meses, caso não haja sinais claros de que a inflação ficará dentro das metas fixadas pelo governo.

A afirmação consta na ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que, na semana passada, elevou a taxa Selic de 16,75% ao ano para 17,25%. Segundo a ata, o BC está preparado "para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros" caso não haja sinais mais fortes de queda da inflação.

De modo geral, o cenário traçado pelos diretores do BC para a economia brasileira é de ligeira desaceleração do nível de atividade, com relativa estabilidade dos preços. Ainda assim, de acordo com o documento, considera-se que a situação ainda não assegura o cumprimento das metas de inflação fixadas pelo governo.

"Tais fatores [sinais de desaquecimento da economia, queda no preço do petróleo e valorização do real] ainda não foram capazes de alterar suficientemente as perspectivas para a dinâmica futura da inflação", diz a ata.

Além disso, o BC volta a dizer que "um foco importante de preocupação" é a velocidade com que a economia tem crescido nos últimos meses. Segundo o documento divulgado ontem, as indústrias instaladas no país estão cada vez mais perto do limite de sua capacidade, o que pode levar a pressões inflacionárias no futuro.

A tese é criticada por alguns economistas e mesmo membros do governo. Em entrevista à Folha antes de sua demissão, o ex-

presidente do BNDES Carlos Lessa disse que o presidente do BC, Henrique Meirelles, "emite todos os sinais de que crescer neste momento é pecado". Quando ainda estava no Ministério do Planejamento, o sucessor de Lessa, Guido Mantega, organizou um encontro com economistas de fora do governo que questionou o BC.

A preocupação da autoridade monetária está na possibilidade de as empresas não serem capazes de aumentar sua produção num ritmo suficientemente rápido para atender o aumento do consumo trazido pelo crescimento. Quando a demanda cresce mais do que a oferta, a tendência é que haja um aumento dos preços.

Depois de três altas seguidas dos juros, o BC aponta alguns sinais de desaceleração da economia, como a estabilidade das vendas do comércio e a "tendência de acomodação" da produção industrial. Ainda assim, diz o documento, "os membros do Copom entenderam que o processo de ajuste gradual dos juros deveria prosseguir" — sinal de que, para os diretores do BC, é preciso intensificar o desaquecimento da economia para garantir o cumprimento das metas de inflação.

Para este ano, a meta foi fixada em 5,5%, admitindo-se um desvio de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Para 2005, o objetivo original do BC era manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,5% — também com uma margem de 2,5 pontos. A instituição já afirmou, porém, que irá perseguir uma meta de 5,5%.

As últimas pesquisas do BC com o mercado financeiro mostram que a previsão de inflação é de 5,5% para 2004 e de 5,00% para 2005.

BASTIDORES

Queda da taxa de juros só vem em março

KENNEDY ALENCAR

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

NOS DEBATES reservados do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que ele e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, avaliam que será possível voltar a baixar a taxa básica de juros da economia (Selic) a partir de março do ano que vem. Hoje, a Selic está em 17,25% ao ano.

Se se confirmar a previsão, argumentam Palocci e Meirelles, o ano de 2006, quando Lula deverá disputar a reeleição, terá um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) parecido com o deste ano.

Ou seja: acima de 4,5%, como

disse Palocci na última segunda-feira, em reunião com Lula, 16 outros ministros e o presidente do PT, José Genoino.

Lula, portanto, já está preparado para um crescimento menor do PIB em 2005. Avalia-se que as últimas elevações da Selic, que tiveram início em outubro, pouco antes do primeiro turno das eleições municipais, frearão o crescimento no ano que vem e o deixarão por volta de 3,5%.

Isso explica porque Lula sempre diz que prefere crescer menos, mas durante vários anos. Ele ficou contrariado com as recentes altas da Selic, mas, para consumo externo, defende as medidas para não enfraquecer Palocci e para evitar um repique da inflação.

Palocci e Lula também esperam contar com mais recursos no Orçamento, bem como a concretização de PPPs (Parcerias Público-Privadas), projeto em votação no Congresso, para terem um maior volume de obras federais nos dois últimos anos do governo petista.

A combinação de uma política monetária mais “amena” com um suposto aumento de obras federais vitaminaria a chance de reeleição de Lula e atrairia aliados para apoiar um segundo mandato.

Mas fatores externos podem inviabilizar a promessa de Palocci e Meirelles. Em outros momentos, Lula foi contrariado pelos dois e pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Mas, como diz um auxiliar de Lula, convém lembrar

que Palocci é antes de tudo um político e que reconhece a firmeza pública de Lula na defesa de sua política econômica. Traduzindo: o ministro da Fazenda, dentro da margem econômica que dispuser, atenderia aos interesses políticos do presidente.

Levando em conta a previsão do mercado, a promessa de queda dos juros a partir de março faz sentido. Nas últimas consultas às instituições financeiras, o BC colheu a avaliação de que haverá mais duas altas da Selic. Duas de 0,25 ponto percentual em dezembro e em janeiro, o que resultaria numa Selic de 17,75%. A taxa, na previsão do mercado, ficará inalterada em fevereiro e em março e cairá a partir de abril.

BC terá de rever projeção para gasolina no ano

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras deve fazer com que o aumento do preço da gasolina ao longo do ano fique acima do previsto pelo Banco Central. De acordo com o BC, esperava-se o reajuste deste ano ficasse em 9,5% para o consumidor —estimativa que deve ser revista.

A informação consta da ata da última reunião do Copom. O documento foi divulgado ontem pela manhã, pouco antes do anúncio da Petrobras. De acordo com o texto, o au-

mento anterior da gasolina —2,3% nas refinarias no mês passado— “ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total” no preço do combustível.

Para 2005, o BC diz que, segundo suas projeções, “os preços da gasolina guardarão sua correlação histórica com as cotações internacionais do petróleo”. BC e Petrobras entraram em atrito, no mês passado, devido a declarações contidas na ata da reunião do Copom de outubro. No documento, o BC criticava a estatal e dizia que o reajuste dos combustíveis poderia “ser postergado, mas não evitado”. A Petrobras rebateu dizendo em nota que mercado de petróleo “é bastante mais complexo do que se pode depreender” da da ata do Copom.

Mercadante acusa governo de abusar da edição de MPs

Diante de seis medidas provisórias que chegarão ao Senado com prazo vencido e precisando de votação imediata, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo Planalto e disse que muitas são desnecessárias.

"A situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições?", perguntou. Para Mercadante, das 173 MPs editadas desde a posse de Lula, 22% são inapropriadas e 25% discutíveis. *Pág. A8*

Câmara instaura processo para cassar André Luiz

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instaurou processo de cassação de mandato contra André Luiz (R), aliado do PT/DF.

Gravações mostram André Luiz tentando extorquir R\$ 1 milhão do empresário do jogo Carlos Cachoeira e afirmar ter participado de oito honrarias. De acordo com fonte próxima, a voz é dele. O depoimento nega as acusações. *Pág. A11*

BC afirma que ritmo da alta dos juros pode ser acelerado

O Banco Central poderá intensificar o ritmo da elevação dos juros nos próximos meses, diz a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária, que subiu a taxa básica da economia pelo terceiro mês, para 17,25% ao ano. Segundo o BC, isso ocorrerá se não houver sinais mais fortes de que a inflação ficará dentro das metas.

O Copom vê hoje ligeira desaceleração da economia, com relativa estabilidade de preços, mas não a garantia do cumprimento das metas. *Pág. B3*

MST invade na Bahia fazenda de suspeito de chacina

Cerca de 200 lavradores vinculados ao MST invadiram uma fazenda em Irajipe (BA) pertencente a Adriano Cláudio Lacerda, suspeito de ter sido o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-terra no último sábado no município de Ferrelburgo (MG).

De acordo com o MST, a fazenda possui plantações de cacau, mas é improdutiva. A ação visa pressionar a polícia a agilizar a investigação da chacina e pedir ao governo pressão na reforma agrária. *Pág. A5*

A Petrobras anunciou o segundo aumento de combustíveis em 42 dias: 7% no preço da gasolina e 10% no do diesel nas refinarias da estatal. Calcula-se que a alta para o consumidor será menor, de 3,3% e 6,5% respectivamente.

A estatal confirmou as previsões de especialistas, que consideraram o reajuste de 4% em outubro, de 4% para a gasolina, e o abrandamento do esperado e de 3% para o diesel, devido a expectativas de inflação antes do final do ano, após as eleições municipais.

Em terceiro reinício feito pela Petrobras em 2004, a federação dos postos avalia que o aumento da gasolina para o consumidor ficará perto de 12% neste ano, acima da expectativa de inflação oficial, que deve fechar 2004 perto dos 7%.

Para analistas, o novo reajuste praticamente cobre a deflacionamento do preço da gasolina em relação à cotação internacional do petróleo. O aumento em novembro também evita que o governo comece 2005 já com a inflação sob pressão. *Pág. B1*

Corte da Ucrânia rejeita resultado oficial de eleição

A Suprema Corte da Ucrânia rejeitou a publicação oficial dos resultados da eleição presidencial pelo comitê eleitoral do país, que deu a vitória ao premiado Viktor Yanukovich.

A decisão impede que o prêmio seja entregue ao vencedor e foi vista como vitória por opositoristas Viktor Yushchenko, que lidera protestos pela anulação do pleito. A corte vai emitir um veredito em 17 de novembro sobre a validade eleitoral. *Pág. A4*

Combustível sobe pela 2ª vez em 42 dias



FOLHA DE S. PAULO

Data: 26/11/04 Pág. 19

João Paulo acusa PMDB de obstruir votações

RANIER BRAGON
KENNEDY ALENCAR
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

Um dia após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva almoçar com a bancada de deputados federais do PMDB, o presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), acusou ontem o partido de impedir as votações no Congresso.

“O líder do PMDB [José Borba] precisa explicar para a sociedade por que o PMDB não quer votar. Eles reclamavam das emendas: foram atendidos. Reclamavam da reeleição: foram atendidos. Não haverá mais votação [da emenda constitucional que permitiria a reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado]. Então, tem de se explicar para a sociedade.”

O ataque de João Paulo ocorreu no momento em que aliados do governo discutem como inviabilizar a convenção do partido marcada para o dia 12 de dezembro.

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e o líder do partido na Câmara, José Borba (PR), já combinaram que, se a convenção aprovar a entrega dos cargos e o rompimento com Lula, divulgarão nota se negando a cumprir a decisão em nome da governabilidade. Essa saída é discutida porque hoje o governo e seus aliados no PMDB avaliam que correm sério risco de derrota na convenção devido à influência dos seis governadores do partido: a maioria é pelo rompimento.

A solução para continuar a apoiar o governo, portanto, seria não reconhecer o valor da convenção e criar um racha ainda maior. Os governistas do PMDB acreditam que terão o apoio de 19 dos 23 senadores e de cerca de 45 dos 76 deputados federais.

Os opositores ameaçam pe-

dir a expulsão dos peemedebistas que não venham a entregar caso a convenção confirme esse pedido. Os governistas respondem que terão de expulsar muitos membros, o que na prática será impossível.

A Câmara sofreu paralisia por várias semanas devido a uma rebelião de governistas, o PMDB incluído, contra o Planalto. Nesta semana, voltou ao trabalho, mas foram votadas apenas oito MPs (medidas provisórias). Outras 17 MPs trancam a pauta.

As emendas a que João Paulo se refere são parlamentares, as que deputados e senadores fazem ao Orçamento. O ritmo da liberação de verbas para elas foi um dos principais motivos da rebelião.

Já a “reeleição” mencionada por João Paulo é a proposta que permitiria a ele e ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), tentarem se reeleger para seus postos. A maioria do PMDB é contra. Renan pretende suceder Sarney, com quem se acertou.

Conversa

João Paulo foi chamado para uma conversa com Lula. O objetivo é acalmar João Paulo e definir o futuro do deputado no ano que vem. O encontro pode acontecer hoje ou amanhã. João Paulo costuma viajar a São Paulo às sextas-feiras. Ficou em Brasília à espera do chamado do Planalto.

Ressentido pela derrota da emenda da reeleição que o permitiria ficar no cargo de presidente da Câmara por mais dois anos, João Paulo ainda não sabe se Lula o nomeará ministro, como vem sendo especulado. Livre de compromissos, não tem feito esforços para facilitar a vida do governo. Nesta semana, vem insistindo que colocará em votação a reforma política, que segue sem consenso.



FOLHA DE S. PAULO

RECEITA ORTODOXA *Ritmo de crescimento é 'foco importante de preocupação', diz ata*

Copom admite altas maiores dos juros para manter meta



Trechos da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária do BC

INFLAÇÃO

Decresceu ainda mais o risco de a inflação superar o intervalo superior da meta neste ano. Já para 2005, as projeções [...] apresentaram queda

De acordo com o documento do BC, é cada vez menor o risco de a inflação deste ano ficar acima dos 8% previstos pelo teto da meta do governo. As estimativas para 2005 recuaram

JUROS

Caso avalie que o risco de que a inflação se distancie da trajetória das metas não esteja se reduzindo de forma satisfatória, a autoridade monetária estará preparada para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros

Mesmo com o recuo das projeções de inflação, o BC afirma que ainda há riscos de aceleração dos preços. Altas mais fortes nos juros básicos da economia — hoje em 17,25% ao ano — podem acontecer nos próximos meses

CENÁRIO EXTERNO

Os mercados internacionais apresentaram comportamento mais favorável [...], com a queda nos preços do petróleo, propiciando redução do prêmio de risco-Brasil

Para o BC, o preço do petróleo ainda se mantém em níveis elevados, mas começou a dar sinais de queda nas últimas semanas — o que tornou mais favorável o cenário externo para o Brasil

CRESCIMENTO

Dada a forte expansão da atividade [...], um foco importante de preocupação do Copom em relação à dinâmica prospectiva da inflação centra-se no desempenho da oferta agregada

Mais uma vez, são apontadas preocupações com o ritmo da recuperação da economia — que, para o BC, pode estar crescendo muito rapidamente, o que poderia gerar pressões inflacionárias

GASOLINA

O impacto advindo da elevação recente do preço do álcool ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total do preço da gasolina ao longo de 2004

No mês passado, o BC entrou em atrito com a Petrobras ao criticar a demora da estatal em reajustar o preço da gasolina. Agora, o documento se limita a informar que projeta em 9,5% o aumento total esperado para este ano

Fonte: Banco Central

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após três meses seguidos de aumentos nos juros, o Banco Central informou que altas mais fortes podem ocorrer nos próximos meses, caso não haja sinais claros de que a inflação ficará dentro das metas fixadas pelo governo.

A afirmação consta na ata da última reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que, na semana passada, elevou a taxa Selic de 16,75% ao ano para 17,25%. Segundo a ata, o BC está preparado "para alterar o ritmo e a magnitude do processo de ajuste nos juros" caso não haja sinais mais fortes de queda da inflação.

De modo geral, o cenário traçado pelos diretores do BC para a economia brasileira é de ligeira desaceleração do nível de atividade, com relativa estabilidade dos preços. Ainda assim, de acordo com o documento, considera-se que a situação ainda não assegura o cumprimento das metas de inflação fixadas pelo governo.

"Tais fatores [sinais de desaquecimento da economia, queda no preço do petróleo e valorização do real] ainda não foram capazes de alterar suficientemente as perspectivas para a dinâmica futura da inflação", diz a ata.

Além disso, o BC volta a dizer que "um foco importante de preocupação" é a velocidade com que a economia tem crescido nos últimos meses. Segundo o documento divulgado ontem, as indústrias instaladas no país estão cada vez mais perto do limite de sua capacidade, o que pode levar a pressões inflacionárias no futuro.

A tese é criticada por alguns economistas e mesmo membros do governo. Em entrevista à Folha antes de sua demissão, o ex-

presidente do BNDES Carlos Lessa disse que o presidente do BC, Henrique Meirelles, "emite todos os sinais de que crescer neste momento é pecado". Quando ainda estava no Ministério do Planejamento, o sucessor de Lessa, Guido Mantega, organizou um encontro com economistas de fora do governo que questionou o BC.

A preocupação da autoridade monetária está na possibilidade de as empresas não serem capazes de aumentar sua produção num ritmo suficientemente rápido para atender o aumento do consumo trazido pelo crescimento. Quando a demanda cresce mais do que a oferta, a tendência é que haja um aumento dos preços.

Depois de três altas seguidas dos juros, o BC aponta alguns sinais de desaceleração da economia, como a estabilidade das vendas do comércio e a "tendência de acomodação" da produção industrial. Ainda assim, diz o documento, "os membros do Copom entenderam que o processo de ajuste gradual dos juros deveria prosseguir" — sinal de que, para os diretores do BC, é preciso intensificar o desaquecimento da economia para garantir o cumprimento das metas de inflação.

Para este ano, a meta foi fixada em 5,5%, admitindo-se um desvio de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo. Para 2005, o objetivo original do BC era manter o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,5% — também com uma margem de 2,5 pontos. A instituição já afirmou, porém, que irá perseguir uma meta de 5,1%.

As últimas pesquisas do BC com o mercado financeiro mostram que a previsão de inflação é 7,18% para 2004 e de 5,90% para 2005.

Queda da taxa de juros só vem em março

BENEDY ALENCAR

15 JORNAL DE BRASÍLIA

NOS DEBATES reservados do governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ouviu do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que ele e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, avaliam que será possível voltar a baixar a taxa básica de juros a economia (Selic) a partir de março do ano que vem. Hoje, a Selic está em 17,25% ao ano.

Se se confirmar a previsão, aumentam Palocci e Meirelles, o ano de 2006, quando Lula deverá disputar a reeleição, terá um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) parecido com o deste ano. Ou seja: acima de 4,5%, como

diz-se Palocci na última segunda-feira, em reunião com Lula, 16 outros ministros e o presidente do PT, José Genoino.

Lula, portanto, já está preparando para um crescimento menor do PIB em 2005. Avalia-se que as últimas elevações da Selic, que tiveram início em outubro, pouco antes do primeiro turno das eleições municipais, frearão o crescimento no ano que vem e o deixarão por volta de 3,5%.

Isso explica porque Lula sempre diz que prefere crescer menos, mas durante vários anos. Ele ficou contrariado com as recentes altas da Selic, mas, para consumo externo, defende as medidas para não enfraquecer Palocci e para evitar um repique da inflação.

Palocci e Lula também esperam contar com mais recursos no Orçamento, bem como a concretização de PPPs (Parcerias Público-Privadas), projeto em votação no Congresso, para terem um maior volume de obras federais nos dois últimos anos do governo petista.

A combinação de uma política monetária mais "amena" com um suposto aumento de obras federais viabilizaria a chance de reeleição de Lula e atrairia aliados para apoiar um segundo mandato.

Mas fatores externos podem inviabilizar a promessa de Palocci e Meirelles. Em outros momentos, Lula foi contrariado pelos cons e pelo Copom (Comitê de Política Monetária). Mas, como diz um auxiliar de Lula, convém lembrar

que Palocci é antes de tudo um político e que reconhece a firmeza pública de Lula na defesa de sua política econômica. Traduzindo: o ministro da Fazenda, dentro da margem econômica que dispuser, atenuaria aos interesses políticos do presidente.

Levando em conta a previsão do mercado, a promessa de queda dos juros a partir de março faz sentido. Nas últimas consultas às instituições financeiras, o BC colheu a avaliação de que haverá mais duas altas da Selic. Dadas de 0,25 ponto percentual em dezembro e em janeiro, o que resultaria numa Selic de 17,75%. A taxa, na previsão do mercado, ficará inalterada em fevereiro e em março: cairá a partir de abril.

BC terá de rever projeção para gasolina no ano

DA SUCURSA DE BRASÍLIA

O reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras deve fazer com que o aumento do preço da gasolina ao longo do ano fique acima do previsto pelo Banco Central. De acordo com o BC, esperava-se o reajuste deste ano ficasse em 9,5% para o consumidor --estimativa que deve ser revista.

A informação consta da ata da última reunião do Copom. O documento foi divulgado ontem pela manha, pouco antes do anúncio da Petrobras. De acordo com o texto, o au-

mento anterior da gasolina --2,3% nas refinarias no mês passado-- "ocupou boa parte do espaço restante na projeção de 9,5% para o reajuste total" no preço do combustível.

Para 2005, o BC diz que, segundo suas projeções, "os preços da gasolina guardarão sua correlação histórica com as cotações internacionais do petróleo". BC e Petrobras entraram em atrito, no mês passado, devido a declarações contidas na ata da reunião do Copom de outubro. No documento, o BC criticava a estatal e dizia que o reajuste dos combustíveis poderia "ser postergado, mas não evitado". A Petrobras rebateu dizendo em nota que mercado de petróleo "é bastante mais complexo do que se pode desprender" da ata do Copom.


FOLHA DE S. PAULO

 Data 26/11/04 Pág. _____

FOGO AMIGO Líder governista desabafa e diz que 22% das medidas provisórias são inapropriadas e 25% são discutíveis

Mercadante critica a ação de Lula no Senado

FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Diante de seis medidas provisórias que chegaram ao Senado Federal com o prazo vencido, precisando ser votadas imediatamente, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um desabafo na tribuna da Casa ontem. Ele criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo e disse que muitas delas são desnecessárias.

“Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumento vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições?”, questionou ele.

De acordo com Mercadante, das 123 MPs editadas desde o início da gestão petista, 22% são inapropriadas e 25% discutíveis. Do total, somente 52% seriam indispensáveis. Segundo a Constitui-

“Parte das medidas provisórias são dispensáveis, não considero urgentes nem relevantes. Poderiam ter sido evitadas porque prejudicam o papel do Legislativo, que é fazer leis”, disse o senador petista.

O governo conseguiu aprovar

ontem as seis MPs, mas dependeu mais uma vez da boa vontade da oposição, já que o Palácio do Planalto não tem uma maioria confortável na Casa. Devido à necessidade de votar as matérias imediatamente, o governo fica sem margem de manobra e sem condições para negociar.

...ção, as medidas provisórias devem ser editadas em caso de matéria “urgente e relevante”.

As MPs trancam a pauta de votações da Câmara após 45 dias de tramitação. A Câmara e o Senado têm, no total, 120 dias para votar uma MP, senão ela perde a validade e é arquivada.

de discutir as matérias. Mercadante propôs ontem a mudança no rito de tramitação das MPs. Ele sugeriu que o tempo para a análise das matérias seja dividido entre as duas Casas, ficando, por exemplo, 80 dias para os deputados e 40 para os senadores.

As críticas ao excesso de medidas provisórias têm sido uma constante nos partidos de oposição. Nesta semana, quando havia 28 MPs trancando a pauta da Câmara, o PSDB e o PFL disseram que a partir de agora vão exigir a instalação de comissões mistas para analisar cada MP, conforme prevê o regimento das duas Casas, mas não costuma ser cumprido.

Outra queixa dos senadores é que a Câmara esgota todo o tempo de apreciação das MPs, então o Senado não teria a oportunidade

REAJUSTE SOCIAL Aumento visa a 2006

Presidente quer elevar mínimo para R\$ 300

KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer elevar o salário mínimo em maio do ano que vem de R\$ 260 para R\$ 300 — reajuste de 15,4%. A *Folha* apurou que Lula já disse ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que isso é mais do que um desejo.

Ao contrário deste ano, quando Lula atendeu ao pedido de Palocci para dar aumento menor, o presidente já comunicou a seus auxiliares que não se desgastará novamente por causa desse tema.

O objetivo de Lula de elevar a R\$ 300 é parte da estratégia para fortalecer suas chances de reeleição. Ele quer adotar medidas simbólicas, como reajuste mais generoso ao mínimo, e a correção da tabela do Imposto de Renda.

No momento em que promove reforma ministerial que enfraquece José Dirceu (Casa Civil) e a chamada ala “desenvolvimentista”, fortalecendo Palocci, Lula quer arrancar concessões da equipe econômica que possam servir de resposta às críticas de que sua administração é conservadora.

A *Folha* apurou que Palocci vê

espaço para concessões que rendam dividendos políticos ao presidente, desde que mantido o núcleo da atual política econômica. Lula, em reunião com 17 ministros petistas e o presidente do PT, José Genoíno, deixou claro que não mudará a política econômica.

No Orçamento para 2005, está previsto mínimo de R\$ 283. Para chegar aos R\$ 300, é preciso elevar as despesas em R\$ 2,1 bilhões. Anteontem, Lula sinalizou que trabalhará para dar reajuste maior do que o da proposta orçamentária. A um público mais restrito, disse que trabalhará por R\$ 300.

Estiveram na reunião o ministro interino do Planejamento, Nelson Machado, o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o líder do PT na Câmara, Professor Luizinho (SP), o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), e o relator-geral da comissão, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em 2002, Lula prometeu dobrar o valor real do mínimo. Até hoje, reajustes repuseram a inflação. Elevação de 15,4% está longe de fazer com que a promessa seja cumprida. Mas daria discurso de que Lula fez mais do que podia.

FOLHA DE S. PAULO



Gasolina deve subir mais de 3% na bomba

GABRIELA WOLTERS

DA SUCCURSAL DO RIO

A Petrobras anunciou ontem o segundo aumento de combustíveis em 42 dias — 7% no preço da gasolina nas refinarias da estatal e 10% no diesel (sem incluir tributos). Considerando os tributos federais, mas sem o ICMS (cuja alíquota é variável por Estado), os aumentos serão de 4,2% e 8%, respectivamente (o PIS/Cofins e a Cide têm valores fixos na refinaria: R\$ 0,5416 por litro e R\$ 0,218 por litro, respectivamente).

Com o novo reajuste, a Petrobras confirma as previsões de especialistas, que consideraram o de 14 de outubro abaixo do esperado e acreditavam que uma nova alta viria antes do final do ano.

A Fecomcombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) calcula que o impacto para o consumidor será menor, de 3,3% na gasolina e 6,5% no diesel, no caso de as margens de lucro das distribuidoras e dos postos seguirem estáveis.

O aumento é o terceiro anunciado pela Petrobras em 2004. O preço da gasolina nas refinarias já acumulou alta de 23,3% neste ano, e o do diesel, de 29%. Sem contar o novo reajuste, a gasolina já tinha tido aumento neste ano de 6,41%

Com mais essa alta e com a elevação do preço do álcool — a gasolina tem 25% do produto em sua composição —, a Fecomcombustíveis avalia que o reajuste da gasolina para o consumidor fechará o ano próximo de 12%. É a mesma projeção feita por Alexandre Sant'Anna, da ARX Capital. A estimativa do Banco Central era de aumento de 9,5% no ano.

Diferentemente do último reajuste nas refinarias (4% na gasolina e 6% no diesel), os especialistas consideraram que o aumento de ontem foi satisfatório e praticamente cobre a defasagem do preço da gasolina com a cotação do barril do petróleo no mercado internacional. Mas apontaram que a decisão pode não ter sido baseada apenas em critérios técnicos.

Para eles, ao anunciar o reajuste no final de novembro, o impacto na inflação ficará concentrado em dezembro. Com isso, a Petrobras auxilia o governo a começar 2005 com menos pressão inflacionária.

O centro da meta de inflação do próximo ano é de 5,1%.

"Se a Petrobras não fizesse esse aumento até o dia 30, iria expor a inflação para o ano que vem e comprometeria a meta", disse Adriano Pires, consultor do CBIE

(Centro Brasileiro de Infra-Estrutura). "Não imagino que a data tenha sido escolhida aleatoriamente, o reajuste deixa limpa a inflação de 2005", disse Sant'Anna.

"Agora, o governo começa o ano com um cenário de preço muito mais tranquilo", avaliou a economista Fabiana Futoni, da Consultoria Tendências. "Não contarmos a inflação de 2005 foi uma notícia muito bem recebida", disse Ricardo Denadai, da LCA Consultoria.

O economista Carlos Thadeu de Freitas Filho, do Grupo de Conjuntura da UFRJ, concorda. "O reajuste vem a calhar com o objetivo do BC de 'limpar' as expectativas de inflação para o ano que vem. Você 'suja' a inflação deste ano e 'limpa' a do próximo."

Para Adriano Pires, a Petrobras "chiou" muito quando o Copom divulgou, em 28 de outubro, a alta em que afirmava que o reajuste poderia "ser postergado, mas não evitado", mas acabou fazendo exatamente o que o BC defendia.

"O que não dá para entender é aquela bobagem do [presidente da Petrobras, José Eduardo] Dutra de escrever aquela carta para o BC. Acabou que ele deu o aumento mesmo", disse Pires.

Em resposta à ata, Dutra divulgou nota dizendo que "os preços dos combustíveis são competitivos e a política de ajustes observa elementos de mercado". Sant'Anna também considera que o reajuste comprova que o Banco Central "estava certo".

Apesar de o reajuste trazer um impacto na inflação de dezembro, os analistas afirmam que isso não deve impedir o BC de cumprir a meta deste ano. Segundo Alex Agostini, da GRC Visão, o impacto deverá ficar em 0,2 ponto percentual no IPCA. Com isso, a consultoria alterou a sua projeção de inflação deste ano de 7,2% para 7,4%. A meta de 2004 é de 5,5%, mas, como existe uma intervalos de tolerância de 2,5 pontos percentuais para cima ou para baixo, o BC cumpre seu objetivo se a inflação não ultrapassar 8%.

Para Alex Agostini, o aumento pode até mesmo reduzir as projeções de aumentos dos juros para janeiro. "Depois da ata [do Copom] de hoje (ontem), todo mundo esperava um aumento de 0,5 ponto percentual em janeiro. Com o reajuste, a expectativa deve cair para 0,25 ponto."

Para Adriano Pires, os empresá-

rios não baixavam seus preços porque tinham a expectativa de aumento nos combustíveis. "Esse aumento ajudará a política de juros do Banco Central a ter um efeito maior na economia."

Colaborou Janaina Lage, da Folha Online, no Rio

→ LEIA MAIS às págs. B2 e B3

Críticas de ex-secretário abrem crise na Saúde

Gastão Wagner acusa Humberto Costa de priorizar o marketing; ministro atribui críticas a ressentimento pessoal

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. Incluído na lista dos integrantes de primeiro escalão que poderão deixar o governo na reforma ministerial, o ministro da Saúde, Humberto Costa, enfrenta uma crise em sua pasta. Sua gestão foi duramente criticada pelo médico sanitário Gastão Wagner, que pediu demissão da Secretaria Executiva da pasta há duas semanas. Wagner acusou Costa de escolher as políticas prioritárias da Saúde pelo critério do marketing e de priorizar os programas que dão mais visibilidade à sua gestão, em detrimento dos mais necessários e urgentes para o atendimento à população.

O ministro contestou as acusações e atribuiu as críticas de seu ex-colaborador a ressentimentos pessoais.

— Como foi demitido por mim, ele está magoado e com ressentimentos porque gostaria de continuar no ministério — disse Costa.

Ministro diz que Wagner deu aval aos programas

Wagner citou como exemplo de programas escolhidos pelo critério puramente publicitário o do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que distribui ambulâncias, e o Farmácias Populares, que vende medicamentos mais baratos à população carente.

— São programas importantes, mas laterais. Foram escolhidos como prioritários pelo critério da visibilidade imediata, da marca e do marketing. E não segundo a necessidade da população — disse Wagner.

O ministro respondeu que todas essas ações foram escolhidas como prioritárias com o aval de Wagner, que teria participado de todas as discussões sobre o assunto desde a campanha eleitoral que elegeu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. O ministro disse que, se for realizada uma pesquisa

de opinião, o programa Farmácias Populares será aprovado pela população.

— Durante os dois anos em que atuei como secretário-executivo ele nunca manifestou essas críticas. Essas políticas não saíram da minha cabeça. ~~Constavam do programa de governo~~

“Os programas foram escolhidos como prioritários pelo critério da visibilidade imediata e do marketing, e não segundo a necessidade da população”

GASTÃO WAGNER

Ex secretário-executivo do Ministério da Saúde

“Durante os dois anos em que foi secretário-executivo ele nunca fez essas críticas. As políticas constavam do programa de governo que ele ajudou a escrever”

HUMBERTO COSTA

Ministro da Saúde

ção, da qual ele também participou. Foram aprovados por um colegiado que a secretaria dele coordenou. E ainda passaram pelo crivo do Conselho Nacional de Saúde — disse Costa.

Wagner disse que sempre se manifestou contra as principais ações do Ministério da Saúde mas perdeu todas as disputas para Humberto Costa. O ex-secretário disse que tentou eleger como prioridade o programa Saúde da Família, em que agentes de saúde atendem às pessoas carentes em suas casas, em caráter preventivo. O programa

— Só porque é um programa do governo anterior não pode ser prioridade? É um programa que orienta, evita internação, dá medicamentos. Mas 70% do público que deveria ser atendido não estão matriculados no Saúde Família — criticou.

Wagner diz que ministro ignora a crise dos hospitais

O ministro rebateu com números. Disse que a Saúde da Família é prioritário e que em sua gestão o número de equipes do programa saltou de 16 mil para 21.609.

40% da população. Melhoramos o que foi feito no passado. Agora, desafio qualquer um a provar que nossos indicadores de saúde não são superiores aos apresentados pelo governo anterior — disse Costa.

Gastão Wagner acusou o ministro de ignorar a crise hospitalar, que, segundo ele, “não é nem arranhada pelas ações do ministério”. Costa negou e disse que fez uma grande revolução nessa área. O ministro disse que investiu R\$ 200 milhões em hospitais universitários e também investiu recursos em

O ministro assegurou ainda que a sua área é uma das mais bem avaliadas pelo presidente Lula. Ele disse acreditar que não será substituído na reforma ministerial.

— A saúde será a grande vitrine do governo nas eleições de 2006. Garanto que não será telhado de vidro — disse Costa.

Wagner disse que para atingir esse objetivo o ministério terá de mudar radicalmente suas ações prioritárias. O ex-secretário também acusou o governo de fazer exploração política com programas do Ministério

mentados em prefeituras com mandadas por todos os partidos, sem discriminação.

A crise na relação entre o ministro e seu secretário-executivo veio à tona há duas semanas, quando Gastão exonerou-se do cargo. Em nota, o Ministério da Saúde atribuiu a saída de Wagner à “readequação do papel da Secretaria Executiva e a visões diferenciadas sobre esse processo”. Agora, sabe-se que a relação entre os dois era de confronto. O ministro ainda ofereceu a Wagner o cargo de representante brasileiro num consórcio

O GLOBO

PROTESTOS NO CONGRESSO E NAS RUAS: *'A violência no campo está sob controle'*

Bastos defende presidente do Incra: 'É mais uma questão de linguagem'

Ministro da Justiça diz que declarações de Hackbart não acirram conflitos

• BRASÍLIA E FORTALEZA. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, defendeu ontem o presidente do Incra, Rolf Hackbart, que há dois dias associou o agronegócio à violência contra trabalhadores sem-terra. Mesmo se esforçando para não entrar na discussão que contrapôs Hackbart e o Ministério do Desenvolvimento Agrário ao Ministério da Agricultura e às associações de grandes produtores rurais, Bastos disse que a polêmica em torno das palavras de Rolf não passa de uma questão de linguagem.

— Acredito que seja mais uma questão de enfoque, semântica, de linguagem, do que outra coisa — disse o ministro.

Perguntado se as críticas de Hackbart não poderiam acirrar ainda mais a violência no campo, Bastos respondeu que não e que não considera temerária a posição do presidente do Incra.

O ministro negou que a violência nas áreas disputadas por sem-terra e fazendeiros esteja fora de controle:

— A chamada violência no campo está sob controle. Aqui no Brasil temos a determinação

muito firme de dizer que estamos num estado de direito, de modo que aquela barbárie, aquela execução que aconteceu no norte de Minas, está sendo objeto de uma intensa operação combinada das polícias estaduais com a Polícia Federal.

Bastos afirmou que a chacina de cinco sem-terra em Felisburgo (MG) está praticamente apurada e que, se houver outros casos como este, serão investigados com o mesmo rigor:

— O crime já está praticamente desvendado e já existem muitas pessoas presas. Em to-

do lugar vai ser tratado assim.

Em Crateús, Ceará, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, recusou-se a comentar as declarações de Hackbart, que voltou a responsabilizar o agronegócio pelos crimes no campo. Perguntado sobre o assunto, Rosseto ficou em silêncio. Sua assessora chegou a dizer que o ministro só falaria com os jornalistas se não fosse para tratar do tema. Rosseto participou da inauguração de uma fábrica de produção de óleo vegetal e visitou um assentamento. ■

CPT critica ausência de Lula em conferência

Dom Tomás diz que MST poderá fazer oposição ao governo

• BRASÍLIA. O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduino, criticou ontem a ausência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Conferência Nacional Terra e Água, que reuniu cerca de dez mil militantes de movimentos de sem-terra e pequenos agricultores em Brasília. Lula era esperado anteontem, mas não compareceu.

— Se aqui estivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir? — provocou Dom Tomás.

Ele incitou os participantes a intensificarem a mobilização pela reforma agrária.

— Não podemos ficar frustrados porque não temos o Estado na nossa mão. Não podemos ficar frustrados porque ontem Lula se recusou a vir ao encontro de vocês. Vamos ficar frustrados e voltar de cabeça baixa para nossas bases? Pelo contrário, devemos nos sentir agora mais fortes e mais co-responsáveis em fortalecer a nossa sociedade civil popular — disse Dom Tomás.

Dom Tomás critica modelo econômico do governo Lula

Dom Tomás disse que há a possibilidade de o MST ir para

a oposição ao governo. Em discurso na conferência, ele criticou o modelo econômico adotado pelo governo Lula e disse que o Banco Central é a sede de um poder subordinado que representa o setor econômico-financeiro. Dom Tomás disse que a ausência de muitos integrantes do governo na conferência já mostra o distanciamento dos objetivos dos trabalhadores.

— Esta conferência sinaliza

O GLOBO

BRASILIA

A desagregação da base governista e o excesso de medidas provisórias, que paralisaram por mais de três meses a pauta do Legislativo, puseram ontem o Planalto no alvo das críticas da cúpula do PT no Congresso. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), subiu à tribuna para protestar. Na incômoda situação de ter que apelar aos colegas para votar seis medidas provisórias numa única tarde, fez um discurso de críticas ao exagero do governo na edição de medidas. Mesmo incômodo que vem sendo manifestado nas últimas semanas pelo presidente da Câmara, o também petista João Paulo Cunha (SP).

— O governo não governa, ninguém sabe por que não se vota aqui. Eles dizem que é problema no governo, mas ninguém fala qual é o problema; e o governo não se mexe — disse a líderes, numa conversa informal.

O senador desabafou na tribuna:

— Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumentos vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como ser líder nessas condições? Qualquer um e em qualquer governo ficaria exposto — reclamou Mercadante, que apelou ao governo para reduzir o uso desse instrumento e pediu mudanças no rito de tramitação.

O líder do governo no Senado foi para o plenário preparado para criticar o abuso do governo no uso de medidas provisórias. Tanto que, enquanto ele afirmava que quase a metade das medidas editadas nos últimos dois anos poderia ser evitada, era distribuído um levantamento encomendado pelo líder a assessores do Senado, mostrando que das 123 medidas provisórias de Lula nos dois anos de governo, 59 seriam inapropriadas ou discutíveis. Ou seja, tratam de assuntos que poderiam ser encaminhados por outro instrumento, como um projeto de lei. Em 2004, o presidente assinou 65 medidas provisórias, sete a mais que em 2003. Das propostas assinadas em 2004, segundo o estudo do líder, só 31 eram indispensáveis.

— Faço um apelo ao governo para reduzir o número de MPs. Há margem para isso e é necessário. Há medidas provisórias que não são urgentes nem relevantes e não deveriam ter sido editadas — disse o senador.

Mercadante critica lentidão na Câmara

• Mercadante também criticou a lentidão dos deputados, que tiveram 120 dias para apreciar as propostas, mas só fizeram isso no prazo final, sem margem para o Senado discutir as medidas.

Responsabilidade que João Paulo Cunha não assume, dizendo repetidamente que já fez tudo que foi possível para fazer os deputados votarem em ritmo mais acelerado. Em declarações públicas, o presidente da Câmara reclama que o governo precisa arrumar a base, pois já chegou ao seu limite para tentar um acordo na Casa.

Desde terça-feira João Paulo tem conduzido as sessões com muita irritação diante da resistência, principalmente do PMDB, a suspender a obstrução. Ele diz que não há mais motivos para a rebelião, e que ninguém deixa claro exatamente qual é o problema que precisa ser resolvido para que as votações deslanchem. Ontem, ele apontou um dos possíveis problemas.

— O líder do PMDB, José Borba, precisa explicar aos brastretos por que está fazendo operação padrão. Ele reclamava da liberação das emendas do Orçamento e o governo atendeu tudo. Era contra a reeleição na Câmara e Senado, foi atendido. O que está faltando? Por que não querem votar? — desabafou.

Na sessão de ontem, com plenário vazio, foi votada por acordo de líderes apenas uma das 18 medidas provisórias que ainda trancam a pauta. O plenário precisa votar as 17 restantes antes de incluir na ordem do dia outros projetos importantes como as leis de falências e a de Biossegurança.

FH: 'Não se pode tentar redescobrir a pólvora'

Ex-presidente diz que governo dá força ao 'reivindicacionismo incessante' do MST

Jorge Henrique Cordeiro

Especial para O GLOBO

o SÃO PAULO. O ex-presidente Fernando Henrique criticou ontem o governo Lula por não ter dado, segundo ele, continuidade ao trabalho feito em seu governo para resolver conflitos agrários e afirmou que há uma incapacidade de se resolver institucionalmente o problema. Disse também que falta criatividade na área social e que "a parte gerencial está muito difícil".

— O Ministério do Desenvolvimento Agrário às vezes parece que dá força a um certo reivindicacionismo incessante por parte do MST e isso complica as chances de se consolidar o que foi feito no meu governo. E foi feita muita coisa — afirmou.

Fernando Henrique deu palestra ontem para cerca de cem empresários na sede da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústrias de Base (Abdib), em São Paulo. O ex-presidente abordou questões políticas e econômicas, afirmando que o PSDB talvez seja hoje o único partido com muitas opções para a campanha presidencial de 2006. Ele citou os governadores Geraldo Alckmin (SP) e Aécio Neves (MG), o senador Tasso Jereissati (CE) e o prefeito eleito de São Paulo, José Serra. Fernando Henrique negou que possa sair candidato.

— Eu estou fora, já fui.

Os principais pontos abordados por Fernando Henrique em entrevista após a palestra:

• **MST E POLÍTICA AGRÁRIA:** O acirramento no campo é um sintoma da incapacidade de se resolver de maneira institucional o problema agrário. O governo Lula deveria consolidar o que já foi feito nessa área. E foi feita muita coisa. Só no meu governo assentamos cerca de 500 mil famílias e desapropriamos 20 milhões de hectares de terra. É preciso chegar a um entendimento com o MST, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário parece às vezes que dá força a um reivindicacionismo incessante por parte dos sem-terra. Isso complica as chances de se consolidar o que foi feito.

o **DESENVOLVIMENTO:** Não podemos ficar tentando redescobrir a pólvora. Isso vale para qualquer área do governo, para a saúde, para a educação, para as áreas sociais. É importante ter continuidade, não política mas administrativa. E investir pesado em educação e infra-estrutura.

Além disso, o Brasil ainda não sabe se realmente quer entrar no grande jogo de competição global. Ainda temos medo, e há até razões para se ter medo, mas temos que resolver o que queremos. É preciso fazer acordos, mas acordos importantes, não qualquer acordo. Às vezes me dá impressão de que queremos voltar ao G77, ao terceiro-mundismo.

o **CRESCIMENTO:** Para sair do subdesenvolvimento, não depende apenas de taxa de crescimento. Desenvolvimento é outra coisa, é educação, é saúde, e cidadania, são muitos fatores juntos. O Brasil cresceu 7%, 8% nos

anos 70 e todos os dados sociais pioraram. Então, desenvolvimento não é PIB. O crescimento hoje depende menos do governo e mais da conjuntura de mercado, sobretudo internacional.

• **MERCADO EXTERNO:** O Brasil ainda não tomou uma posição firme sobre o que quer ser no cenário internacional. Nós queremos mesmo entrar na Alca? Queremos mesmo o Mercosul? Queremos mesmo fazer um acordo com a Europa? Isso ainda não está claro. Não estava claro no meu governo e não está no governo Lula porque não está claro na sociedade.

• **O MELHOR E O PIOR DO GOVERNO LULA:** O melhor é responsabilidade de que o presidente Lula tem na condução da política econômica, o que dá tranquilidade ao país. E também a capacidade que ele tem de se comunicar

com o país. Mas eu esperava mais em termos de criatividade, sobretudo na área social, e também na parte gerencial, que está muito difícil.

o **A FORÇA DO PSDB PARA 2006:** O PSDB tem bons nomes para a disputa em 2006. Temos os governadores Aécio e Geraldo Alckmin, o senador Tasso Jereissati, que tem tido uma atuação forte no Congresso, e o Serra que foi eleito agora prefeito. Não creio que ele se disponha, porque ele tem um compromisso com a cidade (de São Paulo). São nomes fortes do partido, o PSDB talvez seja o único partido que dispõe de tantas pessoas qualificadas para serem candidatas. Eu estou fora, eu já fui.

• **NINGUÉM É IMBATÍVEL:** Não falei que o Lula é imbatível, falei que ninguém é imbatível. Eu já ganhei dele duas vezes e perdi pro Jânio (Quatros). Depende muito das condições. Que a vitória do Serra em São Paulo fortaleceu o PSDB não há dúvidas. Mas não foi só a vitória do Serra, foram inúmeras as vitórias do partido nas últimas eleições. Evidentemente que a vitória do Serra foi a mais impactante. Mas eu acho que houve um resultado equilibrado e acho isso bom. Você não tem hoje nenhum partido no Brasil que seja hegemônico ou mesmo dominante.

• **PMDB E GOVERNABILIDADE:** O Executivo não pode governar sem ter maioria. Mas a questão central não é esta, é ter maioria pra quê? Tem que ter propósitos claros, não só políticos, mas econômicos e sociais. O governo Lula tem trabalhado para obter maioria no Congresso mas não definiu para que ele quer essa maioria.

o **ARQUIVOS DA DITADURA:** Ele (o presidente Lula) não é culpado (por não abrirem os arquivos do regime militar). O presidente da República pode abrir quando ele quiser, não está proibido. Eu assinei o decreto sem medir as consequências. Se ele achar que deve mudar e abrir os arquivos, ele muda na hora, ele pode mudar o decreto quando quiser. □

▷ **NO GLOBO ONLINE:** Ouça a declaração de FH www.oglobo.com.br/pais

Genoino critica 'soberba' e 'visão arrogante' do tucano

Petista: 'FH faz oposição sem se olhar no espelho'

• SÃO PAULO. Em nota oficial divulgada ontem, o presidente nacional do PT, José Genoino, rebateu as críticas de Fernando Henrique Cardoso ao governo Lula afirmando que as declarações do ex-presidente refletem "a soberba de quem faz oposição sem se olhar no espelho".

Segundo a nota, Fernando Henrique manifestou "toda a sua visão arrogante" ao afirmar que o PSDB é o único partido com pessoas qualificadas para 2006. O ex-presidente na verdade disse que o PSDB "talvez fosse" o único partido hoje com nomes fortes para a disputa presidencial.

— Essa arrogância é tanto em relação ao PT quando aos outros partidos — afirmou Genoino, que acusou Fernando Henrique de ter opotado, durante seu governo, pela "criminalização" do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Ter-

ra (MST), enquanto que o PT "negocia com esses movimentos".

"Temos divergências, mas os respeitamos democraticamente", acrescentou Genoino, dizendo que o governo Lula investiu mais na qualificação dos "assentamentos precários que herdou do governo" de Fernando Henrique.

Sobre a crítica da falta de criatividade na área social e no gerenciamento do governo, o presidente do PT afirmou que os projetos sociais do atual governo "são mais amplos do que os existentes no governo dele" e que as falthas de gerenciamento serão corrigidas.

Genoino encerra a nota provocando Fernando Henrique ao afirmar que, em relação à política externa, os êxitos do governo Lula nessa área "certamente incomodam os brios do ex-presidente".

O GLOBO

Data: 26/11/04 Página: 12

PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote

• BRASÍLIA. Os problemas da base governista na Câmara podem ganhar um ingrediente novo na próxima semana, desta vez por causa da reforma política. Ontem, os líderes das bancadas de PP, PTB e PL, que somam mais de 150 votos, avisaram ao governo que não aceitarão uma aliança do PT com o PFL e o PSDB para aprovar a reforma política, na próxima semana, na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Se o PT insistir, o resultado poderá ser o boicote a votações que interessam ao governo.

Os líderes dos três partidos exigem a retirada de dois pontos da reforma política: o fim das coligações proporcionais (nas eleições para deputados federais, estaduais e vereadores) e a introdução da lista fechada de candidatos (voto no partido), que substituiria o voto uninominal (no candidato). Só aceitam a manutenção do financiamento público das campanhas, adiantando que vão votar contra.

JORNAL DO BRASIL

RENDA DO BRASILIENSE CAI 40% EM SETE ANOS

PESQUISA REVELA AUMENTO DO CONTRASTE ENTRE RICOS E POBRES DO DF

Os ricos brasilienses têm rendimento 27 vezes superior ao dos pobres. Essa é uma das conclusões de pesquisa que traça o novo perfil socioeconômico dos moradores do DF. O estudo, realizado pela Secretaria de Planejamento, mostrou também que o Sudoeste é a região que mais cresce economicamente.

Com informações obtidas em 21 mil domicílios de 26 regiões administrativas, o estudo revela que a renda familiar do brasiliense caiu, em média, 40% desde 1997. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD) incluiu, pela primeira vez em um levantamento oficial, a maior favela do DF: Itapuã

SEQÜESTRO-RELÂMPAGO

Até o ex-secretário de Segurança Pública do DF, José de Jesus, foi vítima do crime quando caminhava no Parque da Cidade. Ele não prestou queixa.

PÁGINA 29

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Motorista que atropelou segunda-feira a menina Laíza Sardeiro se apresenta à polícia. Diz que não prestou socorro com medo de represálias.

PÁGINA 30

PROTESTOS NO CONGRESSO NACIONAL: MST faz manifestação na Esplanada contra reformas do governo federal

Sem-terra e estudantes invadem prédio do Inera

Porta de vidro e duas vitraças foram quebradas; houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas

Sem-terra queimaram bandeira dos Estados Unidos

Enquanto o MTL invadia o Inera, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fazia manifestação pacífica contra a política econômica do governo em frente ao Banco Central. Os integrantes do MST fizeram uma passeata pelas ruas de Brasília e se dirigiram até o Banco Central, onde abriram bandeiras do movimento e queimaram outra dos Estados Unidos. O MST tem centrado suas críticas na área econômica, apontando o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Antes do protesto, dirigentes do MTL reuniram-se com o superintendente nacional do Inera, Carlos Guedes. O encontro começou por volta das 14h e não havia acabado ainda quando começou a manifestação dos sem-terra em frente ao Inera. Eles tentaram entrar, mas foram impedidos por cerca de 20 policiais. Em meio ao tumulto, outro grupo conseguiu acesso pela garagem e subiu ao 18º andar. O contingente policial foi reforçado com a chegada da tropa de choque e da cavalaria, elevando o efetivo para cerca de 150 policiais.

— Vimos cobrar a desagra-

Demétrio Weber

BRASÍLIA. Cerca de cem sem-terra e estudantes invadiram ontem o prédio do Inera durante protesto organizado pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) contra a lentidão da reforma agrária. Houve confronto com a Polícia Militar, que disparou tiros de festim para o alto e usou pelo menos uma bomba de efeito moral na tentativa de dispersar os manifestantes. Em meio ao empurra-empurra e entre tapas e socos, quatro sem-terra e quatro policiais ficaram feridos, sem gravidade.

Os sem-terra, acompanhados por estudantes que haviam participado mais cedo de manifestação contra as reformas universitária e trabalhista, subiram até o 18º andar, onde fica o gabinete do presidente do Inera, Rolf Hackbart, que não estava no prédio. Lá, ficaram espalhados por salas e pelo corredor, mas não tiveram acesso ao gabinete de Hackbart. Uma porta de vidro foi quebrada. Quando o grupo deixou o prédio, no fim da tarde, duas vitraças do térreo também foram destruídas.

Ainda assim, segundo ele, apenas 400 das 11 mil famílias acampadas em Minas pertencem ao movimento.

Na nota, o Inera informa que 133 famílias do MTL já foram assentadas em dois projetos no Triângulo Mineiro. Um dos dirigentes nacionais do movimento, Joséilton Ferreira da Silva, disse, no entanto, que o governo ainda não liberou o crédito habitacional nem recursos para instalação e produção das famílias, o que leva o MTL a não considerar concluído o processo de assentamento.

Guedes disse que um dos entraves para a liberação dos recursos habitacionais é a falta de documentação. A entidade indicada pelo MTL para fazer o plano de desenvolvimento dos assentamentos não entregou os papéis exigidos.

Cerca de 600 militares do MTL estão acampados há cinco dias numa área próxima ao estacionamento do Inera.

O advogado do movimento, José Raimundo Costa, disse ter sido agredido por policiais durante a ocupação do prédio. Ele já estava participando de reunião com Guedes, quando desceu até o térreo. Esse movimento, teria sido agredido e

priação de terras e o assentamento de famílias. Em quase dois anos de governo Lula, nenhuma família do MTL foi assentada — disse um dos dirigentes nacionais do movimento, Francisco Guimarães.

— O MTL não é um movimento representativo da luta pela terra. Mesmo assim, tem

um canal de diálogo com o Inera. Tivemos um acordo de que não haveria manifestação durante a reunião. É a primeira vez que isso acontece. Negociamos com 50 outros movimentos e nunca houve nada igual — disse Guedes.

À noite, o Inera divulgou nota condenando a ocupação do

prédio. Uma nova reunião entre dirigentes do Inera e do MTL foi marcada para hoje. O MTL é uma dissidência do MST e diz atuar em seis estados, representando cerca de 10 mil dos 170 mil acampado no país. Segundo Guedes, o movimento tem presença de fato apenas em Minas Gerais e Goiás.

Agricultores invadem fazenda

Heliane Frazão e
Itamar Mayrink

■ SALVADOR E BELO HORIZONTE. Cerca de 200 trabalhadores rurais ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram ontem de madrugada a Fazenda Rapa Pau, no município de Itajuípe, no sul da Bahia. A invasão se deu em represália ao proprietário da área, o fazendeiro Adriano Chafik Luedy, acusado de ser o mandante da chacina que vitimou cinco sem-terra no acampamento Terra Pretendida, do MST, na cidade mineira de Felisburgo.

— A ocupação é uma forma de protesto contra o massacre em Minas Gerais — disse Ivanildo Costa, líder estadual do movimento.

Ele alega que, embora a fazenda de cerca de 700 hectares já tenha produzido cacau, está improdutiva, com o mato alto. Costa afirmou também que a invasão tem o propósito de chamar atenção para a impunidade dos crimes praticados por fazendeiros.

No fim da manhã, policiais federais de Itiúba prenderam três suspeitos de participação no crime: Senilson Marcilio Santos, autônomo; Edvan Luís dos Santos, seguitança; e Washington Teixeira de Jesus, praticante de luta livre. Eles foram levados para Montes Claros (MG). A PF está fazendo buscas em todo o sul da Bahia, com o objetivo de localizar Adriano Chafik, que tem parentes e várias fazendas na região.

As armas apreendidas em Felisburgo que podem ter sido usadas pelos pistoleiros durante o massacre de cinco trabalhadores rurais chegaram ontem a Belo Horizonte e foram encaminhadas ao Instituto de Criminalística, onde serão periciadas.

CORREIO BRAZILIENSE

Passeata termina em confronto

LILIAN TAHAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Era para ser um protesto pacífico contra as reformas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Mas por iniciativa de uma parte dos manifestantes, a passeata de ontem na Esplanada dos Ministérios terminou em confusão. Vidraças do Congresso Nacional foram quebradas, carros amassados e dois estudantes ficaram detidos na Polícia da Câmara dos Deputados.

A passeata foi organizada por sindicalistas e contou com a participação de estudantes e de militantes do Partido da Solidariedade (P-Sol), a legenda criada pelos parlamentares expulsos do Partido dos Trabalhadores. A marcha era um protesto contra as reformas trabalhista, sindical, universitária e serviria também para pressionar a realização da reforma agrária.

Por volta das 9h, o grupo que se concentrava na Catedral caminhou em direção ao Ministério do Trabalho. Quando chegou em frente ao Congresso Nacional, os manifestantes, que somavam sete mil, se dividiram em dois grupos. O maior seguiu para o Ministério da Educação. O outro com cerca de 300 pessoas ficou no gramado em frente à Câmara dos Deputados e iniciou os protestos mais agressivos. Uma turma de

punks queimou uma bandeira dos Estados Unidos.

Muitos estudantes mergulharam no espelho d'água e passaram a provocar os policiais militares que faziam a segurança da Casa. Gritando palavras de ordem, como "a, e, i... vamos invadir", eles ameaçaram entrar no Congresso e acertaram com pedras as vidraças da Câmara, quebrando uma das peças. Os policiais foram atingidos com água e objetos pessoais dos manifestantes, como bonés e chinelos. Carros das equipes de televisão foram amassados.

Dois estudantes acabaram presos pela PM e encaminhados à Polícia da Câmara dos Deputados, onde prestaram depoimentos. Os policiais suspeitam que os estudantes estavam sob o efeito de drogas. Darius Emrani, 19 anos, de São Paulo e Thiago Madureira, 23 anos, de Sergipe, ficaram até às 17h detidos no Congresso e depois foram transferidos para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) para fazerem os registros das ações.

Batalhão

As prisões, no entanto, não intimidaram os manifestantes. Foi preciso a presença do batalhão de choque da Polícia Militar para pôr fim aos protestos. Os policiais não entraram em ação, mas, mesmo assim, os estudantes decidiram acompanhar o restante dos manifestantes, que

já estavam no MEC.

Por causa da passeata, uma das pistas da Esplanada foi fechada para permitir a passagem dos manifestantes e de três carros de som. O trânsito voltou ao normal por volta das 13h. "Apesar de uma minoria ter causado a confusão, a passeata foi vitoriosa porque demonstrou uma capacidade que temos de nos organizarmos", avaliou Márcia Barbosa, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

Em frente ao prédio do Ministério do Trabalho, os manifestantes fizeram críticas ao responsável pela pasta, o ministro Ricardo Berzoini, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ministro foi chamado de "pelegão" e o presidente Lula de "capacho" e de "traidor". Uma das principais críticas feitas à reforma sindical é a de que as mudanças vão enfraquecer os trabalhadores sindicalizados em detrimento do fortalecimento das centrais sindicais, que passam a ter maior poder de decisão.

Durante o trajeto da marcha, integrantes do P-Sol fizeram um mutirão por assinaturas. A legenda ainda não foi oficialmente constituída por não ter alcançado a marca mínima de adesões. Luciana Genro (RS), uma das fundadoras do partido, doutrinou os jovens com as posições do partido: "Vamos propor um projeto novo de país, com os trabalhadores, que passe pela ruptura com o FMI", discursou a deputada.

CPT critica governo federal

HÉRCULES BARROS

DA EQUIPE DO CORREIO

O último dia do evento *Conferência Nacional Terra e Água: Reforma Agrária, Democracia e Desenvolvimento Sustentável*, em Brasília, foi marcado por críticas à atual política econômica. E por vaias para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Durante os quatro dias de encontro, os dez mil sem-terra, pequenos agricultores e militantes de movimentos sociais reunidos no ginásio Nilson Nelson esperaram em vão pela visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "O governo tem sensibilidade para colher as nossas sugestões, mas tem que decidir para que lado vai acender a vela", afirmou Gilberto Portes Oliveira, secretário-executivo do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Segundo ele, 70% da

violência no Centro-Oeste ocorrem onde houve expansão da soja e da cana-de-açúcar.

"Se tivesse 12 mil empresários, Lula teria vindo aqui?", questionou o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino. O religioso falou sobre a importância dos movimentos sociais e a continuidade da luta agrária. O ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio também discursou ontem na conferência. Ele disse faltar a Lula vontade política para fazer a reforma agrária. Sampaio é um dos fundadores do PT e disse sempre ter acompanhado Lula. "Não consigo admitir que, depois de dois anos (de governo), tenhamos assentado menos que no governo anterior". O economista conclamou os trabalhadores sem-terra a irem para as ruas para conseguir fazer a reforma agrária. "Na rua, nós somos invencíveis", afirmou.

Feridos

À tarde, os camponeses saíram da conferência em marcha, rumo ao Banco Central. Por quase duas horas caminharam pelas principais ruas de Brasília. Na chegada ao banco houve mais vaia para o projeto econômico do governo. O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, ressaltou que o ato não era contra o "amigo Lula", mas não deixou de criticar o governo. "Mudar ministro e presidente do BC é fácil. Difícil é trocar política econômica."

Liderados pelo presidente da CPT, cinco representantes dos camponeses entraram no

prédio do BC. O grupo foi recebido por um funcionário do banco na entrada principal para protocolo simbólico do documento final da Conferência. Foi feito apenas registro de data e hora de recebimento do manifesto. No final do dia, um grupo de sem-terra tentou invadir a sede do Incra — dois policiais e dois manifestantes acabaram feridos.

A favor do sigilo

Numa ofensiva inédita na história das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), deputados aliados do governo tentaram ontem anular a sessão da CPI da Terra em que foi quebrado o sigilo bancário e fiscal de duas entidades ligadas ao MST. A abertura das contas da Confederação Brasileira das Cooperativas de Reforma Agrária e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola foi aprovada.

Os deputados petistas Adão Preto (RS) e Luci Choinacki (SC) e Jamil Murad (PCdoB-SP) alegaram ser falso o argumento que justificou a decisão, de que a PF teria investigado as duas entidades. "O que houve foi uma afronta", disse Preto. O deputado foi repreendido pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR): "V. Exa. não tem autoridade para fazer uma afirmativa leviana como esta".

“SE TIVESSE
12 MIL
EMPRESÁRIOS,
LULA TERIA
VINDO AQUI?”



*Dom Tomás Balduino,
presidente da Comissão
Pastoral da Terra*

Ata do Copom mostra que os índices de custo de vida e os aumentos nos preços nos supermercados continuam pressionando a taxa Selic, que foi elevada em 0,5 ponto percentual na semana passada

Sinal de nova alta dos juros

magalhães dos juro.

Na análise do chefe da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, a ata do Copom mostra que o circo de alta da Selic ainda não se esgotou, mas está próximo do fim. Os diretores do BC reconhecerem que a economia está desacelerando.

Freitas afirma que, segundo a ata, se o dólar ficar no atual patamar — abaixo de R\$ 3 — as expectativas de inflação ficarão mais próximas da meta de 5,1% para 2005. O principal recado do Copom, segundo o economista da CNC, é que a taxa básica de juros somente será reduzida no segundo semestre do ano que vem. Portanto, a Selic já está próxima de seu teto, limitado pela atividade da economia e pela dívida pública.

Meta

A cotação do petróleo recuou, o real valorizou-se em relação ao dólar e o crescimento da economia está mais acomodado. Ainda assim, a pesquisa feita pelo BC, junto a consultores e especialistas do mercado financeiro mostra que a projeção de inflação para 2005 está em 5,0%, acima dos 5,1%, que é o alvo estabelecido pela BC.

movido anteriormente no álcool praticamente estourou a projeção feita pelos diretores do BC de aumento de 9,5% nos combustíveis neste ano.

O problema é que, apesar de repercutir mais rapidamente na economia, o aumento da gasolina afeta uma parcela menor da população que utiliza automóveis e, por isso, tem impacto menor na inflação. O óleo diesel altera diretamente o valor de fretes e transportes coletivos, tem maior peso na inflação e leva até três meses para repercutir integralmente nos demais preços. Assim, o reajuste dos combustíveis influenciará o IPCA do início de 2005.

Outra fonte de preocupação do BC é a indefinição do comportamento do petróleo no mercado internacional. Além do petróleo, os diretores do Banco Central estão temerosos quanto à capacidade de o setor produtivo atender a demanda que tem crescido com o maior nível de atividade. Enquanto a utilização das plantas instaladas passou dos 80%, o maior nível desde 1998, alguns indicadores de investimentos para elevar a oferta mostram pessimismo. Para o BC, isso não pode ser interpretado como reversão da tendência de crescimento dos investimentos nas obras, diretores dizem que há espaço para sua ampliação.

Combustíveis

O reajuste da gasolina pode ser acomodado na inflação de 2004, que está projetada em 10%, abaixo do teto de 9%. Isso apesar de a ata mostrar que o reajuste par-

tiço porque o aumento repercutirá principalmente nos índices desde uma com impacto menor. No entanto, uma parcela ainda deverá influenciar a inflação do início de 2005.

O aumento ontem da Petróleo de novo repassar nos preços dos combustíveis é projetado para aliviar o BC, contribuindo para acalmar as expectativas em relação a inflação de 2005.

Do presidente do PDS, Roberto Santos, referindo-se a proposta de lutar com o dividir o governo com os partidos aliados.

“Frago crítica passividade do governo na área externa e cobra melhor gerenciamento da máquina pública. Genoino rebate e diz que ex-presidente tem “uma visão arrogante”

FHC ataca Lula, falta criatividade

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve “tomar uma posição ofensiva e ter uma visão econômica mais clara” na política externa. Cobrou também investimento

no setor da educação e disse que falta “criatividade” no gerenciamento da máquina pública. “Tempos que tomar uma posição ofensiva (no mercado internacional), ter uma visão econômica mais clara e, assim, ganhar mais força”, disse, após uma palestra na Associação Brasileira da Infra-

estrutura e Indústria de Base (Abidib), em São Paulo. “Eu esperava mais em termos de criatividade, sobretudo na área social e na parte gerencial, que aí está um pouco difícil”, afirmou.

Fernando Henrique rechaçou a possibilidade de concorrer à Presidência da República em 2006, mas citou como possíveis candidatos do PSDB os governadores Aécio Neves (MG) e Geraldo Azeiteiro (SP) e o senador Lasombra (PSDB-CE).

FHC voltou a dizer também que ninguém é imbatível em 2006. “Eu já ganhei do Lula duas

vezes e perdi para o Lameo (Quadrini). Não dá para prever o que vai acontecer em 2006”, disse, ressaltando que o PSDB é “o único partido que tem pessoas qualificadas para disputar as eleições em 2006”.

O presidente do PT, José Genoino, divulgou nota para rebater as críticas de FHC. “É a soberba de quem faz oposição sem se olhar no espelho”, disse Genoino. “O presidente Lula governa o país há dois anos. Estamos fazendo um esforço muito grande e já colocamos a casa em ordem”, explicou.

Violência marca p

Jovens se rebelam contra reforma universitária

PAULO DE TARSO LYRA E
SÉRGIO PRADO

BRASÍLIA – A reforma universitária levou cerca de cinco mil estudantes à Esplanada dos Ministérios, paralisando o trânsito durante toda a manhã de ontem. O sol forte e a vontade de protestar mais perto do Congresso – onde a proposta tramita, inclusive por medida provisória – fizeram com que duzentos deles se atirassem no lago em frente ao Comitê de Imprensa da Câmara. Com músicas de protesto, gritos de guerra, lemas antigos e o hino nacional, jogaram uma pedra no vidro do comitê, água nos policiais e tentaram virar um carro da Rede Globo de Televisão. Danificaram também um veículo do SBT e um carro particular. Dois deles acabaram sendo detidos pela Polícia Legislativa e até o fim da tarde, ainda não haviam sido liberados.

Os estudantes Darius Leva Emrani, 19 anos, de São Paulo, e Thiago Madureira Araújo, 23 anos, de Sergipe, foram detidos pela Polícia

que faz a segurança do Congresso. Nenhum dos manifestantes procurou notícias dos colegas detidos. Tampouco houve parlamentares interessados em pedir a liberdade dos dois estudantes. Os seguranças ainda estavam averiguando a participação deles no ato, já que a análise preliminar das fitas não comprovava se eles teriam ou não atirado a pedra no comitê ou danificado os carros da TV Globo, SBT e um veículo particular.

O protesto foi organizado pela União Nacional dos Estudantes. A passeata começou em frente à Catedral e chegou à rampa do Congresso. Rapidamente os estudantes cruzaram o gramado em frente ao Legislativo e se atiraram no lago.

– Não pago, não pagaria. Educação não é mercadoria – bradavam.

O movimento em direção ao Congresso desagrudou os organizadores do protesto. Do alto do carro de som, os estudantes Ronaldo Turvi, 23 anos, e Erin Conceição, 21, ambos da Ordem dos Estudantes da Universidade Federais de Pará e Bahia, Carolina, pediam aos colegas que não entrassem em confronto com a polícia e não jo-

gavam. “Não vamos fazer o Congresso. Para Bonafide, atitudes como essa só prejudicam o movimento.

– Deixem de ser idiotas – exasperou-se Erin.

Os gritos não eram ouvidos. Encharcados, os estu-

dantes brincavam de roda, atiravam águas nos policiais e nos carros estacionados. Em um determinado momento, o grupo deu as mãos e começou a caminhar em direção ao Congresso. O policiamento foi reforçado.

– O povo, um dia, jamais será vencido – gritavam, antes de cantar o Hino Nacional.

No meio do protesto, as reivindicações se revezavam. Havia bandeiras do PSOL, do MST e uma faixa contra a política dos Estados Unidos e de Israel em relação aos palestinos.

Os organizadores tentaram invadir o lago maior, mas foram contidos pelos policiais. Buscaram, então, virar os carros das emissoras de televisão, além de desferir chutes e murros aos veículos.

Mercadante reclama de excesso de MPs

BRASÍLIA – Diante de seis medidas provisórias que chegaram ao Senado com prazo vencido, precisando ser votadas imediatamente, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), fez um desabafo na tribuna da Casa ontem. Ele criticou o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo e disse que muitas delas são desnecessárias.

– Não me sinto à vontade para subir à tribuna e pedir à oposição para votar. Com que argumento vou convencer os senadores? Essa situação chegou ao limite. Como vou ser líder do governo nessas condições? – desabafou o senador governista.

De acordo com Mercadante, das 123 MPs editadas desde o início da gestão petista, 22% são inapropriadas e 25% discutíveis. Do total, somente 52% seriam indispensáveis. Segundo a Constituição, as medidas provisórias devem ser editadas em caso de matéria “urgente e relevante”.

As medidas provisórias trancam a pauta de

**Seis medidas
provisórias
foram
aprovadas
com ajuda
da oposição**

votações da Câmara após 45 dias de tramitação. A Câmara e o Senado

tem, no total, 120 dias para votar uma MP, senão perde a validade e é arquivada.

– Parte das medidas provisórias são dispensáveis, não considero urgentes nem relevantes. Poderiam ter sido evitadas porque prejudicam o papel do Legislativo, que é fazer leis – reclamou Mercadante.

O governo conseguiu aprovar ontem as seis MPs, mas dependeu mais uma vez da boa vontade da oposição, já que o Palácio do Planalto não tem maioria confortável na Casa. Devido à necessidade de votar as matérias imediatamente, o governo fica sem margem de manobra e sem condições para negociar.

As críticas ao excesso de medidas provisórias têm sido uma constante nos partidos de oposição. Nesta semana, quando havia 28 MPs trancando a pauta da Câmara, o PSDB e o PFL disseram que a partir de agora vão exigir a instalação de comissões mistas para analisar cada MP, conforme prevê o regimento das duas Casas, mas não costuma ser cumprido.

Outra queixa dos senadores é que a Câmara esgota todo o tempo de apreciação das MPs, então o Senado não teria a oportunidade de discutir as matérias. Mercadante propôs ontem a mudança no rito de tramitação das MPs. O líder do governo no Senado sugeriu que o tempo para a análise das matérias seja dividido entre as duas Casas do Legislativo, ficando, por exemplo, 80 dias para os deputados e 40 para os

KLAUS KLEBER*

Corrigir o real sobrevalorizado

O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, pôs o dedo na ferida no 24º Encontro Nacional dos Exportadores (Enaex), realizado esta semana em São Paulo. Furlan, experiente empresário, perito em comércio exterior, sabe que o real está sobrevalorizado e que isso pode afetar seriamente as exportações no próximo ano. Para contornar o problema, ele aconselhou os exportadores a fechar câmbio em outras moedas como o euro ou o iene. De fato, o euro bateu esta semana um recorde histórico de alta diante do dólar, sendo cotado a US\$ 1,32 e, em relação ao real, a moeda da eurozona está valendo R\$ 3,62. Exportar em euros, como em iene, pode ser eventualmente uma saída. O problema é que os importadores podem pleitear um desconto, pois não ignoram que o euro está valorizado e que os países da área do dólar, como o Brasil, poderiam obter mais lucros.

O que Furlan disse de mais importante não foi exatamente isso. Ele afirmou que a taxa atual do dólar cria uma boa oportunidade para que o Brasil recomponha as reservas cambiais. Com isso, o risco Brasil diminuiria. Traduzido em miúdos, o ministro afirmou que o Banco Central poderia comprar dólares no mercado e ir engordando as

reservas líquidas (descontados os empréstimos do FMI), que estão em US\$ 22,6 bilhões. E esse movimento, naturalmente, se refletiria na cotação da moeda americana, que iria progressivamente subindo. Para os industriais, como disse o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, seria muito bom se a cotação do dólar voltasse ao patamar de R\$ 3.

Na quarta-feira, o BC anunciou que vai comprar US\$ 2,998 bilhões no mercado. O presidente Lula endossou explicitamente essa política ao declarar que o dólar poderia variar na faixa de R\$ 2,90 a R\$ 3,10. Vê-se que, depois de um longo período, o BC passou a praticar uma política cambial ativa. Tudo muito lógico, mas o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do BC, Henrique Meirelles, pareciam envergonhados. Eles afirmaram que não é papel do BC monitorar o câmbio, como se tivessem de pedir desculpas aos monetaristas empedernidos, que acreditam piamente na livre flutuação do câmbio. Corrigir a sobrevalorização da moeda não é pecado capital nem fetiche nem passe de espiritismo. É um instrumento válido de política econômica, especialmente para um país em desenvolvimento, como o Brasil.

*Editor-chefe da Gazeta Mercantil

Escassez de peças no tabuleiro

Ao anunciar a primeira composição do ministério, há dois anos, o presidente Lula cercou-se de quadros sólidos do Partido dos Trabalhadores e pontuou a Esplanada dos Ministérios de representantes das legendas aliadas. Como faltaram algumas pastas para tantos nomes, fez proliferar o número de secretarias especiais para acomodar a todos a quem devia afetos pessoais e políticos.

De lá para cá, não foram poucas as mudanças. Naturais em qualquer gestão administrativa, elas carecem, no entanto, da necessária solidez que dê ao governo um perfil de eficácia.

Fechadas as urnas nas eleições municipais, surgiu a necessidade de se recompor a difícil costura política em que o governo se meteu. Sem bancada própria suficiente para ter maioria parlamentar na Câmara ou no Senado, o governo viu-se obrigado a fazer concessões aqui e ali. Novas concessões.

E passou a cultivar um problema de credibilidade junto aos que antes não tinham dúvidas de quem era o interlocutor. Tantas foram as conversas não concluídas, as promessas não realizadas, ou o adiamento na concessão de

benefícios previamente acertados, ainda que legítimos.

A política econômica tornou-se um entrave dentro do próprio PT, com as divisões internas se esgarçando e os debates cada vez menos disfarçados entre as diversas tendências.

Com a instabilidade interna, o governo partiu para buscar o apoio necessário nos outros partidos da base, tão ou mais divididos que o próprio PT.

Almoços, jantares, conversas consumiram horas de negociações. Fechada uma, bastava aparecer o resultado na mídia para que outras facções reivindicassem tratamento isonômico. Impossível quando se trata de política.

No balanço de perdas e danos, reduziu-se, ao longo dos últimos dois anos, os nomes em quem o governo pode confiar plenamente. Deixou isso claro ao bancar a emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado, sem perceber o desgaste que tal manobra gerou.

Cabe ao presidente Lula a decisão sobre a distribuição das peças no tabuleiro político para os próximos dois anos. Sem direito de errar.

Mandante de chacina tem fazenda invadida

SALVADOR – Cerca de 200 lavradores ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram ontem uma fazenda em Itajuípe (380 km ao sul de Salvador), pertencente ao produtor rural Adriano Chafik Luedy, acusado de ser o mandante e um dos executores da chacina de cinco sem-terra ocorrida sábado no município mineiro de Felisburgo.

Portando facões, foices e enxadas, os agricultores invadiram a área às 5h. Segundo o dirigente estadual do MST Evanildo Oronildo Costa, cinco homens armados que observavam a ação correram em direção a uma roça de cacau, atiraram e depois fugiram. Ninguém se feriu.

Os sem-terra tomaram as casas desocupadas dos empregados e conversa-

ram com os cerca de 15 arrendatários que trabalhavam em parte da propriedade. Ficou decidido que não haveria interferência entre os dois grupos.

Os invasores se reuniram em seguida para definir a formação de grupos de vigilância. Costa negou que os lavradores estejam armados:

– Só temos facões, enxadas e foices, que são os nossos instrumentos de trabalho.

A propriedade tomada chama-se Rapa Pau e tem cerca de 700 hectares. Segundo o MST, a fazenda possui plantações de cacau, mas é improdutivo devido à infestação de uma praga conhecida como vassoura de bruxa.

A invasão, de acordo com Costa, teve dois objetivos: pressionar a polícia a agilizar a investigação sobre a chacina

e pedir pressa ao governo no processo de reforma agrária:

– É preciso mais coragem para enfrentar o latifúndio.

O dirigente informou que vai solicitar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a vistoria da área. Disse também que, “dependendo do comportamento da Justiça e do governo”, outras duas propriedades de Adriano Chafik poderão ser tomadas.

– Não definimos o que poderemos fazer, mas para cada ação haverá uma reação. O latifúndio quer parar a reforma agrária no país com armas, mas o problema dos sem-terra não se resolverá com bala.

Folhapress

Movimentos sociais se distanciam do governo

Mais de 8 mil manifestantes criticam política econômica e reforma agrária

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – O centro de Brasília ficou vermelho ontem, com a marcha de mais de 8 mil manifestantes, a maioria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Eles encerraram uma semana de conferências em Brasília com um protesto ao lado da sede do Banco Central. Lá, vaiaram a equipe econômica e queimaram uma bandeira que misturava as cores dos Estados Unidos com o símbolo do Fundo Monetário Internacional (FMI), com direito a chuva de papel picado que caía das janelas do BC.

A marcha do MST e de outras 43 organizações expôs o que pode ser o início de um distanciamento entre os movimentos sociais e o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, conforme avaliação dos manifestantes. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que participou da marcha de ontem, realiza nova manifestação contra a política econômica de Lula, entre os dias 13 e 15 de dezembro, marchando entre Goiás e o Distrito Federal, em favor da recuperação do valor do salário mínimo.

Para os manifestantes que participaram da semana de conferências em Brasília, o governo Lula está pior do que a gestão de Fernando Henrique Cardoso em relação à reforma agrária. Um dos descontentes é o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, que redigiu o programa nacional de reforma agrária adotado por Lula. Em um discurso para os mais de 8 mil sem-terra que participaram da Conferência Nacional Terra e Água, Plínio afirmou que se considera companheiro de Lula, mas criticou o governo.

Não consigo acreditar que depois de dois anos tenhamos assinado esse O - governo do - Brasil - em

JOÃO PEDRO STEDILE foi um dos que protestaram em frente ao Banco Central, pelo governo Lula.

Os líderes do MST sugeriram que cá da sem-terra escrevesse uma carta a Lula, para demonstrar o sentimento frente à política de reforma agrária. O sem-terra José dos Santos Pereira, de Sandovalina (SP) afirmou que o governo de Fernando Henrique fez 96 assentamentos no Pontal do Paranapanema. "Nada você fez", escreveu José dos Santos para Lula.

Em várias cartas, os sem-terra revelam sua admiração e apoio a Lula, mas ao mesmo tempo expressam o medo do rumo da política econômica. A agricultora Rosineire Amaral, do Pará, não usou meias palavras na carta ao presidente: "Fique com a gente, o povo, não deixa o capitalismo te engolir."

- Se aqui tivessem presentes 12 mil empresários, será que Lula deixaria de vir? - perguntou dom Tomás à multidão, que o aplaudiu.

O principal líder do MST, João Pedro Stédile, afirmou que Lula continua sendo tratado como amigo, mas avisou que o movimento vai intensificar as manifestações contra a política econômica do governo. No manifesto entregue ao Banco Central e ao Palácio do Planalto, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, que congrega os movimentos sociais, diz textualmente que a política formulada por Fernando Henrique Cardoso, principal causa da pobreza e da desigualdade, foi mantida

- Não consigo acreditar que depois de dois anos tenhamos assinado esse O - governo do - Brasil - em

O presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dom Tomás Balduino, afirmou que a conferência desta semana marca o "descolamento" dos movimentos sociais do governo.

- Pode ser que agora a massa popular caminhe para a oposição - disse dom Tomás.

Estavam com presença confirmada e não compareceram para as palestras os ministros do Meio Ambiente, Marina Silva, o chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, o mais afinado com os movimentos sociais. Dom Tomás lamentou a ausência de Lula na conferência.

CUT participa da marcha e já programou a próxima

O aumento de outubro foi insuficiente para absorver a escalada da cotação internacional do petróleo. A Petrobras reajustou novamente os combustíveis nas refinarias. O diesel subiu 10% e a gasolina, 7%. O consumidor pagará 2,5% e 6,5% a mais, em média, pelos respectivos litros. O Banco Central avalia que a pressão do preço do petróleo no mercado estrangeiro representa uma ameaça inflacionária, o que pode intensificar a trajetória ascendente dos juros, sinaliza a ata da última reunião do Comitê de Política Monetária. **PÁG. A17**

Acordo faz votação do Orçamento avançar

A votação do Orçamento da União para 2005 saiu da inércia. A aprovação do relatório preliminar pela Comissão Mista do Congresso veio depois de o relator Romero Jucá aumentar de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,5 milhões o valor das emendas por parlamentar. Aos governadores, o afago em vista é compensação pela desoneração das exportações. **PÁG. A3**

Mapa social expõe os contrastes da capital

O perfil econômico e social do Distrito Federal é de contrastes claros: mais perto do coração de Brasília, mais riqueza, qualidade de vida e segurança. À medida em que nos afastamos da capital, caem todos os indicadores, como atesta a primeira Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio, realizada pela Secretaria de Planejamento em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central. **PÁG. D5**

MAFIOSO AMERICANO É PRESO EM COPACABANA

11/11

**SERGIO PARDALASE
PAULO DE TARSO LYRA**

BRASÍLIA – O chefe da Casa Civil, José Dirceu, anda insone. Confidenciou a amigos próximos que está se sentindo infeliz no governo. Dos rumos da área econômica a estratégia de articulação política, nada lhe soa satisfatório. Sepultada a emenda da reeleição e quase afastada a hipótese de retornar a função de coordenador político, fato com o qual não se conforma, Dirceu começa a avaliar a possibilidade de reassumir o mandato de deputado, a fim de concorrer à Presidência da Câmara no próximo ano.

– Aldo é da cota do presidente, não do PC do B. Lula já avisou que ele não sai da articulação política. Dirceu não está satisfeito e enxerga a presidência da Câmara como alternativa – contou um deputado petista próximo a Casa Civil.

O sinal verde teria sido dado pelo presidente Lula na reunião com os ministros petistas, na segunda-feira à noite. De acordo com alguns dos presentes, o presidente teria manifestado a vontade de deslocar um ministro do PT para o cargo. E para Lula, Dirceu seria o único nome petista capaz de acabar com a briga de força no partido pela sucessão de João Paulo.

– Tentam vender a imagem de que a bancada petista ficaria destruída em uma disputa para a presidência da Câmara. Mas conheço vários deputados, inclusive do campo majoritário, que não aceitariam uma imposição maliciosa. É uma situação explo-

– Ao indicar Dirceu para a presidência da Câmara, a intenção do presidente é evitar que o ministro agregue o PT ainda mais contra a política econômica comandada por Antônio Palocci. Petistas íntimos do Planalto tecem elogios ao chefe da Casa Civil. E até a esquerda atual de Dirceu sou muito melhor aos ouvidos dos petistas históricos do que a fala de Palocci.

– É evidente que a vinda de Dirceu para cá daria uma chacoalha-

da na Casa e no próprio partido – reconheceu o deputado Chico Alencar (PT- RJ).

A solução, contudo, pode se transformar em problema. Com o vice-presidente José Alencar acumulando a função de ministro da Defesa.

Setevidora do PFL se encontra ao lado de Palocci para garantir a liderança da sucessão presidencial. Comandar uma das Casas do Legislativo pode até ser mais atrativo do que comandar um ministério. Um petista histórico reconhece que, neste caso, Dirceu ficaria ainda mais forte.

Dirceu Passos acredita que, se Dirceu for nomeado ministro, ganhará força e se tornará o líder do partido no Senado. José Sarney (PMDB-PA) já se retirou da cota de comando da sucessão no Senado. Acadafila que passa, ganha força e se torna o líder do partido no Senado.

leção. Afinal, na Casa Civil ele perdeu a articulação política e a tarefa que tanto apreciava.

– O Dirceu faz o jogo dele. Tem muito mais controle político e muito mais inteligência e maquiavelismo que João Paulo. Se resolver comandar o Palácio, não vai ter problema.

Palocci não quer que Dirceu seja nomeado ministro da Defesa. O que poderia acontecer da reeleição seria a compensação ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-PA), a retirada da cota de comando da sucessão no Senado. Acadafila que passa, ganha força e se torna o líder do partido no Senado.

Basílio acredita que Dirceu ficaria ainda mais forte no Senado. José Sarney (PMDB-PA) já se retirou da cota de comando da sucessão no Senado. Acadafila que passa, ganha força e se torna o líder do partido no Senado.

Passada dos Ministérios. A oposição vive com bons olhos pelo Palácio do Planalto, passaria a ser a filiação da senadora ao PMDB. Rosciana poderia assumir o Ministério das Cidades ou do Planejamento. A senadora, no entanto, **Roseana** não quer a hipótese de voltar a trabalhar no Palácio.

Roseana não quer a hipótese de voltar a trabalhar no Palácio. Não existe essa possibilidade – afirma a senadora.

Admite que, se Dirceu for nomeado ministro, ganhará força e se tornará o líder do partido no Senado. José Sarney (PMDB-PA) já se retirou da cota de comando da sucessão no Senado. Acadafila que passa, ganha força e se torna o líder do partido no Senado.

A liderança do PFL na Câmara, entretanto, já admitiu a possibilidade de Rosciana sair do partido.

– Se nós fossemos o PMDB, nos sentiríamos ultrajados pelo governo, porque não está sendo contemplado o nosso partido – afirma o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Para Aleluia, se houver a escolha de um nome inadequado para presidir a Casa, haverá uma insubordinação parlamentar, pois não se deve enviar emissários para comandar o poder legislativo.

A liderança do PFL na Câmara, entretanto, já admitiu a possibilidade de Rosciana sair do partido.

– Se nós fossemos o PMDB, nos sentiríamos ultrajados pelo governo, porque não está sendo contemplado o nosso partido – afirma o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Para Aleluia, se houver a escolha de um nome inadequado para presidir a Casa, haverá uma insubordinação parlamentar, pois não se deve enviar emissários para comandar o poder legislativo.

Combustíveis voltaram a subir

Petrobras anuncia novo reajuste e alta prevista para o consumidor é de 2,7% na gasolina e 6,5% no diesel

MONICA MAGNANINI E JULIA RIBEIRO

A Petrobras anunciou, ontem, reajuste médio de 7% nos preços da gasolina e de 10% para o diesel, na refinarias, que começou a vigorar desde a meia noite de hoje. Nos postos, conforme projeção da Federação Nacional dos Combustíveis (Fecombustíveis), a alta média para a gasolina será de 2,5%, equivalente a R\$ 0,054 por litro, e de 6,5% para o diesel, que corresponde a R\$ 0,10 por litro. Com os impostos, como a Cide e PIS/Cofins, o preço da gasolina subirá 4,2% e o do diesel 8%. O aumento, conforme avaliação de economistas da Tendências, não terá impactos significativos sobre a inflação de 2005, como temiam os analistas de mercado e o próprio Banco Central.

— A alta ficou concentrada em dezembro e haverá pouco resíduo para 2005 — avalia a especialista em inflação da Tendências, Ana Paula Almeida. Isso porque a data do reajuste coincide com o início da coleta do IPCA relativo ao mês de dezembro. Em outras palavras, a maior parte do impacto, de 0,14 ponto percentual, será absorvida ainda este ano.

— Esse reajuste está em linha com o que o mercado esperava — afirma. As projeções da consultoria para o IPCA de 2004 aumentaram 1 ponto percentual, saindo de 7% para 7,1%.

O aumento de preços dos combustíveis em 2004 ficará em cerca de 12%, conforme Ana Paula, acima dos 9,5% estimados pelo Banco Central. As perspectivas para o próximo ano são positivas, mantida a conjuntura atual, tanto para o câmbio quanto para a evolução do petróleo, o que poderá levar a uma alta para baixo das estimativas de inflação para 2005

Reajuste não deve ter impacto sobre inflação em 2005

por parte dos analistas.
— O cenário ainda não está definido, mas não se espera por pressões muito significativas — disse.

Tra-a-se do reajuste anunciado pela Petrobras este ano. O último havia sido em 14 de outubro, quando a gasolina subiu 2,4% e o diesel avançou 4,8% nas refinarias, o que levou a reajuste médio de 1,6% e 3,8%, respectivamente, nas bombas. Ainda assim, os aumentos, conforme avaliação dos analistas, foram insuficientes para atingir a paridade em relação à cotação internacional. Segundo o analista Marcelo Mesquita, do banco suíço UBS, para tanto, seria preciso um aumento de 9% na gasolina. Já para o diesel, a alta ficaria em, apenas, 5%.

Ontem, a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, afirmou que o aumento será o último do ano e que não deverá haver novas altas nos primeiros meses de 2005.

Os reajustes anunciados ontem são para os combustíveis vendidos nas refinarias. Depois disso, são misturados ao álcool para comercialização, fazendo com que o repasse para o consumidor fique abaixo do valor anunciado.

O presidente da Fecombustíveis, Gil Sinfio, destacou que na projeção de 2,5% não está incluso o aumento de 10% do álcool anidro, que representa 25% na composição da gasolina. Sinfio calcula que o aumento na gasolina deve estar na média de 3,5%, considerando o aumento do álcool anidro no preço da semana e que ao longo do ano já subiu 50%. O impacto maior, de acordo com Sinfio, será no diesel, que no mês passado sofreu uma alta de 5%.

João Carlos Areosa, estudante de Direito que usa o carro diariamente até o Centro reclamou da decisão da Petrobras.

— Os aumentos estão extrapolando o limite da minha paciência. Já pensava em colocar gás natural e esse reajuste reforçou o meu plano. Custou R\$ 50 reais por semana em gasolina. Vou sentir no bolso — desabafou.

Copom sinaliza alta dos juros

Art. 88

ATA EVOLUI
COMENTÁRIOS SOBRE
REAJUSTE DA GASOLINA

JANANA LEME

4.000 mil dos combustíveis

10% Diesel

7% Gasolina

10% Diesel

5,3%

5,2%

AUMENTO NO ANO

Na refinaria - 12%**

* Expectativa da Fecombrasil para o reajuste nos postos

** Expectativa da consultoria Tendências



BRASILIA - O Banco Central (BC) deu de ombros às críticas sofridas no mês passado e, novamente, sinalizou que os juros reais deverão ficar ainda mais salgados em dezembro e janeiro. O grupo econômico responsável pelo reajuste da última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom) de Política Monetária (Copom) ocorreu na semana passada. A ocasião, o grupo aumentou os juros em 0,5 ponto percentual, de 16,75% para 17,25% ao ano.

O Banco Central avalia que a economia brasileira registra "alguma" desaceleração nos últimos meses, mas avisa que o crescimento não foi afetado pelo aumento das expectativas para o ano do centro da taxa de 3%. Por isso, o BC acredita que, no caso de alta gradual da taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) deve custar menos para o governo se internacionalizar a dívida pública e buscar empréstimos no exterior. A expectativa para o ano do centro da taxa de 3% é considerada baixa, pois o BC prevê uma desaceleração da inflação.

Membro do grupo econômico responsável pelo reajuste dos juros reais para o ano do centro da taxa de 3% é considerado baixo, pois o BC prevê uma desaceleração da inflação.

acordo foi mantido em 9,8%, mas não houve socorridos desta vez. Isso se justifica pelo crescimento de 10% em novembro, passando de 8,8% para 9%, já as tarifas de energia elétrica residencial foram reduzidas para 10,2%, ou 1,3 ponto percentual a menos do que o planejado em outubro.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Conforme a ata, a comissão da equipe econômica é justificada pelo comportamento da inflação. O BC reconhece que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar 2004 acima do centro da meta de inflação, e apontado em 4,5%, o que não vale para o período de recolhimento para o Brasil em 2004. No mercado, as ações ficaram em torno de 10%, o que é considerado de um lado, aproximado de 10%, para este ano, para 2005, as ações devem estar em torno de 5,0%.

Crédito e Financiamento (Tenacifé). José Arthur Assunção, "é muito importante o BC deixar claro que poderá optar por uma elevação mais consistente dos juros se julgar necessário".

No mundo da economia real, a percepção foi que o Copom não tem o mesmo cuidado em ser ortodoxo ao escrever a ata, como demonstra ao fixar os juros.

— Não podemos concordar com o que está escrito. Alguns podem pensar que, pelo menos, o BC não deixou surpresas para o futuro, mas a verdade é que isso influencia as expectativas de todos os investidores, inclusive dos empresários — observou o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio), Abram Szajman. — É essa decisão de juros maiores se será refletida na economia 90 dias depois da alta. Como os juros estão subindo desde setembro, vamos assistir o efeito da decisão do BC até fevereiro.

Comunicado de Souza e Vicente Monteiro

Fraudes no programa Bolsa-família se espalham pelo Estado

Mais três municípios entraram no mapa de irregularidades no cadastro de beneficiados pelo programa federal de renda mínima Bolsa-família. Além de Sapucaia do Sul e Esteio, já retratados em ZH, também em Pelotas, Santa Cruz do Sul e Cachoeirinha foram localizados indícios de fraudes.

São nomes de pessoas que aparecem mais de uma vez no cadastro ou homônimos cujos dados diferem em pouco dos titulares. As denúncias preocupam o diretor de gestão do programa, Sérgio Paganni: "O número de duplicidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro". **Página 48**

Aumento de 7% da gasolina é o terceiro do ano

ZERO HORA

Data 26/11/04 Pág. _____

de Cachoeirinha, Pelotas e Santa Cruz têm cadastros duplos

Aumentam indícios de fraude no Bolsa-família no Estado

HUMBERTO TREZZI

O descontrole na aplicação do programa federal de renda mínima Bolsa-família fica mais evidente a cada dia.

Depois de revelar irregularidades em Sapucaia do Sul e Esteio, Zero Hora comprovou ontem a existência de duplês no cadastro de beneficiados pelo programa em outros três municípios: Santa Cruz do Sul, Pelotas e Cachoeirinha.

DESVIOS NO
FOME ZERO

São nomes que se repetem ou, pior, homônimos cujos dados diferem em pouco dos titulares do cadastro e que simplesmente não existem. Eles estão habilitados a sacar dinheiro do programa.

Em Cachoeirinha, ZH encontrou entre os nomes duplicados, no cadastro de 2.379 famílias contempladas pelo Fome Zero, o caso de Sandra Regina Arbelo da Luz, que mora num casebre da Vila Regina. Ela recebe R\$ 80 por dois filhos. Na lista do Bolsa-família, porém, está Sandra Arbelo (com uma só letra a mais) e com filhos nascidos na mesma época também está habilitada a receber. Mais curioso é o caso de Olina Pinto da Rosa e Olinda Pinto da Rosa, mulheres quase homônimas que deveriam residir no número 12 da Avenida Flores da Cunha. O número não existe.

As autoridades ainda não sabem explicar se ocorreu erro ou fraude. Nem quem inventou estes nomes-

Contraponto

responsável pelo cadastro em Cachoeirinha, onde ZH também flagrou problemas:

"Acontecem muitos erros, mas não acredito em fraude. Sei de gente que aparece quatro vezes no cadastro, mas é porque tinha se cadastrado antes em outro programa federal. Simplesmente migrou. Se agora aparecem pessoas com nomes diferentes, no mesmo endereço ou em endereço inexistente, pode ser fraude. Vamos investigar."

fantasmas. A hipótese de que os cadastros-dublês tenham sido criados propositalmente para sacar dinheiro indevidamente cresceu, admite o diretor de gestão do Bolsa-família no Ministério do Desenvolvimento Social, Sérgio Paganni. Pelo menos no caso de Sapucaia.

O número de duplicidade de nomes parece muito elevado para ser um simples erro. Oficamos o prefeito da cidade para que explique como tantas pessoas com nomes e dados iguais conseguiram se cadastrar.

A prefeitora de Sapucaia do Sul pretendia suspender hoje o pagamento do Bolsa-família, até recadastrarem todos os beneficiados. Mas o governo federal deu prazo de 30 dias para que as pessoas se recadastram, antes de cortar o benefício.

Os primeiros indícios são de que o governo pagou duas vezes uma para um fantasma, em grande par-

te dos casos revelados por ZH. Um dos indícios que aponta para a fraude é que os duplês têm diferentes Números de Inscrições Sociais (NIS, criado para que se habilitem aos programas). Isso significa que apresentaram cartelas de identidade diferentes para se inscrever. Nestes casos, afirma Paganni, agraram de maíste. "A esperança dele é que a Caixa Econômica Federal tenha identificado e bloqueado os duplês antes de pagá-los."

Mais de 300 mil cartões já foram bloqueados

Zero Hora procurou estes duplês, nos endereços declarados. Invariavelmente, um beneficiado existe, e o outro, não. Quem ficou com o cartão sobressaente, nos casos em que ele foi criado? O governo federal nem as prefeituras sabe ainda explicar. Com ajuda da Controladoria-Geral da União (CGU), desde maio foram bloqueados mais de 300 mil cartões-dublês no Brasil.

Não é a primeira falha - ou crime - envolvendo o Bolsa-família flagrada por ZH. No início do mês, o jornal comprovou que pessoas de classe média (muitas delas com carro na garagem e máquinas agrícolas na propriedade) recebem o dinheiro do programa federal, que deveria ser apenas para famílias com renda per capita inferior a R\$ 100.

humberto.trezi@zerohora.com.br

Para as reportagens deste artigo, consulte os desvios no Bolsa-família em zh.clicrps.com.br

OPINIÃO

Começou a eleição de 2006 (3)

Um ilustre dono de agência de pesquisa fez a afirmação enfática de que Lula será invencível em 2006. Nem Nostradamus teria a audácia de fazer previsão tão temerária, tão longe do pleito, em tempo sujeito a chuvas e trovoadas, como se prenuncia. Lula hoje dispõe de prestígio pessoal que nunca se viu outro presidente da República possuir, salvo Itamar no fim do seu governo, 84%, depois do êxito do Plano Real. Porém, não se pode confundir prestígio pessoal com aprovação de governo ou vice-versa. Marta teve seu governo aprovado e levou uma surra. Lula tem altos índices individuais e a seu redor os ovos e tomates começam a voar. A primeira vez, quando foi prestigiar um candidato afinal derrotado em Curitiba. A segunda, recentemente em Maceió, quando sua reforma universitária foi saudada por vaias e objetos voadores.

Estamos longe do pleito e na metade do governo. Até agora não se viu muita coisa realizada. Bem pouco, aliás. A política econômica produziu um resultado prático, estancando a inflação e equilibrando as contas internas, com redução de juros, inicialmente. De tempos para cá, o próprio governo desmoralizou-a, demonstrando desconfiança no sistema, com a alta mensal dos juros, que elevou a dívida pública em R\$ 5 bilhões este mês. Se os juros aumentam, idem a desconfiança dos investidores. Assim não dá.

De repente, o progresso que começara seu caminho parou e começou a balançar, estabilizado. O desemprego caiu, consolidou-se e, agora, só melhora em função da sazonalidade do Natal. O comércio também estancou. Os programas sociais redundaram em absoluto fracasso. O Fome Zero virou zero zero. Não houve

nada salvo muito blablablá. As bolsas-escola e família viraram bolsas-escândalo, porque o governo se mostrou inepto no planejamento, entregando às prefeituras o controle. Finalmente, a desmoralização instalou-se com a comprovação de que o suado dinheiro público estava realmente indo parar nas mãos de quem não necessitava.

E claro que os prefeitos coniventes que permitiram se instalasse a bandalheira no sistema deveriam ser processados por peculato, porque deram o dinheiro público a quem não deviam, e nada aconteceu. As bolsas passaram a ter caráter eleitoreiro. Também quem recebeu indevidamente não foi processado. A bolsa escola e a outra para ajudar quem não tem renda estão sendo pagas a quem tem emprego certo, carro na garagem, etc. Muitos dos prefeitos responsáveis ou eram do PT ou aliados do dito. Nada aconteceu. Vamos continuar assistindo ao triste espetáculo, porque medidas preventivas não foram tomadas ou são incipientes.

Lula foi eleito por si mesmo e pelo seu programa. Ele continua ele, nada de novo, a não ser sua veia esportiva, tão filmada pela mídia oficial, e sua oratória, tão eclética porque envolve com sabedoria todos os assuntos, por mais complexos que sejam. Nunca se viu orador tão eclético! Fantástico é o número de discursos. Talvez mais que a soma de todos aqueles pronunciados pelos vários presidentes desde a proclamação da República. Jamais se viu tanto amor ao microfone e versatilidade!

Mas e as obras anunciadas no seu programa que representaria o grande espetáculo do crescimento? Nada se viu até agora. Os portos continuam emperados porque a tecnologia não chegou até eles. As estradas continuam uma lástima e nem sequer a privatização foi tentada, já que o Executivo não tem ca-

pacidade para melhorá-las. Energia ameaça, segundo os técnicos, outro apagão, se novas fontes não forem produzidas. A exportação pode sofrer uma trombada com os problemas que a economia chinesa está prenunciando. A indústria e o comércio estão sem crédito, e sem crédito não progredem, havendo até ameaça de ficarem nos níveis em que estão e conduzirem a uma alta de preços. O funcionalismo está aviltado com seu salário reduzido; os militares idem. As Forças Armadas com seus equipamentos obsoletos. Afinal, o que aconteceu até agora além de nada?

Como afirmar, nesta altura, que a reeleição de Lula são favas contadas? A análise das eleições conduz à idéia de que o voto foi valorizado pelo povo, que não está aprovando a república dos amigos. Afinal, ministério de 35 membros e uma centena de conselhos inúteis (apenas para dar acolhida aos companheiros derrotados) conduzem a uma bateção de cabeça que a nada conduz. Ainda mais quando se vê que a base do governo começa a desmoronar, com o PMDB envergonhado do seu triste papel, querendo buscar sua redenção política fora do governo, com nova personalidade. Vamos ver o que vai acontecer no dia 12 de dezembro. No tal conselho social, se cada um falar dez minutos, vão gastar dez horas de discussão — por assunto!

Realmente, a eleição 2006 começou. Os partidos vão-se reorganizando (PPS e + PDT), convenção do PMDB, reforma partidária, etc. Após a posse dos prefeitos, a coisa vai esquentar. Afirmar que Lula está reeleito — é imbatível! — é tão lotérico quanto acertar na Mega-Sena. Ele terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição. Quem viver verá!

UMA EMPRESA CHAMADA MINAS

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada

José Edward e Cynara Menezes

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: de país de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes. "A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira", diz o economista Raul Veloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Distrito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja, com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles, São Paulo, Acre, Amazonas, Espírito Santo,

Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador deparou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse em todos os projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de ges-

Choque de resultados

A situação de Minas Gerais antes e depois das reformas de Aécio Neves

ANTES

- O estado apresentava déficit orçamentário de 2,4 bilhões de reais. Todos os meses, fechava suas contas devendo 200 milhões de reais
- Minas era, entre os principais estados brasileiros, o único sem crédito no exterior
- A folha de pagamento de pessoal comprometia 74% da receita líquida do estado
- Não havia estímulos para o bom desempenho dos servidores, incluindo os das áreas fiscal e tributária

Déficit zero. A receita do estado é suficiente para arcar com suas despesas, incluindo o pagamento de juros da dívida

Só o Banco Mundial já aprovou um empréstimo ao estado no valor de 170 milhões de dólares — e sem exigência de contrapartida

Com os cortes de pessoal, o comprometimento da receita com a folha de pagamento caiu para 59%

Ao nomear gestores específicos e estabelecer metas para eles, o governo obteve um aumento de 17% na arrecadação — sem aumento de impostos

Oficinas mecânicas da polícia serão terceirizadas: menos despesas para o governo e mais policiais na rua

ção baseado no uso de ferramentas semelhantes as utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes — em vez de se cercar de compadres ou aliados políticos — e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3.000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo — o que acabou por reduzir o seu próprio salário (de 19.000 reais para 10.500 reais ao mês) e, conseqüentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 59%. “Só com o fechamento de alguns ramos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antonio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Promulgada em 2000, ela prevê punições — que vão da perda do cargo a prisão — para governantes que praticarem malversação de recursos, elevarem gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 60% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100.000 funcionários, modernizou o processo de compras

do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista. Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

Em busca do equilíbrio

Algumas das medidas tomadas por Minas para zerar seu déficit já são praticadas em outros estados

O QUE MINAS FEZ

- 1 Reduziu o número de secretarias
- 2 Enxugou a folha de pagamento de funcionários
- 3 Fixou teto salarial para o Poder Executivo*
- 4 Extinguiu grande número de cargos e benefícios
- 5 Instituiu o pregão eletrônico**
- 6 Implantou o sistema de reajuste salarial por mérito

* A medida reduziu o salário do governador e, conseqüentemente, o dos ocupantes de cargos inferiores.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuíram métodos relativamente simples de gerenciamento — como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo

O QUE OUTROS GOVERNOS ESTÃO FAZENDO (situação orçamentária projetada para 2004)



é assegurar que a aquisição de produtos e a contratação de serviços só sejam efetivadas se houver reserva orçamentária correspondente e dinheiro em caixa. Ao garantir aos fornecedores que a despesa será quitada no prazo acertado, eles não precisam embutir taxas de risco sobre os preços e até se dispõem a conceder descontos. "No governo de Minas, proibimos a emissão de cheques pré-datados", compara Aécio Neves.

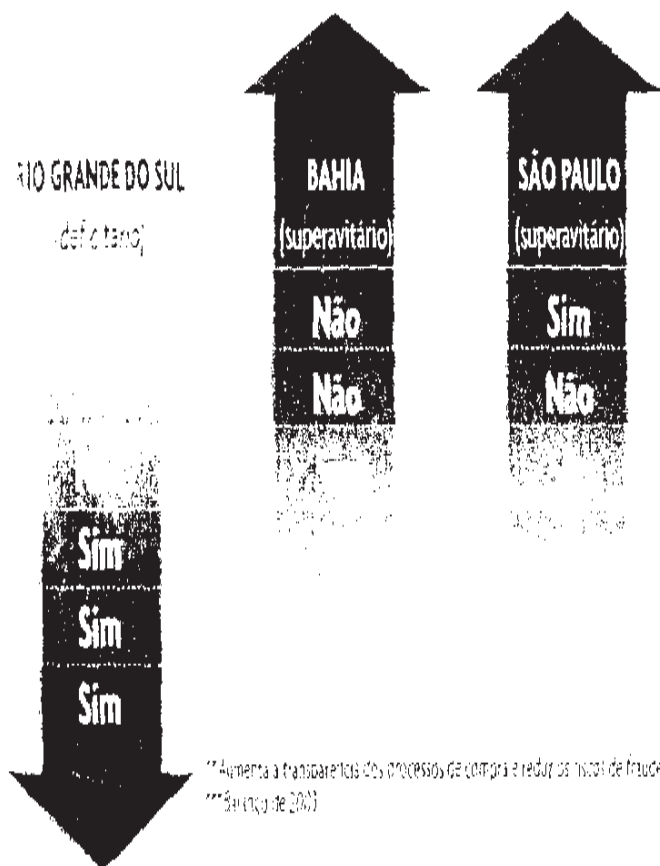
Só a obrigatoriedade de realização de pregões para as aquisições feitas pelas repartições públicas gerou uma eco-

nomia de 144 milhões de reais para os cofres públicos. Para quitar a dívida de 1,3 bilhão de reais com fornecedores, herdada da gestão anterior, o governo instituiu uma forma de leilão público que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiro o credor que oferece ao governo o maior desconto. Outra medida simples, mas de retorno garantido, deverá ser implantada em breve. O estado está fazendo uma licitação para terceirizar a gestão da frota da polícia. Continuará a comprar os carros, mas deixará sua manutenção por conta de

empresas privadas. Dessa forma, poderá desativar parte de suas oficinas mecânicas e transferir para funções de policiamento os quase 100 PMs que hoje se ocupam com o conserto, desamassamento e pintura de veículos. O dinheiro economizado será suficiente para au-

mentar em 24% o número de viaturas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao ajustar as contas de seu estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento, e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos. O saneamento de Minas — cuja credibilidade internacional era zero desde a moratória decretada por Itamar Franco, em 1999 — levou, por exemplo, o Banco Mundial a tomar uma decisão inédita em sua história: vai liberar 170 milhões de dólares para financiar projetos no estado sem exigir do governo nenhuma contrapartida financeira, como é praxe nas instituições de fomento. "A contrapartida serão as práticas de boa governança, que já estão sendo executadas", explica o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas. Equilíbrio fiscal, como se vê, não serve apenas para exibir contas que fechem, mas, sobretudo, para aplainar o terreno para que o Estado possa cumprir melhor seu papel: o de atender às demandas sociais e criar condições para a prosperidade da população. ■



Brasil

MA EMPRESA MADA MINAS

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada

José Edward e Cynara Menezes

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: depois de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes. "A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira", diz o economista Raul Velloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Distrito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja: com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Amapá, Amazonas, Espírito Santo,

Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador deparou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de ges-

Um que de resultados

A situação de Minas Gerais antes e depois das reformas de Aécio Neves

ANTES

- 1 O estado apresentava déficit orçamentário de 2,4 bilhões de reais. Todos os meses, fechava suas contas devendo 200 milhões de reais
- 2 Minas era, entre os principais estados brasileiros, o único sem crédito no exterior
- 3 A folha de pagamento de pessoal comprometia 74% da receita líquida do estado
- 4 Não havia estímulos para o bom desempenho dos servidores, incluindo os das áreas fiscal e tributária

AGORA

- 1 Déficit zero. A receita do estado é suficiente para arcar com suas despesas, incluindo o pagamento de juros da dívida
- 2 Só o Banco Mundial já aprovou um empréstimo ao estado no valor de 170 milhões de dólares — e sem exigência de contrapartida
- 3 Com os cortes de pessoal, o comprometimento da receita com a folha de pagamento caiu para 59%
- 4 Ao nomear gestores específicos e estabelecer metas para eles, o governo obteve um aumento de 17% na arrecadação — sem aumento de impostos

Oficinas mecânicas da polícia serão terceirizadas: menos despesas para o governo e mais policiais na rua

o baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes — em vez de se cercar de compadres ou aliados políticos — e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3 000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo — o que acabou por reduzir o seu próprio salário de 19 000 reais para 10 500 reais ao mês) e, conseqüentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 9%. “Só com o fechamento de alguns atos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antônio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Pro-

mulgada em 2000, ela prevê punições — que vão da perda do cargo à prisão — para governantes que praticarem malversação de recursos, elegerem gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 50% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100 000 funcionários, modernizou o processo de compras do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuíram métodos relativamente simples de gerenciamento — como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo

Em busca do equilíbrio

Algumas das medidas tomadas por Minas para zerar seu déficit já são praticadas em outros estados

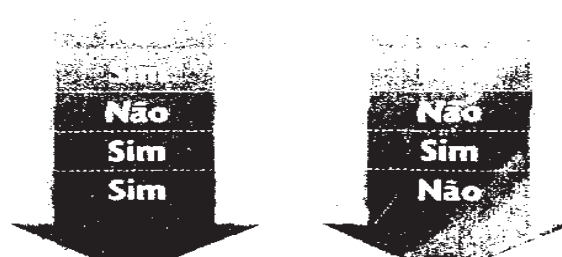
O QUE MINAS FEZ

- 1 Reduziu o número de secretarias
- 2 Enxugou a folha de pagamento de funcionários
- 3 Fixou teto salarial para o Poder Executivo*
- 4 Extinguiu grande número de cargos e benefícios
- 5 Instituiu o pregão eletrônico**
- 6 Implantou o sistema de reajuste salarial por mérito

O QUE OUTROS GOVERNOS ESTÃO FAZENDO (situação orçamentária projetada para 2004)

MATO GROSSO
(deficitário)***

RIO DE JANEIRO
(deficitário)



* A medida reduziu o salário do governador e, conseqüentemente, o dos ocupantes de cargos inferiores.

Rabinovich estuda saída do capital da Vicunha

Declarado

...a saída do capital da Vicunha...

...a saída do capital da Vicunha...

...a saída do capital da Vicunha...

OMC proporá ao Brasil corte de tarifas

Assis Moraes

...a saída do capital da Vicunha...

El Paso continuará fornecedora de energia a Manaus

Letícia Coimbra

...a saída do capital da Vicunha...

Bradesco e Casas Bahia se aliam

Maria Cristina Carvalho

...a saída do capital da Vicunha...

Nestlé deixa de vender a água Pure Life no país

Matt Lino

...a saída do capital da Vicunha...

Kitchens e Ornare viram concorrentes

Daniela D'Ambrosio

...a saída do capital da Vicunha...

Correção do IR, longe da inflação

Marta Valfimbo e Sérgio Lima

...a saída do capital da Vicunha...

...a saída do capital da Vicunha...

...a saída do capital da Vicunha...

Banco Santos só terá "solução de mercado"

Declarado

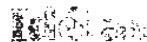
...a saída do capital da Vicunha...

...a saída do capital da Vicunha...

Lemann está entre os mais ricos da Suíça

Assis Moraes

...a saída do capital da Vicunha...



Cláudia Sáfadi

Marco Garcia

Roseana e Pedro Henry
(PP) são considerados nomes certos

Lula quer reforma pronta antes da convenção

**Cristiano Romero, Maria Lúcia
Delgado e Taciana Collet**
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fechar um acordo com o PMDB antes mesmo da convenção nacional do partido, marcada para o dia 12 de dezembro, e, assim, concluir a reforma de seu ministério nas próximas duas semanas. Nos dias 10 e 11, Lula promoverá reunião ministerial de dois dias, em Brasília, para fazer uma ampla avaliação do governo e traçar os planos para o restante do mandato. Pretende fazê-lo, se possível, já com a nova composição. Entretanto, se não for viável definir as relações com o PMDB antes da convenção, o presidente deverá aproveitar o encontro para mais uma avaliação de desempenho.

O Palácio do Planalto já encomendou a todos os ministérios um relatório de tudo o que foi feito em suas áreas desde janeiro de 2003. "Lula quer sacudir a esplanada", disse um ministro.

Políticos mais próximos de Lula confirmam que, em algumas conversas reservadas, já houve sinalização de que um eventual convite para que a senadora Roseana Sarney (PE-

MA) integre o primeiro escalão é uma alternativa viável, que agrada ao presidente. "É um nome que tem chance, mas se isso vier a ocorrer, não será pela via do PMDB", disse um parlamentar.

Na bancada do PP, já está praticamente definido que o atual líder do partido, Pedro Henry (MT), será indicado para ocupar o ministério que Lula oferecer à legenda.

Nome constante em todas as listas de demissíveis, o ministro das Cidades, Olívio Dutra, antecipou-se à reunião ministerial e distribuiu ontem, por meio de sua assessoria, um relatório de todas as ações nos últimos 20 meses. O total de investimento no Ministério das Cidades em 2004, segundo o relatório, é de R\$ 13 bilhões. Há ainda a promessa de que finalmente, nos últimos dois meses do ano, será enviado ao Congresso o projeto de lei que definirá a Política Nacional de Saneamento Ambiental, incluindo o emperrado marco regulatório. Sem demonstrar nenhuma vontade de deixar o posto, Olívio Dutra anuncia ações para 2005. Promete enviar no próximo ano o projeto de lei que trata da Política Nacional de Habitação.

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, outro que está entre os pior ava-

lista dos demissíveis, disse ontem que, com as demissões ocorridas no seu ministério, inclusive a de Ana Fonseca, a secretária executiva responsável pela unificação e execução dos programas de renda mínima, está "acertando a equipe".

"Qualquer pessoa que conheça administração pública sabe que essas mudanças são normais. Foi assim, por exemplo, quando eu fui prefeito de Belo Horizonte. Refletem acertos do time e refletem também vontade das pessoas", afirmou o ministro, em entrevista no Palácio do Planalto.

"Nós estamos tranquilamente operando as modificações necessárias, na perspectiva de potencializar uma equipe vencedora", declarou o ministro que figura entre os condenados a sair, embora não se saiba quando.

Na avaliação de Patrus Ananias, depois de nove meses de funcionamento, o ministério apresenta "bons frutos". "Seguramente a melhor colheita social da história do Brasil", afirmou. "Nós somos um time que está ganhando, fazendo gols na área social e os dados e os números que estão à disposição de vocês comprovam isto", disse à imprensa.

Depois da saída de Ana Fonseca, que deixou o cargo por divergências na condução das políticas sociais, Patrus Ananias aceitou dois novos pedidos de demissão. Até o dia 30, deixarão o ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o secretário Nacional de Renda de Cidadania, André Teixeira, e o diretor do Cadastro Único, Cláudio Roquete - os dois ajudavam a coordenar o Bolsa Família.

O presidente Lula pretende negociar as grandes mudanças do governo, acertar-se com o PMDB, levar o PP a integrar-se ao primeiro escalão, para em seguida cuidar das funções que já estão vagas há mais tempo. Por isso não foram definidos ainda os nomes do ministro do Planejamento, que irá substituir Guido Mantega, e do presidente do Banco do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O pedido de transcrição feito pelo Senador Arthur Virgílio será atendido, nos termos do § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência, nos termos do art. 334, I, do Regimento Interno, declara prejudicado o **Requerimento nº 1.471, de 2004**.

A matéria a que se refere o requerimento constará da pauta da sessão deliberativa do dia 2 de dezembro, conforme decisão do Plenário aprovada no último dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao último orador inscrito da sessão de hoje, Senador Valdir Raupp por 20 minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a realidade brasileira apresenta diversos aspectos que são objeto de unânimes críticas de quantos se debruçam para analisá-los. Mas, se quisermos tomar um item como exemplo paradigmático, de consensual reprovação por parte da sociedade brasileira, esse item há de ser, por certo, nosso sistema tributário.

A estrutura tributária vigente no Brasil consegue a proeza de reunir todas as características que a doutrina aponta como indesejáveis. Vimos mantendo exatamente o oposto daquilo que seria um sistema tributário voltado para estimular o desenvolvimento, para promover a distribuição de riqueza e para induzir maior justiça social.

Nosso sistema tributário caracteriza-se pela onerosidade, pela regressividade, pela complexidade, pela verticalidade. Nossos tributos recaem com peso muito maior sobre a produção e sobre os rendimentos do trabalho do que sobre o consumo supérfluo e sobre a especulação, representando, nessa medida, um desestímulo ao progresso, ao fortalecimento de nossas estruturas produtivas. Cada vez mais e mais a tributação vem-se constituindo, no Brasil, num ônus insuportável para os empreendedores e para os assalariados, sufocando as possibilidades de um maior crescimento da nossa economia.

Por conta da deficiência de nossa estrutura de fiscalização, o Governo dá sempre preferência aos impostos de mais difícil sonegação, criando assim uma grande ênfase nos impostos indiretos, em detrimento dos diretos. Com isso, o sistema torna-se perversamente regressivo, ou seja, a contribuição feita pelos mais pobres para a manutenção do aparelho do Es-

tado é proporcionalmente muito maior do que aquela feita pelos mais ricos. Subverte-se por completo, dessa forma, aquilo que na opinião dos doutrinadores deveria ser a função precípua do sistema tributário, ou seja, a distribuição de riqueza.

A distribuição brasileira funciona inúmeras vezes, como um Robin Hood às avessas, onerando os pobres para subvencionar e subsidiar os mais ricos. A tremenda complexidade de nossa legislação tributária, por seu turno, acarreta uma outra série de defeitos funestos.

Por um lado, a intrincada pilha de leis, decretos, portarias, regulamentos, implica um expressivo custo operacional extra para as empresas que se vêm obrigadas a manter grandes departamentos jurídicos e contábeis, numa tentativa quase sempre inglória de atender por completo as infundáveis exigências burocráticas do Fisco. Por outro lado, essa mesma complexidade, acaba por gerar lacunas, dubiedades, incongruências, conflitos de normas que constitui um campo fértil a ser explorado por advogados ladinos. Cria-se, assim, uma verdadeira indústria regamente remunerada de ações administrativas e judiciais, voltadas para permitir às empresas evadirem-se da atuação do Fisco.

No limite, a soma dos vícios de nossa estrutura tributária tem empurrado uma gigantesca parcela de brasileiros para a economia informal – vale dizer, Sr. Presidente –, para a sonegação pura e simples.

Em face de um sistema que onera a produção e os rendimentos do trabalho em níveis absolutamente insuportáveis, que tributa com especial voracidade os pequenos, os mais pobres, que impõe exigências burocráticas de uma complexidade invencível, a única alternativa de sobrevivência encontrada por muitos empreendedores e trabalhadores tem sido, simplesmente, ficar à margem do sistema. Hoje a deprimente constatação é que economia informal apresenta no Brasil tamanho mais ou menos equivalente ao da economia formal.

A que ponto chegamos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Nesse contexto, com cerca de metade da economia alheia a ação do Fisco, a tributação torna-se extremamente verticalizada. Como relativamente poucos contribuem, esses poucos são compelidos a oferecer uma contribuição ainda maior.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como se poder ver, vivemos neste País, no que tange ao sistema tributário, no pior dos mundos, e jamais nos devemos permitir esquecer o potencial verdadeiramente explosivo em termos políticos e sociais da questão tributária.

Todas as convulsões históricas de grande magnitude tiveram em suas raízes a revolta contra a tribu-

tação injusta, sendo essa, muitas vezes, sem móvel principal. Basta lembrarmos, neste particular, a rebelião dos barões ingleses contra o Rei João Sem Terra, a Guerra da Independência norte-americana e a Inconfidência Mineira. Em nossa quadra de história, a escalada sem precedentes da informalidade na economia já começa a ganhar contornos de autêntico movimento de desobediência civil.

O que mais preocupa é constatar que, malgrado o consenso quanto à nocividade da vigente estrutura tributária para nosso progresso econômico e social, as sucessivas tentativas de promover sua reforma não têm logrado qualquer sucesso digno de nota. Apenas o que se tem conseguido realizar são ajustes periféricos, correções pontuais num sistema que reclama ampla e completa reformulação.

O Parlamento brasileiro não pode mais procrastinar o enfrentamento dessa tarefa que é, possivelmente, a mais relevante e urgente a demandar sua atenção e seus esforços. Precisamos retomar de imediato a discussão da reforma tributária e levar à frente e a cabo sua realização, pois a Nação não mais suporta o ônus representado pela atual carga tributária, que já consome a obscena parcela de mais de 38% de nosso Produto Interno Bruto, PIB.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna manifestar meu vibrante apoio à recente campanha lançada pelo setor produtivo para alertar a sociedade contra a excessiva carga tributária brasileira.

Segundo matéria publicada pelo **Correio Brasileiro** no dia 6 próximo passado, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo (OAB-SP), o Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e a Federação do Comércio lançaram campanha intitulada "A Excessiva Carga Tributária". A campanha veiculará anúncios em cem *outdors* espalhados pela capital paulista e também por intermédio da mídia eletrônica, no corrente e no próximo mês.

Exibindo fina ironia, um dos *outdors* da campanha apresenta os seguintes dizeres: "CPMF, IPI, PIS, Cofins, ICMS, CSLL, IPTU, IR, IPVA, ISS, Cide, IOF. Falta só criar o FIM. Carga Tributária. Chega de abuso" – o imposto FIM seria o fim do setor produtivo brasileiro.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proliferação de impostos no País é tão indecorosa quanto a constante elevação de suas alíquotas.

O Dr. Luiz Flávio Borges D'Urso, Presidente da OAB-SP, afirma:

A campanha quer evidenciar o peso da carga tributária no Brasil e o fato de que a taxação constitui um abuso contra os cidadãos, com o aumento continuado das alíquotas, a criação de novos impostos nas três esferas

governamentais, a falta de correção da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e uma infinidade de outros exemplos.

Mas eu queria aqui salientar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que essa carga tributária não foi imposta pelo Governo Lula. Muitas vezes, as críticas feitas desta tribuna ao Presidente da República, ao Governo Lula, são de certa forma injustas, porque todos esses impostos foram criados antes. Alguns parlamentares fazem aqui comparações entre o Governo Lula e o Governo Fernando Henrique. Eu não vejo, sinceramente, muita diferença nos aspectos da tributação, da execução de obras públicas, do superávit primário. O Governo Fernando Henrique também criou impostos. Criou a CPMF, criou a Cide, que, juntas, arrecadam hoje mais de R\$30 bilhões. Já na época do Governo Fernando Henrique, os recursos da Cide não iam para os transportes, nem os da CPMF, para a saúde.

Senador Mão Santa, sabemos que, durante o Governo Fernando Henrique, depois da criação da CPMF, o percentual aplicado na saúde era mais ou menos apenas o que a CPMF arrecadava, e não mais recursos do Orçamento. Ora, sempre que se cria um imposto novo, em que se arrecadam bilhões e bilhões de reais, deixam de colocar no Orçamento recursos para aquela área, acreditando que os recursos criados, dali para a frente, serão suficientes para atender àquele setor. Então, de nada adiantou criar a CPMF para a saúde, de nada adiantou criar a Cide para os transportes, porque esses recursos não foram alocados, nem no Governo Fernando Henrique nem no Governo Lula, nos setores a que se destinam.

Por isso, as críticas ao Governo Lula de certa forma são injustas, se comparadas com o Governo Fernando Henrique Cardoso, que também foi ajudado pelo PMDB, durante os oito anos. Assim, Senador Mão Santa, com toda a coerência do mundo, digo que é incoerência o PMDB desembarcar do Governo Lula neste momento em que a economia brasileira começa a crescer, neste momento em que o Governo mais precisa de apoio parlamentar na Câmara dos Deputados e no Senado da República, e quando outros partidos já fazem oposição.

Ora, nada impede que o PMDB apóie o Governo Lula e lance candidato à Presidência da República. O PFL esteve no centro do Governo Fernando Henrique durante todo o tempo e, no último ano do segundo mandato de Fernando Henrique, lançou a Roseana Sarney, numa campanha em todo o território nacional. E ela cresceu tanto, quase chegando à casa dos 30 pontos, ultrapassando Lula, que, se não fossem os contratemplos, tanto ela quanto Ciro Gomes poderiam ter chegado à Presidência da República.

Assim, penso que o PMDB pode ficar mais um ano ou um ano e meio apoiando o Governo e, ainda assim, lançar candidato à Presidência da República. Mas o PMDB precisa se preparar, precisa urgentemente criar uma referência nacional, assim como o PT criou Lula, assim como o PSDB criou Fernando Henrique e está criando outros por aí. Por que o PMDB, o maior partido do Brasil, não cria uma referência nacional, não projeta uma figura nos horários gratuitos de televisão a que os partidos têm direito? Mas não; o PMDB, às vezes, fica dividido. É a ala do Rio Grande do Sul, é a ala de Pernambuco, é a ala do Paraná, é a ala de São Paulo! Dessa forma, o nosso grande PMDB, o histórico MDB, não vai chegar tão cedo à Presidência da República.

Concedo um aparte, com muito prazer, a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, atentamente estamos ouvindo V. Ex^a – o País e principalmente aqueles que acreditam no MDB, no PMDB. Há dois aspectos do pronunciamento de V. Ex^a que me chamam a atenção. O primeiro deles é a preocupação de V. Ex^a, a sua clarividência sobre os impostos. Sou um homem prático, pois sou cirurgião. Quero dizer a V. Ex^a e ao Brasil que, quando me formei e comecei a trabalhar, em 1966 – fim da década de 60 e começo da de 70 –, quando fazia o Imposto de Renda, um anestesista já falecido, cardiologista também, dizia que o Governo não cobrava muito. Trabalhávamos um ano, Senador Raupp, e um mês de trabalho era para o Governo. Agora, cada brasileiro e cada brasileira, de doze meses trabalhados, pagam cinco meses para o Governo. Evidentemente que não foi o Lula. Mas o Governo do Presidente Lula acelerou, aumentou os impostos na reforma tributária. Daí eu, do PMDB, do PMDB de Ulysses, que ausculta a voz rouca das ruas, o povo sofrido, ter votado contra. Mas quero lhe dizer algo quanto ao destino do PMDB. V. Ex^a disse: os dois modelos são muito parecidos – o do Fernando Henrique e o do Presidente Lula. Houve o acerto do combate à inflação, o pior dos impostos, que tira de todos os que trabalham e dá para aqueles que têm dinheiro ganhar. Eles adotam esse método do combate à inflação. Mas queria dizer que o nosso PMDB tem que fazer um projeto nacionalista, que defenda o povo, quem trabalha, a classe média que está acabando, caminhando para a pobreza. E o PMDB já tem esses nomes. Olha, esta é a verdade: nunca vi a roda grande entrar na pequena. Somos maiores em história, maiores em qualificação e experiência. Então, o PMDB tem vários nomes, a começar do Presidente José Sarney, que é um estadista. Por que eles não apóiam o Presidente José Sarney? O Lech Walesa reconheceu que era incapaz e apoiou um intelectual

na Polônia. Pois bem, o PMDB tem desde Sarney até esse fenômeno, o Germano Rigotto. E no meio estamos nós, experimentados, ex-prefeitos, governadores, senadores. Então, o PMDB já tem esse nome, temos que acreditar nisso. Entendo que o PMDB jamais vai faltar, porque nunca faltou. Agora, não pode acabar com os sonhos democráticos de chegar ao poder. De que valeu o anticandidato Ulysses Guimarães? Naquele tempo é que não havia candidato.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Na época, eu estudava no Rio de Janeiro e comprei o **Jornal do Brasil** para ler o discurso contra a ditadura, sem nenhuma chance, para mostrar que esse era o rumo, que o sonho dele era o PMDB chegar ao governo para defender os anseios daquilo que é a razão do partido: o povo.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pelo aparte. O sonho é de todos nós, do PMDB, de um dia podermos eleger o nosso Presidente da República. E vai chegar esse dia. Espero que não esteja muito distante.

Sr. Presidente, falando ainda da carga tributária no Governo do Presidente Lula, esses dois primeiros anos foram de ajustes na economia, que começa a crescer. Agora é o momento de flexibilizar. Está em curso uma medida para diminuir a carga do Imposto de Renda sobre a classe média. A classe média não está sofrendo agora; a classe média vem decaindo há mais de 20 anos. Lembro que no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando eu era Governador, no Palácio do Planalto, o Presidente me dizia: “Governador, o Plano Real é bom porque distribui renda, mas a classe média vai sofrer”. Foram palavras do ex-Presidente Fernando Henrique. A classe média vai sofrer porque vamos ter que tirar de alguém para distribuir, e como a classe média é a maior – ou era a maior que detinha alguma renda –, estava se tirando da classe alta e da classe média. Como a classe alta não sofre, a classe média foi a que mais sofreu nesses últimos anos. Então é chegada a hora de reduzir, de corrigir a tabela do Imposto de Renda para que a classe média pare de sofrer, pare de cair e que ela volte a ter as mesmas condições que tinha antigamente, e que a classe mais pobre possa também crescer. Só seremos felizes, a classe alta, a classe média, se os pobres também vierem a ter o seu emprego, vierem a ter a sua renda para sustentar as suas famílias. É chegada a hora, repito, de o Governo Lula começar a corrigir essas distorções, que não são de agora, não são dos dois anos do seu Governo e sim de décadas

a fio, desde a época da ditadura militar até os últimos governos.

Na avaliação daquela liderança da sociedade civil organizada, o peso da tributação, equivalente a quase 40% do PIB, está insuportável, levando uma parcela da população à desobediência civil. Com efeito, o aumento verificado na arrecadação de tributos, em âmbito nacional, entre 1998 e 2003 – vejam que estou falando ainda do governo passado –, não pode ser qualificado senão como assombroso: no período, a arrecadação saltou de R\$272 bilhões para nada menos que R\$474 bilhões! Vejam que estamos falando de um período de cinco anos, os últimos cinco anos, aliás. Vale destacar que, desse montante, o Governo Federal abocanhou uma “módica” fatia, equivalente a quase 70%.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a voracidade tributária do Governo parece mesmo não ter limites. O mais recente estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário sobre o assunto mostrou que a carga tributária chegou a 38,11% do PIB no primeiro semestre deste ano. Nesse período, os contribuintes deixaram mais de R\$311 bilhões nos cofres públicos dos três níveis de Governo, evidenciando que, ao final do ano, contabilizaremos mais um recorde de arrecadação.

É preciso impor um limite a essa sanha, a essa fúria arrecadatória. Ganha relevo, nesse contexto, a conveniência e a oportunidade da campanha pela redução da carga tributária desencadeada no País.

Manifesto, portanto, meu entusiástico apoio a essa iniciativa, esperando que ela venha a contribuir para sensibilizar o Congresso Nacional para a urgência de retomarmos a reforma tributária, porque ficou pela metade. Desta feita, devemos dar continuidade a sua discussão até que consigamos forjar o consenso necessário para dotar o País de uma nova estrutura tributária, apta a funcionar não como um empecilho, mas como um indutor de desenvolvimento e da justiça social para gerar renda, gerar riqueza, gerar emprego para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna nesse momento para comentar o artigo intitulado “Momento especial”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 25 de novembro do corrente.

O artigo mostra que a desconexão entre as palavras e a realidade do atual governo vem de muito longe, desde a última campanha presidencial; “os compromissos com o eleitorado não passaram de falsas seduções”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, solicito que o artigo acima citado seja dado como lido e considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Folha de S.Paulo, 25 de novembro de 2004

MOMENTO ESPECIAL

Jânio de Freitas

Sua atenção, por favor, que o fato é muito relevante: Lula produziu uma novidade. Quem poderia esperar por isso, já com 23 desalentados meses do mandato de 48, ou seja, decorrida quase metade do mandato? A rigor, a abrangência da novidade recua até muito aquém, incalculavelmente aquém, do início do governo.

É preciso recapitular um pouco. Desde o início, mas sobretudo neste ano, Lula cada vez mais parece discursar para si mesmo. Como se tomado da necessidade de dizer que o governo está no rumo certo para acreditar, ele próprio, que isso contenha alguma verdade. Ou, o que dá quase no mesmo, que preside de fato. A desconexão entre palavras e realidade vem de muito longe, segundo o próprio Lula. Sua definição de tudo o que disse antes da última campanha coube em duas palavras bem escolhidas: “eram bravatas”, quer dizer, fanfarronice, tapeação. Ainda mal iniciado o governo, viu-se que todos os compromissos com o eleitorado não passaram de falsas seduções. Era a mesma fanfarronice enganadora, porém sem bravatas, que o Lulinha paz e amor não as comportaria.

Nas horas infundáveis de segunda para terça-feira, em que Lula e os 17 ministros do PT, além de uns quantos coadjuvantes, discutiram sem saber o que discutir e chegaram à orientadora conclusão de que nada concluíram, deu-se a novidade. Com o mínimo de clareza e o máximo de tibieza possíveis, alguns ministros insinuaram que a política econômica talvez, quem sabe, pudesse ser reconsiderada em

alguns pontos, ou do contrário - como disse o ministro Luiz Dulci na culminância da ousadia - poderá levar à derrota. Não explicitou se derrota de Lula na reeleição, derrota do governo ou derrota do PT, mas, se necessário, depois Marta Suplicy, o gaúcho Raul Pont e outros explicam por que e como são as “derrotas vitoriosas” que a integridade intelectual do José Genoíno identificou.

E chegou, então, o extraordinário. Talvez porque mal contivesse a irritação, Lula deu esta resposta, no seu discurso final, aos que falaram da política econômica:

“Na política econômica eu não mudo nada. A política econômica é essa e não tem volta. E quem quiser contestar a política econômica, comigo não terá vez pra discutir”.

Que coisa extraordinária: tudo indica que foi um momento de plena sinceridade. Meio esquisita na forma, sim. “Não tem volta” - que volta, se a política econômica é o continuísmo da “herança maldita”? Não faz mal, a sinceridade tudo compensa. E tem ainda valor histórico. Desde os generais-ditadores não se ouviam frases assim, “eu não mudo nada”, “não tem volta”, “comigo não terá vez”, frases tão democráticas.

Mas Lula bem que poderia levar sua sinceridade um pouquinho além, apenas um complemento: “Eu não mudo porque não posso mudar”.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Final do ano”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 23 de novembro do corrente.

A jornalista, em seu artigo, mostra como o governo do presidente Lula vai mal: “o governo não anda, não aprova nada de importante no Congresso e já está no meio da segunda reforma ministerial.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:
“Final do ano.”

Folha de S.Paulo
Publicado em: 23/11/2004

FINAL DO ANO

Eliane Cantanhêde

O ano vai acabando e o governo vai se enrolando. O que é muito curioso, porque os indicadores da economia vão bem, mas o governo não anda, não aprova nada de importante no Congresso e já está no meio da segunda reforma ministerial. Pior: uma reforma sem diretriz. Se a economia vai bem e o governo vai mal é porque alguma coisa está muito errada. O desempenho formal da economia está sendo bom em 2004, melhor do que vinha sendo nos anos anteriores e também melhor do que as previsões para os próximos. A expectativa é de um crescimento de mais de 4%, e a inflação está abaixo dos 8%. Não houve crises internacionais nem solavancos internos. Então o que está havendo com o governo? O de sempre. Na economia, uma ortodoxia e uma “falta de criatividade” (como diz o Clóvis Rossi) que impedem as boas notícias formais de se transformarem em boas notícias reais para as empresas e os cidadãos comuns. Na negociação política, uma barafunda de disputas internas, entre o “PT moderado” e os “PT radicais”, entre o PT e os “aliados”, entre governar e distribuir favores, entre almoços de muita cobrança e jantares de nenhum resultado. Na gestão administrativa, um entra-e-sai inacreditável de petistas nas áreas que seriam mais afins e mais caras aos próprios petistas. Pelo menos é o que todos achavam. Parecia, mas não era. Entra ministro, sai ministro; entra assessor, sai assessor; e nada acontece de fato. Do Fome Zero só sobraram a fome e o zero. Do “superministério” tão badalado de Patrus Ananias sobrou um ministeriozinho de um ministrinho cercado de assessores insatisfeitos que abandonam o barco. Se, com a possibilidade de mais de 4% de crescimento, está assim, tudo ainda pode piorar. Principalmente se o ritmo estagnar, a carga tributária não cair, os empregos não aparecerem e as eleições presidencial e estaduais começarem antes do tempo. E elas estão começando.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Começou a eleição de 2006 (3)”, de autoria do ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Marcelo Pimentel, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 22 de novembro do corrente.

O artigo analisa o desempenho do governo Lula até o momento, tendo como ponto de partida declaração feita por instituto de pesquisa afirmando que Lula seria "invencível" na eleição presidencial de 2006. Após mostrar que os programas do governo não estão dando resultado, alguns deles até mesmo beirando o fracasso, o autor finaliza seu artigo com o seguinte parágrafo: "Ele (Lula) terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição".

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo publicado no Correio Braziliense seja considerado par-

te integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Começou a eleição de 2006(3)".

CORREIO BRAZILIENSE •

OPINIÃO

Começou a eleição de 2006 (3)

Um ilustre dono de agência de pesquisa fez a afirmação enfática de que Lula será invencível em 2006. Nem Nostradamus teria a audácia de fazer previsão tão temerária, tão longe do pleito, em tempo sujeito a chuvas e trovoadas, como se prenuncia. Lula hoje dispõe de prestígio pessoal que nunca se viu outro presidente da República possuir, salvo Itamar no fim do seu governo, 84%, depois do êxito do Plano Real. Porém, não se pode confundir prestígio pessoal com aprovação de governo ou vice-versa. Marta teve seu governo aprovado e levou uma surra. Lula tem altos índices individuais e a seu redor os ovos e tomates começam a voar. A primeira vez, quando foi prestigiar um candidato afinal derrotado em Curitiba. A segunda, recentemente em Maceió, quando sua reforma universitária foi saudada por vaias e objetos voadores.

Estamos longe do pleito e na metade do governo. Até agora não se viu muita coisa realizada. Bem pouco, aliás. A política econômica produziu um resultado prático, estancando a inflação e equilibrando as contas internas, com redução de juros, inicialmente. De tempos para cá, o próprio governo desmoralizou-a, demonstrando desconfiância no sistema, com a alta mensal dos juros, que elevou a dívida pública em R\$ 5 bilhões este mês. Se os juros aumentam, idem a desconfiância dos investidores. Assim não dá.

De repente, o progresso que começara seu caminho parou e começou a balançar, estabilizado. O desemprego caiu, consolidou-se e, agora, só melhora em função da sazonalidade do Natal. O comércio também estancou. Os programas sociais redundaram em absoluto fracasso. O Fome Zero virou zero zero. Não houve nada salvo muito blablablá. As bolsas-

escola e família viraram bolsas-escândalo, porque o governo se mostrou inepto no planejamento, entregando às prefeituras o controle. Finalmente, a desmoralização instalou-se com a comprovação de que o suado dinheiro público estava realmente indo parar nas mãos de quem não necessitava.

É claro que os prefeitos coniventes que permitiram se instalasse a bandalheira no sistema deveriam ser processados por peculato, porque deram o dinheiro público a quem não deviam, e nada aconteceu. As bolsas passaram a ter caráter eleitoreiro. Também quem recebeu indevidamente não foi processado. A bolsa escola e a outra para ajudar quem não tem renda estão sendo pagas a quem tem emprego certo, carro na garagem, etc. Muitos dos prefeitos responsáveis ou eram do PT ou aliados do dito. Nada aconteceu. Vamos continuar assistindo ao triste espetáculo, porque medidas preventivas não foram tomadas ou são incipientes.

Lula foi eleito por si mesmo e pelo seu programa. Ele continua ele, nada de novo, a não ser sua veia esportiva, tão filmada pela mídia oficial, e sua oratória, tão eclética porque envolve com sabedoria todos os assuntos, por mais complexos que sejam. Nunca se viu orador tão eclético! Fantástico é o número de discursos. Talvez mais que a soma de todos aqueles pronunciados pelos vários presidentes desde a proclamação da República. Jamais se viu tanto amor ao microfone e versatilidade!

Mas e as obras anunciadas no seu programa que representaria o grande espetáculo do crescimento? Nada se viu até agora. Os portos continuam emperados porque a tecnologia não chegou até eles. As estradas continuam uma lástima e nem sequer a privatização foi tentada, já que o Executivo não tem capacidade para melhorá-las. Energia

ameaça, segundo os técnicos, outro apagão, se novas fontes não forem produzidas. A exportação pode sofrer uma trombada com os problemas que a economia chinesa está prenunciando. A indústria e o comércio estão sem crédito, e sem crédito não progredem, havendo até ameaça de ficarem nos níveis em que estão e conduzirem a uma alta de preços. O funcionalismo está aviltado com seu salário reduzido; os militares idem. As Forças Armadas com seus equipamentos obsoletos. Afinal, o que aconteceu até agora além de nada?

Como afirmar, nesta altura, que a reeleição de Lula são favas contadas? A análise das eleições conduz à idéia de que o voto foi valorizado pelo povo, que não está aprovando a república dos amigos. Afinal, ministério de 35 membros e uma centena de conselhos inúteis (apenas para dar acolhida aos companheiros derrotados) conduzem a uma batateira de cabeça que a nada conduz. Ainda mais quando se vê que a base do governo começa a desmoronar, com o PMDB envergonhado do seu triste papel, querendo buscar sua redenção política fora do governo, com nova personalidade. Vamos ver o que vai acontecer no dia 12 de dezembro. No tal conselho social, se cada um falar dez minutos, vão gastar dez horas de discussão — por assunto!

Realmente, a eleição 2006 começou. Os partidos vão-se reorganizando (PPS e + PDT), convenção do PMDB, reforma partidária, etc. Após a posse dos prefeitos, a coisa vai esquentar. Afirmar que Lula está reeleito — é imbatível — é tão lotérico quanto acertar na Mega-Sena. Ele terá que movimentar seu imenso ministério para o campo de realizações, sem o que a predição pode não se realizar tão facilmente, porque só simpatia pessoal não ganha mais eleição. Quem viver verá!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Aécio Neves, Uma Administração de Êxito Em Minas:

Assim É o Jeito Tucano de Governar

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de falar é que na tarde de ontem, fiz um registro neste Plenário sobre o êxito do Governador Aécio Neves em Minas Gerais. Na ocasião, lembrei que o governador mineiro passou estes quase dois anos fazendo esforço de austeridade administrativa, que se iniciara com seu antecessor, o hoje senador Eduardo Azeredo, também do PSDB. Agora – como acrescentei – terá dois anos de colheita, colheita de mais investimentos, colheita de mais empregos, em benefício da população.

Esse, disse, ademais, é o modo tucano de administrar.

Hoje, estou anexando a este breve pronunciamento a reportagem publicada na edição desta semana (24 de novembro de 2004) pela Revista VEJA, destacando a atuação do Governador Aécio Neves. A matéria vai a seguir.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“UMA EMPRESA CHAMADA MINAS.”

Em apenas dois anos, o estado sai do vermelho graças a um processo de saneamento baseado em métodos da iniciativa privada.

Minas Gerais receberá uma ótima notícia nesta semana: depois de uma década de desequilíbrio fiscal, o estado finalmente saiu do vermelho. O feito, resultado da opção do governador Aécio Neves (PSDB) por uma política administrativa austera e uma gestão baseada nos métodos da iniciativa privada, reforça uma constatação e consolida uma tendência. A constatação é que a solução para o caos fiscal nos estados passa, obrigatoriamente, pelo rigor administrativo. A tendência é que, daqui para a frente, políticos em cargos executivos terão de ser, antes de tudo, administradores eficientes. “A boa gestão será o grande diferencial na política brasileira”, diz o economista Raul Velloso. No ano passado, nove estados brasileiros, além do Dis-

trito Federal, conseguiram fechar o ano com superávit nominal, ou seja: com o orçamento no azul e os pagamentos em dia, incluindo o serviço da dívida. São eles: São Paulo, Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Pará, Rondônia, Tocantins e Rio de Janeiro (que, neste ano, deve voltar a ser deficitário). O fato de Minas conseguir juntar-se a esse time é ainda mais notável pela velocidade com que Aécio Neves conseguiu tirar o estado do buraco profundo em que ele se encontrava. Ao tomar posse, em janeiro do ano passado, o governador deparou com uma das piores equações fiscais do Brasil. Herdou de seu antecessor, Itamar Franco, além de 5 bilhões de reais em dívidas, um orçamento anual com déficit de 2,4 bilhões de reais. Ou seja, se ele não investisse um tostão em projetos, ainda assim terminaria cada mês devendo 200 milhões de reais. Por causa desse desequilíbrio, Minas encontrava-se inadimplente com a União, sem credibilidade para contrair empréstimos internacionais e com dificuldades até mesmo para pagar os servidores em dia. Em resumo, o Estado estava praticamente falido.

O saneamento da máquina em tempo recorde foi resultado de um plano de gestão baseado no uso de ferramentas semelhantes às utilizadas nas grandes empresas. Ao montar sua equipe, por exemplo, o governador de Minas contratou técnicos competentes – em vez de se cercar de compadres ou aliados políticos – e autorizou-os a tomar medidas tão duras quanto as que a situação exigia. De janeiro de 2003 a setembro deste ano, Aécio extinguiu seis secretarias e 447 unidades administrativas ligadas a elas, eliminou mais de 3.000 funções e cargos públicos e fixou um teto salarial para o Poder Executivo – o que acabou por reduzir o seu próprio salário (de 19.000 reais para 10.500 reais ao mês) e, conseqüentemente, os vencimentos de ocupantes de cargos inferiores também. Até agora, os cortes na área de pessoal resultaram numa economia de 130 milhões de reais e fizeram com que o comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento caísse de 74% para 59%. “Só com o fechamento de alguns ralos, conseguimos nos enquadrar nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz o secretário de Planejamento e Gestão de Minas, Antonio Augusto Anastasia. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um dos instrumentos que mais têm impulsionado a recente preocupação dos políticos com a gestão pública profissionalizada. Promulgada em 2000, ela prevê punições – que vão da perda do cargo à prisão – para governantes que praticarem malver-

sação de recursos, elevarem gastos sem fazer cortes ou empenharem mais do que 60% da receita líquida em gastos com pessoal.

O choque de gestão empreendido por Aécio Neves em Minas tem clara inspiração na experiência realizada por Mário Covas em São Paulo. Na década de 90, o então governador paulista, entre outras iniciativas, demitiu mais de 100.000 funcionários, modernizou o processo de compras do estado e promoveu uma devassa no sistema de terceirização de serviços. As medidas, amargas, produziram um dos episódios mais lastimáveis da história do governo paulista: Covas, morto em 2001, chegou a ser apedrejado durante uma manifestação de professores. O tempo mostrou que ele estava certo. São Paulo se mantém superavitário até hoje, e seu atual governador, Geraldo Alckmin, seguidor da cartilha de Covas, reelegeu-se em 2002 e tem um dos maiores percentuais de aprovação do eleitorado.

No caso de Minas, para a conquista do equilíbrio orçamentário, além do enxugamento da máquina administrativa, contribuíram métodos relativamente simples de gerenciamento – como a definição de metas para a arrecadação fiscal e a implantação de sistemas de controle nas compras do governo. A principal medida, no que se refere às despesas, foi a criação de uma central que gerencia todas as compras feitas pelo estado, a qual está integrada a um sistema de acompanhamento financeiro. O objetivo é assegurar que a aquisição de produtos e a contratação de serviços só sejam efetivadas se houver reserva orçamentária correspondente e dinheiro em caixa. Ao garantir aos fornecedores que a despesa será quitada no prazo acertado, eles não precisam embutir taxas de risco sobre os preços e até se dispõem a conceder descontos. “No governo de Minas, proibimos a emissão de cheques pré-dados”, compara Aécio Neves.

Só a obrigatoriedade de realização de pregões para as aquisições feitas pelas repartições públicas gerou uma economia de 144 milhões de reais para os cofres públicos. Para quitar a dívida de 1,3 bilhão de reais com fornecedores, herdada da gestão anterior, o governo instituiu uma forma de leilão público que funciona de maneira inversa à tradicional: recebe primeiro o credor que oferece ao governo o maior desconto. Outra medida simples, mas de retorno garantido, deverá ser implantada em breve. O estado está fazendo uma licitação para terceirizar a gestão da frota da polícia. Continuará a comprar os carros,

mas deixará sua manutenção por conta de empresas privadas. Dessa forma, poderá desativar parte de suas oficinas mecânicas e transferir para funções de policiamento os quase 100 PMs que hoje se ocupam com o conserto, desamassamento e pintura de veículos. O dinheiro economizado será suficiente para aumentar em 24% o número de viaturas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ao ajustar as contas de seu estado, o governante garante uma administração baseada no planejamento, e não no improviso. O equilíbrio fiscal traz a recuperação da capacidade de investimento, atrai o interesse da iniciativa privada e facilita a obtenção de empréstimos externos. O saneamento de Minas – cuja credibilidade internacional era zero desde a moratória decretada por Itamar Franco, em 1999 – levou, por exemplo, o Banco Mundial a tomar uma decisão inédita em sua história: vai liberar 170 milhões de dólares para financiar projetos no estado sem exigir do governo nenhuma contrapartida financeira, como é praxe nas instituições de fomento. “A contrapartida serão as práticas de boa governança, que já estão sendo executadas”, explica o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Vinod Thomas. Equilíbrio fiscal, como se vê, não serve apenas para exibir contas que fecham, mas, sobretudo, para aplainar o terreno para que o Estado possa cumprir melhor seu papel: o de atender às demandas sociais e criar condições para a prosperidade da população.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 25 minutos.)

RETIFICAÇÃO

Ata da 136ª Sessão Deliberativa Extraordinária, realizada em 6 de outubro de 2004

(publicada no DSF de 7 de outubro de 2004)

Na proclamação do resultado da votação do Requerimento nº 1.280, de 2004, à página nº 31579, 1ª coluna,

Onde se lê:

O projeto foi rejeitado.

Leia-se:

O requerimento foi rejeitado.

Ata da 171ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de Novembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes e Valdir Raupp

(INICIA-SE A SESSÃO ÀS 14 HORAS
E 30 MINUTOS)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 189, DE 2004

(Nº 781/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Os méritos do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto que me induziram a escolhê-lo para o de-

sempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 335 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 22 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, I e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, –

I N F O R M A Ç Ã O

C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

CPF.: 352.774.087-20

ID.: 6546-MRE

- 1953 Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, nascido em 10 de fevereiro, no Rio de Janeiro, RJ.
- 1976 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (primeiro lugar no exame vestibular ao CPCD-IRBr, Medalha de Prata).
- 1977 CPCD - IRBr.
- 1977 Prêmio Rio Branco (primeiro lugar no CPCD-IRBr, Medalha de Ouro).
- 1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro.
- 1977 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente.
- 1978 Estágio-prêmio na Embaixada em Paris.
- 1979 Segundo Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro.
- 1981 Divisão das Nações Unidas, assistente.
- 1982 CAD - IRBr.
- 1983 Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB/DF).
- 1983 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário.
- 1984 Primeiro Secretário, por merecimento, em 29 de junho.
- 1987 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro.
- 1989 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho.
- 1989 Encarregado da abertura, e primeiro Chefe, do Escritório de Observação do Brasil na Namíbia (período outubro/dezembro).
- 1990 Chefe da Divisão Especial de Avaliação Política da Secretaria-Geral de Política Exterior.
- 1990 Orientador profissional do CPCD - IRBr.
- 1991 Membro da Equipe de Planejamento Político do Itamaraty.
- 1991 Professor Titular de Temas de Política Internacional do Instituto Rio Branco (1991/92).
- 1991 Membro da Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do exame vestibular ao CPCD - IRBr.

- 1992 Embaixada em Roma, Conselheiro.
- 1993 Professor Homenageado da Turma "Ulysses Guimarães" (1991/92) do CPCD-IRBr.
- 1994 Medalha "Mérito Santos-Dumont".
- 1994 CAE - IRBr - "A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil".
- 1995 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Coordenador.
- 1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial.
- 1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro.
- 1995 Ordem do Mérito, Itália, Comendador.
- 1996 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial.
- 1997 Ordem do Leão, Finlândia, Grande Oficial.
- 1997 Designado Substituto do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral.
- 1997 Legião de Honra, França, Oficial.
- 1997 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial.
- 1997 Ordem do Mérito, Portugal, Grande Oficial.
- 1998 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro, Representante Alternativo junto à FAO.
- 1999 Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro. Encarregado de Negócios, a.i., em diferentes períodos, entre 1999 e 2002.
- 1999 VII Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), Caracas, Chefe de delegação.
- 1999 XXV Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Caracas, Chefe de delegação.
- 2001 Reunião de Cúpula da Associação de Estados do Caribe, Isla Margarita, Chefe de delegação observadora.
- 2003 Assessor Especial do Ministro de Estado da Defesa.
- 2003 Ordem do Mérito Militar, Comendador.
- 2003 Ordem do Mérito Naval, Comendador.
- 2003 Secretário de Estudos e de Cooperação do Ministério da Defesa.
- 2003 Medalha do Pacificador.
- 2003 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador.

- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 02 de dezembro.
- 2003 Ordem do Mérito da Defesa, Grã-Cruz.
- 2004 Presidente da Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares (CPIEM).
- 2004 Medalha da Vitória, concedida pela Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção RJ, e pelo Ministério da Defesa.
- 2004 Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.
- 2004 Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, da Escola Superior de Guerra.
- 2004 Membro do Comitê Temático de Defesa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2004 O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

HONDURAS

PERFIS BIOGRÁFICOS

RICARDO MADURO JOEST – PRESIDENTE DA REPÚBLICA

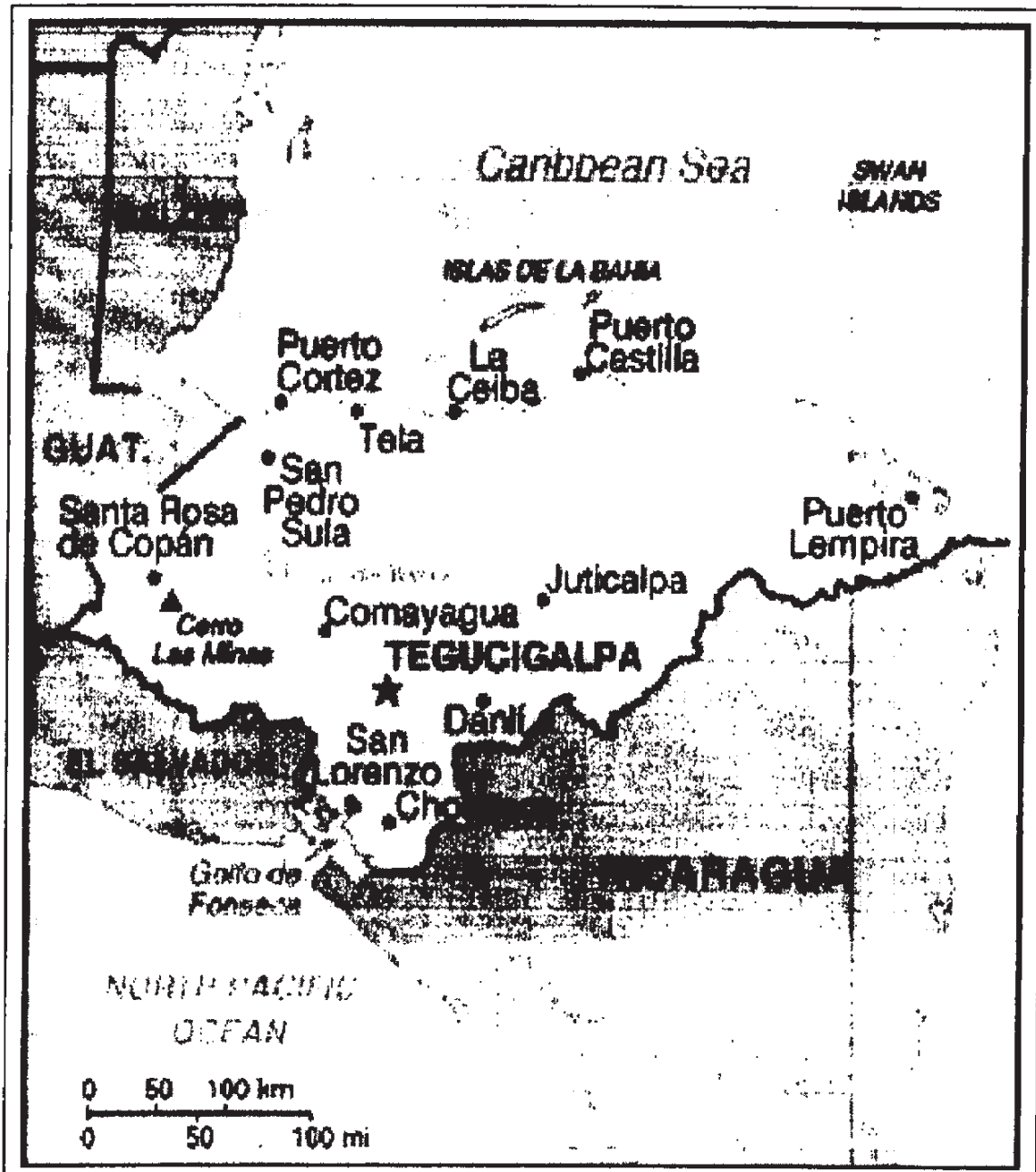
- Ricardo Maduro nasceu em 20 de abril de 1946, no Panamá.
 - Licenciado em Economia pela Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, é pós-graduado em Engenharia Industrial.
 - Sua carreira política sempre esteve vinculada ao Partido Nacional de Honduras, no seio do qual ajudou a formar corrente reformista denominada Unidad y Cambio.
 - Em 1990 assumiu a presidência do Banco Central de Honduras e a coordenação do Gabinete Econômico, durante o Governo de Rafael Leonardo Callejas.
 - Foi Primeiro-Secretário e Presidente do Comitê Central do Partido Nacional de Honduras.
- Sua candidatura à Presidência da República foi impugnada pelo fato de ter nascido no Panamá. A questão foi submetida a uma Comissão de Juristas, da qual participou o brasileiro João Grandino Rodas.
- Assumiu a Presidência da República em janeiro de 2002, tendo obtido 52,2% dos votos nas eleições realizadas em novembro de 2001.
 - Na iniciativa privada, atuou como Gerente Geral da Xerox de Honduras e é, desde 1976, Diretor Executivo da “Inversiones La Paz”, tendo participado da fundação, organização e promoção das seguintes empresas: Aquacultivos de Honduras, Granjas Marinas San Bernardo, Jetstereo Comercial Ultramotor, Automundo, Fuji de Honduras, Bando de la Producción, Supermercados Todos, Centros Comerciales Multiplaza e Hotéis Camino Real Intercontinental.

LEONIDAS ROSA BAUTISTA – CHANCELER

- Nascido em Lempira, em 04 de fevereiro de 1947, é casado e tem três filhos.
- É licenciado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Nacional Autónoma de Honduras.
- Foi provedor Geral da República de Honduras, de 1973 a 1975
- Exerceu o cargo de Vice-Ministro de Governo e Justiça, de 1978 a 1980.
- Foi Deputado à Assembléia Nacional Constituinte, de 1980 a 1982.
- Membro da Secretaria do Foro Nacional de Convergência (FONAC), de 1999 a 2001.

- Foi Deputado Proprietário ao Congresso Nacional pelo Departamento de Francisco Morazán entre 2002 e 2004.
- É catedrático da Universidade Nacional Autónoma de Honduras, de ~~Administración de Empresas~~ Pública, na Escola de Administração de Empresas e na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.
- Assumiu o cargo de Chanceler em setembro de 2003, após a renúncia de Guillermo Pérez-Cadalso Arias, em julho do mesmo ano.

MAPA GEOGRÁFICO



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	REPÚBLICA DE HONDURAS
CAPITAL	TEGUCIGALPA
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	UNITÁRIO / REPÚBLICA PRESIDENCIALISTA
ÁREA	112.090 KM2
POPULAÇÃO (2003, est.)	7,0 MILHÕES
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	MESTIÇOS (90%), AMERÍNDIOS (7%), NEGROS (2%) E BRANCOS (1%)
PRINCIPAIS CIDADES	SAN PEDRO SULA, EL PROGRESSO, CHOLUTECA, LA CEIBA
DATA NACIONAL	15 DE SETEMBRO (INDEPENDÊNCIA) (1821)
PIB (2003, est.)	US\$ 6,8 BILHÕES
PIB/capita (2003, est.)	US\$ 971,00
UNIDADE MONETÁRIA	LEMPIRA
CHEFE DE ESTADO	RICARDO MADURO JOEST
CHANCELER	LEONIDAS ROSA BAUTISTA
EMBAIXADOR DO BRASIL	SÉRGIO LUIZ P. BEZERRA CAVALCANTI
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	VICTOR MANUEL LOZANO URBINA

POLÍTICA INTERNA

O Governo atual, do Presidente Ricardo Maduro, filiado ao Partido Nacional, de tendência conservadora, assumiu em janeiro de 2002, após dois mandatos consecutivos do Partido Liberal, devendo encerrar-se em janeiro de 2006 (eleições previstas para novembro do próximo ano). Não tem conseguido cumprir com a maior parte das promessas de campanha, notadamente na área social. Prevalecem altas taxas de desemprego, subemprego e pobreza. De acordo com cifras do “World Factbook 2004”, a taxa de desemprego atual estaria no elevado patamar de 28%, sendo que muitos dos que são computados como empregados vivem na realidade situações de subemprego, ou estão ocupados em atividades da chamada economia informal.

Por outro lado, segundo dados divulgados pelo PNUD, dos 6,5 milhões de habitantes do país, existem ainda 1,6 milhão de pessoas que sobrevivem com menos de um dólar por dia. Quanto à distribuição desigual da renda nacional, ainda de acordo com o PNUD, os 20% mais ricos detêm 54% do PIB, ao passo que os 20% mais pobres dispõem apenas de 3,2%.

Durante a campanha eleitoral, Maduro acenou aos eleitores com plano intitulado “Mi Compromiso Contigo”, recheado de declarações de intenções no campo social, especialmente promessas de reajustes salariais, que não pôde cumprir. Nesse sentido, os últimos meses têm sido marcados por seguidas agitações sociais provocadas por classes corporativas, tais como professores, médicos e funcionários públicos, que dispõem de Estatutos próprios, com grandes vantagens, e de grande poder de mobilização, o qual exercem repetidamente, no intuito de manter direitos adquiridos. Recente greve de professores gerou grande agitação em todo o país, com séria ameaça à governabilidade.

Grande parte das críticas a Maduro se baseia na constatação de que ele é empresário, e portanto só governaria para os empresários. A pouco mais de um ano da eleição de 2005, o início da campanha deverá ser marcado, em breve, por novas agitações nas grandes cidades. Convém salientar, no entanto, que a promulgação, e aplicação, da chamada Lei Anti-Maras, deve ser vista como o único ponto de êxito do atual Governo. A referida Lei, ainda que muito criticada, tem por objetivo desbaratar as quadrilhas juvenis (aqui chamadas de “maras”), que vinham semeando terror nas principais cidades do país. Com efeito, os índices de criminalidade nas cidades baixaram consideravelmente em todo o país, e a população apóia a manutenção da Lei Anti-Maras.

ECONOMIA

Os Acordos com o FMI vêm sendo regularmente renovados. Em fevereiro deste ano, o Governo hondurenho assumiu perante o Fundo o compromisso de reduzir o déficit fiscal e a taxa anual de inflação, cuja tendência aponta no sentido de se manter em um dígito. A meta acordada para crescimento do PIB em 2004 foi de 5% (cinco por cento), e houve ainda menções a maior abertura da economia, reforma tributária, do setor público e dos Códigos civil e penal, bem como novos regulamentos para os setores de eletricidade, telecomunicações e de transportes, com a conseqüente privatização do fornecimento de serviços ao público. Houve, há poucos dias, missão de observação do FMI ao país, que emitiu “Press Release” intitulado “Statement by the IMF Staff Mission to Honduras”, o qual afirma: “As conclusões da missão com firmam que o programa de Honduras está sendo amplamente implementado. Apesar pressões de curto prazo representadas pela alto nos preços do petróleo, as autoridades fizeram bem em permanecer no curso das reformas previstas pelo seu programa.”

Cabe ressaltar que o Governo de Ricardo Maduro também decidiu se comprometer a obter perdão para parte da dívida externa do país, no âmbito da iniciativa para países Altamente Endividados (HIPC).

Note-se, ainda, que o país já recuperou quase toda a infra-estrutura destruída pelo furacão Mitch, em 1998.

De qualquer forma, a economia do país permanece frágil, extremamente dependente das remessas de imigrantes residentes nos EUA (cerca de US\$ 1 bilhão por ano), que constituem a primeira fonte de divisas para Honduras. Em segundo lugar vem a “maquila”, manufatura de roupas por meio de mão de obra barata, para exportação, que já é a segunda fonte de recursos, haja vista a estagnação dos setores mais tradicionais, de café e frutas (principalmente banana). Nesse sentido, o país busca firmar Tratado de Livre Comércio com os EUA, ao mesmo tempo em que entretém árduas negociações para renovar o TPS (“Temporal Protection Status”), também com aquele país, pelo qual os imigrantes ilegais ficam temporariamente isentos de serem deportados sumariamente. Com a próxima eleição nos EUA, e a possibilidade de mudança de partido no poder, crescem neste país as preocupações com o fato de ainda não ter entrado em vigor o Tratado de Livre Comércio e com a possibilidade de não ser renovado o TPS.

INDICADORES ECONÔMICOS

	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de crescimento do PIB (%)	-1,9	4,9	2,6	2,7	3,0
Índice inflação (%)	11,7	11,1	9,7	7,7	7,7
Índice produtividade	6,3	6,5	6,6	6,8	7,0
Índice produtividade (exclusivo de bens duráveis)	1,3	1,3	1,4	1,5	1,4
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	5,5	5,6	5,1	5,1	5,3

DIC - The Economist Intelligence Unit

POLÍTICA EXTERNA

Honduras é, e sempre foi, alinhado com os Estados Unidos da América. A negociação da renovação do TPS (Temporal Protection Status) é o ponto prioritário da agenda externa do país, uma vez que cerca de 300 mil hondurenhos vivem na América do Norte. Como evidência dessa política de alinhamento, pode-se mencionar o envio de soldados para o Iraque, retirados, porém, logo depois da saída da Espanha.

Recentemente, houve tensões com Cuba, por ter sido Honduras que apresentou, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, moção de censura à ilha caribenha, apesar de contar com cerca de 500 (quinhentos) médicos cubanos que prestam cooperação neste país. Cuba abriu Embaixada em Tegucigalpa em 2002, mas Honduras ainda não nomeou Embaixador em Havana, mantendo apenas Encarregado de Negócios naquela Capital.

O país continua a ser grande receptor de assistência externa, especialmente de Japão e de Taiwan, país com o qual mantém relações diplomáticas plenas (há Embaixador de Japão residente em Tegucigalpa).

Em termos de relações com os vizinhos, houve avanços positivos nas relações com El Salvador, tradicionalmente tensas em função de dificuldades relativas à delimitação fronteiriça terrestre e marítima, que abriram caminho para a possibilidade de novos investimentos salvadorenhos em Honduras. Permanecem tensões com a Nicarágua, relativas à delimitação da plataforma continental, bem como a respeito de redução de armamentos. O Governo sempre menciona a sua disposição de potencializar as negociações no âmbito dos sistemas SICA (Sistema da Integração Centro Americana) e SIECA (Sistema de Integração Econômica Centro-americano), as quais têm avançado muito lentamente, embora já tenham sido facilitados trâmites aduaneiros e criados documentos únicos a serem preenchidos nas fronteiras.

RELAÇÕES BILATERAIS

A densidade das relações entre Brasil e Honduras ainda é muito baixa, havendo a necessidade de impulsionar projetos de cooperação. Sendo Honduras país essencialmente receptor de cooperação técnica, a circunstância de que outros sul-americanos, tais como Argentina, Chile e Colômbia, mantêm projetos de cooperação, enquanto o Brasil está ausente nessa área, é fator limitante. Em 2003, foi cancelada a vinda de missão da ABC a Tegucigalpa, que havia sido solicitada por iniciativa do Posto. Em termos de cooperação educacional, convém salientar que os Programas PEC-G e PEC-PG, que despertavam muito interesse nos anos 70 e 80 do século passado, não atraem mais os jovens hondurenhos, principalmente porque outros países mais próximos, que falam a mesma língua e oferecem bolsas de estudo, tais como México e Cuba, exercem maior atração. Acresce que inexiste, no país, Centro de Estudos Brasileiros ou qualquer outra escola de idiomas onde se possa aprender a língua portuguesa.

No presente momento, após três anos de contatos, Brasil e Honduras estão chegando à fase final da negociação de Acordo por Troca de Notas que estipula a dispensa de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, bem como de Acordo para Dispensa de Vistos de Turismo e Negócios em passaportes comuns. A entrada em vigor, pelo lado brasileiro, dos referidos Acordos, atende a importante reivindicação das autoridades hondurenhas, que já decidiram, unilateralmente, desde 2002, deixar de exigir visto de entrada para qualquer tipo de passaporte brasileiro.

COMÉRCIO BILATERAL

O aspecto mais importante das relações entre Brasil e Honduras reside no comércio, que no entanto se mostra totalmente desequilibrado em favor do Brasil. Saliente-se que as exportações brasileiras cresceram de US\$ 34,8 milhões em 2001 para US\$ 47,9 milhões em 2002 e para US\$ 72,4 milhões em 2003. O salto de 2002 para 2003 foi de 51,15%. No que diz respeito às exportações de Honduras para o Brasil, permanecem no patamar de US\$ 400 mil.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são: fumo, papel, perfis de ferro e aço, tecidos de algodão, barras de ferro e aço, papel, ladrilhos de cerâmica, fios de alumínio, caldeiras, contadores elétricos, veículos automotores, eletrodomésticos, sementes e aparelhos de cozinha, entre vários outros.

Em 2003, o Itamaraty tentou facilitar contatos visando à venda de aviões de treinamento militar para Honduras, mas as negociações não prosperaram. É importante recordar que a Força Aérea Hondurenha tem 13 aviões Tucano em operação. Cabe mencionar também o interesse da Andrade

Gutiérrez na construção da usina hidrelétrica El Tigre, mega-projeto binacional do Brasil e Honduras, no Rio Lempa, na fronteira entre os dois países, para a geração de 743 MW. Projeto do BND. do BNDES.

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões):

BRASIL ⇒	1999	2000	2001	2002	2003
Exportações	35,8	31,6	34,8	47,9	72,4
Importações	0,16	0,69	0,40	0,40	0,43
Superávit/déficit do Brasil	+35,7	+30,9	+34,4	+47,5	+71,9

Fonte: MDIC/SECEX

PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS EM VIGOR

Nome	Assinatura	Entrada em Vigor
Convenção de Arbitramento	26/04/1909	24/04/1914
Convênio Cultural	22/10/1957	12/03/1963
Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica	11/06/1976	05/01/1977
Acordo para a Constituição de uma Comissão Mista Brasileiro-Hondurenha	28/08/1981	28/08/1981

Aviso nº 1.416 – C. Civil

Em 24 de novembro de 2004

A Sua Excelência o Senhor
Senador Romeu Tuma
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Roberto de Almeida Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Emprego e Trabalho; e

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2003 (nº 5.119/2001, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Milton Santos” a BR-242 (Bahia-Brasília), que atravessa a Chapada Diamantina e o oeste baiano.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 36, de 2004** (nº 2.238/2004, na origem), de 24 do corrente, do Tribunal

de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades, referente ao 3º trimestre de 2004.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 16, de 2004, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.477, DE 2004

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado de Minas e Energia referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país, considerando:

1º) Que o Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, regulamenta a comercialização de energia elétrica no setor elétrico brasileiro; e

2º) Para o cumprimento do disposto no art. 18 do citado Decreto, os agentes de distribuição apresentam declaração ao Ministério de Minas e Energia, até 30 de setembro do corrente ano, definindo os montantes de energia e potência associada, a serem contratados em 2004, para entrega a partir de cada ano do período compreendido entre 2005 e 2009.

Solicito sejam informadas as necessidades de energia e potência de cada agente distribuidor do Sistema Interligado Nacional para o período compreendido entre 2005 e 2009.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 2004.

– **Efraim Morais.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.478, DE 2004

(Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

(Requerimento nº 27 de 2004-CI)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.

1º) O último leilão para concessão de usinas hidrelétricas foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005.

Os projetos listados para o próximo leilão dependerão de licença prévia ainda a ser obtida, o que

poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005.

Considerando que o prazo de implantação de usinas após a definição do leilão varia de 4 a 6 anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011.

2º) Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional, Financial Times. Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas nos respectivos Ministérios.

3º) É absolutamente necessário conhecer a situação de projetos já concessionados que totalizam mais de 6.000 MW e as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas, no que tange os seguintes projetos:

a) UHE Estreito – 1087 MW – Rio Tocantins – TO;

b) UHE Santa Isabel – 1087 MW – Rio Araguaia (TO/PA);

c) UHE Couto Magalhães – 150 MW – Rio Araguaia (GO);

d) UHE São Salvador – 241 MW – Rio Tocantins (TO);

e) UHE Itaocara – 210 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ/MG);

f) UHE Simplício – 360 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ);

g) UHE Foz do Chapecó – 855 MW – Rio Uruguai (SC/RS);

h) UHE Paiquerê – 290 MW – Rio Pelotas (SC/RS);

i) UHE São Jerônimo – 360 MW – Rio Tibaji (PR);

j) UHE Cubatão – 50 MW – Rio Cubatão (SC);

k) UHE Monjolinho – 67 MW – Rio Passo Fundo (RS);

l) UHE São Domingos – 50 MW – Rio Claro (MS);

m) UHE Salto Pilão – 180 MW – Rio Itajaí-Açu (SC);

n) UHE Corumbá 3 – 94 MW – Rio Corumbá (GO);

o) UHE Cachoeirinha/São João – 105 MW – Rio Fundão (PR);

p) UHE Itumirim – 56 MW – Rio Corrente (GO);

q) UHE Caçu e Barra dos Coqueiros – 155 MW – Rio Claro (GO);

r) UHE Salto do Rio Verdinho – 93 MW – Rio Verde (GO);

- s) UHE Salto – 108 MW – Rio Verde (GO);
- t) UHE Murta – 120 MW – (MG);
- u) UHE Baú – 110 MW – (MG).

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2004.

– **Efraim Morais.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 1.479, DE 2004

(Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

(Requerimento nº 24, de 2004-CI)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações abaixo elencadas à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.

1º) O último leilão para concessão de usinas hidrelétricas foi realizado no ano de 2002 e o próximo, segundo o Ministério das Minas e Energia, deverá ser em 2005.

Os projetos listados para o próximo leilão dependerão de licença prévia ainda a ser obtida, o que poderá comprometer a data do mesmo. É possível que só ocorra no segundo semestre de 2005.

Considerando que o prazo de implantação de usinas após a definição do leilão varia de 4 a 6 anos, a energia do próximo leilão estará disponibilizada para o período de 2005 a 2011.

2º) Aponta-se para uma possível crise no suprimento de energia a partir de 2007, noticiada inclusive pela imprensa internacional, Financial Times. Diante do exposto, desejamos saber se procedem as informações e as providências adotadas nos respectivos Ministérios.

3º) É absolutamente necessário conhecer a situação de projetos já concessionados que totalizam mais de 6.000 MW e as razões pelas quais ainda não foram iniciadas as obras e a previsão do início de operação das mesmas, no que tange os seguintes projetos:

- a) UHE Estreito – 1087 MW – Rio Tocantins – TO;
- b) UHE Santa Isabel – 1087 MW – Rio Araguaia (TO/PA);
- c) UHE Couto Magalhães – 150 MW – Rio Araguaia (GO);
- d) UHE São Salvador – 241 MW – Rio Tocantins (TO);
- e) UHE Itaocara – 210 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ/MG);
- f) UHE Simplício – 360 MW – Rio Paraíba do Sul (RJ);

g) UHE Foz do Chapecó – 855 MW – Rio Uruguai (SC/RS);

h) UHE Paiquerê – 290 MW – Rio Pelotas (SC/RS);

i) UHE São Jerônimo – 360 MW – Rio Tibaji (PR);

j) UHE Cubatão – 50 MW – Rio Cubatão (SC);

k) UHE Monjolinho – 67 MW – Rio Passo Fundo (RS);

l) UHE São Domingos – 50 MW – Rio Claro (MS);

m) UHE Salto Pilão – 180 MW – Rio Itajaí-Açu (SC);

n) UHE Corumbá 3 – 94 MW – Rio Corumbá (GO);

o) UHE Cachoeirinha/São João – 105 MW – Rio Fundão (PR);

p) UHE Itumirim – 56 MW – Rio Corrente (GO);

q) UHE Caçu e Barra dos Coqueiros – 155 MW – Rio Claro (GO);

r) UHE Salto do Rio Verdinho – 93 MW – Rio Verde (GO);

s) UHE Salto – 108 MW – Rio Verde (GO);

t) UHE Murta – 120 MW – (MG);

u) UHE Baú – 110 MW – (MG).

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2004.

– **Efraim Morais.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 1.028/2004

Brasília, 29 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Ibero Ferreira, (PTB – RN), na qualidade de Suplente, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para 2004.

Ao ensejo renovo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Sr. Senador Iberê Ferreira como suplente para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, com amparo regimental, solicito a V. Ex^a inscrever-me para uma comunicação inadiável em tempo oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será inscrito, intercalado com os oradores inscritos.

O SR PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Papaléo Paes.

O SR PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO) – Será assegurada a V. Ex^a a inscrição, intercalada com os outros oradores normalmente inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, primeiro Vice-Presidente desta Casa, Senador Paulo Paim.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que trago informação recebida de que, no próximo dia 3 de dezembro, dia internacional da luta das pessoas com deficiência, proclamado pela ONU em 1981, celebraremos essa data com o lançamento oficial, no Rio Grande do Sul, do projeto Cantando as Diferenças.

Estamos desenvolvendo este projeto em conjunto com a Ulbra, Universidade Luterana do Brasil; o Sintec, Sindicato dos Técnicos da Indústria do Rio Grande do Sul; a Copelmi, Companhia de Mineração do Rio Grande do Sul; a Rádio Vale Feliz; a Prefeitura Municipal de Gravataí; a Faders, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas do Rio Grande do Sul e o Cipp, conhecido como Centro de Integração Paulo Paim.

A idéia do projeto foi apresentada durante o Seminário “Pessoa com Deficiência – Célula-Tronco: Raízes de Problemas ou Ramos de Soluções”, realizado no dia 17 de agosto, na Ulbra, pelo cantor nativista Xará,

que está com contribuindo para que possamos vencer mais este desafio.

Sr. Presidente, o projeto Cantando as Diferenças propõe uma mudança de paradigma nos aspectos culturais, sociais e individuais. A matéria tem muito a ver com a linha de atuação pela qual me tenho pautado aqui no Senado da República, mesmo quando era Deputado. Cantando as Diferenças fala da história dos nossos idosos e, conseqüentemente, tem tudo a ver com o Estatuto do Idoso, que foi transformado em lei, mediante projeto de nossa autoria.

Cantando as Diferenças, que vai ser lançado na praça em Gravatí, fala da permanente importância e luta contra os preconceitos e aborda o Estatuto da Igualdade Racial. Este projeto, Sr. Presidente, trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, da luta dos mais pobres, das mulheres, daqueles que dependem do salário mínimo: mais 112 milhões de brasileiros.

Cantando as Diferenças tem como objetivo principal o reconhecimento políticas das diferenças com a participação de todos os povos, com as suas diferenças étnicas, sociais e individuais, promovendo, assim, a mudança de modelos tradicionais que abordam essas temáticas com uma visão discriminatória e preconceituosa.

Cantando as Diferenças fala das nossas crianças, das mulheres, dos pobres, dos negros, dos deficientes, dos idosos. As poesias, canções, letras musicais, que farão parte do projeto e que serão apresentadas à sociedade mediante festivais e concursos, serão transformadas em livros e gravadas em CDs.

Este projeto visa atingir em um primeiro momento todas as regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, o projeto daqueles que estão a trabalhar nessa área que considero de suma importância para o povo brasileiro pretende fazer com que se estenda a todo o País.

Sabemos que a arte e a cultura, historicamente, foram ferramentas utilizadas para provocar mudanças de conceitos e concepções, contribuindo com muitas ações que hoje temos como realidade em nossas vidas.

Cantar as diferenças com olhares de cidadania agrada-nos muito, pois acompanhamos as lutas que esses segmentos têm enfrentado para sua inclusão no Estado e na sociedade.

Estamos apoiando este projeto, por entendermos que será extremamente significativo para que, juntos, possamos realizar o sonho de um mundo mais justo e fraterno para todos, onde ninguém seja discriminado.

Convidamos a todos para o seu lançamento, que ocorrerá na cidade de Gravataí, lá no meu Rio Grande

do Sul. Será no Parcão, Parada 79, às 19 horas, da próxima sexta-feira. Ali, haverá atividades culturais de artistas locais e regionais.

Sr. Presidente, este projeto, defendido pela sociedade do Rio Grande e que tem muito a ver com a minha linha de atuação aqui, no Congresso Nacional, ele relaciona-se também, uma vez que lá estarão servidores públicos, Sr. Presidente, com a luta dos servidores públicos. Aí, volta-se à temática da PEC Paralela.

Estamos praticamente terminando o ano e a PEC Paralela ainda não foi votada. Lembro-me desse assunto, porque ainda hoje uma senhora me ligou e disse-me que ela está com câncer. Vai se aposentar por invalidez, mas que, pela proposta aprovada e já promulgada na Câmara e no Senado, a aposentadoria por invalidez – que faz parte da chamada PEC principal – não está garantindo a paridade. Ela está garantida é na PEC Paralela. Então, a PEC paralela interessa a milhares e milhares de brasileiros.

Por isso, neste fim de ano, espero que o espírito de Natal, de início de ano, contamine a Câmara dos Deputados positivamente, Senador Edison Lobão, para que a PEC Paralela, com a qual se criou uma grande expectativa há um ano, seja votada.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permito um aparte a V. Ex^a, com satisfação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Com a educação política que caracteriza V. Ex^a, a cobrança é feita de modo ameno. Devo dizer, Senador Paulo Paim, que a PEC é o produto de uma negociação entre Senadores e Deputados, lideranças políticas. Foi acertado que se votaria e se aprovaria a PEC da Previdência desde que se aprovasse também a PEC Paralela, que corrigia deformações da primeira. Na condição de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, participei dessas negociações e lastimo que o acordo não tenha sido cumprido como foi fechado. Ao longo da minha vida pública, aprendi que acordo político é para ser cumprido e não para servir de embromação em relação a quem acerta detalhes dessa natureza. Portanto, venho secundar V. Ex^a na solicitação que faz às lideranças na Câmara no sentido de que cumpram o acordo aqui firmado e votem a PEC Paralela que tantos e tão bons serviços haverá de prestar aos nossos servidores públicos brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão. Na sexta-feira passada, falei sobre este assunto, e os Senadores que estavam no plenário concordaram unanimemente. Percebo que hoje também é assim porque conheço o voto de cada um dos que estão aqui. Todos os Senadores presentes

naquela sessão histórica votaram pela aprovação da PEC Paralela. Mesmo aqueles que votaram contra a chamada PEC principal, na Paralela nos acompanharam. Falamos PEC Paralela mas nem todos sabem o que ela traz. Nela está garantida a aposentadoria para a dona-de-casa; está garantido efetivamente que as pessoas que se aposentarem por algum tipo de doença crônica ou por invalidez não pagarão os 11%; está assegurada a paridade, ou seja, quem está aposentado vai ter o mesmo reajuste de quem está na ativa no serviço público; está garantida a regra de transição. Milhares de pessoas estão na expectativa para decidir suas vidas a partir da aprovação da PEC Paralela.

Por isso, Sr. Presidente, mais uma vez, falo no assunto. Este já deve ser o meu centésimo discurso defendendo que a Câmara dos Deputados cumpra o acordo firmado entre todos os partidos. Sempre digo que não existe um partido no Senado Federal e outro na Câmara dos Deputados. O PT do Senado Federal é o PT da Câmara dos Deputados; o PLF do Senado Federal é o PFL da Câmara dos Deputados; o PSDB do Senado Federal é o PSDB da Câmara dos Deputados. O acordo foi feito com todos os partidos. Por isso, não consigo entender como a Câmara dos Deputados não vota, de forma definitiva, essa PEC que está sendo cobrada – com razão – por grande parte da população brasileira.

Nesse sentido, mais uma vez, reafirmo a nossa posição. Como disse o Senador Edison Lobão, fica difícil fazer acordos. Como podemos fazer acordos, se eles não são cumpridos? Confesso que, depois que fizeram o acordo sobre essa matéria – e eu participei diretamente da PEC Paralela –, nunca mais me procuraram para fazer acordo. Por quê? Porque sabem que eu direi: comigo, não. Acordo, só depois de cumprir o da PEC Paralela.

E foi assim meu voto quando da votação do salário mínimo. Votei contra porque sabia que não havia nada que apontasse para uma resposta positiva para o salário mínimo. Por isso, não poderia ser diferente. Acordo, para mim, ou se cumpre, ou não se cumpre. Aquele que não cumprir o acordo não me procure num segundo momento, porque naturalmente não serei parceiro, como não tenho sido parceiro em posições que vão na linha dos ditos acordos, já que, infelizmente, eles não estão sendo cumpridos.

Concedo um aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, peço um aparte a V. Ex^a para registrar a seriedade com que conduz seu mandato, especialmente neste assunto que diz respeito aos servidores, principalmente públicos, os mais sacrificados de todo esse processo de reforma aprovada nesta Casa – já havia

sido aprovada na Câmara dos Deputados – e que só foi aprovada aqui porque surgiu, na última hora, a denominada PEC Paralela. Essa PEC Paralela serviu de argumento inclusive para que V. Ex^a, com toda a sua boa-fé, com toda a sua determinação, se empenhasse junto a alguns colegas que resistiam, como V. Ex^a, à PEC nº 67. V. Ex^a teve uma conversa comigo, mantive meu voto contra a PEC nº 67, mas esperava que a PEC Paralela fosse aprovada. É desolador para todos nós, principalmente para aqueles que assumiram o compromisso ao aprovar a PEC nº 67, que a PEC nº 77 não tenha sido aprovada. Houve até mesmo convocação das duas Casas para que isso ocorresse, mas até hoje a Câmara dos Deputados não concluiu o trabalho que deveria ter sido concluído durante a convocação do início do ano. Senador Paulo Paim, manifesto os meus respeitos a V. Ex^a e reafirmo a admiração que tenho pelo seu trabalho sério e competente, sobretudo em relação ao servidor, ao trabalhador. Fica registrado o meu reconhecimento, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo um aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, é necessário persistir, e V. Ex^a é persistente. A presença de V. Ex^a na tribuna dá ênfase àquilo que sugerimos: que não haja mais acordo no Senado Federal sem a participação da Mesa e das lideranças da Câmara dos Deputados. Não podemos, de forma alguma, gerar expectativas no Senado que depois se frustram na Câmara. Praticamente um ano depois, continuamos a discutir a PEC Paralela no Senado Federal porque a Câmara dos Deputados, lamentavelmente, não convalidou o acordo aqui celebrado. Naquela época, eu dizia desta tribuna que a PEC Paralela era um instrumento arduamente elaborado para aplacar consciências atormentadas, que levavam Senadores a refletir sobre as conseqüências do voto na proposta do Poder Executivo aprovada pela Câmara dos Deputados. A PEC Paralela veio, portanto, para amenizar os males causados pela reforma da Previdência Social, mas isso não ocorreu. Os prejuízos são irrecuperáveis nesse período. Quantos tiveram que se aposentar ao longo desse tempo, ou estão retardando a sua aposentadoria à espera da aprovação da PEC Paralela? Enfim, o que devemos destacar é a necessidade de assumirmos séria e responsabilmente os acordos realizados nesta Casa. O Poder Executivo é aqui representado por lideranças que falam em nome dele. Portanto, o não-cumprimento do acordo pela Câmara dos Deputados implica repudiarmos desta Casa a postura do Poder Executivo pelo fato de não exigir que se honre, por meio de suas lideranças, o que foi acertado no Senado Federal. V. Ex^a novamente presta esse

serviço porque tem autoridade; é membro integrante do PT e da base de apoio do Governo e tem contribuído nesta Casa não apenas com seu voto favorável a propostas do Governo, mas com a sua participação ativa nas discussões que levam ao entendimento que sempre buscamos para contribuir com a governabilidade do País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SC) – Cumprimento os Senadores Papaléo Paes e Alvaro Dias, porque ambos têm autoridade, já que nos acompanharam nosso voto na PEC paralela. Votaram contra a chamada PEC principal, mas, ao apreciar a paralela, ambos entenderam o apelo feito pelas lideranças dos servidores e acompanharam nosso voto.

Vou concluir, Sr. Presidente. Voltarei a falar, com o tempo necessário, sobre esse assunto. Até agora não entendi a posição da Comissão de Orçamento que fala em um salário mínimo de R\$283,00. Vou explicar por quê: a inflação projetada, de abril a abril – hoje vi uma estimativa de 11% –, conforme o índice usado, ela pode ser de 11%, de 8% ou de 7%. Não me basearei nem no percentual de 7% nem no de 11%, mas no indicador normalmente usado, o INPC, que deve ficar em torno de 8% no período de abril deste ano a abril do ano que vem. Se considerarmos a inflação de 8% nesse período e o PIB – uns falam em 4,5% e outros em 5,5% – ficarei com 5% –, o salário mínimo, atendendo às disposições da LDO, será R\$294,20. Ou não se vai cumprir nem o que manda a LDO?

Por isso, Sr. Presidente, tenho dito que a Comissão de Orçamento pode apontar caminhos, mas ela não fixa o valor do salário mínimo, que será determinado aqui após votações nos meses de março e abril, a não ser que a data-base do salário mínimo mude do dia primeiro de maio para o dia primeiro de janeiro. Dessa forma, poderiam trabalhar com a inflação dos últimos doze meses, que vai fechar agora em dezembro. Como não é esse o quadro, porque a data-base é primeiro de maio, vamos considerar 8% de inflação e 5% do PIB, o que significa o salário mínimo no valor de R\$294,20.

Como este é o terceiro ano de nosso Governo, acredito que vamos melhorar o valor do salário mínimo e ultrapassar a barreira dos R\$300,00. No ano passado, apresentei projeto que visa garantir, em 1º de maio de 2005, o salário mínimo de R\$300,00, acrescido do PIB. Devemos avançar e torço para que isso realmente aconteça.

Para concluir, Sr. Presidente, espero que ninguém tenha a ousadia de encaminhar a esta Casa projeto que vise tirar do aposentado a garantia do salário mínimo unificado. Inúmeros articulistas, de diversos jornais, em matéria naturalmente “plantada”, dizem que a saí-

da para aumentar o salário mínimo seria desvincular o mínimo da área privada do mínimo do aposentado.

Quem diz isso não deve entender nada dessa área. O piso regional já está desvinculado; existe o piso da categoria, que também está desvinculado. Agora, vão alterar a Constituição? Para isso é necessário o voto de três quintos. Quero ver três quintos dos Senadores dizerem que o aposentado não terá direito sequer ao salário mínimo unificado em âmbito nacional.

Ainda penso que isso é uma provocação, para depois dizerem que o povo esperava um mal maior e veio um mal menor. Não acredito que alguém terá a ousadia de encaminhar emenda constitucional retirando do idoso a garantia do salário mínimo pago no País a quem está em atividade e mesmo a quem depende do seguro-desemprego, dizendo que ele não será assegurado ao aposentado e ao pensionista.

Não acredito que o Governo fará isso. Também não será Deputado ou Senador que haverá de encaminhar uma proposta absurda, esdrúxula, discriminatória para acabar com a vida de nosso idoso.

Ainda hoje eu conversei com os líderes da Copab, os quais se mostraram muito preocupados, temendo que isso possa acontecer. Eu os tranqüilizei, dizendo-lhes de que nesta Casa não haverá de passar uma proposta que discrimine os idosos. Se tal acontecer, recorreremos à Justiça baseados no Estatuto do Idoso, pois essa é uma discriminação hedionda contra aqueles que têm mais de sessenta anos.

Por isso, Sr. Presidente, estou apresentando o pedido de urgência urgentíssima para o Projeto nº 200, de minha autoria, que garante ao trabalhador o mínimo de R\$300,00 mais o PIB e estende a aposentados e pensionistas o mesmo percentual de reajuste.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Por se tratar de sessão não deliberativa, concedo a palavra ao primeiro inscrito para comunicações inadiáveis, Senador Papaléo Paes. Em seguida, falará o Senador Edison Lobão, por cessão do Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na última sexta-feira, na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, realizou-se cerimônia que encerrou uma novela de mais de dez anos de reivindicação. Trata-se da construção de um novo aeroporto internacional que atenda às necessidades de Estado do Amapá.

O novo aeroporto elevará a capacidade atual de passageiros, que é de cerca de 400 mil por ano, segundo fonte da Infraero. O projeto é uma readequação do aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins.

Como disse anteriormente, a construção de um novo aeroporto é reivindicação antiga e, neste contexto, faço questão de dizer que, quando fui Prefeito de Macapá, no período de 1993 a 1996, junto com a Infraero, procedemos ao ordenamento das áreas de invasão no entorno do aeroporto de Macapá e criamos o bairro da Infraero. Abrimos ruas e lotes dimensionados de acordo com o Código de Postura do Município, além de resolver um problema crônico, que foi o remanejamento das casas que se encontravam ao longo do canal do Jandiá e transformamos a Lixeira Pública, com as orientações dos técnicos da Sema, Secretaria do Meio Ambiente do Amapá.

O novo aeroporto de Macapá, sem dúvida alguma, é uma conquista de todos, sem exceção, particularmente, Senador Mozarildo Cavalcanti, dos parlamentares, em todos os níveis. Todas essas figuras políticas trabalharam em prol do nosso aeroporto e nunca deixaram de reivindicar esta obra, que teve início há dez anos, quando eu era Prefeito de Macapá. Por uma articulação política muito forte do Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, conseguimos fazer uma integração da Prefeitura de Macapá com a Infraero e celebrar um convênio com o Governo do Estado do Amapá, para dar condições de reforma o aeroporto.

Na condição de Parlamentar, nunca deixei de lado essa reivindicação e sempre me somei ao Senador José Sarney para resolver essa questão importantíssima para o nosso Estado.

Conforme já falei em discursos anteriores nesta Casa, é sempre bom lembrar que o Estado do Amapá pode dar uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico e social do País, por sua importância estratégica, pela possibilidade de abrir novas perspectivas para a nossa economia e por representar um novo caminho para os grandes mercados mundiais.

Por isso, faço questão de dizer que nunca fique alheio ou omisso nas reivindicações do Estado do Amapá e não posso ser tratado como se assim procedesse.

Quero deixar registrada essa minha frase final exatamente porque, na condição de Senador mais votado, eleito pela vontade soberana do povo amapaense, assinalo que todos, nessa solenidade que passou, deveriam ser tratados, indiscriminadamente, com o mesmo respeito.

Por isso, fiz questão de ir ao meu Estado para essa solenidade. Espero que, pelo menos, a minha

presença junto ao público que assistia àquele importante evento tenha feito com que o povo do Amapá reconheça que estou exercendo com dignidade e correção o meu mandato. Jamais qualquer ressentimento por razões políticas ou politiqueras me impediria de apoiar tão importante evento.

O povo do meu Estado me conhece muito bem, Sr. Presidente, sabe que faço política com responsabilidade. Por isso, graças a Deus, sou respeitado. Para mim, o que interessa é isto: que o povo que me elegeu continue a me respeitar. Primeiramente, porque respeito esse povo que acredita que política se faz com seriedade, que se faz com determinação, que se faz com compromisso e, principalmente, com respeito para com a sociedade.

Assim, Sr. Presidente, quero deixar registrado esse grande evento para o Estado do Amapá, agradecer ao Presidente José Sarney pelo seu empenho e pela sua persistência de dez anos. Na sexta-feira, acredito que alcançaremos o êxito que já estávamos esperando por toda uma década.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Edison Lobão, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Em seguida, ouviremos as palavras da Senadora Heloísa Helena, que falará por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta etapa vivida por nosso País, em que há uma geral preocupação e mesmo ansiedade na procura dos instrumentos que assegurem o desenvolvimento nacional, suscita-me grande satisfação afirmar, desta tribuna, que estamos em face de um dos maiores investimentos que se realizarão a curto prazo no Brasil e até mesmo na América Latina.

Trata-se da associação, que vem sendo estudada desde 2002, do grupo empresarial chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à implantação de uma usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço. É uma integração de empreendedores, agora reforçada pela recente visita do Presidente da China ao Brasil e sua comitiva de autoridades e empresários daquele país.

A Vale é uma das maiores exportadoras mundiais de minério de ferro de alta qualidade, proveniente da sua jazida em Carajás, localizada no Estado do Pará, enquanto a Baosteel se apresenta como a maior produtora chinesa de aço. A empresa brasileira detém e opera uma das mais modernas ferrovias do mundo, a

Carajás–Ponta da Madeira, em São Luís, e também mantém na capital maranhense um porto exportador de excelentes condições operacionais, por onde escoar a sua produção de minério.

Pelos estudos já concluídos, verificou-se ser a cidade de São Luís – onde a Vale já possui uma planta de pelotização – a localização mais adequada à implantação do projeto. De um lado, pelos aspectos logísticos; de outro, em razão das extraordinárias condições operacionais e naturais do complexo portuário já existente em São Luís.

A questão da implantação em São Luís de uma usina siderúrgica tornou-se algo concreto, merecendo a melhor atenção dos maranhenses e de todos os brasileiros para o inteligente aproveitamento das grandes oportunidades que advirão de tal empreendimento.

Essa feliz perspectiva interessa particularmente ao Maranhão, mas, pelas suas repercussões e desdobramentos, corresponde aos mais elevados interesses da Nação brasileira.

Na verdade, o Maranhão, ao longo de nossa história, tem sido um dos entes federativos a dar um das mais relevantes contribuições ao progresso nacional. Em passado recente, meu Estado teve significativa importância no fornecimento de gêneros alimentícios ao País. Ficou conhecido como o “celeiro nordestino”, em razão do peso de sua produção, especialmente de arroz, no abastecimento do Nordeste e de outras partes do Brasil.

Não são poucos os historiadores econômicos que apontam o papel que essa produção de cereais, proveniente do Maranhão, desempenhou no processo de industrialização que se desenvolveu no Brasil a partir do Governo Juscelino Kubitschek.

Peço permissão aos meus Pares para o registro de um ponto de história em torno da siderurgia mundial e brasileira nos últimos anos. A partir do processo de privatização do setor no Brasil, no período de 1991 a 1993, os investimentos que nele se realizaram privilegiaram a melhoria do *mix* de produtos, em detrimento da ampliação da capacidade criativa instalada. Se isso tornou a siderurgia brasileira mais competitiva, ao melhorar o nível tecnológico dos seus produtos, também evidenciou a necessidade do incremento da capacidade de ampliação das plantas em operação e da implantação de novas usinas. Aí surgiu, como idéia primária, a construção de uma usina siderúrgica em São Luís, que se enquadra nos aspectos técnicos exigidos por esse novo estágio da siderurgia no Brasil.

Por outro lado, verificou-se – tanto no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) quanto na Europa, ao longo dos anos 90 – uma acentuada redução no número de altos-fornos ali existentes, acompa-

nhada de aumento da importação de produtos siderúrgicos. Apenas a Arcelor, a maior siderúrgica mundial, projeta uma redução de capacidade instalada de 8 milhões de toneladas, ao longo do período 2005/2010 na França, Bélgica e Alemanha, enquanto se estimam importações na área do Nafta de 12 a 18 milhões de toneladas, para o mesmo período.

Em contraste com esse cenário, a indústria siderúrgica chinesa vem batendo recordes de produção. Em 1990, a China produziu 66,3 milhões de toneladas, o que equivalia a 8,6% do total mundial. Em 2003, esses números chegaram a 220,1 milhões de toneladas – saltaram, portanto, de 66 milhões, em 1990, para 200 milhões de toneladas, em 2003 –, o que correspondeu a 22,8% da produção mundial. Excluindo-se a China, para efeito comparativo, a produção mundial teria crescido anualmente apenas 1,8% no período 1990-2003, e a produção da China, 9,7%.

Em 1996, segundo dados extraídos do Anuário Estatístico Siderúrgico do International Iron and Steel Institute, edição de 2003, a China superou o Japão como maior produtor mundial de aço. Nessa ocasião, a diferença de produção entre os dois países era de 2,4%. Em 2003, já tinha se elevado para 99%.

A siderurgia chinesa na presente década vem mantendo a performance da anterior, sendo que em 2003 a sua produção de aço bruto cresceu 22%; a importação de minério de ferro, 33%; a importação de laminados, 52%; e a de semi-acabados, 21%.

Esses números evidenciam que a siderurgia mundial está ficando cada vez mais dependente e vulnerável à China. Nesse momento, pode-se repetir o comportamento verificado em 1993-1995 em relação às importações, quando elas recuaram de 37 para 15 milhões de toneladas. Fizeram regredir as importações chinesas de produtos siderúrgicos em um total mundial de 17% para 6% em apenas dois anos.

O vigoroso crescimento da indústria siderúrgica chinesa vem requerendo substanciais investimentos. Estimando-se para o período de 1995 a 2001, que eles tenham alcançado o montante de US\$5 bilhões e 600 milhões por ano. Atingiram US\$7 bilhões e 200 milhões em 2002 e US\$16 bilhões em 2003.

Ao longo do biênio 2003/2004, a expansão da capacidade instalada da siderurgia chinesa contemplará números absurdos. Eu peço a atenção dos Srs. Senadores. A expansão da capacidade instalada da China contemplará a instalação de 138 novos altos-fornos; 57 novas coqueiras; 53 novas sinterizações; 89 novas aciarias e 97 novas laminações.

Nós estamos, no Maranhão, Senador José Jorge, a quem concedo um aparte, há quarenta anos tentando fazer a instalação de apenas uma laminação.

Quarenta anos de luta para instalar uma laminação e a China, em apenas dois anos, instalará noventa e sete laminações.

Ouçó o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Meu caro amigo Senador Edison Lobão, eu acho muito importante esse discurso que V. Ex^a faz neste momento, porque nos traz uma série de informações de um setor em que o Brasil é competitivo: a área siderúrgica. O setor privatizado tinha muitos problemas e deu certo essa privatização. As empresas brasileiras, tais como a Gerdau, a Companhia Siderúrgica Nacional e outras, já têm aquisição de fábricas em outros países, inclusive nos Estados Unidos, que são o maior mercado do mundo. E nós verificamos que a China está dando esse salto na área siderúrgica, o que é preocupante para nós. Porque, na realidade, nós temos esse mercado internacional hoje, mas, se no futuro a China continuar com esse padrão de investimento, certamente a China terá esse mercado. E ficamos ainda mais preocupados há pouco tempo, quanto esteve aqui o Presidente da China e o Brasil aceitou declarar que a China era um mercado capitalista, quer dizer, que a China tinha uma economia de mercado. E não o tem! Todos nós sabemos que a China não tem ainda uma economia de mercado. Há muitos subsídios cruzados. Portanto os outros países têm que se proteger de alguma forma de vendas que os chineses ainda hoje praticam no mundo inteiro. Então, eu acho que o Brasil errou em dar esse **status** à China e que nós temos que nos preocupar em investir, não só em siderurgia mas também em energia, porque na realidade sem energia não se pode ter uma indústria siderúrgica forte. Acho muito importante o discurso de V. Ex^a. São informações que muitos de nós aqui, inclusive eu, não conhecíamos sobre a indústria chinesa e, me parece, bastante interessantes para serem trazidas aqui neste momento. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador José Jorge, com a autoridade de quem foi Ministro das Minas Energia – e devo dizer um dos mais eficientes Ministros do Estado deste País, notadamente na área das Minas Energia – discorre com perfeição sobre o tema. Nós temos que tomar nossas precauções. O Brasil é o maior produtor e o maior exportador de minério de ferro do mundo; todavia, não é o maior nem um dos maiores produtores de laminados de aço e seus derivados.

Lamentavelmente falta-nos investimentos, porque o Governo Federal tem-nos negligenciado ao longo das décadas. Nós não podemos nos vangloriar de sermos grandes exportadores de minério de ferro; nós precisamos exportar o aço acabado. E é isso que está fazendo a China, que começou na economia aberta há poucos

anos, e, apesar disso, com sua agilidade administrativa, com sua rapidez, com sua mão de obra, com sua Justiça que funciona com rapidez, com tudo isso junto, a China alcançou patamares extraordinários na produção de aço, tornando-se o maior produtor do mundo e maior exportador e o maior consumidor.

Sr. Senadores, esse elevado volume de investimentos chineses vêm sendo empreendidos basicamente por empresas estatais e, apesar do crescimento da importância delas e das empresas privadas, essas respondem por apenas 12,4% da produção de aço bruto. Já a participação de empresas estrangeiras é pouco representativa, embora tal realidade esteja começando a mudar.

De ponto de vista do Maranhão, a questão siderúrgica não constitui exatamente uma novidade. Quando da descoberta das jazidas de Carajás, apresentou-se a possibilidade de implantar-se uma usina, em São Luís, voltada para o beneficiamento do minério recém-descoberto. Essa possibilidade constou de I Plano Siderúrgico Nacional de 1968, retomada em 1987, no Governo José Sarney, por ocasião do II Plano Siderúrgico Nacional, que propunha duplicar a capacidade instalada na siderurgia brasileira para 50 milhões de toneladas até o ano 2000, a um custo de US\$24 bilhões.

Para atingir essa meta, além das usinas já em operação, quatro novas plantas deveriam ser construídas, sendo duas usinas integradas à Coque (Maranhão e Santa Catarina) e duas laminações (Ceará e o Rio Grande do Sul). No caso do Maranhão, previa-se a implantação de uma usina com capacidade instalada de três milhões de toneladas, especializada em placas.

Ressalte-se que nesse período, ou seja, os anos oitenta do Século passado, a Companhia Vale do Rio Doce já exportava pelo porto de Ponta da Madeira, situado no complexo portuário de São Luís, cerca de 35 milhões de toneladas por ano de minério de ferro, colocando o Maranhão no espaço mundial de acumulação de capital da indústria siderúrgica. Assim, a instalação de uma usina de placas de aço na capital maranhense reafirma uma potencialidade que já foi identificada há quase quarenta anos, objeto de variados planos, quer nacionais, quer estaduais, ao longo de todo esse tempo. A infra-estrutura que se implantou no Estado desde então, os investimentos em logística e transportes, todos convergem para que tão esperado projeto siderúrgico finalmente se concretize.

O processo, neste momento, assumiu uma dinâmica tal que, ao lado dos estudos de implantação da usina Baosteel/Vale, especula-se sobre a possibilidade de se construir, na mesma área prevista para essa, mais duas plantas semelhantes: uma, fruto de associação

com a empresa coreana POSCO; e a outra, resultante de sociedade com uma empresa alemã.

O empreendimento com os chineses representa uma capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas, em sua primeira etapa, podendo atingir 7,5 milhões de toneladas, na hipótese de instalação de um segundo alto-forno.

Para a concretização deste perfil produtivo, calcula-se uma necessidade de investimentos na ordem de US\$1,4 bilhão, na primeira etapa, demandando-se mais US\$930 milhões para a segunda etapa, totalizando em investimentos US\$2,41 bilhões.

É de importância destacar que, nos citados valores de investimentos, não estão incluídos os dispêndios necessários à instalação do Píer Sul, no Porto da Ponta da Madeira, a serem diretamente bancados pela Companhia Vale do Rio Doce, no total de US\$207 milhões.

Do mesmo modo, também não estão consideradas naquelas cifras, entre outros, as instalações que serão construídas e operadas por terceiros, no total de US\$235 milhões.

Vê-se, portanto, que a instalação apenas da planta da sociedade Vale-Baosteel, conhecida como BV Steel Works, pode proporcionar a realização, no Maranhão, de investimentos da ordem de quase US\$3 bilhões, cujos significados e desdobramentos são da maior importância não só para o Maranhão como para o Brasil como um todo.

Concedo o aparte ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PPS – RR) – Senador Edison Lobão, V. Ex^a faz um pronunciamento efetivamente muito importante, principalmente considerando as recentes visitas feitas ao Brasil de vários dirigentes de países que têm procurado estreitar os laços comerciais com o Brasil. Penso que é o momento de o Brasil aproveitar esse panorama mundial e estabelecer essas pontes de maneira definitiva, principalmente com países importantes como a China.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a.

Em verdade, a China torna-se um parceiro importante, não apenas para o Maranhão, mas para o Brasil, nesse setor e em diversos outros setores. Devemos aproveitar essa possibilidade de parcerias, mas com todo cuidado, para que os demais legítimos e profundos interesses brasileiros não sejam transferidos aos chineses ou a quem quer que seja.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há, nos âmbitos nacional e estadual, quem possa deixar de apoiar, com entusiasmo, o projeto a que me referi.

Pessoalmente, desde já, levo ao Governo maranhense a ponderação de que se trata de um empreendimento que deve ser considerado de mão dupla, isto é, do interesse do poder público e dos empreendedores. O Estado e a União irão destinar a entidades privadas cerca de dois mil hectares de terras nobres, para as instalações industriais projetadas. As plantas siderúrgicas em atividade vão consumir um volume considerável de água. Há de se ter dos empreendedores, em contrapartida, uma contribuição importante para o Maranhão.

Minha sugestão é que deles se obtenha, no mínimo, uma completa e cabal melhoria do sistema de abastecimento de água na capital.

Recordo neste passo a instalação da Alcoa em nosso Estado, há mais de 22 anos: a empresa, à época, contribuiu com US\$30 milhões (que hoje corresponderiam a cerca de US\$80 milhões, se corrigidos).

Essas são algumas das informações que trago hoje ao conhecimento e debates no Senado da República para que o tema possa ganhar a verdadeira dimensão nacional de que, efetivamente, se reveste.

Se almejamos por desenvolvimento, progresso e paz social, não tenho dúvida de que o projeto siderúrgico do Maranhão será um dos mais importantes instrumentos para o alcance de tais objetivos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO PROFERIDO PELO SR. SENADOR EDISON LOBÃO.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta etapa vivida por nosso País, em que há uma geral preocupação e mesmo ansiedade na procura dos instrumentos que assegurem o desenvolvimento nacional, suscita-me grande satisfação afirmar, desta tribuna, que estamos em face de um dos maiores investimentos que se realizarão, a curto prazo, no Brasil e até mesmo na América Latina.

Trata-se da associação, que vem sendo estudada desde 2002, do grupo empresarial chinês Baosteel e a Companhia Vale do Rio Doce, destinada à implantação de uma usina siderúrgica para a produção e exportação de placas de aço. É uma integração de empreendedores agora reforçada pela recente visita do Presidente da China ao Brasil e sua comitiva de autoridades e empresários daquele país.

A Vale é uma das maiores exportadoras mundiais de minério de ferro de alta qualidade, proveniente de sua jazida de Carajás, localizada no Estado do Pará, enquanto a Baosteel se apresenta como a maior produtora chinesa de aço. A empresa brasileira detém e

opera uma das mais modernas ferrovias do mundo, a Carajás-Ponta da Madeira, em São Luís, e também mantém na capital maranhense um porto exportador de excelentes condições operacionais, por onde escoar a sua produção de minério.

Pelos estudos já concluídos, verificou-se ser a cidade de São Luís – onde a Vale já possui uma planta de pelotização – a localização mais adequada à implantação do projeto. De um lado, pelos aspectos logísticos; de outro, em razão das extraordinárias condições operacionais e naturais do complexo portuário já existente em São Luís, situado mais próximo aos mercados norte-americano e europeu.

A questão da implantação em São Luís de uma usina siderúrgica, portanto, tornou-se algo concreto, merecendo a melhor atenção dos maranhenses e de todos os brasileiros para o inteligente aproveitamento das grandes oportunidades que advirão de tal empreendimento.

Essa feliz perspectiva interessa particularmente ao Maranhão, mas, pelas suas repercussões e desdobramentos, corresponde igualmente aos mais elevados interesses da Nação brasileira.

Na verdade, o Maranhão, ao longo da nossa História, tem sido um dos entes federativos a dar algumas das mais relevantes contribuições ao progresso nacional. Em passado recente, meu Estado teve significativa importância no fornecimento de gêneros alimentícios ao país. Ficou conhecido como o “Celeiro Nordeste”, em razão do peso da sua produção, especialmente de arroz, no abastecimento do Nordeste e de outras partes do Brasil.

Não são poucos os historiadores econômicos que apontam o papel que essa produção de cereais, proveniente do Maranhão, desempenhou no processo de industrialização que se desenvolveu no Brasil, a partir do Governo JK. Contribuiu para viabilizar a reprodução da força de trabalho empregada nos setores nascentes de transformação, a custo compatível com as necessidades de então.

Peço permissão aos meus pares para o registro de um pouco de história em torno da siderurgia mundial e brasileira nos últimos anos. A partir do processo de privatização do setor, no Brasil, no período 91-93, os investimentos que nele se realizaram privilegiaram a melhoria do *mix* de produtos, em detrimento da ampliação da capacidade produtiva instalada. Se isso tornou a siderurgia brasileira mais competitiva, ao melhorar o nível tecnológico dos seus produtos, também evidenciou a necessidade do incremento da capacidade de ampliação das plantas em operação e da implantação de novas usinas. Aí surgiu, como idéia primária, a construção de uma usina siderúrgica em São Luís,

que se enquadra nos aspectos técnicos exigidos por esse novo estágio da siderurgia no Brasil.

Por outro lado, verificou-se – tanto no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) quanto na Europa, ao longo dos anos 90 – uma acentuada redução no número de altos-fornos ali existentes, acompanhada de aumento da importação de produtos siderúrgicos. Apenas a Arcelor, a maior siderúrgica mundial, projeta uma redução de capacidade instalada de 8 milhões de toneladas, ao longo do período 2005-2010 na França, Bélgica e Alemanha, enquanto se estimam importações na área do Nafta de 12 a 18 milhões de toneladas, para o mesmo período.

Em contraste com esse cenário, a indústria siderúrgica chinesa vem batendo recordes de produção. Em 1990, a China produziu 66,3 milhões de toneladas, o que equivalia a 8,6% do total mundial. Em 2003, esses números chegaram a 220,1 milhões de toneladas, o que correspondeu a 22,8% da produção mundial. Excluindo-se a China, para efeito comparativo, a produção mundial teria crescido anualmente apenas 1,8% no período 1990-2003, e a da China, por sua vez, 9,7%. Em 1996 – segundo dados extraídos do Anuário Estatístico Siderúrgico do International Iron and Steel Institute, edição de 2003 –, a China superou o Japão como maior produtor mundial. Nessa ocasião, a diferença de produção entre os dois países era de 2,4%. Em 2003, já tinha se elevado para 99,2%!

A siderurgia chinesa, na presente década, vem mantendo a performance da anterior, sendo que em 2003 a sua produção de aço bruto cresceu 22,0%; a importação de minério de ferro, 32,9%; a importação de laminados, 51,8%; e a de semi-acabados, 21,3%.

Esses números evidenciam que a siderurgia mundial está ficando cada vez mais dependente e vulnerável à China. Neste momento, pode repetir-se o comportamento verificado em 1993-1995, em relação às importações, quando elas recuaram de 36,9 para 14,8 milhões de toneladas. Fizeram regredir a participação das importações chinesas de produtos siderúrgicos, no total mundial, de 17,2% para 6,3% em apenas dois anos.

O vigoroso crescimento da indústria siderúrgica chinesa vem requerendo substanciais investimentos, estimando-se para o período 1995-2001 que eles tenham alcançado o montante de US\$5,6 bilhões por ano. Atingiram US\$7,2 bilhões em 2002 e US\$16,2 bilhões em 2003. Ao longo do biênio 2003-2004, a expansão da capacidade instalada da siderurgia chinesa contemplará a instalação de 138 novos altos-fornos, 57 novas coquerias, 53 novas sinterizações, 89 novas aciarias e 97 novas laminações.

Esse elevado volume de investimentos vem sendo empreendido basicamente por empresas estatais e, apesar do crescimento da importância das empresas privadas, estas respondem por apenas 12,4% da produção chinesa de aço bruto. Já a participação de empresas estrangeiras é pouco representativa, embora tal realidade esteja começando a mudar.

De modo geral, portanto, o enorme dinamismo da siderurgia chinesa contrasta com o estágio de maturidade do setor nos países desenvolvidos. Ademais, enquanto a siderurgia chinesa mostra uma crescente tendência de fragmentação, uma trajetória oposta foi verificada na Europa, Japão e Estados Unidos.

Do ponto de vista do Maranhão, a questão siderúrgica não constitui exatamente uma novidade. Quando da descoberta das jazidas de Carajás, apresentou-se a possibilidade de implantar-se uma usina em São Luís, voltada ao beneficiamento do minério recém-descoberto. Essa possibilidade constou do I Plano Siderúrgico Nacional de 1968, retomada em 1987, no Governo José Sarney, por ocasião do II Plano Siderúrgico Nacional, que propunha duplicar a capacidade instalada da siderurgia brasileira para 50 milhões de toneladas até o ano 2000, a um custo de US\$24,5 bilhões. Para atingir essa meta, além da ampliação das usinas já em operação, quatro novas plantas deveriam ser construídas, sendo duas usinas integradas a coque (Maranhão e Santa Catarina) e duas laminações (Ceará e Rio Grande do Sul). No caso do Maranhão, previa-se a implantação de uma usina com capacidade instalada de três milhões de toneladas, especializada em placas.

Ressalte-se que, desde os anos 80 do século passado, a Companhia Vale do Rio Doce já exportava pelo porto da Ponta da Madeira, situado no complexo portuário de São Luís, cerca de 35 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, colocando o Maranhão no espaço mundial de acumulação de capital da indústria siderúrgica. Assim, a instalação de uma usina de placas de aço na capital maranhense reafirma uma potencialidade que já fora identificada há quase 40 anos, objeto de variados planos, quer nacionais, quer estaduais, ao longo de todo este tempo. A infraestrutura que se implantou no Estado desde então, os investimentos em logística e transportes, todos convergem para que o tão esperado projeto siderúrgico finalmente se concretize.

O processo, neste momento, assumiu uma dinâmica tal que, ao lado dos estudos de implantação da usina Baosteel/Vale, se especula sobre a possibilidade de construir-se, na mesma área prevista para esta, mais duas plantas semelhantes, uma fruto de associação com a empresa coreana Posco e a outra, resultante de sociedade com uma empresa alemã.

O empreendimento com os chineses significa uma capacidade de produção de 4,1 milhões de toneladas de placas em sua primeira etapa. Pode atingir 7,5 milhões de toneladas, na hipótese de instalação de um segundo alto-forno.

Para a concretização deste perfil produtivo, calcula-se uma necessidade de investimentos na ordem de US\$1,4 bilhão na primeira etapa, demandando-se mais US\$930 milhões para a segunda etapa, o que totaliza investimentos de US\$2,41 bilhões.

É de importância destacar que nos citados valores de investimentos não estão incluídos os dispêndios necessários à instalação do Píer Sul, no Porto da Ponta da Madeira, a serem diretamente bancados pela Companhia Vale do Rio Doce, no total de US\$207 milhões. Do mesmo modo, também não estão consideradas naquelas cifras, entre outros, as instalações que serão construídas e operadas por terceiros, no total de US\$235 milhões.

Vê-se, portanto, que a instalação apenas da planta da sociedade Vale-Baosteel, conhecida como *BV Steel Works*, pode proporcionar a realização no Maranhão de investimentos da ordem de quase US\$3 bilhões, cujos significados e desdobramentos são da maior importância não só para o Maranhão, mas para o Brasil como um todo.

Na hipótese de instalação das três usinas cogitadas, a produção de placas no pólo de São Luís poderia alcançar quantidade de 22,5 milhões de toneladas em 2013, o que corresponde a 70% da atual produção brasileira. São Luís seria um dos principais produtores nacionais de aço. Os investimentos a serem aplicados nessas hipóteses significariam o triplo do valor atual do PIB maranhense.

Por tais dimensões, tem-se que este não é um empreendimento que diga respeito somente ao Maranhão, mas se reporta à própria economia brasileira. Projeta-se para o período 2002-2015 um efeito acumulado sobre o PIB nacional equivalente a R\$29,7 bilhões, segundo estudos da Phorum Consultoria, de titularidade do ex-Ministro da Fazenda e do Planejamento Prof. Paulo Haddad, o que corresponde a 2,6 vezes o PIB do Maranhão, no ano de 2002.

Apesar do impacto negativo sobre a Balança Comercial nos três primeiros anos, referentes à implantação do projeto, o superávit gerado durante sua operação é estimado, em termos anuais, a partir de 2010, em aproximadamente US\$1,7 bilhão.

E mais: as estimativas também revelam que o projeto gera uma necessidade adicional de mão de obra com perspectivas que equivalem a uma média anual de 79,5 mil trabalhadores em toda a cadeia produtiva direta e indireta, envolvendo, entre outros agentes, os

fornecedores de fabricantes de equipamentos que serão produzidos pelo projeto.

Quanto ao Maranhão, os investimentos previstos representam uma elevação na taxa média anual de crescimento do Estado em 1,85 ponto percentual. Isto significa que, na ausência do projeto, espera-se, para o período 2004-2015, um crescimento econômico na ordem de 4,01% a. a. Com a implantação do pólo, este crescimento se eleva para 5,86% a. a. Em relação ao PIB, este atingiria, a preços de 2002, R\$21,9 bilhões no ano de 2015, valor 21,4% superior ao PIB tendencial da economia maranhense. Isto elevaria a participação do Maranhão na economia brasileira dos 0,84%, de 2002, para 1,04% em 2015.

A implantação do Pólo Siderúrgico em São Luís implica, naturalmente, em mudanças estruturais marcantes para a economia maranhense. Elevaria a participação do setor secundário na estrutura produtiva do Estado, situada presentemente em 20% a valores de 2002, para 34% em 2015, na hipótese de instalação de apenas uma planta.

Serão pressurosamente notórios, na efetivação de um projeto que espera um atuante interesse das nossas autoridades maiores, os efeitos quanto à geração de empregos diretos e à massa salarial. Estima-se que esta alcance R\$613 milhões na etapa relativa à implantação, em termos diretos. Pelo efeito multiplicador, eleva-se a cerca de R\$1,518 bilhão, a partir do que acontece na Companhia Siderúrgica do Tubarão, cujo perfil se assemelha bastante ao da usina que se implantará em São Luís.

Em termos de compras locais – considerando-se a construção e a hipótese da instalação das 3 plantas -, estimam os especialistas um volume de R\$2,84 bilhões, que se elevará sobremodo pelo efeito multiplicador.

A magnitude dos números aqui expostos não deixa dúvidas de que estamos nos referindo a um dos maiores investimentos, a curto prazo, que se oferecem ao Brasil.

Destaque-se nesta oportunidade, Sr. Presidente, que o problema da pobreza, em meu Estado, não se vincula, como se pensa, à má distribuição de renda. Recentes estudos do pesquisador Ricardo Paz e Barros, do Ipea, e de Mirela Carvalho e Samuel Franco, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS – sobre a pobreza no Maranhão, demonstraram isso. O cerne da questão maranhense está na qualidade e produtividade dos postos de trabalho de nossa economia. Em outros termos: os maranhenses têm trabalho, mas em ocupações de tão baixa produtividade que sua remuneração os coloca entre os mais pobres do Brasil.

Conclui-se que a superação desse problema se prende diretamente ao crescimento do produto maranhense, sobretudo em setores que apresentem um maior índice de produtividade e remuneração. Este vem a ser precisamente o caso da instalação do Pólo Siderúrgico de São Luís. Estudos de especialistas da área siderúrgica têm demonstrado que os salários praticados no setor são tradicionalmente acima da média da indústria de transformação, dada a boa qualidade dos empregos gerados.

As projeções mais conservadoras sobre a geração de empregos na usina, em sua fase de operação, apontam para um número de 4 mil postos diretos de trabalho, afora a demanda de mão de obra para a fase de construção, a que iremos nos referir mais adiante.

O Governo maranhense vem adotando uma estratégia global de abordagem da questão. Apóia e facilita os empreendimentos que dependem do Poder Público, mas sempre atento para a inclusão dos maranhenses nos benefícios do projeto, quer em termos de emprego, quer em termos de criação de negócios pelos empreendedores locais. A preservação do meio ambiente e das especificidades sociais e culturais dos maranhenses igualmente constituem vetores da matriz de decisão das autoridades locais.

Em termos concretos, os governos anteriores muito já fizeram para a qualificação em vários setores da mão de obra maranhense. No atual governo, foi elaborado e está em fase inicial de execução o “Plano Estadual de Capacitação de Recursos Humanos para o Distrito Siderúrgico de São Luís-Fase I-Implantação”, coordenado pela Secretaria estadual de Ciência e Tecnologia, e que tem como meta capacitar 15 mil profissionais no Maranhão até abril de 2005, em 26 diferentes áreas de ocupações profissionais. Essas centenas de milhares de profissionais serão necessárias na fase de construção. No pique das obras, previsto para janeiro de 2007, o projeto demandará a colaboração de 14 mil trabalhadores, e outras centenas terão de ser contratadas para as obras do Píer Sul.

Quanto à questão das populações residentes na área industrial onde se instalarão as plantas, o Governo estadual vem realizando um conjunto de estudos e projetos voltados à identificação da sua realidade sócio-econômica. O objetivo é efetivar um processo negociado e planejado de reassentamento em outros locais, onde os reassentados possam desfrutar de melhores condições sócio-econômicas que as atuais. Será, portanto, mais uma etapa para o poder público transformar o processo em uma oportunidade de promoção pessoal, familiar e profissional. Assinale-se, neste aspecto, a participação e comprometimento dos empreendedores, que se sensibilizaram com os argu-

mentos estaduais, no que diz respeito às suas responsabilidades na empreitada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não há, nos âmbitos nacional ou estadual, quem possa deixar de apoiar com entusiasmo o projeto a que me referi, de evidente interesse para o Brasil. O Maranhão está no limiar de uma nova era de progresso, desenvolvimento e inclusão social, diante da perspectiva de ver implantado na sua capital, depois de quase 40 anos de estudos, expectativas, esperanças e frustrações, um projeto siderúrgico de escala mundial, que tem muito a contribuir para o estado e para o próprio País.

Pessoalmente, desde já levo ao Governo maranhense a ponderação de que se trata de um empreendimento que deve ser considerado de mão dupla, isto é, do interesse do poder público e dos empreendedores. O Estado e a União irão destinar a entidades privadas cerca de dois mil hectares de terras nobres para as instalações industriais projetadas. As plantas siderúrgicas em atividade vão consumir um volume considerável de água. Há de se ter dos empreendedores, em contrapartida, uma contribuição importante para o Maranhão.

Minha sugestão é que deles se obtenha, no mínimo, uma completa e cabal melhoria do sistema de abastecimento de água na capital.

Recordo neste passo a instalação da Alcoa em nosso Estado, há mais de 22 anos: a empresa, à época, contribuiu com US\$30 milhões (que hoje corresponderiam a cerca de US\$80 milhões) para a formação do sistema Italuís de água, deficitário nos dias atuais.

Essas são algumas das informações que trago hoje ao conhecimento e debate do Senado da República para que o tema possa ganhar a verdadeira dimensão nacional de que, efetivamente, se reveste.

Se almejamos por desenvolvimento, progresso e paz social, não tenho dúvida de que o projeto siderúrgico do Maranhão será um dos importantes instrumentos para o alcance de tais objetivos.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, ainda dentro do critério de permutar os oradores regularmente inscritos com as breves comunicações, à nobre Senadora Heleína Helena, que fala por cessão deste Presidente.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Senadora.

A SR^a HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.0) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a, a cessão do tempo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei umas brevíssimas comunicações – em função de o tempo

disponibilizado pelo Regimento ser menor – sobre uma reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que acontecerá amanhã e que tem como ponto de pauta a farsa técnica e a fraude política da transposição do rio São Francisco.

Antes, porém, eu não poderia deixar de solidarizar-me com o Senador Papaléo Paes. Fui informada da solenidade que aconteceu no Amapá. S. Ex^a, de forma delicada, fez as considerações, cumprimentando o povo do Amapá pela conquista em relação ao aeroporto.

Sinto-me na obrigação de prestar a minha humilde e pequena solidariedade porque vivencio esse mesmo tipo de procedimento perverso e cruel no meu Estado de Alagoas.

Na solenidade realizada no Estado do Amapá, com toda a pompa, toda a festa, houve um gesto não apenas de indelicadeza política, mas de desrespeito ao povo do Amapá, que escolheu o Senador Papaléo Paes como um de seus dignos representantes. S. Ex^a foi tratado de forma inconveniente, pois sequer foi anunciado.

Senador Papaléo Paes, tenha certeza de que sei que esse fato não lhe causa qualquer dor ou constrangimento. Certamente, o ato de V. Ex^a, tendo deixado sutilmente a solenidade para atender os filhos da pobreza nos Capuchinhos – trabalho que realiza de forma voluntária como médico – certamente é mais importante do que qualquer outra coisa, qualquer solenidade.

O poder tem disso mesmo. Infelizmente, os Governos são assim: copiam uns aos outros de forma pouco criativa. Os Governos sempre preferem os farsantes que a eles se dobram e chafurdam com desenvoltura nas pocilgas do poder àqueles que não aceitam que se coloquem dobradiças em suas costas e defendem suas posições.

Portanto, Senador Papaléo Paes, solidarizo-me com V. Ex^a. Tenha certeza de que não é o único a passar por esse tipo de perversidade, com requinte de crueldade. Esses fatos também ocorrem em Alagoas.

Sr. Presidente, amanhã haverá reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e a pauta – volto a repetir – é a farsa técnica e a fraude política da transposição do rio São Francisco, que vem sendo apresentada ao povo brasileiro como a panacéia para resolver todos os males e a única alternativa para, supostamente, minimizar a dor e o sofrimento dos filhos da pobreza.

Sabemos todos – inclusive o Senador José Jorge – que existem tantas outras alternativas concretas, ágeis e eficazes com menor custo, além de vasta tecnologia a ser disponibilizada, que não seria necessária a transposição do rio São Francisco. No entanto,

todos os Governos vivenciam um comportamento assemelhado a uma verdadeira tara no sentido de fazer obras faraônicas. O Senador José Jorge define esse procedimento como a vontade de viabilizar pirâmides. Os Governos apresentam uma tendência a desenvolver essa prática e as grandes obras às vezes acabam sendo elencadas no rol das construções inacabadas, mas não há jeito: utilizam, de preferência, ampla divulgação por meio de muitas, belas e caríssimas peças publicitárias e chamam inúmeras pessoas para participar da instalação das pedras fundamentais a fim de vender ilusões, ludibriando mentes e corações.

Tive a oportunidade de participar de várias audiências públicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Não existia unanimidade nas reuniões, porque, diante, supomos, de 40 votos, sempre havia dois integrantes do Governo Federal que apresentavam manifestações contrárias. Mas a ampla maioria, 99%, dos membros efetivos que participaram de todas as plenárias, de todas as audiências públicas do Comitê da Bacia Hidrográfica, foram contrários ao projeto de transposição do Governo e fizeram todas as considerações necessárias. Primeiro, alguns dos Estados supostamente beneficiados com a transposição dessas águas não precisam delas. O que falta é um claro gerenciamento do uso da água. Por exemplo, o Ministro Ciro Gomes, do Estado do Ceará, encontra-se muito empenhado, nervoso, quase beirando a histeria, para viabilizar esse projeto. Todos sabem que não existem problemas de ausência de água no Ceará, mas sim ausência de gerenciamento no uso da água, e o mesmo ocorre em outros Estados que, supostamente, serão beneficiados. Todos sabem que menos de 2% do projeto passa perto do semi-árido dos Estados que seriam beneficiados. Ou seja, 1% será para abastecimento humano e animal, mas 90% serão para os megaprojetos de grandes latifundiários e para viabilizar o que todos sabem: agricultura de exportação de algodão colorido, aquelas frutas lindíssimas – e sem gosto nenhum – que enfeitam os hotéis americanos, a soja transgênica para servir de ração para os porcos da Comunidade Européia, e outras coisas mais.

Senador Eduardo Siqueira Campos, sei que o meu tempo está se encerrando.

Todo o Comitê da Bacia Hidrográfica, por unanimidade, em todas as audiências públicas, em todas as plenárias, decidiu pela negativa ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco. A última plenária oficial, realizada em Salvador, chegou à conclusão de que o Comitê da Bacia Hidrográfica diz não ao projeto de transposição do rio São Francisco apresentado pelo Governo. Todavia, para derrotar a demagogia do Governo, que dizia ser o projeto para abastecimento humano, o Comitê abriu

uma exceção e afirmou: se for para viabilizar o consumo humano e animal nós aceitamos a obra. Agora, o Governo se apropria disso para dizer que o Comitê da Bacia Hidrográfica aceitou a transposição.

Faço um apelo para que na reunião de amanhã do Conselho Nacional de Recursos Hídricos o Governo não ouse fraudar a decisão do Comitê da Bacia Hidrográfica contra a transposição do Rio São Francisco. A única exceção foi feita para derrubar a mentira, a demagogia do Governo, de que a obra seria para abastecimento humano. Abriu-se uma exceção unicamente para o abastecimento humano e animal.

O Governo se utilizar dessa decisão, agora, para viabilizar essa fraude política e essa farsa técnica que é a transposição do rio São Francisco é um atentado contra um importante instrumento conquistado pelo povo brasileiro, que são os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Portanto, Sr. Presidente, espero que se possa decidir a utilização de outras alternativas para uso da água. Há várias tecnologias hoje que podem viabilizar projetos de irrigação com custo mais baixo e menor utilização da água. Temos a necessidade de revitalização do Rio São Francisco e a imperiosa necessidade de investimentos em outros componentes de matriz energética para que o rio possa cumprir o seu destino. Há obras que podem dar muito dinheiro para as empreiteiras, para as construtoras e até para os seus serviços da política que molham suas respectivas mãos com as propinas. Podem fazer saneamento básico em 503 Municípios da bacia hidrográfica do rio São Francisco que estão jogando seus esgotos **in natura** nos seus afluentes ou diretamente no rio São Francisco.

Apelo para que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que se reúne amanhã, não fraude a decisão absolutamente legítima que foi tomada. Por que não fazem um plebiscito com todo o Nordeste, até para que os Estados que supostamente seriam beneficiados possam estar juntos também nessa discussão? Um plebiscito não apenas entre os Estados que estão no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, mas com todo o nordeste, para que possamos desmascarar essa farsa e efetivamente apresentar argumentos nesse sentido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Espero que amanhã não tenhamos que conviver com um gesto antidemocrático como esse que está sendo discutido pelos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos, PSDB – TO) – A Presidência vai conceder a palavra ao Senador José Jorge por permuta com o Senador Mão Santa para preservar o uso da palavra por S. Ex.^a, que estava em plenário.

S. Ex.^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o Senador Mão Santa foi receber o Presidente do Paquistão, que visita a Casa neste momento.

Em primeiro lugar, eu gostaria de me solidarizar com a Senadora Heloísa Helena. Realmente, como ela, considero a transposição do rio São Francisco um projeto faraônico e absurdo, do ponto de vista técnico. Dezenas de adutoras poderiam ser construídas. Por exemplo, em Pernambuco existem apenas duas adutoras do rio São Francisco, Senadora, que abastecem as cidades localizadas na bacia do rio. A última demorou anos para ser construída e seu custo é muito menor do que a transposição.

Trata-se de um projeto que será iniciado, mas não concluído. O tipo de enganação que nós nordestinos, com a experiência que adquirimos, não podemos admitir. Penso que também devemos fazer um apelo a fim de que amanhã o Conselho Nacional de Recursos Hídricos possa, de uma vez por todas, arquivar o projeto e investir o pouco dinheiro de que dispõe na construção de adutoras e em saneamento básico, atendendo, assim, os Municípios localizados na bacia. Enfim, recuperar o rio São Francisco antes de retirar sua água para outras bacias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após muito vacilar, finalmente o Governo Federal realizará leilão para a venda de energia elétrica no início do próximo mês, dia 7 de dezembro. O Governo já está completando dois anos. Quando assumiu, chegávamos ao fim de uma dura transição no modelo do setor elétrico, e, ao invés de dar continuidade e de fazer as devidas correções a fim de que o modelo continuasse a ser implantado e que concluíssemos a transição, não. Anunciou que implantaria um novo modelo. Na realidade, criou uma nova transição. Os anos de 2003 e 2004 foram perdidos. Consumimos o excesso de energia que existia, cerca de 10 mil Megawatts. Não houve novos investimentos.

O megaleilão ocorrerá no próximo dia 7, quando serão leiloados 55 mil Megawatts da chamada energia velha, ou seja, aquela que provém de usinas hidrelétricas já em operação, em sua maioria já amortizadas.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo inventou uma maneira nova de vender essa energia, por meio de megaleilões. Todas as distribuidoras que vendem energia, ou as comercializadoras, e todas as geradoras entram num único leilão. Então, na realidade é uma operação única. Pela primeira vez no mundo será feita essa operação, que pode ser considerada de alto risco. Portanto, todos devemos torcer para que dê certo.

Esse será, sem dúvida, o primeiro grande teste a que o novo modelo proposto pelo Governo Federal se submeterá. Será a oportunidade de recontração da energia liberada nos contratos iniciais, que são reduzidos à razão de 25% ao ano. Isso terá como consequência a sinalização de preço para novos investimentos na ampliação da geração de energia elétrica.

Isto é, ficou combinado, por uma lei aprovada no Congresso, que, conforme fossem terminando os contratos que as distribuidoras tinham com as geradoras, seriam liberados 25% ao ano, para que pudéssemos ter um mercado livre, com o preço sendo definido pela oferta e pela procura. Quando isso começou, em 2003, foram liberados 25%; em 2004, 25%; e em 2005 e 2006, em cada ano, serão liberados 25%.

Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, em notícia divulgada hoje, 50 empresas estão pré-qualificadas para o leilão. São 34 empresas compradoras, ou seja, aquelas distribuidoras ou comercializadoras, e 16 vendedoras, que são as geradoras com excesso de energia em virtude das sobras dos contratos iniciais – os tais 25% –, que a partir do primeiro dia do próximo ano, reduzem em um quarto do que foi contratado quando das novas concessões. É esse percentual que explica o grande volume da energia que está sendo licitada. O que está sendo licitado é a energia que existe; é apenas uma distribuição entre as geradoras que produzem energia e as distribuidoras. Não há um megawatt novo, é a mesma energia que está sendo leiloada.

É interessante observar que algumas empresas, como a Cemig, a CEEE, a Escelsa, entre outras, estão habilitadas tanto como compradoras quanto como vendedoras. Isto decorre do fato de que essas empresas são verticalizadas, ou seja, têm ativos de geração e exercem atividades de distribuição da energia elétrica. Contudo, elas correm o risco de, em longo prazo, vender energia a um custo menor do que poderão ser forçadas a adquirir no mercado em épocas de desequilíbrio entre a oferta e a procura. O interessante nesse modelo é que as empresas não poderão ser produtoras. Elas terão que entrar em um leilão para vender a energia que produzem e entrar em um leilão para comprar a energia de que necessitam. Pode acontecer o fato pitoresco de uma empresa vender a sua energia a R\$60,00 o megawatt e comprar por R\$70,00 o mesmo megawatt. Se for uma empresa pública, quero ver como o administrador vai explicar isso ao Tribunal de Contas.

Toda a energia atualmente disponível deverá ser vendida antes que sejam leiloadas energias “novas”, ou seja, aquelas que estão sendo construídas ou que já têm licença ambiental já concedida para a constru-

ção. Portanto, essa energia “antiga” está sendo leiloada agora e depois haverá um outro leilão – Deus sabe quando! – em que serão leiloadas as energias “novas”, essas tais que ou são hidrelétricas ou termelétricas que estão desconstratadas ou aquelas que estão em obras, mas com licença ambiental concedida.

Nesse sentido, o leilão sinalizará para os agentes do setor elétrico sobre a oportunidade ou não de fazer novos investimentos, já que o preço resultante do leilão será o “balizador” do mercado. Vai dar um preço e esse preço é que vai balizar se vale ou não a pena fazer os investimentos.

Esse é um dos maiores riscos do novo modelo proposto, que poderá implicar a viabilidade ou inviabilidade de novos investimentos. Se os preços forem muito depressionados, em especial porque 80% da energia gerada está nas mãos do Estado – através das empresas estatais, como Furnas, Eletronorte, Chesf etc –, novos investidores não se sentirão atraídos para fazer novas inversões de capital.

Como o Governo é detentor de grande quantidade de energia, ele tem toda a possibilidade de manipular os preços de mercado. Se o Estado resolver baixar muito o preço da energia, com o intuito de garantir menores preços para o consumidor final, corremos o risco de gerar artificialmente um mercado de energia não atrativo e, com isso, criar condições para um racionamento ou um “apagão” no futuro.

Algumas decisões prévias do Governo têm preocupado os investidores. A primeira delas foi a de mudar o indexador do IGPM para o IPCA. O IGPM é mais influenciado pelo dólar do que o IPCA. Ainda que a longo prazo a mudança não faça muita diferença, a experiência mostra que todos os índices de preço, a longo prazo, chegam próximos uns dos outros. Este ano, por exemplo, o IGPM seria um indicador melhor para o consumidor e pior para o investidor do que o IPCA. Por quê? Porque, como o dólar está caindo, o IGPM será menor do que o IPCA. A mudança não foi feita para beneficiar ou prejudicar o investidor, mas ela agora está beneficiando, porque, com a queda do dólar, o IGPM tende a ser menor do que o IPCA. As empresas deverão fazer operações de *hedge*, como a compra de dólares, por exemplo, o que onera financeiramente os agentes de mercado, e, por conseguinte, repassam esse custo ao consumidor final.

Uma questão interessante sobre o modelo do setor elétrico brasileiro, que muitas vezes esquecemos, é que o setor em toda uma estrutura de preço que define a tarifa. É um sistema com preço controlado, a tarifa é controlada. Isso significa que todo aumento de custo corresponde a um aumento do preço da energia. Então, não adianta criar novos encargos para

as empresas porque isso, na verdade, é repassado diretamente para o consumidor, porque os preços, o lucro, tudo é controlado – não há concorrência; é uma empresa para cada Estado –, principalmente para o consumidor residencial; para o consumidor industrial, a situação é um pouco diferenciada.

Outra dificuldade é que o Governo optou por não definir preços mínimos, o que era uma reivindicação dos investidores.

A avaliação dos especialistas em mercado de energéticos é que a era de energia barata está findando. A tendência, daqui para frente, é que a fatura de eletricidade continue subindo, na medida em que forem escasseando as fontes de hidroeletricidade já amortizadas.

É possível que o megaleilão evite uma explosão inicial no preço da energia elétrica, mas não será suficiente para garantir a modicidade tarifária por muito tempo. E sem um sinal favorável a novos investimentos, poderemos vislumbrar novos racionamentos ou novos “apagões” no futuro.

Segundo levantamentos do mercado, o Brasil precisa investir cerca de R\$13 bilhões anuais, nos próximos dez anos, em geração de energia elétrica. Como o Estado não tem capital, grande parte deste valor deverá vir de recursos privados.

Para agravar este quadro, temos ainda a forte carga tributária nas faturas de eletricidade. Recentemente, o Governo Federal – todos sabemos – aumentou as alíquotas do PIS de 0,65% para 1,65% e da Cofins de 3% para 7,6%.

Segundo a Associação das Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, só a mudança desses dois impostos deve representar uma alta de 3% nas tarifas, sem falar que a carga tributária poderá atingir 43,83% das receitas das distribuidoras nos próximos anos, por meio da esperada unificação das alíquotas do ICMS em torno de 25%.

Segundo Cláudio Salles, da Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica – CBIEE, “a elevada tributação do setor elétrico é um dos principais componentes da ‘matriz de risco’. O setor tem uma receita bruta de R\$80 bilhões anuais, dos quais R\$32 bilhões são impostos e encargos”.

Além disso, incidem sobre a fatura de eletricidade os custos pelo uso da transmissão e da distribuição, bem como encargos setoriais, como a CCC – Conta de Consumo de Combustíveis, a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, o Proinfa – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, e a RGR – Reserva Global de Reversão, dentre outros.

Outras dificuldades à atração do capital privado são: restrições de natureza legal, fraqueza do mercado de capitais, instabilidade econômica, o risco político e regulatório e as questões ambientais.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente fomos surpreendidos com a informação de que a Eletrobrás e a Petrobras prorrogaram o contrato de fornecimento de energia para a cidade de Manaus. Com o acordo, a empresa americana El Paso vai continuar fornecendo energia por mais cinco anos.

Com esse acordo, derrubou-se o leilão que estava sendo preparado, no valor estimado de US\$10 bilhões, para abastecimento da região Norte, no caso Manaus, pelo período de 20 anos.

Segundo notas da imprensa, a licitação já contava com o interesse de 17 empresas. O prazo de entrega das propostas estava marcado para o dia 31 de maio último. A Eletrobrás alegou que não teria tempo útil para fazer uma licitação, que tem metade do vencimento previsto para janeiro próximo e o restante para depois de 12 meses.

É difícil dizer que essa licitação não ocorreu por falta de tempo, porque estava previsto há anos o encerramento desse contrato para agora. É como uma mulher grávida dizer que não teve tempo de comprar o berço para a criança, pois já sabia quando a criança ia nascer desde que ficou grávida. Aqui é a mesma coisa, não é, Presidente? E V. Ex^a entende disso melhor do que eu. Não há desculpa nenhuma para que não se fizesse a licitação.

De fato, a licitação sofreu alguns percalços em função de liminares concedidas pela Justiça do Amazonas. Contudo, desde a semana passada, essas liminares foram derrubadas.

Ainda segundo os interessados na licitação, não havia necessidade dessa prorrogação por cinco anos. Se não foram tomadas as medidas em tempo para garantir a licitação, bastaria prorrogá-la até o prazo que garantisse o processo legal.

O que provocou surpresa no mercado foi o fato de a Ministra, que até muito pouco tempo era uma crítica ferrenha ao contrato da El Paso, ter declarado que “o leilão garantiria mais transparência e preços mais baixos”. Portanto, na realidade, o leilão foi realizado aparentemente contra a vontade da Ministra, porque S. Ex^a durante todo o tempo dizia que o leilão daria preços mais baixos, o que talvez fosse o desejado. No entanto, o leilão foi adiado, a El Paso teve um contrato de mais cinco anos sem licitação, e ninguém sabe por que preço ou como foi acertado.

O que mudou de lá para cá? É isso o que esta Casa deve investigar. Vou, portanto, apresentar um requerimento pedindo explicações à Sr^a Ministra de Minas e Energia para a solução de continuidade do processo licitatório.

Em primeiro lugar, vamos indagar por que a licitação não foi realizada. Por que há a necessidade de um

contrato tão extenso, de cinco anos, de fornecimento de energia elétrica para a cidade de Manaus, no valor de R\$10 bilhões? Por que esse contrato foi renovado, quando o próprio Ministério há meses vem dizendo que faria uma licitação?

Isso é grave, Sr. Presidente. Apresentamos o requerimento para ter as informações básicas. A partir daí, iniciaremos todo um processo de investigação.

Sr^{as} e Srs. Senadores, procurei, em rápidas palavras, traçar um perfil da situação atual do setor elétrico brasileiro.

Espero, sinceramente, que o futuro não confirme a afirmativa de **O Estado de S. Paulo**, em matéria intitulada “Novo modelo não reduz tarifa”, publicada no dia 16 último, que divulga que “a era da energia barata definitivamente ficou para trás. Apesar dos esforços do Ministério de Minas e Energia com o novo modelo do setor elétrico, a conta da luz continuará subindo e comprometendo a renda do consumidor, ao mesmo tempo em que trará preocupação quanto à inflação”.

Portanto, Sr. Presidente, para encerrar, gostaria de falar exatamente desta preocupação. Foi feito todo um esforço, inclusive do Congresso, para se aprovar esse novo modelo. Depois de dois anos, o modelo realiza a sua primeira licitação, com energia velha, e ninguém sabe que sinalização dará para os novos investimentos, porque, na realidade, a forma de contratar a energia velha nunca será uma forma que vai trazer energia nova para o País. Precisa-se de incentivos para investimentos e de preço justo que equilibre os investimentos realizados e ofereça uma tarifa módica ao consumidor. É isso que o Ministério prometeu com as alterações do modelo, mas, infelizmente, apesar de o Governo completar dois anos no final do mês dezembro, nenhum desses dois objetivos foi atingido.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela ordem.) – Peço a V. Ex^a a palavra, por cinco minutos, pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, tendo em vista a ausência do Líder, por cinco minutos.

O SR. AELTON FREITAS (PL – MG. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo

Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna trazer boas notícias e perspectivas para o meu Estado de Minas Gerais no que se refere ao investimento em infra-estrutura de transportes para o próximo ano.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, a postura sensata que o Governo Federal, por intermédio do ilustre companheiro de Partido, Ministro Alfredo Nascimento, está sinalizando para 2005 traz investimentos estimados em R\$600 milhões na malha rodoviária federal, o que já se fazia necessário e que já havia passado da hora.

A referida malha corta mais de 20% do meu querido Estado de Minas Gerais. O montante não atende ainda à real necessidade do Estado, mas, bem aplicado, será fundamental para realizar reparos emergenciais em trechos que se encontram em estado crítico.

Dedicar especial atenção a Minas Gerais tem de ser mesmo uma regra no Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, Dnit, pois nossa malha rodoviária federal não é apenas a maior entre os demais Estados, mas também integra os principais corredores de ligação norte-sul e oeste-leste do País nas principais rotas de escoamento de toda a produção nacional.

A proposta de Orçamento da União enviada ao Congresso Nacional, Sr. Presidente, prevê R\$3,5 bilhões para o Ministério dos Transportes, sendo R\$3 bilhões de investimentos para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura Terrestre, Dnit. Desse montante, estão previstos para Minas Gerais R\$321 milhões.

Votaremos em breve, nesta Casa, um aditivo que destina mais de R\$2,5 bilhões ao Ministério dos Transportes em 2005, já autorizados pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento. Minas Gerais, por intermédio deste projeto, poderá receber mais de R\$150 milhões.

Se confirmados e efetivamente executados, os recursos chegarão ao Estado de Minas Gerais em muito boa hora para que finalmente alguns sonhos de realização nesse setor sejam atingidos.

Um exemplo é o anel rodoviário de nossa capital, Belo Horizonte, por onde trafegam milhares e milhares de veículos diariamente, com um fluxo considerável em todos os horários. O próprio Ministro Alfredo Nascimento, com a sua sensibilidade, constatou pessoalmente, na semana passada, em uma rápida vistoria, as precárias condições daquele trecho.

O Ministro anunciou em visita recente ao nosso Estado que vai destinar no Orçamento da União de 2005 nada menos que R\$80 milhões para a recuperação do anel rodoviário de Belo Horizonte, com duas parcelas do mesmo valor previstas para os anos seguintes, totalizando um investimento de R\$240 milhões, montante estipulado para sanar as necessidades da parte do anel.

Também foram anunciados, Sr. Presidente, pelo Ministro Alfredo Nascimento, investimentos emergenciais de R\$20 milhões para a restauração do trecho de 87 quilômetros da BR-040, que liga Belo Horizonte, saída do Belvedere ou do BH Shopping à histórica cidade de Ouro Preto, importante centro de cultura e história do nosso País.

Em minha região, por exemplo, o Triângulo Mineiro, tenho assegurado o apoio do Ministro Alfredo do Nascimento para que sejam investidos R\$12 milhões na pavimentação da BR-364 no trecho entre o entroncamento da BR-497 e o entroncamento da BR-461, mais precisamente do trevo da cidade de Campina Verde ao trevo da cidade de Ituiutaba.

Essa obra tornaria viável uma economia de mais de 200 quilômetros no trajeto São Paulo-Cuiabá, além de diminuir o tempo de viagem em mais de uma hora entre os Municípios mineiros de Campina Verde e Ituiutaba, beneficiando as comunidades triangulinas e toda a classe produtiva do Centro-Oeste do País.

Sr. Presidente, o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, mesmo trabalhando com escassez de recurso, tem tido disposição diante dos problemas da malha rodoviária de Minas e do Brasil. Nesse sentido, desde já faço um apelo à equipe econômica do Governo para que os recursos de investimento em transportes previstos para 2005 não sejam fruto de contingenciamento.

Se o Governo quer ver o País crescer e fortalecer sua economia, é fundamental fazer com que suas rodovias ofereçam condições satisfatórias ao escoamento da produção. A estrutura de transporte e a logística são gargalos que precisam ser enfrentados com muita coragem e prioridade pelo Governo, dando condição aos responsáveis pelo setor de fazer os investimentos estratégicos necessários.

Nós Senadores temos a obrigação de pressionar pela execução total do Orçamento, especialmente em setores que há anos sofrem com o abandono, como grande parte de nossas rodovias federais.

Espero contar com o apoio de V. Ex^{as} nesta Casa, para que consigamos fazer com que o anseio e o sonho de cada um dos nossos conterrâneos se tornem realidade e para que tenhamos condições mínimas de infra-estrutura e de escoamento da produção do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, por vinte minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Pa-

aléo Paes, que preside esta reunião não deliberativa, Senadores e Senadoras presentes na Casa, brasileiros e brasileiras que nos assistem nesta segunda-feira, através do sistema de comunicação do Senado.

Senador Papaléo Paes, quis Deus V. Ex^a estar na Presidência neste auspicioso momento em que orgulhosamente apresento uma comenda que recebi. Com muito orgulho, a vida me possibilitou receber algumas ao longo da minha vida de médico-cirurgião e também como político: Prefeito, Deputado, Governador por duas vezes e Senador da República representando o Piauí. Mas esta me dá muito orgulho – e até vou colocá-la –, porque é a Medalha Ulysses Guimarães. Ele nasceu em 6 de outubro de 1916 e morreu em 12 de outubro de 1992. Senhor das Diretas!

A **Revista OPB** (Ordem dos Parlamentares do Brasil) foi fundada em 29 de novembro de 1976. Sobre essa revista, falarei orgulhosamente com a medalha no peito. Esta, traduz a vida de Ulysses Guimarães. Sem dúvida nenhuma, ninguém o excedeu, no século passado, na luta pelas liberdades. Encantado no fundo do mar, sem dúvida nenhuma, ele é o ícone do nosso Partido. Gravou na minha mente o ensinamento: “ouça a voz rouca das ruas”. Senador Paulo Paim, quem anda nas ruas é o povo. Essa era a mensagem para o povo. Esta era a razão e a essência do seu PMDB: o povo, o povo, o povo. O nosso Partido está se distanciando do sonho, da essência, da razão e do fim, que é o povo. É o povo. Nada de cargos. Não é essa a razão do nosso Partido.

Senador Paulo Paim, tem que se voltar no tempo. Por que, orgulhosamente, estou ostentando a medalha? Porque essa instituição, cuja **Revista OPB** (Ordem dos Parlamentares do Brasil) tenho na mão, trabalha em defesa dos ideais nacionais. Hoje o Parlamento está aqui. Nós resistimos. O PT ganhou as eleições, mas se inspirou no modelo cubano. Tentou fazer deste País uma Cuba. Aqui resistimos, neste Senado Federal. Foi esta Casa que despertou a resistência. Lá na França, quando os alemães invadiram Paris, De Gaulle gritava, bradava: “Resistência popular! Resistência popular! Resistência popular!” Aqui foi a resistência parlamentar: “Resistência parlamentar!” “Resistência parlamentar!”

Chega aqui um dos comandantes, o Senador Alvaro Dias. Essa resistência derrubou muros, siglas partidárias, pela democracia e pelo País. O Senador Paulo Paim tornou-se até marechal dessa resistência em várias lutas, e ainda continua lutando pela PEC paralela, aquela “Conceição que ninguém sabe, ninguém viu”. E quem sofreu mesmo foram os aposentados, cujas esperanças foram enterradas. Mas resistimos e estamos resistindo.

O Senador Paulo Paim simboliza o Rio Grande do Sul, simboliza a Guerra dos Farrapos, os Lanceiros Negros, Alberto Pasqualini, Bento Gonçalves, Getúlio, Brizola, João Goulart. S. Ex^a não perderá, pois conseguirá fazer com que repensemos nas conquistas que não obtivemos no Congresso.

Senador Alvaro Dias, quando Ulysses fundou a entidade associativa denominada OPB, não tinha a nossa garantia. Mas ela funciona. Fui a São Paulo e percebi essa situação. Fui homenageado em São Paulo em razão da divulgação feita pela TV Senado, pela Rádio Senado e pelo **Jornal do Senado**. Garantiu-se.

Quando Ulysses a fundou, Senador Alvaro Dias, os Paramentos eram débeis, e a democracia... Eduardo Gomes já dizia: “É a eterna vigilância que garante as liberdades”. À época, elas eram tênues. Portanto, Ulysses teve a idéia de juntar as assembléias a fim de obter forças para resistir à ditadura. Por isso, ele foi consagrado. A Nação tinha esse ideal. Em 29 de novembro de 1976, Senadores da República, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores, suplentes, empresários e pessoas de diversos segmentos da sociedade reuniram-se no Plenário Tiradentes da Assembléia Legislativa de São Paulo para fundar a entidade associativa denominada OPB – Ordem dos Parlamentares do Brasil –, com a finalidade de congregar os Parlamentares de todas as Casas Legislativas do País, além de futuros Congressistas, comerciantes, industriais e profissionais liberais, a fim de que possam, por meio da instituição, contribuir para o desenvolvimento do Brasil na democracia.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permita-me, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Hoje, a referida Ordem é presidida pelo bravo Comendador João Serrano, que foi Deputado Federal. Como dizia o Padre Antônio Vieira, Senador Papaléo Paes, o bem nunca vem só, mas sempre acompanhado de outro bem. Na história dessa instituição, percebe-se que ela foi criada para buscar as forças daqueles que trabalham e constroem as riquezas, incluindo os empresários. Então, ao longo dos anos, nessa festa, eles concedem o prêmio denominado *Top of Quality* a empresários e profissionais liberais que prestam serviços e cujas empresas, conforme o julgamento da Confederação das Indústrias, têm qualidade e, conseqüentemente, são o orgulho dos paulistas e do Brasil. Vários deles são homenageados.

Esta que estou ostentando é a Medalha Ulysses Guimarães. É ele que nós e o Presidente do Partido, Michel Temer, devemos ouvir. É em Ulysses Guimarães que precisamos nos inspirar. Atentai à luta, atentai! Eu me lembro, Senador Alvaro Dias, não sei onde V. Ex^a

estava, mas eu estudava cirurgia no Rio de Janeiro... Senador Paulo Paim, refiro-me à época em que comprava, com muita vibração, o **Jornal do Brasil** para ler o discurso de Ulysses Guimarães, o anticandidato. Ele não tinha a mínima chance contra a ditadura, contra os militares, mas foi buscar no Regimento desta instituição que ele criou fundamentos para ser candidato e ter direito a pregar para o renascer da democracia no Brasil. Eu li aquele discurso do anticandidato.

Agora o PMDB é gigantesco! Elegeu muito mais de mil Prefeitos, muito mais de oito mil Vereadores e possui a maior Bancada neste Congresso que vai do estadista Sarney ao Garotinho; são dezenas de Governadores, milhares de Prefeitos e muitos Senadores.

José Serra ganhou? Ganhou. Mas quem fez, Senador Mozarildo Cavalcanti, o PSDB ressurgir das cinzas foram os bravos Parlamentares deste Congresso quando protestavam contra a Reforma da Previdência, contra a Reforma Tributária, que só trouxe impostos. Neste País, Senador Paulo Paim, cada brasileira e brasileiro que trabalham... Atentai bem! Quando eu comecei a trabalhar... Eu trabalhei, ó Presidente Lula. Eu me aposentei depois de 35 anos operando com essas mãos guiadas por Deus no templo do meu trabalho, uma sala de cirurgia, salvando uma vida aqui, outra ali. Quando eu comecei a trabalhar, de doze meses, pagava-se um mês ao País, Senador Mozarildo Cavalcanti. Agora, brasileiras e brasileiros, de doze meses, cinco meses do seu trabalho é para o Governo. E que segurança, que educação, que saúde, que felicidade o Governo está dando?

Concedo a palavra a esse grande Líder do Paraná, um dos generais dessa resistência parlamentar e que já foi candidato a Presidente da República, Senador Alvaro Dias. Persista, Senador. V. Ex^a só se candidatou uma vez. O Lula candidatou-se três vezes, perdeu, mas acabou ganhando.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a fica muito bem com essa comenda, principalmente porque traz o nome de Ulysses Guimarães.

Lembro-me de um conterrâneo de V. Ex^a que foi Prefeito da minha cidade de Londrina, Dalton Paranguá, um médico também, do qual fui Líder na Câmara de Vereadores, pelo MDB, o seu Partido. Ele dizia sempre: “A quem honra, a honra”. V. Ex^a honra o seu mandato, e a honra dessa homenagem faz justiça a V. Ex^a. Coincidentemente, com o nome de Ulysses Guimarães. Ninguém neste País, tanto quanto V. Ex^a, homenageia Ulysses Guimarães praticamente todos os dias da tribuna do Senado Federal, ou quase todos os dias, ou quase todas as vezes em que comparece à tribuna do Senado Federal buscando na inspiração

saudosa de Ulysses Guimarães o aprendizado necessário para atuar com dignidade. Como faz falta Ulysses Guimarães, Senador Mão Santa! Faz falta ao PMDB. Certamente ele que foi o anticandidato não gostaria de ver o anti-partido. Faz falta ao Governo; faz falta ao Parlamento; faz falta à democracia; enfim, faz falta ao Brasil. Certamente, Ulysses Guimarães vivo, exercitando a liderança na plenitude como fazia, não permitiria que um Partido com a história do PMDB se sujeitasse a esse papel de negociar Ministérios em troca de apoio ao Presidente e seu Governo. V. Ex.^a tem sido um combatente, procurando fazer com que o PMDB reencontre os rumos sinalizados principalmente por Ulysses Guimarães. Parabéns a V. Ex.^a pela homenagem recebida e parabéns pelo seu comportamento de independência, de altivez diante dos fatos que se verificam no interior do seu Partido e neste Parlamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço e peço que sejam incorporadas suas palavras ao meu discurso. E que o povo de Curitiba reconheça quem ganhou lá: o PSDB. V. Ex.^a foi um dos artífices combatendo e enaltecendo o seu Partido, o PSDB.

Com a palavra, o grande Líder da resistência parlamentar do Brasil, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, V. Ex.^a faz da tribuna uma homenagem ao grande Ulysses Guimarães. A medalha que V. Ex.^a recebe como um dos Parlamentares de maior destaque no Brasil é mais do que justo que seja exatamente a medalha Ulysses Guimarães. Cumprimento V. Ex.^a e digo que com muito orgulho fui Deputado Federal Constituinte. Na época, Senador Alvaro Dias, fui liderado por Ulysses Guimarães e por Mário Covas. Jamais vou me esquecer da liderança de Mário Covas na Assembléia Nacional Constituinte. Naquela época eram Constituintes Olívio Dutra, Luiz Inácio Lula da Silva, Mário Covas e Ulysses Guimarães. Construimos, sob a liderança de Ulysses Guimarães, a Constituição Cidadã. Foi um grande momento para a história do País. Até mesmo questões partidárias ficaram à parte enquanto redigíamos a Carta Magna. Atuei mais na ordem social, do art. 6º ao 12º. Cumprimento V. Ex.^a: a medalha é mais do que justa. V. Ex.^a tem sido nosso parceiro em todos os momentos. V. Ex.^a é generoso com os elogios que faz a todos nós. Não houve um momento, nesses dois anos em que tenho a alegria do convívio com V. Ex.^a, em que V. Ex.^a não apenas votou, mas também defendeu os interesses da população brasileira, principalmente dos mais pobres, dos idosos, dos que são discriminados, dos assalariados. Por essa razão, gostaria de dizer que a medalha que está no peito de V. Ex.^a orgulha não apenas o Piauí, mas o País, Senador Mão Santa. Parabéns. Quero dizer a V. Ex.^a, só para concluir, que

V. Ex.^a é um lutador desta causa. V. Ex.^a falou na PEC Paralela. Há poucos minutos um jornalista me perguntou como há pessoas neste País ganhando quase R\$30 mil. Porque não aprovaram a PEC Paralela! Se aprovarem a PEC paralela, regulamentaremos essa questão. Se ganham R\$30 mil – até acho que exageraram no número –, se ganham mais do que o teto ora fixado em R\$19 mil, é porque não temos a PEC Paralela, que resolveria essa questão. Portanto, quem não quer aprovar a PEC Paralela permite que existam alguns abusos. Parabéns a V. Ex.^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex.^a enriquece nosso pronunciamento como tem enriquecido o Parlamento. Outro dia, num discurso, comparei-o a Martin Luther King e, quando terminei, pensei: será que foi excesso? Não foi.

Senador Papaléo, procure ler o livro poético, romântico, lançado recentemente pelo Senador Paulo Paim, “Cumplicidade”. Ele ainda vai ser lançado, mas já o li. S. Ex.^a relata toda essa luta – e Deus lhe deu o dom poético para lançar esse livro – quer dizer, aquela luta em que ele se comporta como lanceiro negro da Guerra dos Farrapos. Foi o primeiro a falar em República; o primeiro a falar na libertação dos negros. Ele dá uma mensagem de amor e poesia, igualando-se àquele Martin Luther King, o sonho feito discurso que chegou à história.

Entre figuras extraordinárias, desde o estadista José Sarney até Garotinho – e a virtude está no meio –, está Ramez Tebet, que tanto pode ser Presidente desta Casa como da República pelo nosso PMDB.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, o Senador Paulo Paim, em aparte, falou da generosidade de V. Ex.^a, que é muito grande. V. Ex.^a sempre supervaloriza seus companheiros do Senado, como no meu caso. V. Ex.^a, tantas e tantas vezes tem me distinguido aqui que, no meu Estado – Mato Grosso –, as pessoas dizem: “Como o Senador Mão Santa gosta do senhor, Senador Ramez Tebet!”. Naturalmente eles falam isso porque não mereço os elogios que V. Ex.^a me faz. Hoje quero simplesmente homenagear V. Ex.^a. Minhas palavras não são movidas pelo sentimento de amizade, que é grande entre nós; mas pelo sentimento de justiça, Senador Mão Santa. A Ordem dos Parlamentares do Brasil, ao lhe conceder essa medalha, que V. Ex.^a ostenta e que leva o nome de um dos maiores brasileiros de nosso século, Ulysses Guimarães, fez justiça ao trabalho que V. Ex.^a faz nesta Casa, defendendo com independência e eloquência seu pensamento. V. Ex.^a sempre alerta nosso PMDB, ontem MDB, Partido que, inegavelmente, abrigou todas as outras siglas que existem no Brasil. Direta ou

indiretamente, no Brasil não há partido, não há homem público que tenha passado pelo regime autoritário que não tenha pertencido ao MDB. Quem não pertenceu quis pertencer, V. Ex^a não tenha dúvida! V. Ex^a é um Senador que honra este Parlamento. Nós, do PMDB, nos inspiramos em V. Ex^a, que quer um PMDB independente, quer um PMDB altivo, quer um PMDB identificado com as causas populares, quer um PMDB preocupado com a voz das ruas. Essa frase é de Ulysses Guimarães e V. Ex^a sempre a repete, defendendo os interesses maiores da sociedade brasileira. Brevemente, o Governo do Presidente Lula completará dois anos. Está na hora de o nosso Partido realmente contribuir com a governabilidade, mas deve fazê-lo com independência, sem exigência nenhuma, demonstrando desprendimento à sociedade brasileira. A história do PMDB não é uma história de desprendimento? Não é a história de quem tudo enfrentou? Ulysses Guimarães não enfrentou os cachorros? Ulysses Guimarães não enfrentou os soldados armados, que queriam calar a sua voz? Alguém que foi homenageado, como V. Ex^a, com essa medalha Ulysses Guimarães é porque realmente tem mérito. Não sou eu que digo isso. A Ordem dos Parlamentares do Brasil, que congrega e ouve as vozes de nosso Parlamento e defende o fortalecimento do Poder Legislativo, fez justiça a V. Ex^a. Ao entrar neste plenário, tomei conhecimento das últimas palavras de V. Ex^a e dos apartes dos Senadores Alvaro Dias e Paulo Paim. Logo me inteirei do assunto e não me contive. É muito bonita a atitude de uma pessoa que recebe uma homenagem e vem agradecer-lá da tribuna do Senado, ostentando no peito a medalha que merecidamente recebeu. Meu grande abraço a V. Ex^a e parabéns à Ordem dos Parlamentares do Brasil por ter outorgado essa medalha a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Ramez Tebet, ao agradecer a V. Ex^a o aparte, lembro que a sua responsabilidade é muito grande. Não vamos viver apenas recordando Ulysses Guimarães, lembrando-nos de Tancredo Neves, que se imolou, e de Teotônio Vilela, mártir, que, com câncer, irradiava amor à democracia, em que tinha muita fé. V. Ex^a, do PMDB de hoje, é um dos poucos vitoriosos, pois o nosso Partido elegeu prefeito somente em duas capitais: na de V. Ex^a, sob o seu comando, e na do extraordinário homem público Iris Rezende, que se enquadrou naquele conceito de Winston Churchill, de que a política é como a guerra, com a diferença de que, na guerra, se morre apenas uma vez, enquanto na política se morre várias vezes. Neste momento de grandeza do PMDB, ressuscita Iris Rezende.

Penso, Senador Ramez Tebet, que o PMDB precisa de um projeto político, um programa nacionalista.

O PMDB é neto do PTB de Getúlio Vargas, de João Goulart, de Brizola. É preciso que tenha um projeto nacionalista. Não falo de um projeto liberal, como o de Fernando Henrique Cardoso, que o povo não quis, nem do projeto do PT, que é um FHC enrustido economicamente. Falo de um projeto diferente que baixe os juros, que se inspire em Rui Barbosa, para o qual a primazia era do trabalhador. O trabalho e o trabalhador vêm antes, fazem a riqueza. O País não se pode curvar à riqueza, ao dinheiro, ao FMI, ao BID, ao Banco Mundial. Essa é a diferença. É preciso termos um projeto eclético e baseado nas idéias de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek, segundo o qual o trabalho é que traz o desenvolvimento. É no que acreditamos. O PMDB apoiará Lula porque quer governabilidade e porque respeita o povo e a pátria.

Concederei a palavra, tendo em vista a generosidade típica do PMDB, à mais nova aquisição do Partido, que possui pessoas ilustres quanto o Senador José Sarney e o Senador Papaléo Paes.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Morais.

O Sr. Efraim Morais (PFL – PB) – Senador Mão Santa, da mesma forma que outros companheiros, quero homenageá-lo – claro que conto com a tolerância da Presidência, deste companheiro extraordinário, Senador Papaléo Paes – porque esta homenagem que hoje se faz a V. Ex^a merece todo o tempo desta sessão. V. Ex^a foi agraciado com a medalha que representa o homem que V. Ex^a tanto lembra nesta Casa, seu grande líder, seu grande ídolo, que é o Deputado Ulysses Guimarães, o qual por tanto tempo foi presidente do PMDB. A medalha que V. Ex^a recebeu e ostenta no peito nesta tarde aqui no plenário é uma homenagem que a Ordem dos Parlamentares do Brasil presta a esse grande Senador da República, a esse grande homem público, àquele que foi “prefeitinho”, como gosta de dizer V. Ex^a, ao Governador, ao Senador, ao líder, ao homem que aqui, todo dia, se possível, lembra o seu Piauí, defende o seu povo, defende a sua terra. Essa homenagem é mais do que justa. Talvez possa dizer, sem medo e sem ofender a nenhum dos companheiros, que o homem público que mais lutou nesta tribuna, que mais falou sempre em defesa do mais carente, do menor, daquele que precisa de voz nesta Casa foi V. Ex^a. Todos nós ficamos felizes ao saber que a Ordem dos Parlamentares do Brasil fez uma homenagem extraordinária a V. Ex^a, que merece, Senador Mão Santa. Parabéns a V. Ex^a! Parabéns também ao Piauí!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Efraim Morais pela participação, representante deste que é um dos poucos Estados brasileiros que colocou uma legenda na bandeira. Como há na bandeira nacional a legenda positivista “Ordem e Progresso”,

eles colocaram o “Nego”. Significava “nego o comunismo”. E Efraim Morais, representando a sua tradição e a sua bandeira, aqui negou o seu apoio ao massacre da reforma da previdência, que tanto tormento e desespero trouxe aos aposentados; à reforma tributária, que tornou este País campeão de impostos; e ao salário mínimo que foi negado, tornando este o Estado que menos paga os trabalhadores. Então, Efraim foi um comandante, como Líder da Minoria, que as eleições estão a demonstrar que se tornará maioria.

Estas são as nossas palavras e o nosso desejo: um PMDB com projeto de poder. Partido é para isso, Senador. Não nos encanta o poder pelo poder, mas, com a nossa experiência, a possibilidade de podermos melhorar este Brasil.

Agora, um aconselhamento ao Presidente Lula: nunca vamos lhe faltar, mas votar contra o trabalhador e o aposentado, jamais! Temos votado sempre todas as medidas provisórias. É um absurdo, um desrespeito à Constituição que Ulysses beijou. Senador Mozarildo Cavalcanti, ela tem 250 artigos. As medidas provisórias do PT já estão quase mais numerosas do que a Constituição do Brasil. Somos contra.

Acho que o Presidente deve evitar esse negócio de cooptar aliados em banquete, almoço e jantar. O PT demonstrou que é fraco em matéria de comida, porque, do Fome Zero, somente ficou o zero que o País está dando a esse programa.

Senador Mozarildo Cavalcanti, é muito fácil o que o Piauí quer: a gratidão do Presidente da República. O projeto da Universidade Federal do Delta do Parnaíba está em andamento e tem o parecer do grande Relator Senador Álvaro Dias. Que se acelere o projeto para transformar o Campus Avançado Reis Velloso, levado na ditadura militar, em Universidade de Parnaíba. Vamos plantar a semente do saber. O Piauí tem litoral, Senador Mozarildo. No porto Luiz Correia, foram gastos cem milhões. Faltam US\$10 milhões. É isso! Vamos evitar essas jogadas todas, e o Piauí estará com o Presidente Lula.

As ferrovias, como todo o Piauí, estão acabadas. Há dois projetos de irrigação: o do tabuleiro litorâneo e o platô de Guadalupe. Recentemente, quando Governador, eu terminei a grande barragem de Piracuruca, que também merece atenção. O metrô também precisa de apoio. As estradas do Piauí, Presidente da República, são uma vergonha, como diz Boris Casoy. Das dez piores estradas do Brasil, as três piores estão no Piauí, este Estado que deu a vitória ao Presidente Lula – até um governador do PT nós elegemos. E tem também a refinaria, em Paulistana.

Este é o momento em que o Presidente Lula deve se afastar desse núcleo duro, que demonstrou ao País

de que não tem competência, e fazer como o Presidente Juscelino Kubitschek, que colocou esta capital no meio para que o País se interiorizasse. Da mesma maneira, a refinaria em Paulistana é eqüidistante de todas as capitais do Norte e do Nordeste. Estudamos Geografia e estamos ensinando este assunto. O Brasil não tem deficiência de petróleo bruto, mas do refinado. O sul do Piauí é eqüidistante de Boa Vista, do Amapá, do Presidente, de Belém, de São Luís, de Fortaleza, de João Pessoa? Então, seria uma forma de interiorizar, com esses altos investimentos, e trazer progresso para o sul do Estado do Piauí.

Eram as nossas palavras. Com a inspiração de Ulysses Guimarães, o desejo da nova geração do PMDB é continuar a contribuir com a democracia e a grandeza do Piauí e do Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, por vinte minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos problemas presentes em quase todos os pronunciamentos dos Parlamentares, seja no Senado, seja na Câmara, é a eliminação das desigualdades regionais. Mesmo os Parlamentares do Sul e do Sudeste, que são regiões já desenvolvidas, também defendem. Tanto que consta da própria Constituição a eliminação dessas desigualdades regionais, porque vão de encontro às próprias regiões desenvolvidas, pois provocam um fluxo migratório muito intenso nas regiões menos desenvolvidas para o Sul e Sudeste, já desenvolvidos.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo enfocar uma questão específica, a Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus, que, desta tribuna, já disse que não deveria mais ter esse nome, já que ela não se restringe apenas à Zona Franca de Manaus. A sua atuação, os seus benefícios se estendem a toda a Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá. A Suframa é um órgão que deveria ter realmente o nome de Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Ocidental.

Quero ater-me a essa questão, Sr. Presidente. A igualdade é um dos princípios políticos mais consagrados dentre aqueles conceitos fundamentais que conduziram, no caminho do progresso a História da Humanidade. Mas é necessário concluir, por força dos

fatos, que muito resta a fazer para que essa igualdade, por todos apregoada, por todos desejada, venha a constituir uma realidade efetiva e visível, estejamos nós a considerar a comunidade das Nações em sua generalidade ou consideremos apenas o Brasil em suas especificidades.

Principalmente, Sr. Presidente, quando se toma a situação de regiões brasileiras, quando se coteja o abismo de preferências que separa o Sul, o Sudeste e o Norte em nosso País, o tema da igualdade assume ainda tons mais graves, mercê da incompreensão, do descaso e, por vezes, do respeito com que é tratado.

Como se irá fazer a igualdade entre as regiões, se o conjunto de políticas públicas que orientam a alocação de recursos e as ações de desenvolvimento regional, por si só frágil e insuficiente, ainda recebe, de forma constante, o assédio desinformador dos *lobbies* a serviço da concentração produtiva do Centro-Sul do País? Como a igualdade será feita, se a pretensa racionalidade econômica, míope e enviesada, propositamente ignora o papel decisivo que joga o potencial econômico regional no futuro desta Nação?

A exemplo disso, veio a público, em outubro, nota de esclarecimento da Sr^a Flávia Skrobot Barbosa Grosso, Superintendente da Zona Franca de Manaus, a respeito da matéria veiculada no Bom Dia Brasil, pela jornalista Miriam Leitão, dia 29 de setembro último. A matéria epigrafada no *site* da Rede Globo com o título de “Concorrência Desleal” compara desfavoravelmente a Zona Franca com as empresas ditas “maquiladoras” “existentes no México, junto à fronteira norte-americana”.

Esclarece a superintendente que a Zona Franca, ao contrário do que foi veiculado pela jornalista, não foi criada com o objetivo de incremento das exportações brasileiras, mas sob o pressuposto de necessidades geoeconômicas e de segurança, que recomendavam a ocupação daquela porção do território nacional, bem como de integração econômica da Amazônia Ocidental ao restante do País.

O modelo da Zona Franca, única política federal de desenvolvimento regional que tem, de fato, impacto significativo na região, proporcionou ao PIB (Produto Interno Bruto) do Estado do Amazonas, por exemplo, crescimento de 122%, entre 1985 e 2001, e à renda **per capita** estadual incremento de 109%, no período compreendido entre 1994 e 2001, ou seja, em apenas sete anos.

Informa a nota ainda que, ao contrário daquilo que afirma a jornalista, responde o Estado do Amazonas, mais uma vez tomado como exemplo, por mais de 65% dos tributos e contribuições federais arrecadados em toda a região Norte.

Esse fato é prova cabal de que, ao menos no âmbito do Pólo Industrial de Manaus, os incentivos fiscais têm feito – e bem – o papel de impulsionado-

res do desenvolvimento. Demonstra também que os incentivos não implicam renúncia fiscal absoluta, tal como afirma a jornalista, mas uma alavanca significativa para o aumento da própria base tributária, ou seja, para geração de riqueza e, em decorrência, de incremento da tributação.

Também não cabe aos empreendimentos em operação na Zona Franca a pecha de “maquiladora”, prática que se dá no México, espécie de arapuca fiscal em que pouco ou muito pouco agrega de valor aos produtos que importa e reexporta. Ao contrário, conforme declara nota da Suframa, 52% dos insumos consumidos na Zona Franca são provenientes do Brasil, sendo 18% adquiridos em outras regiões do País.

Modelos como esse de incentivo ao desenvolvimento podem ser facilmente encontrados mundo afora. Admitir a desigualdade entre os desiguais para promover a igualdade não é idéia nossa, nem mesmo é idéia nova.

Não foi outra a estratégia desenvolvimentista adotada em países como Irlanda e Espanha, dentre outras nações periféricas, para se industrializarem, fugindo da posição subordinada em que figuravam até bem pouco tempo no concerto europeu. Estratégia essa – é importante que se saiba – apoiada pelo restante dos membros da União Européia, instituição no âmbito da qual conceitos como desenvolvimento igualitário e sustentado e integração regional são diretrizes fortes e atuantes; são diretrizes para a construção de uma Europa melhor.

A partir desses esclarecimentos e desses exemplos, fica claro, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o acerto da Zona Franca, que tem beneficiado e apoiado o desenvolvimento de toda a Amazônia Ocidental, como frisei no início do meu pronunciamento. Fica clara ainda a necessidade de fortalecer o próprio conjunto de políticas regionais voltadas ao Norte, trazendo à região um nível maior de competitividade e maior capacidade de atrair os investimentos produtivos.

Os grandes Estados do Sul e do Sudeste têm amalhado, nos últimos séculos, imensas vantagens em ativos, infra-estrutura, mercado e conhecimento. Não pode o restante do País aceitar a continuidade desse processo concentrador indefinidamente. Ressalto que isso não é bom sequer para os Estados do Sul e do Sudeste, porque – repito – provoca a migração de camadas pobres da população das regiões mais pobres para aquelas regiões, agravando muito os problemas sociais.

O desenvolvimento regional integrado e sustentável não é apenas a redenção econômica daquelas populações sem perspectivas, daquelas populações economicamente subalternas. Ele significa também o reencontro da idéia de igualdade no seio da Federação, o reencontro do Brasil com ele mesmo, lá onde ele tem estado mais ausente.

Sr. Presidente, requeiro a V. Ex^a que considere como parte do meu pronunciamento a nota da Suframa em que a Superintendente esclarece todos os detalhes a respeito da importância da atuação da Zona Franca de Manaus. Como eu disse, não se trata apenas da Zona Franca de Manaus, porque é um órgão que vem arrecadando no Estado do Amazonas e aplicando em todos os Estados da Amazônia Ocidental, principalmente na infra-estrutura dos Municípios pobres da região. Portanto, é importante que ela seja entendida assim e muito importante que a elite pensante deste País comece a refletir em um modelo de distribuição do desenvolvimento para todas as regiões.

Espero, de maneira muito sincera, que o Presidente Lula mude esta realidade que vem se arrastan-

do há vários governos, de deixar o Norte esquecido, a Amazônia esquecida, cumprindo uma rotina que vem causando muito sofrimento para a região. Eu, como nortista, como homem da Amazônia, quero aqui defender a Superintendência da Zona Franca de Manaus como órgão essencial para os Estados da Amazônia Ocidental e principalmente para os Municípios do meu Estado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE DO
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PUBLICAÇÕES

» Portal da Suframa
:: Publicações
:: **Resposta**

Suframa responde ao ataque de Míriam Leitão ao modelo ZFM

Senhor Editor,

Em relação ao conteúdo editorial da matéria veiculado no programa Bom Dia Brasil, na edição desta quarta-feira, 29 de setembro, temos o dever institucional de prestar esclarecimentos, no intuito de reparar as informações equivocadas repassadas à sociedade brasileira.

1- O Modelo ZFM não foi concebido para ser uma zona exportadora, quando de sua criação. A lógica de sua concepção foi, por um lado, geopolítica, vinculada a ocupação territorial e integração econômica da Amazônia Ocidental com o resto do Brasil; e por outro, o econômico, de substituição de importações, de modo inteiramente coerente com a política econômica do governo, a época, orientada quase que exclusivamente para o fortalecimento do mercado interno. Neste sentido, as indústrias instaladas no Pólo Industrial de Manaus, base de sustentação do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), contribuíram decisivamente para a poupança de divisas durante as décadas de 70 e 80, na medida em que eram, em sua quase totalidade, empresas que ainda não operavam no território brasileiro. Além disso, internalizaram tecnologias de produção até então inéditas no país. Por ocasião da abertura da economia brasileira no início dos anos 90, o Pólo Industrial de Manaus (PIM) demonstrou uma notável capacidade de adaptação à nova realidade, vez que as empresas foram obrigadas a cumprir o regime jurídico do Processo Produtivo Básico (PPB). Atualmente, além do cumprimento do PPB há outras exigências a cumprir como a nacionalização progressiva dos produtos, consolidando um modelo de alto valor agregado, não sendo apropriada a comparação com as maquilas do México.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), gestora do modelo ZFM, incorporou em seu Plano Estratégico a iniciativa de promover as exportações. Desde então as indústrias conseguiram demonstrar um vigor exportador impressionante: de um valor de R\$ 691 milhões, exportado em 1999, para R\$ 3.7 bilhões, em 2003, o que representa um salto de nada menos que cerca de 438% neste período.

2- NÃO HÁ CONCORRÊNCIA DESLEAL DA ZFM COM AS OUTRAS REGIÕES DO BRASIL. A maioria das indústrias incentivadas pelo Modelo ZFM é de origem estrangeira, e para setores industriais contemplados em nossa pauta de especializações fabris (eletroeletrônicos, motocicletas, concentrados para refrigerantes, e beneficiamento de matérias-primas extrativas regionais.). São investimentos captados no exterior e direcionados exclusivamente para o Pólo Industrial de Manaus, não tendo concorrentes similares no Brasil. São raras as exceções, especialmente relativas a alguns bens de informática e telefones celulares, que também são beneficiados com os

mesmo incentivos fiscais, em qualquer estado da Federação, por meio da aplicação da Lei de Informática.

3- O MODELO ZFM GERA UM ENORME VOLUME DE TRIBUTOS . A afirmação de que empresas do Modelo ZFM não pagam tributos ou, quando pagam, seu montante é irrisório não procede. Na verdade, as empresas sediadas em Manaus ou nos demais estados da Amazônia Ocidental, área de abrangência do modelo, pagam tributos de diversas espécies. Só o Estado do Amazonas, por causa do PIM, responde por mais de 65% dos tributos e contribuições federais arrecadados na Região Norte. Exatamente 65,33% do volume arrecadados até Junho 2004. A carga tributária total do Amazonas (federal, estadual e municipal) representa 21,85% de seu PIB, conforme dados do IBGE e Receita Federal. Um percentual maior do que o de vários estados com grau de desenvolvimento muito superior ao do Amazonas. Dados do IBGE e da Receita indicam que em 2001, a arrecadação de tributos federais, no Estado do Amazonas foi de 10,7% do seu PIB, enquanto que em Minas Gerais foi de 8,72%, no Rio Grande do Sul, foi de 9,87%, em Santa Catarina, 7,95%, de seus respectivos PIBs.

4- A PRODUÇÃO EMPRESARIAL INCENTIVADA NA ZFM É A MAIS CONTROLADA DO PAÍS . Ao contrário do que foi divulgado pelo BOM DIA BRASIL, a concessão dos incentivos fiscais e extra-fiscais, requer o cumprimento de uma legislação rígida e abrangente, o que não acontece nas demais regiões do país, como por exemplo:

a) a exigência de cumprimento do Processo Produtivo Básico (PPB) um conjunto de normas e procedimentos, estabelecidos por uma comissão interministerial formada pelos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e da Ciência e Tecnologia (MCT), cuja aplicação é rigorosamente fiscalizada pela SUFRAMA, Receita Federal e Seplan-Am;

b) a análise e aprovação de projetos técnico-econômicos para usufruto dos incentivos fiscais do Modelo são realizadas pelo Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS), composto por representantes 10 ministérios, governos estaduais da Amazônia Ocidental, prefeituras das capitais da região, Secretaria da Receita Federal (SRF), entidades das classes trabalhadora e empresarial;

c) os projetos incentivados são alvo de fiscalização múltipla pela SRF, Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ-AM), SUFRAMA, Secretaria de Planejamento do Amazonas (SEPLAN-AM), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e IBAMA, seja sobre o processo produtivo, a adequação ambiental, a adequação fiscal, e ainda pela entrada de insumos de quaisquer origens (importados ou nacionais) e saída dos produtos finais da região para o exterior e para o mercado brasileiro;

d) No modelo ZFM é exigido o cumprimento das legislações tributária, trabalhista, previdenciária e ambiental, comuns a atividade produtiva em todo território nacional.

Observe, senhor editor, que no modelo ZFM, a ação regulatória do Estado sobre as empresas, seja no cumprimento das leis gerais (válidas para todo o país) e específicas (próprias do modelo) é muito mais intensa.

A referência à incidência de fraudes por conta da concessão de incentivos fiscais é inadequada e não pode ser apresentada deslocada do contexto dos fatos. De fato oito empresas foram investigadas, entretanto deveria ter sido permitido que a Receita ou a Polícia Federal – instituições do poder público quem têm a responsabilidade de coibir, investigar e punir esse tipo de ato – se manifestassem. Se essa prática jornalística tivesse sido seguida a sociedade teria ficado sabendo que apenas uma das empresas praticou ato fraudulento, que portanto trata-se de fato isolado, que não compromete de forma generalizada a seriedade do modelo ZFM. A sociedade também teria sido informada de que a empresa em questão foi imediatamente punida.

É importante destacar que a descoberta de fraudes é resultado direto da eficiência e rigidez do trabalho de fiscalização dos organismos federais.

5- INCENTIVOS AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL SEMPRE EXISTIRAM NO BRASIL INTEIRO . Ao contrário do caráter exclusivista da concessão de incentivos tributários que a reportagem procurou imputar ao Modelo ZFM, os dados e informações disponíveis demonstram expressamente que todas as regiões brasileiras se beneficiam de incentivos fiscais e subsídios de diversas espécies para fomentar o seu desenvolvimento econômico.

Os dados oficiais (Receita Federal) demonstram que a renúncia fiscal praticada em outras regiões brasileiras tem crescido expressivamente ao longo dos anos e, mais importante que tudo, é de uma magnitude muito superior a praticada no âmbito do Modelo ZFM. Em 1994, do total das renúncias fiscais brasileiras, 26,4%, vieram para a Região Norte, 49,61% foram para o Sudeste e 10,41% para a Região Sul. Já em 2004, a participação da Região Norte diminuiu para 20,05%, a do Sudeste cresceu para 51,52% e a do Sul para 12,97%. (fonte: Orçamento da União).

6- A MAIORIA DOS INCENTIVOS DO MODELO ZFM POSSUI A MODALIDADE DE "REDUÇÃO", E NÃO DE "ISENÇÃO". A modalidade de redução, praticada para a maioria dos incentivos federais e estaduais do modelo ZFM, traz consigo a consequente exigência de pagamento, por parte das empresas incentivadas, de parcelas mais ou menos significativas dos tributos de alíquotas reduzidas. Vejamos, especificamente, o que ocorre com os tributos incentivados pelo Modelo ZFM:

- a) O Imposto sobre Importações (II) é reduzido em razão do valor nacional agregado.
- b) A redução do ICMS da maioria das empresas incentivadas do modelo ZFM, situa-se entre 40% e 50%, e, todas as empresas, inclusive aquelas poucas que gozam de isenção deste imposto, são obrigadas a contribuir para fundos de financiamento ao ensino superior, turismo, Pesquisa & Desenvolvimento e às pequenas e microempresas.
- c) O incentivo de IRPJ, concedido pela antiga SUDAM é aplicável a todo território da Amazônia Legal (composta por AM, AC, AP, RO, RR, PA, MA, MT e TO) e representa somente 1% dos custos de produção das empresas. Além disso, o valor renunciado só pode ser usado para re-investimento.

7 - NO MODELO ZFM NÃO HÁ SUBSÍDIOS , E SIM INCENTIVOS A PRODUÇÃO . Todo o risco do empreendimento corre por conta exclusivo do empresário, pois os incentivos (reduções, isenções, etc.) incidem sobre tributos diretos, somente no momento da venda do produto final.

8 - O CONCEITO QUE O MODELO ZONA FRANCA DE MANAUS É UMA FONTE DE RENÚNCIA FISCAL, PREJUDICIAL À NAÇÃO precisa ser revisto, para evitar que informações ultrapassadas e equivocadas continuem sendo repassadas à sociedade. A população precisa ser informada corretamente de que NÃO SAI UM CENTAVO DO TESOURO FEDERAL PARA MANTER O MODELO ZFM. Nem mesmo para custear o funcionamento da SUFRAMA. Ao contrário, já há algum tempo, o Modelo tem contribuído com o superávit primário do Governo Federal, em função de que a massa tributária gerada na ZFM é superior a renúncia fiscal por ela praticada. Para cada Real renunciado o modelo gera uma arrecadação, em tributos e contribuições federais, estaduais e municipais, de R\$ 1,3.

9- A CARGA TRIBUTARIA DA INDUSTRIA NACIONAL NÃO É CONSEQUÊNCIA DOS INCENTIVOS DO MODELO ZFM . Em um dos trechos da reportagem, um consultor tributário alegou que a carga tributária das demais regiões seria mais elevada para viabilizar os incentivos da ZFM. Nada mais esquisito e falso, pois não há, nem nunca houve qualquer política de governo direcionada neste sentido de vinculação ao Modelo ZFM. Os tributos arrecadados da indústria nacional (inclusive os do modelo ZFM), além de financiarem o Orçamento Federal, subsidiam políticas de desenvolvimento regional por todo o país, como vem acontecendo no setores

automotivo, informática, agrobusiness, entre outros.

Os dados disponíveis na SRF e no Tribunal de Contas da União (TCU) dão conta de que os incentivos do modelo ZFM representaram, em 2003, apenas 1,77% de toda a carga tributária nacional, enquanto que os benefícios fiscais dados ao Sudeste, no mesmo ano, representaram quase três vezes mais (5,66%).

10- A ZFM SEMPRE FOI DISCUTIDA E REFERENDADA PELO CONGRESSO NACIONAL. Em outro trecho da matéria, outro tributarista advoga a rediscussão do Modelo ZFM pelo Congresso Nacional. Ora, o Poder Legislativo Federal, congregando representantes de todo o povo brasileiro, já por três vezes discutiu o modelo ZFM, nos últimos 15 anos, e referendou a prorrogação do Modelo ZFM, por entendê-lo como estratégico não só ao desenvolvimento e integração da Amazônia, como para o próprio Brasil, em face de sua capacidade de geração de negócios e empregos em outras regiões do Brasil, como o Sudeste e o Sul, grandes fornecedores das indústrias sediadas em Manaus.

Durante o recente processo de reforma tributária, a prorrogação do Modelo ZFM foi concedida porque os incentivos a bens de informática foram igualmente prorrogados. Na também recente discussão da Lei de Informática no Senado Federal, os senadores debateram à exaustão os resultados do modelo e reconheceram que ele é exemplo para o país, porque agrega mais valor nacional à produção, gera mais empregos por valor produzido.

11 - OS INCENTIVOS PARA O MODELO ZFM É A ÚNICA POLÍTICA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL QUE FEZ SENTIDO PARA A AMAZONIA. No período de 1985 a 2001, o PIB do Amazonas cresceu 122% e, somente no período 1994-2001, a renda per capita cresceu 109%. O Amazonas mantém 98% de sua cobertura vegetal intacta e as taxas pagas pelas empresas permitiram investimentos significativos em melhorias gerais na infra-estrutura socioeconômica na Amazônia Ocidental.

Por fim, possibilitou a manutenção de pólos de desenvolvimento nas fronteiras brasileiras com outros países, contribuindo, assim, para a segurança nacional.

12 - OS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA ZFM NÃO SÃO TÃO MENORES EM RELAÇÃO AO RESTO DO PAÍS . A distância dos mercados de insumos e de consumidores ampliam os custos logísticos, e a permanente instabilidade das regras que suportam o modelo, desestimulam a atração de investimentos, mesmo existindo o diferencial tributário como atrativo para superar tais condições.

13 - A ZFM É POLO IMPORTANTE PARA A ECONOMIA NACIONAL . Dos R\$ 11,9 bilhões de insumos comprados em 2004, 52% foram comprados no Brasil, sendo que, desses, 18% foram comprados nas outras regiões que não a ZFM.

O modelo está totalmente integrado a economia do país e contribui para ampliar a demanda de várias atividades econômicas em outras regiões, como aquelas relacionadas aos serviços de logística, marketing, impressão gráfica, venda de componentes eletromecânicos, assistência técnica, desenvolvimento de produtos, dentre outros.

Por fim, convém destacar que o crescimento da massa salarial entre 2002 e 2003 foi de 22%, o de encargos e benefícios sociais foi de 19%. Estes números demonstram a relevância do Modelo ZFM para a classe trabalhadora.

Esperamos que os esclarecimentos acima prestados sejam considerados e as informações indevidamente veiculadas com igual destaque, a fim de reparar os danos causados.

Atenciosamente, Flávia Skrobot Grosso, Superintendente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Para uma comunicação inadiável, conforme combinado, intercalando com os oradores inscritos, passo a palavra, por cinco minutos, ao sempre Líder Senador Tião Viana.

Em seguida, terá a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago uma notícia afirmativa para o Governo do Presidente Lula. Trata-se de informações veiculadas na edição da revista **Veja** deste domingo, apontando os indicadores econômicos que o Brasil conquistou durante o exercício de 2004 e as boas perspectivas para o ano de 2005.

Há uma inquietação normal e democrática das oposições, uma insatisfação permanente em relação à governabilidade, à gestão. Nós, do Partido dos Trabalhadores, temos procurado construir um debate político que permita a boa convivência democrática com a oposição e a determinação do curso que devemos seguir. Seguramente, temos inquietações no que diz respeito à política de alianças e à expectativa com a gestão, mas, felizmente, recebemos a grande notícia dos indicadores econômicos conquistados até agora.

Em 2003, quando o Presidente Lula assumiu o mandato, havia indicadores sombrios, perspectivas muito sombrias para a economia brasileira. A expectativa de inflação alcançava dois dígitos. Em números reais, havia uma perspectiva de crescimento muito pequena para os próximos dois anos; para 2004, a expectativa era de, no máximo, 3%; e a expectativa de balança comercial com as exportações era da ordem de apenas R\$16 bilhões. Não havia expectativa concreta de resultados significativos da política de empregos do Governo do Presidente Lula, conforme as análises feitas naquele momento.

Após um período de apenas dez meses, podemos registrar, com muito otimismo, os atuais indicadores com um crescimento de 4,86% do PIB. É o melhor desempenho desde 1993. Segundo o IPCA, a taxa anual de inflação é de 7,12%, consolidando a trajetória de queda do índice que alcançou dois dígitos em 2002. De janeiro a outubro, foram criados 1 milhão e 790 mil empregos formais, o que nos assegura que o Governo do Presidente Lula terminará este exercício com a geração de, pelo menos, dois milhões de empregos.

Essa é a grande expectativa positiva que tenho. Falo isso com muita esperança, porque parecia que o

desalento havia tomado conta de todo o País em relação à recuperação das taxas de emprego. A moeda americana, que alcançou quase R\$4,00 em 2002, está neste ano na faixa de R\$2,90, não pressionando a inflação nem trazendo graves problemas para os exportadores.

Tal situação tranqüiliza a macroeconomia e traz boas expectativas para o próximo ano. No comércio exterior, há uma expectativa de saldo de balança comercial favorável da ordem de R\$16 bilhões – a que se imaginava no começo do ano. No mês de outubro, o resultado foi R\$33,3 bilhões, o maior índice da história da balança comercial em relação às exportações. O risco país, que era superior a dois mil pontos em 2002, apresenta atualmente cerca de 450 pontos.

Trata-se de dados concretos que permitem a confiança da sociedade brasileira em seu futuro em 2005. Evidentemente, há fortes expectativas. Desejamos consolidar, no Governo do Presidente Lula, os marcos regulatórios, que necessitam de uma clara definição para a sociedade, para o grande investidor e para o setor produtivo brasileiro. A política de privatizações precisa ser bem esclarecida. A Lei de Falências pode trazer benefício concreto à sociedade brasileira e ao desenvolvimento nacional. As PPPs estão aguardando aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Todos esses elementos positivos podem recuperar definitivamente a confiança da sociedade brasileira no seu Governo e em seu próprio destino. Assim, seremos capazes de fazer a grande travessia. Evidentemente, há um forte debate entre os desenvolvimentistas e os monetaristas, o que é bom para o Brasil. Devemos ter a humildade de refletir e de discutir muito. É claro que a política de juros incomoda a todos nós, afeta uma expectativa de desenvolvimento que é o sonho de cada brasileiro e, seguramente, o sonho do Presidente da República. Mas os passos da sustentabilidade de uma política de crescimento que permitam a estabilidade política, aliada a uma visão de desenvolvimento nacional, seguramente são motivadores dessa realidade que passei a apresentar aqui. É uma matéria, apresentada pela revista **Veja**, uma revista insuspeita, intitulada: “Brasil”. Assim, solicito à Mesa que seja inserida nos Anais do Senado Federal.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GRANDE NATAL DE

Boas notícias na economia mostram que o caminho está certo. Mas um bom 2005 depende de reformas

LULA

Lucila Soares

As vésperas do Natal de 2004, um pacote de boas notícias deu ao presidente Lula a oportunidade de reafirmar com convicção que nada de substancial mudará na política econômica nos próximos dois anos. Os números do quadro na página ao lado falam por si. Mostram que o governo não só conseguiu apagar um incêndio de grandes proporções como também recuperou a confiança externa e devolveu o Brasil à rota do crescimento. Qualquer analista econômico que fizesse projeção semelhante no início do governo seria considerado um desmiolado. Em janeiro de 2003, as instituições ouvidas semanalmente pelo Banco Central desenhavam um cenário pífilo e decepcionante para 2004: crescimento de 3%, dólar a 3,80 reais, saldo comercial de 16 bilhões de dólares. No cenário de turbulência que se desenhara na reta final das eleições presidenciais, com o dólar batendo 4 reais e o risco-país ultrapassando os 2 000 pontos, parecia inevitável para muitos que Lula acabasse por lançar mão de alguma mágica do arsenal heterodoxo. Essa hipótese hoje é absurda.

A austeridade fiscal e monetária se impôs pelos resultados produzidos, que permitirão a Lula posar neste Natal como um Papai Noel com o saco de presentes cheio de bondades — entre elas, a mais cobiçada, o aumento do nível de emprego. Essa vinha sendo a nota dissonante no panorama econômico. O de-

semprego recuou pelo segundo mês seguido, ficando em 10,5% em outubro. Nos dez primeiros meses do ano foi criado 1,79 milhão de empregos formais, um dado ainda mais impressionante quando se leva em conta que, no primeiro ano do governo do PT, o PIB recolheu 0,22%, provocando nova rodada de previsões sombrias e renovação das apostas na mudança do rumo econômico. Mais uma vez, não se confirmaram nem uma coisa nem outra. É fato que o desemprego se encontra em níveis preocupantes, mas pelo menos se interrompeu a trajetória de alta. “Pela primeira vez na era democrática no Brasil, conseguiu-se inverter uma situação que beirava o caos sem estratégias heterodoxas ou confiscos, apenas aplicando política macroeconômica acertada, racional”, diz o ex-ministro da Fazenda Márcio Marques Moreira, consultor da Merrill Lynch.

Todo esse êxito tem sido questionado por causa da taxa básica de juros da economia, a Selic, estabelecida pelo Banco Central. Ela vem provocando a ira do empresariado e tornou-se o gran-

de pomo da discórdia dentro do governo Lula, sendo recorrentemente criticada pelo vice-presidente, José Alencar, e pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Há duas semanas, quando o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu aumentar os juros para 17,25% ao ano, uma nova saravada de críticas se abateu sobre a política econômica. Ninguém duvida que juro alto é um remédio amargo. Muitos consideram também

Os indicadores econômicos de 2004

Crescimento: a variação de 4,86%* do PIB é o melhor desempenho desde 1993

.....

Inflação (IPCA): a taxa anual de 7,12%* consolidada a trajetória de queda do índice, que alcançou dois dígitos em 2002

.....

Emprego: de janeiro a outubro foi criado 1,79 milhão de empregos formas. E o melhor resultado desde 1992

.....

Dólar: em 2002, a moeda americana chegou a quase 4 reais. Neste ano, na faixa de 2,90 reais, o dólar não pressiona a inflação nem prejudica as exportações

.....

Comércio exterior: o saldo comercial de 33,03 bilhões de dólares* é o maior da história

.....

Risco-país: depois de ultrapassar os 2000 pontos em 2002, o risco Brasil recuou para a faixa de 450 pontos

*Projeção

que o Copom tem sido excessivamente cauteloso e que a inflação não está dando sinais de descontrole que justifiquem altas sucessivas na Selic. O tiroteio vai continuar, uma vez que o BC já avisou que pode acelerar a alta dos juros. Mas essa é uma discussão sobre a dose, não sobre o remédio. Os críticos da política monetária podem estar atirando no inimigo errado quando culpam os juros pela incerteza em relação ao fôlego da atual retomada do crescimento.

O grave erro que se cometeu nos primeiros dois anos de governo foi não encaminhar, paralelamente às medidas destinadas a garantir a estabilidade macroeconômica, outras mudanças que dão horizonte de longo prazo à economia. Estas são, em sua maioria, de âmbito microeconômico. São medidas destinadas a remover gargalos na infraestrutura ou a dar mais segurança aos investidores (veja quadro na pág. 42) que, se tivessem sido encaminhadas desde o início do governo, evitariam boa parte da discussão atual sobre o nível da Selic. Como não houve estímulo a investimentos, quando o crescimento foi retomado a capacidade de produção da indústria chegou ao limite muito rapidamente. E essa é uma típica situação de risco de retomada da inflação. "O nível dos juros é resultado de um esforço brutal do BC para adequar a demanda à capacidade da indústria", diz José Julio Senna, ex-diretor do Banco Central e sócio da MCM Consultores.

Algumas dessas mudanças teriam inclusive impacto direto sobre as taxas de juro. Isso porque a Selic é a taxa básica, utilizada pelo governo para remunerar seus títulos. No mercado, cobram-se juros na casa de 1 000% ao ano porque uma série de fatores torna arriscado emprestar dinheiro e a carga tributária sobre os bancos é muito pesada. Com isso, o spread (a diferença entre o custo de captação do dinheiro e o juro cobrado do tomador de um empréstimo) torna-se muito alto. Se aprovadas leis como a de falência, que permite ao credor recuperar mais rapidamente o dinheiro emprestado, e se a reforma tributária andar, está aberto o caminho para uma redução consistente dos juros.

Neste momento, dizem os analistas, o crucial é que o governo federal perceba que seu maior presente de Natal não é o excelente conjunto de resultados que tem para mostrar. "Seu grande trunfo é

o cacife político que esse conjunto lhe dá para persistir nos acertos, apesar de toda a resistência política interna, e promover as necessárias correções de rumo”, afirma Carlos Langoni, diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas. Além das mudanças microeconômicas, é essencial acelerar as reformas estruturais - - o que significa livrar-se de um arcabouço institucional pesadíssimo na legislação previdenciária, tributária e trabalhista. Juntas, essas três reformas têm o potencial de desatar o principal nó da economia brasileira, que é um modelo de Estado gastador que gera uma dívida pública equivalente a 55% do PIB. É para financiar esse rombo que o governo tem de remunerar seus títulos a juros altíssimos (olha aí a Selic de novo) e que o brasileiro arca com uma carga tributária da ordem de 36% do PIB, sem ter retorno compatível em serviços básicos, como saúde, educação e segurança. “É preciso acabar de vez com a era Vargas”, resume Claudio Considera, ex-se-

cretário de Acompanhamento Econômico e professor do Ibmec.

De início, o governo Lula pareceu empenhar-se, mas ultimamente tem dado mostras de que pode preferir não correr o risco do desgaste político que alguns desses temas — como a reforma

trabalhista — podem significar na segunda metade do mandato. Seria um erro grave. O Brasil está diante de uma chance de ouro. O excepcional saldo comercial projetado para este ano, de cerca de 33 bilhões de dólares, colocou em outubro as contas externas do Bra-

sil na melhor situação da história, com saldo de 10,78 bilhões de dólares em doze meses. O endividamento externo também recuou, e o investimento estrangeiro direto pode chegar a 17 bilhões de dólares, quase 70% acima do valor de 2003 e 41% superior às projeções feitas no início de 2004. São números impressionantes para um país que ainda tem tantos problemas a resolver. Não é difícil antever o potencial de crescimento se houver coragem política para promover as mudanças que faltam. Para Marcelo Marques Moreira, é questão de escolher. Diz ele: “Ou o sucesso macroeconômico acelera as mudanças ou os percalços microeconômicos põem a perder o que se conquistou”. ■

Para um feliz 2005

Os bons resultados só serão mantidos se, aos acertos da política econômica, forem agregadas outras medidas:

Marcos regulatório

Definição das regras de funcionamento dos setores de infra-estrutura e serviços, com destaque para o papel das agências reguladoras

Infra-estrutura

Privatizações ou concessões nas áreas de transporte e saneamento para agilizar a entrada de capital privado nesses setores

Lei de Fidejussão

Sua aprovação é essencial para dar segurança às instituições de crédito e é peça fundamental para reduzir o spread (diferença entre o custo de captação do dinheiro e o juro cobrado do tomador de um empréstimo)

A aceleração das reformas tributária e trabalhista e a conclusão da reforma previdenciária são essenciais para dar ao país horizonte de crescimento a longo prazo

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SC) – Nos termos do Regimento, será assegurada a solitação de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, por 20 minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta tarde de homenagens, principalmente a Ulysses Guimarães, gostaríamos de prestar a nossa, exatamente na esteira da afirmação de “a quem honra a honra”. Gostaríamos de prestar uma homenagem ao ilustre Professor, do Paraná, René Dotti*, um dos mais brilhantes juristas deste País.

Depois de uma trajetória de brilhantismo no Paraná e com uma presença nacional afirmativa no mundo jurídico, extrapola ao assumir a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal, uma das mais antigas e prestigiadas associações jurídicas de todo o mundo. O Professor René Dotti foi eleito em votação, na Assembléia

Geral que se reuniu recentemente em Pequim, na China, por ocasião do 17º Congresso Internacional da Entidade. As nossas homenagens ao Professor, o brilhante jurista que honra o meu Estado, o Estado do Paraná.

Aproveito a lembrança de Ulysses Guimarães, na tarde de hoje, que foi tão ligado a lutas, como a da Assembléia Nacional Constituinte, a das eleições diretas e a da anistia, para, na esteira dessa lembrança, reproduzir artigo do Professor René Dotti, sob o título: Quem tem medo da História?

Faço isso como forma de pedir ao Senado Federal uma reflexão sobre o tema da anistia. Revivido nos últimos dias pela mídia nacional, esse tema merece reflexão da parte dos Srs. Senadores.

Escreve o Professor René Dotti que:

A Lei nº 6.683, de 79, concedeu anistia a todos quanto, entre dois de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes eleitorais, políticos ou conexos a esses. Também foram restaurados direitos

políticos e revistas punições de servidores públicos, militares e representantes sindicais aplicadas com base em atos de arbítrio, mas não determinou o silêncio da história sobre fatos políticos. Mas não determinou o silêncio da História sobre fatos políticos, econômicos e sociais relevantes do mesmo período.

A anistia foi necessária no projeto da transição lenta e gradual efetivada pelo presidente Geisel. Ela permitiu a volta ao país dos exilados e atenuou conflitos entre grupos e pessoas. Não foi um pacto de esquecimento mas um instrumento de conciliação para não se agravarem as tensões políticas e sociais. Daí o sentido de extinção da punibilidade para certos crimes e de restituição de direitos políticos e civis. O Congresso Nacional aprovou uma lei de pacificação evitando as trágicas perdas humanas, como ocorreu na Argentina com o imenso número de vítimas: os mortos identificados e os desaparecidos pela ação dos regimes autoritários dos anos 70. Ainda agora a justiça Argentina e o Tribunal Penal Internacional de Roma estão processando militares e civis responsáveis pelo terrorismo oficial.

A questão da abertura dos arquivos do regime militar (1964-1985), estimula o debate entre setores do Governo Federal e a sociedade civil. Em carta de renúncia ao cargo de presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, o advogado João Luiz Duboc Pinaud dirigiu apelo ao Presidente Lula para que o Governo não fique “refém da força bruta” e tome a decisão de abrir os arquivos do regime militar” (O Estado de S. Paulo, 20-11, p. A11).

O Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Ordem dos Advogados do Brasil e associações de Direitos Humanos são favoráveis à divulgação.

O direito de acesso a documentos, carimbados de sigilosos por uma legislação que pretende mantê-los na clandestinidade secular, não deve ser utilizado para renovar confrontos ou estimular retaliações. Ou para processar autores de crimes ou de perseguições ideológicas porque a barreira legal é intransponível, tanto pela Lei de Anistia como pelos Códigos Penal e Civil que regulam a prescrição. Por que, então, a necessidade do conhecimento de fatos, atitudes e processos que tramitam pelos tribunais militares? A resposta não é outra. O interesse é da História.

As causas e as circunstâncias da ditadura e das violências do Estado Novo (1937-1945) não foram suficientemente analisadas nos anos pósteros. A bibliografia é escassa. Salvo a contribuição de poucos escritores, como Hélio Silva (1937 – Todos os Golpes se Parecem, Civilização Brasileira, RJ, 1970), as pesquisas de disciplinas sociais foram impedidas pela falta de acesso a documentos.

No domingo retrasado foi sepultado, com merecidas homenagens, o imortal brasileiro que se destacou mundialmente em Economia: Celso Furtado. Expedicionário na II Guerra Mundial; doutor pela Sorbonne (Paris) e em Cambridge (Inglaterra); autor de trabalho básico para o Plano de Metas do Governo Juscelino e do livro que é hoje um dos clássicos na especialidade, Formação Econômica do Brasil, de 1959. Ministro do Planejamento do Governo João Goulart, esse extraordinário pensador foi cassado em 1964. A violência do regime obrigou-o a sair do País. Exilado, ensinou nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França e foi nomeado professor da Sorbonne por decreto do Presidente Charles de Gaulle, justamente um dos grandes líderes contra o nazi-fascismo.

As gerações do presente e do futuro têm o direito de saber por que Celso Furtado e tantas outras personalidades notáveis foram banidas por atos de profundo e lamentável arbítrio. E também investigar as causas e as circunstâncias do movimento revolucionário, assim como fizeram alguns “brasilianistas”, a exemplo de Thomas Skidmore (Brasil: de Castelo a Tancredo).

Isso não é revanchismo. É história, cultura e civilização.*

O Professor René Ariel Dotti é advogado, professor universitário, membro da Academia Paranaense de Letras.

Creio que não há nada a acrescentar ao brilhante texto produzido pelo eminente Professor René Dotti.

Aproveito, portanto, este momento de homenagem para incursionar sobre outro tema que ganhou espaço nos últimos dias no Senado Federal e na imprensa do País: as medidas provisórias, tão combatidas desta tribuna por Parlamentares, por articulistas da nossa imprensa, lamentável e persistentemente, substituem os projetos de lei na expectativa de o Governo impor a sua vontade sobre o Poder Legislativo.

Estamos aqui debatendo formas de solucionarmos esse impasse, porque todos reconhecemos que as medidas provisórias estão impedindo uma produção mais eficiente do Legislativo. A produção legislativa está significativamente comprometida pelo excesso de medidas provisórias editadas pelo Presidente da República.

O Presidente da República mudou, sem dúvida, de postura em relação a esse artifício utilizado desde os tempos do decreto no governo autoritário. Evidentemente, é bom que se faça justiça, esse expediente foi utilizado por todos os Governos, menos por alguns, mais por outros, mas, de qualquer maneira, é um expediente usual, utilizado até sob inspiração do presidencialismo que tem presença forte e que se impõe diante do Poder Legislativo.

Vamos recordar o que dizia o Presidente Lula na Oposição, em relação às medidas provisórias. Em fevereiro de 2001, na qualidade de Presidente do Instituto da Cidadania, escreveu:

O Presidente Fernando Henrique Cardoso quer manter as medidas provisórias porque deseja completar o seu modelo econômico, subordinado ao FMI, sem submeter as decisões ao Congresso Nacional.

É o que pretende, por exemplo, com as alterações no Banco Central e com a regulamentação do sistema financeiro, uma espécie de blindagem da economia para dificultar as mudanças de rumo do País em um futuro governo das atuais oposições.

Senador Mão Santa, veja a ironia do destino. Se fôssemos ler esse texto, mudando apenas o nome do Presidente da República, ele seria atualíssimo. Em relação às mudanças do Banco Central, poderíamos sobretudo destacar essa lamentável, por meio também de medida provisória, que dá **status** de Ministro ao seu Presidente, exatamente como blindagem diante de denúncias repercutidas pela imprensa nacional que colocavam o Presidente do Banco Central sob suspeita em relação a atos ilícitos eventualmente por ele praticados.

Portanto, o Presidente da República atual não pode se esquecer do que escreveu, sobretudo neste momento, quando o próprio Líder do Governo nesta Casa, Aloizio Mercadante, reconhece que o Presidente da República extrapola na edição desnecessária de medidas provisórias. Apenas erra na estatística, quando afirma que um terço dessas medidas provisórias são desnecessárias e inconstitucionais. Creio que mais de dois terços destas são desnecessárias e inconstitucionais, afrontam a Constituição do País porque não guardam relação alguma com os pressupostos básicos da relevância e da urgência. São medidas provisórias nem relevantes, nem urgentes, submetidas ao Congresso Nacional sob o crivo do Presidente da República, na revelação do viés autoritário, inusitado e surpreendente, sobretudo em razão de seu passado e especialmente das afirmativas como essa que acabamos de ler, da lavra do Presidente Lula.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concedo aparte ao Senador Mão Santa, que está sempre presente em todos os debates nesta Casa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, aborda V. Ex^a dois assuntos importantes. Por um lado, estamos rememorando um dos melhores momentos da ditadura, que foi a Lei da Anistia. Eu gostaria de fazer uma homenagem ao então Ministro da Justiça, Petrônio Portella, por sua habilidade, clarividência e

espírito democrático, que moveram o Presidente João Figueiredo a aceitar a anistia. Ele era tão influente, que conseguiu o acerto. Tinha uma personalidade muito forte e era Presidente desta Casa. Talvez nenhum o excedesse em coragem. Senador João Capiberibe, quando uma reforma do Judiciário foi aprovada pelo Congresso e o Presidente Geisel mandou fechá-lo, resumiu em uma frase a situação: “Este é o dia mais triste de minha vida”. Só essa frase fez com que os militares reconsiderassem e o reabrissem. Petrônio Portella foi o ícone da anistia. Sem dúvida nenhuma, se não fosse o destino – que está nas mãos de Deus – S. Ex^a chegaria a Presidente da República. S. Ex^a chegou a confidenciar-me que seria o candidato do Presidente João Baptista Figueiredo. O candidato à Vice-Presidência seria do PP: Tancredo Neves. No entanto, o destino determinou que tivesse um enfarte e fosse afastado. A medida provisória que V. Ex^a traz mais uma vez à Casa tem que ser repensada. Nossa Constituição foi beijada por Ulysses Guimarães. S. Ex^a nos disse que quem não respeitasse a Constituição estaria rasgando nossa bandeira. Nossa Constituição tem 252 artigos. Quando terminarmos o Governo Lula teremos uma constituição paralela de medidas provisórias. Vamos atingir o mesmo número.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a é, entre os Senadores, aquele que, talvez, mais lança mão da história para sustentar a sua atuação parlamentar, especialmente quando assume a tribuna do Senado Federal. V. Ex^a é um estudioso da história.

Estamos, na esteira do brilhante artigo do Professor René Dotti, defendendo a história, a informação. Estamos defendendo o interesse da história, que é registrar os fatos para que eles possam ser do conhecimento não só do presente, mas do futuro do País, inspirando sobretudo a ação das novas gerações com a lição permanente que só a história pode nos oferecer.

Observo que o próprio Líder Mercadante assume agora uma postura de crítica ao excesso de medidas provisórias e que o Presidente do Senado Federal designa o Senador Eduardo Siqueira Campos para apresentar estudo a respeito da utilização excessiva de medidas provisórias, buscando a apresentação de sugestões para a superação desse impasse.

Em que pese todo esse esforço de cada parlamentar que se manifesta a respeito e até apresenta proposições por meio de projetos de lei que tramitam na Casa, vejo apenas uma solução. Ela vem do Executivo, da adoção de uma postura de respeito ao Poder Legislativo por parte do Presidente da República. Que o Presidente da República abandone essa tentação

de usurpar prerrogativas fundamentais do Congresso Nacional, porque está nos amesquinhando, reduzindo a potencialidade de produção legislativa das duas Casas do Congresso. Com essa postura autoritária, o Presidente da República não apenas compromete a nossa imagem, mas trabalha contra o processo democrático e o interesse nacional. Não há como recuperar credibilidade, já que o Poder Legislativo se desgastou ao longo do tempo de forma extrema, não há como recuperar essa credibilidade perdida sem adotarmos uma postura de maior independência, ousadia e altivez diante as pressões do Poder Executivo contra o Congresso Nacional por meio da utilização das medidas provisórias que afrontam a Constituição do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador João Alberto Capiberibe.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Srs. Senadores, subo à tribuna nesta tarde para fazer dois registros da maior importância.

O primeiro diz respeito à realização, no auditório da Confederação Nacional da Indústria, do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social na Amazônia Legal. O seminário reúne políticos, professores, pesquisadores e amazônidas para discutir e debater as necessidades, no campo do conhecimento, que a nossa região exige para a construção de um caminho de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

A Amazônia brasileira corresponde a 51% do território nacional, mas, no campo do conhecimento, temos um número reduzidíssimo de professores e pesquisadores na Amazônia. É fundamental o conhecimento para desenvolvermos a Amazônia, pois considero que a ignorância está fazendo com que estejamos destruindo uma das mais ricas biodiversidades do planeta e atraindo sobre nós a cobiça internacional. Digo que, se o Brasil não for capaz de formular políticas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, se não houver uma preocupação com essa região, certamente, os olhos internacionais se voltarão para ela.

Esse seminário, promovido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, organizado pela Secretaria de Inclusão Social e coordenado pelo Dr. Alan Cunha, tem

o objetivo de fazer de Brasília o primeiro porto para o debate sobre o conhecimento nessa área.

Dispomos de grande diversidade de riquezas naturais, algumas delas chegando ao mercado, eu diria, sem um grande esforço oficial. Até de uma forma muito espontânea, nesses últimos anos, introduzimos alguns produtos típicos da Amazônia, além da exploração da agricultura industrial, do desenvolvimento de agriculturas tradicionais, como o cacau, que tem em Rondônia seu maior produtor no País, como o café, a maior produção da Amazônia. Falo de novos produtos, principalmente das frutas da Amazônia, como o açaí e o cupuaçu, que estão ampliando o espaço de mercado.

Parabenizo, portanto, o Ministério da Ciência e Tecnologia pela promoção desse evento e desejo, sobretudo, que o Ministério saiba aproveitar as sugestões que o evento vai deixar como política para o desenvolvimento da ciência e tecnologia na nossa região.

O outro motivo que me traz a esta tribuna é a iniciativa louvável do Presidente da República de reativar o Portal Transparência. Foi anunciada pelo Ministro Waldir Pires a reativação do Portal Transparência, da Controladoria-Geral da União, que entrou no ar na sexta-feira – como anunciado no Jornal Nacional –, disponibilizando aos brasileiros informações sobre os recursos orçamentários repassados pelo Governo Federal aos Municípios, Estados e Distrito Federal.

No site www.portaltransparencia.gov.br está relacionado o volume dos recursos orçamentários do Governo Federal destinados à educação, saúde, segurança, etc, dos Estados e dos Municípios. Esses recursos transferidos para outros entes da Federação podem ser executados por meio de convênios assinados com os Estados, Prefeituras, organizações não-governamentais e fundações.

Essa iniciativa vem ao encontro do Projeto Transparência, de minha autoria, aprovado nesta Casa por unanimidade, com 61 votos favoráveis, que obriga todos os órgãos públicos, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, dos Governos Federal, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, a disponibilizarem as receitas e despesas em tempo real nos sites oficiais.

Ora, o Governo Federal dá um passo adiante na medida em que lança o Portal Transparência e torna públicas todas as transferências... Ainda não tive tempo suficiente para investigar, para navegar nesse portal, para saber exatamente se ali também estão, além das transferências voluntárias, as transferências através de emendas parlamentares ou as transferências dos Ministérios nos diversos programas. É necessário que tenhamos acesso a todos os recursos repassados a Estados e Municípios.

Procurar a adoção de instrumentos capazes de permitir, senão de estimular, esse controle popular não é uma questão ideológica, mas um simples exercício de princípios republicanos. Precisamos “republicanizar” o orçamento público, dar conhecimento dele à sociedade, que, neste País, contribui para ela pesadamente, com uma carga fiscal que está atingindo 40% de tudo que nós produzimos, do PIB nacional. É uma carga fiscal parecida com a dos países escandinavos, mas com serviços de qualidade muito ruins. Temos estradas ruins, infra-estrutura que não atende o setor produtivo e atendimentos sociais, como a educação e saúde, que correspondem a de países africanos. Temos carga tributária de países ricos com serviços de países extremamente pobres. E temos milhões de brasileiros vivendo na mais completa indigência.

Sei que a carga tributária recai principalmente sobre os mais pobres, especialmente aqueles impostos que incidem diretamente sobre o consumo, como é o caso do ICMS, do PIS e da Cofins. Pela cesta básica, os pobres pagam o mesmo que os ricos.

É necessário, portanto, que haja, cada vez mais, um maior controle social do dinheiro da “contribuição cidadã”. Foi para isso que apresentamos o projeto que esta Casa acolheu, desde as Comissões até o Plenário, por unanimidade.

Quando governamos o Amapá, criamos esses instrumentos de consulta popular dos gastos públicos, prestando conta diariamente, incluindo contas bancárias, até porque o recurso é público. Se o recurso vem do cidadão, não há razões estratégicas, como alguns argumentavam, de que o Estado não pode dar publicidade a suas contas bancárias. Colocamos as contas na Internet, fizemos um *link* direto, e, na medida em que o recurso entrava, em que o contribuinte pagava os seus impostos, imediatamente os dados eram disponibilizados.

Parece-me que esses são princípios republicanos fundamentais que necessitam de garantia desta Casa e da Câmara dos Deputados. Tramita na Câmara o Projeto Transparência, o PLS nº 130. O Governo Federal, o Presidente Lula, o Ministro Waldir Pires, o Ministro Eduardo Campos já estão com todas as suas despesas detalhadas na Internet. É preciso que a Câmara acelere e aprove o projeto, para que possa ir à sanção presidencial. O Governador do Paraná Roberto Requião também decidiu colocar na Internet todos os seus gastos e receitas, assim como a Prefeitura de São Carlos.

Enfim, já há caminho e exemplos a serem seguidos. Com esse exemplo do Governo Federal, parece-me que a Câmara dos Deputados poderá acelerar e, definitivamente, aprovar a obrigatoriedade da transparência

para todos os entes públicos, incluindo as pequenas Prefeituras. Essas terão, evidentemente, um longo prazo para se ajustarem e se adaptarem a essas novas exigências. É fundamental que os Ministérios criem programas de modernização dessas Prefeituras.

Todos temos algumas experiências de alocar recursos de emendas parlamentares que não são utilizados porque as Prefeituras estão inadimplentes ou porque não têm equipes capazes de fazer acompanhamentos. Algumas delas terceirizam esses serviços, e os Prefeitos, muitas vezes, envolvem-se em situações de irregularidades que são quase insanáveis. As comunidades que vivem nesses Municípios são penalizadas, porque os Prefeitos não conseguem sair da condição de inadimplência junto aos órgãos federais e não têm acesso às emendas que os Parlamentares alocam para essas Prefeituras.

Portanto, a modernização da gestão com transparência e com clareza no uso do recurso, evidentemente, vai ajudar a evitar as irregularidades e a fazer com que as Prefeituras acessem com maior facilidade os recursos que lhe são alocados ou os que estão nos programas do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, tenho esperança de que a Câmara dos Deputados agilize a tramitação do projeto que torna obrigatória essa prestação de contas em tempo real, instantânea, e o aprove, para que, depois, o Presidente da República promulgue a lei, até porque o exemplo do Portal Transparência é um indicativo claro de que esse projeto é muito bem aceito pelo Presidente Lula e por toda a sua equipe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro por 20 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos anos, a excelência do desenvolvimento do agronegócio no Brasil vem sendo comemorada com entusiasmo e euforia. Esse ótimo comportamento possibilitou que a balança comercial do agronegócio apresentasse, ao longo deste ano, superávits crescentes que atingiram, no período de janeiro a outubro, a casa dos US\$30 bilhões. Esse resultado já é 37% superior ao obtido em igual período de 2003.

O notável desempenho do agronegócio fez com que esse segmento produtivo fosse eleito o carro-chefe da nossa economia por representar, atualmente, 34% do PIB. Está sendo responsável por 37% dos empregos no País e responde por 43% das exportações realizadas pelo Brasil. O equilíbrio da balança comercial brasileira vem sendo mantido graças ao desempenho

nunca antes visto do nosso agronegócio. No âmbito interno, o agronegócio tem segurado a economia, não permitindo nem o crescimento da inflação, nem o agravamento das crises econômicas do País, nem o crescimento do desemprego.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos notado que esse mesmo agronegócio começou a entrar em período de turbulência, o que não é desejável e enseja preocupações. Essa situação é decorrente, basicamente, da conjunção de três fatores: primeiro, das alterações no quadro de oferta e procura de *commodities* no mercado internacional, que provocaram uma drástica queda na cotação, ou seja, no preço dos produtos; segundo, da excessiva elevação dos custos de produção, como consequência do aumento desproporcional do preço dos insumos agropecuários, notadamente dos fertilizantes e defensivos, do petróleo e seus derivados, além do aço, que, por sua vez, provocou o aumento do preço das máquinas e dos equipamentos; terceiro, da queda do dólar e da consequente valorização do real.

Ao lado desses fatores, ainda tivemos sérias dificuldades no mercado internacional, como as que enfrentamos com a China quando embargou a soja brasileira. Depois, enfrentamos problemas com a Rússia em virtude das restrições que impôs à importação da carne brasileira, sob a alegação de que essa mercadoria apresentava riscos de ordem sanitária, como a contaminação por doenças. Ocorreram, ainda, em algumas regiões, situações climáticas desfavoráveis, como rigorosas geadas e escassez da chuva. Houve também a incidência da ferrugem na soja, que reduziu a produtividade física dessa leguminosa, comprometendo seriamente a lucratividade na exploração desse grão.

No caso específico do algodão, cresce-se ainda outro fator: enquanto o cultivo de sementes geneticamente modificadas é liberado nos demais países produtores concorrentes nossos, é expressamente proibido no Brasil. Desse modo, aqueles países, em decorrência do uso da transgenia, contam com expressiva vantagem econômica sobre este País.

Não bastasse todo esse cenário preocupante, vemos que os produtores rurais brasileiros, tão competitivos da porteira para dentro, continuarão a enfrentar a crônica dificuldade para fazer chegar os insumos até sua propriedade, e, depois, têm de dar um jeito de escoar sua produção, seja para o mercado interno, seja para o mercado externo. Isso acontece porque o Governo Federal não tem feito quase nada para melhorar a infra-estrutura brasileira de transporte, tanto na malha rodoviária quanto na portuária. As estradas estão cada vez mais sucateadas. No meu Estado, Mato Grosso,

que é um grande produtor agrícola, algumas estradas são ainda trafegáveis porque os próprios produtores têm se encarregado de fazer a manutenção delas.

Assim, o momento vivido atualmente pelos produtores começa a se tornar alarmante, sobretudo porque, agora, tem início o período de plantio da nova safra e eles estão ainda muito indecisos sobre que atitude adotar; é difícil, porque eles sentem no bolso o aumento dos custos da produção e não vislumbram, para o futuro, um cenário animador quanto aos preços internacionais das principais *commodities*, como a soja, o algodão, o milho, o arroz, o trigo e as carnes.

Sr. Presidente, a análise da situação no Brasil nos alerta para a necessidade de que se dê, com urgência, um tratamento especial e prioritário ao segmento do agronegócio, sob pena de jogarmos por terra um grande esforço feito por anos a fio.

Srs. Senadores, essas ponderações que aqui faço, fazem coro com aquelas que vêm sendo manifestadas pelos produtores rurais brasileiros. As suas entidades representativas as tem debatido com profundidade e as expressado com frequência aos representantes do Governo.

Ainda no dia 11 de novembro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, realizou em Cuiabá uma reunião de âmbito nacional, com a finalidade de promover o debate entre produtores, lideranças rurais e representantes do poder público, a respeito do cenário para a safra 2004/2005, com vistas a identificar as medidas necessárias a serem adotadas com urgência, a fim de evitar uma crise no agronegócio brasileiro.

Tive a oportunidade de participar integralmente das análises e das discussões feitas naquela reunião. Ao final dela, foi elaborada uma pauta de reivindicações com os seguintes itens:

- 1) Aprovação da nova lei de biossegurança;
- 2) aprovação do projeto de lei que trata do registro e da importação de princípios ativos de agroquímicos, a chamada lei dos agrotóxicos genéricos, que tramita no Congresso Nacional, mais especificamente na Câmara Federal;
- 3) recuperação imediata, mesmo que de forma emergencial, da malha viária federal;
- 4) liberação de recursos para a comercialização (EGF, contratos de opção e outros mecanismos);

A propósito, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, aprovamos semana passada, na Comissão de Assuntos Econômicos, coordenada pelo Relator do Orçamento da União, Senador Romero Jucá, recursos expressivos para as operações de política de preço mínimo para o estoque regulador. Porque nesta safra, com certeza, o Governo será comprador de produtos

agrícolas, sobretudo dos pequenos produtores. Por isso, aquela emenda que aprovamos na comissão e que agora está indo agora para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, fazemos questão de que seja aprovado com um bom volume de recursos, para atender esse requisito que estamos a comentar.

Sr. Presidente, continuo:

5) prorrogação do prazo de vencimento das parcelas dos contratos de investimento financiados com recursos do BNDEs e dos Fundos Constitucionais, que vencerão em 2005, para o primeiro ano subsequente ao do vencimento do contrato;

6) prorrogação do prazo de vencimento de outros financiamentos rurais, caso a caso, conforme as disposições do Manual de Crédito Rural;

7) renegociação das dívidas rurais transferidas para o Tesouro Nacional;

8) encaminhamento de negociações setoriais com as *tradings*, com as empresas produtoras de agroquímicos e fertilizantes; e com as de máquinas e equipamentos.

Além dessas reivindicações, os produtores rurais decidiram, naquela reunião, ampliar a discussão com o fito de inibir o processo de abertura ou de incorporação de novas áreas para a produção agrícola, e decidiram também lançar um movimento, que denominaram de “compra zero”, pelo qual eles propõem reduzir a compra de insumos agropecuários e de máquinas e implementos agrícolas.

Sr. Presidente, antes de finalizar, queremos ressaltar que o agravamento dessa crise do agronegócio brasileiro afetará, de maneira desastrosa, não somente a economia nacional e o nível de emprego, mas também as finanças públicas, devido à conseqüente redução de arrecadação. Alguns Estados sofrerão ainda mais que outros os efeitos dessa crise, dada a dependência de sua arrecadação ao agronegócio, e isso, certamente, como um efeito dominó, afetará toda a sociedade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Federal precisa, na sua totalidade, estar atento ao desempenho do agronegócio brasileiro. Precisa analisar com acuidade o momento atual e, sobretudo, precisa adotar medidas que sejam, acima de tudo, pró-ativas, para evitar que o desempenho desse segmento fique comprometido por falta de medidas oficiais salutaras para o setor. As autoridades governamentais devem agora, mais do que antes, voltar olhos e ouvidos para o campo brasileiro, e não deixar que nossa galinha dos ovos de ouro seja relegada ou perdida. É fundamental que haja um esforço para proteger o agronegócio brasileiro dos efeitos nefastos da conjuntura atual, a qual pode-

rá, então, ser passageira e periódica, como, aliás, tem ocorrido em diversos períodos da nossa História.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei bastante breve.

Venho à tribuna hoje fazer uma constatação dolorosa e, ao mesmo tempo, trazer um dado auspicioso referente ao meu Estado de Roraima e a capital, Boa Vista.

A constatação dolorosa é que nos últimos anos, notadamente neste ano, tem aumentado no País o número de acidentes de trânsito e o número de mortes no trânsito. O número de mortes na estrada tem aumentado muito, o que demonstra efetivamente que, depois de toda a legislação implantada e de um recuo nos índices de morte e de acidente de trânsito, o País voltou a ver esse indicador crescer de forma exponencial, ceifando vidas e gerando prejuízo para milhares de famílias do País.

Então, é muito importante que se tome ações concretas, que vão da fiscalização à melhoria das estradas e até a um trabalho de educação no trânsito, para que efetivamente as gerações futuras tenham condição de culturalmente já se preservarem dessa fatalidade.

Sr. Presidente, após essas palavras, quero aplaudir o trabalho feito pela Prefeitura de Boa Vista. Os dados do Denatran mostram que, de 2002 para cá, a Prefeitura de Boa Vista diminuiu em 50% o número de mortes no trânsito na cidade; diminuiu em 66% o número de acidentes com bicicletas – V. Ex^a é da Região Norte e sabe o quanto o trabalhador e famílias do Norte usam bicicletas como meio de locomoção. A Prefeitura teve o cuidado de buscar combater algo que era muito triste, os acidentes e mortes de trabalhadores, de jovens e mulheres que se deslocam de bicicleta.

A Prefeitura de Boa Vista foi mais além, Sr. Presidente. Este ano o Denatran – Departamento Nacional de Trânsito, premiou a melhor campanha de educação de trânsito, e a cidade de Boa Vista foi reconhecida em primeiro lugar no 4º Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, feito com jovens, agentes comunitários, jovens infratores, enfim, com diversos segmentos da sociedade que estão colaborando no sentido de educar o povo de Boa Vista para que diminuam os acidentes.

Boa Vista hoje é uma das poucas capitais do Brasil, além de Brasília, em que o automóvel pára na faixa para que o pedestre atravesse a rua. Isso cria um conceito de cidadania muito importante. Vemos a satisfação das pessoas ao serem reconhecidas como cidadãs, quando um veículo pára na faixa para que elas possam atravessar. Por isso quero parabenizar a Prefeitura de Boa Vista.

É muito importante que o Denatran invista recursos na educação do trânsito, na sinalização e na fiscalização das irregularidades no trânsito. Não podemos concordar com esse incremento do número de acidentes e mortes no trânsito no Brasil. Existem caminhos para serem trilhados, e o exemplo da Prefeitura de Boa Vista é importante para que possa ser reproduzido em muitas cidades brasileiras que têm índices alarmantes de desastre e de morte no trânsito.

Agradeço, Sr. Presidente, e peço a transcrição das duas matérias: "Mortes no trânsito diminuíram

50%", e "EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO – Trabalho do Dmtran é o melhor do Norte.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno)*

EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO Trabalho do Dmtran é o melhor do Norte

SHENEVILLE ARAÚJO

Com as atividades de educação para o trânsito desenvolvidas na cidade, a Dmtran (Diretoria Municipal de Trânsito) de Boa Vista obteve o primeiro lugar da região Norte no 4º Prêmio Denatran (Departamento Nacional de Trânsito) de Educação para o Trânsito.

O prêmio tem o objetivo de estimular crianças e jovens para adoção de comportamentos que tornem o trânsito mais seguro, civilizado e humano, contribuindo para a redução do número de acidentes, mortos e feridos em todo o Brasil.

As ações da Dmtran envolvem integrantes dos projetos sociais municipais realizados com jovens e idosos, sendo 30 adolescentes do Projeto Crescer da Oficina de Educação para o Trânsito, 60 adolescentes do projeto Agente Jovens com o Grupo Animadores de Rua e participantes também do projeto Cabelos de Prata, que atende 400 idosos.

A diretoria local superou outras 34 instituições municipais e mais seis departamentos estaduais, conquistando o primeiro lugar na categoria/subcategoria Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) da região Norte. Na segunda colocação ficou a Companhia de Transportes do Município de Belém/PA (CTBEL) e em terceiro o Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

O diretor da Dmtran, Marcos Duarte, destaca que agora Boa Vista passou a ser referência para as demais cidades do país. Para ele, esse reconhecimento se deve ao fato de ter conseguido unir vários segmentos da sociedade na discussão por um trânsito melhor, conforme a prática adotada de Gestão Participativa da atual Administração Municipal.

"Acreditamos que trabalhar com futuros condutores estaremos plantando a esperança de um trânsito mais humano em nossa cidade. E essa é uma de nossas principais ações", destacou.

Ele enfatizou que o respeito à faixa de pedestre é a principal conquista dessas atividades desenvolvidas pela diretoria. "Graças ao trabalho educativo e esclarecedor, os condutores da Capital roraimense foram os primeiros do Norte e quartos do Brasil a respeitarem a faixa de pedestre", comentou.

Segundo ele, nestes últimos três anos os integrantes dos projetos realizaram 450 blitzes educativas, abordando o respeito à faixa de pedestre, equipamentos obrigatórios (capacete, cinto, triângulo de sinalização, retrovisores, extintores, estepes), estacionamento indevido em calçadas, excesso de velocidade, películas acima da porcentagem permitida, uso de telefone celular no trânsito e alterações e adaptação do trânsito local.

Também foram apoiadas atividades como o Dia Internacional da Mulher (ressaltando que a mulher é mais cuidadosa no trânsito), Dia da Árvore e Semana do Meio Ambiente.

COMEMORAÇÃO - A entrega dos prêmios será realizada no dia 17 de dezembro deste ano. Para comemorar o primeiro lugar, a Dmtran vai estar realizando hoje, a partir das 9h, na frente da Assembléia Legislativa, mais uma blitz educativa.

O prêmio foi dividido nas categorias educador de órgãos executivos, estudante, pesquisador e imprensa. Os primeiros, segundos e terceiros colocados das categorias de educador, pesquisador e imprensa ganharão diploma e cinco, quatro e três mil reais, respectivamente. Os primeiros, segundos e terceiros lugares da categoria estudante receberão diploma e a quantia de três, dois e um mil reais, respectivamente.

Mortes no trânsito diminuíram 50%

Segundo dados da Dmtran (Diretoria Municipal de Trânsito), um comparativo dos quatro primeiros meses dos anos de 2002, 2003 e 2004 mostra que houve uma redução de significativa de acidentes nas ruas da Capital.

Em 2002 foram registradas 32 vítimas fatais em Boa Vista. No ano seguinte, foram 14 vítimas. Neste ano, pelo menos 10 pessoas morreram nas ruas da Capital. Os dados comparativos apontam que uma redução de 50% nos casos de mortes de pedestres, 15% de vítimas não fatais e nos acidentes envolvendo ciclista a diminuição foi de 66,66% de vítimas fatais e de 31% de vítimas não fatais.

Entre 2002 e 2003, nos acidentes envolvendo motociclistas, houve redução de 13 para 5 mortes. Este ano foi registrado o mesmo número de casos do ano passado. "A preocupação com uma política que melhore a realidade do trânsito de Boa Vista é o que possibilitou a redução desse graves índices", destacou o diretor da Dmtran, Marcos Duarte.

A última ação que vem sendo desenvolvida para a manutenção desses resultados é a intensificação dos trabalhos de revitalização de faixas de pedestres e faixas seccionadas, totalizando em 56 km extensão.

Ao todo, 26 vias públicas, entre ruas e avenidas, serão incrementadas, nos bairros Paraviana, Estados, 31 de Março, Aparecida, São Pedro, Canarinho, Mecejana, São Vicente, 13 de Setembro, Centro, Pricumã, Asa Branca, Buritis, Sílvio Botelho, Senador Hélio Campos, Jardim Floresta, Liberdade, Tancredo Neves, Santa Teresa, Cambará e Cauamé.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. EDUARDO SIQUERIA CAMPOS (PSDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Valdir Raupp, que preside esta sessão, meus caros companheiros de representação nesta Casa que considero do povo e dos Estados brasileiros, meus caros telespectadores da TV Senado, meus ouvintes da Rádio Senado FM e também da Rádio Senado AM em ondas curtas, que transmite para a Amazônia Legal e, portanto, para o meu Tocantins as sessões do Senado, nesta sessão não-deliberativa,

mas importante porque nos permite debater assuntos do interesse nacional, do interesse regional, dos interesses dos nossos Estados que aqui representamos, gostaria de poder falar um pouco da infra-estrutura do Estado do Tocantins, principalmente neste momento em que estamos discutindo o Orçamento da União, em que as bancadas se reúnem.

O Tocantins tem sido um diferencial na sua forma conjunta de atuar no Congresso Nacional, na união dos integrantes de toda a sua bancada, no apoio irrestrito que a bancada dá às ações do Governo do Estado. Mais uma vez, Sr. Presidente, nos reunimos para formatar as emendas de bancada e para discutir com o Secretário de Infra-Estrutura, que represen-

tou o Governador Marcelo Miranda nesta reunião. O comportamento da bancada do Tocantins foi, de novo, olhar pelo interesse nacional das obras estruturantes realizadas pelo Governo Federal no nosso Estado, pelos interesses do Estado e também pelo interesse dos Municípios. Isso nos levou à constatação de que dois eram os maiores compromissos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Tocantins no tocante a obras de infra-estrutura.

O primeiro deles, a Ferrovia Norte-Sul, Senador Valdir Raupp e Senador Mão Santa, não é uma obra de interesse regional, é obra de interesse nacional, pois vai permitir que toda a soja que hoje sai do Tocantins, do Mato Grosso, do Maranhão, do Piauí, por rodovias – não preciso aqui lembrar o estado das rodovias brasileiras –, possa escoar através dos trilhos e atingir a cidade de Imperatriz e de lá prosseguir até o porto de Itaqui, no Maranhão, e também até o porto do Estado do Pará. Estamos estrategicamente três mil milhas mais próximos do que os portos do Sul; vamos acabar com o passeio rodoviário, com o prejuízo nas estradas, baratear a soja brasileira e exportar por um porto mais próximo dos grandes mercados importadores dos nossos produtos, da nossa carne, da nossa soja. Portanto, a Ferrovia Norte-Sul é uma obra de interesse nacional. Mas o que vem ocorrendo? O Governo Federal manda R\$10 milhões, R\$5 milhões, R\$15 milhões, na proposta de origem. Essa quantia dá para construir cinco quilômetros de uma ferrovia que tem mais de mil quilômetros de extensão, que sai de Anápolis e chega ao ponto que divide o Tocantins com o Maranhão.

Quero lembrar aqui de uma frase importante que disse o Presidente Lula quando de sua passagem pelo Tocantins na época da campanha. Sua Excelência disse que a pior obra era a obra parada. Mas obra parada é também aquela que, no ritmo que está, demorará 20 ou 30 anos para ser concluída.

Outro grande compromisso de igual importância para o Brasil é a eclusa do rio Tocantins, na Usina Luís Eduardo Magalhães. Com a construção da eclusa, vamos permitir que se tornem navegáveis mais de 700 quilômetros. O objetivo é o mesmo, ou seja, transportar nossos produtos por uma modal de transporte infinitamente mais barata, mais racional, menos poluente e economicamente viável. Vamos abrir a possibilidade de transportar produtos pelas águas do rio Tocantins através de mais de 700 quilômetros até o terminal da Ferrovia Norte/Sul, na divisa com o Maranhão, enquan-

to ela não está construída em todo o nosso território. São obras cujos recursos não vão para os cofres do Estado. Não estamos pleiteando algo que será repassado pelo Governo do Estado para construirmos uma obra que poderá ser chamada de paroquial.

O nosso interesse é ver a infra-estrutura, os eixos do desenvolvimento nacional serem construídos. Uma vez que o Tocantins é o mais central dos Estados brasileiros – é o Estado que tem condição de produzir o que o Nordeste consome, junto, obviamente, com o nosso Piauí, o Maranhão, sem falar no Mato Grosso, no próprio Estado de Goiás, em todo o sul do Pará, tão rico –, o Tocantins tem o papel de articulador, é o portal de entrada da Amazônia; somos Amazônia Legal. Fazemos vizinhança com esses centros consumidores; o Nordeste, com todo o seu potencial turístico extraordinário e também produtivo, não conseguirá produzir para seu próprio consumo sem o apoio desses Estados vizinhos. Fazemos divisa com o nosso querido Estado de Goiás, com o Piauí, com a Bahia, com o Maranhão, com o Pará, com Mato Grosso, enfim, temos uma posição estratégica.

Essas obras sempre estiveram como prioridade nacional, e a bancada faz questão de colocar recursos. Aí fazemos um esforço para conseguir R\$4 milhões ou R\$5 milhões, como eu estava citando, Sr. Presidente, meu nobres pares. A eclusa é uma obra cara, cujo valor supera R\$400 milhões, e o Governo manda, na origem, Senador Mão Santa, R\$4 milhões; ou seja, não é suficiente nem para pagar o canteiro da obra, que está paralisada e que já teve três mil trabalhadores. A construção da Eclusa do Lajeado na Usina Luís Eduardo Magalhães, ou Usina do Lajeado, é de fundamental importância.

Quando o Governo manda na proposta do Orçamento da União quatro milhões de reais, ele sinaliza que não quer construir a obra. Vamos imaginar – não posso sequer falar nos dois anos restantes – que houvesse sido definido constitucionalmente que o Presidente teria mais quatro anos de mandato. Se isso já estivesse assegurado, se Sua Excelência mandasse 100 milhões por ano, em quatro anos seria construída a obra. Mas a quantia de quatro milhões significa que o Governo não quer fazer a obra, que fica na situação a que se referiu o Presidente da República. A pior obra é a obra parada. Uma obra do porte da eclusa do Lajeado, no Tocantins, paralisada passa a ser objeto de preocupação profunda. As empresas responsáveis pelo canteiro

têm todo o custo da manutenção, com o maquinário deslocado, homens parados, todo o material.

Trata-se de uma obra de engenharia complexa, sem falar na possibilidade de acidentes. Se qualquer cidadão vier a cair em algum dos buracos ou sofrer qualquer acidente, o responsável será a empresa. Isso sem falar nos três mil empregados que já trabalharam lá e estão na expectativa de retornar aos seus empregos.

O Governo coloca na proposta de origem três ou quatro milhões. A Bancada se reúne e consegue mais dez. O que isso significa para o andamento da obra?

Sr. Presidente, quero acreditar que o Senhor Presidente da República, homem adorado pelo povo brasileiro, que recebeu votação maciça em meu Estado, nos dois anos de mandato que lhe restam – isso sem falar na possibilidade de reeleição, não é isso que quero discutir neste discurso, fará sua parte no processo de investimento.

Quando falo da ferrovia norte-sul, que despertou grande interesse nos chineses, não quero imaginar que continuaremos no papel, apenas, de exportadores de matéria-prima bruta, sem agregar valores. Implantar a infra-estrutura nacional e preparar o Brasil para o desenvolvimento é o nosso papel. Se o Brasil estivesse crescendo 5%, 6% ou 7% ao ano, não teríamos infra-estrutura para suportar esse crescimento, Senador Mão Santa. Nós queremos muito o desenvolvimento deste País, mas se conseguíssemos, num estalar de dedos, que o Brasil crescesse na ordem de 4%, 5% ou 6% ao ano, por que portos faríamos nossas exportações? Por que ferrovias iríamos transportar nossos grãos? Por quais hidrovias iríamos baratear o custo do escoamento da produção?

É por isso, Sr. Presidente, que este é o debate que interessa: a construção de nossa infra-estrutura para permitir o crescimento do Brasil. Todo ano, quatrocentos mil jovens chegam ao mercado de trabalho, ávidos por ingressar nele. Essa mão-de-obra somente será absorvida se tivermos um crescimento acima de 4% ao ano. Como eu disse, não dá para pensar em crescimento sem infra-estrutura.

Então, meu caro Presidente Valdir Raupp, meu caro Senador Mão Santa, meus nobres Pares, meus telespectadores da TV Senado, nesta oportunidade, novamente, comunico a esta Casa, à população e ao Governador do meu Estado, Marcelo Miranda, ao Secretário de Infra-Estrutura, Brito Miranda, que nós, Senadores e Deputados, mais uma vez, tomamos a

decisão de fazer o sacrifício de alocar recursos nas emendas de Bancada para essas obras de infra-estrutura, seja pela comissão de transportes, seja pelas emendas regionais. Não vamos abrir mão disso. Vamos fazer nossa parte.

Quero crer, Sr. Presidente, que o sacrifício fiscal e a obsessão superavitária deram ao Governo créditos perante o FMI. Já não há que falar em crise. Está aí o mecanismo dos juros para essas situações. Temos um cenário adequado. Agora é hora de destinar parte desse esforço fiscal às obras de infra-estrutura.

O meu papel não é apenas o de representar meu Estado, mas também o de zelar pelo interesse nacional, visando acabar com as desigualdades regionais. Acredito na construção dessa rodovia. No Vale do Mississippi, além do transporte pelo rio, há uma ferrovia na margem esquerda e outra na margem direita. O país se integra por ferrovias, barateando o custo do escoamento da produção.

Não há nenhum país – insisto nisso – que tenha as mesmas condições que o Brasil para a produção. Esse Brasil novo, representado pelo Estado de Rondônia, Sr. Presidente, Senador Valdir Raupp, é o Brasil das Tordesilhas, dividido antes do descobrimento e não ocupado até hoje. Dois terços dos brasileiros moram no sudeste, que representa 1/3 de nosso território. Há dois ou três brasis diferentes. De um lado, o Brasil do melhor sistema de votação eletrônica; o Brasil da Lei de Responsabilidade Fiscal, que está sendo copiada por outros países; o Brasil que tem o maior índice de contribuintes que fazem declaração de renda pela internet. De outro, há o Brasil de milhares de famintos, de carência de infra-estrutura, de desigualdades regionais. Algumas pessoas ainda lamentam que nossas jazidas, nossos recursos minerais estejam tão longe das grandes concentrações urbanas.

Eu não vislumbro, Senador Mão Santa, nenhuma solução de curto prazo para a crise social no Rio de Janeiro. Nos grandes centros urbanos, quarenta mil jovens são assassinados, segundo levantamentos das entidades, como as pastorais, que olham pelos direitos humanos, pelas crianças. Estamos perdendo quarenta mil jovens na periferia dos grandes centros. A mudança dessa situação está relacionada diretamente com a retomada do desenvolvimento, com o otimismo que tinha Juscelino Kubitschek, com a coragem que teve Getúlio Vargas, com a coragem – digo modestamente – que teve Siqueira Campos de construir uma capital, de lutar pela criação de nosso Estado. Estou

falando da coragem de nosso povo de lutar por essa imensidão territorial que está aí. Lembro os lamentos de Augusto dos Anjos, quando se referia a milhões de metros cúbicos de água, que, podendo mover milhões de mundos, jaz paralisada na estática do nada. Nós estamos perdendo tempo, desperdiçando recursos que colocam o Brasil em uma posição de destaque, em uma posição privilegiada. Ninguém tem tanto recursos hídricos, ninguém tem tanto potencial, ninguém tem terras tão planas como nós, e estamos espremidos nos grandes centros, no sudeste, que já não é maravilha, em detrimento de um país inteiro que só espera a construção da infra-estrutura mínima necessária para o desenvolvimento.

Nesse contexto, incluo, com a permissão de V. Ex^a, meu Presidente, o Estado de Rondônia. Só quem conhece as terras férteis, o potencial do Estado, a migração dos gaúchos, dos paranaenses, importantes para a formação do nosso povo... Ao mesmo tempo em que despertamos essas esperanças todas, essas possibilidades para os brasileiros, queremos que haja uma divisão mais justa do orçamento.

Cerca de 80% dos orçamentos públicos do Brasil ainda são gastos no sudeste litorâneo, em detrimento de grande parcela do território nacional.

Eu vim aqui fazer essa reflexão, meus nobres Pares, meus caros telespectadores da TV Senado, exatamente para despertar a consciência desta Casa e, principalmente, do Governo Federal, para os compromissos com essas obras; compromissos feitos em campanha, em programas eleitorais, com maquetes eletrônicas, com todos os recursos da mídia e que, agora, queremos ver definitivamente implantados.

Concedo a V. Ex^a, Senador Mão Santa, um aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Siqueira Campos, atentamente estamos ouvindo V. Ex^a. Eu entendo o País. V. Ex^a é jovem, mas possui uma experiência extraordinária. É bíblico: “A árvore boa dá bons frutos”. Tive o privilégio, quando Governador do Piauí, de conceder a seu pai a comenda maior do Estado – Grã-Cruz Renascença na primeira capital do Piauí, Oeiras. Na oportunidade, ao conceder-lhe a comenda, fiz uma analogia com Juscelino, com quem seu pai tem muito a ver no que se refere à coragem. Juscelino criou Brasília, ele criou um Estado e uma capital que é uma brasiliazinha, de perspectivas invejáveis. V. Ex^a está dando uma aula e é uma pena que aqui não tenha ninguém do PT. Eles são de pouco trabalho. Acredito em

Deus e no trabalho. Deus disse: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. É uma mensagem aos governantes: propiciar o trabalho. V. Ex^a vai mais além. Quem mais se aproximou de Juscelino foi seu pai. O transporte no Brasil está uma piada: as ferrovias, arrasadas, acabadas e estão só nos sonhos, porque o Orçamento não destina dinheiro, como V. Ex^a definiu; o transporte fluvial é mínimo. O transporte é 70% rodoviário, e 70% das estradas, segundo revista da Confederação Nacional de Transporte, estão em estado precário. Então, V. Ex^a chama o Governo à reflexão. Acreditamos que o trabalho traz desenvolvimento e riqueza. O que se vê no Brasil é a violência, e a causa disso tudo é a falta de emprego. Para onde vamos levamos a nossa formação profissional. V. Ex^a está fazendo um chamamento muito importante para o Governo, que já está quase no meio. Atentai bem: vamos a dezembro. É como se o sol tivesse bem no meio, ao meio-dia. Às seis horas da tarde, vem a escuridão, e acabou o Governo. Então, queremos levar nossas preces ao Presidente Lula, que sabemos tem boas intenções. Mas intenções, sem trabalho, não têm resultado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Senador Mão Santa, agradeço suas palavras generosas com relação a este modesto Parlamentar. Sinto uma alegria permanente, não somente por V. Ex^a ter se referido ao meu velho e guerreiro pai, Siqueira Campos, mas por V. Ex^a ter homenageado a ele com a maior das expressões das comendas que o povo do Piauí oferece àqueles que o Conselho, o Governador e seus integrantes entendem merecer. Meu pai tinha uma grande admiração por Juscelino Kubitscheck. Em uma determinada vez, pude ver uma carta de Juscelino a ele, uma das grandes alegrias de sua vida. Ele recebeu no Japão uma comenda que o último brasileiro que a tinha recebido fora Juscelino Kubitscheck. Meu pai, um homem simples e modesto, deixou, entre outras coisas, o seu trabalho, uma redivisão, um mapa novo na geografia brasileira. Então, V. Ex^a certamente emociona o povo do Tocantins inteiro, quando se recorda da comenda que deu ao Governador Siqueira Campos e de seus feitos. Eu diria que, no mínimo, talvez, além da sua permanente admiração por Juscelino Kubitscheck, foi Juscelino quem permitiu, ao rasgar o chão deste Planalto Central com a Belém–Brasília, depois de ter feito o grande gesto de criar a nossa Capital, que a nossa família, na carroceria de um caminhão, chegasse ao território tocantinense. Devemos muito a ele.

Sr. Presidente, V. Ex^a fez uma citação bíblica, que não me desafia, mas me motiva a terminar meu pronunciamento com outra. Em Eclesiastes, 3, Senador Mão Santa, está dito em um de seus versículos que, para tudo, há um propósito entre o céu e a terra. Há tempo de plantar, há tempo de colher; há tempo de chorar e sorrir; de esparramar e depois juntar. E eu diria, como alguém que crê em Deus e acredita neste País, que é tempo de acreditarmos no Brasil; é tempo de acreditarmos no nosso potencial e na nossa capacidade de construir as coisas. Para mim, o homem é aquilo que ele diz.

Então, venho aqui desta tribuna, mais uma vez, pregar a minha fé no Brasil, a minha fé no Tocantins e a minha confiança de que nós, não este ou outro Governo, mas nós como sociedade, como Nação, vamos construir o Brasil dos sonhos de nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá e João Ribeiro enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2.º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: gostaria de deixar registrado o recebimento do Relatório Anual 2003 da Previnorte Fundação de Previdência Complementar, instituída pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A, há mais de 15 anos, que conta com a participação, também, das empresas Manaus Energia S/A e Boa Vista Energia S/A.

Trata-se de entidade da Região Norte, muito bem posicionada no *ranking* nacional dos fundos de pensão, tendo movimentado quase R\$523 milhões até dezembro do ano passado.

É uma instituição moderna, que representa o que há de melhor na gestão de fundos de pensão em nosso país, detentora, inclusive, de certificação ISO 9001:2000.

Buscando ampliar sua participação do mercado de previdência complementar, a Previnorte tem apostado no fortalecimento de uma política de gestão de pessoas, aperfeiçoando seu corpo gerencial, e na consolidação de sistema de gestão de qualidade, que

inclui a implantação de moderno sistema de gestão previdenciária.

Da mesma forma, investem na melhoria da política de comunicação empresarial, entregue agora a profissionais especializados da área de Comunicação Social. Como resultado, a instituição tem ganhado visibilidade social, com ampla divulgação das ações da Fundação aos que dela participam, incluindo a reformulação dos informativos e do próprio Relatório Anual.

Do ponto de vista dos investimentos, a Diretoria registra a superação da meta atuarial de 19,42% estabelecida para o rendimento líquido, que acabou alcançando a marca de 21,13% no ano passado. Estamos falando de uma entidade que ampliou em quase 29% o volume de seus investimentos, que ultrapassaram a casa dos 465 milhões de reais.

Esse crescimento do investimento permitiu aumentar a cota de remuneração dos Planos de Contribuição Definida em quase 26% no ano de 2003.

É interessante notar, ademais, que todas essas vitórias foram alcançadas mesmo com a renovação da Diretoria, que efetivou-se no mês de novembro. Segundo o testemunho do atual Presidente da Previnorte, o administrador Luiz Henrique Hamann, não houve solução de continuidade nas ações previstas ainda na gestão do ex-Presidente Izidoro Lechuga Martin, eficientemente secundado pelo ex-Diretor Financeiro Massashi Tegoshi, substituído agora pelo engenheiro Fábio Resende da Silva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, previdência complementar é um assunto sério em nosso país. Uma vez que a Constituição aponta a instituição de entidades fechadas de previdência complementar como padrão para a previdência dos funcionários públicos, acima de determinado teto, é bom saber que já contamos com *know-how* acumulado de bons modelos de gestão nesse setor, provando o acerto da aprovação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Encerro parabenizando os administradores da Previnorte, responsáveis pelos significantes resultados alcançados, e cumprimentando os beneficiários atendidos pela instituição, principais interessados na vitória das inovações administrativas implementadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: trago para registro nos Anais desta Casa a

parceria do Governo do Estado do Tocantins e a Fundação Universidade Luterana do Brasil que foi firmada para a operacionalização do Centro de Recepção de Visitantes do Parque Estadual do Cantão.

Trata-se de um esforço conjunto entre governo e sociedade civil para dotar essa importante unidade de conservação regional – a qual permite uma constante investigação científica e avaliação da biodiversidade local –, de uma administração profissional que possibilite a exploração econômica das atividades e dos equipamentos de uso público do Parque.

A região do Cantão está localizada às margens do rio Araguaia, no município de Caseara, que conta com o operoso Suair Mariano de Melo no comando da prefeitura. O parque situa-se numa região de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Ali há muita semelhança com o Pantanal em face das terras sofrerem inundações sazonais e por se formarem um complexo sistema de lagoas próprias ao surgimento de comunidades biológicas aquáticas de grande diversidade, muitas delas ainda desconhecidas da própria ciência. Este fato faz do local um verdadeiro santuário ecológico que precisa ser preservado.

O Centro de Recepção se localiza numa área de aproximadamente 600 hectares. É composto por cinco prédios onde funcionam o centro de atendimento ao turista, a sede administrativa, garagem, alojamento e residência da gerência, além de um cais de embarque/desembarque e infra-estrutura de acesso, como vias de circulação e pista de pouso, de abastecimento de água e de fornecimento de energia, já implantados e em operação.

A parceria traz vantagens para todas as partes envolvidas, como ensinam as boas práticas de responsabilidade social hoje existente no país. A Fundação Universidade Luterana do Brasil põe em uso a infra-estrutura que detém e pode aplicar os recursos técnicos de ponta existentes para implementar ações voltadas às pesquisas que visam a boa exploração ecológica e turística da região, além disso pode captar recursos financeiros para o próprio projeto junto aos investidores do setor. O governo contando com essa parceria potencializa em algumas vezes os recursos existentes que são destinados às ações de preservação do meio ambiente. A sociedade, a seu curso, ganha mais um espaço de visitação pública, devidamente preparado

para tal, que gerando um fluxo de visitantes auxiliará na sustentação do próprio parque.

Dentre os objetivos dessa iniciativa está a idéia de possibilitar aos visitantes vivência e educação ambiental em uma região de grande beleza natural e diversidade biológica, visando dar exemplo de utilização adequada do patrimônio natural.

O governo do meu Estado do Tocantins mostra, mais uma vez, perfeita sintonia com os temas da atualidade e sua grande capacidade de articulação para solucionar, questões da área ambiental. Parabênzulo também a Fundação Universidade Luterana do Brasil por compreender a importância e participação no projeto.

E finalmente, com o mesmo entusiasmo cumprimento a prefeitura e aos meus conterrâneos de Caseara pela consolidação do Parque Estadual do Cantão.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 204, DE 2004

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 204, de 2004, que *autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.*

Relator revisor:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 52, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004, que *dispõe sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de*

crédito par investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até o dia 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6ºA à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004.

Relator revisor:

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 1, DE 2003

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos*

sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 22, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal. (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 11 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação).

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –Cdir (Substitutivo), que oferece.

– 17 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102,
DE 2002-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002-Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.*

Parecer sob nº 1.749, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2003
(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 27, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.794, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição, com voto contrário do Senador César Borges, e em separado, do Senador Paulo Octávio.

– 19 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004
(Tramitando nos termos do art. 143
do Regimento Comum)
(Em virtude de adiamento, conforme o
Requerimento nº 1.412/2004, aprovado
em 16-11-2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.*

– 20 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004
(Tramitando nos termos do art. 143
do Regimento Comum)
(Em virtude de adiamento, conforme o
Requerimento nº 1.413/2004, aprovado
em 16-11-2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).*

– 21 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004
(Tramitando nos termos do art. 143
do Regimento Comum)
(Em virtude de adiamento, conforme o
Requerimento nº 1.414/2004, aprovado
em 16-11-2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).*

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 1.391, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.391, de 2004, do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2001, de sua autoria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 1.402, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.402, de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 1.403, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.403, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 122, de 1999, e 233, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.434, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2002, e 269, de 2004, por regularem a mesma matéria.

Requerimentos de urgência lidos nas sessões de 25 e 26-11-04, pendentes de votação:

Nº 1.472, de 2004, requerendo regime de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Nº 1.475, de 2004, requerendo regime de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Dispõe sobre falsificação de papéis públicos).

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 7 minutos.)

Ata da 172ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de Novembro de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,
Papaléo Paes, Augusto Botelho e Leonel Pavan*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azevedo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Mão Santa – Marco Maciel – Mário Calixto – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Shessarenko – Sibá Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 72

Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2004 (Nº 2.828/2000, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, com a redação dada pelo art. 14 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 1º

Parágrafo único. Os estabelecimentos referidos no **caput** deste artigo, dotados de porta de segurança, ficam obrigados a manter sistema auxiliar que garanta o acesso de pessoa portadora de deficiência, de prótese metálica, de marca-passo, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

N.º 2.828, DE 2000

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, dispondo sobre o acesso de pessoas portadoras de deficiência nos estabelecimentos financeiros»

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Acrescenta-se ao art. 1º da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, com a redação dada pelo art. 14 da Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, o seguinte parágrafo:

*Art. 1º.....

Parágrafo único - Os estabelecimentos referidos no caput deste artigo, dotados de porta de segurança, ficam obrigados a manter porta auxiliar que garanta o acesso de pessoa portadora de deficiência, de prótese metálica, de marca passo, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A quase totalidade das agências bancárias encontram-se presentemente dotadas de portas de segurança, na sua maioria giratórias e providas de detector de metais.

Tais dispositivos, a par das vantagens que possam apresentar na prevenção de assaltos, vêm causando sérios constrangimentos e dificuldades a pessoas portadoras de deficiência, de prótese metálica, de marca passo, obesa, gestante, idosa ou com dificuldade de locomoção.

Assim é que, vem se tornando freqüente a divulgação pelo meios de comunicação dos graves problemas enfrentados por aqueles que, em razão das dificuldades decorrentes da situação pessoal, não conseguem acesso às agências bancárias ou somente o conseguem a custo de enormes sacrifícios e constrangimentos, ante a barreira que se constitui para os mesmos as portas em questão.

O presente projeto de lei de alteração da Lei nº 7.102, de 1983, que dispõe sobre sistema de segurança dos estabelecimentos financeiros, tem por objeto suprimir ou amenizar as dificuldades e constrangimentos enfrentados por seus destinatários, atento, outrossim, aos mandamentos inscritos nos artigos 23, II e 24, XIV da Constituição, no sentido da proteção e da integração social das pessoas portadoras de deficiências.

Sala das Sessões, 12 de abril de 2000


Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.102, DE 20 DE JUNHO DE 1983

Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei. (Redação dada pela Lei 9.017, de 1995) (Vide art. 16 da Lei 9.017, de 1995)

Parágrafo único. Os estabelecimentos financeiros referidos neste artigo compreendem bancos oficiais ou privados, caixas econômicas, sociedades de crédito, associações de poupanças, suas agências, subagências e seções.

LEI Nº 9.017, DE 30 DE MARÇO DE 1995

Estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos e insumos químicos que possam ser destinados à elaboração da cocaína em suas diversas formas e de outras substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e altera dispositivos da Lei nº 7.102, de 20 de junho

de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento de empresas particulares que explorem serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências

Art. 14. Os arts., 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 13, 20, **caput** e parágrafo único e inciso II da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º É vedado o funcionamento de qualquer estabelecimento financeiro onde haja guarda de valores ou movimentação de numerário, que não possua sistema de segurança com parecer favorável à sua aprovação, elaborado pelo Ministério da Justiça, na forma desta lei.”

(À Comissão de Assuntos Sociais)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004
(nº 5.918/2002, na Casa de Origem)

Dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 87.

§ 3º Cada município e Estado e, supletivamente, a União devem:

..... “(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Nº 5.918- , DE 2001

Dá nova redação ao § 3º, do art. 87, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 1º - O § 3º, do artigo 87, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

- **“Cada Município e Estado e, supletivamente, a União deverão:**

- I.....**
- II.....**
- III.....**
- IV.....”**

JUSTIFICAÇÃO


A presente proposição objetiva oferecer à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional um comando ao mesmo tempo preciso quanto às competências dos diversos entes que configuram o Poder Público e mais coerente com o que determina a Constituição Federal.

A Carta Magna estabelece no §§ 2º e 3º que os Municípios e os Estados devem se responsabilizar prioritariamente pelo ensino fundamental, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Ocorre que, em aparente conflito com o que dispõem outros artigos da lei 9.394/96, a redação atual do § 3º do artigo 87, dispõe que a matrícula dos educandos no ensino fundamental, a responsabilidade pela promoção do ensino de jovens e adultos e a realização de programas de capacitação de professores em exercício, seria competência de "cada Município e, supletivamente, do Estado e da União".

Parece cristalino, portanto, que a redação proposta neste projeto de lei supera essa ambiguidade, conferindo coerência interna à lei.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2001.


Ivan Valente
Deputado Federal PT/SP

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....
Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

.....
§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I – matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

II – prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III – realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;

.....
(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004
(Nº 6.101/2002, na Casa de origem)

Acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 9.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 9.079, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 31.
Parágrafo único. O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.101, DE 2002**Acrescenta parágrafo primeiro ao artigo 31 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre o Código de Proteção e Defesa do Consumidor.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Artigo 31 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor passa a ser acrescido do seguinte parágrafo primeiro:

“Art. 31.

§ 1º O consumidor tem o direito de examinar o produto, na hora da compra, na presença do fornecedor.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O consumidor brasileiro tem sido vítima de várias práticas abusivas, apesar da comemoração do 11º aniversário do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Dentre elas, a imposição de produto lacrado na hora da compra, não lhe dando o direito de testar o produto antes de sair da loja.

Geralmente, o teste é feito no produto que este em demonstração e a justificativa do vendedor é de que o produto está lacrado de fábrica e por este motivo, não necessita de teste.

O consumidor leva o produto e, quando chega no seu domicílio, ao ligá-lo, se vê com um produto que não funciona. Volta à loja e a mesma se nega a trocar mandando o consumidor para a assistência técnica. Muitas vezes existe má-fé por parte do fornecedor, que sabe que o produto tem defeito mas quer passá-lo para frente.

Isso acontece constantemente, com aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos e, o que é mais grave, o consumidor que acaba de adquirir um produto novo terá que passar de 10 a 20 dias esperando o conserto na rede autorizada, sem contar que este produto quando volta às mãos do consumidor, já foi mexido e não é mais original de fábrica.

Outro exemplo é o de meias femininas que vêm lacradas e quando a consumidora abre o pacote, descobre, muitas vezes, que a meia está com defeito e até desfiada e, tanto a loja quanto a fábrica se recusam a proceder a troca.

Diante das razões expostas, solicito aos meus pares, a aprovação pelo interesse e bem comum de todos os consumidores.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2002. – Deputado **Celso Russomanno**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 86 a 88, de 2004**, vão às Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, respectivamente.

Sobre a mesa, ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

**OFÍCIO DO
PRIMEIRO SECRETÁRIO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 1.621/2004, de 24 do corrente, encaminhando ao Senado Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999 (nº 1.736/99, naquela Casa), que dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.

**SUBSTITUTO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 1999
(nº 1.736/99, naquela Casa)****Dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece as condições de prestação de serviços de valor adicionado por meio de códigos de acesso 0900 e outros semelhantes.

Art. 2º A oferta de serviços de valor adicionado, por meio dos códigos de acesso 0900 e semelhantes, depende de prévia autorização do assinante, por escrito ou por desbloqueio comprovado por meio do

prefixo 0800 ou chamada local colocados a sua disposição pela empresa prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

§ 1º As prestadoras de serviço telefônico fixo comutado deverão oferecer aos assinantes a possibilidade de acesso aos serviços referidos no caput deste artigo mediante o uso de senha.

§ 2º A qualquer tempo, o assinante poderá suspender sua solicitação, ficando imediatamente interrompido o acesso aos serviços de valor adicionado tratados nesta Lei.

§ 3º Quando autorizado o serviço, cada ligação não poderá exceder o valor de 1/4 (um quarto) de 1 (um) salário mínimo e a mensalidade do serviço, o valor de 1 (um) salário mínimo vigente no País por linha telefônica.

Art. 3º O controle de custo e outros controles aludidos nesta Lei deverão ser exercidos por uma entidade, distinta das concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Art. 4º Ficam terminantemente proibidos os serviços de telesexo e outros que atentem contra a moral da sociedade e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º Quando o 0900 for utilizado a título de sorteio, parte do que for arrecadado deverá ser destinado a ações sociais do Governo Federal, nos termos regulamentados pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Art. 6º A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL criará um índice próprio de qualidade do serviço de valor adicionado objeto desta Lei.

Art. 7º A operadora tem obrigação de cobrar separadamente do assinante o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e o serviço de valor adicionado, tendo o assinante direito de optar por pagar apenas o Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

Art. 8º O assinante inadimplente em relação ao serviço de valor adicionado não terá, por esta razão, desligada sua linha telefônica ou seu nome inscrito nos Serviços de Proteção ao Crédito pela prestadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.

Art. 9º A prestação do serviço em desacordo com o disposto nesta Lei desobriga o assinante do pagamento dos custos e ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no art. 173 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO APROVADO PELO
SENADO FEDERAL E ENCAMINHADO
À CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA REVISÃO**

**Dispõe sobre o uso do Serviço 0900
nos terminais de telefonia fixa.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibido às empresas concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado, tornar disponível o Serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização do assinante.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Senado Federal, 21 de setembro de 1999. – Senador **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

TÍTULO VI
Das Sanções

CAPÍTULO I
Das Sanções Administrativas

Art. 173. A infração desta Lei ou das demais normas aplicáveis, bem como a inobservância dos deveres decorrentes dos contratos de concessão ou dos atos de permissão, autorização de serviço ou autorização de uso de radiofrequência, sujeitará os infratores às seguintes sanções, aplicáveis pela Agência, sem prejuízo das de natureza civil e penal:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão temporária;
- IV – caducidade;
- V – declaração de inidoneidade.

(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– O **Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 1999**, vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência informa ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2004 (nº 3.160/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Godofredo Viana – Arcogov a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godofredo Viana, Estado do Maranhão;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2004 (nº 53/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Blumenau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina; e

– Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2004 (nº 281/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Tiros – ABCCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiros, Estado de Minas Gerais.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência informa ao Plenário que recebeu a **Mensagem nº 190, de 2004** (nº 773/2004, na origem), de 23 do corrente, do Presidente da República, encaminhando, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e § 4º do art. 70 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, relatório contendo os novos limites que caberão a esta Casa, bem como os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 67, de 2003, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência informa ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2004** (nº 1.703/2003, na Casa de origem), que altera a *Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional*

de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a interligação das rodovias federais BR-405 e BR-116, com extremos localizados, respectivamente, nos Estados da Paraíba e do Ceará.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/29, de 2004** (nº 147/2004, na origem), de 18 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado, da legislação e do Acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Inquérito nº 1915, que declarou a inconstitucionalidade do art. 96 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre/RS. (crimes de responsabilidade do Prefeito).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a Mesa expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 496 /GMF

Brasília, 19 de novembro de 2004

Senado Federal
A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal

Assunto: Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS)
Art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.
Operação de Crédito Interno. Vedação de Operações de Crédito nos 2 (dois) quadrimestres anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo.

Senhor Presidente,

1. A Prefeitura Municipal de Liberato Salzano (RS), mediante “Pedidos de Autorização/Propostas Firmes” de 25-6-2004 e 8-9-2004, solicitou a esta Secretaria, nos termos da Resolução nº 43/2001–SF, autorização para realização de operações de crédito com a empresa Rio Grande Energia S/A, no valor de R\$ 52.674,12 (cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e quatro reais e doze centavos), com vistas à regularização de dívida relativa a iluminação pública.

2. Durante a análise do pleito, constatou-se que o referido Município havia celebrado, com a empresa Rio Grande Energia S/A, Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 16-7-2004, o que contraria o artigo 15 da Resolução nº 43/2001–SF, que

veda a contratação de operação de crédito nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

3. Posto isso, e em cumprimento ao que prevê o art. 24 da Resolução nº 43/2001–SF, levamos a ocorrência ao conhecimento dessa Casa.

Atenciosamente, – **Bernard Appy**, Ministro de Estado da Fazenda Interino

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O expediente que acaba de ser lido, autuado como Ofício nº S/28, de 2004, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.832, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 187, de 2004 (Mensagem nº 770, de 19-11-2004, na origem), do Senhor Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Prefeitura de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, enviou a esta Casa a Mensagem nº 187, de 2004, que submete à apreciação do Senado Federal pleito da Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito externo, com garantia da União.

Como é sabido, as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios estão sujeitas à observância e ao cumprimento

das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001. A primeira trata do limite global para a dívida consolidada dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Já a Resolução nº 43, de 21-12-2001, trata das operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Essas resoluções compatibilizam o exercício do controle do processo de endividamento dos referidos entes federados com as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

Segundo informações contidas no parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa está estimado em US\$49.415.076,00, sendo que US\$24.075.000,00 serão financiados pelo BIRD e US\$25.340.000,00 serão aportados pela Prefeitura de Betim, como contrapartida nacional.

A operação de crédito externo apresenta as seguintes características financeiras:

a) Credor: BIRD;

b) Valor do Empréstimo: US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América);

e) Modalidade de Empréstimo: Fixed Spread Loan (SL), com possibilidade de: (a) conversão de moeda, (b) conversão de taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e (c) estabelecimento de tetos, pisos e bandas para a flutuação da taxa de juros. Todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

d) Desembolso: Conforme a execução do projeto, até 30-6-2009;

e) Amortização: 29 (vinte e nove) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15/março e 15/setembro, vencendo-se a primeira em 15-8-2008 e a última em 15-8-2022, sendo as 28 (vinte e oito) primeiras no valor de US\$859.477,50 (3,57%) e a 29ª (vigésima nona) no valor de US\$869.107,50 (3,61%);

f) Juros: Exigidos semestralmente, vencíveis em 15/fevereiro e 15/agosto, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante (LIBOR 6m \pm **spread** de 0,5);

g) Comissão de Compromisso: 0,85% a.a. sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. em diante; e

h) Comissão à Vista: 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor.

II – Análise

A operação de crédito pretendida pela Prefeitura Municipal de Betim alcança o valor de até US\$24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América) e destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

A Secretaria do Tesouro Nacional manifestou-se favoravelmente ao pleito e à concessão de garantia da União através do Parecer nº 285 STN/COREF/GERFI, de 11 de janeiro de 2004, desde que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam atendidas as seguintes exigências:

a) deve ser formalizado o respectivo contrato de contragarantia;

b) devem ser satisfeitas as condições prévias à realização do primeiro desembolso mencionadas na Seção 12.11 (e) das Condições Gerais e da Seção 6.01 da Minuta negociada do Acordo de Empréstimo (fls. 427/455).

Nesses pareceres são fornecidas e disponibilizadas informações acerca da situação da Prefeitura Municipal de Betim no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições de natureza financeira e processual estipuladas nas referidas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, bem como relativas às disposições constantes da Resolução nº 96, de 1989, que trata das premissas a serem observadas para que possa a União conceder garantias em operações de crédito.

Assim é que, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União equipara-se à operação de crédito que, para operações financeiras externas, exige a prévia autorização do Senado Federal.

Essas operações financeiras estão, portanto, numa primeira instância, sujeitas ao cumprimento das condições e exigências estabelecidas na referida resolução que, além da observância quanto aos aspectos de natureza estritamente financeira, exige que a União observe as seguintes condições prévias à prestação de garantias:

1. oferecimento de contra-garantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

2. adimplência do tomador do empréstimo para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

Depreende-se do parecer da Secretaria do Tesouro Nacional que o garantido, Prefeitura Municipal de Betim, tem condições de cumprir com as obrigações financeiras a serem garantidas pela União. Isso porque:

a) há previsão do oferecimento de garantias adequadas por parte da Prefeitura Municipal de Betim, comprovando a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o município e a União para a concessão de contra-garantias, sob a forma de vinculação das receitas geradas pelos impostos a que se referem os arts. 156 e 158 e os recursos de que trata o art. 159, inciso I, alínea **a**, e II, todos da Constituição Federal.

b) assim sendo, poderá o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados. De acordo com estudo elaborado pela Coref/STN acerca do comprometimento das transferências federais e receitas próprias da Prefeitura Municipal de Betim, ela dispõe de margens de recursos suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação de crédito pretendida, e

c) segundo a análise da capacidade de pagamento consignada na Nota Técnica STN/

Coref nº 542, de 30-4-2004, o Município de Betim foi enquadrado na categoria “18”, suficiente, portanto, para a concessão de garantia da União, nos termos da Portaria ME nº 89, de 25-4-2001.

Assim, entende a STN que o Município de Betim conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo, não impondo, pois, restrições à atual situação fiscal do município, nem atribuindo ao Tesouro Nacional riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com agências oficiais de crédito.

Por outro lado, de acordo com informações contidas no Parecer STN/Coref/GERJN nº 285, de 11 de junho de 2004, consulta realizada por meio eletrônico, na presente data, não indicou a existência de débitos em nome do Município de Betim junto à União e suas entidades controladas. Informa, ainda, que não há registro de pendências do interessado no âmbito do SIAFJ, relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Ademais, não há registro de débito em nome da Prefeitura Municipal de Betim em operações de crédito já garantidas, de acordo com informação prestada pela STN.

Em decorrência, há observância do inciso III do § 9º do art. 3º da referida Resolução nº 96, de 1989, e do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 – a denominada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas na Constituição Federal e nas Resoluções nºs 96, de 1989, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução nº 96, de 1989, são atendidos, conforme é informado pela Secretaria do Tesouro Nacional;

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGN/COF/nº 867/2004, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas da minuta contratual, conclui que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espé-

cie, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, que veda disposição contratual de natureza política ou atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, a STN informa que tais exigências foram adequadamente atendidas por leis municipais.

Por outro lado, de acordo com informações contidas nesse parecer, não constam registros de inadimplência sob a responsabilidade do Município de Betim junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Em decorrência, há observância do art. 16 da referida Resolução nº 43, de 2001, e do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Não é demais enfatizar que essa operação de crédito foi credenciada pelo Banco Central do Brasil, nos termos da carta de credenciamento Decec/Diope/Sucre-2004/144, de 17 de junho de 2004, evidenciando, portanto, que ela atende à política de captação de recursos externos do País.

Ressalte-se ainda que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar um custo efetivo equivalente a 2,41% a.a., flutuante conforme a variação da Libor, sendo este um patamar considerado aceitável pela secretaria.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nº 96, de 1989, nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, são atendidas pela Prefeitura Municipal de Betim, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

III – Voto

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Betim encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 96, de 1989, nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO 40, DE 2004

Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD destinada a financiar parcialmente o projeto de revitalização urbana e recuperação ambiental da Bacia do Rio Betim.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, autorizada a contratar a operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, com garantia da União, no valor equivalente a até US\$24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos referidos no **caput** serão utilizados para financiar, parcialmente, o projeto de revitalização urbana e recuperação ambiental da Bacia do Rio Betim.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Credor: Bird;

II – Valor do Empréstimo: US\$24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América);

III – Modalidade de Empréstimo: Fixel Spread Loan (FSL), com possibilidade de: (a) conversão de moeda, (b) conversão de taxa de juros de flutuante para fixa ou vice-versa e (c) estabelecimento de tetos, pisos e bandas para a flutuação da taxa de juros. Todas as possibilidades serão eventualmente aplicáveis à totalidade ou a partes do empréstimo;

IV – Desembolso: Conforme a execução do projeto, até 30-6-2009;

V – Amortização: 29 (vinte e nove) parcelas semestrais, consecutivas, vencíveis a cada 15/março e 15/setembro, vencendo-se a primeira em 15-8-2008 e a última em 15-8-2022, sendo as 28 (vinte e oito) primeiras no valor de US\$859.477,50 (3,57%) e a 29ª

(vigésima nona) no valor de US\$869.107,50(3,61%);

VI – Juros: Exigidos semestralmente, vencíveis em 15/fevereiro e 15/agosto, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual inicialmente flutuante (Libor 6m + **spread** de 0,5);

VII – Comissão de Compromisso: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, até o quarto ano de sua entrada em vigor, e 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) em diante; e

VIII – Comissão à Vista: 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em vigor.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura Municipal de Betim na operação de crédito externo referida no art. 10 desta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** fica condicionada a que a Prefeitura Municipal de Betim vincule, como contra-garantias à União, os recursos de que tratam os arts. 156, 158 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, mediante formalização de contrato de contra-garantia, podendo o Governo Federal reter importâncias necessárias diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do município.

Art. 4º Previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deverão ser satisfeitas as seguintes pendências apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional:

I – formalização do respectivo contrato de contra-garantia;

II – atendimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso mencionadas na Seção 12.11 (c) das condições gerais e da Seção 6.01 da minuta negociada do acordo de empréstimo (fls. 427/455).

Art. 5º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

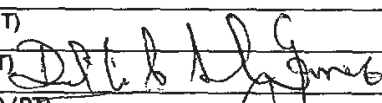
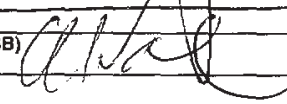
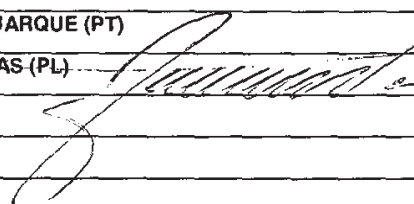
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 187, DE 2004.
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 30/11/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):


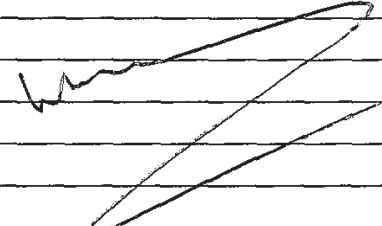

PRESIDENTE: 

RELATOR (A): 

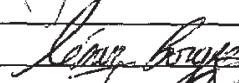
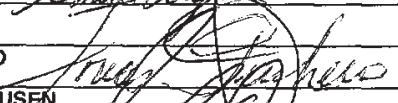
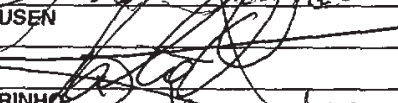
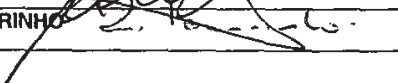
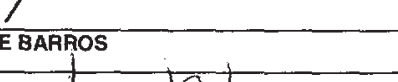
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SERYS SLHESARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT) 	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	6-AELTON FREITAS (PL) 
IDELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

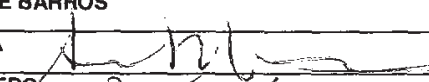
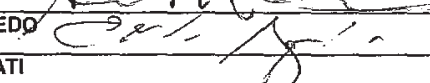
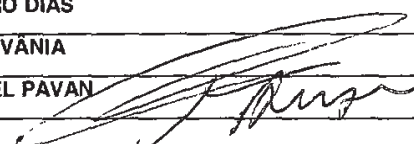
PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA 	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL 
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP 	7-MAGUITO VILELA

PFL

CÉSAR BORGES 	1-ANTONIO CARLOS MAGALHAES
EFRAIM MORAIS 	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO 	3-EDISON LOBÃO
JORGE BOBENHAUSEN	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO 	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO 	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA 	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZERÉDO 	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN 

PDT

ALMEIDA LIMA 	1-OSMAR DIAS
--	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES 	1-MOZARILDO CAVALCANTI
---	------------------------

REQUERIMENTO Nº

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do RISF, requeremos urgência para a MSF nº 187, de 2004, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24,075,000.00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos


Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim".


Sala das Comissões, 30 novembro de 2004.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 187, DE 2004.**



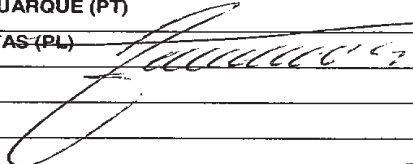
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 30/11/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

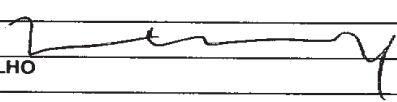

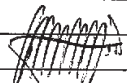
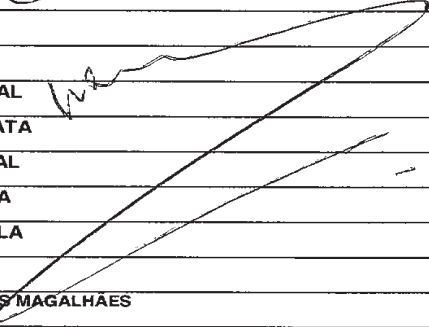
PRESIDENTE: 

RELATOR (A): 

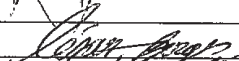
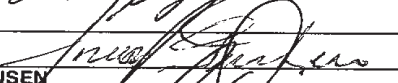
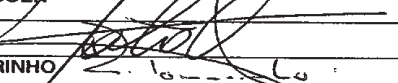
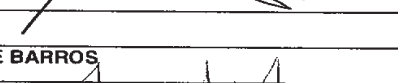
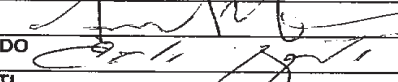
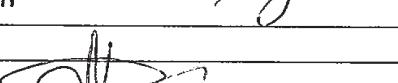
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT)	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SERYS SLHESARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT) 	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	6-AELTON FREITAS (PL) 
IDELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

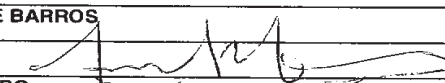
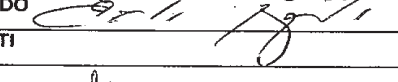
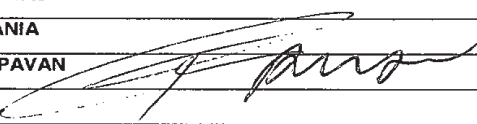
PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA 	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL 
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP 	7-MAGUITO VILELA 

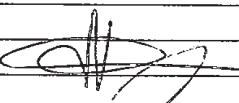
PFL

CÉSAR BORGES 	1-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
EFFRAIM MORAIS 	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO 	3-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN 	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO 	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO 	6-MARCO MACIEL

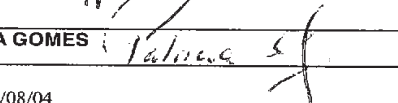
PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA 	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO 	3-LUCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN 

PDT

ALMEIDA LIMA 	1-OSMAR DIAS
--	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES 	1-MOZARILDO CAVALCANTI
---	------------------------

PARECER N° 1.833, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 60, de 2003, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares que modifica os artigos 19 e 22 da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995, que ‘dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3°’, inciso V, da Constituição Federal’, estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Vem à apreciação desta comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado n° 60, de 2003, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que modifica os arts. 19 e 22 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, de maneira a estabelecer regras claras sobre a dupla filiação partidária.

O art. 22 da referida lei relaciona como casos de cancelamento imediato da filiação partidária a morte, a perda dos direitos políticos, a expulsão e outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão. Conforme o projeto, um quinto caso é acrescentado à relação: o desligamento voluntário do filiado.

O parágrafo único daquele artigo é alterado de maneira a exigir do filiado a outro partido a comunicação do desligamento, ao antigo partido e ao juiz de sua zona eleitoral, no prazo máximo de 30 dias após a nova filiação, observado o requisito da “anualidade de domicílio e filiação partidária caso queira (o novo filiado) concorrer às eleições”.

O art. 19, por sua vez, ordena o envio, duas vezes por ano, por parte dos partidos, da relação de filiados aos juízes eleitorais. Seu § 1° diz que, nos casos em que não ocorrer essa comunicação, permanecem válidas as últimas relações de filiados enviadas. A modificação proposta excepciona dessa revalidação automática de filiações os casos de desligamento e cancelamento de filiação previstos nos arts. 21 e 22 da lei.

Na Justificativa, seu autor argumenta que a proposta dá solução a uma ambigüidade que a forma

vigente da lei apresenta. De um lado, conforme o art. 22, cabe ao novo filiado comunicar à Justiça Eleitoral o desligamento do antigo partido e seu novo vínculo, no dia seguinte ao desligamento. De outro lado, na redação do art. 19, essa tarefa cabe ao partido, que, inclusive, disporia do poder de, por omissão, revalidar todas suas filiações e assim declarar uma situação de dupla filiação (e, portanto, nula filiação) de todos os ex-filiados que, após o desligamento, militam em outras siglas partidárias.

Conforme a proposta, essa ambigüidade é resolvida. A responsabilidade pela comunicação é do filiado, que passa a dispor de um prazo razoável, 30 dias, para efetuá-la.

II – Análise

Considero procedente a justificativa do eminente Senador Antônio Carlos Valadares. Com efeito, a redação atual do art. 19 da Lei n° 9.096, de 1995, confere aos partidos a incumbência de informar à Justiça Eleitoral a relação de seus filiados. O § 1° do mesmo artigo, por sua vez, confere validade, no caso de omissão, às relações enviadas anteriormente. Dessa maneira a incumbência de informação transforma-se, na prática, em poder do partido de manter seus filiados, mesmo contra a sua vontade.

Na redação proposta, desaparece efetivamente a ambigüidade.

Cabe ao filiado proceder à informação, tanto ao partido antigo quanto à Justiça Eleitoral. A comunicação extingue, automaticamente, em dois dias, a antiga filiação, que passa a ser expressamente excepcionada da revalidação geral a que se refere o art. 19.

Por outro lado, o novo prazo de 30 dias é exequível, enquanto o “dia imediato à nova filiação” pode resultar, como bem assinala o autor, um final de semana ou feriado.

III – Voto

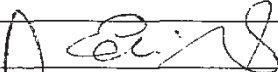

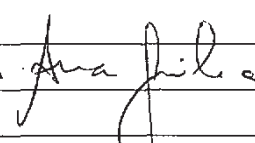
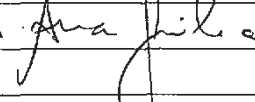
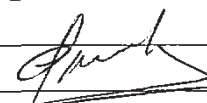
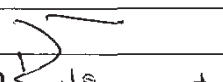
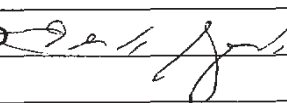
Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 60, de 2003.

Sala da Comissão, 17 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 60 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17.11.2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE	
RELATOR:	 Sen. MARCELO CRIVELLA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESARENKO	1-EDUARDO SUPLYCY 
ALOIZIO MERCADANTE	2-ANA JÚLIA CAREPA 
TIÃO VIANA	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	4-DUCIOMAR COSTA (AUTOR)
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA (RELATOR)	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO 
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO 
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 60, DE 2003

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERY SHELHESARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLEY	X			
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JÚLIA CAREPA				
TIÃO VIANA					3 - SIBÁ MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			X		4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE				
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					1 - NEY SUASSUNA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTÁVIO	X			
JOSÉ MARANHÃO					3 - RENAN CALHEIROS				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
ROMERO JUCA	X				5 - MAGUITO VILELA				
PEDRO SIMON	X				6 - SÉRGIO CABRAL				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - PAULO OCTÁVIO				
CÉSAR BORGES					2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - EFRAIM MORAIS				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALVARO DIAS					1 - ANTERO PAES DE BARROS				
TASSO JEREISSATI					2 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 11 / 2004

Senador EDISON LOBÃO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)

U:\CCJ2003\Votação nominal.doc (atualizado em 12/03/2004)

PARECER Nº 1.834, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, de autoria do Senador João Alberto Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão.

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 203, de 2003, de autoria do Senador João Alberto Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal (UFBAC), no Estado do Maranhão.

Em seus arts. 2º e 3º, o PLS prevê que a universidade ministre o ensino superior, desenvolva a pesquisa e promova a extensão, de forma indissociada e de acordo com seu Estatuto.

O art. 4º autoriza o Poder Executivo a transferir para a nova universidade saldos orçamentários da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A justificação enfatiza a importância do atendimento, bom educação superior e programas de pesquisa e extensão, não somente ao Município de Bacabal, com 91.823 habitantes em 2000, mas à população de quase 250.000 pessoas da região. Também é evocado o argumento de que numerosos concluintes do ensino médio de Bacabal e municípios vizinhos não têm condições de arcar com o pagamento de cursos superiores privados, em vista do baixo nível de renda de suas famílias.

II – Análise

É inquestionável a necessidade de as redes de universidades públicas se expandirem, em especial para os municípios com maior densidade populacional, conforme preconizava o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no texto vigente de outubro de 1988 a setembro de 1996. A maior parte das universidades federais tem sede nas capitais dos estados. Com a expansão da oferta do ensino médio, especialmente do público e gratuito, muitas cidades do interior passaram a concentrar demandas significativas de alunos, que justificam a oferta local de cursos de graduação em várias áreas do conhecimento.

Em alguns estados, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, multiplicaram-se as universidades federais. Em outros, como a Paraíba e Mato Grosso do Sul, desdobraram-se em cidades do interior os **cam-**

pi da universidade, conservando sua sede na capital. Já na maioria dos estados, o que tem acontecido é a criação e expansão de instituições estaduais e municipais, gratuitas ou comunitárias, estas últimas sem fins lucrativos, viabilizando o acesso aos estudos superiores de alunos carentes.

Sem dúvida, a criação de uma nova universidade federal, em qualquer lugar do Brasil, é sempre desejável; contudo, diante da extensão, multiplicidade e complexidade das demandas e da escassez de recursos, requer estudos e discussões, tanto nas casas legislativas como nos órgãos do Poder Executivo. É deste prisma que consideramos legítima a pretensão dos quase seis milhões de maranhenses de sediar uma segunda universidade federal.

Quanto à constitucionalidade, importa fazer algumas considerações. Segundo o art. 61, § 1º, inciso II, alínea **e**, da Constituição Federal, “são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública”. Ora, uma universidade federal se constitui, sem dúvida, num órgão da administração pública, com cargos, funções e empregos, cuja criação também é de competência do Presidente da República, expressa nas alíneas **a** e **c**.

Entretanto, o presente PLS não intenta criar, senão autorizar a criação de um órgão público. Neste sentido, o Parecer nº 527, de 1998, de autoria do ex-senador Josaphat Marinho, é taxativo em reconhecer a constitucionalidade de todo projeto de natureza autorizativa, em que se concede “autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa”. Assim, o PLS, embora não tenha a força de criar a nova universidade, tem o poder de particularizar, de indicar em caráter prioritário a efetivação do poder genérico e indefinido do Poder Executivo.

Cabe também registrar que o projeto de lei não esclarece devidamente o fato da existência atual de um campus da UFMA em Bacabal, justificativa concreta para autorização de transferência de seus saldos orçamentários para a nova universidade. Neste sentido, consideramos prudente a apresentação de um texto substitutivo para efetuar os ajustes necessários.

III – Voto

Não havendo vício de inconstitucionalidade no PLS nº 203, de 2003, e comprovado o mérito de seu intento, pelo anteriormente exposto, nosso voto é pela aprovação, nos termos do seguinte substitutivo:

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203
(SUBSTITUTIVO), DE 2003**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a
Universidade Federal de Bacabal, no Esta-
do do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Bacabal (UFBAC), com sede no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão.

Art. 2º A universidade terá como objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão.

Art. 3º A estrutura organizacional e as normas de funcionamento da Universidade Federal de Baca-

bal, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidas em seu Estatuto.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Maranhão para a Universidade Federal de Bacabal, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com as respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária.

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 203 / 03 NA REUNIÃO DE 19 10 04
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	<i>Osmar Dias</i> (Senador Osmar Dias)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	
FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBÉ	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)
PMDB	
HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO
PFL	
DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO RELATOR
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
(VAGO)	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB	
SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PLS 203/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				DELÍCIDIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE					VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HELIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUÍZ OTÁVIO				
SERGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUÍZ PONTES	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 19/10/2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

EMENDA Nº 1-CE (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203, DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Esta- do do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Bacabal, UFBAC, com sede no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão.

Art. 2º A universidade terá como objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão.

Art. 3º A estrutura organizacional e as normas de funcionamento da Universidade Federal de Bacabal, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos em seu estatuto.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Maranhão para a Universidade Federal de Bacabal, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004. – **Os-
mar Dias**, Presidente, – **Edison Lobão**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II – disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001*)

TÍTULO X

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 60. Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão não menos de sessenta por cento dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério. (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996*)

ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO IN- TERNO.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eurípedes Camargo**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, de autoria do Senador João Alberto Souza, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão.

Em seus arts. 2º e 3º, prevê que a universidade, de forma indissociada e de acordo com seu Estatuto, ministre o ensino superior, desenvolva a pesquisa e promova a extensão.

Pelo art. 4º, autoriza o Poder Executivo a transferir para a nova universidade saldos orçamentários da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

A justificação enfatiza a importância do atendimento com educação superior e programas de pesquisa e extensão não somente ao Município de Bacabal, com 91.823 habitantes em 2000, mas à população de quase 250.000 pessoas da região. Também é evocado o argumento de que os numerosos conluentes do ensino médio de Bacabal e municípios vizinhos não têm condições de arcar com o pagamento de cursos superiores privados, em vista do baixo nível de renda de suas famílias.

II – Análise

É inquestionável a necessidade de a rede de universidades públicas se expandir, em especial para os municípios com maior densidade populacional, conforme já preconizava o art. 60 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, no texto vigente de 1988 a 1996. A maior parte das universidades federais tem sede nas capitais dos Estados. Com a expansão da oferta do ensino médio, especialmente do público e gratuito, muitas cidades do interior passaram a concentrar demandas significativas de alunos que justificam a oferta local de cursos de graduação em variadas áreas do conhecimento.

Em alguns Estados, como no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, multiplicaram-se as universidades federais. Em outros, como na Paraíba, desdobraram-se no interior *os campus* da universidade com sede na capital. Já na maioria, o que tem acontecido é a criação e expansão das instituições estaduais, gratuitas, ou comunitárias, sem fins lucrativos, que facilitam o acesso dos estudantes mais carentes.

Sem dúvida alguma, a criação de uma nova universidade federal, em qualquer lugar do Brasil, diante da extensão e complexidade das demandas e da escassez de recursos, requer estudos e discussões, tanto nas casas legislativas como nos órgãos do executivo.

Quanto à constitucionalidade, importa fazer algumas considerações. Segundo o art. 61, § 1º, inciso II, alínea e da Constituição Federal, “são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública”. Ora, uma universidade federal se constitui, sem dúvida, num órgão da administração pública, com cargos, funções e empregos, cuja criação também é de competência do executivo. Entretanto, o presente projeto de lei não intenta criar, mas autorizar a criação de um órgão público. Neste sentido, o Parecer nº 527, de 1998, de autoria do ex-senador Josaphat Marinho, é taxativo em reconhecer a constitucionalidade de todo projeto de natureza autorizativa, em que se concede “autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa.”

Finalmente, o projeto de lei não esclarece o fato da existência atual de um campus da UFMA em Bacabal, real justificativa para a autorização de transferência de seus saldos orçamentários para a nova

universidade. Neste sentido, consideramos prudente a apresentação de um substitutivo para efetuar os ajustes necessários.

III – Voto

Não havendo vício de inconstitucionalidade no Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2003, e comprovado o mérito de seu intento, nosso voto é pela aprovação, nos termos do seguinte substitutivo.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal de Bacabal, UFBA, com sede no Município de Bacabal, no Estado do Maranhão, por desmembramento da Universidade Federal do Maranhão.

Art. 2º A universidade terá como objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão.

Art. 3º A estrutura organizacional e as normas de funcionamento da Universidade Federal de Bacabal, observado o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos em seu Estatuto.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Maranhão para a Universidade Federal de Bacabal, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária;

II – praticar os demais atos necessários à efetivação do disposto nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Eurípedes Camargo**, Relator.

PARECER Nº 1.835, DE 2004

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.

Relator: Senador **João Alberto Souza**

I – Relatório

Tramita nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que dispõe sobre o imposto de importação e reorganiza os serviços aduaneiros a fim de regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.

O projeto acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 75 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966. O § 4º objetiva determinar que o prazo de admissão temporária de embarcação pertencente a turista estrangeiro será igual ao concedido para a permanência, no País, de seu proprietário. Já o § 5º dispõe que esse prazo poderá ser prorrogado na mesma medida da permanência do turista estrangeiro ou, em caso de embarcação com finalidade turística ou de passeio, por até mais dois anos além dessa permanência

II – Análise

Com relação à juridicidade e à técnica legislativa, não merece reparos. Cumpre destacar, contudo, que nobres são as intenções do Senador César Borges ao apresentar o presente projeto, que pretende otimizar o turismo náutico no País. É necessário, porém, aperfeiçoar a proposição.

A fim de situar a questão, cumpre destacar que o art. 75 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, diz respeito às importações vinculadas à exportação e, atualmente, possui três parágrafos, **textus**:

Art. 75. Poderá ser concedida, na forma e condições do regulamento, suspensão dos tributos que incidem sobre a importação de bens que devam permanecer no país durante prazo fixado.

§ 1º A aplicação do regime de admissão temporária ficará sujeita ao cumprimento das seguintes condições básicas:

I – garantia de tributos e gravames devidos, mediante depósito ou termo de responsabilidade;

II – utilização dos bens dentro do prazo da concessão e exclusivamente nos fins previstos;

III – identificação dos bens.

§ 2º A admissão temporária de automóveis, motocicletas e outros veículos será concedida na forma deste artigo ou de atos internacionais subscritos pelo Governo brasileiro e, no caso de aeronave, na conformidade, ainda, de normas fixadas pelo Ministério da Aeronáutica.

§ 3º A disposição do parágrafo anterior somente se aplica aos bens de pessoa que entrar no país em caráter temporário.

Esse tipo de importação é regido pelo princípio da adequação do bem à finalidade para a qual foi importado, em regime especial de admissão temporária, conforme os termos dos arts. 310 e 315 do Regulamento Aduaneiro. No caso de turista estrangeiro, de acordo com os arts. 262, 263 e 313 do Regulamento Aduaneiro, a prorrogação do prazo de vigência da admissão temporária de seu veículo está condicionada à sua permanência no País, cuja finalidade é o turismo próprio.

Portanto, é importante ter-se garantias de não haver desvio de finalidade. Incrementar o turismo é a proposta objeto do presente projeto, que permite à embarcação turística estrangeira poder permanecer no País além do período de estada de seu proprietário. Deve-se evitar, nesse sentido, que a embarcação seja alugada para terceiros, com o fim de realizar passeios turísticos ou outro tipo de utilização comercial, situação que causaria a incidência do pagamento de impostos, nos termos do art. 324, § 1º, do Regulamento Aduaneiro.

Para tanto, de um lado, implica impor ao turista que, ao se ausentar do País, mantenha sua embarcação atracada comprovando ter condições de mantê-la nessa condição pelo período requerido.

De outro, estender esse benefício também a brasileiros residentes no exterior, mediante a modificação do atual art. 76 do Decreto-Lei nº 37, de 1966. Informa-se que, atualmente, o art. 76 do Decreto-Lei nº 37, de 1966, tem a seguinte redação:

Art. 76. O Departamento de Rendas Aduaneiras poderá disciplinar, com a adoção das cautelas que forem necessárias a entrada dos bens a que se refere o § 2º do artigo anterior, quando importados por brasileiro domiciliado ou residente no exterior, que entre no país em viagem temporária.

Deve-se, assim, alterar esse dispositivo e garantir amplamente os benefícios do projeto analisado para brasileiros residentes no exterior.

De acordo com o recomendado originalmente, pelo Senador César Borges, está a preocupação de estender a permanência de barcos estrangeiros no País por entender que o prazo legal concedido a turistas estrangeiros, de três meses, prorrogáveis por igual período, é insuficiente diante das várias ocasiões sofridas pelo turismo náutico. Essas situações referem-se, principalmente, às dificuldades de travessia marítima e de manutenção do barco. Proposição sobre o assunto resta importante, diante das apreensões levantadas pelo senador para viabilizar o turismo náutico, que pode sofrer descontinuidade temporal por problemas operacionais, mas é importante defender o projeto vinculando a estadia da embarcação ao turismo particular, aclarando que a embarcação não será explorada comercialmente, situação em que deveriam incidir os impostos.

Portanto, não há dúvidas quanto ao objetivo de manutenção do princípio da adequação do bem à finalidade para o qual foi importado, ou seja, o turismo próprio. Contudo, importa aperfeiçoar as garantias para não ferir esse princípio, requerendo comprovação pelo responsável pela embarcação de ter condições de mantê-la no País e vedando sua utilização comercial, bem como estender os benefícios a brasileiros residentes no exterior.

Apresentamos, ao final, emendas que reúne as alterações decorrentes das considerações aqui tecidas.

III – Voto

Dessa forma, voto pela constitucionalidade e juridicidade do PLS nº 230, de 2003, e, no mérito, pela sua aprovação com as emendas a seguir apresentadas:

EMENDA Nº 1-CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003, a seguinte redação:

Altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.

EMENDA Nº 2-CAE

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003, passa a modificar os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com a seguinte redação:

“Art. 1º Os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 75.

.....

§ 4º O prazo de admissão temporária de embarcação pertencente a turista estrangeiro será igual ao concedido para a permanência, no País, de seu proprietário;

§ 5º O prazo referido no § 4º poderá ser prorrogado na mesma medida da permanência do turista estrangeiro ou, em caso de embarcação com finalidade turística ou de passeio, por até mais 2 (dois) anos além dessa permanência, se o proprietário da embarcação comprovar ter recursos para mantê-la no País pelo período requerido;

§ 6º As embarcações com finalidade turística ou de passeio, que permaneçam no País além da permanência do seu proprietário, nos termos do § 5º, não poderão ser utilizadas para fins comerciais e deverão ser mantidas atracadas, e devidamente comunicado à capitania dos portos.

Art. 76. A admissão temporária de embarcação importada por brasileiro radicado no exterior, que ingresse no País em caráter temporário, obedecerá aos mesmos prazos de permanência de embarcação de turista estrangeiro. (NR)”

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2003.**

TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/11/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

PRESIDENTE: *[Handwritten Signature]*

RELATOR (A): *[Handwritten Signature]*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT) <i>[Handwritten Signature]</i>	1-FÁTIMA CLEIDE (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT) <i>[Handwritten Signature]</i>	2-FLÁVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPPLY (PT) <i>[Handwritten Signature]</i>	3-SERYS SLHESSARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT) <i>[Handwritten Signature]</i>	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT) <i>[Handwritten Signature]</i>	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>[Handwritten Signature]</i>	6-AELTON FREITAS (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MAO SANTA	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Handwritten Signature]</i>	3-VALMIR AMARAL
ROMERO JUCA <i>[Handwritten Signature]</i>	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA <i>[Handwritten Signature]</i>	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON <i>[Handwritten Signature]</i>	6-NEY SUASSUNA <i>[Handwritten Signature]</i>
VALDIR RAUPP <i>[Handwritten Signature]</i>	7-MAGUITO VILELA <i>[Handwritten Signature]</i>

PFL

CÉSAR BORGES <i>[Handwritten Signature]</i>	1-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES <i>[Handwritten Signature]</i>
EFRAIM MORAIS <i>[Handwritten Signature]</i>	2-DEMÓSTENES TORRES <i>[Handwritten Signature]</i>
JONAS PINHEIRO <i>[Handwritten Signature]</i>	3-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN <i>[Handwritten Signature]</i>	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO <i>[Handwritten Signature]</i>	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO <i>[Handwritten Signature]</i>	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO <i>[Handwritten Signature]</i>	3-LÚCIA VÂNIA <i>[Handwritten Signature]</i>
TASSO JEREISSATI <i>[Handwritten Signature]</i>	4-LEONEL PAVAN <i>[Handwritten Signature]</i>

PDT

ALMEIDA LIMA	1-OSMAR DIAS
--------------	--------------

RPS

PATRICIA SABOYA GOMES <i>[Handwritten Signature]</i>	1-MOZARILDO CAVALCANTI
--	------------------------

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS nº 230, de 2003.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				FÁTIMA CLEIDE (PT)				
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	X				FLAVIO ARNS (PT)				
EDUARDO SUPLYCI (PT)	X				SERY SLESARENKO (PT)				
DELCIDIO AMARAL (PT)					DUCIOMAR COSTA (PTB)				
ROBERTO SATURNINO (PT)					CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X				AELTON FREITAS (PL)				
IDELEI SALVATTI (PT)					VAGO				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					HELIO COSTA				
MÃO SANTA					LUIZ OTAVIO				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				VALMIR AMARAL				
ROMERO JUCA					GERSON CAMATA				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				SERGIO CABRAL				
PEDRO SIMON					NEY SUASSUNA	X			
VALDIR RAUPP	X				MAGUITO VILELA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES					ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X			
EFRAIM MORAIS					DEMÓSTENES TORRES				
IONAS PINHEIRO	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JOSE AGRIPINO				
PAULO OCTAVIO					JOSÉ JORGE				
RODOLPHO TOURINHO	X				MARCO MACIEL				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS					ARTHUR VIRGILIO				
SERGIO GUERRA					ALVARO DIAS				
EDUARDO AZEREDO					LUCIA VÂNIA	X			
TASSO JEREISSATI	X				LEONEL PAVAN	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALMEIDA LIMA					OSMAR DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA GOMES	X				MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL 17 SIM 16 NÃO 1 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

[Handwritten Signature]
 Senado RAMEZ TEBET
 Presidente

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/11/04.

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF) Atualizada em 18.08.04

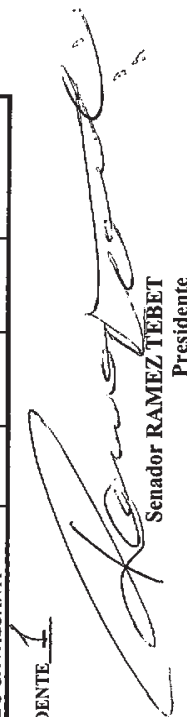
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL Emenda: nº 01 - C66 apresentada ao PLS nº 230, de 2003.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				FÁTIMA CLEIDE (PT)				
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				FLAVIO ARNS (PT)				
EDUARDO DUPLICY (PT)	X				SERYS SILHESARENKO (PT)				
DELCIDIO AMARAL (PT)					DUCIOMAR COSTA (PTB)				
ROBERTO SATURNINO (PT)					CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X				AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)					VAGO				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					HELJO COSTA				
MÃO SANTA					LUIZ OTAVIO				
GARBALDI ALVES FILHO	X				VALMIR AMARAL				
ROMERO JUCA					GERSON CAMATA				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				SERGIO CABRAL	X			
PEDRO SIMON					NEY SUASSUNA				
VALDIR RAUPP	X				MAGUITO VILELA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSAR BORGES					ANTONIO CARLOS MAGALHAES	X			
EFRAIM MORAIS					DEMÓSTENES TORRES				
JONAS PINHEIRO	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JOSÉ AGRIPINO				
PAULO OCTAVIO					JOSÉ JORGE				
RODOLPHO TOURINHO	X				MARCO MACIEL				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTERO PAES DE BARROS					ARTHUR VIRGILIO				
SERGIO GUERRA					ÁLVARO DIAS				
EDUARDO AZEREDO					LUCIA VÂNIA	X			
TASSO JEREISSATI	X				LEONEL PAVAN	X			
ALMEIDA LIMA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	OSMAR DIAS				
PATRICIA SABOYA GOMES	X				MOZARILDO CAVALCANTI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL 17 SIM 16 NÃO 1 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/11/04.



Senador RAMEZ TEBET
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 18.08.04

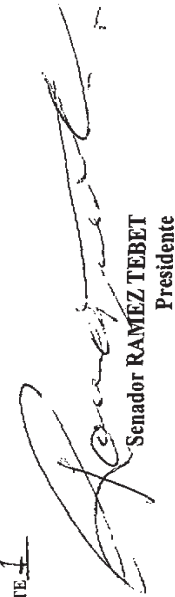
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL Emenda nº 22 - CE apresentada ao PLS nº 230, de 2003.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	X				FATIMA CLEIDE (PT)				
ANA JULIA CAREPA (PT)	X				FLAVIO ARNS (PT)				
EDUARDO SUPPLY (PT)	X				SERY S SHESSARENKO (PT)				
DELCIDIO AMARAL (PT)					DUCTOMAR COSTA (PTB)				
ROBERTO SATURNINO (PT)					CRISTOVAM BUARQUE (PT)				
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X				AELTON FREITAS (PL)				
IDELI SALVATTI (PT)					VAGO				
FERNANDO BEZERRA (PTB)					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					HÉLIO COSTA				
MÃO SANTA					LUIZ OTAVIO				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				VALMIR AMARAL				
ROMERO JUCA					GERSON CAMATA				
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				SERGIO CABRAL				
PEDRO SIMON					NEY SUASSUNA	X			
VALDIR RAUPP	X				MAGUIO VILELA				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CESAR BORGES					ANTONIO CARLOS MAGALHAES	X			
EFRAIM MORAIS					DEMOSTENES TORRES				
JONAS PINHEIRO	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JOSÉ AGRIPINO				
PAULO OCTAVIO					JOSE JORGE				
RODOLPHO TOURINHO	X				MARCO MACIEL				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTERO FAES DE BARROS					ARTHUR VIRGILIO				
SERGIO GUERRA					ALVARO DIAS				
EDUARDO AZEREDO					LUCIA VANIA	X			
TASSO JEREISSATI	X				LEONEL PAVAN	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALMEIDA LIMA					OSMAR DIAS				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PATRICIA SABOYA GOMES	X				MOZARILDO CAVALCANTI				

TOTAL 17 SIM 16 NÃO 1 PREJ 1 AUTOR 1 ABS 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/11/04.


Senador RAMEZ TEBET
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)
Atualizada em 18.08.04

TEXTO FINAL
APRESENTADO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2003

Altera os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.

O Congresso Nacional decreta:

“Art. 1º Os arts. 75 e 76 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art.75.

§ 4º O prazo de admissão temporária de embarcação pertencente a turista estrangeiro será igual ao concedido para a permanência, no País, de seu proprietário;

§ 5º O prazo referido no § 4º poderá ser prorrogado na mesma medida da permanência do turista estrangeiro ou, em caso de embarcação com finalidade turística ou de passeio, por até mais 02 (dois) anos além dessa permanência, se o proprietário da embarcação comprovar ter recursos para mantê-la no País pelo período requerido;

§ 6º As embarcações com finalidade turística ou de passeio, que permaneçam no País além da permanência do seu proprietário, nos termos do § 5º, não poderão ser utilizadas para fins comerciais e deverão ser mantidas atracadas, e devidamente comunicado à capitania dos portos.

Art. 76. A admissão temporária de embarcação importada por brasileiro radicado no exterior, que ingresse no País em caráter temporário, obedecerá aos mesmos prazos de permanência de embarcação de turista estrangeiro. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.
 – **Ramez Tebet**, Presidente – **João Alberto Souza**, Relator.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO Nº 4.543,
 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.

LIVRO IV
Dos Regimes Aduaneiros Especiais e dos Aplicados em Áreas Especiais

TÍTULO I
Dos Regimes Aduaneiros Especiais

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 262. O prazo de suspensão do pagamento das obrigações fiscais pela aplicação dos regimes aduaneiros especiais, na importação, será de até um ano, prorrogável, a juízo da autoridade aduaneira, por período não superior, no total, a cinco anos (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 71 e § 1º, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 1988, art. 1º).

§ 1º A título excepcional, em casos devidamente justificados, o prazo de que trata este artigo poderá ser prorrogado por período superior a cinco anos, observada a regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 71, § 2º, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 1988, art. 1º).

§ 2º Quando o regime aduaneiro especial for aplicado a mercadoria vinculada a contrato de prestação de serviço por prazo certo, de relevante interesse nacional, o prazo de que trata este artigo será o previsto no contrato, prorrogável na mesma medida deste (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 71, § 3º, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.472, de 1988, art. 1º).

Art. 263. Os bens admitidos nos regimes de admissão temporária e de exportação temporária, por força de acordos ou convênios internacionais firmados pelo País, estarão sujeitos aos prazos neles previstos.

.....
 Subseção III
Da Concessão,
do Prazo e da Aplicação do Regime

Art. 310. Para a concessão do regime, a autoridade aduaneira deverá observar o cumprimento cumulativo das seguintes condições (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 75, § 1º, incisos I e III):

I – importação em caráter temporário, comprovada esta condição por qualquer meio julgado idôneo;

II – importação sem cobertura cambial;

III – adequação dos bens à finalidade para a qual foram importados;

IV – constituição das obrigações fiscais em termo de responsabilidade; e

V – identificação dos bens.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal disporá sobre a forma de identificação dos bens referidos no inciso V.

Art. 313. O prazo de vigência do regime será fixado observando-se o disposto nos arts. 262 e 263.

§ 1º Não será aceito pedido de prorrogação apresentado após o termo final do prazo fixado para permanência dos bens no País.

§ 2º O prazo de vigência da admissão temporária de veículo pertencente a turista estrangeiro será o mesmo concedido para a permanência, no País, de seu proprietário.

§ 3º No caso de bens de uso profissional ou de bens de uso doméstico, excluídos os veículos automotores, trazidos por estrangeiro que venha ao País para exercer atividade profissional ou para estudos, com visto temporário ou oficial, o prazo inicial de permanência dos bens será o mesmo concedido para a permanência do estrangeiro.

§ 4º Os prazos a que se referem os §§ 2º e 3º serão prorrogados na mesma medida em que o estrangeiro obtiver a prorrogação de sua permanência no País.

Art. 315. A aplicação do regime de admissão temporária ficará condicionada à utilização dos bens dentro do prazo fixado e exclusivamente nos fins previstos (Decreto-Lei nº 37, de 1966, art. 75, § 1º, inciso II).

Seção II Da Admissão Temporária para Utilização Econômica

Art. 324. Os bens admitidos temporariamente no País, para utilização econômica, ficam sujeitos ao pagamento dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao seu tempo de permanência no território aduaneiro, nos termos e condições estabelecidos nesta Seção (Lei nº 9.430, de 1996, art. 79).

§ 1º Para os efeitos do disposto nesta Seção, considera-se utilização econômica o emprego dos bens na prestação de serviços ou na produção de outros bens.

DECRETO-LEI Nº 37,
DE 18 DE NOVEMBRO DE 1966

Dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências.

Art. 76. O Departamento de Rendas Aduaneiras poderá disciplinar, com a adoção das cautelas que forem necessárias à entrada dos bens a que se refere o § 2º do artigo anterior, quando importados por brasileiro domiciliado ou residente no exterior, que entre no país em viagem temporária.

PARECER Nº 1.836, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

Relator: Senador **Cristovam Buarque**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko, estabelece o prazo máximo de seis meses para que a universidade se pronuncie sobre os pedidos de revalidação dos diplomas de cursos de graduação e de pós-graduação obtidos em instituições de ensino superior de outros países.

A justificação do projeto esclarece que a Lei nº 9.394, de 1996, – Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – prevê a revalidação por universidade pública dos diplomas de nível superior concedidos por instituições estrangeiras. Todavia, a resposta das universidades a essa solicitação, via de regra, é extremamente lenta e, quando negativa, são omitidas as razões que levaram a tal decisão.

Para dar mais transparência e rapidez ao processo, a proposição em foco sugere acrescentar ao art. 48 da LDB parte do art. 8º da Resolução nº 1, de 28 de janeiro de 2002, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que trata de prazos e critérios relativos à revalidação de diplomas.

Encaminhada à Comissão de Educação para decisão terminativa, a proposição não recebeu emendas.

II – Análise

Não são poucos os brasileiros que têm procurado cursar universidade no exterior, como forma de ampliar o conhecimento e o domínio de técnicas inovadoras,

notadamente em áreas de conhecimento estratégicas para o País.

Todavia, os estudantes que conseguem concluir cursos superiores em outros países, ao retornarem ao País, são surpreendidos pelas dificuldades e pela demora para obter a revalidação de seus diplomas.

Os procedimentos para revalidação de diplomas no Brasil assemelham-se aos adotados em outros países com níveis de desenvolvimento próximos ao nosso. Ou seja, a revalidação é concedida mediante o reconhecimento da equivalência dos estudos realizados no exterior aos correspondentes nacionais, o que pressupõe o cumprimento dos requisitos mínimos prescritos para os cursos brasileiros.

As universidades reconhecidas e as instituições isoladas federais de ensino superior que ministram cursos reconhecidos são responsáveis pelo processo de revalidação.

No entanto, a falta de clareza da legislação brasileira vigente e o crescente número de requerimentos só têm agravado o atendimento aos alunos que aspiram à revalidação de seus cursos. Além disso, com base em entendimento ambíguo do conceito de autonomia universitária, há uma diversidade de exigências e de procedimentos adotados por essas instituições, que resultam em um acúmulo de casos não resolvidos.

Em razão desse embaraço, além do estabelecimento de prazo máximo para a universidade responder ao requerimento e da exigência de apresentação das razões que fundamentem a decisão tomada, julgamos oportuno explicitar outros aspectos.

Para os cursos de graduação, processo que concentra a maioria das queixas, o prazo de resposta deverá ser reduzido para quatro meses, no intuito de esgotar todas as possibilidades de acolhimento do pedido, seja concluindo pela equivalência, seja pela indicação de estudos complementares ou pela aplicação de exames ou provas, que serão realizados após o prazo estipulado para resposta ao requerimento.

Por fim, visando conferir mais objetividade à análise do currículo, devem ser estipuladas faixas de correspondência do conteúdo do currículo examinado com o daquele considerado padrão. A cada faixa está vinculada uma das três possíveis respostas a serem dadas ao requerimento – obtenção da equivalência do currículo, recomendação de provas ou realização de estudos complementares.

O estabelecimento de regras claras, uniformes e viáveis certamente irá tomar mais ágil o processo de revalidação dos diplomas de cursos superiores obtidos no exterior.

III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, na forma do substitutivo a seguir.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

Altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 48.
.....

§ 3º O prazo máximo para a universidade pronunciar-se, após a recepção da documentação completa, é de quatro meses para os diplomas de graduação e de seis meses para os diplomas de pós-graduação, fazendo o devido registro ou devolvendo a solicitação ao interessado com a justificativa cabível por escrito.

§ 4º Na verificação da correspondência dos conteúdos curriculares nos cursos de graduação, serão observados os seguintes critérios:

I – acima de noventa e cinco por cento, a conclusão será pela equivalência do currículo;

II – entre noventa e cinco e setenta e cinco por cento, o candidato deverá submeter-se a provas na própria universidade responsável pela revalidação do currículo;

III – abaixo de setenta e cinco por cento, será indicada a realização de estudos complementares na própria universidade ou em outra instituição que realize curso correspondente, ressalvada, em qualquer caso, a classificação em processo seletivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 498 / 03 NA REUNIÃO DE 19/10/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Osmar Dias (Senador Osmar Dias)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
RELATOR	8- (VAGO)
VALMIR AMARAL	

PMDB

HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO

PFL

DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
(VAGO)	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDA SUBSTITUTIVA AO PLS 498/03

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE, PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE					TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				DELÍCIDIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
ABELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES				
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCÁ				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS					MARCO MACIEL				
VAGO					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN					EDUARDO AZEREDO	X			
LUIZ PONTES	X				TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PÉRES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI	X				PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 10 / 2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

EMENDA Nº 1 – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 498, DE 2003

Altera o art. 48 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de modo a definir critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art.48.
.....

§ 3º O prazo máximo para a universidade pronunciar-se, após a recepção da documentação completa, é de quatro meses para os diplomas de graduação e de seis meses para os diplomas de pós-graduação, fazendo o devido registro ou devolvendo a solicitação ao interessado com a justificativa cabível por escrito.

§ 4º Na verificação da correspondência dos conteúdos curriculares nos cursos de graduação, serão observados os seguintes critérios:

I – acima de noventa e cinco por cento, a conclusão será pela equivalência do currículo;

II – entre noventa e cinco e setenta e cinco por cento, o candidato deverá submeter-se a provas na própria universidade responsável pela revalidação do currículo;

III – abaixo de setenta e cinco por cento, será indicada a realização de estudos complementares na própria universidade ou em outra instituição que realize curso correspondente, ressalvada, em qualquer caso, a classificação em processo seletivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de outubro de 2004. – **Osmar Dias**, Presidente, – **Cristovam Buarque**, Relator.

PARECER Nº 1.837, DE 2004

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Relatora: Senadora **Ideli Salvatti**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2004 de autoria do Senador José Jorge, que suprime o parágrafo único do art. 56 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e insere os §§ 1º e 2º ao referido artigo.

Com a nova redação, o PLS estabelece que a constituição do órgão deliberativo das universidades públicas terá dois terços dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e um terço por representantes da sociedade civil local e regional.

Estabelece, ainda, que os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos dos demais órgãos colegiados e comissões, inclusive dos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Em sua justificação, o autor alega que a proposta se limita a complementar a legislação específica no sentido de garantir a presença da sociedade na composição do órgão deliberativo da universidade pública.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 147, de 2004, que será apreciado nesta Comissão de Educação em decisão terminativa.

II – Análise

A universidade é um dos pilares do processo de desenvolvimento econômico e social do País. Como uma forma social de produção do saber e do conhecimento, ela precisa adequar-se às exigências da sociedade, e estruturar-se de forma a fazer parte da comunidade a qual pertence e em função da qual atua.

Para tanto, ao lado do compromisso social e da autonomia institucional, a universidade precisa adotar a gestão democrática para garantir o funcionamento interno baseado na participação ampliada nos processos de decisão e administração e na convivência e cooperação acadêmicas, garantida a liberdade de expressão e manifestação com o conseqüente fortalecimento dos órgãos colegiados das instituições.

Como se sabe, a lei brasileira já reconhece a importância da gestão democrática, a qual se constitui um dos princípios que devem nortear o ensino público do País, citada na Constituição Federal e na legislação específica.

Ao tratar da composição dos órgãos de administração das instituições de ensino superior públicas, a LDB determina a participação da comunidade como forma de assegurar a gestão democrática. Entretanto, como atesta o autor da proposição em exame, a lei não especifica o tamanho dessa participação, apenas estabelece que a comunidade local e regional tenha participação no órgão colegiado deliberativo das instituições públicas de educação superior.

Dessa forma, a alteração proposta pelo projeto de lei em tela possui o mérito de definir a proporção dos representantes da comunidade naqueles órgãos deliberativos, e, assim, além de assegurar a gestão

democrática do ensino superior público, garante que ela seja efetivada de forma inequívoca.

Contudo, julga-se mais conveniente que o referido projeto explicita, no § 1º do art. 1º, que se trata da composição do órgão colegiado deliberativo superior das universidades públicas, para, com isso, evitar qualquer erro de interpretação da lei, além de manter a coerência com o texto do caput. Ademais, outros ajustes também são necessários no texto do mesmo art. 1º, para adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, com a seguinte:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2004 a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 56 da Lei nº 9.394, passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 56.....

§ 1º O órgão colegiado deliberativo superior das universidades públicas será constituído de forma democrática, com dois terços dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e um terço por representantes da sociedade civil local e regional, segundo critérios definidos por cada sistema de ensino.

§ 2º Em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões, os docentes ocuparão setenta por cento dos respectivos assentos, inclusive nos que tratarem de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.”

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 147/04 NA REUNIÃO DE 16/11/04
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>Guaripi</i> (Senador Osmar Dias)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	
FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS	2- ROBERTO SATURNINO
IDELI SALVATTI	3- DELCÍDIO AMARAL
JOÃO CAPIBERIBE	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)
PMDB	
HÉLIO COSTA	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL	5- ROMERO JUCA
JOSÉ MARANHÃO	6- MÁRIO CALIXTO
PFL	
DEMÓSTENES TORRES	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
RENILDO SANTANA	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO
PSDB	
SÉRGIO GUERRA	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN	2- EDUARDO AZEREDO
LUIZ PONTES	3- TEOTÔNIO VILELA FILHO
ANTERO PAES DE BARROS	4- LÚCIA VÂNIA
PDT	
OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA	2- JUVÊNCIO DA FONSECA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 147/04

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVATTI	X				DELÍCIO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA					VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPE	X				PAPALEO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES	X				EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS	X		X		MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO				
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE-PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 14 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: CA PRESIDENTE: CA

SALA DAS REUNIÕES, EM 16 / 11 / 2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLS 177/04 EMENDA

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTBE PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁTIMA CLEIDE	X				TIÃO VIANA				
FLÁVIO ARNS	X				ROBERTO SATURNINO				
IDELI SALVAITI	X				DELÍCIDO AMARAL				
JOÃO CAPIBERIBE					VAGO				
DUCIOMAR COSTA	X				VAGO				
AELTON FREITAS	X				VAGO				
CRISTOVAM BUARQUE	X				VAGO				
VALMIR AMARAL					VAGO				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				MÃO SANTA				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				PAPALÉO PAES	X			
GERSON CAMATA	X				LUIZ OTÁVIO				
SÉRGIO CABRAL					ROMERO JUCA				
JOSÉ MARANHÃO					MÁRIO CALIXTO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					EDISON LOBÃO				
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO	X			
JOSE JORGE					JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS	X		X		MARCO MACIEL				
RENILDO SANTANA					PAULO OCTÁVIO				
ROSEANA SARNEY					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO GUERRA					ARTHUR VIRGÍLIO				
LEONEL PAVAN	X				EDUARDO AZEREDO				
LUIZ PONTES					TEOTÔNIO VILELA FILHO				
ANTERO PAES DE BARROS					LÚCIA VÂNIA				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					JEFFERSON PERES				
ALMEIDA LIMA	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR		SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 16 SIM: 04 NÃO: 0 ABS: 0 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 16/11/2004

SENADOR OSMAR DIAS
Presidente da Comissão de Educação

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2004

Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56º.....

§ 1º O órgão colegiado deliberativo superior das universidades públicas será constituído de forma democrática com dois terços dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e um terço por representantes da sociedade civil local e regional, segundo critérios definidos por cada sistema de ensino.

§ 2º Em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões, os docentes ocuparão setenta por cento dos respectivos assentos, inclusive nos que tratarem de elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de novembro de 2004. –
Osmar Dias, Presidente, – **Ideli Salvatti**, Relatora.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº CE/83/2004

Brasília, 16 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada no dia de hoje, substitutivo, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cristovam Buarque ao Projeto de Lei do Senado nº 498 de 2003, de Sua Excelência a Senhora Senadora Serys Slhessarenko que, “Altera o artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir um prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras”.

Atenciosamente, – **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/84/2004

Brasília, 16 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em turno suplementar, na reunião realizada no dia de hoje, substitutivo, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Edison Lobão ao Projeto de Lei do Senado nº 203 de 2003, de Sua Excelência o Senhor Senador João Alberto Souza que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão”.

Atenciosamente, – **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

Of. nº CE/86/2004

Brasília, 16 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão deliberou, em caráter terminativo, em reunião realizada no dia de hoje, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador José Jorge que, “Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

Atenciosamente, – **Osmar Dias**, Presidente da Comissão de Educação.

Ofício nº 39/04 – Presidência/CCJ

Brasília, 17 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em reunião ordinária realizada nesta data, esta comissão deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que “Modifica os artigos 19 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que ‘dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º inciso V, da Constituição Federal’, estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Edison Lobão**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF/CAE/154/04

Brasília, 16 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em reunião realizada na presente data, o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2003, que “Altera o artigo 75 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira”.

Atenciosamente, – Senador **Ramez Tebet**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o Parecer nº 1.832, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 40, de 2004 (MSF 187/2004), que autoriza a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dó-

lares dos Estados Unidos da América, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD destinada a financiar parcialmente o Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 60, 203, 230 e 498, de 2003, e 147, de 2004, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.480, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, a seguinte solicitação de informações a respeito de notícias publicadas na imprensa relativas a prorrogação do contrato com a El Paso Energia do Brasil, com vistas ao suprimento da Manaus Energia S.A., controlada pela Eletronorte:

1) Qual o embasamento legal para a prorrogação do contrato com a empresa El Paso Energia do Brasil, pelo período de mais cinco anos?

2) Qual a razão para a suspensão do processo licitatório para o suprimento de energia elétrica à Manaus Energia S.A., por meio de produtor independente de energia?

3) Encaminhar cópia do contrato originário prorrogado e do(s) aditamento(s);

4) Encaminhar as atas dos conselhos de administração da Manaus Energia e da Eletronorte, em que foi discutido e/ou aprovada a prorrogação;

5) Confirmar se houve a aquiescência da Ministra de Estado à prorrogação;

6) Qual é a relação comercial entre a Petrobras e a El Paso Energia, e que estudos existiriam na estatal que permitiriam futura atuação conjunta na exploração de usinas de geração de eletricidade?

Justificação

A imprensa divulgou na data de hoje que a Manaus Energia S.A, que é uma empresa controlada pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, teria prorrogado pelo período de cinco anos, o contrato de suprimento de energia elétrica com a El Paso Energia do Brasil.

Como é sabido por todos, este contrato encontrava-se prestes a concluir sua vigência, e providências estariam sendo tomadas com vistas á realização de um processo licitatório para a contratação do suprimento da Manaus Energia, por intermédio de produtor independente de energia.

A prorrogação do contrato com a El Paso, por um prazo de mais cinco anos, em detrimento de um competente processo licitatório, soou a toda a sociedade brasileira como inadequada, já que, usando palavras da própria Ministra de Estado, “o leilão garantiria mais transparência e preços mais baixos”.

Com o fito de apurar a procedência da notícia publicada e, por fim, garantir a lisura dos processos e a modicidade dos preços públicos da eletricidade, tomo a iniciativa de questionar a Ministra de Estado de Minas e Energia sobre as medidas adotadas pelo ministério ou por órgãos a ele vinculados.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **José Jorge**, Senador da República.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.481, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º combinado com o art. 70 da Constituição Federal, bem como em consonância com os estritos termos das normas do art. 215, I, a; 216, § 1º e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se que sejam prestadas pelo Exmº Sr. Ministro do Trabalho e Emprego as seguintes informações sobre os convênios celebrados, no período de 1998 até a presente data, pelo Ministério que comanda e suas autarquias, inclusive no que se refere aos recursos do FAT, com as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/0001-57), CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (CNPJ 007.630.060/0001-10):

a) Quantos e quais foram os convênios celebrados e o total de recursos repassados por meio de cada um deles e para cada entidade;

b) Cópias dos processos de prestações de contas, contendo a comprovação da execução física e financeira do objeto do convênio,

que permita identificar de maneira precisa e detalhada a destinação específica dada aos recursos, incluindo os bens e serviços adquiridos e a identificação dos beneficiários e das datas e locais da prestação dos serviços em questão;

c) Descrição dos mecanismos de controle aplicados aos convênios celebrados com as entidades supracitadas, encaminhando cópia dos respectivos relatórios na hipótese de sua existência.

Justificação

A fiscalização do Poder Executivo é um dever de qualquer parlamentar, que deve ser viabilizado pelo aparato estatal sempre que cumpridas as formalidades legais e regimentais, sob pena de incidir a autoridade que obstaculize tal pretensão em crime de responsabilidade.

No contexto das investigações da CPMI “da Terra”, verificou-se a celebração de uma série de convênios com as supracitadas entidades, ao mesmo tempo em que elas apresentam uma estreita relação com movimentos sociais que promovem invasões de terra no país, nomeadamente o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O volume dos recursos transferidos para tais entidades, rareado durante os anos de 2000-2002 em virtude de denúncias de irregularidades em sua aplicação, sofreu expressivos aumentos a partir do ano de 2003, inclusive com a utilização de verbas do FAT, dando ensejos a suspeitas sobre sua adequada utilização.

Tais suspeitas consubstanciam-se especialmente na hipótese de que verbas públicas possam estar sendo utilizadas para custear a estrutura dos movimentos sociais do campo, inclusive no que se refere ao treinamento de líderes, promoção e manutenção de invasões e aliciamento de militantes, o que configuraria, em tese, malversação dos recursos públicos ou, no mínimo, um desvio de finalidade quanto ao objeto de tais convênios.

Assim, faz-se necessário que tais informações sejam levantadas e remetidas a esta Casa Legislativa, a fim de que seja possível utilizá-las para realizar o amplo diagnóstico sobre o problema da reforma agrária e da disputa por terras no país, que é objeto desta CPMI, razão pela qual se requer todo o empenho, no que estamos certos de ser atendidos pelo Exmº Sr. Ministro.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Alvaro Dias**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.482, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Sr. Doreni Caramori Júnior, eleito, no último dia 26 de novembro, presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE). A CONAJE, entidade que atualmente congrega cerca de 9.000 jovens em 11 Estados do nosso País, tem o objetivo de formar novas lideranças empresariais, além de difundir valores que fortaleçam o caráter do jovem empresário. O catarinense Doreni Caramori Júnior, atuante conselheiro da CONAJE por cinco anos, certamente contribuirá bastante no cumprimento destes objetivos.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– **Ideli Salvatti.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.483, DE 2004

Requeiro, nos termos do **caput** do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao juiz Rodrigo Colaço, eleito, no último dia 25 de novembro, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Atual coordenador da Justiça Estadual da AMB, Rodrigo Colaço conquistou ampla maioria dos votos dos associados. Foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses por dois mandatos e tornar-se-á o segundo catarinense a presidir a AMB. O primeiro foi o atual ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Paulo Gallotti.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– **Ideli Salvatti.**

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

REQUERIMENTO Nº 1.484, DE 2004

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor ao escritor e jornalista Moacir Pereira pelo lançamento do livro *Novembrada*, hoje, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

O livro tem por objetivo resgatar a memória política do Estado ao narrar o confronto ocorrido, em 30 de novembro de 1979, entre populares e o então presidente

da República, João Baptista Figueiredo, no Centro de Florianópolis. O episódio que ficou conhecido como *Novembrada* é considerado por muitos como um dos fatores que desencadearam a luta pelas Diretas-Já.

Há exatos 25 anos, os jornais internacionais repercutiram os acontecimentos de Florianópolis, destacando o fato de um presidente ter se envolvido em briga de rua com estudantes. O acontecimento representou, então, a afirmação da cidadania contra o autoritarismo. A *Novembrada* será lembrada com sessão solene na Assembléia Legislativa e extensa programação cultural e política organizada por partidos e entidades.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– Tem a palavra, pela ordem, V. Ex^a.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está inscrito V. Ex^a, Senador Hélio Costa.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, da mesma forma, solicito a minha inscrição após a fala do Senador Hélio Costa.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, também solicito a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, na seguinte ordem: Senador Hélio Costa, Senador Roberto Saturnino e Senador Paulo Octávio.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. PAULO OCTAVIO (PFL – DF. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra, após a fala do Senador Mão Santa, pela Liderança do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Mesa aguarda a comunicação da Liderança para os procedimentos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; SRA.s e Srs. Senadores; brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que assistem a esta sessão pelo Sistema de Comunicação do Senado, venho a esta tribuna hoje, 30 de novembro de 2004, para falar, mais uma vez, daquilo que entendemos ser importante para o Piauí e para o Brasil.

Entendo, Senador Papaléo Paes, que o mundo começou a melhorar mesmo antes de Cristo, quando, na Grécia, Platão decidiu ensinar aquilo que havia aprendido de Sócrates. Sócrates e Cristo não tiveram o privilégio do Senador Paulo Paim, que, além de falar bem, escreve bem. Convido todo o Brasil a ler o livro *Cumplicidade*, de autoria de S. Ex^a.

Platão resolveu ensinar à mocidade o que havia aprendido com Sócrates, não bastasse o maior ensinamento que ele nos deu antes de Cristo. Sócrates, que era conhecido como o mais sábio dos homens, reconhecido pelos reis para orientá-los, morreu dizendo: “Sei que nada sei”. Ensinou, então, a humildade, que une os homens.

Platão resolveu, então, passar à juventude o que havia aprendido. E criou a primeira academia: *Academos*. Senador Papaléo Paes, o curso de Platão tinha duração de três anos. Na primeira sala, para os estudantes do primeiro ano, estava escrito, para incutir na mente da juventude: “Sede ousados!” O ano inteiro ele ensinava isso e incutia essa mensagem em seus alunos. No segundo ano, em outra sala, havia uma outra mensagem: “Sede ousados cada vez mais!” Incutia-lhes, então, a ousadia. Aos que logravam chegar ao último ano da escola de Platão, uma nova mensagem os esperava: “Sede ousados, mas não em demasia!” Ensinar, então, a ousadia acompanhada de prudência. Assim, surgiram todas as universidades do mundo. Aristóteles, que o seguiu, criou os *Liceus*, que chegaram à Europa. Os líderes do Renascimento também estudaram em universidades.

Senador Papaléo Paes, o mundo, então, mudou. Daí, aceitamos a Mensagem, a vinda de Cristo; o Renascimento, com Maquiavel, com Lutero, reformando a Igreja; Leonardo Da Vinci; Michelangelo. E inventaram a bússola – época em que, de verdade, começou a globalização –, a imprensa, a pólvora e o Renascimento. Renasceu aí o mundo moderno. Daí o Brasil ter todas

essas dificuldades, já que isso demorou a vir para cá, Senador Paulo Paim. Os portugueses detinham o conhecimento e premiavam seus filhos, que estudavam em Lisboa, em Porto Coimbra; poucos eram os privilegiados. A universidade chegou tardiamente aqui.

Senador Garibaldi Alves Filho, teve o privilégio de conhecer a primeira universidade da América do Sul. Fiz um convênio com a Universidade do Estado do Piauí, a Uespi. A Universidade de São Marcos, vice reinado da Espanha, foi criada nos anos 1500 – portanto, há mais de 400 anos. O ensino universitário chegou tardiamente no meu Estado, o Piauí, precisamente em 1968.

Em 1971, foi oficialmente instalada a Universidade Federal do Piauí. Magníficos, extraordinários reitores passaram por lá: Professor Camilo Filho, Anfrísio Lobão, Charles e Pedro Leopoldino, com uma administração ousada e vitoriosa. Recentemente, tomou posse Luiz de Sousa Santos Júnior.

Sem dúvida nenhuma, a Universidade Federal do Piauí foi o ícone da mudança. Senador Garibaldi Alves, sei que V. Ex^a marcou época; governamos juntos. V. Ex^a fez o melhor programa de nutrição: desenvolveu o programa do leite, inspirando-se no Presidente José Sarney.

Digo que plantei no Estado do Piauí a semente mais importante, Senador Álvaro Dias: a do saber. Desenvolvi a UESPI. Nenhum Estado, em nenhum lugar do mundo, teve um desenvolvimento universitário como o que propicie, quando governei o Estado do Piauí.

Criamos mais de 300 cursos, interiorizando a universidade; instituímos 32 **campi** avançados.

É esta a hora de o Presidente Lula conseguir o apoio do Piauí, aquele que demos a Sua Excelência na última eleição. Decepcionados estamos! A Universidade Federal, que, sem dúvida, é um ícone, criou-se no regime da revolução, na minha cidade – que é a cidade de Evandro Lins e Silva, que se iguala a Rui Barbosa, bem como de Alberto Silva e João Paulo dos Reis Velloso, aquele que o regime militar buscou para ser a luz do desenvolvimento deste País. Dez anos de mando, Senador Paulo Paim! Por dez anos, o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso foi a luz, a bússola deste País, Senador Paulo Octávio! Nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Virtudes da gente piauiense. Então, lá surgiu um **campus** avançado da Universidade Federal, batizado com o nome Ministro Reis Velloso.

Senador Alvaro Dias, quis Deus que V. Ex^a estivesse presente. Trata-se de uma estrutura física esplendorosa, que funciona desde o tempo do Ministro. Eu estava presente à inauguração do **Campus** Avançado Ministro Reis Velloso.

Proponho, aqui e agora, ao Presidente Lula, ao Ministro da Educação, ao Governador do Piauí – o povo confiou no PT – a transformação desse **campus** avançado na Universidade Federal do Delta do Parnaíba. E esse projeto de lei já circula.

Quis Deus, que protege a pátria e o Piauí, que fosse Relator o eminente Senador Alvaro Dias, do Paraná. No dia 14/04/2004, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto estava pronto para entrar em pauta. Depois de muitas discussões, muitas reflexões, a sensibilidade desse extraordinário Senador do Paraná: S. Ex^a recebeu o relatório e o reformulou, com o voto pela aprovação do projeto. Matéria pronta para a pauta da Comissão.

Então, não necessitaria ao Presidente Lula dar almoço, jantar, emprego, cargo, porque o Piauí quer o que lhe é devido: que Sua Excelência corresponda, pelo menos, à inspiração do regime da ditadura de ter implantado lá esse **campus** avançado, transformando-o na Universidade Federal do Delta do Parnaíba.

Segundo o Censo de Educação Superior, em 2001, o Brasil contava com 67 instituições federais de ensino superior, das quais 39 eram universidades.

Presidente Lula, Vossa Excelência teve a sorte em demasia de chegar à Presidência da República. Mas as universidades do País são poucas, quero-lhe ensinar isso. Senador Papaléo Paes, o Japão é o Japão, porque tem 600 universidades. Portanto, não temos universidades em demasia, pois são apenas 39.

Fundamentais para o equilíbrio regional, as instituições federais desempenham um papel importante no desenvolvimento da Região Nordeste. Em seu Estado, a Universidade Federal do Piauí tem peso nas atividades de pesquisa científica e tecnológica e em programas de extensão universitária, garantindo, sobretudo, a formação de quadros qualificados para postos do setor público e privado da economia, bem como a preparação de professores de todos os níveis de ensino.

O **campus** universitário local, denominado Ministro Reis Velloso, que representa o sistema federal de ensino superior, tem lamentável capacidade ociosa. São 16 salas de aula, com capacidade para 40 alunos cada uma, sem utilização nos turnos da manhã e da tarde. Suas atuais instalações e equipamentos suportariam o substancial incremento de 1.280 vagas para a graduação.

Segundo documento feito pelos técnicos do **campus** avançado da universidade, Dr. Lauro Andrade Correia e Dr. Israel Correia, sediar em Parnaíba a Universidade Federal do Delta do Parnaíba é cometer, Presidente Lula, um ato de justiça – e, para V. Ex^a, Presidente Paulo Paim, um ato de gratidão, uma vez

que o PT ganhou a eleição – em benefício de uma população de 799.102 cidadãos: 543.829 habitantes de 26 Municípios piauienses – Barras, Batalha, Bom Princípio do Piauí, Brasileira, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Joaquim Pires, Joca Marques, Luiz Correia, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Miguel Alves, Morro do Chapéu do Piauí, Murici dos Portelas, Parnaíba, Piracuruca, Piripiri, Porto, São João da Fronteira e São José do Divino; 173.741 habitantes de sete Municípios maranhenses – Água Doce, Araióses, Brejo, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria, São Bernardo e Tutóia; e 81.532 habitantes de três Municípios cearenses – Chaval, Bacorri, Barroquinha e Camocim.

Toda a mocidade estudiosa deseja esse reconhecimento e a aceleração do trâmite dessa matéria. Já conseguimos o apoio, a reflexão, a visão desse extraordinário Senador. É isso que queremos, Presidente Lula. Ninguém quer Ministério ou cargo. Queremos que Vossa Excelência tenha responsabilidade administrativa e sensibilidade política.

Com a palavra o Senador do Paraná.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, V. Ex^a tem razão. Cobra, com competência, uma ação do Governo. A descentralização dos benefícios da universidade é a forma mais adequada para a promoção do desenvolvimento econômico. Se V. Ex^a quer recuperar uma região empobrecida, instale nela uma universidade. A universidade diferencia a região, moderniza-a, promove o avanço, de natureza técnica e científica, e o desenvolvimento regional. Um governo que sabe estabelecer prioridades e que atua com inteligência certamente busca beneficiar as regiões mais empobrecidas com o benefício da educação. Daí a importância do pleito de V. Ex^a. É por essa razão que oferecemos parecer favorável ao seu projeto de lei e esperamos que o Presidente da República, que é um nordestino, entenda a necessidade de valorização de uma região como essa. Sabemos que hoje há o desmonte da universidade pública no País, mas esse não é o caminho para o futuro. No meu Estado, as universidades estaduais perdem os seus principais talentos, porque há um descaso da parte do Governo estadual – e não é muito diferente em relação às universidades federais. Durante os debates da reforma da Previdência, alertamos que poderíamos assistir a uma fuga de talentos da universidade pública brasileira – naquele momento, realmente houve essa fuga. O Governo se preocupa agora com a reforma da universidade. Esperamos que seja uma reforma para valer, mas que, sobretudo, o Governo defina recursos significativos para sustentar a estrutura da universidade pública do

Brasil. V. Ex^a tem aqui o nosso apoio. Esperamos que o Presidente da República o ouça nesta tarde.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, em nome do Piauí, agradecemos o voto favorável de V. Ex^a, como Relator.

Sugerimos que o sonho de V. Ex^a de ser Presidente da República no passado persista. V. Ex^a terá a gratidão do Estado do Piauí. Não desista, Senador Alvaro Dias, pois o Presidente Lula tentou três vezes e só conseguiu se eleger na quarta vez. Quem sabe se V. Ex^a, com o apoio do Piauí, já na segunda tentativa, será o nosso Presidente da República.

Concedo um aparte ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Papaléo Paes (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, parabeno V. Ex^a pelo projeto, assim como ao Senador Alvaro Dias pela brilhante defesa feita em sua relatoria. Reconheço sua participação nesta Casa, como um homem muito preocupado com a educação em nosso País, principalmente com o terceiro grau. Temos todo o direito até de fazer essa análise pelo conhecimento do passado de nossas universidades, Senador Mão Santa. V. Ex^a lembra muito bem que, na época em que cursou a faculdade de medicina do seu Estado, tínhamos qualidade de ensino, bons técnicos, boas estruturas para exercitarmos nossos conhecimentos. Enfim, as nossas universidades eram competentes, bem equipadas e formavam bons técnicos. Hoje, infelizmente, não podemos repetir o que dizíamos antigamente, ou seja, que direcionávamos o jovem para o serviço público das universidades. Hoje, nós o enviamos para as particulares. Por quê? Porque o Governo não investe, desvaloriza o profissional. Por conseguinte, estamos perdendo aqueles que se preparam ou se preparavam – hoje não têm mais estímulo para isso. Parabeno V. Ex^a, Senador, por estar lutando pelo seu Estado. Aproveito a oportunidade para lembrar o Governo Federal de que a universidade federal do Amapá está quase abandonada. Tivemos conhecimento de que, no passado, os próprios servidores e alunos estavam fazendo coleta para comprar material de consumo, a fim de que a universidade terminasse o ano letivo. Deixo o registro e a lembrança de que o Amapá aguarda, do Ministro da Educação, as atenções que nosso Estado merece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, a Presidência apela a V. Ex^a que encerre seu pronunciamento, porque há três Líderes inscritos – os Senadores Paulo Octávio, Hélio Costa e Ideli Salvatti – que desejam falar após V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, falarão. A Líder Ideli Salvatti tem falado muito para todo o Brasil. Então, por sua generosidade de mulher e pela gratidão, que o Presidente ainda não teve para

com o Piauí, S. Ex^a vai nos permitir usar mais tempo para continuar essa reivindicação a fim de despertar as atenções do PT para o Piauí. Aproveito para pedir auxílio ao Líder do Governo, Senador Hélio Costa, pois cada Presidente mineiro – sabidos – inaugurou lá uma universidade federal. Minas Gerais tem quase nove universidades federais.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – São doze, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Doze! Não é lícito nem justo; é ingratidão do Presidente da República não mandar a Senadora Ideli Salvatti acelerar esse projeto, que é uma reivindicação justa do Piauí.

Senador Paulo Paim, considero esta a semente mais importante: o saber. A Paraíba tem duas universidades federais; o Ceará, duas e reivindica a terceira; o Maranhão também tem universidade. Então, exigimos o mesmo do Presidente que elegemos.

Encerro lendo uma mensagem para o Presidente Lula, a fim de que Sua Excelência medite sobre o assunto.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Rio Grande do Sul, que nunca faltou com as liberdades, foi o primeiro Estado a gritar pela República. Os lanceiros negros foram os primeiros a falar sobre a República e sobre a independência do negro. V. Ex^a permitirá esses momentos de independência.

Senador Papaléo Paes, V. Ex^a é professor de cardiologia.

Conheci Heidelberg. Eu era prefeitinho, como o Senador Papaléo Paes o foi, e um professor alemão me mostrava Heidelberg. Fiquei impressionado, Senador Paulo Octávio – V. Ex^a que é engenheiro, arquiteto e construtor –, com o urbanismo e com a arquitetura antiga. A Alemanha, eu sabia, como todo o mundo sabe, sofreu duas guerras e foi destruída. E o professor nos disse: “Olha, esse país sofreu duas guerras; foi derrotado, mas ao menos um monumento o mundo vencedor preservou, respeitou: a universidade; porque daqui saiu ciência, a evolução do mundo”.

Faço, portanto, este apelo ao Presidente da República: olha, com relação àquele Guariba – está no jornal hoje, no **Diário do Povo** –, foi um caos, um fracasso, uma decepção. O Piauí quer mesmo, Presidente Lula, é já, agora – não houve a campanha das Diretas Já? Então, a Universidade do Delta do Parnaíba, no Piauí, já!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra de imediato ao Líder do PFL, Senador Paulo Octávio, por cinco minutos.

Em seguida, farão uso da palavra o Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, e a Senadora Ideli Salvatti, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, quero aproveitar para cumprimentar V. Ex^a, também ao Senador Romeu Tuma, 1^o Secretário, e ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney, pela implantação da nova era digital que vivemos no plenário desta Casa. Parabéns! É um grande avanço, vai facilitar muito a vida dos Parlamentares. Todos reconhecemos a boa vontade da Presidência em nos oferecer esse equipamento tão moderno. Muito obrigado, em nome dos Senadores.

Hoje, 30 de novembro, Brasília comemora o Dia do Evangélico. Mais do que o registro histórico da data que marcou, há quase cinco décadas, o primeiro culto evangélico nas terras que abrigariam a então futura Capital da República, este dia se reveste de especial significado. Especial significado não só para os 27 milhões de brasileiros que laboriosamente se dedicam à abnegada missão cotidiana de se doar ao próximo – levando a palavra do Senhor aos corações abatidos, nutrindo-os pelo ânimo da fé –, mas também para todos aqueles que cada vez mais se reconhecem como irmãos em Cristo e que vêm todos os dias despertando para a nova vida, sob a luz do Evangelho.

É com muita alegria e exultante de amor no coração que presto hoje minha homenagem a este povo que tanto faz por nossa sociedade. Meu reconhecimento a esses obreiros anônimos que, renunciando a si mesmos, se entregam ao trabalho em prol das almas necessitadas, prestando-lhes relevante assistência social e espiritual, em orfanatos, escolas, creches, asilos, hospitais e presídios, ou nas ruas e em lares onde a dor, o sofrimento e a angústia se amenizam no conforto da palavra bíblica e na esperança da salvação divina.

A presença das igrejas evangélicas no Brasil cresce a cada dia, e sua atuação se demonstra mais e mais decisiva, tanto no âmbito das relações pessoais e familiares, quanto na formulação de políticas públicas.

Por isso, ao homenagear, na data de hoje, individualmente, todos os líderes, missionários, evangelistas e pastores, sinto-me duplamente gratificado. Sinto-me gratificado por ser político e por ser evangélico.

Conscientes das transformações de que o Brasil precisa para resolver os graves problemas conseqüentes da fome, da violência e da desigualdade social, as diversas denominações evangélicas desenvolvem seu incansável trabalho convictas do sacerdócio que os crentes exercem em busca da plena recuperação

da vida e da cidadania de todos e de cada um dos brasileiros.

Quero registrar, portanto, minhas felicitações a esse grupo religioso que mais cresce no País. Parabéns, também, a Frente Parlamentar Evangélica, a qual tenho a honra de integrar, pelas exponenciais colaborações que vem prestando às casas legislativas, ressaltando a importância da “1^a Conferência Nacional de Parlamentares Evangélicos”, ocorrida na semana passada, que contou com a participação de cerca de 300 parlamentares e convidados, no contexto das enriquecedoras palestras e das demais profícuas atividades que marcaram o evento.

Que este dia de reflexão nos sirva de símbolo e inspiração, de modo a que não apenas nós, os evangélicos, mas que todos os filhos do mesmo Deus reafirmemos nosso compromisso para com os nossos ideais de fé, sempre a serviço do amor, da compreensão e da concórdia que um dia haverão de reinar entre os homens.

Brasília, entre todas as capitais brasileiras, é a única que dedica um dia aos evangélicos, e hoje é feriado na capital de todos os brasileiros.

Em atenção especial a todos os evangélicos, faço uma oração a todos. Que Deus proteja Brasília e o Brasil. Que possamos fazer do dia de hoje um dia de profunda reflexão não só sobre o Evangelho, mas também sobre o grande trabalho que pastores e missionários, em todo o Brasil, vêm fazendo em benefício da família brasileira.

Por isso, rendo aqui a minha homenagem aos evangélicos pelo dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao nobre Senador Hélio Costa, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nos meios jornalísticos é comum dizer-se que notícia boa não é bem notícia; que notícia ruim é que dá manchete.

Faço questão de ler uma manchete que vejo agora na Internet, na **Folha de S. Paulo**, dizendo que a economia brasileira cresce 6,1% no terceiro trimestre e 5,3% no ano, segundo o IBGE. É uma aposta que faz o Brasil numa política econômica de recuperação de muitos e muitos anos de descaso, diga-se de passagem.

O resultado desse descaso são as estradas brasileiras, notadamente no meu Estado. Agora, começamos a ter esperança de que, no ano que vem, elas sejam refeitas, por assim dizer. Não se trata de recuperá-las, mas de refazê-las. Depois de oito anos sem investi-

mento algum nas estradas, não é mais possível a sua recuperação. É preciso refazer as estradas.

Faço a observação sobre as notícias positivas da economia que a imprensa hoje mostra, durante esta tarde, pela Internet, porque dentro de aproximadamente uma hora, às 16h, o Ministro Antonio Palocci vai receber o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, e mais nove governadores dos mais importantes Estados da Federação: os Governadores de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, Luiz Henrique, do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, o Governador Roberto Requião, do Paraná, o Governador da Bahia, o Governador do Pará e o Governador do Mato Grosso. E eles farão ao Ministro Antonio Palocci uma reivindicação da maior importância, sobre a qual já falei em inúmeros pronunciamentos na tribuna do Senado: reestruturação e renegociação da dívida dos Estados.

Sei que o Ministro Palocci é contra essa proposta, mas creio que S. Ex^a também há de ver que os Estados estão praticamente impossibilitados de fazer os investimentos públicos certos, seguros e necessários na área social, na área da saúde. Eles estão amarrados por essa dívida, que foi contraída em 1998, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, que impôs aos governadores índices cujo cumprimento é praticamente impossível.

O caso específico do meu Estado repete-se no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, na Bahia, no Rio Grande do Norte. Minas Gerais paga 7% de juros sobre um capital investido que, inicialmente, em 1994, Senador Paulo Paim, era de R\$5 bilhões. Hoje, 9 anos depois, está em R\$35 bilhões. Não consigo entender como uma dívida de R\$5 bilhões, em 9 anos vira R\$35 bilhões por causa da rolagem dos juros! É impossível conseguir pagar a dívida dos Estados. Não é só Minas Gerais que está nessa situação – Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, todos esses Estados estão praticamente impossibilitados de fazer os necessários investimentos na área social em razão do pagamento dessa dívida.

Em Minas Gerais, por exemplo, recebemos em torno de R\$160 milhões por mês de repasses federais e devolvemos ao Governo, para pagamento da dívida, R\$140 milhões.

Assim, a conversa do Governador de Minas e dos governadores dos mais importantes Estados da Federação com o Ministro Antonio Palocci é de grande relevância.

Em Minas Gerais, encontramos-nos na mesma situação com relação ao ressarcimento do imposto das exportações, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores. Inicialmente, na reforma tributária, ficou esta-

belecido que os Estados exportadores receberiam de volta R\$9 bilhões. Depois, vimos esse dinheiro ser reduzido para cerca de R\$6,5 bilhões. Os governadores, notadamente os de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, estão reivindicando pelo menos R\$9,6 bilhões no Orçamento do ano que vem, para que os Estados prejudicados pela Lei Kandir nas exportações possam ser compensados.

E Minas Gerais é o segundo maior exportador do Brasil. É o Estado que exporta do agronegócio até ferro, aço, calçados e produtos agrícolas de todos os tipos.

Estamos na expectativa de que as conversas envolvendo o Governador de Minas Gerais e os Governadores dos demais Estados exportadores, principalmente, possam sensibilizar o Ministro Antonio Palocci, para que sejam ajustadas melhores condições para o pagamento de nossa dívida, já que 13% de tudo o que entra no Tesouro do Estado tem que ser reservado para o pagamento da dívida contraída e ajustada em 1998.

Sr. Presidente, fica aqui o meu apelo ao nosso Ministro, para que S. Ex^a se sensibilize com a causa que lhe estará sendo apresentada dentro de uma hora na reunião que será realizada no Ministério da Fazenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra à nobre Líder Ideli Salvatti.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever para falar pela Minoria após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Será assegurado a V. Ex^a esse direito.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA. Senadoras e Srs. Senadores, hoje, dia 30 de novembro, é uma data especial para nós, catarinenses. Há 25 anos vivenciávamos em Santa Catarina, no Município de Florianópolis, um episódio marcante da história do nosso Estado e do nosso País, que foi intitulado Novembrobrada.

Há 25 anos, esse ato de protesto dos estudantes catarinenses, com grande apoio popular, teve uma repercussão inclusive internacional por ter envolvido o Presidente da República, à época João Figueiredo. Só para se ter uma idéia da repercussão, a sucursal do jornal **A Notícia** deu plantão durante uma semana para atender a agências internacionais, que pediam

fotos. Aquele era o único jornal no Estado que possuía o equipamento de telefoto.

O protesto teve uma razão muito ligada ao cotidiano das pessoas: donas-de-casa e taxistas empunhavam panelas e buzinas para protestar contra o aumento do custo de vida e da gasolina, decretado uma semana antes pelo Presidente João Figueiredo. Essa manifestação dos populares foi engrossada pelos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina e acabou transformando o centro da cidade numa verdadeira praça de guerra, envolvendo numa batalha, inclusive física, o próprio Presidente e o Ministro César Cals, que à época acompanhava o Presidente João Figueiredo.

O que aconteceu a partir desse confronto Figueiredo **versus** estudantes ainda está para ser resgatado pelos historiadores em narrativas científicas e pelos escritores em extraordinários fatos humanos e políticos de cunho literário. O episódio, afinal, representou a afirmação da cidadania contra o autoritarismo. Ali foi lançada a semente das Diretas Já. Ali a temível Lei de Segurança Nacional foi desmoralizada. Ali a linha dura teve uma inesperada derrota política.

A Novembroada tem matéria para múltiplas leituras. Uma delas permanece para sempre na memória de toda população pelo seu significado para a afirmação da cidadania. A coragem dos estudantes no dia 30 de novembro, secundada pela audácia da população catarinense e florianopolitana no histórico ato de protesto pela prisão dos estudantes, que foi realizado poucos dias depois, no dia 4 de dezembro, legitimou a luta pela democratização e pelos direitos humanos.

O jornalista catarinense Luís Mir estava na redação do jornal **El Dia**, em Madri, na Espanha, no dia 30 de novembro de 1979, quando o telefone tocou. “Era alguém ligando do Brasil para informar que o Presidente tinha saído no braço com alguns estudantes”, recorda Luís Mir vinte anos depois. Foi um alvoroço, já que vivíamos um processo de abertura iniciado com Ernesto Geisel e que desembocara na anistia política, processo acompanhado com vivo interesse na Europa.

“Os jornais de Roma, Paris e Madri repercutiram os acontecimentos de Florianópolis, destacando o fato de um presidente ter se envolvido em briga de rua com estudantes, mostrando total despreparo para o cargo. Aquilo desmascarou a tentativa do regime de se reciclar, apresentando-se como democrático”, complementa Luís Mir. O depoimento mostra a extensão da manifestação, cujo aspecto mais visível e comentado foi o episódio da prisão de sete estudantes.

Esses sete estudantes catarinenses presos foram os últimos civis a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional em nosso País. Foram enquadrados

nessa Lei de Segurança Nacional que sobreviveu, infelizmente, à própria Lei da Anistia durante um tempo, a ponto de penalizar esses estudantes.

Eles foram absolvidos por um júri militar, em Curitiba, depois de um longo processo acompanhado pela União Nacional dos Estudantes, à época presidida por, nada mais nada menos, que o nosso Ministro Aldo Rebelo. Esse julgamento militar que absolveu os estudantes catarinenses foi extremamente apertado – três votos a dois –, e hoje a Assembléia Legislativa de Santa Catarina está realizando uma sessão solene para lembrar esse fato.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Terminou o tempo. Quando eu falava, o PT exigiu que eu terminasse. Quero lembrar Rui Barbosa: “O direito é igual para todos”. Quando eu estava na tribuna, o PT exigia o cumprimento do Regimento rigorosamente. Eu, agora, exijo que o Regimento seja cumprido. O PT não está precisando de mais tempo mas de mais competência, como disse o Sr. Fernando Henrique Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, vamos respeitar a oradora que está na tribuna. A Mesa está atenta.

SRA. Senadora Ideli Salvatti, por favor, peço que conclua o seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, com relação à competência, se me for dado todo o tempo necessário, mostrarei aqui cinco ou seis páginas de dados concretos da realidade, do momento econômico-social que vive o nosso País.

Quero dizer também que não solicitei o fim da palavra de ninguém e espero ser respeitada na tribuna da mesma forma que respeito a todos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Peço a sua compreensão e solicito que conclua o seu discurso.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Terminarei, se V. Ex^a me permite, com toda a gentileza, de fazer o registro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pois não.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – No dia de hoje, 30 de novembro, está sendo realizada sessão especial na Assembléia Legislativa de Santa Catarina para lembrar esses fatos da vida do nosso Estado e do nosso País, a Novembroada. Também hoje, o jornalista Moacir Pereira lança um livro, resgatando esse fato histórico tão importante. Quero, ainda, deixar registrado aqui, até pelo fato de termos constituído a Frente em Defesa da Indústria Cinematográfica Brasileira, que um dos melhores filmes catarinenses

é exatamente aquele realizado por Eduardo Paredes, que reproduz todo esse episódio.

Eu gostaria de solicitar, Sr. Presidente, que não só o texto que reproduzi aqui da tribuna como também o relato histórico de todo o ocorrido no dia 30 de novembro, registrado pela jornalista Valéria Lages, possam constar dos Anais desta sessão.

Obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**G
E
R
A
L**

Catarinenses relembra a novembrada

Valéria Lages

Florianópolis - Na manhã do dia 30 de novembro de 1979 enquanto políticos e autoridades esperavam ansiosos a chegada do presidente João Figueiredo no aeroporto Hercílio Luz, donas-de-casa e taxistas empunhavam panelas e buzinas para protestar contra o aumento do custo de vida e da gasolina decretados uma semana antes. No Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), jovens treinavam palavras de ordem contra o autoritarismo e a política vigente, retocando faixas e panfletos. Horas depois, a manifestação puxada pelos estudantes recebia o apoio popular, transformando-se em marco do término da ditadura no Brasil.

Naquela sexta-feira tudo se encaminhava para uma festejos recepção ao "presidente da conciliação". Tudo foi programado para dar ao general ares populistas e segurar as rédeas da abertura. Servidores públicos foram dispensados do trabalho para comparecerem à Praça 15 de Novembro.

Aos apertos financeiros vividos pela população juntou-se o descontentamento com uma placa que o presidente iria inaugurar na praça. A placa homenageava o marechal Floriano Peixoto, que em 1894 havia mandado fuzilar 185 opositores na Fortaleza de Anhatomirim, trocando depois o nome da cidade (então Nossa Senhora do Desterro) para Florianópolis.

Gesto obsceno

A manifestação de 1979 eclodiu enquanto o então governador Jorge Bornhausen falava das obras que havia feito. Depois de furarem o cordão policial, os estudantes aproximaram-se do Palácio Cruz e Sousa (sede do governo) e começaram a chamá-lo de mentiroso. O governador irritou-se e nem a tentativa de abafar os gritos dos estudantes aumentando o som funcionou: por azar, a aparelhagem pifou. O presidente Figueiredo, então resguardado, aproximou-se do beiral da sacada fazendo um gesto com os dedos indicador e polegar. O ato foi interpretado pela população como um gesto obsceno, provocando ira. Mais tarde, notas oficiais explicariam que o presidente mostrou com os dedos que apenas poucos ouvintes manifestavam-se.

NOTICIÁRIO

Capa

A comitiva presidencial, ao invés de recolher-se, levou adiante o cafezinho programado para Figueiredo tomar em meio ao povo no Ponto Chic, café central da cidade. A

estratégia de apelo popular saiu pela culatra. A população cercou o presidente e a pancadaria foi geral. Segundo o escritor Luiz Felipe Miguel, autor de "Revolta em Florianópolis" (editora Insular), o chefe do Gabinete Militar foi jogado em cima de televisores que estavam expostos nas lojas Arapuã. O ministro César Cals escorregou numa das floreiras do calçadão e caiu no chão, sendo cutucado por um dos cabos de vassoura que sustentavam os cartazes do DCE e que já estavam nas mãos dos populares. "O próprio Figueiredo não escapou e recebeu um empurrão", destaca Luis Felipe.

Sobreviventes

Nos momentos seguintes, seguiram-se empurrões, pontapés e tapas. Populares rasgaram outdoors e queimaram o imenso balão suspenso no ar saudando "João". No amanhecer do dia seguinte, cinco membros do DCE da UFSC foram acordados por policiais federais e levados presos. O presidente do DCE, Adolfo Dias, e a vice, Lígia Giavanella, alertados, refugiaram-se acampando em Rio dos Cedros (próximo a Lages). O jornalista e fotógrafo Dario de Almeida Prado, que morava junto com Adolfo, os levou de carro até lá.

Quatro dias depois, a população de Florianópolis, incentivada pelo movimento estudantil e com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, de deputados e da Cúria Metropolitana, voltava ao Centro da Capital para protestar contra a prisão dos estudantes. Dessa vez, pelotões de choque da Polícia Militar de todo o Estado foram recrutados para reprimir a manifestação com violentos cacetetes.

Nova confusão instala-se nas ruas e, por fim, os dois estudantes que haviam fugido entregam-se, amparados por deputados e pela OAB. Últimos civis enquadrados na Lei de Segurança Nacional (sobrevivente à anistia decretada meses antes), os sete estudantes catarinenses foram absolvidos por júri militar realizado em Curitiba, por três votos a favor e dois contra.

ANEXO Repercussão

A Novembrada, cujos 25 anos serão lembrados hoje – 30-11 – na Assembléia, Legislativa de SC repercussão muito mais ampla do que avaliada por seus participantes. A sucursal de A Notícia, por exemplo, deu plantão durante uma semana para atender a agências internacionais, que pediam fotos. Era o único jornal no Estado que possuía o equipamento de telefoto.

O significado da Novembrada

Há exatos 25 anos os estudantes de Santa Catarina participaram de um protesto político que mudou a história do Brasil. A investida do Presidente Figueiredo contra os acadêmicos, logo ampliada pela forte adesão popular, transformou-se num dos episódios mais patéticos do último Governo militar.

O que aconteceu a partir do confronto Figueiredo x estudantes está para ser resgatado pelos historiadores em narrativas científicas e pelos escritores em extraordinários fatos humanos e políticos de cunho literário.

O episódio, afinal, representou a afirmação da cidadania contra o autoritarismo. Ali foi lançada a semente das Diretas-já. Ali a temível Lei de Segurança Nacional foi desmoralizada. Ali, a linha dura teve uma inesperada derrota política.

A “Novembrada” tem matéria para múltiplas leituras. Uma delas permanece para sempre na memória de toda a população pelo seu significado para a afirmação da cidadania. A coragem dos estudantes no dia 30 de novembro, secundada pela audácia da população no histórico ato de protesto pela prisão dos estudantes realizado dia 4 de dezembro, legitimou a luta pela democratização e pelos direitos humanos.

Moacir Pereira

Novembrada sem memória

O jornalista catarinense Luís Mir estava na redação do jornal El Día, em Madri, na Espanha, no dia 30 de novembro de 1979, quando o telefone tocou. “Era alguém ligando do Brasil para informar que o Presidente tinha saído no braço com alguns estudantes”, recorda, 20 anos depois. Foi um alvoroço, já que vivíamos um processo de abertura iniciado com Ernesto Geisel e que desembocara na anistia política, processo acompanhado com vivo interesse na Europa.

“Os jornais de Roma, Paris e Madri repercutiram os acontecimentos de Florianópolis, destacando o fato de um presidente ter se envolvido em briga de rua com estudantes, mostrando total despreparo para o cargo. Aquilo desmascarou a tentativa do regime de se reciclar, apresentando-se como democrático”, complementa

Mir. O depoimento mostra a extensão da manifestação, cujo aspecto mais visível e comentado foi o episódio da prisão dos sete estudantes.

Mostra também que a chamada Novembrada de 1979 adquiriu importância que extrapolou as fronteiras nacionais. Como santo de casa não faz milagre, por aqui a complexidade e a dimensão do protesto não foram plenamente assimiladas. A sessão solene que a Assembléia Legislativa promove hoje, às 19h, assim como a programação cultural e política organizada por partidos e entidades podem ser um ponto de partida para o aparecimento de algo mais aprofundado.

A verdade é que a Novembrada gerou pouca literatura e quase nenhum estudo. Mais grave ainda é que a memória daqueles dias vai aos poucos se apagando, seja com a morte de alguns de seus protagonistas (exemplo de Adolfo Dias), seja com o próprio passar do tempo, que trata de eliminar detalhes, substituir os fatos pelas versões.

- 7 estudantes foram presos
- Enquadrados na Lei de Segurança Nacional (Sobrevivente da Lei de Anistia)
- Foram os últimos civis a serem enquadrados na LSN
- Foram absolvidos – júri militar (3 a 2) – Curitiba
- Filme do Eduardo Paredes – Novembrada
- Livro do Moacir Pereira resgata o episódio

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder para falar antes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex^a será atendido, Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias como orador inscrito.

S. Ex^a terá até 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu sei que hoje, provavelmente, o Líder do Governo fará referência a declarações do Presidente Fernando Henrique Cardoso proferidas no dia de ontem.

Obviamente não posso antecipar nenhuma apreciação sobre o que dirá o Líder do Governo, mas, de

qualquer maneira, gostaria de fazer referência às afirmativas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso do dia de ontem.

Em primeiro lugar, quero considerar que é importante que um ex-Presidente, que tem essa energia e essa disposição, possa se pronunciar a respeito dos rumos que o País persegue por intermédio do Governo que elegeu. Não se trata apenas de um direito, trata-se, acima de tudo, de um dever do ex-Presidente manifestar-se a respeito dos rumos da política nacional.

O ex-Presidente foi duro na crítica e o fez bem ao dizer que o Governo é incompetente e que o rei está nu. O ex-Presidente disse que o Governo Lula é incompetente e que é preciso que mostremos que o rei está nu. Repetindo o ex-Presidente Fernando Henrique: “Este Governo é incompetente. Incompetência não é ofensa. E competência é a análise de um conjunto de ações e de seus resultados”. E disse também o Presidente: “Vejam o que está acontecendo, comparem e mostrem. Quem sabe o Presidente melhore a sua competência”. Essas foram afirmativas do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que pediu à Oposição a retirada das luvas de pelica das mãos. O ex-Presidente entendeu que não devemos usar luvas de pelica.

Até entendo que, em determinados momentos, devemos usar luvas de Mike Tyson, nos bons momentos de sua carreira. A Oposição deve ser dura, sim, na crítica, deve ser contundente, deve ser competente, responsável e construtiva, e é isso o que procuramos, é isso que o PSDB procura fazer, no Senado Federal, em benefício do País, fazendo oposição não ao Brasil, mas, sobretudo, aos erros do Governo.

Prefiro realmente não usar luvas de pelica. E não posso, neste momento, deixar de fazer referência ao pronunciamento do Presidente Lula, ontem, na abertura do 1º Encontro Nacional de Prefeitos Eleitos do PT, onde declarou que a equipe de Governo está afinada com os compromissos do País. Diz Sua Excelência: somos como a Quinta Sinfonia de Beethoven.

Primeiramente, desconhecíamos essa inclinação do Presidente da República pela música erudita. Mas creio que o Presidente não foi bem assessorado. A Quinta Sinfonia, melhor conhecida como Sinfonia da Vitória, é reconhecida pelo vigor e seus acordes de comando. Contudo, foi justamente no concerto de estréia de sua Quinta Sinfonia que a surdez de Beethoven, agravada, fez com que o fiasco fosse total.

Certamente, quem assessorou o Presidente Lula não se lembrou desse fato. Foi justamente no concerto de estréia da Quinta Sinfonia.

O músico, sem distinguir uma só nota, insistiu em reger a orquestra que, desorientada, não conseguiu tocar bem a partitura.

Portanto, escolheram de forma errada a sinfonia ou a escolheram com muita sinceridade e procuraram retratar esse estágio do Governo de perturbação absoluta, de complexidade incomum. A incompetência administrativa, aliada à relação política de promiscuidade, faz com que a ação governamental decepcione todo o povo brasileiro.

A imagem sinfônica magistral de Beethoven não corresponde ao “tom desafinado” da sua orquestra. Não há registro de que o Presidente tenha algum problema auditivo que justifique confundir sons tão díspares.

Na mesma noite, o Presidente Lula procurou transmitir aos Prefeitos eleitos a confiança de que o Governo conduz o Brasil no rumo certo e advertiu sobre a investida da Oposição em tentar desestabilizar o Governo.

Creio, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, que nem o Governo conduz o Brasil no rumo certo com competência e muito menos a Oposição tenta a desestabilização. A Oposição que exercemos nesta Casa é propositiva e responsável e tem contribuído, de forma eficaz, para que o Governo possa aprovar os projetos de interesse nacional. E não são poucas as concessões feitas pelas Lideranças do Governo nesta Casa, com o objetivo de permitir a aprovação de propostas que interessam ao País. E poderíamos citar a Reforma da Previdência, que contou com a boa vontade política da Oposição; a Reforma Tributária, apesar dos acordos não terem sido cumpridos na Câmara dos Deputados e estarmos aguardando a conclusão desse processo; a Reforma do Judiciário, que será promulgada parcialmente no próximo dia 8, como resultado da responsabilidade política que assume a Oposição no combate crítico que faz, cumprindo o seu dever, mas, sobretudo, oferecendo os instrumentos necessários para a governabilidade, oferecendo os instrumentos indispensáveis para que o Governo possa agir.

Se o Governo tem agido mal, sem eficiência e competência, não cabe à Oposição responsabilidade porque ela tem sido participativa, tem sido colaboracionista, não tem negado o seu voto e o seu apoio nos momentos cruciais exigidos pelo Poder Executivo. Até mesmo sendo paciente em excesso no que diz respeito às suas prerrogativas usurpadas, aceitando até passivamente as imposições próprias dos autoritários, especialmente no que diz respeito às medidas provisórias que desfilam pelos escaninhos do Congresso Nacional de forma interminável.

O que não é possível, no entanto, é o País continuar sem um plano de Governo, sem uma agenda concreta, uma administração agindo por “espasmos”. Isso não é possível e não podemos admitir, e é a razão, sem dúvida, da crítica contundente proferida

pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, como brasileiro, tem o direito de cobrar do Governo o cumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

O Presidente da República adiantou ontem o seguinte:

Vai começar o segundo tempo do jogo. Os adversários devem estar discutindo como se comportar no segundo tempo. Nós não temos que ficar nervosos por nada. As coisas têm que acontecer e vão acontecer. O Brasil está preparado para isso. – afirmou o Presidente Lula aos Prefeitos eleitos do PT.

Mas sem um planejamento estratégico, sem diretrizes definidas, sem uma agenda concreta, nada vai acontecer, a não ser a implementação de um projeto de poder.

Quanto à tentativa de se arquitetar um projeto de poder de longo prazo com viés autoritário, não há dúvida de que os esforços governamentais têm sido visíveis. Mas assistimos a lideranças empresariais, como o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, clamar pela agilização dos investimentos em infra-estrutura para “acabar com os gargalos”.

O Governo manipula muito bem os números, as informações. Se o Governo não ouve empresários como o Presidente da Fiesp ou trabalhadores, principalmente das três centrais sindicais que não estão alinhadas à política do atual Governo, se não ouve, portanto, lideranças empresariais, lideranças de trabalhadores, o Governo ouve, sim, os responsáveis pelo *marketing* oficial, sempre. E, por isso, há manipulação de dados e de informações.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, certamente, terá resposta desta tribuna hoje. Tal resposta virá pela manipulação de dados, sobretudo aqueles que dizem respeito ao atual desenvolvimento econômico do País.

Os governistas têm facilidade para a utilização desse artifício. A escamoteação de fatos e números e a manipulação de informações e dados estatísticos são uma estratégia que se adota para, no mínimo, confundir a opinião pública do Brasil.

No entanto, deve prevalecer sempre o resultado final e concreto da ação de qualquer governo e a informação que se busca junto à opinião pública. A vida melhorou ou piorou? O País está melhor ou pior? A qualidade de vida da população é melhor ou é inferior?

Se buscarmos dados concretos da realidade social brasileira, verificaremos que não houve avanço; que houve a maior queda de renda dos últimos seis anos na gestão do Presidente Lula; que tivemos um cresci-

mento avassalador da violência e da criminalidade, da ordem de 18% no ano de 2003 em relação a 2002; que houve uma queda de investimentos que, não pode, de forma alguma, ser ignorada, e os investimentos públicos se constituem num dos principais instrumentos de alavancagem do crescimento econômico do País.

O Presidente da Fiesp adverte: “Não podemos continuar com o aumento de juros. (O aumento de juros) vai frear a demanda, o crescimento, e isso inibe o investimento”.

A Associação Brasileira da Infra-Estrutura (Abidib) é detentora de propostas concretas para romper os gargalos. Por isso, sugeri desta tribuna, há pouco tempo, que a entidade fosse ouvida pelos Ministros da área econômica e do planejamento do Governo.

Mas, repito, infelizmente, o Governo não quer ouvir ninguém, a não ser os marqueteiros de plantão.

A idéia de que o PT era detentor de quadros qualificados foi desmontada nesses quase dois anos de gestão. Não há massa crítica no Governo. A notícia de que o Governo cogita manter o superávit primário de 4,5% em 2005 é prova cabal de que a massa crítica é inexistente.

Que estratégia de desenvolvimento é essa? O setor público registrou um superávit primário de R\$77,971 bilhões entre janeiro e outubro. A economia de recursos feita para o pagamento de juros é equivalente a 5,59% do Produto Interno Bruto. A economia do setor público, nos primeiros dez meses do ano, já superou em R\$6,471 bilhões a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional para 2004. Portanto, o PT e o Governo Lula são mais fiéis do que o Fundo Monetário Internacional a essa proposta monetarista que acaba comprimindo a economia e impedindo o desenvolvimento econômico sustentado do País.

No final de setembro, o Governo anunciou um aumento da meta do superávit em 0,25 ponto percentual para 4,5% do PIB. A adoção dessa política hiper-restritiva de controle de gastos federais vitimiza o crescimento econômico de longo prazo.

E dirão que o País está crescendo. O País está realmente crescendo, mas cresce aquém das suas potencialidades, aquém das suas possibilidades. E não me canso de repetir que a fotografia mais evidente de que estamos desperdiçando oportunidades é aquela que mostra todos os países da América Latina, com exceção do Paraguai e da Guiana, crescendo mais do que o Brasil. E é evidente que nós não podemos entender como países mais pobres do que o nosso possam apresentar crescimento econômico superior, aproveitando o bom momento da economia mundial.

O Poder Executivo, até a primeira quinzena de novembro, utilizou apenas 19,4% do já reduzido volume

de investimentos autorizados pelo orçamento deste ano – R\$2,4 bilhões – de um total de R\$12,5 bilhões.

E lembro-me, como se fosse hoje, o Presidente da República, na televisão, ao final do ano passado, anunciando que a economia não cresceu, que o País não investiu em 2003, mas que a retomada dos investimentos ocorreria no ano de 2004. Lembro-me como se fosse hoje. E o Presidente anunciou que seriam investidos R\$12,5 bilhões. Já estamos chegando ao mês de dezembro, o último mês do ano, e apenas R\$2,4 bilhões foram investidos.

Senador Jefferson Péres, esse é mais um compromisso não honrado do Presidente Lula. Gerou expectativa, enorme expectativa o compromisso de investimento da ordem de R\$12,5 bilhões, que, aliás, seriam escassos diante da necessidade de investimento maior do País, sobretudo em infra-estrutura, pois o País necessita de cerca de US\$20 bilhões por ano. E um Governo, que oferece pelo orçamento público a possibilidade de investimento, de forma geral, em todas as áreas, em todos os setores, não exclusivamente no setor de infra-estrutura, da ordem de US\$12,5 bilhões, e fica longe de alcançar essa meta, é evidente que não pode ser denominado de Governo competente. Nem mesmo sincero. Nem mesmo cumpridor dos seus mais elementares compromissos.

Compromissos de campanha não são honrados, mas o pior é que compromissos depois da posse também não são honrados. É possível até que, durante a campanha eleitoral, por equívoco de assessores, um candidato possa apresentar propostas e programas que acabam sendo inalcançáveis, em função da realidade que se verifica posteriormente. Mas, depois da posse, um Presidente da República não pode gerar expectativa para frustrar; não pode prometer sem a possibilidade de cumprir; não pode assumir compromissos que não honra. E o Presidente Lula não apenas deixa de cumprir os compromissos da campanha eleitoral mas também continua como *expert* na geração de expectativas e sobretudo, lamentavelmente, o campeão de frustrações, em função de não poder cumprir os compromissos assumidos.

A nossa crítica à escassez de recursos e o conseqüente comprometimento do nosso crescimento econômico está baseado na visão de que a retomada dos investimentos é urgente e que a meta de 4,5% de superávit do PIB, pactuada com o Fundo Monetário Internacional, é incompatível com a retomada desses investimentos. Se o Governo teima em afirmar que manterá a meta de 4,5% de superávit primário, não pode anunciar metas expressivas de investimentos, porque não conseguirá honrá-las. Foi o que ocorreu. O Presidente anunciou metas de investimentos que

foram comprometidas pela meta maior, em respeito ao Fundo Monetário Internacional: a obtenção do superávit primário.

Recebo advertência do Sr. Presidente de que o meu tempo se esgotou. Portanto, vou concluir, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, advertindo que as palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso devem merecer a atenção do Presidente Lula. E, da nossa parte, não usaremos luvas de pelica, como deseja o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Continuaremos a cumprir o nosso dever, exercitando a oposição responsável e construtiva, mas com a dureza que se exige da Oposição brasileira.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a fizesse a minha inscrição para falar pela Liderança do PMDB, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a devidamente inscrito, nobre Líder.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Líder Aloizio Mercadante.

V. Ex^a dispõe de até 20 minutos, Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, ser ex-Presidente é uma condição política única em uma sociedade democrática, não só pela riqueza da experiência de exercer o maior cargo da República, mas também pelo peso político que a condição de quem já o exerceu possui. Por isso mesmo, sempre se espera de um ex-Presidente a majestade do cargo; espera-se de um ex-Presidente conselhos, críticas, ponderações, equilíbrio e recomendações que ajudem a Nação a se desenvolver, a superar suas dificuldades e a buscar uma agenda de Estado.

Não foi isso o que li nos jornais, nas últimas declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao contrário. Para quem conhece sua biografia, sua vida acadêmica, sua excelência universitária, seu apreço para as análises sociológicas mais qualificadas, eu

diria que é difícil reconhecer a figura do ex-Presidente nas declarações que estão hoje nos jornais brasileiros. Afirmações do tipo: “O rei está nu”. “O Governo é incompetente”. Quando fala do PPP, ele diz: “Reparem como alguns setores empresariais vão ficar nervosos. Meu Deus! Vamos ter uma boquinha aí, mas ela é pequenininha, pequenininha e não vai ser suficiente para os apetites”. E outras passagens em relação as quais eu não gostaria de me aprofundar. Creio que elas agridem a imagem, a majestade da função que foi exercida pelo ex-Presidente e o papel político que essa condição lhe impõe.

Eu esperava mais – e ainda espero: um debate qualificado que permitisse, sim, uma comparação entre os quase dois anos de Governo Lula com os oito anos de Governo Fernando Henrique Cardoso. Creio que esse é o debate que ajuda a democracia, realizado cotidianamente aqui, pela Oposição, e que, seguramente, pode ser feito pelo ex-Presidente. E é sobre esse debate que eu gostaria de me referir, esse é o debate que eu esperava encontrar na reflexão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, lamentavelmente, encontrei expressões que estão longe de permitir essa discussão.

Qual é o centro da nossa crítica ao governo Fernando Henrique Cardoso? O centro da nossa crítica é que aquele governo aderiu a uma agenda neoliberal no momento em que o chamado Consenso de Washington se impunha ao pensamento econômico dominante em toda a região, e ele combina uma série de reformas, basicamente marcadas por uma abertura comercial e financeira radical, uma âncora cambial prolongada por quatro anos e meio, que, junto com a abertura comercial, como eu demonstrarei, vão desequilibrar profundamente as contas externas do País, agravar o passivo externo dolarizado e expor o País a uma vulnerabilidade a toda e qualquer turbulência que venha a ocorrer no cenário internacional - como, de fato, aconteceu. O financiamento dessa política vai se dar a partir de juros elevadíssimos. Chegamos a ter juros de 45% – ao final do Governo os juros eram de 25 % – e esses juros elevados impulsionaram um brutal endividamento do setor público.

Basta lembrar que, de Pedro Álvares Cabral ao Governo Itamar Franco, a dívida pública do Estado brasileiro estava em aproximadamente 30% do PIB - Produto Interno Bruto. Uma dívida que permitiu construir Brasília; uma dívida que fez um setor de mineração, como a Vale do Rio Doce, a partir da Segunda Guerra Mundial; que fez todo um setor elétrico de distribuição e geração de energia; que fez parte do sistema financeiro público, bancos como o Banespa, Banerj e tantos outros; uma dívida que fez o setor siderúrgico, o

setor de telecomunicações, empresas como Embratel, Telebrás, Telefônica.

Sr. Presidente, em oito anos, o Presidente Fernando Henrique Cardoso dobra a dívida pública para 61,6% do PIB, em setembro de 2002. Em oito anos, praticamente se gerou uma dívida na relação com o PIB - não falo em termos absolutos, porque é muito mais do que isso -, na sua relação com a produção do País, praticamente equivalente a 499 anos da história do Brasil. E essa dívida vai ser administrada por meio de um processo violento de privatização de todo aquele patrimônio - 76% do patrimônio público foi privatizado - e de uma carga tributária que aumenta em 8 pontos do PIB nesses oito anos, passando de 28% para 35,8% do PIB. Ora, âncora cambial, juros altos, carga tributária elevada impedem o crescimento econômico do País.

Do ponto de vista das contas externas, que é a origem de todo esse desequilíbrio, ao que assistimos no Governo anterior? Ao déficit comercial. Um País como o nosso, que tem uma dependência financeira e uma dívida externa elevadas, não pode ter déficit comercial. Em oito anos, o déficit comercial acumulado foi de U\$8,7 bilhões. Nos últimos doze meses, para fazer a comparação, que é o que interessa a este País e a este Plenário, estamos com um superávit comercial de U\$32,6 bilhões - recorde histórico, em termos de superávit comercial. E o mais importante: um superávit comercial que decorre de uma política externa ao diversificar nossos mercados e buscar novos parceiros. Basta olhar a agenda dos últimos 15 dias. Estiveram aqui o Presidente da China, o Presidente da Rússia, o Primeiro-Ministro do Paquistão, do Vietnã, do Canadá e de tantos outros países, mostrando o prestígio, o interesse comercial, numa estratégia que está dando resultados substanciais. Refiro-me ao superávit de U\$32,6 bilhões, que é a âncora para começarmos a reduzir a vulnerabilidade externa.

Vou pegar um outro indicador mais importante do que este. Em oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o déficit de transações correntes com o exterior atingiu U\$186,2 bilhões - U\$186 bilhões de déficit, exatamente produto da insistência em uma âncora cambial e de uma abertura comercial precipitada e ingênua.

Nesses quase dois anos de Governo Lula, já temos um superávit em transações correntes de U\$ 14,6 bilhões. O Brasil está se desendividando externamente; está deixando de acumular um passivo externo dolarizado; está, ao contrário, aumentando a sua resistência às turbulências financeiras internacionais.

A relação entre a dívida externa e o Produto Interno Bruto caiu de 35,9% para 25%. Esse é o indicador

mais importante do processo de desendividamento externo que o Brasil está passando, aumentando as suas reservas cambiais e mantendo um superávit comercial vigoroso, o que nos dá uma certa tranquilidade em relação à fragilidade estrutural das contas externas, agravadas no período anterior.

Essa melhora nas contas externas permitiu ao País recuperar o crédito. A taxa risco-país, no Governo anterior, esteve em torno de 800 pontos, quer dizer, oitos pontos percentuais para os financiamentos de 10 anos em dólar. Hoje, está em torno de quatro pontos. Barateamos o custo do financiamento externo, permitindo que o setor privado alongasse o seu financiamento e, por meio da retomada do crédito, estimulamos investimentos que são indispensáveis à sustentabilidade da economia brasileira.

Houve melhora nas contas externas e nas contas públicas - porque saíram, hoje, os dados do IBGE. Por favor, não me venham dizer que estamos manipulando dados estatísticos, pois estamos tratando de dados oficiais. A série histórica serve para o governo anterior, para o anterior do anterior, para este e para os próximos governos. Houve uma redução da dívida pública líquida do setor público de 61,6% do PIB para 53,7%, de setembro de 2002 para o mês de setembro deste ano. Sabem o que significa isso? Menos R\$15 bilhões de juros neste ano, em relação ao ano passado. Estamos economizando R\$15 bilhões para o pagamento de juros da dívida pública, reduzindo não apenas o seu estoque, mas alongando o seu perfil, desdolarizando-a. Assim, estamos melhorando a qualidade do crédito e a capacidade de investimento do setor público.

O Brasil começa a colher os resultados de medidas duras, indispensáveis, que tomamos e que permitiram exatamente esse resultado nas contas externas, nas contas públicas. Qual o indicador mais importante? É o Produto Interno Bruto.

O IBGE acaba de concluir a contabilidade de 2003. O Brasil cresceu 0,5% em meio à moratória da Argentina e a Guerra do Iraque, com toda a herança que herdamos. Isso é mais do que o Brasil cresceu no Governo anterior, na crise da Rússia, que foi 0,13%. Hoje, saíram os dados do IBGE de crescimento do Produto Interno Bruto: 5,3% de crescimento do PIB, nesses nove meses de 2004 - mais do que qualquer ano do Governo Fernando Henrique Cardoso. O Brasil já cresce, neste momento, mais do que em qualquer um dos oito anos do Governo anterior, cujo melhor indicador foi 4,3%. Estamos crescendo mais e mesmo que o último trimestre seja zero, vamos crescer mais que 5%. E o mais importante: quem puxa esse crescimento, hoje, é a indústria brasileira, com 9% de crescimento

nesses nove meses. Há muitos anos não víamos uma taxa de crescimento dessa magnitude.

Senador Fernando Bezerra, ex-Presidente da Confederação Nacional da Indústria, estamos vivendo a maior produção industrial de toda a História econômica do Brasil, com recorde de produção das indústrias automotiva, siderúrgica e de papel e celulose, além do maior nível de ocupação da capacidade produtiva instalada desde que o índice foi criado, em 1991. A indústria volta a produzir e a crescer, inclusive a da construção civil, gerando, portanto, um cenário de estímulo ao investimento.

A agenda que eu esperava do debate, e que acredito que o Brasil deva fazer, é em saber que medida somos capazes de dar sustentabilidade a esse resultado absolutamente fantástico para as condições históricas que estamos carregando há tantas décadas neste País. Crescer 5,3% em nove meses é um resultado muito bom. A questão é a sustentabilidade. Esse é um debate em que um ex-Presidente poderia oferecer alternativas, não com essas palavras de ódio, pequenas, que não o engrandecem e nem a sua biografia, e muito menos melhoram a qualidade do debate na democracia.

Precisamos, sim, estar muito atentos à taxa de câmbio para podermos manter o saldo exportador e comercial. Precisamos, por isso, criar condições, passado esse choque externo que absorvemos muito bem do ponto de vista da inflação, porque a inflação está em 7,3%, de retomar uma trajetória de queda na taxa básica de juros, para que a taxa de câmbio possa ser mais competitiva e não prejudique o esforço de combate à inflação.

Câmbio e juros – esse é um debate permanente. Aumentar as reservas cambiais para ajudar a manter um câmbio competitivo é um debate absolutamente relevante, assim como reduzir o *spread* bancário com políticas e reformas, como a Lei de Falências e outros instrumentos.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Por favor, Senadora Ideli, com muita honra.

A SRA. Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Mercadante, V. Ex^a, como não poderia deixar de ser, traz a esta tribuna os indicadores, os números incontestes de todo o esforço do Governo Lula para retomar o crescimento do nosso País, diminuir a vulnerabilidade da nossa economia às turbulências internacionais e permitir – e é isso o que gostaria de reforçar na sua fala – que tudo isso se traduza em condições de melhores dias para a população brasileira. Juntamente com os números tão significativos que V. Ex^a está apresentando nesta tarde,

é muito importante registrarmos, também, situações do cotidiano das pessoas, que estão encontrando emprego, que estão tendo acesso ao crédito com desconto em folha, que estão procurando o crédito para poder implementar o seu negócio, desenvolver a agricultura familiar e ter perspectivas concretas de vida para si e sua família. Todos esses números, tão bem colocados, que são os indicadores econômicos, é muito importante que sejam traduzidos no cotidiano das pessoas, porque é isso que estamos vivenciando e acompanhando. Quero dizer, Senador Aloizio Mercadante, que, quando determinadas frases, adjetivos e locuções são usados por um ex-Presidente da República, diminuímos o debate que, muitas vezes, esta Casa tem sido demonstradora da capacidade de fazer em alto nível, inclusive aperfeiçoando propostas, aprovando determinadas legislações e avançando, efetivamente, para que todos nós não sejamos coletivamente incompetentes de não aproveitarmos este momento da retomada do crescimento, para torná-la sólida e consistente e algo que beneficie a todos os brasileiros, não, infelizmente, como temos assistido durante muitas décadas, beneficiando apenas uma parcela da população. Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento. Efetivamente, queremos manter o debate de alto nível nesta Casa, no sentido de continuarmos construindo um Estado capaz de garantir o desenvolvimento sustentável para todos os brasileiros e brasileiras.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço o aparte, Senadora Ideli.

O indicador social mais importante, em um País como o nosso, é o emprego. A criação de 1,796 milhão de novos empregos com carteira de trabalho assinada, indicador que já tem mais de uma década e que percorreu todo o Governo anterior, é recorde histórico de criação de empregos em um único ano. É o maior volume de empregos criados em todo o período em que esse indicador foi constituído, entre outras informações que poderíamos analisar.

Vejam uma expressão, por exemplo, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando fala da perspectiva em relação à eleição presidencial de 2006: “O que poderia ser maior ameaça do que estar lá?”, retomando um discurso que a Oposição usou na campanha eleitoral, de que o Brasil iria tornar-se uma Argentina, de que iria entrar em um processo de instabilidade, de que não haveria governabilidade. Em que se sustenta esse discurso com os indicadores que estamos expressando, hoje, de redução do risco-país, queda da taxa de juros, de recorde de geração de emprego, de produção industrial, de exportação e de saldo comercial? Será que o terrorismo político vai continuar fazendo parte de uma sociedade democrática? Reivindico, deste plenário, o Fernando Henrique que vi na transição entre os dois Governos. Reivindico o intelectual que contribuiu para a democracia brasileira. Reivindico a majestade do cargo de um ex-Presidente que o Presidente José Sarney soube exercer ao longo dos quase 18 anos em que está fora da Presidência da

República. A majestade de quem aconselha, pondera, propõe, constrói e traz a sua experiência e a sua força para ajudar na agenda da democracia, e não apequenar o debate político que temos de cotidianamente enriquecer no mandato que aqui exercemos.

O Sr. José Agripino Maia (PFL – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Aloizio Mercadante?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Primeiro, ouço o Senador Tião Viana, depois o Senador José Agripino; em seguida, ouvirei os Senadores Fernando Bezerra e Hélio Costa.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Aloizio Mercadante, serei breve. Acho que V. Ex^a fala por todos nós, do Partido dos Trabalhadores e do Governo. Fala com lucidez e com a segurança inquestionável de quem conhece em profundidade toda a evolução do processo econômico brasileiro. O Presidente Fernando Henrique é bem-vindo quando traz um debate para a sociedade, para os partidos políticos. É inquestionável a contribuição que sempre dá à democracia brasileira quando emite sua opinião. Só me causa estranheza o fato de que, toda vez que chega de viagem, o ex-Presidente Fernando Henrique vem com uma crítica. Parece que encontra tantos elogios ao Presidente Lula fora do Brasil, que volta com dor-de-cotovelo e precisa fazer uma crítica ácida ao atual Governo. Causa-me certa preocupação isso, pois poderia contribuir mais num debate de teses e entendimentos sobre o desenvolvimento nacional. Gostaria que V. Ex^a comparasse um pouco mais a crise do desemprego gerada nos oito anos de Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, que, no segundo mandato, dizia: “quem venceu a inflação vencerá o desemprego”. Deixou o País com mais de 10 milhões de desempregados. E o nosso Governo, nesses 10 meses, gera quase 2 milhões de empregos formais. V. Ex^a poderia dar mais ênfase a esse assunto. Tenho certeza de que o Brasil acompanha e aprova toda manifestação de solidez intelectual de V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Agradeço a intervenção do Senador Tião Viana. Considero que as viagens internacionais são muito importantes para se ter uma visão abrangente do mundo, trazer informações, buscar contribuir para a reflexão e para o debate.

Analisando a democracia americana — em sua última viagem, o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve na convenção do Partido Democrata e acompanhou a eleição nos Estados Unidos e, infelizmente, não pôde estar no segundo turno das eleições do Brasil; é uma opção que cada um deve fazer —, vemos o papel dos ex-presidentes como estadistas. O papel de Jimmy Carter, por exemplo, na contribuição da agenda dos direitos humanos e da democratização, para analisar e avaliar eleições em outros países. Bill Clinton escreveu agora *Minha Vida*, excelente obra, mostrando um pouco a sua vida, a reflexão, o cuidado de tratar os temas contemporâneos. Então, essa maturidade democrática temos de reivindicar, temos de construir,

inclusive para preservar a condição de ex-Presidente, do ponto de vista do processo político.

O que mais me preocupa - e aí, Senador José Agripino, já passo a palavra a V. Ex^a - é que precisamos descer do palanque. A época da eleição municipal foi há alguns meses. O Presidente Fernando Henrique Cardoso não quis participar, ou não quiseram que participasse das eleições - não vi nenhum panfleto, material ou propaganda - mas é um direito legítimo. No entanto, terminada a campanha, este País precisa ser governado em todos níveis. Prefeitos vão tomar posse, os governadores de Estado, o Governo Federal. Precisamos ter uma agenda de crescimento, de desenvolvimento e não antecipar 2006, que é um calendário eleitoral, que deve vir no seu tempo, na sua oportunidade.

Devemos tratar da agenda do desenvolvimento, das reformas estruturais, de impulsionar o crescimento da geração de emprego no Brasil. Esse é um grande desafio.

Concedo um aparte ao Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL - RN) - Senador Aloizio Mercadante, estímulo o debate que estamos praticando neste momento. Não tenho procuração do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso para manifestar opinião em seu nome. Mas, até ancorado na pertinente observação do Senador Tião Viana, de que o ex-Senador e ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, cada vez que chega do exterior, crítica o Governo, quero não concordar com isso. Eventualmente, até pode acontecer, e aí encontro as razões. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, patriota acima de tudo, é um homem maduro e reconhecido no plano internacional. Tenho a impressão, Senador Aloizio Mercadante, de que, quando vai à França, aos Estados Unidos, ao exterior, S. Ex^a percebe a realidade que qualquer homem do nível dele percebe e que nós temos de perceber: o mundo todo está crescendo. Talvez essa fosse a razão fundamental da percepção que se tinha de que o Governo Lula seria uma tragédia. V. Ex^a se lembra de que, em novembro e dezembro, o risco Brasil chegou a 2.700, o dólar passou de R\$3,50, em função de uma perspectiva de Governo que se anunciava e que, graças a Deus, não aconteceu, porque o Governo, no campo da economia, agiu com responsabilidade. Louve-se a equipe econômica, que tem o Ministro Antonio Palocci a sua frente. O sucesso deveu-se à rigidez com que a equipe econômica conduziu a economia do País, mas também em função do panorama externo que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso enxerga, de crescimento do mundo, que está comprador, do preço das *commodities*, da valorização cambial, que - é verdade - é um mérito do Governo. Isso produziu o aumento nas exportações, que está levando a indústria brasileira a crescer em grandes níveis. São exportações compradas por um mundo comprador, diferente do mundo que Fernando Henrique Cardoso encontrou, da crise da Rússia, da

crise do México, da crise da Argentina, o que criou turbulência o tempo todo ao Governo de S. Ex^a. Tenho a impressão, Senador Aloizio Mercadante, de que a crítica do Presidente Fernando Henrique Cardoso move-se muito mais pelo seu desejo - patriota que é, como nós também o somos - de que o Brasil pegue a onda de crescimento de países como o México, a Indonésia, a Coréia, a Tailândia e as Filipinas. Estão crescendo muito mais do que o Brasil. Quando dá a pitada de crítica é porque deseja que o Governo acorde. O que S. Ex^a não deseja - nem eu, nem V. Ex^a, nem nenhum de nós - é que aconteça no Brasil o contrário. Por isso, refere-se à incompetência. No campo econômico, em que pouco se esperava do Presidente Lula, Sua Excelência está tendo sucesso, o que é devido, em grande parte, ao que o mundo solicita do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. José Agripino (PFL - RN) - Entretanto, no plano interno, aquilo que se esperava do Presidente Lula não está acontecendo: a obra social. O Fome Zero, o Bolsa-Família e o Primeiro Emprego são programas frustrados. O que incomoda o Presidente FHC também incomoda a mim, que sou brasileiro como o Presidente Lula, que quero ver o Brasil com um ícone, com metas.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O Sr. José Agripino (PFL - RN) - Que grande obra de infra-estrutura está projetada ou acontecendo? Isso é o que nos causa frustração e que leva à crítica do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em minha opinião, é um patriota, um estadista que merece o respeito que tenho por S. Ex^a e que, tenho certeza, V. Ex^a também o tem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT - SP) - Senador José Agripino, para concluir...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP. Fazendo soar a campanha.) - O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT - SP) - Perfeito. Quero concluir, só ponderando duas coisas. Primeiramente, peço desculpas aos dois Senadores, pois a Mesa está impedindo a concessão dos apartes. Lamento muito, Senador Hélio Costa, gostaria muito de ouvi-lo e ao Senador Fernando Bezerra.

Concluo dizendo ao Senador José Agripino que entendo a lealdade que S. Ex^a tem ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e tenho grande respeito pelas pessoas leais. Entretanto, há um outro fator junto com a lealdade, que é o diálogo franco - tenho certeza de que V. Ex^a o fará. Não vejo esse espírito nas declarações apresentadas.

Aqui, ele não fala de onda de crescimento, mas na onda política que está passando, e que ele sabe surfar, que é carioca. Menciona exatamente isso. Posso até ler:

Tem que aproveitar a janela de oportunidades e se jogar de cabeça na onda boa. Eu nasci no Rio de Janeiro. Então onda eu sei pegar. É só o que eu sei. Tem que pegar.

(...)Quando a onda é muito grande, abaixa a cabeça, senão ela te quebra. Ela pode ser muito grande e você pegar de jeito, de lado, assim, você pode, vem, é bonito, faz o jacaré e aporta na areia.

A onda do crescimento é evidente, e temos interesse em ver quais são as sugestões para crescermos mais. Mas o Brasil está crescendo bem acima da média. O Brasil está crescendo mais do que o dobro do período do Governo de S. Ex^a, que foi um período de crescimento exuberante, os melhores oito anos da economia americana. A China já crescia a 8%, 9% ao ano. É verdade que houve turbulências, como, no ano passado, a moratória da Argentina, que se arrastava, e a guerra do Iraque. O Brasil está crescendo, também pelo trabalho que foi feito anteriormente. Penso que o Governo anterior ofereceu contribuições. O País está crescendo, porque tem uma política correta e segue o caminho sólido de gerar recorde de exportação e saldo comercial; porque está estimulando os investimentos privados e públicos, com o PPP, e possibilitando a melhora da dívida pública.

O crescimento da receita tributária vai permitir fazer os investimentos estruturantes. Estamos economizando recursos, melhorando o perfil e desendividando o Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Termine, Sr. Presidente, dizendo que tenho grande interesse em ouvir as críticas da Oposição. Acho que a condição e a estatura de um ex-Presidente ajudam muito um observador atento, sobretudo com a formação intelectual do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas não foi isso que foi exposto ao País nesta oportunidade. Ele está longe do Presidente que patrocinou a transição e muito longe da majestade do cargo que essa condição impõe.

Espero, sinceramente, que não aprofundemos o debate por essa entrevista, mas, sim, pela qualidade da análise, da observação atenta, das recomendações construtivas, das propostas de desenvolvimento que, evidentemente, temos todo o interesse em acolher, discutir e enfrentar, como sempre fizemos nesta tribuna, nesta Casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB, por permuta com o Senador Jefferson Peres – e ambos pretendemos falar antes da Ordem do Dia, que, aliás, não se realizará.

Mantemos o impasse em relação a uma MP que precisa ser devolvida ao Palácio do Planalto, aquela da tal ajuda ao Paraguai. E, portanto, já que sabemos que sequer haverá Ordem do Dia, a solicitação que faço é a de trocar meu tempo com o do Senador Jefferson Peres, para que S. Ex^a fale em seguida, antes dessa Ordem do Dia que será uma mera ficção, por culpa do exagero, da hipérbole do Governo em relação a medidas provisórias.

Peço a palavra, portanto, como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Então, poderíamos fazer o seguinte: eu anunciaria a Ordem do Dia, diria que não há acordo entre as Lideranças, e V. Ex^a teria vinte minutos, o tempo regimental.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não seria uma solução ruim. De qualquer maneira, eu pediria a palavra na condição de Líder do PSDB e da Minoria neste momento e, na hora em que V. Ex^a fosse suspender a Ordem do Dia, gostaria de arrazoar os porquês de tanto impasse no País. Na verdade, tenho duas falas a fazer. Hoje é dia de aborrecimento para a Casa, porque falarei duas vezes – agora ou mais tarde, como Líder, por vinte minutos.

Não queria que encerrássemos a Ordem do Dia de forma fria, com estas palavras: não há acordo, então, está encerrada a Ordem do Dia. Não! Eu queria ter a palavra para discutir o porquê e concordaria com V. Ex^a, se fosse essa, digamos assim, a nossa posição de consenso.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a poderia discutir a matéria. Eu anunciaria a Ordem do Dia e a primeira matéria dela constante, e V. Ex^a pediria a palavra para discuti-la.

Comunico aos Srs. Senadores, com muita satisfação, que hoje é o primeiro dia de cumprimento da meta, que estabelecemos, de informatização total dos nossos trabalhos. Já dispomos da informatização da Ordem do Dia, e os Srs. Senadores poderão operar os computadores que se encontram em cima de suas respectivas bancadas, de modo que, instantaneamente, tenham acesso a todas as informações constantes do banco de dados do Senado Federal.

Lembro, também, aos Srs. Senadores que, há um mês, estamos editando o jornal semanal do Senado e não somente o jornal diário. Esse jornal semanal está sendo distribuído em todos os Estados da Federação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.485, DE 2004

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do RISF, requeremos urgência para a MSF nº 187, de 2004, que "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$24,075,000.00 (vin-

te e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e a Prefeitura Municipal de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana e Recuperação Ambiental da Bacia do Rio Betim".

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2004.

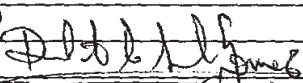
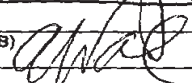

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 187, DE 2004.
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 30/11/04, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS):

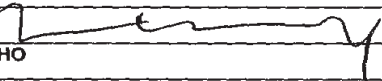


PRESIDENTE: 

RELATOR (A): 

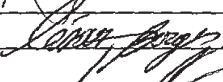
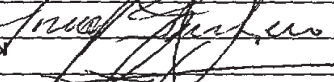

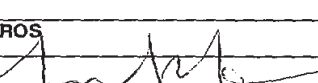
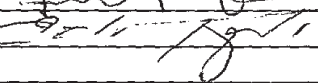
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-FATIMA CLEIDE (PT)
ANA JULIA CAREPA (PT)	2-FLAVIO ARNS (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	3-SÉRY S LHESSARENKO (PT)
DELCIDIO AMARAL (PT) 	4-DUCIOMAR COSTA (PTB)
ROBERTO SATURNINO (PT)	5-CRISTOVAM BUARQUE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB) 	6-AELTON FREITAS (PL) 
IDELI SALVATTI (PT)	7- -VAGO-
FERNANDO BEZERRA (PTB)	8- -VAGO-

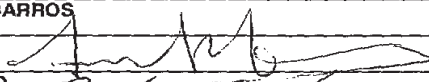
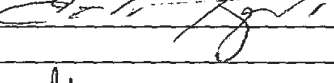

PMDB

RAMEZ TEBET	1-HÉLIO COSTA
MÃO SANTA 	2-LUIZ OTÁVIO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VALMIR AMARAL 
ROMERO JUCA	4-GERSON CAMATA
JOÃO ALBERTO SOUZA	5-SÉRGIO CABRAL
PEDRO SIMON	6-NEY SUASSUNA
VALDIR RAUPP 	7-MAGUITO VILELA

PFL

CÉSAR BORGES 	1-ANTONIO CARLOS MAGALHAES
EFRAIM MORAIS	2-DEMÓSTENES TORRES
JONAS PINHEIRO 	3-EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN 	4-JOSÉ AGRIPINO
PAULO OCTAVIO 	5-JOSÉ JORGE
RODOLPHO TOURINHO 	6-MARCO MACIEL

PSDB

ANTERO PAES DE BARROS 	1-ARTHUR VIRGILIO
SÉRGIO GUERRA	2-ÁLVARO DIAS
EDUARDO AZEREDO 	3-LÚCIA VÂNIA
TASSO JEREISSATI	4-LEONEL PAVAN 

PDT

ALMEIDA LIMA 	1-OSMAR DIAS
--	--------------

PPS

PATRICIA SABOYA GOMES 	1-MOZARILDO CAVALCANTI
---	------------------------

REQUERIMENTO Nº 1.486, DE 2004

Nos termos do art. 70, combinado com o inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais do art. 215 do RISF, requer-se que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, inspeção nos convênios celebrados entre a União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/0001-57), CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (CNPJ 007.630.060/0001-10), no período de 1998 até a presente data, a fim de verificar:

- a) Se houve desvio de finalidade na celebração e/ou execução dos referidos convênios;
- b) Se os preços pactuados no convênio são compatíveis com os praticados no mercado, e
- c) Se as prestações de contas e as condições fiscais e cadastrais das entidades atendem às exigências previstas nas Instruções Normativas da Secretaria do Tesouro Nacional.

Justificação

A fiscalização do Poder Executivo é um dever de qualquer parlamentar, que deve ser viabilizado pelo aparato estatal sempre que cumpridas as formalidades legais e regimentais, sob pena de incidir a autoridade que obstaculize tal pretensão em crime de responsabilidade.

No contexto das investigações da CPMI “da Terra”, verificou-se a celebração de uma série de convênios com as supracitadas entidades, ao mesmo tempo em que elas apresentam uma estreita relação com movimentos sociais que promovem invasões de terra no País, nomeadamente o MST–Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O volume dos recursos transferidos para tais entidades, rareado durante os anos de 2000-2002 em virtude de denúncias de irregularidades em sua aplicação, sofreu expressivos aumentos a partir do ano de 2003, dando ensejos a suspeitas sobre sua adequada utilização.

Tais suspeitas consubstanciam-se especialmente na hipótese de que verbas públicas possam estar sendo utilizadas para custear a estrutura dos movimentos sociais do campo, inclusive no que se refere ao treinamento de líderes, promoção e manutenção de invasões e aliciamento de militantes, o que configuraria, em tese, malversação dos recursos públicos ou, no mínimo, um desvio do objeto de tais convênios.

Assim, faz-se necessário que tais informações sejam levantadas e remetidas a esta Casa Legislati-

va, a fim de que seja possível utilizá-las para realizar o amplo diagnóstico sobre o problema da reforma agrária e da disputa por terras no País, que é objeto desta CPMI, razão pela qual se requer todo o empenho à Corte de Contas.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– **Álvaro Dias.**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador **Sibá Machado.**

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.487 DE 2004

Requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Kaká, meia do Milan, escolhido pela ONU para ser o Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao futebolista brasileiro Kaká, hoje integrante da equipe do Milan, da Itália, e titular da Seleção Brasileira de Futebol, por ter sido escolhido pela ONU para ser o Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à representação da ONU em Brasília.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante da acertada decisão da Organização das Nações Unidas – ONU, ao escolher o atleta brasileiro Kaká, ex-integrante do São Paulo F.C. e hoje pertencente ao Milan, da Itália, para ser o Embaixador contra a Fome Mundial. O jovem jogador, além de excelente futebolista, é pessoa que reflete confiança e serenidade, ideal para a função de despertar nos povos de todos os continentes para o grave problema da fome. São dele essas palavras, proferidas ao receber a honrosa incumbência: “É uma honra ajudar a equipe do PAM da ONU e ajudar a combater a fome no mundo. Recebi muitas coisas boas por causa do futebol e gostaria de dar algo em troca, levando esperança às crianças que passam fome no mundo. Quero servir de exemplo às crianças. Gostaria de dizer a elas que os sonhos podem ser realizados, com fé e perseverança”.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.

– **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.488, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Jerusa de Souza Andrade, do Amazonas, contemplada com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo tra-

balho “Agregação de valor e conservação das matérias-primas regionais”, Categoria Econômica/Tecnológica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Jerusa de Souza Andrade, do Amazonas, contemplada com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, concorrendo com o trabalho “Agregação de valor e conservação das matérias-primas regionais”. O Prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.489, DE 2004

Requer voto de Aplauso a João Tito Borges, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Água Limpa para Pequenas Comunidades da Amazônia”, Categoria Social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a João Tito Borges (Amazonas), contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Social de 2004, concorrendo com o trabalho “Água Limpa para Pequenas Comunidades da Amazônia”. O Prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.490, DE 2004

Requer voto de aplauso a Geraldo Lira de Souza, do Amazonas, contemplado com

o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Jovem Marceneiro”, Categoria Social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Geraldo Lira de Souza, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Social de 2004, concorrendo com o trabalho “jovem Marceneiro”. O prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Suani Teixeira Coelho, de São Paulo, contemplada com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na região Norte”, Categoria Ambiental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Suani Teixeira Coelho, de São Paulo, contemplada com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Ambiental de 2004, concorrendo com o trabalho “Comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na região Norte”. O prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso proposto seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.492, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Juan David Revilla Cardenas, do Amazonas, contempla-

do com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Qualidade de produtores rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinados a insumos de fitoterápicos e fiticosméticos”, Categoria Social.

Requeiro, nos termos do art. 222, do regimento interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Juan David Revilla Cardenas (Amazonas), contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Social de 2004, concorrendo com o trabalho “Qualidade de produtores rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinados a insumos de fitoterápicos e fiticosméticos”. O Prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônia.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.493, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de A. Portela e Jesuete Pacheco Brandão, do Amazonas, contemplados com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Sistemas Agroflorestais e Turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã Mirim: Comunidade Agrícola de Tarumã-Açú”, Categoria Ambiental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de A. Portela e Jesuete Pacheco Brandão, do Amazonas, contemplados com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Ambiental de 2004, concorrendo com o trabalho “Sistemas Agroflorestais e Turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã Mirim: Comunidade Agrícola de Tarumã-Açú”. O prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso proposto seja levado ao conhecimento dos homenageados.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônia.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Décio Ferreira de Oliveira, do Rio de Janeiro, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Projeto Experimental para Compostagem”, Categoria Ambiental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Décio Ferreira da Silva, do Rio de Janeiro, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Ambiental de 2004, concorrendo com o trabalho “Projeto Experimental para Compostagem”. O prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônia.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Alfredo Kingo Oyama Homma, do Pará, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”, Categoria Econômica/Tecnológica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a Alfredo Kingo Oyama Homma, do Pará, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, concorrendo com o trabalho “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”. O prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.496, DE 2004

Requer Voto de Aplauso a Nilson Luiz de Aguiar Carvalho, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro do Amazonas”, Categoria Econômica/Tecnológica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso a Nilson Luiz de Aguiar Carvalho, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Econômica/Tecnológica de 2004, concorrendo com o trabalho “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro do Amazonas”. O Prêmio é de iniciativa do Programa Ação Pró-Amazônia, com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso proposto seja levado ao conhecimento do homenageado.

Justificação

A homenagem que ora formulo justifica-se diante dos aspectos educacionais do Projeto Ação Pró-Amazônia, que, em diferentes categorias, acaba de premiar trabalhos voltados para o desenvolvimento da região Amazônica.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sibá Machado.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 346, DE 2004

Acrescenta incisos VII e VIII ao art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre o conteúdo do cheque.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 1º

.....

VII – a data de abertura da conta-corrente, impressa abaixo da linha de assinatura (mês/ano);

VIII – a data de abertura da primeira conta-corrente do emitente em qualquer banco ou instituição financeira, impressa abaixo da linha de assinatura (mês/ano).

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A Circular Bacen nº 2.989, de 2000, estabelece a impressão, no cheque, da data de abertura da respectiva conta-corrente, com o intuito de conferir maior credibilidade ao instituto do cheque.

No entanto, inúmeras são as situações em que correntistas de boa-fé são prejudicados pela aplicação dessa disposição. Uma delas é a de correntista que, por sua conveniência ou não, mude de agência bancária ou de instituição financeira ou, ate mesmo, migre de uma unidade da Federação para outra, inclusive, de acordo com a legislação trabalhista, é usual que, ao mudar de emprego, o empregado seja compelido a abrir conta-corrente no banco e agência estipulados pelo empregador. Uma simples mudança de agência dentro da mesma instituição financeira implica definição de nova data. Portanto, a regra contida na referida circular tem um caráter discriminatório e extemporâneo, levando o correntista mais antigo a permanecer fiel ao seu banco e o inibe a buscar um banco mais competitivo em termos de serviços, tarifas, atendimento personalizado e melhores condições em geral.

Com a proposição que ora apresentamos pretendemos democratizar a relação existente entre banco e correntista, com vistas a conferir de escolha ao correntista e estimular a concorrência no setor bancário. Mantemos o disposto na referida circular mas agregamos, na impressão do cheque, a data de abertura da primeira conta do correntista em qualquer instituição do sistema financeiro.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que representará um benefício substancial para os correntistas e para o conjunto da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004
– **Aloizio Mercadante**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.357, DE 2 DE SETEMBRO DE 1985

Dispõe sobre o cheque e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Da Emissão e da Forma do Cheque

.....
 Art. 1º O cheque contém:

Banco Central do Brasil

- I – a denominação “cheque” inscrita no contexto do título e expressa na língua em que este é redigido;
- II – a ordem incondicional de pagar quantia determinada;
- III – o nome do banco ou da instituição financeira que deve pagar (sacado);
- IV – a indicação do lugar de pagamento;
- V – a indicação da data e do lugar de emissão;
- VI – a assinatura do emitente (sacador), ou de seu mandatário com poderes especiais.

Parágrafo único. A assinatura do emitente ou a de seu mandatário com poderes especiais pode ser constituída, na forma de legislação específica, por chancela mecânica ou processo equivalente.

CIRCULAR 2.989

Altera normas relativas ao **cheque**.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 28 de junho de 2000, com base no item III da Resolução nº 885, de 22 de dezembro de 1983, e no art. 2º da Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990,

D E C I D I U:

Art. 1º Introduzir as seguintes alterações nas Especificações do Modelo-Padrão de **Cheque**, constante do CADOC como modelo nº 38058-0, dentro do item 3 - Diagramação e Preenchimento dos Campos de Identificação do **Cheque**, título "NO ANVERSO":

I - na alínea "a", as definições do código de agência "AG" e do dígito verificador "Cl" passam a vigorar com as seguintes redações:

"AG: código da agência sacada, representado por quatro posições;" (NR)

"Cl: dígito verificador correspondente aos campos COMP, BANCO e AG, tomados nessa ordem, calculado com peso de 2 a 9, módulo 11 e 0 (zero) no resto 10;" (NR)

II - na alínea "c", o inciso III passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - à direita, devem ser impressas as linhas reservadas à indicação, pelo emitente, do local e da data de emissão do **cheque** e à respectiva assinatura, podendo, a critério da instituição, ser incluída a impressão da logomarca do cliente, a qual não pode atingir o espaço destinado à impressão de caracteres magnéticos, tanto o pré-marcado como o de pós-marcação, observado que abaixo da linha de assinatura devem ser impressos o nome do correntista, a data de abertura da conta de depósitos (mês/ano), o respectivo CPF ou CNPJ, o número, o órgão expedidor e a sigla da unidade da federação referentes ao documento de identidade constante da ficha-proposta de pessoas físicas, conforme indicado no 'Modelo de Preenchimento de Campos e Áreas do Anverso do **Cheque**', bem como que: (NR)

- no caso de conta conjunta, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do primeiro titular; (NR)

- no caso de conta de menor, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do responsável que o represente ou assista; (NR)

- no caso de conta de pessoa economicamente dependente, devem figurar, no mínimo, o CPF e os dados do documento de identidade do respectivo responsável;" (NR)

Art. 2º Fica alterado o art. 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 24 de agosto de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19. As ocorrências serão excluídas do Cadastro de Emitentes de **Cheques** sem Fundos:

- a) automaticamente, após decorridos cinco anos da respectiva inclusão; (NR)
- b) a pedido do estabelecimento sacado, ou por iniciativa do próprio executante, se comandada a inclusão por erro comprovado, hipótese em que a instituição, tão logo tenha conhecimento do fato, deve comandar a exclusão do CCF, sem ônus para o cliente;
- c) a qualquer tempo, a pedido do estabelecimento sacado, desde que o cliente comprove junto a ele o pagamento que deu origem à ocorrência, e, nos casos de prática espúria, regularize o débito;
- d) por determinação do Banco Central do Brasil."

Art. 3º Ficam alterados os itens 13, 14 e 15 da Circular nº 1.528, de 24 de agosto de 1989, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"13. Ao recusar o pagamento de **cheque**, a instituição financeira deve:

- a) registrar, no verso do **cheque**, em declaração datada, o código correspondente ao motivo da devolução, sendo que, no caso de **cheque** apresentado ao caixa, o registro deve ser feito com anuência do beneficiário; (NR)
- b) manter registro da ocorrência no caso de **cheques** devolvidos pelos motivos 11 a 14, e providenciar a imediata comunicação ao emitente no caso de **cheques** devolvidos pelos motivos 12 a 14, com vistas à regularização da situação." (NR)

"14. Ao recusar o pagamento de **cheque** por motivo que enseje a inclusão de ocorrência no Cadastro de Emitentes de **Cheques** sem Fundos (CCF), tanto daquele transitado pelo Serviço de Compensação de **Cheques** e Outros Papéis (SCCOP), quanto do apresentado ao caixa, a instituição financeira deve:

- a) providenciar a referida inclusão no prazo de quinze dias, contados da data de devolução do **cheque**;
- b) manter à disposição do emitente, pelo prazo em que a ocorrência figurar naquele cadastro, cópia do **cheque** recusado, com vistas à comprovação da documentação a ser apresentada pelo mesmo para a respectiva exclusão." (NR)

"15. Admite-se a comprovação de que trata a alínea 'c' do art. 19 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 24 de agosto de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 31 de janeiro de 1990, mediante apresentação:

- a) do **cheque** que deu origem à ocorrência;

b) do extrato de conta em que figure o débito relativo ao **cheque** que deu origem à ocorrência;

c) na impossibilidade de apresentação dos documentos citados nas alíneas 'a' e 'b', de declaração do beneficiário dando quitação ao débito, devidamente autenticada em tabelião ou abonada pelo banco endossante, acompanhada da cópia do **cheque** que deu origem à ocorrência, bem como das certidões negativas dos cartórios de protesto relativas ao **cheque**, em nome do emitente." (NR)

Art. 4º Para efeito do disposto no art. 25 do Regulamento anexo à Resolução nº 1.631, de 1989, com a redação dada pela Resolução nº 1.682, de 1990, as instituições financeiras depositárias de recursos em contas de depósitos à vista devem prestar as seguintes informações, no caso de **cheque** devolvido pelos motivos 11 a 14, 21, 22 e 31, mediante solicitação formal do interessado e observadas as demais condições previstas neste artigo:

I - nome completo e endereços residencial e comercial do emitente, conforme constarem da ficha-postosta;

II - o motivo alegado para a sustação ou revogação, no caso de **cheque** devolvido pelo motivo 21.

Parágrafo 1º As informações referidas neste artigo somente podem ser prestadas:

I - ao beneficiário, caso esteja identificado no **cheque**, ou a mandatário legalmente constituído;

II - ao portador, em se tratando de **cheque** para o qual a legislação em vigor não exija identificação do beneficiário e que não contenha referida identificação.

Art. 5º Fica alterado o art. 4º da Circular nº 2.655, de 17 de janeiro de 1996, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º No caso de **cheque** emitido por correntista de conta conjunta, devem ser incluídos no CCF os nomes e os respectivos números de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de todos os titulares dessa conta, acrescentando-se o tipo de conta corrente." (NR)

Art. 6º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, admitindo-se que os procedimentos operacionais relacionados ao cumprimento do disposto nos arts. 1º, 2º e 5º sejam implementados até 28 de setembro de 2000.

Art. 7º Ficam revogadas a Circular nº 1.825, de 16 de outubro de 1990, e a Carta-Circular nº 1.049, de 12 de julho de 1984.

Brasília, 28 de junho de 2000

Sérgio Darcy da Silva Alves
Diretor

Obs.: retransmitida em função de incorreção na alínea "b", do item 14 da Circular nº 1.528, alterado pelo art. 3º

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 204, DE 2004

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 204, de 2004, que *autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.*

À Medida Provisória foi apresentada uma emenda perante a Comissão Mista.

Foram proferidos pareceres no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Pastor Frankembergen (PTB-RR), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória e pela rejeição da emenda.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 25 do corrente, quando sua apreciação foi transferida, em virtude da falta de acordo de lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 4 de agosto e não se instalou;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 17 de agosto, tendo sido aprovada naquela Casa no último dia 24;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria pelo Congresso Nacional esgotou-se no dia 16 de setembro, e o de sessenta dias de vigência, no dia 1º de outubro, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 24.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Antes, porém, designo o nobre Senador Juvêncio da Fonseca Relator revisor. (Pausa.)

Entretanto, como haverá adiamento da matéria, peço a V. Ex^a leia o parecer em outra oportunidade.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Senador Juvêncio da Fonseca, como não votaremos a matéria hoje, proponho a V. Ex^a que leia o parecer no momento da votação. (Pausa.)

Está me recordando a Senadora Ideli Salvatti que, como o prazo da medida desaparece hoje, não teremos como ler o parecer em outra oportunidade.

Concedo, pois, a palavra a V. Ex^a, para que o leia sucintamente, uma vez que o Senador Arthur Virgílio está esperando na tribuna.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, chega ao exame do Senado Federal a Medida Provisória nº 204, de agosto de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, no dia 1º de agosto de 2004.

O singelo, porém importante, objetivo da Medida Provisória é autorizar o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à nação-irmã paraguaia por meio da doação de medicamentos e insumos, cessão de uso de equipamentos e suporte técnico, com vistas ao amparo das centenas de vítimas ocasionadas pelo nefasto incêndio em um supermercado em Assunção no dia 1º de agosto de 2004.

Os pressupostos constitucionais para a edição das medidas provisórias pelo Presidente da República, estabelecidos, também, no art. 62, encontram-se satisfeitos, quais sejam, urgência e relevância da medida a ser adotada, uma vez que o estado era emergencial e necessitava de tratamento tempestivo, com as graves dificuldades para o Paraguai em prestar a assistência necessária às vítimas do incêndio.

Por todo o exposto, Sr. Presidente, o voto é pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 204, de 2004.

É o seguinte o parecer na íntegra:

PARECER Nº 1.838, DE 2004

De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.

Relator-Revisor: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Chega ao exame do Senado Federal a Medida Provisória (MPV) nº 204, de 3 de agosto de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi relatada pelo Deputado Pastor Frankembergen, cujo parecer proferido em Plenário, pela Comissão Mista do Congresso Nacional, concluiu o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória, e rejeição da única emenda apresentada, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia.

A Medida Provisória foi aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados em 24 de novembro de 2004, e encaminhada em seguida ao Senado Federal.

II – Análise

O singelo porém importante objetivo da Medida Provisória é autorizar o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à nação irmã paraguaia, por meio da doação de medicamentos e insumos, cessão de uso de equipamentos e suporte técnico, com vistas ao amparo das centenas de vítimas ocasionadas pelo nefasto incêndio em um supermercado em Assunção, em 1º de agosto de 2004.

Do exame do art. 62, § 1º, da Constituição Federal, verifica-se que a Medida Provisória não veicula matéria sobre a qual incida vedação material. Também, o tema nela versado é de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme art. 61, § 1º, II, f, da Carta Magna.

Os pressupostos constitucionais para a edição de Medidas Provisórias pelo Presidente da República, estabelecidos também no art. 62, encontram-se satisfeitos, quais sejam, urgência e relevância da medida a ser adotada, uma vez que o estado era emergencial e necessitava de tratamento tempestivo, com as graves dificuldades para o Paraguai em prestar a assistência necessária às vítimas do incêndio.

No mérito, cumpre destacar, a exemplo da Exposição de Motivos que acompanha a Mensagem Presidencial, que a Constituição prevê em seu art. 4º, inciso X, que a República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. No mesmo artigo, a Constituição consagra a busca da

solidariedade latino-americana como outra das mais altas finalidades da nossa Pátria.

Nesse sentido, dada a carência de equipamentos, medicamentos e pessoal especializado para lidar com aquela imensa tragédia na capital do país irmão, é sobremaneira louvável a iniciativa brasileira de fornecer ajuda humanitária.

Releve-se, por fim, que a Medida Provisória está em harmonia com as normas financeiras e orçamentárias vigentes.

III – Voto

Por todo o exposto, o voto é pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 204, de 2004.

Sala das Sessões, 30 de novembro de 2004.
– **Juvêncio da Fonseca**, Relator-Revisor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– O parecer é pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 204, de 2004.

Antes de iniciar a discussão, o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Pastor Frankembergen (PTB – RR), e do Relator revisor, Senador Juvêncio da Fonseca (PDT – MS), pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

As SRA.s e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da medida provisória e da emenda, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, logo após a Ordem do Dia, responderei ao discurso do Líder Aloizio Mercadante, no mesmo tempo de vinte minutos usado por S. Exª, explicando algo que é basilar: o direito que um homem público, ex-Presidente da República, portador de seus direitos políticos inteiros, no caso, o Senador Fernando Henrique Cardoso, tem de falar, arrazoar, opinar sobre a cena nacional.

É preciso, de uma vez por todas, contrapormo-nos a certa histeria que ocorre no PT toda vez em que o Presidente Fernando Henrique resolve falar. Percebi e já disse a V. Exª que ex-Presidente da República pode

falar, sim. O PT não é contra a fala do ex-Presidente da República. S. Ex^a pode falar, desde que a favor; contra, não. E esse traço de autoritarismo vamos esmiuçá-lo daqui a pouco, Senador José Agripino, em vinte minutos.

Por agora, digo que hoje é o dia do basta à orgia das medidas provisórias por parte do Presidente Lula. Temos uma ocasião simbólica e vamos exercê-la. Hoje é o último dia de validade da medida provisória que cuida do auxílio a vítimas de incêndio no Paraguai. É meritória a idéia do auxílio. Ele já foi dado, aliás. A despesa já foi feita, está tudo consumado.

Mas a Oposição não concordará com a votação dessa matéria hoje. A Oposição simplesmente, hoje, exigindo o cumprimento da praxe, devolve ao Planalto uma medida que não deveria vir sob forma de medida provisória. Outros instrumentos deveriam ter sido usados. Este é o aviso que damos, porque, na semana que vem, haverá mais. Temos uma decisão muito clara: medida provisória, dentre as 28 que estão sendo analisadas por nós, que seja urgente e relevante e, portanto, constitucional, terá o voto “sim” ou o voto “não” da Oposição. Medida provisória que seja relevante, mas que não seja matéria urgente, terá o voto contrário da Oposição, sistematicamente, a partir deste momento.

Ainda, Sr. Presidente, medida provisória fútil, medida provisória desnecessária, medida provisória que resolva o problema de curto prazo do Governo e complique a vida desse Governo atrapalhado e incompetente, cujo rei está nu mesmo, será pura e simplesmente devolvida por nós se chegar aqui com o prazo vencido.

Então, o Governo – e advirto lealmente o Governo – cuide de não deixar as medidas provisórias chegarem aqui com prazo vencido. Se chegarem com o prazo vencido, serão devolvidas para o Palácio do Planalto.

Essa é a primeira decisão que a Oposição toma de maneira mais drástica, chamando o Governo a uma razão que até hoje ele não teve.

Eu dizia algo ainda há pouco, quando pedia para falar antes da Ordem do Dia, antes do Senador Jefferson Péres, quando dizia que S. Ex^a e eu falaríamos ambos antes da Ordem do Dia, até porque a Ordem do Dia de hoje é uma ficção, ela não se completará, não existirá, a pauta continuará trancada. Aliás, esse é o Governo da pauta trancada, esse é o Governo que se obstrui a si próprio, esse é o Governo incompetente que faz que seus próprios passos sejam turvados pela ação de incúria com que trata a edição de medidas provisórias. E hoje não teremos a menor contemplação com uma decisão que foi tomada pela unanimidade

das nossas Bancadas – e não duvido que seja esse o sentimento do PFL.

Portanto, Sr. Presidente, que daqui para frente estabeleçamos novamente alguns pontos bastante bons de serem anotados pelo Governo. Essas 28 medidas provisórias serão votadas assim, aos trancos e aos barrancos: quando for para votar contra, se vota contra; quando for para devolver para o Planalto, se devolve para o Planalto. Estamos devolvendo esta para o Planalto sem nenhuma honra, sem laço de fita, sem caixa de grife; estamos devolvendo no papel de embrulho para o Palácio do Planalto, porque não é matéria para virar medida provisória.

Vamos votar essas 28. Após essas 28, não aceitaremos mais que nos vençam – que o Governo mostre a sua maioria, que até hoje não conseguiu mostrar nesta Casa –, que nos superem e nos suplantem. A decisão da Oposição é muito clara e vai ser aqui repetida: só votaremos quaisquer medidas provisórias, depois das 28 que estão em curso, boas ou ruins, se vierem respaldadas pelo parecer de um relator, aprovado na comissão especial, que agora vai ter que se reunir. Ou votaremos sistematicamente pela devolução, sem honra, sem laço de fita, para o Palácio do Planalto, da medida provisória em tela, seja ela qual for e tenha ela o teor que tiver.

Mais ainda: a Oposição não discutirá essa história de mexer no rito, até porque o PT exigiu bastante esse rito, como se ele fosse libertador do Congresso, e o rito que está aí não pode ser apreciado como bom ou como ruim – eu mesmo estou confuso –, até porque o PT não deixa que nós o apreciemos como bom ou como ruim, ele me põe confuso. O PT simplesmente atravanca a pauta com medidas provisórias e não nos deixa avaliar se com medidas importantes e relevantes e urgentes, apenas essas, talvez não fosse melhor funcionar assim, dando mais soberania ao Congresso.

Portanto, Sr. Presidente, sou até mais leniente do que o Líder Aloizio Mercadante quando S. Ex^a diz que “o Governo tem um aproveitamento menor em medidas provisórias sérias do que o que eu imagino”. Suponho que 40% das MPs que aqui chegaram são urgentes e relevantes e, portanto, merecem ser trabalhadas com todo respeito e todo acatamento pelo Congresso.

Trinta por cento, Senador Ramez Tebet, são medidas provisórias que poderiam muito bem ter sido trabalhadas como projetos de lei, relevantes, porém não urgentes. Mereceriam e necessitariam de um estudo mais aprofundado do Congresso Nacional.

Os outros 30%, para mim, são lixo puro, como essa que diz que é preciso mandar dinheiro para a África para enfrentar nuvem de gafanhoto no Senegal ou sei lá onde, nessa política externa – que daqui a pouco

discutirei – insana, incompetente, infanto-juvenil, que joga tudo na idéia de haver no Conselho de Segurança da ONU uma vaga permanente para o Brasil, quando não existe mais nem ONU – mutilada e trucidada que ela tem sido pelo unilateralismo com que a diplomaria norte-americana trata o mundo.

Portanto, a do gafanhoto não passará. A do gafanhoto teria que passar por cima da Oposição. Gafanhoto, não! Nem gafanhoto em Roraima, nem gafanhoto em medida provisória. Não passará! Gafanhoto, não! E não passará tampouco esta medida cujo prazo vence hoje.

Estou pouco me importando se o prazo significa algo de desgaste para um Governo que está trabalhando de maneira infantil a sua política externa. Não passará, porque não é matéria urgente, e não é relevante a ponto de trabalharmos a sua urgência transformando-a em medida provisória. Que o Governo mande para cá outro instrumento.

Mais ainda. Vou fazer o anúncio de uma outra posição do PSDB, nobre Líder Aloizio Mercadante. A medida provisória que transforma, para tirá-lo do alcance do Ministério Público, o Sr. Henrique Meirelles em detentor de foro privilegiado não passará, a depender dos votos do PSDB. Sou a favor de se dar ao Presidente do Banco Central foro privilegiado. Sou a favor. Se até o Ministro da Pesca, que é de uma cidade a 800 quilômetros do litoral e que não sabe distinguir um peixe de uma arara, tem direito a foro especial, é claro que o Presidente do Banco Central tem direito também. Mas não pela via da medida provisória que, como o Dr. Cláudio Fonteles diz muito bem, é inconstitucional e, portanto, descabida. Se é inconstitucional e descabida, não aprovaremos a medida provisória.

De plano, vai a proposta que faço ao Governo: que ele retire essa medida provisória e mande para cá uma PEC concedendo ou pedindo que concedamos foro especial ao Sr. Henrique Meirelles. Aí a Oposição votará – estou seguro disto –, por unanimidade, a favor não do foro especial para o Dr. Meirelles, de vida pessoal e empresarial tão turbada, tão complicada e tão obscura, mas a favor de dar ao Presidente do Banco Central o direito que os demais Ministros têm, até por ser o cargo dele mais relevante do que o da maioria dos Ministros que compõem qualquer Governo neste País.

Portanto, estou anunciando, com lealdade: votaremos contra essa MP casuística, que visa a tirar Meirelles do alcance do Ministério Público; votaremos a favor de uma PEC que transforme o cargo de Presidente do Banco Central em cargo protegido pelo foro privilegiado, por ser justo, por ser decente.

Em relação a essa de hoje, Sr. Presidente, não há acordo. Ela vence hoje, e o Governo que cuide de fazer a sua parte: daqui para frente, editar menos medidas provisórias, editar medidas efetivamente relevantes e urgentes. Nós, da Oposição, entendemos que com isso estamos inclusive corroborando o discurso do Líder Mercadante, que, semana passada, fez acerbas críticas à histeria, na edição de medidas provisórias, do Governo que tem a honra de tê-lo aqui como competente e eficiente Líder.

Portanto, coerente com o discurso do Líder Mercadante, coerente com a posição que tem sido a da Oposição, não hesitaremos em, daqui para frente, sempre que chegar matéria com essa urgência – vai vencer daqui a pouco, o mundo vai acabar, o pai vai morrer na força, a mãe não sei o quê; então, o pai vai morrer na força, a mãe não sei o quê –, não votar mais medidas provisórias porque o Governo tem uma pressa que se reflete na leviandade de quem, por ser leviano, termina com pressa. E quem termina a vida inteira trabalhando com pressa age, quase sempre, administrativamente, sob o signo da leviandade.

Hoje, daremos um exemplo. Hoje, Presidente Lula, Vossa Excelência vai receber, em papel de embrulho, essa medida provisória que a Oposição está devolvendo. Não a votaremos, porque a matéria não é típica de medida provisória. Ela não é urgente. Ela é relevante, no mérito, mas poderia muito bem ser tratada por outro instrumento. O que tinha que ser feito, já foi feito.

Portanto, a posição está tomada. aguardo que se encerre a Ordem do Dia, Senador Jefferson Péres. Daqui a pouco V. Ex^a terá suas razões a colocar para a Casa. E eu tenho um discurso modestíssimo de resposta ao Líder Mercadante a respeito de uma porção de contradições, que vou evidenciar à Casa, em que caiu S. Ex^a ao defender, com o ardor que é típico do Líder, o Presidente Lula de ataques absolutamente normais, feitos por um homem que detém seus direitos políticos e que não vai ser silenciado por ninguém, por quem quer que seja.

Também não cairei no conto de se dizer: “Muito bem, respondi, disse o que deveria dizer, e daqui para frente vamos elevar o nível e discutir outro assunto”. Responderei em alto nível, cumprindo com o meu dever de Líder do PSDB e mostrando por a mais b que existe muito o que se perscrutar nas estatísticas e o que se criticar num Governo que para mim tem uma face autoritária, é incompetente e dirigido por um rei que, além de incompetente, está completamente nu, sim, diante da opinião pública, Sr. Presidente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, eu queria uma explicação, se possível. Hoje, com o não acordo e a não votação do primeiro item da pauta, que é a medida provisória em que se discute o empréstimo ou a doação de recursos para o Paraguai, essa matéria morre e retorna, portanto, ao Palácio com seu período de tramitação esgotado. O meu questionamento é sobre o que se vai fazer. Pelo visto, essa ajuda foi remetida ao Paraguai, país vizinho e amigo. Evidentemente, se isso ocorreu sem a aprovação do Congresso Nacional, cometeu-se um ato ilegal. Qual será o procedimento do Senado Federal com relação a essa questão?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela Constituição, haverá um ato do Congresso revalidando os praticados durante a vigência da medida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de inscrever-me para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a será o quinto orador. O Senador Antonio Carlos Magalhães pediu a palavra.

Comunico ao Plenário que seguiremos com a votação da medida provisória, uma vez que a discussão já está feita. Como hoje é o último dia, o Plenário decidirá.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, poderia V. Ex^a me conceder a palavra pela ordem?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, são poucos os assuntos do Centro-Oeste que vêm ao plenário do Senado. A próxima medida provisória é de interesse do Centro-Oeste. O único instrumento de desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro é aquele que está consagrado na Constituição de 1988, que estabeleceu fundos para três regiões do Brasil – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Fundo do Centro-Oeste ficou algum tempo sem recurso. A medida provisória seguinte a esta, cujo Relator é o eminente Senador Jonas Pinheiro, refere-se a uma matéria que garante recursos da ordem de R\$1 bilhão para o Centro-Oeste, região que mais tem contribuído para o superávit da balança comercial do

Brasil. Ninguém nega o êxito do agronegócio e a contribuição do Centro-Oeste. Essa medida está para expirar e, daqui a dois dias, terá que ser votada.

Consulto os Líderes da Casa. Faço um apelo aos Líderes do PT e do PFL; ao Senador José Agripino, sempre solícito; ao Senador Arthur Virgílio; ao Líder do PDT nesta Casa, Senador Jefferson Péres; a todos os Partidos. Embora essa medida possa ser devolvida ao Palácio, peço que isso não aconteça com a do Centro-Oeste. Por que não aproveitar o dia de hoje? Porque a pauta está trancada? Desejamos que a Medida Provisória nº 205, referente ao Centro-Oeste, seja votada. Se houver um acordo de Liderança, estaremos ajudando o andamento dos nossos trabalhos, fazendo o destrancamento da pauta. Não vamos correr risco, porque as pessoas lá estão ansiosas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Ramez Tebet, infelizmente, não posso atender à solicitação de V. Ex^a. A medida provisória que estamos votando tem o prazo encerrado hoje, e a do Centro-Oeste ainda vigorará até o dia 6 de dezembro.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Vale o apelo no sentido de chamar a atenção para essa importante medida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, nada contra atender ao apelo do Senador Ramez Tebet, mas há uma preliminar que para mim tem que ficar bem esclarecida. Só aceitei ir à tribuna discutir a matéria seguro de que não haveria votação, ou seja, de que a praxe seria cumprida. Não há acordo para a votação da matéria. Esse é um ponto de vista do qual não posso abrir mão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Arthur Virgílio, há uma decisão, que não é regimental, entre as Lideranças de haver duas sessões para negociar, mas, neste caso, como o prazo termina hoje, o fato é o mesmo: nós a submeteremos à votação, e ela será negada...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu insistiria em manter a praxe. É uma questão de honra. Tenho uma confiança ilimitada na Presidência que V. Ex^a exerce e um carinho por V. Ex^a, que é de fato excepcional em relação ao carinho enorme que tenho aos meus demais colegas, mas não posso mesmo abrir mão disso. Só aceitei ir lá. Do contrário, teríamos encerrado daquela maneira fria, e pedi a V. Ex^a que não o fizesse.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não, eu ia submetê-la...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para eu não votar isso aí. Eu queria devolver isso para o Planalto, em respeito à Presidência que V. Ex^a exerce e em respeito à soberania do Senado Federal. Seria para discutirmos à vontade. Não concordo com a votação e com ela não concordarei ainda que me dêem vinte vidas. Não concordarei com isso em nenhuma das vinte vidas se, porventura, eu tiver acesso a esse privilégio divino.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Arthur Virgílio, estabelecemos...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Aloizio Mercadante, já lhe darei a palavra pela ordem. Estou respondendo ao Senador Arthur Virgílio.

Senador Arthur Virgílio, eu pediria a sua compreensão, porque hoje é a segunda sessão. Já foi lida. Estamos na segunda sessão. Se o prazo termina hoje, como a Presidência pode deixar de submeter a matéria à votação? Está em pauta a votação em plenário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, é a praxe. Vamos passar por cima de uma praxe.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Não estamos passando por cima de uma praxe. Fui eu que estabeleci essa norma de considerarmos duas sessões para isso. E qualquer um dos Senadores iria me censurar, porque hoje é o último dia da medida. E a medida não volta ao Planalto; aqui, perde eficácia por ato do Presidente do Congresso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, quando falei em voltar ao Planalto, eu me referi a isso de maneira simbólica.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) –

Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Creio que vamos chegar ao mesmo resultado sem que possamos ser acusados de não submetê-la...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, é que não podemos abrir mão de algo que terminou virando uma defesa da Oposição na Casa, que é só deliberarmos de qualquer maneira, se houver quórum, no terceiro dia. V. Ex^a teria dito assim: “Não há acordo? Então, não há Ordem do Dia”. Seria essa a expressão de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Secretaria da Mesa me advertiu que se tratava hoje do último dia da medida.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu

sei disso, mas é esta a lição que queremos dar, é a pedagogia para o Planalto: nós a devolvermos, para que não se editem mais medidas desse tipo daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Mas V. Ex^a pode votar contra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não,

Sr. Presidente, posso ser derrotado. E aí a praxe será derrotada também; estará aberto um precedente. Peço a V. Ex^a que medite e perceba que aqui temos sido cooperativos e queremos manter esse espírito.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu sei. Estabelecemos a praxe justamente por que não havia número e as Lideranças não poderiam ficar sem concordar, mas não podemos deixar de submeter a matéria ao Plenário, que quer votar.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não

quero polemizar com a Mesa, mas a praxe...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de ponderar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sena-

dor Aloizio Mercadante, V. Ex^a acabou de falar e parece que engoliu uma agulha de vitrola. Deixe-me falar um pouquinho. Está na minha vez agora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Não falei nada até agora. Só V. Ex^a falou até agora, ninguém mais.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, não quero mais polemizar com a Mesa e não vou mais intervir. Vejo que o Senador Aloizio Mercadante está ansioso para falar, falar, falar. Apenas quero dizer que as razões pelas quais a praxe foi montada não me estão importando muito. O que me importa é a praxe que está em vigência, e a praxe significa o cumprimento da nossa palavra. A praxe, para mim, tem valor de lei. A praxe não pode ser desrespeitada, e não quero abrir precedentes em relação à praxe. Então, para mim, é diferente.

Nós todos aqui, inclusive o Senador Aloizio Mercadante, que disse que tinha vontade de fazer isso, deveríamos votar pela rejeição da medida, abrindo exceção para votarmos no segundo dia, ou, pura e simplesmente, deveríamos dizer que, não havendo acordo, a matéria perderia a validade mesmo. A pretensão do PSDB é a de que a matéria perca a validade pura e simplesmente. Não tenho como dar um passo de concessão nessa direção sem sentir que o meu Partido e eu próprio estamos sendo violentados nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Arthur Virgílio, a praxe será seguida invariavelmente. Apenas não posso deixar de submetê-la a votos, porque hoje é o último dia. Do contrário, seria uma manobra de que a Mesa disporia para evitar a votação pelo Plenário, fugindo de sua atribuição. Peço a compreensão de V. Ex^a. Vamos chegar ao mesmo resultado. Já há seis oradores inscritos para debater. Dessa maneira, não posso suspender a discussão da matéria. Queremos apenas que a Mesa cumpra o seu dever. Vamos chegar ao mesmo resultado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, será minha última intervenção. V. Ex^a está seguro de que vamos chegar ao mesmo resultado e eu não duvidaria de V. Ex^a nunca. A Senadora Heloísa Helena me fala da Constituição, mas eu não estou me referindo à Constituição. Refiro-me à praxe, ao “fio do bigode”. Para mim, a votação dessa matéria hoje, contra a decisão de um Líder de um Partido qualquer da Casa, significa a violentação desse Partido. Nosso objetivo político é o de que não se vote.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Eu jamais violentaria.

Como V. Ex^a mesmo disse, há a Constituição Federal e uma praxe. Estamos seguindo a praxe. Hoje é o segundo dia. Não votamos da outra vez. Hoje, estamos votando...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Constituição determina. Temos de cumprir a Constituição.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, pela praxe, vota-se no terceiro dia. O Governo, por incúria, fez com que a matéria caísse aqui no segundo dia.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– No terceiro dia, não se pode votar, Senador, porque, no terceiro dia, ela já acabou; acaba hoje.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é isso, Sr. Presidente. Essa é a lição que o Congresso Nacional tem de dar ao Governo, em defesa da autonomia do próprio Congresso Nacional. Essa é a lição, essa é a pedagogia em direção ao Palácio do Planalto, para que ele aprenda e, daqui para frente, não edite mais medidas fúteis e não atrapalhe mais a pauta da Casa com medidas que atrapalham o seu funcionamento. Depois, levemente, o Presidente da

República, que está nu, diz que o Congresso Nacional não trabalha. Assim, em qualquer churrasco lá, em determinado momento da euforia do churrasco, vem a história de que o Congresso Nacional não trabalha, o Congresso não opera, que o Governo mandou para cá as matérias. O Governo não foi capaz de aprovar ainda nenhuma matéria essencial.

Então, insisto que a praxe diz que se vota, de qualquer maneira, no terceiro dia. Se acontecer um impasse no segundo dia, a matéria perde a validade, pura e simplesmente. Esse é o meu entendimento, é o entendimento do PSDB, e eu o defenderei com todo ardor, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– V. Ex^a sabe o respeito que tenho por V. Ex^a. Estou chegando ao fim da minha Presidência, nunca tivemos nenhum problema e quero manter isso.

Quero cumprir a Constituição porque realmente há seis oradores inscritos. O prazo termina hoje, senão fâmos estabelecer que esse prazo de três dias – vou repetir – seria uma manobra na mão do Presidente para estabelecer e adiar as matérias que estivesse sob votação.

Há um orador na tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vou

registrar meus sentimentos e meu protesto, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há um orador na tribuna. Eu pediria que, quando S. Ex^a terminasse, V. Ex^a pedisse a palavra, a não ser que se trate de algo referente à presença dele na tribuna, como diz o Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, V. Ex^a sabe o quanto me constrange divergir de V. Ex^a, mas penso que toda a Casa também sensatamente, se quiser, vai entender que V. Ex^a não tem razão. Se V. Ex^a foi instruído pelo nosso querido amigo Secretário da Mesa, ele não foi feliz. Ele não foi feliz porque, neste caso, todos esperavam o último dia e, no último dia, seria votado. Estamos apreciando a preliminar da urgência e da relevância. Confesso, fã incondicional de V. Ex^a, que sequer a urgência e a relevância poderiam ser votadas na medida em que não houve acordo de Liderança. Por não ter havido acordo de Liderança, V. Ex^a não permitiu a leitura do relatório. Ao agir assim, V. Ex^a está confiando, provavelmente, que o número de oradores impedirá a votação. Porém, não se verificará isso, porque o Líder Aloizio Mercadante, ao ser incentivado por essa decisão da Mesa que não julgo correta – perdoe-me V.

Ex^a –, prorrogará esta sessão até o último momento. Não sei o procedimento do meu Líder, mas penso que, pela praxe que se vem verificando, S. Ex^a está de pleno acordo com o Líder Arthur Virgílio.

Não podemos aprovar essa medida que se refere a um assunto irrelevante, não urgente. O Presidente da República tomou o poder de legislar por nós, entregando recursos da Nação a um país vizinho e deixando os Municípios brasileiros que sofreram enchentes e desastres de toda ordem, de norte a sul, sem recursos. E ele **sponte propria**, sem a ordem do Congresso Nacional, repassa esses recursos.

Acredito que talvez pague esses recursos o fundo partidário do PT. O Presidente da República não vai retirar esse montante de seu próprio bolso para pagar o seu erro de avançar nas funções do Congresso Nacional e liberar dinheiro sem autorização legislativa.

Conseqüentemente, como – e é bem recente o período eleitoral – o PT foi muito beneficiado pelos empresários no sentido de receber recursos para o diretório do Partido, penso que quem auxiliará o Presidente da República é, sem dúvida alguma, o fundo partidário – ou melhor, os recursos para a campanha que não foram divulgados no Tribunal Superior Eleitoral. Desse modo, o PT pôde distribuí-los como entendeu conveniente em todo o País.

Sr. Presidente, V. Ex^a, quer na Presidência da República, quer na Presidência do Congresso Nacional, nesta e em outra oportunidade, sempre demonstrou um espírito de isenção notável. Dificilmente, haverá um Presidente nesta Casa melhor do que V. Ex^a e é por isso que peço a V. Ex^a que não mantenha essa atitude no sentido de forçar uma votação que quebra a praxe que V. Ex^a bem estabeleceu, que vem sendo mantida com muita segurança e aceita por todos os Líderes.

Essa medida não é urgente nem relevante e por isso não poderia ser votada. Penso até, e a culpa talvez não seja de V. Ex^a, que quando a medida não for relevante nem urgente não poderá ser aceita pela Mesa desta Casa. A Mesa não pode aceitar um projeto inconstitucional, conseqüentemente, não pode aceitar também, como urgente e relevante, uma medida provisória que não possui esses requisitos.

Nada tenho contra o Paraguai, mas a favor do Brasil. Vamos atender as populações carentes. Vamos fazer com que o Fome Zero funcione. Vamos melhorar as condições de vida do povo. Vamos evitar que o ex-Presidente Fernando Henrique faça declarações como fez ontem com grande repercussão no País. E isso só se evita se formos austeros nos gastos públicos.

Daí por que, Sr. Presidente, de minha parte, nego a urgência e a relevância; e, se dependesse de mim, os Líderes Arthur Virgílio e José Agripino entrariam em

obstrução, mas não deixariam votar essa urgência e essa relevância.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Quero, uma vez mais, esclarecer ao Plenário que o §11 do art. 62 da Constituição dispõe o seguinte:

Art. 62.

§11. Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 3º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia da medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

Isto é, ela já produziu seus efeitos e não é uma medida que estivesse regulando ou modificando leis. Foi um ato que foi feito. De maneira que, qualquer que seja a solução, está com seus efeitos alcançados. Então, estamos discutindo aqui um pouco sobre o que, na UDN minha e do Senador Antonio Carlos Magalhães, sempre Afonso Arinos gostava de dizer: o sexo dos anjos. Na verdade, estamos com esse fato. Seria muito melhor que votássemos. É a mesma coisa. Tanto faz aprovar como não aprovar, o resultado é o mesmo.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação aos efeitos políticos disso, já esclareci a nossa posição ao Líder Aloizio Mercadante. V. Ex^a, todavia, não pode esquecer as razões políticas. O jurídico está bem posto aí e não há dúvida de que é isso. Mas a política me diz que essa medida provisória deveria perder a validade sem ser votada aqui e ser devolvida como uma mensagem do Congresso Nacional, onde esta Casa reafirma a sua autonomia e o respeito às suas prerrogativas, que estão sendo diminuídas e apequenadas por essa ação pantagruélica, faminta do Governo, qual seja, a de editar sistemática e futilmente medidas provisórias, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei bastante pragmático e conclusivo. Nosso procedimento é o de que, por duas sessões, tenta-se o entendimento em torno de uma medida provisória. Não havendo entendimento, na terceira sessão vota-se de qualquer maneira. Estamos na segunda sessão. Votaríamos amanhã de qualquer maneira.

V. Ex^a, com propriedade – não quero tirar o direito de V. Ex^a e a correção de sua atitude –, num gesto de um caso singular, pelo fato de a medida provisória perder sua eficácia amanhã, colocou a matéria em discussão para votação. É um caso singular, não um

caso que se enquadre em nada do que discutimos até hoje, devo concordar com V. Ex^a. Contudo, temos razões políticas.

Na quarta-feira passada, expus desta tribuna a posição de meu Partido com relação às medidas provisórias, dizendo que votaríamos as 27 em tramitação na Câmara dos Deputados e nenhuma mais. Daí para frente, somente com audiência das comissões mistas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As que estavam em andamento, votaríamos dentro dos acordos normais.

Na quinta-feira passada, Sr. Presidente, em um gesto de boa vontade da Oposição, sem **quorum** – registre-se: sem **quorum** –, foi firmado um acordo de todas as Lideranças e votadas seis medidas provisórias. Hoje, não há acordo. O prazo de vigência e de eficácia se extingue amanhã, razão pela qual V. Ex^a coloca a matéria em discussão agora. Aí entra uma divergência política: tem razão V. Ex^a e nós temos razão em defender nosso ponto de vista, qual seja, o de manter as três sessões – e não vamos abrir mão. Não que isso signifique contestação à postura de V. Ex^a – longe de nós do PFL –, mas também não vamos abrir mão de uma praxe que entendemos justa e que não vamos quebrar. Se, porventura, a discussão prosseguir, quero comunicar a V. Ex^a que o PFL estará em obstrução e buscará derrubar o **quorum** desta sessão, para que esta matéria não seja votada na sessão de hoje.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem.) – Só para que V. Ex^a nos informe: o encerramento da medida provisória é hoje, e não amanhã?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O encerramento é hoje.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Então, desejo me inscrever para falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – V. Ex^a está inscrita. Antes, porém, darei a palavra ao Senador Jefferson Péres.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

O Senador Jefferson Péres desiste da palavra.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. (Pausa.)

Senadora Heloísa Helena, o Senador Jefferson Péres, num gesto de gentileza, quer ouvir V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Jefferson Péres.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, gosto muito de discordar da Presidência – certamente é um espírito de rebelião –, mas infelizmente hoje tenho que dizer que V. Ex^a está absolutamente correto. Aliás, como sempre, tem se esforçado para conduzir os trabalhos dessa forma. É importante resgatar que não existe nenhum acordo de Liderança que aqui tenha sido feito rasgando a Constituição. Só naqueles episódios em que o Senador Jefferson Péres, Senador Pedro Simon e eu muitas vezes também, em função de propostas de emenda à Constituição e outras, em que exercitamos o “jus esperiandi” aqui, fazemos a crítica; porém, em relação a medidas provisórias, nunca. A medida provisória é hoje e não pode esperar pela praxe de ir para amanhã ou para o terceiro dia.

Existem outros mecanismos, com os quais concordo inteiramente. Auxiliarei politicamente, não formando **quorum**; não votando hoje – não há problema. É importante que se deixe absolutamente claro que, independente de esvaziar o Senado para votar ou independente da votação no painel ser contrária a essa medida provisória, é fundamental, para evitar cantilena enfadonha, mentirosa de qualquer um depois sair por aí dizendo que o Congresso rejeitou uma ajuda humanitária a qualquer outro país. É mentira! O dinheiro já foi encaminhado, não vai ter nenhum problema em relação a isso. Os Senadores do Centro-Oeste também não se preocupem, porque o artifício utilizado para resolver o problema da carteira do Banco do Brasil, dos agricultores do Fundo Constitucional do Centro-Oeste já foi resolvido também. O recurso já foi viabilizado. Não tem problema algum. Aliás, é até bom que essa medida provisória entre para discutirmos a questão do Norte, do Nordeste, a inadimplência.

Então, para deixar absolutamente claro, independente de qualquer resultado – e espero que, ou pelo esvaziamento ou que seja derrubada, porque é simplesmente um protesto da Casa –, a ajuda humanitária já foi feita. Aproveito para solicitar do Governo a ajuda para as vítimas das enchentes de Alagoas, para as quais não chegou nenhuma ajuda humanitária. Aliás, muitas crianças morreram em função da queda das encostas pelo problema da chuva.

Então, apelo para que haja uma ajuda humanitária às vítimas das enchentes. Espero que, em São Paulo, também haja essa ajuda. Todos nós vivenciamos a dor daquela mãe que foi arrastada por um córrego, junto com uma criança recém-nascida.

A ajuda humanitária já foi. Não existe nenhum problema aqui. Acabemos com essa cantilena. O Governo passado já fez isso também em relação às vacinas, com medida provisória, do mesmo jeito. Então, não há nenhum problema. Só quero aproveitar para

reivindicar a ajuda humanitária às vítimas das enchentes do meu Estado de Alagoas e do Nordeste de uma forma geral.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, este debate sobre medidas provisórias vai se tornando repetitivo, cansativo, extrapolando os limites da paciência de quem ouve e de quem se pronuncia.

Mais do que discurso, sem dúvida, é preciso atitude. O Senado Federal precisa ter atitude. Mais do que a Bancada de apoio ao Governo, a Bancada de Oposição tem que assumir uma postura de intransigência em relação a essa afronta permanente à Lei Maior do País.

As medidas provisórias, da forma como são editadas, sem relevância e sem urgência, afrontando os pressupostos constitucionais básicos que permitem sua edição, que convalidam sua edição, que legitimam sua edição, essas medidas se constituem em afronta ao Poder Legislativo, desrespeito, descaso. O Poder Legislativo é amesquinçado na medida em que aceita tranqüilamente, passivamente, a subtração de suas prerrogativas fundamentais de legislar em matérias fundamentais para o futuro do País.

Isso já se repetiu aqui inúmeras vezes. Poderíamos imaginar um Presidente da República com viés autoritário, editando medidas provisórias como se edita atualmente, desde que não fosse o Presidente Lula, com seu passado, com sua história, com sua tradição de luta pela liberdade e pela democracia.

Não estamos reconhecendo o Presidente Lula. O Presidente Lula que conhecemos é outro. É aquele que, em 2001, afirmou que “o Presidente Fernando Henrique Cardoso queria manter as medidas provisórias porque desejava completar seu modelo econômico subordinado ao Fundo Monetário Internacional, sem submeter suas decisões ao Congresso Nacional”. Essa foi uma das inúmeras afirmativas do Presidente Lula na Oposição em combate à edição de medidas provisórias. O Presidente Lula, na condição de Líder Nacional do PT, combateu todos os presidentes, não aceitando a edição de medidas provisórias, e fez essa afirmativa que hoje recai em torno da sua conduta, da sua postura e do seu modelo de administrar o País. É exatamente o Presidente Lula que se mantém atrelado às lições do Fundo Monetário Internacional; é exatamente ele que edita medidas provisórias com uma insistência que o faz recordista no assunto.

Nesse caso, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, não resta outra alternativa à Oposição a não ser a da obstrução. Obstruindo, poderá demonstrar, esta

tarde, que o Governo pode prescindir da Oposição para aprovar medidas provisórias nesta Casa. Se a medida provisória for aprovada hoje por aqueles que sustentam o Governo, estará demonstrado cabalmente que o Governo não depende da Oposição para aprová-las em momento nenhum. Sendo assim, o Presidente da República não precisará mais acusar injustamente a Oposição, responsabilizando-a pelo trancamento da pauta das votações no Senado Federal.

Quero também, Sr. Presidente, discutir um pouco o mérito, a conveniência da proposta. Certamente nenhum dos Senadores se opõe a uma ajuda humanitária, nenhum dos Senadores se opõe a um ato de solidariedade com países latino-americanos, especialmente em função das necessidades que temos de consolidar uma política latino-americana que possa cada vez nos unir mais. Mas o Governo brasileiro tem sido omissivo diante do tratamento que é oferecido pelo governo paraguaio aos brasileiros que vivem naquele país, os chamados brasiguaios.

Os brasiguaios que para lá foram há algum tempo, muitos deles há muito tempo, adquiriram propriedades rurais e sobrevivem contribuindo para que o país possa sair dessa situação trágica de dependência econômica em que vive. Mas agora estão sendo maltratados pela política adotada no Paraguai.

Recebemos diariamente denúncias de que há intransigência, de que há insegurança e de que há até mesmo ameaças que partem do Presidente, que foi à televisão anunciar sua disposição, se necessário for, de tomar propriedades rurais de brasileiros que lá vivem, como represália ou como retaliação pelo fato de que não se exporta soja paraguaia transgênica pelo porto de Paranaguá. Ou seja, em função de uma decisão arbitrária do governador paranaense, de uma postura que afronta a legislação federal, o Presidente paraguaio anuncia que pode tomar propriedades rurais dos chamados “brasiguaios”.

Por isso, Sr. Presidente, seria esta a oportunidade de o Governo brasileiro, nesta demonstração de solidariedade, nesta disposição de bom relacionamento, estabelecer a contrapartida e exigir do governo paraguaio tratamento adequado aos brasileiros que lá vivem.

Desta tribuna, queremos reiterar o pedido que temos feito insistentemente à diplomacia brasileira para que atue no sentido de estabelecer uma negociação que permita aos brasileiros que estão vivendo no Paraguai tranqüilidade para o trabalho e para a produção.

De outro lado, anunciamos também daqui o nosso desejo de ir ao Paraguai, se possível para audiência com o Presidente daquele país, a fim de podermos colocar essa questão em debate e sobretudo para não

sermos injustos ao, recebendo informações e acreditando nas informações que recebemos, criticar daqui o comportamento de uma autoridade estrangeira.

Não é o que desejamos. O que desejamos é contribuir para um perfeito relacionamento entre o Brasil e o Paraguai. O que desejamos sobretudo é contribuir para que os brasileiros que vivem no Paraguai tenham uma vida tranqüila para produzir e viver com dignidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que é claro que a exigência de que se cumpra o rito tradicional para apreciação de medidas provisórias é uma atitude. Mas, sem dúvida, se nós não estabelecermos normas que façam com que a Comissão Mista interrompa a tramitação da matéria como inconstitucional, estaremos, da mesma forma, permitindo que perdure a lentidão do processo legislativo que vem comprometendo o resultado do trabalho desta instituição parlamentar. Nós não estamos oferecendo respostas eficientes às demandas da sociedade em relação ao processo legislativo. A produção legislativa não tem alcançado as aspirações do povo brasileiro. E essa é uma das razões fundamentais da descrença que se generaliza em relação ao Parlamento do nosso País. Só nos resta adotar providências e atitudes que se compatibilizem com o discurso que pronunciamos sempre desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante.

Em seguida falará o Senador Heráclito Fortes e, posteriormente, o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, SRA.s. e Srs. Senadores, eu queria dialogar, particularmente, com o Senador Arthur Virgílio, que, com a sua combatividade habitual e convicções, expressou aqui seu sentimento e sua posição.

Eu gostaria, primeiro, de refletir no seguinte sentido, Senador Arthur Virgílio: a edição de medida provisória para realizar operações humanitárias em relação a outros países é um instrumento para casos de urgência e relevância; é um dos poucos instrumentos de que o Governo brasileiro dispõe hoje.

Quero citar aqui a Medida Provisória nº 78, do Governo Fernando Henrique Cardoso. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a era Líder à época. A medida provisória trata de vacinas e equipamentos para o Paraguai. É uma questão absolutamente semelhante ao que foi feito no dia 8 de novembro de 2002.

Fica autorizado o Poder Executivo, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a doar à República do Paraguai vacinas e equipamentos indispensáveis ao combate da febre aftosa.

Absolutamente meritória, porque a febre aftosa se espalha com muita facilidade e traz prejuízos comerciais à República do Paraguai, evidentemente, e também com risco de contaminar Estados brasileiros. O Governo editou medida provisória e doou vacinas e equipamentos.

O que fez o Governo Lula? O Paraguai, um vizinho do Mercosul – onde hoje vivem quatrocentos mil brasileiros e onde vinte e cinco prefeitos eleitos agora são brasiguaios, brasileiros que vivem no Paraguai – sofre um incêndio com muitas mortes, centenas de pessoas feridas, queimadas, sem medicamento e capacidade de resposta imediata das autoridades de saúde paraguaias. O Brasil imediatamente remete os medicamentos indispensáveis e socorre a população do Paraguai; e o fez com a convicção de que o Congresso Nacional ampararia essa decisão, porque, infelizmente, não temos outro instrumento hoje no poder público. Podemos construir talvez um fundo ou a permissão para que o Governo tome medidas como esta por decreto presidencial, mas ainda não temos esse instrumento.

Os Senadores Juvêncio da Fonseca, Ramez Tabet, Delcídio Amaral, que são de um Estado que faz fronteira com o Paraguai, sabem da importância do tratamento humanitário que devemos dar a um país vizinho, amigo, com poucos recursos e que enfrentou um momento de grande tragédia, pois enterrar centenas de pessoas e tratar de centenas de pessoas sem as condições adequadas exige do Brasil um sentimento de humanidade e solidariedade, o que também foi feito por medida provisória.

Ouvi aqui, até com certa ironia, a decisão do Governo brasileiro de ajudar o Governo do Senegal quando uma nuvem de gafanhotos atacava a agricultura. Lembro este Plenário que recentemente, na África subsaariana, o ataque dos gafanhotos à agricultura africana, especialmente familiar, gerou milhões de famélicos e milhares de mortos em situação exatamente igual àquela que estava acontecendo. A Embrapa brasileira desenvolveu tecnologia, equipamentos técnicos, que enviamos por avião, e acabamos com o ataque do gafanhoto.

Será que olhar para a África, proteger a alimentação em um país onde a fome já é endêmica, impedir que outra tragédia, como aconteceu recentemente, não pode ser reconhecido como um ato meritório do Governo brasileiro? Isso, sim, é um ato urgente e relevante, assim como ajudar as vítimas do incêndio que foi a maior tragédia nacional neste ano na República paraguaia.

Então, peço ponderação. Em primeiro lugar, que pelo menos nos dêem o direito de divergir no mérito,

que é democrático – é evidente que alguns senadores não podem achar que não era meritório e indispensável, nós achamos que era urgente e meritório. Por isso tratamos essa matéria dessa forma. E lembro que o Governo Fernando Henrique de Cardoso e o Ministro Marcos Patrini de Moraes editaram, em novembro de 2002, para o Paraguai doação de vacinas para combater a febre aftosa e equipamentos por medida provisória.

Agora, tão meritório é doar medicamento para as pessoas que estão queimadas e não podem ser tratadas. Isso é um gesto de humanidade e de solidariedade próprio da diplomacia e do relacionamento entre dois países amigos com o qual fazemos fronteira. Temos quatrocentos mil brasileiros vivendo no Paraguai. Temos que olhar isso inclusive com uma visão estratégia de amizade, de solidariedade, de entidade e de Mercosul.

Então, tanto no caso dos gafanhotos, que foi uma resposta para não repetir o que havia acontecido na África subsaariana, como esse episódio, deveríamos considerar pelo menos o direito à diferença.

Nunca desrespeitamos o acordo de tramitação da medida provisória nesta Casa. Muitas vezes, adiamos as votações sempre na busca do acordo, mas o Senador Arthur Virgílio há que reconhecer que hoje temos um fato novo: apesar do acordo, há o vencimento da MP durante o período de tramitação das sessões deliberativas.

Ora, por exigência constitucional, a medida provisória tem que ser apreciada pelo Congresso Nacional, deve ser refletida como uma questão que não vivemos no Senado.

Agora, o que mais me preocupa é que vi desta tribuna, ao longo de dois anos, inclusive do Líder Arthur Virgílio, críticas duras ao rito de tramitação das medidas provisórias, alegando que S. Ex^a havia alertado que isso traria problemas à governabilidade. Nós e o Governo reconhecemos as críticas e as ponderações feitas.

Aí eu gostaria que fossem considerados dois aspectos, Senadores José Agripino, Arthur Virgílio e Antonio Carlos Magalhães: primeiro, nos últimos 45 dias só tivemos duas medidas provisórias. O Governo vem fazendo um esforço muito grande para não utilizar esse instrumento, e o Presidente me reafirmou isso na audiência que solicitei para tratar desse assunto. Segundo, o Governo e o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo, assumem que esse rito de tramitação tem de ser alterado, particularmente em função da situação do Senado Federal. Eu e o Deputado João Paulo demos uma entrevista propondo a constituição de uma comissão mista formada pela Câmara dos Deputados/Senado Federal, para alterar o rito de tra-

mitação em pelo menos duas modalidades abertas a outras contribuições.

A primeira questão é que não é possível encaminhar MP para as comissões mistas, pois elas não têm como se reunir. O horário dos Deputados e dos Senadores, nas comissões, é diferente, porque há um grande envolvimento de S. Ex^{as} com as atividades, e dificilmente se consegue encontrar um momento em que todos possam se reunir para tratar das medidas provisórias. A idéia é remetê-las às comissões de mérito respectivas, para que elas tenham um parecer de comissão.

Enquanto isso, da nossa parte, não há nenhum problema em se instalar comissão mista, para tratar das novas medidas provisórias. Foi editada uma de microcrédito. Devemos nos sentar e discuti-la. Não há qualquer tipo de dificuldade. A dificuldade é operacional, ou seja, é dar **quorum** e poder, de fato, funcionar, porque é quase impraticável. Enquanto um parlamentar está na CAE, o outro está na CCJ; outro na de Infra-Estrutura e outro na de Educação. Na Câmara, ocorre o mesmo. Como elas se reúnem? Em qual horário elas vão se reunir?

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Líder Mercadante, duas ponderações: primeiro, quero dizer que houve, na minha região, há oito meses, uma grande enchente. Os Governadores do Nordeste, Deputados Federais e Senadores pleitearam do Presidente da República uma medida provisória, que não foi feita. Nenhuma medida foi editada, a população não foi assistida, as obras estão começando agora com emendas parlamentares, desviadas de forma indevida pelo Ministério da Integração. Segundo, a questão da medida provisória de que trata a vacinação é uma estratégia brasileira de proteção do rebanho nacional com relação à aftosa, que entendeu não valer a pena vacinar apenas no Brasil, mas em áreas que podem contaminar o rebanho brasileiro. Existe o mérito absolutamente local. Não estou discutindo a medida provisória em si, mas quero dar um depoimento sobre a minha região. Pleiteamos a medida provisória, e o Governo não quis fazer...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Senador Sérgio Guerra, não conheço mais detalhes sobre esse fato, mas o Governo tomou uma série de providências em relação à reconstrução das casas, liberação dos recursos do FGTS; o Ministério da Integração tem recursos destinados exatamente para este tipo de política. É uma crítica oportuna, que não pode

ser utilizada como justificativa para impedir uma ação de governo de solidariedade a um país amigo, que é próprio da diplomacia e do humanismo que devem marcar as relações internacionais. As relações internacionais não podem envolver apenas comércio; tem que ter princípios, fundamentais, especialmente se quisermos construir uma identidade latino-americana e sul-americana no Mercosul.

Quando há um terremoto em um país, os vizinhos se movimentam para ajudá-lo. Em qualquer tragédia nacional, os países sempre se solidarizaram, ao longo da história. O Brasil é o maior país da América do Sul e representa mais da metade de seu PIB, de sua população e de seu território. Se não fosse por essas responsabilidades de liderança, a ajuda deveria acontecer sobretudo pelo fato de que temos quatrocentos mil brasileiros vivendo no Paraguai e precisamos ter uma atitude diplomática de muita cautela para evitar qualquer tipo de conflito e buscar uma relação harmoniosa com esse vizinho, parceiro importante do Mercosul.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Por tudo isso, concludo dizendo que temos de alterar o rito de tramitação. Por exemplo, a medida provisória pode ficar 80 dias na Câmara dos Deputados e 40 dias no Senado Federal, antes de trancar a pauta, porque ela vem trancando a pauta no dia e, agora, aliás, está chegando vencida. Isso não pode continuar acontecendo. Isso é uma questão de interesse do Senado Federal como instituição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Terminarei em seguida, Sr. Presidente.

Nunca tinha acontecido antes de a medida provisória chegar trancando a pauta no dia. Exatamente em razão desse caso limite propusemos essa comissão mista. Proponho que a instalemos amanhã, para que comecemos a discutir, a negociar e a verificar se construímos, de comum acordo, um rito de tramitação alternativo. O Senador José Jorge é autor de uma PEC sobre a questão que já foi para a Câmara dos Deputados. Também há propostas dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Eduardo Azeredo. Vamos discutilas, negociando uma solução comum para o Senado Federal se proteger, institucionalmente, de um rito que é abusivo e incompatível com a qualidade do processo legislativo que o Senado Federal deve ter.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, citado pelo Senador Aloizio Mercadante, peço a palavra a V. Ex^a, amparado no Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, quero me referir especialmente ao Senador Aloizio Mercadante.

V. Ex^a fala muito em se travar aqui debate qualificado e não foi o que fez neste momento. V. Ex^a usou de um expediente que não faz jus ao seu preparo intelectual e a sua postura de Parlamentar de efetivo peso sobre as decisões deste País com essa atitude canhestra, a meu ver, de dar a entender para a opinião pública que alguns nesta Casa são contra a ajuda humanitária ao Paraguai. Não sei como o PT votou no episódio da tal medida provisória do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas vou me referir ao que é psicanalítico, Senador Antonio Carlos.

Cheguei em Curitiba e encontrei as cores azul e amarelo. Eu disse para o Presidente da Assembléia Legislativa, antes de me encontrar com os Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias: “Então, o Beto Richa está cheio de dinheiro e aqui todos são tucanos, porque só há azul e amarelo nas ruas”. E não era isso. O PT em Curitiba adotou as cores do PSDB. Ou seja, estou começando a acreditar que o petista, no fundo, quer ser tucano. Essa é uma questão psicanalítica: Fernando Henrique errou, por isso agora ele quer errar também.

Basicamente, não aceitaremos a idéia de alguém nos colocar contra a opinião pública por estarmos supostamente contra a ajuda humanitária a quem quer que seja. Até porque a tal ajuda já foi dada. Não há nenhuma consequência para as vítimas do incêndio se aqui o Congresso, com altivez, rejeitar e repudiar essa matéria, que deveria ter vindo por projeto de lei, com urgência constitucional e com prazo para ser votada nas duas Casas do Congresso. Esse é um dado.

Outro dado que deve ser analisado refere-se ao fato de o Senador Aloizio Mercadante falar muito em se resolver a questão do rito das MPs. Não faremos isso.

Senador Antonio Carlos Magalhães, referiu-se ainda o Senador Aloizio Mercadante a um projeto de autoria de V. Ex^a que visa a acabar com o direito de o Presidente da República editar medidas provisórias. Nem sei se chego a tanto. Sei apenas que a primeira condição da Oposição é que o Presidente pare de editar medidas provisórias fúteis, e Sua Excelência está editando medidas provisórias fúteis, sim, SRA.s e Srs.

Senadores. Depois de um prazo de maturação, verificaremos se o novo rito é ou não o mais adequado para o funcionamento pleno do Congresso Nacional.

Sua Excelência está muito preocupado com as vítimas do Paraguai, mas não mais do que eu, cristão também que sou. Vi o Governo Lula muito pouco preocupado com as vítimas do flagelo das enchentes no Nordeste. Vi o Governo muito lento no atendimento aos flagelados da seca no Nordeste. Vejo o Governo em uma campanha eleitoral incrível para o Conselho de Segurança de uma ONU que não existe mais. Vejo um Governo anistiando dívida de determinado país, passeando em carro aberto com o ditador sanguinário fulano de tal do Gabão, mas não vejo o Governo se esmerar em promover os projetos sociais que supostamente seriam a marca do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores é precisamente incompetente e capaz até da incúria, de corrupção uma atrás da outra – é isso que se denuncia na imprensa – quando fala à opinião pública brasileira, por meio da imprensa, sobre as políticas sociais.

Portanto, que fique bem claro: espero do Líder atitude melhor. Espero de S. Ex^ª momentos mais felizes, visto que, hoje, S. Ex^ª não foi feliz com essa prática primária de dizer: “Somos bonzinhos e estamos solidários com o Paraguai. Outros são maus e não-solidários com esse País”. Tenho um filho de 13 anos que, apesar de não ser Senador, seria capaz, nesta Tribuna, caso se abrisse uma exceção para a criação de um Parlamento mirim, de responder claramente a esse questionamento. É realmente primário esse argumento, embora expendido por uma figura brilhante como o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, não está em jogo a solidariedade humana, praticada erradamente pelo Governo, porque seria estabelecida, por meio de Projeto de Lei com urgência constitucional, Senador Teotônio Vilela Filho, a melhor e a mais respeitosa forma em relação ao Congresso Nacional.

Está em jogo neste momento a altivez da Casa. Conclamo os Srs. Senadores a rejeitarem essa medida, ato que significará um Congresso que não se curva, que se afirma, que não recua nem é anexo do Palácio do Planalto. Será um Congresso que, de jeito algum, abdica de seu direito de influir qualitativamente nos destinos deste País, Sr. Presidente.

Temos hoje uma opção muito clara. Não acredito que seja tarefa de Governo votar, de maneira cabibaixa, contra a autonomia do Congresso. É dever de Governista defender o Governo com base em teses que sejam boas para o País. Esta seria a hora de ter dito ao Presidente da República que a orgia merece

um basta e precisa ser repudiada pelo Congresso, que não pode participar dela. Não vamos mais integrar essa bacanal de medidas provisórias que misturam o importante com o fútil e terminam prejudicando o relevante e o urgente. O fútil toma conta da cena brasileira e possibilita que o Congresso Nacional seja acusado pela imprensa, por meio das palavras sibilinas do próprio Presidente Lula, de não ser operoso, não trabalhar e não justificar o subsídio que recebe.

Se houver convocação extraordinária, inicia-se a velha cantilena de que ela custará R\$60 milhões. Ou seja, a tática fascista, quase nazista, de jogar a opinião pública contra o Congresso.

Não nos esqueçamos do incêndio do Reichstag. É hora de o Congresso afirmar-se votando contra a medida provisória, que já teve seus efeitos completados, o que não deveria ter ocorrido. O projeto de lei com urgência constitucional seria um remédio melhor. Rejeitar, repudiar, manifestar a soberania do Congresso é o dever que – tenho certeza – atingirá majoritariamente os corações e as mentes dos próprios Senadores do PT. Sei que S. Ex^ªs têm o coração aquecido pelo amor ao País e, sem dúvida alguma, independência. Não confundam, pois isso não é matéria de Governo, nada tem a ver. Não precisa alguém dizer aqui que isso definirá quem é fiel e quem não é. Não se trata de matéria de reforma constitucional nem de reforma estrutural. Está em jogo se aceitamos ou não um Congresso curvado, ajoelhado, diante de um Governo que, por sua capacidade de emitir medidas provisória fúteis, acaba nos levando a perder tempo com trabalhos irrelevantes, quando o Brasil espera do Congresso uma atuação melhor. E assim seria se o Governo não atrapalhasse tanto a nossa atuação cotidiana parlamentar.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com o desejo de não estendermos a discussão sobre essa matéria cujo objetivo já está alcançado e devido à evidente a falta de número em plenário, cumpro o Regimento Interno e determino o arquivamento da medida que está em votação.

Vamos encerrar a Ordem do Dia.

Continuaremos com as matérias em discussão.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Reconheço que essa é uma solução política. Determinar o arquivamento mantém a eficácia de todas as providências que foram tomadas, porque temos que fazer um decreto legislativo sobre as conseqüências do processo decisório.

Em segundo lugar, registro que não podemos aceitar como jurisprudência que o fato de medidas provisórias chegarem com o prazo vencido faça com que prevaleça o acordo de aguardar as sessões deliberativas.

A única solução para a questão, que surgiu na semana passada, é instalarmos, imediatamente, uma comissão mista para tratarmos da modificação do rito de tramitação das MPs. Foi apresentada essa demanda na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, em uma reunião há cerca de vinte dias, foi aprovada por unanimidade, foi elogiado por todos os Senadores que isso fosse feito e pactuado com o Deputado João Paulo Cunha que o fizéssemos.

Proponho que se instale a comissão mista e se discuta o rito de tramitação, pois o Senado não pode continuar tendo a pauta trancada no dia, como vem acontecendo, sem o tempo de analisar as medidas provisórias, sem a discussão de mérito, sobretudo quando ela vem com o prazo vencido.

Assim, peço ao Senador José Sarney que marque a instalação, juntamente com o Presidente João Paulo Cunha, para que, o mais brevemente possível, possamos começar a negociação de várias iniciativas que tramitam no Senado Federal para alterar o rito em tramitação das MPs.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a solução que V. Ex^a encaminhou me enche de verdade o coração de alegria porque espero de V. Ex^a precisamente isto: a sabedoria daquele que, dentre nós todos, é, sem dúvida, o mais preparado para exercer a Presidência do Senado Federal, ex-Presidente que foi, político tarimbado, de conduta sempre correta. Fico muito feliz porque, de fato, a solução é sábia e afirma a soberania do Congresso Nacional. E devo admitir que, em seu modo firme, de quem foi fundamental para a redemocratização do País, em seu modo firme e suave, que muitas vezes custa a ser entendido, V. Ex^a foi, mais uma vez, o Presidente de todos os Senadores desta Casa.

Quanto à sugestão do Senador Aloizio Mercadante, aceito qualquer conversa, desde que precedida de uma nova forma de tratamento às medidas provisórias pelo Palácio do Planalto. Enquanto o Planalto continuar nessa orgia de editar uma MP atrás da outra, não me sento para conversar coisa alguma, porque isso significaria premiar um menino que não

passou de ano: “Não passou de ano. Coitadinho! Vamos dar um carro novo para ele”. Não passou de ano, merece castigo, e o castigo agora é exigirmos que ele não edite medidas provisórias na profusão com que vem editando. Depois de consolidada essa posição de respeito ao Congresso Nacional, aí, sim, nós nos sentaremos com toda tranqüilidade para conversar. A situação estava se transformando em vício, como o álcool e os tóxicos.

Outra medida provisória, do dia 16 de dezembro de 2003, também meritória, poderia ter vindo como projeto de lei, com urgência constitucional, concedendo ajuda à Bolívia. Daqui a pouco o Presidente percorrerá a América do Sul inteira à base de medidas provisórias, atravancando a pauta do Congresso Nacional. Sugerir, então, que, antes que isso se torne um vício e o Presidente tenha que freqüentar algum “EMPA”, algum “editores de medidas provisórias anônimos”, ou algo assim, o que exigiria mesmo nosso cuidado e nossa preocupação, que déssemos um basta. E o basta foi dado.

O Congresso Nacional espera que a Constituição Federal seja observada, e observada, basicamente, no tocante ao respeito a esta Casa, sem o quê não se tem democracia. A medida provisória tem que ser urgente e relevante. Esta era relevante e urgente, poderia ter vindo por projeto de lei, com urgência constitucional. Nossa insatisfação é quanto à forma errada como se manifestou o Governo.

Eu não queria, de forma alguma, que esses assuntos do cotidiano turvassem o que foi o começo e será o fim da minha mensagem. V. Ex^a, pela sabedoria, teria que ter mesmo lugar cativo nesta Casa. Quando, certa vez, propus uma emenda constitucional pensando em transformar em Senadores vitalícios os ex-Presidentes da República que detivessem seus direitos políticos, fui muito criticado. Posteriormente, o Deputado Martinez apresentou a mesma matéria e não foi criticado. Talvez eu tenha sido por ser Líder do Governo Fernando Henrique e terem imaginado que eu estava preocupado em manter o Presidente Fernando Henrique vivo na política. Ele está tão vivo que hoje é primeira página em todos os jornais do País.

Pensei nele, sim. Pensei no Presidente Itamar Franco, sim. Pensei muito em V. Ex^a, sim. Sem V. Ex^a, este Congresso seria menor. Sem V. Ex^a, este Congresso seria pior. Sem V. Ex^a, este Congresso estaria falto de ponderação, de sabedoria. Se V. Ex^a não estivesse aqui, teríamos que nos aconselhar com V. Ex^a pelo telefone ou indo à sua casa no Maranhão ou em Brasília. A decisão de hoje foi de um Presidente de efetiva capacidade de responder aos anseios dos seus

comandados nesta Casa, entre os quais me incluo em posição de honra, Sr. Presidente.

Meus parabéns sinceros e muito obrigado pela sensibilidade que demonstrou em relação ao pleito encaminhado pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que, acima de tudo, temos que zelar pela concórdia dentro da Casa entre todos os nossos Senadores e companheiros.

Encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 2 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 52, DE 2004

(Proveniente da

Medida Provisória nº 205, de 2004)

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004, que *discute sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito par investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até o dia 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6ºA à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004.*

Relator revisor:

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 64, DE 1999

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 1, DE 2003

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2003

(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 22, DE 2000**

**(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.*

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 8 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999**

**(Tramitando em conjunto com as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

– 9 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000**

**(Tramitando em conjunto com as Propostas
de Emenda à Constituição nºs 77,
de 1999, e 22, de 2000)**

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 10 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 11 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 12 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos,*

nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

– 14 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.*

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

– 15 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação).*

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.*

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –Cdir (Substitutivo), que oferece.

– 17 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2002-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002-Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.*

Parecer sob nº 1.749, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2003 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.794, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição, com voto contrário do Senador César Borges, e em separado, do Senador Paulo Octávio.

– 19 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004 (Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum) (Em virtude de adiamento, conforme o Requerimento nº 1.412/2004, aprovado em 16.11.2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.*

– 20 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004
(Tramitando nos termos do art. 143
do Regimento Comum)
(Em virtude de adiamento,
conforme o Requerimento nº 1.413/2004,
aprovado em 16.11.2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).

– 21 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004
(Tramitando nos termos do art.
143 do Regimento Comum)
(Em virtude de adiamento,
conforme o Requerimento nº 1.414/2004,
aprovado em 16.11.2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 1.391, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.391, de 2004, do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2001, de sua autoria.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 1.402, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.402, de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004, além da Comissão

constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 1.403, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.403, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 122, de 1999, e 233, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 26 –

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.434, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2002, e 269, de 2004, por regularem a mesma matéria.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Encerrada a Ordem do Dia, pediu-me a palavra o Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

O Senador Aloizio Mercadante quer usar da palavra?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria, Sr. Presidente.

Quero somente registrar que a nossa Bancada e o nosso Governo continuarão tendo uma dimensão humanitária, que é indispensável a um País com a liderança do Brasil.

Essa tragédia do Paraguai foi a maior dos últimos cinquenta anos sob o ponto de vista de perda de vidas humanas e de seqüelas para inúmeras famílias, que tiveram momentos extremamente difíceis e delicados.

Fico orgulhoso de o meu Presidente ter tido essa dimensão diplomática, humanitária, e isso talvez faça com que ele seja a liderança que é na região, que tenha o prestígio que tem internacionalmente, exatamente porque não é daqueles homens públicos que

se curvaram diante de uma cultura colonial, de uma atitude passiva e subordinada. Ele pensa o mundo de uma forma solidária e generosa, pensa a América do Sul como um novo lugar. E a integração da América do Sul não é só comercial, científica ou tecnológica, é também do ponto de vista de valores, de solidariedade, de humanismo, de apoio. Essa foi uma das atitudes entre outras que virão nessa perspectiva de buscar uma unidade dos países latino-americanos em todos os seus interesses comuns, mas, sobretudo, na defesa das populações que aqui vivem.

Por isso mesmo, entendo essa decisão como uma atitude absolutamente necessária pelo cenário que estamos vivendo e lamento que setores da Oposição não tenham tido a sensibilidade de perceber o alcance dessa tragédia e a importância de a diplomacia brasileira de ter sido solidária da forma como foi e com tanta rapidez. E isso só poderia ter sido feito por meio de medida provisória.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Posteriormente, eu gostaria de usar da palavra, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu gostaria de louvar a atitude de V. Ex^a, que dá uma contribuição positiva no sentido de se encontrar uma forma de encaminhamento das medidas provisórias.

Quero dizer que o ato praticado aqui não causa nenhum prejuízo. Os remédios doados não serão devolvidos; eles já foram doados. O que nós fizemos aqui foi consertar procedimento de medida provisória, que vem errado desde quando se criou o instituto. Isto não está acontecendo apenas neste Governo.

O Legislativo, que aprecia as medidas provisórias, tem o dever de discipliná-las e corrigi-las. A atitude firme que tomamos hoje, que levou V. Ex^a a, num ato refletido, mandar arquivar, vai fazer com que as partes encontrem, mediante acordo, uma forma correta, que atenda às necessidades nacionais mas não afronte a autonomia do Poder Legislativo.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, é preciso que tenhamos cuidado – porque a Nação inteira ouve tudo o que acontece nesta Casa,

através da TV Senado –, pois não se trata de nenhum procedimento insensível, ou menos humanitário, o que se está tomando aqui, até porque os benefícios todos foram praticados. A assistência foi concedida. Os paraguaios receberam, através de medicamentos, de mobilização de equipe médica, de deslocamento de aeronaves, toda a assistência necessária.

A questão aqui é política. Ela serve exatamente para mostrar que a medida provisória chegou ao momento da exaustão. Esse fato ocorre exatamente três dias após um desabafo do Líder do Governo nesta Casa, Senador Aloizio Mercadante, a respeito exatamente das medidas provisórias.

Sou de um Estado pobre que sofreu recentemente a calamidade das enchentes. O Presidente da República lá esteve, prometeu recursos e assistência, culpou Governos passados pelo que estava acontecendo. Quase um ano depois, nada foi feito.

Moralmente, se essa medida tivesse alguma eficácia, com o coração partido, com a sincera dor de não poder atender aos vizinhos paraguaios, tinha que dar prioridade ao povo brasileiro. Os nordestinos das enchentes, Senadora Heloísa Helena, os filhos das creches, os que nasceram no ginásio de esporte, os que nasceram durante a emergência continuam a esperar do Governo Federal a sensibilidade para resolver o problema.

O Paraguai já foi atendido. A medida provisória pretende apenas ajustar um erro cometido pelo Governo, ao usar o recurso sem estar totalmente autorizado. É a prepotência; é o viés autoritário. A consequência disso traz à tona o abuso permanente, neste um ano e nove meses de Governo, do instituto da medida provisória.

Ano passado, num discurso desprezioso, eu disse que o PT jogou um cesto de pedras para cima e se esqueceu de sair de baixo, e elas começam a cair sobre sua cabeça. Felizmente, essa é apenas uma bomba de efeito moral, porque de nada adianta, o erro foi cometido. Quem vai pedir de volta aos paraguaios? Mas é bom que fique a lição.

O mesmo PT que cobra a solidariedade para com os vizinhos, para com os irmãos do Paraguai é o mesmo que, durante oito anos, obstruiu medidas provisórias e que prometeu, em praça pública, que ia acabar com o instituto. Prometeu também o rompimento do Brasil com o projeto da Alca e o descumprimento das regras do FMI, que só serviam, segundo ele, para desatender as questões sociais do País.

Hoje, Senador Sérgio Guerra, Senador Arthur Virgílio, o Plenário esteve extremamente nervoso em função dos aplausos que o Presidente Fernando Henrique recebeu num teatro em São Paulo, quando foi

assistir à peça “A Casa dos Budas Ditosos”. O Plenário ficou mais irritado com esse fato do que, na realidade, com qualquer outra coisa.

Pela manhã, um experiente homem paulista telefonou-me para dizer que eu viveria um dia ruim no Congresso, porque o PT não iria conformar-se com o fato de o Presidente Fernando Henrique ter sido calorosamente aplaudido num teatro. Quem é que paga? Somos nós; é o povo.

Felizmente, não tivemos uma Ordem do Dia muito demorada. Caso contrário, veríamos aflorar todos os ressentimentos.

Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade para deixar bem claro que a questão que se vê é simbólica, sem efeito prático, porque o erro ou o acerto já foi praticado. O Paraguai foi atendido, mas o Governo cometeu aquilo que sempre condenou e terá que fazer o ajuste. Tenho certeza de que, usando do artifício da humildade, expondo ao Congresso Nacional as alternativas, contabilmente haverá solução financeira para esse gasto, mas fica a mácula de quem usou de maneira indevida aquilo que ao longo da vida sempre combateu.

Portanto, Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, que esse fato sirva de lição para o PT e que ele siga o Senador Aloizio Mercadante quando prega – acredito que sinceramente – que devemos rever, de uma vez por todas, a famigerada medida provisória.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o Líder do Governo, no último pronunciamento, insistiu em dizer que havia setores da Oposição que foram contra a medida, que não a entenderam. Sei que se trata de jogo de cena, como o que ocorreu aqui: um faz de conta que é Oposição; outro não. Depois, fazem um grande acordo para votar a matéria, até porque a eficácia já foi atingida com a medida provisória. A ajuda humanitária já ocorreu. Não sabemos se foi enviado dinheiro ou medicamentos. Ninguém sabe ao certo o que foi, mas a ajuda humanitária já tinha ido. Não tem nenhum problema.

Sr. Presidente, a demagogia é muito fácil de ser feita. O Governo anterior a fazia; o atual Governo a faz.

Demagogia eleitoralista, beirando a vigarice política, é sempre muito cômodo e fácil fazer.

Deixo mais uma vez o apelo para a ajuda humanitária para os Estados vítimas de calamidade e enchente no Brasil. É evidente que tenho toda a solidariedade do mundo com o povo africano, árabe e latino-americano. Não há problema algum quanto a isso. Quero apenas que a ajuda humanitária seja prestada também ao Brasil.

Um Governo que joga na lama da especulação 70% do Orçamento Público, que faz a opção de encher a pança dos banqueiros enquanto esvazia o prato, o emprego e a dignidade do povo brasileiro não tem autoridade moral para cobrar ajuda humanitária, dizendo que alguém desta Casa era contra. Ninguém está contra. Mentira!

Quero mais uma vez apelar por ajuda humanitária para Alagoas, para o Piauí, para Sergipe, para Pernambuco, para todos os Estados que foram vítimas de calamidades e cujos pobres, oprimidos e marginalizados não receberam nada.

Portanto, menos demagogia, menos solidariedade aos outros. Solidariedades aos outros, sim, mas solidariedade ao povo brasileiro também!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência registra a presença neste plenário do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, que honra as SRA.s e os Srs Senadores.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a matéria discutida foi mais do que esclarecida pelas palavras do Senador Heráclito Fortes e mais ainda com o que acaba de falar, com precisão e coragem reconhecidas, a Senadora Heloísa Helena.

Efetivamente, houve uma grande enchente no Nordeste. Não havia um tostão disponível em recursos orçamentários na Defesa Civil. Governadores, Prefeitos, Deputados Federais e Estaduais vieram a Brasília solicitar do Governo Federal a edição de uma justificada medida provisória, já que não havia orçamento para pagar a emergência evidente. O Governo Federal não aceitou a idéia e negou-se a elaborá-la.

Os efeitos da enchente continuam. Gravíssimos! Não há obra importante sendo feita para superá-los. Faltou tudo a quem ficou desabrigado. Não havia mais a Sudene, que estava fechada; não havia recursos suficientes nos Estados, que socorreram – insuficientemente – aquelas populações. Não chegou nada do Governo Federal a não ser promessas, divulgadas com grandiloquência nos jornais sobre milhões de reais

que nunca apareceram. Ao contrário, usaram emendas parlamentares, de maneira teórica e indevida, para que obras fossem feitas nessas áreas atingidas.

Foi feita uma coordenação. O Ministro da Integração Social fez um certo esforço, mas o resultado foi exatamente zero. A população não foi atendida. A fome grassou. Morreu muita gente. Não houve solução.

Não resta dúvida de que precisamos ajudar os paraguaios. Precisamos ajudar, em qualquer lugar, pessoas necessitadas. Mas é preciso fazer um julgamento crítico e realista da conduta desrespeitosa do Governo Federal em relação ao Congresso e mais ainda: de falta de eficiência e de compromisso com o povo brasileiro, como ocorreu no Nordeste.

Esses argumentos são irrefutáveis.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o assunto merece realmente uma questão de ordem.

A Juíza da 16ª Vara Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira, deu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a realização da reunião, marcada para hoje, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que discutiria o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

O Ministério Público entendeu que o Conselho não pode decidir sobre essa questão antes que sejam resolvidos, no Conselho da Bacia Hidrográfica do São Francisco, os conflitos do uso da água do rio. O Ministério Público entende também que o projeto de transposição vai contra a decisão do Comitê da Bacia do São Francisco de que o uso externo da água do rio só pode ser realizado em caráter excepcional, para o atendimento do consumo humano e animal.

O procurador da República Francisco Guilherme Bastos afirmou que “o plano de recursos hídricos do Comitê da Bacia (do São Francisco) está sendo desrespeitado”.

A promotora da Justiça Federal Cristina Rasia Montenegro, que também participa da ação, disse que a decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de chamar para si a solução de um problema que ainda não foi definido no âmbito do Comitê da Bacia “quebra

a coluna da Lei nº 9.433, de 1997, que regula o uso dos recursos hídricos no Brasil.

Sr. Presidente, pedi a palavra pela ordem porque, da tribuna, na semana passada, chamei a atenção para o absurdo que seria isso. Ainda existem audiências marcadas para o dia seis, mas espero que o Ministro Ciro Gomes, que foi candidato à Presidência da República nas últimas eleições presidenciais, tenha a sensatez necessária para suspender e acatar as decisões da Justiça, até que o assunto seja pelo menos resolvido em parte. Fora disso, será mais um desrespeito do Governo às decisões judiciais.

Muito obrigado a V. Ex^ª.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

• Juíza suspende debate sobre transposição do São Francisco”.

Brasília _ A Juíza da 16ª Vara Federal, Iolete Maria Fialho de Oliveira, deu liminar ao mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Distrito Federal contra a realização da reunião marcada para hoje do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que discutiria o projeto de transposição das águas do rio São Francisco.

O Ministério Público entendeu que o Conselho não pode decidir sobre essa questão antes que seja resolvida, no Conselho da Bacia Hidrográfica do São Francisco, os conflitos do uso da água do rio. O Ministério Público entende também que o projeto de transposição vai contra a decisão do Comitê da Bacia do São Francisco de que o uso externo da água do rio só pode ser realizado em caráter excepcional para o atendimento do consumo humano e animal.

O Procurador da República, Francisco Guilherme Bastos afirmou que “o plano de recursos hídricos do Comitê da Bacia (do São Francisco) esta sendo desrespeitado”.

A Promotora da Justiça Federal, Cristina Rasia Montenegro, que também participa da ação, disse que a decisão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de chamar para si a solução de um problema que ainda não foi definido no âmbito do Comitê a Bacia “quebra

a coluna da Lei nº 9.433, de 1997, que regula o uso dos recursos hídricos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência defere a transcrição, solicitada por V. Ex^a, do presente documento nos Anais do Senado Federal.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (PSOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, não se trata de questão de ordem nem de uso da palavra pela ordem, pois não é sobre o andamento dos trabalhos. Mas, objetivamente, também queria me referir ao assunto tratado há pouco pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Tive inclusive a oportunidade de falar sobre esse assunto ontem.

Está aqui o nosso querido Deputado João Fontes, que, junto com o Ministério Público Federal da Bahia, entrou nessa ação. É algo extremamente importante, porque, infelizmente, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos pretendeu fraudar – a palavra é essa – a decisão tomada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica, que, em todas as audiências públicas, votou contra a transposição apresentada pelo Governo.

Em um único momento, o Comitê da Bacia Hidrográfica, na plenária de Salvador, resolveu justamente desmentir o Governo – que dizia à opinião pública, de forma demagógica, que a água seria para o abastecimento humano, embora não o fosse. Pois bem, para desmentir o Governo, o Comitê da Bacia Hidrográfica disse que aceitaria a transposição, se fosse para abastecimento humano. Infelizmente, o Governo, mais uma vez, foi fraudador das decisões. Tentou passar por cima de todas as audiências públicas feitas. Todas, além da plenária final em Salvador, como foi citada pelo Senador há pouco.

Por isso, é fundamental parabenizar o Ministério Público, a coragem da juíza que concedeu essa liminar.

Espero que possamos fazer o grande debate com as audiências públicas, necessárias agora na segunda fase para desmascarar, porque a palavra é essa. Esse projeto é uma farsa técnica e uma fraude política. Existem outros mecanismos de gerenciamento do uso da água, inclusive para beneficiar os Estados que supostamente seriam receptores. Não existe atitude alguma de insensibilidade dos Senadores do Nordeste que estão no Vale do São Francisco, na Bacia Hidrográfica do São Francisco. Não há nenhum gesto de insensibilidade com nossos irmãos nordestinos. O que não

podemos aceitar é uma fraude política, uma farsa técnica, pois o Governo, de forma demagógica, ludibria a opinião pública, dizendo que o projeto de transposição é a panacéia para aquela questão. Não é!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou conceder a palavra pela ordem àqueles que a solicitarem. Apenas relembro ao Plenário a presença do Líder Arthur Virgílio, que, além da preferência regimental, já está posicionado na tribuna. S. Ex^a inscreveu-se para falar antes da Ordem do Dia, mas a inscrição foi postergada para após a Ordem do Dia.

Portanto, eu não sei se seria o caso, mas pediria a compreensão dos Senadores...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio, embora seja amazônico, é um político nacional. S. Ex^a é de um Estado onde a água sobra, e nós, exatamente, de onde a água falta. E a questão é exatamente essa Eu quero me ajuntar aqui às preocupações do Senador Antonio Carlos Magalhães, da Senadora Heloísa Helena, dos Deputados que estão aqui no plenário e de todo o Nordeste.

Essa é uma questão muito interessante, Sr. Presidente, Sr. Líder Arthur Virgílio. O Governo não consulta a quem interessa e prossegue no projeto. Enquanto isso, em outros projetos prioritários para o Nordeste, que o Nordeste pede, o Governo não avança, alegando sempre outras circunstâncias.

Há cerca de quinze ou vinte dias, na companhia dos Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, tratei da questão da ferrovia Transnordestina, que beneficia, imediata e diretamente, o Piauí, o Ceará e Pernambuco – e o Maranhão, por consequência. Mas o Governo Federal cria dificuldades, apesar de se tratar de um projeto muito mais lógico, infinitamente mais barato e muito mais prático; com relação ao São Francisco, avança, quando há no Piauí um problema mais grave, que é a navegabilidade do rio Parnaíba, a falência do rio Gurguéia e a desertificação da região de Gilbués.

Ora, como vamos trazer essas águas para o Piauí, nesse hipotético projeto, se não conseguimos resolver a sobrevivência de rios que estão morrendo no Estado e que, se não houver a sensibilidade do Governo Federal, pode transformar o nosso lençol freático, considerado um dos maiores do mundo, em um desespero para quem ali vive?

Portanto, não somos contra o projeto. O que queremos é cautela, cautela e cautela! Porque um erro cometido dessa maneira pode criar problemas de

conseqüências infinitas, não para mim ou para a Senadora Heloísa Helena, já que o tempo é muito curto, mas para as gerações que estão por vir.

Portanto, associo-me ao Senador Antonio Carlos, à Senadora Heloísa Helena e a todos os que não são contrários ao projeto, mas temem a maneira açodada como querem desenvolvê-lo no País.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Almeida Lima.

O SR. ALMEIDA LIMA (PDT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, farei uso da palavra por cerca de sessenta segundos exatamente para dizer da minha alegria, da minha satisfação em ver o Poder Judiciário, na pessoa da Juíza Federal Dr^a Iolete Maria Fialho de Oliveira, tomar a decisão que o Chefe do Poder Executivo Nacional, Presidente da República, de forma insensível, não tomou, não obstante os apelos do povo de Sergipe, da Bahia, de Alagoas, da classe política e também dos cientistas e técnicos que mostraram, por diversas vezes, a inviabilidade, a falta de substância técnica para esse projeto de transposição.

Por essa razão, anuncio a minha alegria em ver o Poder Judiciário tomar uma decisão que coloca um freio nessa questão, sobretudo porque o Governo não está preocupado sequer com as famílias ribeirinhas que estão morrendo de fome e de sede, sem qualquer projeto de transposição e de irrigação. O Governo preocupa-se em transpor essas águas para atender às mesmas necessidades centenas de quilômetros adiante.

Portanto, o meu registro de satisfação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O Senador Garibaldi Alves Filho vai encerrar esta parte da sessão de uso da palavra pela ordem como justa reivindicação do Nordeste. Em seguida, ouviremos o Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, espero que V. Ex^a não encerre esta parte antes que eu faça uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a está automaticamente inscrito, seguramente com a concordância do Senador Arthur Virgílio, que, por ser um Parlamentar nacional, é um integrante da bancada do Nordeste solidariamente.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda bem que o Senador Arthur Virgílio é neutro nesta questão, porque há água demais no rio Amazonas.

A Justiça, com a decisão de suspender a reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, simplesmente impediu que o Conselho se pronunciasse e decidisse. Não houve nenhuma consistência. Eu gostaria muito de estar aqui elogiando a decisão judicial, mas houve simplesmente a tentativa de atropelar a decisão do Conselho, porque o Comitê de Bacia não tem a última palavra. Quer se fazer do Comitê de Bacia a instância final na decisão desse processo. Quer se protelar a transferência das águas do rio São Francisco, um projeto absolutamente viável, mas que, infelizmente, encontra obstáculos aqui e acolá, impedindo que o Governo realize o sonho dos nordestinos. Esse sonho precisa ser realizado com a compreensão de todos os Estados doadores e recebedores das águas do rio São Francisco.

Faço um apelo para que essa discussão não seja feita de forma emocional. Sei que essa não é a intenção de todos que abordam o assunto na tribuna: Senador Antonio Carlos Magalhães, com a sua dedicação aos problemas da região, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Antonio Carlos Valadares, o Senador Heráclito Fortes e tantos outros. Não podemos impedir que o Governo faça o que devia ter feito há muitos e muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a propósito deste assunto que veio à tona por comunicação do nobre e eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, de decisão tomada pela Justiça Federal suspendendo a reunião do Conselho de Recursos Hídricos do Ministério da Integração, eu gostaria de manifestar-me favoravelmente à decisão porque dará tempo ao Governo para negociar com os diversos segmentos envolvidos na questão.

Não se trata apenas de um direito da parte setentrional do Nordeste de receber a água proveniente do rio São Francisco. É um direito também daqueles que fazemos parte da bacia do rio São Francisco discutir mais profundamente uma matéria tão importante que envolve as mais diversas questões, como as relacionadas ao meio ambiente e ao volume de água existente na nossa região.

Sr. Presidente, há projetos de irrigação que precisam ser executados, mas ainda não o foram por falta

de recursos e porque a água existente na bacia do rio São Francisco é limitada. Sem dúvida alguma, com a realização da transposição sem a observância da revitalização, haverá uma grave crise de fornecimento de água na nossa região nordestina.

Essa decisão dará tempo ao Governo Federal, ao Presidente da República e seus Líderes na Câmara Federal para aprovar a proposta de emenda à Constituição de nossa autoria referente à revitalização, aprovada pelo Senado Federal por unanimidade e que confere ao Governo a obrigatoriedade de dispor de 0,5% dos recursos da União em favor da revitalização do Velho Chico. Sou testemunha da luta dos Deputados Federais da nossa bancada. Aqui está um deles, o Deputado João Fontes. Cito também os Deputados José Carlos Machado, Jackson Barreto e Pastor Heleno. Todos aqueles que compõem a nossa bancada participam ativamente da comissão especial constituída para a aprovação dessa emenda constitucional da revitalização. Enquanto isso, são realizadas reuniões e mais reuniões, audiências públicas seguidas, e nenhuma decisão é tomada, apesar de a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já ter aprovado por unanimidade essa proposição. Então este é o momento adequado para que o Governo entre em acordo com as lideranças da Câmara dos Deputados e aprove essa proposta de emenda constitucional. Tenho certeza absoluta de que, ficando assegurados os recursos necessários para a revitalização, haverá maior facilidade para que o Governo encontre uma solução consensual para a transposição. Enquanto o Governo não demonstrar boa vontade para empreender esforços no sentido de garantir recursos para a revitalização, será difícil para os diversos segmentos que defendem a aprovação da transposição a execução desse projeto.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto a minha admiração e o meu respeito à Justiça Federal. Espero que o Governo do Presidente Lula, que passou por Sergipe e disse ser favorável à revitalização – e acredito nele –, tome uma atitude concreta, determinando que suas lideranças na Câmara dos Deputados aprove, o mais breve possível, a emenda constitucional que garante os recursos da revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra por até 20 minutos, para uma comunicação de interesse partidário, ao Senador Arthur Virgílio, que compreensivamente ouviu toda a bancada do Nordeste.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma comunicação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Nordeste merece, na verdade, toda a solidariedade de quem representa o Amazonas, Estado que, embora de muita água, apresenta problemas sociais graves,

inclusive, o desafio de saber aproveitar os recursos hídricos que Deus lhe prodigalizou, de maneira conseqüente, visando ao futuro não só da nossa região, mas de todas as regiões deste País, que um dia, Senador Mão Santa, haverá de se desenvolver de maneira equilibrada, sem grandes discrepâncias de cidadão para cidadão ou de região para região.

É lamentável que eu ainda esteja aqui – cumpro o dever com prazer – a cobrar o reconhecimento dos direitos políticos do Presidente Fernando Henrique Cardoso. S. Ex.^a foi cassado pela ditadura militar e não silenciou diante dela. Foi um dos intelectuais mais importantes na formação do pensamento oposicionista. Tudo isso culminou com a redemocratização, a reconstitucionalização do País, com a Constituinte e a anistia. Todos esses efeitos significaram: primeiro, minar; depois, substituir a ditadura militar por um regime de transição muito bem comandado pelo Presidente desta Casa, Senador José Sarney. É terrível isso, mas de qualquer maneira vou responder ao líder.

Antes, lembro-me que Mark Twain observou certa vez que há três tipos de mentiras: as mentiras por elas mesmas, as mentiras mal ditas e as estatísticas.

Otávio Gouveia de Bulhões comparou certa vez a estatística ao biquíni, dizendo que o essencial fica sempre encoberto.

É sabida a longa jornada na tentativa de se implantar um sistema comunista na União Soviética. Era parte do plano do governo a difusão de dados estatísticos bons sobre a produção, escondendo-se a devastação, o que era ruim, que causava principalmente ao meio ambiente, cujo exemplo mais forte é Chernobyl.

Vou, então, desmontar algumas das afirmações aqui feitas pelo Líder Aloizio Mercadante que cumpriu com o seu dever. De qualquer maneira, S. Ex.^a fique ciente de que o Presidente Fernando Henrique vai falar sempre e vai falar sempre com repercussão. Nada o impedirá de se manifestar diante da situação nacional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, procurarei ser bem entendido pelos telespectadores da TV Senado e por todos aqueles que compõem esta Casa. Eu não precisaria falar neste nível para esta Casa, mas falo para jovens e adolescentes.

A comparação entre 2004 e 2003 chega a ser leviana porque dizem assim “a economia cresceu 6% no último trimestre em relação ao trimestre semelhante do ano passado”.

Senador Mão Santa, que fique bem claro: se o desastre da estagnação econômica no ano passado tivesse sido maior, o crescimento desse semestre, estatisticamente, teria sido maior ainda. A comparação teria sido em relação a uma base pálida, uma base

esquálida, uma base frágil, uma base muito facilmente derrotável por outra avaliação que se faça, ou seja, se cresceu, segundo o IBGE, 0,5%... O Governo dizia que ia crescer 2% ao assumir e tinha todas as condições, internacionais inclusive, de aporte de capitais para crescer de 2% a 3% no ano passado; por incompetência, cresceu apenas 0,5%.

Se tivesse sido mais desastroso o quadro da economia em 2003, os dados de 2004 seriam mais “brilhantes” do ponto de vista estatístico, ou seja, mais complicado será crescer em 2005 de maneira substancial em relação aos dados de 2004. E se crescer em 2005, o desafio será maior em 2006, pois a base de comparação será mais dura. Essa é a primeira falácia do Líder que pretendo aqui repor e desconstruir.

Na verdade, no último trimestre examinado, em relação ao penúltimo, houve um arrefecimento do crescimento, algo em torno de 1,2%, ou seja, cresceu menos em relação ao trimestre passado desse mesmo ano do que o trimestre anterior em relação ao primeiro trimestre desse mesmo ano. O crescimento era de 1,5%, e passou a algo em torno de 1,1%, 1,2%. Ainda não li os dados do IBGE, pois cheguei de São Paulo e vim rapidamente para cá, a fim de cumprir meu dever de estar presente no Senado Federal.

Refere-se o Líder ao crescimento da produção industrial. A base comparativa é frágil. Mas a grande verdade o Líder não disse: o Governo não foi capaz de aumentar a taxa de investimentos, que estagnou em 18%. Por essa razão é que se diz que crescimento substancial por três ou quatro anos no Brasil significa aumento da taxa de inflação e significa voltarmos ao ciclo vicioso dos juros que são aumentados. É por causa dessa lógica que o Copom tem aumentado – ainda não parou de fazê-lo – os juros básicos da economia. O Brasil não tem capacidade de ofertar produtos sem que, a partir de determinada exigência de demanda maior, desperte o dragão da inflação mais uma vez. O Brasil não deu ainda nenhum passo significativo na direção do crescimento sustentável. Essa é a verdade, não dá para brigar com os fatos.

Muito bem. Diz o Líder Aloizio Mercadante, elogiando a política do Ministro Antônio Palocci – política que foi muito mais defendida nesta Casa por mim do que por S. Ex^a, que tem notórias discrepâncias em relação ao Ministro Palocci. Tenho discrepâncias em relação a Palocci de intensidade e de **time**, poderia ter baixado mais os juros e poderia ter começado a baixar juros antes. Mas endosso plenamente o que ele propõe: metas de inflação, câmbio flutuante, perspectiva de ajuste fiscal, respeito aos princípios e aos primados da Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem discrepa do Ministro Palocci é o Líder Mercadante;

quem discrepava era o Lessa; quem discrepa é Conceição Tavares. Não discrepo tanto assim; discrepo na intensidade e no **time**, ou seja, não dá para ficarmos aqui na engenharia de obras feitas o tempo inteiro. É uma pena que o Líder não esteja presente. Avisei que ia falar, portanto, estou aqui aguardando que S. Ex^a venha para travarmos o debate, que será muito melhor, muito mais justo com a presença de S. Ex^a, que estou aqui a criticar com fraternidade. Tenho o maior carinho por S. Ex^a, mas é meu dever fazê-lo. Não tem por que não fazê-lo.

O Presidente Fernando Henrique tem toda razão: por que luvas de pelica? É hora de falarmos a verdade que está em nosso coração. Para mim, o PT é mesmo tigre de papel e, para mim, o Presidente Lula está nu mesmo. O rei está nu. O Governo é incompetente e falhou principalmente no social. Agora, vamos ser bem francos: onde o Governo colocou sua marca mesmo, ele falhou: Na política social; onde ele inovou, falhou. Só não falhou onde copiou e, mesmo assim, errou na intensidade, no **time** – volto a me referir ao Ministro Antônio Palocci. O Governo é inerte na administração é incompetente na agenda microeconômica. O Governo não conseguiu, aliás, aprovar nenhum ponto da agenda microeconômica, que ajudaria a diminuir o custo do País e a sustentar o crescimento econômico. Em nenhum ponto, o Governo avançou. Por incapacidade de coordenar politicamente a aprovação dessas matérias. Até a tão decantada reforma da Previdência, que assumiu controles tão cruéis, não foi votada na sua inteireza; foi deformada e não foi votada na Câmara dos Deputados. Então, o Governo se apregoa reformista e não fez uma só reforma estrutural e não tocou para frente um só ponto da agenda macroeconômica, tão cara para que o Ministro Palocci consiga tocar para frente o seu projeto de sustentar o crescimento econômico do País.

Refiro-me ainda à política externa. O Presidente Lula sai prometendo dinheiro do Bndes como se não houvesse necessidade de os empreendedores do nordeste se financiarem com o dinheiro desta instituição. Sai por aí perdoando dívidas de países mais pobres que o nosso nesse afã, a meu ver, ensandecido de tentar chegar ao Conselho de Segurança de uma organização que já não existe, que são as Nações Unidas.

Agora, há uma questão que devo aqui mencionar, não sou médico, mas vou mencionar: algumas pessoas dizem assim: metade do Governo é Palocci, outra metade é Rosseto, digamos; uma metade é Rodrigues, outra metade é Lessa. Não é assim. Na minha cabeça não existe essa coisa de Governo dividido. Todos eles sofrem de certo hermafroditismo político. Eles todos são um pouco Lessa, um pouco Palocci. Eles todos

são um pouco Rosseto, um pouco Rodrigues. Por isso é que, quando Lula dá aval a Palocci, ele o faz com pesar, com um certo rancor, ele o faz resmungando. Quando o Diretório Nacional do PT dá aval a Palocci, dá de maneira condicional, ou seja, não aposta para valer em nenhuma das políticas. E vai esse Governo se revelando de caráter político hermafrodita, incapaz de mostrar o dado da confiabilidade para os brasileiros que aí fora estão a observá-lo.

Mark Twain diz que existem três tipos de mentira: as mentiras, as mentiras escandalosas e as estatísticas. O Governo fala sempre assim: *o melhor não sei o quê dos últimos três anos*. Isso significa que eles pegam os dados de 2002 – e essa melhora toda está retornando o País aos quadros de 2002 –, que não foi, de jeito algum, um ano bom para o Brasil, mas eles comparam sempre com um ano que foi deteriorado pela própria perspectiva da candidatura Lula. Esse é um fato!

Não dá para ele desmentir isso, até porque ninguém mais do que ele tem sido dócil aos mercados; ninguém mais do que ele tem trabalhado em função dos influxos e refluxos dos mercados. A grande verdade é que a economia brasileira se agitou, em função do que seria a coerência de uma vida toda, posta em prática no exercício da Presidência.

Sua Excelência não fez isso. Sua Excelência na verdade mudou, tranqüilizou os tais mercados, não sem antes deteriorar as expectativas econômicas do ano de 2002. Então, as comparações com esse ano são lamentáveis, porque se trata de um ano em que o risco Lula complicou a vida do País. O ano de 2003 ficou marcado pela incompetência do Governo Lula, que não fez o Brasil crescer os 2% ou 3%, possibilitados pelas condições objetivas nacionais externas.

Assim, temos um quadro bastante criticável, pelo entendimento de Mark Twain e de Otávio Gouveia de Bulhões. Este último dizia que estatística é como biquíni, que procura esconder o essencial e mostra o resto.

Muito bem, diz o Líder Aloizio Mercadante que gostaria de ver o Presidente da transição. Eu gostaria de ver uma prefeita responsável em São Paulo, que não fosse para Paris, quando São Paulo está afundando no caos econômico, no caos financeiro e afundando nas águas das enchentes. Essa é a verdade.

A transição está sendo absolutamente mesquinha. Estão negando dados ao Prefeito eleito José Serra, procurando se aliar com setores que eles diziam que faziam parte da política espúria de São Paulo para eleger uma mesa inóspita ao novo prefeito, procurando impedir que ele tenha o direito a remanejar os 15% que ela, Marta, pretendia para si própria se tivesse sido reeleita. Querem deixá-lo com apenas 5%, ou seja, um claro projeto de inviabilizar o governo do prefeito, que

ainda nem assumiu, o Prefeito José Serra. Para falar em transição, é preciso, primeiro, termos autoridade moral. Transição quem fez foi o PSDB. Quando pôde fazer uma transição numa cidade tão importante como São Paulo, o PT mostrou um caráter mesquinho, um caráter pequeno, um caráter incapaz de interpretar para valer a grandeza do sentimento do povo brasileiro.

E fala muito bem. E fala em desemprego. Meu Deus do céu! O Líder é um homem experiente, é um economista competente. É tradicional que o desemprego diminua no segundo semestre, e vai diminuir um pouco mais. Não vamos ficar iludindo a Nação em função da sazonalidade do Natal. Os índices vão piorar no início do ano. É assim, essa é uma característica básica da economia brasileira. Não podemos ficar ilaqueando a opinião pública com esses falsos dados.

Então, o desemprego está alto. O Presidente Lula teria que fazer o Brasil crescer 5,5% em cada um dos seus quatro de governo, 22% no total, para poder gerar os tais prometidos 10 milhões de empregos. Qualquer coisa abaixo disso significará falhar no seu compromisso, como está falhando no seu compromisso de dobrar o valor real de compra do salário mínimo. Esta é uma verdade, este é um fato, e não dá para se desmentir algo que é uma verdade, algo que é um fato, com manobras estatísticas ou com euforias que me parecem recheadas de artificialismo.

O Senador Aloizio Mercadante comumente fala sobre o aumento da dívida interna brasileira. Repete muito. Gosto tanto de S. Ex^a que não queria que ficasse nesse ramerrame. Queria que saísse disso e deixasse outros, escalasse alguns lá – tem gente para tudo: fulano, você vai fazer isso, eu não faço, sou uma pessoa acima disso.

A dívida – disse o Líder - teria saltado de R\$60 bilhões para R\$600 bilhões na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Esse argumento, que é tolo, injusto, cansativo, equivocado, vou desmenti-lo e espero que, daqui para a frente, não seja obrigado a ter o entupimento dos meus ouvidos com esse tipo de dejeto. A dívida cresceu devido a vários esqueletos, entre outras coisas, que foram absorvidos no processo de renegociação de vários compromissos deixados por governos passados: Embraer, Lloyds, Refsa, Siderbras etc. Não podemos esquecer que o Governo incorporou a dívida de Estados e Municípios. Se quisemos baixá-la de maneira primária, já que o argumento é primário, proponho ao Líder Aloizio Mercadante que apresente um projeto de lei revogando todas as leis que fizeram essa dívida crescer. Volta-se ao **status quo ante**. Assim teremos, durante algum tempo, quem sabe, a dívida com uma proporção mais razoável e, em seguida,

uma explosão que levará a nossa economia ao caos. O Líder sabe disso muito melhor do que eu.

É bom dizer, já que o Líder fala tanto em aumento da dívida, Senadores José Agripino e Antero Paes de Barros, estamos – e não é para comemorar, não somos o Fradim do Henfil – para atingir R\$1 trilhão de dívida. Estamos com mais ou menos R\$900 bilhões. Se ele disse que cresceu de R\$60 milhões para R\$600 bilhões, então no Governo do Presidente Lula a dívida cresceu o bastante a ponto de estarmos beirando o trilhão de reais de dívida.

Agora, o que temos nós a dizer, o que temos nós a criticar? O que tem o Presidente Fernando Henrique, com legitimidade, a dizer, a criticar? É o governo autoritário que, fazendo algo que negava, entrou propondo a mordaza ao Ministério Público, entrou propondo a mordaza aos jornalistas por meio daquele conselho que foi deformado naquele gabinete civil do Ministro José Dirceu; é o governo autoritário que propôs a Ancinav – Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual, que recebeu tanto repúdio da comunidade intelectual deste País; é o Governo que procurou impedir que servidores públicos falassem à imprensa, para que o Ministério tivesse apenas a versão oficial, como se estivéssemos nós sob o regime pró-facista, pré-facista, algo, no fundo, de caráter autoritário muito forte. É este governo autoritário que pensou num decreto, e nós o fizemos refluir, permitindo à Abin e à Polícia Federal o acesso aos sigilos bancário e fiscal, de maneira muito ampla, de supostos investigados.

Queremos a investigação profunda de delitos, de casos de corrupção, mas não queremos ficar alimentando bancos de dados de próceres do Governo que pensam muito pouco na administração – e por isso são incompetentes – e pensam muito, e muito fortemente, na manutenção eterna de um projeto de poder. E para isso digo aqui, com toda a clareza: a mim me assusta, sim, essa forma autoritária de ver a coisa pública por esse Governo do PT.

Muito bem, ninguém se esquece nesta Casa de que o PT tentou cassar o direito de expressão dos Senadores, tentou processar o Senador Tasso Jereissati, porque supostamente teria ofendido o tesoureiro Delúbio Soares, e depois, mais uma vez, recuou. Não vamos tão longe. O Presidente Lula mudou muito em relação ao tempo em que dizia que aqui havia trezentos picaretas. O Presidente Lula é exatamente o homem que precisa saber que um dia vem depois do outro.

Quanto à política externa, o Presidente Lula não fechou um só compromisso essencial, não fechou um só acordo fundamental. Outros países avançaram. O Chile e o México avançaram. O Brasil não tocou para frente o Mercosul, não se definiu em relação à Alca,

não fez um só acordo substancial. Eu defino a política externa do Governo Lula como infante-juvenil. O Presidente Lula é capaz de ir ao Oriente Médio sem ir a Israel, sem ir à Arábia Saudita e dizer que quer fazer dos nossos diplomatas mascates.

Quem vai ao Oriente Médio para fazer negócios e não vai a Israel nem à Arábia Saudita pode ser tudo. Pode ser até um brincalhão que ache normal assinar um comunicado em comum com aquele ditador sanguinário da Síria, ou desfilar em carro aberto com o Presidente do Gabão na África, mas não fechar negócios que visem a gerar empregos no País.

Concedo o aparte ao Senador José Agripino, e, em seguida, ao Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de cumprimentar a densidade do pronunciamento de V. Ex^a. Tive a oportunidade de apartear o Senador Aloizio Mercadante com a discrição que me caracteriza. Mas V. Ex^a teve tempo de preparar a sua argumentação e está apresentando, para conhecimento do Plenário e do País, a resposta do Governo do qual V. Ex^a foi Líder às observações que aqui foram feitas pelo Líder Mercadante. Penso que este debate é muito bom porque é esclarecedor. As pessoas que estão nos vendo e ouvindo pela TV e Rádio Senado podem fazer o que o Presidente Fernando Henrique pediu: comparem. Vamos comparar, e V. Ex^a dá elementos de comparação. Contudo, no aparte breve que lhe faço, gostaria de dizer que a indignação do pronunciamento de V. Ex^a é a indignação da manifestação que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez, num ambiente fechado, para peessedebistas e convidados, ou seja, uma apreciação – ex-Presidente, é verdade, mas como cidadão que é, ele que acabou de chegar do exterior – com a indignação de quem deseja que o Brasil esteja crescendo com a velocidade que ele enxerga no exterior, de países assemelhados ao Brasil: a Índia, a Indonésia, a Coreia, o México, para não falar na China. A crítica que ele faz é construtiva, como que dizendo “acorda, Presidente Lula, e vamos fazer as coisas com acerto. Vamos dar fisionomia ao seu Governo.” Fisionomia, sim, Senador Arthur Virgílio. Gostaria de fazer um questionamento só: se o Governo do Presidente Lula terminasse hoje, do que ele seria lembrado? Qual seria o *recall* do Governo Lula? Qual seria o ícone lembrado do Governo Lula? Ah! que domou a inflação? Estava domada. Ah! que o câmbio está favorável? Isso é economia corriqueira. Ele seria lembrado – vamos e venhamos, sejamos práticos – por Waldomiro, que é um cadáver insepulto; ele seria lembrado como o Presidente que ousou remeter ao Congresso a proposta do Conselho Federal de Jornalismo, que é um acinte ao direito de

a imprensa ser livre. Seria lembrado – porque este é o grande contra-senso da sua postura de candidato e da sua prática de governo – como o Presidente que ousou taxar o aposentado com a contribuição de inativos; que diminuiu a pensão das viúvas. Ele seria lembrado como o Presidente da República que teria feito um alarde enorme no País, prometendo acabar com a fome. E a nota do Programa Fome Zero, como disse o Senador Mão Santa, é zero. Ele seria lembrado pelo Programa Bolsa Família denunciado pela imprensa. Enfim, Sua Excelência seria lembrado por ações negativas. Qual é a grande obra ou o grande benefício que o povo brasileiro pode se orgulhar de ter recebido do Governo Lula? E quanto ao servidor público, a quem ele prometia o reajuste de salário e a vida digna? De que é que a classe média poderia lembrar-se do Governo Lula? De que é que a classe média poderia lembrar-se do Governo Lula? Então, por essa razão o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que é, como V. Ex^a ou eu, um cidadão brasileiro, indignado manifestou-se em um ambiente próprio com indignação e palavras fortes no sentido de exercer a crítica, porque o regime democrático envolve Governo e Oposição. E Oposição existe para criticar, e criticar para melhorar o desempenho do Governo, para que o brasileiro usufrua, seja o grande beneficiário da ação democrática que todos nós queremos empreender. E esse debate eu tenho certeza de que é uma contribuição para a melhoria de um Governo que não disse ainda a que veio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É brilhante, Senador José Agripino, o aparte de V. Ex^a e me dá ensejo de lembrar que ainda hoje o Líder disse algo que me chamou a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, eu respondo ao Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Eu devo prorrogar a sessão por mais 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Eu respondo a S. Ex^a, eu concedo o aparte ao Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, concluo o discurso, pois estou na parte finalíssima .

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

V. Ex^a prorrogou a sessão, Sr. Presidente?

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, há condições de S. Ex^a conceder um aparte ainda?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não, Senadora, eu havia concedido antes de o sinal ficar vermelho.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O problema é que já está na prorrogação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou pedindo tolerância à Mesa, porque o Líder do seu Governo falou por cerca de 55 minutos. Estou aqui, de maneira modesta, mal chegando a 20 minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Imagine, Senador, que modéstia! V. Ex^a, às vezes, monopoliza. Há outros Senadores aqui que gostariam de falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Líder foi quem pediu a palavra. Não dá agora! Tentaram calar o Fernando Henrique e agora querem calar o Líder do Partido do Presidente Fernando Henrique. Aí fica demais! Um de nós dois tem que falar; de preferência, os dois.

Senador Antero Paes de Barros, antes de conceder-lhe o aparte, refiro-me à brilhante intervenção do Senador José Agripino, que me dá ensejo de lembrar de algo que me chamou a atenção. O Líder hoje disse, ao querer votar de qualquer jeito aquela medida provisória absurda e tentando jogar-nos contra a opinião pública, tipo assim: não são caridosos, porque quem é caridoso vota esta MP – como se nós fôssemos contra a ajuda humanitária ao Paraguai, o que me deixou muito contrafeito.

Na verdade, o fato novo – vamos ser sinceros, Líder Aloizio Mercadante – e que hoje fez V. Ex^a vir para cá sem humildade (V. Ex^a que estava tão humilde na quinta-feira) foi que na quinta-feira vocês não tinham número e precisavam da ajuda da Oposição para aprovar aquelas seis medidas provisórias. E nós assim o fizemos. Demos ajuda.

Hoje parecia que havia **quorum** e lá cresce novamente. É o caráter deste Governo. É uma certa ciclotimia que faz com que tenhamos que nos precaver, porque dá impressão de que, na relação, pretendem usar-nos. E não nos importamos de sermos usados, se isso servir ao País. Mas é bom perceberem que não somos tolos e que estamos atentos até mesmo a esse movimento de humor.

Senador Antero Paes de Barros, concedo um aparte a V. Ex^a, dizendo que a própria vitória na OMC no caso do algodão começou na gestão passada. Até por bom humor, pedi um voto de aplauso ao Presidente Lula e ao Presidente Fernando Henrique, só para lembrar de toda luta. E o grosso da luta foi feita no Governo passado. Eles dizem que a exportação superavitária em relação a exportação é deles. E não é deles! Deles é a fome zero, que fracassa! Deles é a

mexida nas políticas sociais que davam certo e que têm fracassado! O que eles copiaram mais ou menos vai bem. O que eles inovaram tem revelado a face da incompetência deste Governo. Concedo o aparte. Encerro concedendo o aparte ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Senador Arthur Virgílio, desejo somente cumprimentar V. Ex^a pela qualidade do pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho – PDT-RR) – Senador Antero Paes de Barros, gostaria de alertar para o fato de que será realizada às 19 horas uma sessão do Congresso, e ainda estão inscritos o Senador Leonel Pavan, Paulo Paim, João Batista e Ana Júlia, pela Liderança. E a sessão já foi prorrogada por 20 minutos. Solicito que seja breve para que os outros oradores disponham de pelo menos cinco minutos. Por favor!

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Certo! Eu vou atender V. Ex^a, até porque considero que foi robusta a argumentação do Senador Arthur Virgílio. Gostaria apenas de lembrar alguns detalhes. Não vou retomar os detalhes já lembrados pelo Líder José Agripino Maia e pelo Líder Arthur Virgílio. Esse Governo é um fracasso só. É o único Governo dos últimos Governos do Brasil que não mudou nada. O Presidente José Sarney mudou com a redemocratização. O Collor fez a abertura – e não estou entrando aqui no mérito da questão. O Presidente Fernando Henrique fez a estabilidade e assegurou a continuidade da estabilidade na sua reeleição. O Presidente Lula foi eleito em nome da mudança e não mudou absolutamente nada! Na área econômica, está à direita do que fazia o Governo anterior. É uma política econômica conservadora. No Governo do PSDB, nós avançaríamos mais, pela capacidade do PSDB. Na área social, é uma tragédia. E na área das liberdades...O discurso do Senador Mercadante era assim: “O Presidente fez isso; deveria ter feito aquilo. Falou assim, deveria tratar desse assunto de outra forma. Tratou de tal assunto, não deveria. Ele deveria tratar desse outro assunto para enriquecer o debate”. É o discurso de um censor. Não é o discurso de um Líder de um Partido de Oposição. Nessa questão da economia brasileira, é preciso saber quem está ganhando. É preciso saber ler os dados do IBGE. Os mais ricos estão mais ricos e os mais pobres estão mais pobres. A renda está caindo. Não há política social, porque eles quiseram desconstruir a política social do Presidente Fernando Henrique e não sabem colocar nada no lugar. Na semana passada, houve um ato aqui – e já estou concluindo, em que o Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária, e que, para meu

orgulho, é meu colega Constituinte e uma das maiores autoridades do País, militante e fundador do Partido dos Trabalhadores, dizia: “É preciso reconhecer que o Governo passado fez mais do que o nosso Governo na reforma agrária”. O Plínio de Arruda Sampaio não está satisfeito com a reforma agrária; o Rosseto não está satisfeito com a reforma agrária; o setor produtivo é condenado por este Governo, como se assassino fosse de trabalhadores sem-terra, em vez de condenar – e devem condenar – quem realmente praticou o crime. É preciso dizer que este Governo faz uma coisa só. Esta é a única mudança que houve e que não é boa para o País: aparelhou o Estado e, por aparelhar o Estado, paralisou o Estado. Eles não sabem fazer o papel andar, porque, em lugar do burocrata experiente, entrou o petista incompetente. Esse aparelhamento tornou o PT o mais rico partido do Ocidente. Deu um *show* nessas eleições de suntuosidade, do Oiapoque ao Chuí, dos pampas aos seringais. O PT provou que esse aparelhamento funcionou. E como organização do PT, isso eles sabem fazer – é preciso reconhecer o fato. Obras? Quais as lembranças? Só se for lembrar as estrelas nos jardins, a reforma da churrasqueira e a convocação aos empreiteiros para fazerem a reforma do Palácio. Não dá! Infelizmente, essa é uma fotografia em preto e branco, sem mudanças, sem nenhum atrativo para a população brasileira. Parabenizo o Líder Arthur Virgílio, que não permite que a verdade fique sepultada.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado Senador Antero Paes de Barros. Encerro, Sr. Presidente, agradecendo ao Senador Antero Paes de Barros, que é um dos melhores amigos que tenho na vida e na Casa, e também para legitimar uma discordância que tenho com S. Ex^a. Mudou, sim, Senador Antero: mudou a forma de a Petrobras reajustar os combustíveis. Não se faz mais em vésperas de eleições. Contesta o Copom dizendo que não era necessário o aumento e, logo após as eleições, deslança um processo de aumento, num claro e renovado estelionato eleitoral.

Por outro lado, tenho duas notícias a dar ao encerrar. Uma notícia é boa para a Nação brasileira: o Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como cidadão detentor dos seus direitos políticos e como ex-Presidente da República, homem preparado e correto que é, vai continuar a falar sim, vai continuar a opinar sobre a questão brasileira na hora que quiser e no foro que for convidado. A notícia ruim para o PT, para esse partido autoritário, é a de que o PT não dispõe do Ato Institucional nº 5, o PT não dispõe de arcabouço ditatorial, o PT não dispõe de meio algum para silenciar quem quer que seja, muito menos um ex-Presidente da República.

Ao PT resta, de maneira muito simples, conformar-se com o fato de que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso vai calar quando quiser calar, vai elogiar o Presidente Lula quando quiser elogiar e vai criticar, duramente ou levemente, o Presidente Lula todas as vezes que quiser fazer isso. Já não está vigorando o AI-5, que cassou meu pai, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso. Manifestação de autoritarismo em pleno regime democrático é esgar, desespero, desespero, é tudo aquilo que não constrói.

Se pensarmos efetivamente nisso a que o Líder se refere tão recorrentemente, em estabelecermos um diálogo qualificado neste plenário, isso não é algo de mão única. É preciso mão dupla, é preciso respeito o tempo inteiro. Estamos aqui para ajudar. Somos parceiros de muitos feitos que o Governo tem obtido do ponto de vista de aprovação de matérias. Entretanto, não estamos aqui para silenciar diante desse gesto autoritário de se imaginar que um companheiro nosso – o mais categorizado dos nossos companheiros, o mais graduado politicamente dos nossos companheiros – haveria de ser silenciado, porque, quando ele fala, vem o Líder para a tribuna como quem diz que vai inibi-lo, ou porque, quando ele fala, vai o Sr. José Genoíno para a imprensa como quem diz que vai inibi-lo. Não vão inibir coisa alguma!

Termino, dizendo algo bem simples: o rei está nu, o rei é incompetente, o Governo é inapetente, o Governo é preguiçoso, o Governo está nu também, até porque tem questões éticas a explicar para a Nação, que serão cobradas por nós aqui e, lá fora, pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e por qualquer cidadão que não aceite a idéia da intimidação ou a idéia de que o pensamento único pudesse triunfar sobre o que é a verdade brasileira! E a verdade brasileira é o pensamento múltiplo dos vários escaninhos da sociedade, que têm o direito de se manifestar e estão se manifestando, sim, dizendo a este Governo que ou ele muda de rumo, ou ele entra para a história como uma perspectiva medíocre a ser analisada pelos futuros estudantes deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leonel Pavan, gostaria de prestar um esclarecimento a V. Ex^a. O Senador João Batista Motta estava inscrito após o Senador Arthur Virgílio, conforme informação por escrito que recebi da Presidência.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Fiz a inscrição bem no início da sessão, pedindo para logo após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mas o Presidente que estava em exercício passou o Senador Arthur Virgílio para após a Ordem do Dia.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, fiz questão de consultar à Mesa se havia alguma Liderança inscrita para falar após a Ordem do Dia; não havia. Inscrevi-me primeiro e, depois, o Senador Paulo Paim.

Mas, tudo bem. Vamos respeitar. Não vamos duvidar jamais de um ato do Presidente, ainda mais de um manuscrito.

Solicitaria que V. Ex^a prorrogasse a sessão por mais alguns minutos para que eu possa pronunciar-me.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Leonel Pavan, deixe-me esclarecer: quando assumi a Presidência, a ordem de inscrição aqui anotada neste papel era a seguinte: Senador Arthur Virgílio e, logo após, Senador João Batista Motta, antes da Ordem do Dia. O pronunciamento dos dois Srs. Senadores foi passado para após a Ordem do Dia pelo Presidente que estava aqui presente.

Mas prorrogarei a sessão para que V. Ex^a possa pronunciar-se, lembrando que está marcada uma sessão do Congresso para as 19 horas. Poderemos ficar atrapalhados aqui.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Não, Sr. Presidente, vamos contribuir com a sessão do Congresso. Estamos contribuindo com o Brasil e vamos contribuir com o Congresso. Certamente, os Deputados que aqui virão poderão presenciar a ação dos Senadores. Às vezes, essa manifestação não é feita pela Base do Governo na Câmara, mas, com certeza, a Oposição faz isso lá, e vamos fazê-lo aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – O Senador João Batista Motta será breve.

Concedo a palavra ao Senador João Batista Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, meu caro Senador Leonel Pavan, peço desculpas, mas realmente fui o primeiro a fazer a inscrição e prometo não usar nem a metade do meu tempo.

Sr. Presidente, assomo a esta tribuna hoje para falar sobre uma polêmica que se instalou na última semana, em meu Estado, a partir da apresentação de um relatório da competente e renomada Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança do Trabalho, denun-

ciando a Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST. Órgão ligado ao Ministério do Trabalho, a chamada Fundacentro divulgou um documento revelando que trabalhadores da CST estão sendo expostos a produtos altamente tóxicos que podem causar leucopenia e até leucemia, ou seja, câncer no sangue. A empresa reagiu com veemência, negando o fato. Porém, em vez de apresentar provas em contrário, optou por tentar desmoralizar o conceituado jornal **A Gazeta**, que simplesmente veiculou a notícia.

Ora, Sr. Presidente, a denúncia feita pela Fundacentro está fundamentada em testes realizados em março do ano passado.

Conforme o relatório, 497 funcionários, incluindo menores aprendizes, estão expostos a agentes de alta periculosidade para a saúde. O maior problema, segundo os técnicos da fundação, foi detectado nas coqueiras, nas quais é produzido o combustível das unidades de laminação. Nesse setor, os trabalhadores ficam expostos a uma enorme variedade de partículas, gases e vapores, em especial o benzeno, que é altamente cancerígeno. No relatório, a química Luzia Nunes Cardoso afirma categoricamente que a CST não trata adequadamente o gás da coqueira, sendo responsável pelo aumento da concentração de benzeno.

A CST contesta integralmente o relatório, que na verdade é fruto de uma investigação do Ministério do Trabalho, com base em denúncias do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico e Eletrônico do Espírito Santo. A Companhia alega que as informações divulgadas foram coletadas superficialmente numa “rápida visita” aos locais de trabalho. Ela nega a existência de trabalhadores com problemas de saúde em consequência da ação do benzeno. Mas a verdade é que a vistoria detectou vazamento de gás que contém o referido produto. A química Luzia Nunes deixa claro que o trabalho na coqueira deveria ser automatizado, já que nem os mais avançados aparelhos de proteção conseguem impedir a contaminação do funcionário.

Divergências à parte, o fato é que lamentavelmente a CST não conseguiu responder com eficiência às denúncias apresentadas, dando margem a conclusões bastante preocupantes. Em vez de apresentar argumentos e dados técnicos, a companhia optou, como já dissemos, por tentar desqualificar o jornal **A Gazeta**, tachando a matéria em questão de sensacionalista. Mas é preciso que fique registrado, Sr. Presidente, que à companhia foi dado o direito de se posicionar

diante das denúncias. A matéria foi elaborada dentro dos princípios e das normas do bom jornalismo. Mesmo assim, a CST preferiu o destempero e a agressividade, gerando dúvidas. Há que se ressaltar ainda que outras denúncias, igualmente graves, não foram divulgadas pelo jornal porque a CST, embora questionada, não se pronunciou sobre o assunto. A impressão que se tem é que a companhia não tem respostas convincentes para o caso.

É impossível não reconhecer a importância da CST para a economia brasileira, e em especial para a capixaba. Mas também é impossível fechar os olhos para os problemas que essa companhia, cujo lucro líquido no terceiro semestre deste ano chegou a R\$358 milhões, vem gerando ao longo de sua existência no que diz respeito à saúde de seus trabalhadores e da população em geral. Principalmente quando ela se prepara para elevar em 50% sua capacidade de produção a partir de julho de 2006, com ao alto-forno III e com a instalação de uma nova coqueira, a Sol Coqueira Tubarão. Diante de sua grandiosidade e das denúncias apresentadas pela Fundacentro, precisamos estar atentos aos impactos desses projetos sob o ponto de vista ambiental.

Cabe dizer aqui que as denúncias contra a CST são recorrentes. Recentemente, a procuradora do Ministério Público do Trabalho do Estado, Daniele Corrêa Santa Catarina Fagundes, moveu uma ação civil pública contra a companhia, em decorrência de um grave acidente ocorrido em sua aciaria, que resultou na morte de cinco trabalhadores. No processo, a CST foi condenada ao pagamento de indenização no valor de R\$1 milhão em favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), decorrente do dano moral coletivo sofrido pelos trabalhadores. Por ocasião do acidente, o Sindicato dos Metalúrgicos (Smetal) chamou a atenção para o fato de o número de acidentes graves na CST estar aumentando. Só em 2003, segundo os dirigentes sindicais, ocorreram três acidentes.

No que diz respeito à poluição, há vinte anos a CST lança livremente enxofre no ar da Grande Vitória. Com a duplicação de sua produção, a partir de 2006, segundo a própria companhia, a poluição deverá aumentar em 5% na região, embora os ambientalistas afirmem que, em alguns pontos, ela aumentará em 20%. O Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) está acompanhando atentamente o processo e deverá exigir a instalação de medidores de poluição na chaminé da fábrica.

Entretanto, é bom que ninguém esqueça que a CST já faz essa medição, mas não divulga os dados. O fato é que o Poder Público precisa fazer esse controle de forma independente. Os cientistas capixabas da Ufes, que atuam na área de pesquisa de poluição do ar, afirmam que a rede automática de monitoramento da poluição na Grande Vitória está mal localizada.

Diante de tantos problemas e da insuficiência de explicações e respostas, é preciso, Sr. Presidente, que a lei seja rigorosamente cumprida e que a população seja consultada, por meio de audiências públicas, sobre o licenciamento para duplicações e instalações de empresas desse porte.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– Os órgãos afins precisam ainda intensificar a fiscalização dessas empresas. No caso específico da CST, o Consema precisa checar, por exemplo, o que será feito do produto da dessulfuração que vai ser produzida com a nova fábrica. O Relatório de Impacto Ambiental produzido pela empresa Cepemar, segundo os ambientalistas, não indica com precisão a destinação final desse material. Vale lembrar que a CST vem adiando, há 20 anos, a construção da unidade de dessulfuração e, conseqüentemente, lançando – sem qualquer tipo de tratamento – gases sobre os moradores da Grande Vitória. Isso é, no mínimo, uma irresponsabilidade, um descaso para com os capixabas.

Em cada metro quadrado da Grande Vitória, são encontrados, segundo estudos feitos por ambientalistas, 2,5 gramas de poluentes. Em alguns pontos mais críticos, as pessoas respiram cinco gramas por hora de ácido sulfúrico, o que pode causar, entre outros efeitos, enxaqueca, dor de cabeça, ardência nos olhos e problemas de audição.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB – ES)

– O biólogo André Ruschi assinala que essas 264 toneladas/dia de poluentes são lançadas na atmosfera pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e pela Companhia Siderúrgica Tubarão (CST) quando todos os seus equipamentos de controle de emissão estão funcionando normalmente. Se houver falha nesses aparelhos, a poluição poderá facilmente chegar a 300 toneladas/dia.

O fato, Sr. Presidente, é que a polêmica em torno do relatório da Fundacentro desperta-nos para a

necessidade não só de uma rigorosa fiscalização das condições de trabalho de companhias como a CST, mas também de um eficiente acompanhamento dos processos de instalação e duplicação dessas empresas. Nós, legítimos representantes do Estado e do povo, não podemos ignorar esses problemas. Pelo contrário, precisamos enfrentá-los, chamando essas empresas à responsabilidade. Esse é o nosso dever.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a Rede Gazeta. Seu jornal, conceituado em meu Estado, tem sido prejudicado pela arrogância – em virtude do cofre cheio da siderúrgica – da CST.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Líder Senador Leonel Pavan para falar em nome da Minoria.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amigo Paulo Paim, vou tentar ser bastante breve para que depois V. Ex^a também use o microfone desta Casa para levar seu recado para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

Queria fazer um pronunciamento hoje sobre a ação do Governo em relação ao aumento dos combustíveis, sobre a Cide, sobre as nossas rodovias. Gostaria de fazer um discurso para o Brasil e mostrar o quanto o Governo brasileiro está investindo nas precárias e apodrecidas rodovias de nosso País, o quanto o Brasil está arrecadando com o aumento dos combustíveis, o quanto a Cide engorda o caixa do Governo, que, por sua vez, não destina sequer 10% para a construção e manutenção de rodovias em nosso País.

Gostaria de falar sobre esses temas hoje, mas, em razão da brevidade, quero ater-me apenas à questão do aeroporto de Navegantes, recentemente internacionalizado e cuja inauguração da ampliação do terminal foi feita com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um pouco antes das eleições.

Estivemos lá, e foi uma alegria enorme receber o Presidente. Nós nos comportamos como uma autoridade do Senado deve portar-se, mesmo sendo Oposição: recebemos bem o Presidente, demos boas-vindas a Sua Excelência. Por sinal, em seu pronunciamento, o Presidente chamou-me de amigo Se-

nador Pavan, mostrando que, apesar de sermos da Oposição, há respeito entre nós, primeiro porque se trata do Presidente da República.

Porém, gostaria de dizer que, com a internacionalização do aeroporto de Navegantes, já nesta temporada, haverá um incremento de mais de 40% de turistas estrangeiros, ou de visitantes estrangeiros, comerciantes, empresários, em Santa Catarina.

Já temos um número bastante significativo de vôos *charters*, elogiado por todos, que virão da Argentina, do Chile, do Uruguai, de países do Mercosul. Conseguimos esse objetivo, pelo qual lutávamos há tanto tempo. Foi um sucesso esse projeto pelo qual vinham lutando empresários, comerciantes, jornalistas, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, governadores, partidos políticos, todas as entidades do nosso Estado. Foi uma conquista do povo de Santa Catarina, uma conquista principalmente para o litoral norte de Santa Catarina.

Deve haver alguém da assessoria parlamentar da Infraero ouvindo este pronunciamento. Tenho uma admiração muito grande pelo Presidente Carlos Wilson, ex-Senador, homem ativo, atento, que respeita as reivindicações de parlamentares e que tem demonstrado grande capacidade na função que exerce, ampliando e modernizando aeroportos, dando condições para que possamos ter mais conforto nos aeroportos do nosso País.

Entretanto, quero deixar registrado que há menos de dois meses o Presidente Lula esteve em Navegantes inaugurando a obra do aeroporto. Recentemente, descii em Navegantes, como toda semana, num dia de chuva. Havia mais goteira dentro do aeroporto do que em outros lugares mais expostos à chuva. Até ouvi uma brincadeira com aquela música "Pinga ni mim". Pinga no turista, nos passageiros, nos comerciantes. O aeroporto virou um chuveiro.

Estou aqui para ajudar o Presidente da Infraero, Carlos Wilson, para que não fique feio, para que não digam que a Oposição só vem à tribuna para criticar, para denunciar, para que não digam que a Oposição não usa o microfone para elogiar. Aliás, há poucos dias usei o microfone para agradecer ao Presidente por reconhecer o nosso pedido de internacionalização do aeroporto, uma conquista para os catarinenses. Viemos cumprimentar o Presidente. Nosso Estado lutava há muito tempo por essa conquista. A ampliação da pista foi licitada na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, se a obra foi mal licitada, se as empre-

sas contratadas não são boas, se não correspondem ao que pede o edital, cabe ao atual Governo puni-las e exigir uma obra de qualidade. Quem foi inaugurar a obra foi o Presidente da República!

As instalações de nosso aeroporto estão uma vergonha. Merecemos, sim, um aeroporto internacional e por ele agradecemos. No entanto, não é possível nos calarmos, já que ninguém da base do Governo tem coragem de vir aqui e dizer o seguinte: "Vamos passar as manchetes dos jornais na cara daqueles que só criticam". Não! Queremos manchetes sobre a internacionalização nos jornais, mas também queremos manchetes falando que a obra é bem feita, que é confortável, que é segura. Não é possível que tenhamos que nos calar quando uma obra é mal executada.

Uso a tribuna hoje, Sr. Presidente, para fazer um apelo, porque não temos respostas para os ofícios encaminhados. Quase nada é dito; apenas que "tomamos conhecimento e vamos tomar providências". Quem sabe, tomando conhecimento por meio dos microfones daqui da tribuna do Senado Federal, o Brasil inteiro tomando conhecimento, e certamente alguém da Infraero aqui nesta Casa, tenhamos, nos próximos dias, uma ação concreta, rápida, por parte da Infraero, para corrigir, para melhorar, para exigir da empresa que fez a obra que faça agora uma obra decente, bem feita, para que, quando os turistas estrangeiros chegarem lá em dias de chuva, dêem os parabéns a Santa Catarina pelo aeroporto e digam que é uma obra bonita. O piso é de terceira categoria, o ar-refrigerado não funciona e chove mais dentro do que fora do prédio.

Esse é o recado que quero deixar a uma pessoa que admiro muito, o Presidente Carlos Wilson. Ele esteve presente na inauguração, onde estávamos nós, Senadores, além de Deputados Federais e Estaduais, autoridades e o Governador do Estado.

Por favor, entregue uma obra de qualidade para que não tenhamos que usar este microfone para dizer ao povo brasileiro que mais uma vez o PT frustra a expectativa dos brasileiros.

Espero voltar aqui e agradecer à Infraero e ao seu Presidente, Carlos Wilson, que atenderam nosso pedido, para o bem do Governo e para o bem do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

O Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim, que falará pela Liderança do Governo. Após o pronunciamento de S. Ex^a, teremos, pelo PT de Belém do Pará, a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão do orador.) – Esclareço que o meu pronunciamento se deve a uma permuta que fiz com o Senador Aloizio Mercadante, que usou o meu espaço, regularmente inscrito, por vinte minutos. Eu assumi o espaço a que S. Ex^a teria direito, pela Liderança do Governo, após a Ordem do Dia. Eu ia proferir este discurso antes de iniciar a Ordem do Dia, mas, como atendi a um pedido do meu Líder, faço-o agora.

Vou falar sobre o salário mínimo e o farei hoje porque o prazo para emendas terminará amanhã, no que se refere à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sr. Presidente, há 18 anos no Congresso Nacional, perseguimos uma política permanente de recuperação do valor real do salário mínimo.

Já vi de tudo nesta Casa sobre este assunto. Todos falam em política permanente sobre salário mínimo, mas ela não acontece. Sai governo, entra governo, e a tal metodologia de ajuste permanente não se concretiza. Aí vejo, quase todos os dias, na imprensa, alguém dizer: “Temos que ter uma proposta definitiva para o salário mínimo”.

A confusão é tanta que me parece que somos todos ingênuos. É como se o Parlamento brasileiro, nos últimos 64 anos – só estou aqui há 18 anos –, nunca tivesse apresentado uma proposta de política permanente para o salário mínimo.

Sr. Presidente, vou lançar o livro *A História do Salário Mínimo no Brasil*, que vai do Governo de Getúlio até o Governo Lula. Nesse livro, falo do salário mínimo real, do dia-a-dia do nosso povo. E como, segundo o poeta, “recordar é viver”, lembro aqui alguns momentos do salário mínimo.

Já tivemos salário mínimo vinculado à cesta básica, vinculado ao IRSM, ao INPC, ao IPC, ao IGPDI, a uma cesta de índices de inflação, e eu poderia citar mais uma dúzia de índices. Já tivemos, nesses períodos, reajustes mensais, bimestrais, trimestrais, semestrais e anuais. O reajuste do salário mínimo já foi vinculado, antes da Constituinte de 1988, ao vencimento dos aposentados. Infelizmente, hoje não é mais. Já foi vinculado ao Orçamento.

A data-base do salário mínimo já foi janeiro, abril e maio.

O salário mínimo já foi regional e estadual; hoje é nacional. Há ainda salário mínimo estadual, como nos casos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Nesses dois Estados, o salário mínimo vai de R\$310 a R\$400.

Já tentaram desvincular do salário mínimo o salário mínimo do aposentado. Por incrível que pareça, essa ameaça é permanente.

Nessas quase duas décadas, participei de debates sobre a votação do reajuste do salário mínimo, que foi de 1% a 147%. Conseguimos aprovar um projeto de nossa autoria, de que V. Ex^a se lembra muito bem, quando houve aquele confronto na ponte de Florianópolis. Enfim, o nosso projeto se consolidou, e o Supremo Tribunal Federal deu a vitória de 147% a todos os trabalhadores e aos aposentados e pensionistas.

Já fizemos greve de fome no Governo Collor. O Presidente Fernando Collor, à época, em parte atendeu às nossas reivindicações.

Em toda a minha vida política, somente pertenci a um Partido político, o PT. Não tenho nada contra quem trocou de Partido. É a opção de cada um, mas estou relatando os fatos. Votei contra o meu Partido e contra o Governo somente uma vez, por discordar do valor do salário mínimo e do reajuste dado aos aposentados no ano passado, praticamente a metade do que foi dado ao salário mínimo.

Lembro-me da batalha que travamos na Assembleia Nacional Constituinte para escrever do art. 6º ao art. 11, no Capítulo II, das Ordens Sociais, mais precisamente o art.7º, § 4º, que trata do salário mínimo. Com muita batalha de Deputados e Senadores, escrevemos:

Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Esse é o princípio de uma política salarial permanente, votado em 1988.

Sr. Presidente, vejo com alegria que o movimento sindical brasileiro, com suas confederações e centrais de trabalhadores, demonstra sua preocupação com

o salário mínimo, preocupação justa, pois o salário mínimo – alguns não reconhecem – interfere direta ou indiretamente na vida de todo o povo brasileiro.

O salário mínimo é usado como referência para os programas de bolsa-escola e seus correlatos; para o seguro-desemprego; para o salário família; para o renda mínima, do meu amigo Senador Eduardo Suplicy; para o piso estadual; para o piso das categorias profissionais; para os planos de cargos e salários das empresas; para os acordos coletivos; para o piso salarial dos profissionais autônomos; para o salário mínimo das pessoas com deficiência (LOAS); para o salário mínimo para idosos não aposentados, tendo como base o Estatuto do Idoso (LOAS); para os benefícios da Previdência Social (aposentadorias e pensões).

O salário mínimo é referência também para o IBGE, para o Ipea, para o Dieese e para outros institutos que analisam a pobreza em nosso País. O salário mínimo influencia ainda no resultado final do pagamento dos adicionais das mais variadas formas aos trabalhadores e na pensão familiar. O salário mínimo reativa o mercado interno e fortalece os Municípios, porque aumenta o número de pessoas comprando e, conseqüentemente, produzindo e trabalhando.

É o principal instrumento de distribuição de renda do País. Com o salário mínimo, não tem a fraude, não tem a corrupção. O salário mínimo norteia a tabela do Imposto de Renda. Queiram ou não, é a principal referência para o mercado informal do trabalho e para os trabalhadores domésticos.

Politicamente, poderíamos dizer que o salário mínimo do Brasil nos envergonha perante a humanidade, o que nos deixa numa situação muito difícil para defender uma política mundial de combate à fome.

Sr. Presidente, só para explicar aos que não querem entender, falamos em dólar porque essa é a moeda usada pela OIT, Organização Internacional do Trabalho, para comparação em todo o mundo.

Na elaboração de um projeto de lei, ninguém vai se referir a dólar, mas alguns insistem em entender que o fazemos. Por exemplo, o PL nº 200 que apresentei em 2004 estabelece que o salário mínimo, em primeiro de maio de 2005, será de R\$300,00 mais o dobro do PIB.

Quando o dólar se desvaloriza, como é o caso do Brasil, a OIT atualiza o salário em todo o mundo. Dirão que, com o dólar atualizado, o salário mínimo no Brasil não se compara a nenhum do continente ameri-

cano. O menor, em dólares, é o do Peru, com US\$110. De fato, não dá.

Fico feliz, Sr. Presidente, em registrar hoje o artigo de Luiz Marinho publicado na **Folha de S.Paulo** sobre a importância da formação de uma comissão quadripartite que inclua os Poderes Executivo, Legislativo, as centrais sindicais, as confederações e os representantes de trabalhadores e empresários. É esse o teor do projeto que apresentei nesta Casa, que estará em debate na sessão do Congresso Nacional e que espero seja aprovado na noite de hoje. Nessa comissão mista, estarão representados todos os segmentos da sociedade organizada que estão preocupados com o salário mínimo. Espero que essa comissão seja aprovada no dia de hoje.

Sr. Presidente, finalizo o meu pronunciamento com o último parágrafo escrito pelo Luiz Marinho em relação ao salário mínimo:

Com o estabelecimento de uma política vigorosa de recomposição do mínimo, maior será o consumo e, conseqüentemente, a economia será alavancada; mais empregos formais serão gerados e maior será a arrecadação dos tributos (inclusive para a Previdência).

Sr. Presidente, solicito a publicação na íntegra nos Anais da Casa desse artigo do Luiz Marinho, ao mesmo tempo em que registro o que hoje publica o **Jornal do Brasil** sobre a renda no Brasil:

O escritório da ONU em Brasília divulga, amanhã, Atlas Racial Brasileiro. Elaborado desde 1982, o documento mostra que, independentemente dos governos, a discriminação no país não diminuiu. O dado mais escandaloso revela que os negros formam dois terços da população nacional abaixo da linha de pobreza.

Os negros estão entre aqueles que mais dependem do salário mínimo para sobreviver.

Peço que se publique nos Anais da Casa o artigo sobre o salário mínimo.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGI
FOLHA DE S. PAULO	30	Novembro/04	Opinião	A	3

TENDÊNCIAS/DEBATES

Colunas publicadas com assinatura não representam opinião dos jornalistas publicadores. Cabe ao leitor opinar sobre o conteúdo do material, debate dos problemas brasileiros e tendências e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.
E-mail: debates@unilomb.br

Uma nova lógica para o salário mínimo

LUIZ MARINHO

A Central Única dos Trabalhadores está organizando para os dias 13 a 15 de dezembro uma marcha a Brasília em defesa de um salário mínimo decente. O objetivo é chamar a atenção para a hipocrisia com que o governo, o Congresso Nacional e a sociedade têm tratado do assunto ao longo dos anos. A CUT quer que o Orçamento da União, que estará sendo discutido e votado naquele momento pelos parlamentares, já contemple um projeto de recuperação efetiva do salário mínimo, ainda que a longo prazo.

No início de 2004 — enquanto se discutia o reajuste da remuneração —, a CUT alertava para o jogo de cena de políticos que, depois de aprovarem o Orçamento no ano anterior, miravam arautos de aumentos significativos e do salário mínimo decente. Ou de governantes que usavam a escassez de recursos do Orçamento proposto por eles mesmos como desculpa para reajustes piíços, esconderdo, na verdade, a política econômica ortodoxa e concentradora de renda. É por esse motivo que a CUT, ao lado de outras centrais, está organizando essa ampla mobilização a fim de que o Executivo e o Congresso Nacional reservem agora recursos no Orçamento de 2005 para o aumento do salário mínimo e passem a compreendê-lo como principal indicador para a distribuição de renda e a justiça social no país.

A CUT já havia apresentado ao presidente Lula, em 23 de abril, proposta de recuperação do mínimo com o objetivo de dobrar o seu valor nominal até 2007 e com um debate planejador de futuro, fazendo com que ele, em até 20 anos, atingisse os patamares estabelecidos na Constituição e fosse capaz de atender as necessidades de uma família (cujo valor, de acordo com o Dieese, deveria ser de R\$ 1.510,67).

Para definir os mecanismos e o cronograma de como isso poderia se dar, a entidade propôs a criação de uma comissão quadripartite — com Executivo, Legislativo, centrais sindicais e representações empresariais — tendo o objetivo de estabelecer uma política de recupera-

ção do salário mínimo em uma perspectiva de curto, médio e longo prazos. Uma das funções dessa comissão seria ainda debater alternativas que, ao mesmo tempo em que incrementem o poder aquisitivo do mínimo, busquem minimizar o impacto de seu reajuste sobre a Previdência.

Inelizmente, como o Orçamento da União de 2004 havia sido elaborado com os mesmos vícios dos anos anterior-

A CUT quer que o Orçamento da União já contemple um projeto de recuperação efetiva do salário mínimo

es, naquele momento a proposta da CUT não teve eco. A entidade continuou insistindo no debate e duas outras audiências, em 15 de setembro e 23 de novembro, foram realizadas com o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, tendo a última a presença de todas as centrais sindicais.

A CUT, agora junto com as demais centrais, está aberta a propostas, mas insiste em que o assunto não continue sendo, historicamente, relegado a segundo plano. Por isso espera que, até a próxima audiência com o ministro, que acontecerá no dia 3, os encontros entre técnicos do governo e das assessorias econômicas das entidades sindicais — definidos com Berzoini — cheguem a um denominador comum, que corri-

pohe para essa nova lógica do reajuste de remuneração.

No entanto, em relação à proposta de vincular o reajuste do mínimo ao PIB per capita, defendida por alguns setores, a central avalia o critério como insuficiente ou até mesmo capaz de fazer com que a remuneração permaneça achatada eternamente, na hipótese do recuo do PIB em relação ao crescimento da população.

A CUT reitera que o Brasil vai continuar patinando se não parar para rever o papel do salário mínimo na efetivação da justiça social no país e perceber que é inadmissível continuar deixando milhões de pessoas à margem dos mais básicos direitos enquanto cidadãos.

Com o estabelecimento de uma política vigorosa de recomposição do mínimo, maior será o consumo e, consequentemente, a economia será alavancada; mais empregos formais serão gerados e maior será a arrecadação dos tributos (inclusive para a Previdência). Assim, pode-se chegar a um Estado verdadeiramente democrático.

Luiz Marinho, 45, é o presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Somos testemunha das suas lutas em relação ao salário mínimo e à qualidade de vida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a sempre me acompanha nas votações.

O PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Há muito tempo, desde quando era Deputado Federal.

Para finalizar, concedo a palavra, por cinco minutos, à paciente Senadora Ana Júlia Carepa, que está devidamente autorizada pela Líder do PT para falar em nome da Liderança.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, agradeço a população que nos ouve e nos vê.

O tempo é curto, mas acredito que o tema, objeto de matérias em vários jornais do País, mesmo que não seja tão simples, porque se trata de uma matéria que não é fácil para a população entender, como o salário mínimo e a correção do Imposto de Renda, é importante para o País, principalmente para vários Estados brasileiros. Trata-se do Fundo de Compensação das Exportações. Aliás, os Governadores já devem ter se reunido – uma vez que a reunião estava marcada para as 16 horas, se não me engano – com o Ministro Antonio Palocci e devem ter tratado do tema.

Eu queria apenas alertar para o fato de que todos nós temos de fazer a nossa parte.

É preciso relembrar um pouco da história de como isso começou. Quando foi aprovada e defendida a Lei Kandir pela administração anterior, não havia fundo de compensação. Uma negociação foi feita depois e, mesmo por essa negociação para a aprovação do fundo de compensação no Governo anterior, ele terminaria em 2002. Mais nenhum centavo estava previsto para compensar os Estados exportadores. Então, é necessário que, antes, relembremos isso, porque parece que os Governadores resolveram “colocar a boca no trombone” agora. Parece que perceberam a necessidade a partir de 2003.

É uma necessidade, sim. Mas não precisamos, a cada ano, ficar discutindo quanto terá de recurso no Orçamento Federal para o Fundo de Compensação.

Precisamos discutir um novo modelo tributário para o País. Quero dizer que fizemos uma reforma tributária, e muito bem, até dentro de uma perspectiva de um acordo entre todos os partidos. Mas o que falta é os Governadores também cumprirem a parte deles. É fundamental ter sim a unificação do ICMS. Isso será melhor para todos, principalmente para o povo brasileiro. Então penso que o Governo, juntamente com Governadores e com o Congresso, com certeza, alocará

recursos... E quero aqui garantir que isso ocorrerá, porque fui sub-relatora da reforma tributária – o Senador Paulo Paim sabe disso porque eu representava o PT nessa discussão –, e os recursos que estavam no acordo foram pagos, todos, cada centavo. E direi como foram esses recursos distribuídos:

O acordo dizia o seguinte: dos R\$6,5 bilhões, R\$2,2 bilhões são do Fpex, repasse vinculado ao IPI; os R\$4,3 bilhões são referentes à Lei Kandir, e foram divididos de duas formas. Criou-se uma nova forma de distribuir esses recursos, dando-se ênfase a um critério novo, o do saldo da Balança Comercial. Vários Estados contribuem com o saldo da Balança Comercial positivo – o que é importante para o País inteiro –, como o Estado do Pará, mas, no momento da compensação, isso não era levado em conta. A partir deste ano, o saldo da Balança Comercial passou a ser considerado, porque foi feito um acordo, com a participação do Congresso e do Governo.

A última medida provisória que votamos e aprovamos no Senado dividia R\$900 milhões, e o Pará foi o Estado que mais recebeu recursos. Desses R\$900 milhões, mais de 13% foram destinados apenas ao Estado do Pará.

O que me preocupa, Senador Paulo Paim, é o fato de os Governadores virem, mais uma vez, ao Ministério para pedir mais recursos. Isso deve ocorrer, mas é preciso procurar recursos para se estabelecer um salário mínimo melhor, para se corrigir a tabela do Imposto de Renda. Acredito ser também necessário haver uma nova política neste País, porque tenho percebido em todos os Estados, cito, como exemplo, o Estado do Pará, que, a cada vez que esses Governadores vêm pedir recursos do Fundo de Compensação das Exportações, eles isentam mais os seus Estados, que abrem mão de recursos que poderiam receber. Empresas estão recebendo incentivos fiscais e sendo dispensadas de pagar até 95% do valor do ICMS. Algumas, inclusive, agem de forma estranha, ilegal, contrariando até leis estaduais!

Há duas semanas, a revista **IstoÉ** denunciou o caso de uma cervejaria instalada há, pelo menos, trinta anos no Estado do Pará que continua recebendo incentivos fiscais. A sociedade não sabe quantos novos empregos foram criados. Inclusive, a notícia é a de que, numa fiscalização do Ministério do Trabalho, se encontrou trabalho precário, constatando-se que trabalhadores estavam sendo pagos com envelopes. Está-se gerando benefícios?

Sou a favor do incentivo fiscal, mas ele não deve transformar-se numa guerra neste País, na qual o povo renuncie a recursos quando tem o direito de recebê-los.

Em meu Estado, não há um único hospital regional. O Governo paraense suspendeu a licitação para a construção do Hospital Regional de Santarém, uma região importante no oeste do Pará, mas a população está subsidiando a fabricação de cerveja, desconhecendo, no entanto, se está havendo benefícios para o povo em termos de geração de empregos e de desenvolvimento. Todos sabem que a bebida alcoólica no mundo inteiro recebe até uma taxa maior. Em meu Estado, Senador Paulo Paim, o povo está pagando para que se fabrique cerveja. É esse o objetivo do incentivo fiscal?

Todo incentivo fiscal deve gerar uma contrapartida, que está relacionada a desenvolvimento e geração de empregos. Esses recursos devem realmente ser utilizados em benefício da população. Estamos fazendo esse questionamento.

É necessário que os Governadores cumpram a sua função na reforma tributária. Precisamos mudar esse modelo a fim de que não fiquemos, a cada ano, discutindo quanto estabeleceremos no Orçamento da União, porque certamente é preciso que os governos estaduais também possam afirmar de forma absolutamente transparente para a sociedade, por exemplo, quanto de ICMS eles estão abrindo mão, pois os créditos devidos às empresas exportadoras não são pagos. Alguns Governadores dizem que uma parte desses créditos nem são recolhidos em seus Estados. Todavia, o povo não sabe o quanto está deixando de ser recolhido no próprio Estado. Mas quanto o Estado recebe e não devolve às empresas exportadoras?

Estamos em um momento em que cada um precisa cumprir a sua parte. Penso que o Congresso e o Senado da República cumpriram sua parte na reforma tributária. E o fizeram bem, na minha opinião. Ele fizeram todo o possível naquele momento, naquela conjuntura.

É preciso cobrar que os Governadores façam a parte deles, para que possamos unificar as alíquotas de ICMS proposta na reforma tributária, que prevê que a menor alíquota será aplicada a todos os produtos da cesta básica. Dessa forma, estaremos efetivamente ajudando a população mais necessitada do País, sem abirmos mão de recursos públicos, como alguns Governadores têm feito, obtendo benefícios que não estão claros para a sociedade. Ao conceder isenção a algumas empresas, esses Governadores abrem mão de recursos que são do povo. Essa isenção não é feita de forma clara para a sociedade.

Precisamos mudar essa lógica de culpar cada vez mais o Governo Federal, que precisa sempre aumentar esses recursos, enquanto os Governadores abrem mão de recursos a todo momento.

A sociedade tem que saber em favor de quê está abrindo mão de recursos e que benefícios está tendo com isso.

O tema é, sem dúvida, complexo para a maioria da população, mas ela sabe que as exportações são vendas que o País, que o Estado faz para o exterior; e que saldo da balança é exatamente a comparação entre o que o Estado exporta e o que importa. Um Estado que vende mais ajuda o Brasil, ajuda a gerar emprego no País é claro; mas muitas vezes esse Estado não tem a compensação devida. Pela primeira vez, pelo menos está sendo considerado isso como um dos critérios para a distribuição do fundo de compensação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sei que é antipático acionar a campanha principalmente com uma Senadora tão simpática, mas somos obrigados a encerrar.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Vou concluir dizendo que espero que encontremos uma saída que seja do interesse de todos, mas que o povo tenha direito a uma política fiscal tributária com transparência para que as isenções e os incentivos às exportações possam ser efetivados e que os incentivos fiscais em cada Estado não sirvam apenas para financiar campanhas eleitorais, mas tenham efetivo benefício para a maioria do povo. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência informa ao Plenário que a sessão especial destinada a reverenciar a memória do ex-Ministro Celso Furtado anteriormente marcada para o dia 07 de dezembro será realizada no dia 02 de março de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa ofício que passo a ler:

OF. Nº 863 /2004–CN

Brasília, 30 de novembro de 2004

Senhor Presidente,

Comunico a V.Ex^a e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência transferiu a sessão conjunta anteriormente convocada para hoje, às dezenove horas, para amanhã, dia 1º de dezembro do corrente, quarta-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à apreciação dos Projeto de Lei nºs 80, 87, 91 e 102, de 2004, do Congresso Nacional, todos com pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Na oportunidade, renovo a V.Ex^a protestos de estima e distinta consideração. – **José Sarney** – Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso

Nacional nº 1, de 2003, (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os Projetos de Decreto Legislativo nºs 8 e 9, de 2004-CN, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, dos Pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem. É sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, quero louvar a sensatez da suspensão dessa sessão. É evidente que não temos número e o Governo não pode, nos últimos dias do ano, tentar aprovar aquilo que não foi capaz durante todo o período anterior. Eu estava exatamente com a disposição de levantar questão de ordem para verificação de **quorum** suficiente. Não podemos nos submeter a vexame dessa natureza. De forma que louvo a atitude do adiamento e espero que amanhã o Governo tenha a capacidade de colocar sua base aqui para votação, porque, caso contrário, vou cumprir meu papel de pedir a obstrução. Só podemos tratar de algumas questões deste Orçamento quando o Governo honrar o que assumiu com relação a emendas que estão aí sem nenhuma perspectiva de liberação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Agradeço as palavras do Senador Heráclito Fortes. É bom levantar essa questão porque o Senado tem se comportado com decência, tem sido muito responsável. Como sabemos que V. Ex^a está sempre atento, foi cancelada a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Arthur Virgílio, Augusto Botelho e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, comemora-se neste 30 de novembro, na Capital da República, o Dia do Evangélico, instituído em 1995 pela Lei nº 893 da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O transcurso da data,

ao tempo em que homenageia a população evangélica – não apenas de Brasília, mas de todo o País –, enseja também uma profunda reflexão sobre a importância da doutrina e da ação religiosa e social das diversas igrejas evangélicas, que congregam nada menos que 25 milhões de fiéis de Norte a Sul do País.

A fé evangélica, cujas raízes remontam ao movimento protestante de Martinho Lutero e outros reformadores do século XVI, chegou ao Brasil ainda no período colonial, quando aqui aportaram numerosos protestantes para buscar uma nova vida em terras longínquas. Como organização religiosa, contudo, o protestantismo ainda se manteve incipiente por muitos anos. No século XIX, o protestantismo começaria efetivamente a se estruturar em nosso País, com a vinda do missionário Robert Kalley, da Igreja Congregacional, e, logo a seguir, com a chegada do missionário Asshel Green Simonton, que fundaria a Igreja Presbiteriana do Brasil.

Outras importantes igrejas evangélicas aqui se estabeleceram nos anos seguintes, como a Igreja Metodista, a Igreja Batista Brasileira, a Igreja Episcopal e a Igreja Cristã Evangélica. Mais recentemente, surgiram a Igreja Assembléia de Deus, a Congregação Cristã do Brasil e a Igreja Universal do Reino de Deus, entre outras.

Não só o número de igrejas evangélicas, mas também o número de fiéis, tem crescido de forma significativa, como atestam as estatísticas do IBGE, perfazendo, hoje, quase 15% da população brasileira.

Nossa Constituição é laica, Sr. Presidente, mas acata e respeita todas as religiões, visto que todas elas, divergindo embora acerca de dogmas, ritos ou práticas religiosas, buscam um mesmo objetivo, que é a espiritualização da humanidade, inspirada por um Ente Superior, o exercício da retidão e a convivência fraterna.

No Brasil, a exemplo do que ocorre com a integração das raças, não era de se esperar outra atitude, entre religiosos, que não fossem a convivência pacífica e o ideal ecumênico. O Dia do Evangélico, assim, embora instituído apenas no Distrito Federal, representa uma merecida homenagem a uma considerável parcela de cidadãos brasileiros que buscam o seu aperfeiçoamento na observância da doutrina evangélica, no fortalecimento da fé e na prática de ações sociais. Nesse particular, merecem referência a manutenção de creches e asilos para pessoas carentes, a distribuição de medicamentos e alimentos, as ações de promoção da saúde e de educação. Enfim, a promoção da cidadania.

Por tudo isso, quero cumprimentar a população evangélica de todo o País, formulando votos para que

continuem, juntamente com outros grupos e entidades, religiosos ou leigos, a buscar o aperfeiçoamento espiritual, a união fraterna e a solidariedade de todos os brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, guaraná, fruta do meu Estado do Amazonas, que hoje começa a ganhar o interesse do exterior, significa, em Tupi, parecido com os olhos humanos. Parece de fato. Tão logo se abra um fruto, ressaltam do interior duas pequenas esferas, lembrando olhos humanos.

Começando a ficar famoso, o guaraná é descrito com notável texto, muito conhecido no Amazonas. É a Lenda do Guaraná, que, a partir de amanhã e até o dia 4, será uma vez mais contada às populações de Maués, a Capital do Guaraná. A festa, de forte conteúdo histórico-lendário, atrai anualmente a Maués milhares de turistas, até de outros Estados.

Diz a lenda que essa imagem seria a perenização dos olhos de Ceraçaporanga, a mais bela indiazinha da tribo dos Maués, que se apaixonou por um índio de uma tribo inimiga, um amor impossível, na visão de seus irmãos e que lhe custou a vida, por desobedecer aos irmãos, fugindo com o namorado.

Completa a narrativa que os dois tentaram abrigar ao pé de uma frondosa sapopema. Ali, Ceraçaporanga, ajoelhada, pediu aos céus que tivessem pena dos dois, que não os separassem. O deus Tupã atendeu, atingindo os amantes com um raio mortal, para o grande espanto dos Maués. Toda tribo chorou a morte de Ceraçaporanga. Ela, entretanto, não abandonou a tribo. No local em que morreu com o amado, brotou de seus olhos o guaraná, uma árvore que haveria de dar frutos que aplacariam a fome.

A Lenda, que agora trago à lembrança deste Plenário, será apresentada como uma das atrações da XXV Festa do Guaraná, no município de Maués.

Quisera estar presente, convivendo com os amigos de minha terra a festa que organizaram. No entanto, os trabalhos no Senado e outros compromissos tomam todo o tempo, impossibilitando meu deslocamento para Maués.

Cumprimento o prefeito Sidney Leite e o povo de Maués, com meus de êxito para a Festa do Guaraná.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, é com muito orgulho que ocupo esta Tribuna, no de hoje, para dizer que o Estado de Roraima vai representar o Brasil na final do Desafio Sebrae Mercosul. A equipe “A Turma da Vez”, formada por estudantes de Roraima, venceu a 5ª edição do chamado “Jogo de Empresas”.

Agora a equipe de Roraima enfrentará, em março do ano que vem, em Brasília, estudantes da Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile.

A etapa final, teve a participação de 37 estudantes universitários divididos em oito equipes, que passaram cerca de 24 horas concentradas no Hotel Manhattan, pensando como tomar as melhores decisões para administrar corretamente uma “fábrica de bolas de vôlei”. Eles concorreram com 56.789 (cinquenta e seis mil, setecentos e nove) universitários, reunidos em treze mil equipes de todo o País.

Com equipes de três a cinco universitários, o Desafio Sebrae é um jogo virtual praticado por computador, que estimula os competidores a aprender a trabalhar em grupo e desenvolver habilidades de negociação, análise de cenários e formulação de estratégias para tomar decisões dentro de um amplo contexto de concorrências e alianças.

Sr. Presidente, o Desafio Sebrae é, sem dúvida, uma brilhante iniciativa dessa instituição que há muitos anos labora em prol do desenvolvimento das empresas brasileiras, sobretudo as de médio e pequena porte.

Em cinco anos de existência, o Desafio Sebrae já ofereceu a mais de 177.000 (cento e sessenta e sete mil) universitários a oportunidade de simular a administração de uma empresa. Esse é o total de estudantes que se inscreveram nas cinco edições da competição. Somente no ano passado 54.000 (cinquenta e quatro mil) universitários se inscreveram para participar da experiência de assumir o controle de uma empresa.

Este ano o Desafio Sebrae envolveu quase 57.000 (cinquenta e sete mil) universitários que tiveram a oportunidade de obter maior conhecimento sobre empreendedorismo e de se aproximar cada vez mais dos desafios, dificuldades e conquistas do cotidiano negocial.

Trata-se de uma oportunidade ímpar para estudantes que, ao saírem da universidade, vão enfrentar concorrido mercado de trabalho. O Sebrae, com essa iniciativa demonstra, como não poderia deixar de ser, sua força na alavancagem dos negócios no Brasil.

Sr. Presidente, o Sebrae, a partir do lançamento do Desafio, estimula os universitários a ingressarem no mundo dos negócios.

Uma pesquisa feita pelo Sebrae revelou que dentre os 54.755 estudantes de 2.031 universidades de todo o país que participaram do Desafio Sebrae 2003, a maior parte dos inscritos (mais de 75%) declarou que a experiência foi importante na definição dos objetivos de vida, com predominância no reforço da escolha profissional original que os participantes já haviam formulado. Metade deles pretende montar o próprio negócio, mas antes prefere trabalhar como empregados no serviço público ou na iniciativa privada.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Impacto Desafio Sebrae 2003, que avaliou os resultados do programa com relação aos objetivos de expor a atividade empresarial como alternativa para colocação de estudantes universitários no mercado de trabalho e de disseminar a cultura empreendedora no ambiente universitário.

Um dos dados que chamaram a atenção dos organizadores do Desafio Sebrae 2003 foi o fato de que quase 15% dos competidores pretendem montar negócio antes mesmo de se formar. O gerente da Unidade de Educação e Desenvolvimento da Cultura Empreendedora do Sebrae Nacional, Enio Pinto, ressaltou, no entanto, que o sucesso do programa não pode ser avaliado apenas pelo número de negócios abertos. “Entendemos que o índice de 15% de competidores que desejam abrir um negócio antes mesmo de se formar é uma grata surpresa. Mas o que queremos mesmo é uma mudança no modelo mental e de cultura frente às alternativas profissionais futuras”, avalia.

A pesquisa revelou ainda que os universitários que se inscreveram no jogo estão, pelo menos, na metade de seus cursos e quase 50% dos entrevistados não trabalham na mesma área em que estuda.

Além de mostrar o interesse pela atividade empresarial, a pesquisa revelou que o Desafio Sebrae não é apenas o principal programa de disseminação da cultura empreendedora no ambiente universitário do País. É também uma das principais “portas de entrada” para que os universitários conheçam outros produtos e programas do Sebrae.

Cerca de 70% dos participantes do jogo de empresas não eram clientes do Sistema Sebrae. E apenas 23% já haviam participado de cursos da instituição. “Um esforço de *marketing* junto a esse público pode elevar, no futuro, o índice de clientes do Sistema dentro do ambiente universitário”, disse Ricardo Garcia, coordenador do Desafio Sebrae.

Sr. Presidente, para 2005 o Sebrae pretende, atraindo parcerias e lançando o Prêmio Universidade Amiga do Desafio Sebrae (onde serão reconhecidas as instituições que tiveram o maior número proporcional de inscritos), além de outras ações, aprimorar este brilhante projeto que, pelos números, já revela o quanto já bem logrou seus objetivos. Em 2005 o Sebrae pretende, também, incluir novos países no Desafio.

Gostaria de cumprimentar o Sebrae pela brilhante iniciativa que, desde o ano 2000, vem revelando, para o cenário empresarial do Brasil, os valores dos nossos jovens empreendedores, conferindo-lhes oportunidade de fazer brilhar suas estrelas. Gostaria de cumprimentar, também, pela vitória que obteve no Desafio Sebrae deste ano, os jovens universitários da

equipe “A Turma da Vez”, do meu Estado de Roraima. Eles são a demonstração cabal de que Roraima tem condições de produzir quadros de empreendedores para o Brasil. Mesmo enfrentando as mais diversas dificuldades Roraima revela, através de seus jovens, que está começado a visualizar o caminho do profissionalismo e da prosperidade empresarial, requisitos fundamentais para o bem estar de qualquer povo.

Para finalizar, gostaria de cumprimentar os integrantes da equipe: Frank Correa de Lima, Asalene Almeida, Mário Turco, Elaine Brito, Simara de Oliveira, e todos os funcionários do Sebrae Roraima.

Parabéns Sebrae! Parabéns aos Jovens Roraimenses!

É o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o agronegócio brasileiro tem se destacado internacionalmente pela modernidade, competitividade, dinamismo, eficiência, elevado grau de produção e produtividade.

Como um dos segmentos mais eficientes da economia brasileira, o agronegócio representa uma importante oportunidade de investimento para empresários nacionais e estrangeiros e a garantia de crescimento sustentável do Produto Interno Bruto (PIB), de geração de empregos e de aumento das exportações.

Estima-se em US\$180 bilhões o PIB do agronegócio brasileiro para o corrente ano.

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) prevê que o Brasil se tornará o maior produtor mundial de alimentos na próxima década.

Já somos líderes mundiais na produção e exportação de café, açúcar, álcool, sucos de frutas, soja, carne bovina, carne de frango, tabaco, couro e calçados de couro.

O Brasil também está se tornando o principal pólo mundial na produção de algodão e biocombustíveis. Estamos nos destacando na produção de milho, arroz, frutas frescas, cacau, castanhas, nozes, suínos e pescados.

As condições privilegiadas de clima, solo fértil, disponibilidade de água, vasta biodiversidade e recursos humanos propiciam o desenvolvimento contínuo do agronegócio, num mundo sedento por alimentos, matérias-primas e produtos agropecuários.

Essas vantagens competitivas decorrentes do clima, do solo, da disponibilidade de água e de uma política agrícola moderna estimulam o agronegócio e dão as garantias de retorno dos investimentos no agronegócio.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, todos esses fatores mencionados são importantes e vitais para o sucesso e dinamismo do agronegócio brasileiro.

No entanto, existe um fator que se destaca e que precisa ser mencionado com a relevância que merece: a pesquisa, decorrente do desenvolvimento científico e tecnológico, que propicia a modernização e aumento dos níveis de produção e produtividade de nossa agricultura.

As pesquisas científicas, comandadas em sua maioria pela Embrapa, contribuíram decisivamente para transformar o Brasil numa das mais importantes plataformas mundiais do agronegócio.

A modernização da indústria de máquinas e implementos agrícolas e a adoção de programas de sanidade animal e vegetal contribuíram para o aumento da produção agrícola, para a redução de preços dos alimentos e das matérias-primas e para a manutenção de mais de 17 milhões de empregos no campo.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, todos nós que temos responsabilidade política nos perguntamos: como fazer, em outras áreas da economia, para termos o mesmo sucesso do agronegócio?

É possível transferir para o setor industrial o mérito vitorioso de nossa moderna agricultura?

Por que outros setores econômicos não seguem o exemplo do agronegócio brasileiro?

Todas essas questões intrigantes têm levado muitos empresários, economistas, políticos e todos os que se preocupam com o desenvolvimento econômico e social do Brasil a perguntar: por que não montamos uma espécie de Embrapa industrial?

É possível transplantar o modelo de sucesso da Embrapa para o setor industrial?

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) certamente tem se preocupado com esses problemas e decidiu contratar a empresa de consultoria MB Associados para elaborar um estudo sobre esses importantes temas relacionados com nosso desenvolvimento econômico e social.

O estudo denominado “O Sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?” representa uma importante contribuição da Fiesp para a melhoria da eficiência do setor industrial brasileiro e para a adaptação e aproveitamento do que de melhor existe na experiência de sucesso da nossa moderna agricultura.

Não se trata de mero transplante nem, tampouco, de tentativa de cópia de um modelo vitorioso.

Trata-se de uma pesquisa profunda em que são analisados todos os fatores responsáveis pela elevado grau de desenvolvimento e competitividade internacional de nossa agricultura e aproveitamento de met-

odologias que podem ser adaptadas para garantir o sucesso no setor industrial.

O estudo da Fiesp nos mostra um quadro analítico e um conjunto de sugestões que poderão contribuir para dar maior eficiência e competitividade ao setor industrial brasileiro, iniciativa que merece todo o nosso apoio e estímulo por seu elevado mérito econômico e social.

Com a publicação do estudo “O Sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?”, a Fiesp cumpre uma das mais importantes missões, como entidade representativa do setor industrial, apontando caminhos alternativos para nosso desenvolvimento, facilitando a cooperação entre Governo e iniciativa privada.

O estudo destaca algumas linhas de ação que podem ser adotadas para melhoria das condições de competitividade de nossa indústria, destacando as seguintes idéias:

A exportação como decisão estratégica dos diferentes setores e das diferentes empresas;

Redução do custo do capital;

Desenvolvimento do vetor pesquisa-tecnologia.

Certamente, o Governo precisa investir na infraestrutura econômica para reduzir os pontos de estrangulamento nas áreas de energia, transportes rodoviários e instalações portuárias.

A pesquisa precisa ser realizada e desenvolvida em perfeita sintonia com o setor privado, para garantir maior eficiência e maior produtividade na indústria e em áreas correlatas, para que possamos ter um Brasil mais moderno, mais competitivo, não apenas no agronegócio, mas, igualmente, na indústria e no setor de serviços.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, desejo ressaltar essa importante iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que presta mais uma importante contribuição para nosso desenvolvimento econômico e social e reafirma o papel decisivo de uma entidade que atua com eficiência no cumprimento de seus objetivos e de sua missão.

Quero, nesta oportunidade, cumprimentar a diretoria da Fiesp e o quadro técnico da empresa de consultoria MB Associados, que realizou um importante trabalho de pesquisa, diagnóstico econômico e elaboração de alternativas de desenvolvimento industrial.

Iniciativas dessa natureza merecem todo o apoio do Congresso Nacional e de todos quantos se preocupam com nosso desenvolvimento econômico e social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– A Presidência lembra às Sras e aos Srs. Senadores que constarão da Ordem do Dia da sessão delibera-

tiva ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, as matérias remanescentes da pauta de hoje, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 52, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 52, de 2004, que *discute sobre a concessão de subvenção para equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de crédito par investimentos na Região Centro-Oeste, a serem contratadas até o dia 30 de junho de 2005; acrescenta o art. 6ºA à Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e altera a redação do § 2º do art. 7º da Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995*, proveniente da Medida Provisória nº 205, de 2004.

Relator revisor:

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.274, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Waldeck Ornelas, favorável com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60*

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que oferece.

– 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que *altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios.*

Parecer sob nº 549, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

– 5 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2003 (Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2003 (nº 306/2000, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura.*

Parecer favorável, sob nº 195, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Marcelo Crivella.

– 6 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 2000 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *al-*

tera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

Parecer sob nº 103, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável à matéria e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 28, de 2000, que tramitam em conjunto.

– 7 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 77, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 22 e 28, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *imprime força cogente à lei orçamentária anual, acrescentando dispositivos ao art. 165 e alterando o inciso VI do art. 167, ambos da Constituição Federal.*

– 8 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2000

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 77, de 1999, e 22, de 2000)

Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2000, tendo como primeiro signatário o Pedro Simon, que *dá nova redação ao inciso I do § 9º do art. 165, ao caput do art. 166 e acrescenta novo parágrafo ao mesmo artigo da Constituição Federal.* (Dispõe sobre plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais).

– 9 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 81, DE 2003

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Tasso Jereissati, que *acrescenta o art. 174-A à Constituição Federal, para fixar os princípios da atividade regulatória.*

Parecer favorável, sob nº 270, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

– 10 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *adiciona um parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, aumentando o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades com menos de 300.000 (trezentos mil habitantes).*

Parecer sob nº 271, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 11 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 12 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 148, DE 2001

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 2001 (nº 1.071/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre normas gerais para celebração de consórcios públicos, nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 1997.*

Parecer sob nº 1.383, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

– 13 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2003 (nº 6.057/2002, na Casa de origem), que *denomina "Aeroporto*

de Belo Horizonte/Pampulha – MG – Carlos Drummond de Andrade” o aeroporto da cidade de Belo Horizonte – MG.

Parecer favorável, sob nº 101, de 2004, da Comissão de Educação, Relator: Senador Aelton Freitas.

– 14 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. (Apropriação indébita contra associação ou fundação).*

Parecer sob nº 1.693, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 15 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 35, DE 2003

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 35, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal criando a Comissão de Desenvolvimento Regional.*

Pareceres sob nºs 1.728 e 1.729, de 2004, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- Diretora, Relator: Senador Alberto Silva, favorável, com a Emenda nº 3 –Cdir (Substitutivo), que oferece.

– 16 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2002-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2002-Complementar (nº 4.610/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a linguagem inclusiva na legislação e documentos oficiais.*

Parecer sob nº 1.749, de 2004, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

– 17 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2003 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 27, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre o direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança pelas entidades integrantes do sistema brasileiro de poupança e empréstimo (SBPE) e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.794, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Tasso Jereissati, pela rejeição, com voto contrário do Senador César Borges, e em separado, do Senador Paulo Octávio.

– 18 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2004 (Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o Título VI (dos crimes contra os costumes) da Parte Especial do Código Penal.*

– 19 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254, DE 2004 (Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera o art. 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe sobre os crimes relativos a cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças e adolescentes).*

– 20 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2004 (Tramitando nos termos do art. 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 255, de 2004, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a exploração sexual, que *altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente* (prevê o fechamento definitivo de hotel, pensão, motel ou congêneres, quando hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou sem autorização).

– 21 –

REQUERIMENTO Nº 1.391, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.391, de 2004, do Senador Roberto Saturnino, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2001, de sua autoria.

– 22 –

REQUERIMENTO Nº 1.402, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.402, de 2004, do Senador Hélio Costa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

– 23 –

REQUERIMENTO Nº 1.403, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.403, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 122, de 1999, e 233, de 2004, por regularem a mesma matéria.

– 24 –

REQUERIMENTO Nº 1.428, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2004, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 461, de 2003, por regularem a mesma matéria.

– 25 –

REQUERIMENTO Nº 1.434, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.434, de 2004, do Senador Mo-

zarildo Cavalcanti, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 243, de 2002, e 269, de 2004, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35

**Resenha das matérias apreciadas durante a 2ª
Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura
(1º a 30 de novembro de 2004)**

I - MEDIDAS PROVISÓRIAS

**1 - APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO:
Total 6**

Projeto de Lei de Conversão nº 46, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 197, de 2004), que *cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional - Modermaq e dá outras providências.*

Sessão: 18.11.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 47, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 199, de 2004), que *altera dispositivos das Leis nºs 10.404, de 9 de janeiro de 2002, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GESS, altera disposições das Leis nºs 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social, e 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências.*

Sessão: 25.11.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 48, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 200, de 2004), que *altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.*

Sessão: 25.11.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 49, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 201, de 2004), que *autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994 e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica.*

Sessão: 25.11.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 202, de 2004), que *altera a legislação tributária federal e as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003.*

Sessão: 25.11.2004

Projeto de Lei de Conversão nº 51, de 2004 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 203, de 2004), que *altera dispositivos da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.*

Sessão: 25.11.2004

2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

Total . 3

Medida Provisória nº 193, de 2004, que *autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País.*

Sessão: 9.11.2004

Medida Provisória nº 194, de 2004, que *abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), para os fins que especifica.*

Sessão: 9.11.2004

Medida Provisória nº 198, de 2004, que *altera dispositivos das Leis nºs 10.404, de 9 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - Gdata, 10.483, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho no âmbito da Administração Pública Federal, e 10.882, de 9 de junho de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa e da Gratificação Temporária de Vigilância Sanitária; institui a Gratificação Específica da Seguridade Social e do Trabalho – Gesst; e dá outras providências.*

Sessão: 25.11.2004

3 – INADMITIDA E ENVIADA AO ARQUIVO

Total 1

Medida Provisória nº 195, de 2004, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo para bloqueio temporário da recepção de programação inadequada e dá outras providências.*

Sessão: 10.11.2004

4 – PERDA DE EFICÁCIA

Total 1

Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.

Sessão: 30.11.2004

I – PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa do Presidente da República 2

De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 1

De iniciativa do Senado Federal 2

Total 5

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2004 (nº 2.399/2003, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás e dá outras providências.

Sessão: 10/11/2004

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2004 (nº 3.476/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências*

Sessão: 11/11/2004

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2003 (nº 4.943/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *cria cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e dá outras providências.*

Sessão: 18/11/2004

Projeto de Lei do Senado nº 110, de 1988, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, que *dispõe sobre o depósito legal de publicações na Biblioteca Nacional e dá outras providências.*

Sessão: 18/11/2004

Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2000, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os proventos percebidos pelos portadores de hepatopatia grave.* (Rejeitado o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 71, de 2000, apresentado ao projeto)

Sessão: 18/11/2004

**II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS
À CÂMARA DOS DEPUTADOS:
De iniciativa do Senado Federal 7
De iniciativa da Câmara dos Deputados 6
Total 13**

Projeto de Lei do Senado nº 203, de 2002, de autoria do Senador Casildo Maldaner, que *acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, renumerando-se o seu parágrafo único*, aprovado com a seguinte ementa: *acrescenta § 2º ao art. 3º da Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, para duplicar os limites estabelecidos nos incisos I a III deste artigo, desde que o acréscimo decorra de contratação, para o primeiro emprego, de jovens entre 18 e 25 anos de idade.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 3.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *dispõe sobre a criação do “Dia Nacional da Consciência Negra” e dá outras providências*, aprovado com a seguinte ementa: *dispõe sobre a criação do “Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra”.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 3.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Dia Nacional de Prevenção da Obesidade.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 3.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2004 (apresentado como conclusão do Parecer do Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 45, de 2004), que *dispõe sobre a vigência da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001.*

Sessão: 10.11.2004

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2003-Complementar, de autoria do Senador João Capiberibe, que *acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima.*

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Unifoeste).*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 29-A, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.*

Sessão: 17.11.2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2002 (nº 2.959/2000, na Casa de origem), que *modifica o art. 40 e o art. 250 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, quanto ao tráfego de veículos com faróis acesos durante o dia nas rodovias.*

Sessão: 18.11.2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2002 (nº 4.589/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre os limites e a demarcação do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências.*

Sessão: 18.11.2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2000 (nº 291/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, nas peças de roupas íntimas produzidas ou comercializadas no País, de etiqueta de advertência sobre a importância da prevenção do câncer de colo de útero e do diagnóstico precoce dos cânceres de colo de útero, de mama, e de próstata, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que define as infrações sanitárias, e dá outras providências*

Sessão: 23.11.2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2002 (nº 3.077/2000, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para explicitar que as ações assistenciais e as atividades preventivas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde – SUS incluem aquelas executadas no âmbito de todas as profissões de saúde reconhecidas.*

Sessão: 23.11.2004

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2004 (nº 5.246/2001, na Casa de origem), que *insere na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o art. 27-A, para indicar um conjunto de temas transversais que devem ser contemplados nos currículos plenos do ensino fundamental e médio.*

Sessão: 23.11.2004

**III - PROPOSIÇÕES aprovadas e enviadas
à promulgação:
De iniciativa do Senado Federal 2
De iniciativa da Câmara dos Deputados 310
Total 312**

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2004 (nº 755/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Costa Dourada para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 3.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2004 (nº 1.139/2203, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Lageado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rurópolis, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 3.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 333, de 2004 (nº 3.032/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Franciscana de Codó – Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codó, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2004 (nº 94/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Minas Gerais para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2004 (nº 3.091/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miracatu, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2004 (nº 3.119/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Ibiapina Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2004 (nº 3.126/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio WS & AO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buri, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2004 (nº 173/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à DJ Comunicações e Exploração de Serviços de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarimirim, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2004 (nº 275/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a União Comunitária de Imbé de Minas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbé de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 437, de 2004 (nº 276/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Santo Antônio da Barra - GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio da Barra, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 463, de 2004 (nº 3.133/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à WEB Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristalina, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2004 (nº 3.171/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gurinhata, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 469, de 2004 (nº 3.172/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Catedral de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2004 (nº 3.202/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 483, de 2004 (nº 219/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária do Jardim Cristina Campinas - ACCJC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2004 (nº 236/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Defensora e Difusora Sócio Cultural das Tradições de Urupês a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupês, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2004 (nº 845/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Web Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Picos, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2004 (nº 59/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Piratininga de São João da Boa Vista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2004 (nº 3.016/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação da Integração Cultural Vianense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viana, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2004 (nº 3.033/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária de Santo Antônio do Descoberto FM a executar serviço de radiodifusão*

comunitária na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 509, de 2004 (nº 3.086/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rede Sol de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Trairi, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2004 (nº 3.094/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Três Climas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraipaba, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 519, de 2004 (nº 2.585/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Voz do São Francisco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Januária, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2004 (nº 55/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube Ararense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araras, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 528, de 2004 (nº 74/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade São Gotardo de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gotardo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2004 (nº 98/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Sistema Cariris de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2004 (nº 113/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Mercedesana de Integração e Cultura – Amic a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mercês, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 544, de 2004 (nº 126/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Piratininga de São José dos Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2004 (nº 146/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Antena Jovem FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 560, de 2004 (nº 199/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Radiodifusão Rainha do Céu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bezerros, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 570, de 2004 (nº 3.165/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaiguara, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 572, de 2004 (nº 3.195/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio Comunitário Bethel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 573, de 2004 (nº 3.196/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ananás a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 574, de 2004 (nº 3.198/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Renascer de Inhaúma a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Inhaúma, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 580, de 2004 (nº 3.237/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acomor - Associação Comunitária Morada de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Virgem da Lapa, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2004 (nº 3.238/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Claret para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Claro, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 590, de 2004 (nº 492/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Artística e Cultural de Tonantins a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tonantins, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2004 (nº 108/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Pouso Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 596, de 2004 (nº 149/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anapurus, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2004 (nº 153/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Presença Sistema de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em frequência modulada na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2004 (nº 158/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascog - Associação Comunitária de Guapó a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guapó, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 599, de 2004 (nº 194/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Evangelli Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parintins, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 610, de 2004 (nº 3.137/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nova Aurora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mundo Novo, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 614, de 2004 (nº 207/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 617, de 2004 (nº 838/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 618, de 2004 (nº 885/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Unificada do Oeste de Santa Catarina - Unoesc para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 621, de 2004 (nº 2.919/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Soleda-*

dense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 622, de 2004 (nº 3.157/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Popular Cultural de São João da Ponte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 624, de 2004 (nº 3.176/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Liberdade Comunitária de Radiodifusão de Águas Lindas de Goiás – GO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 625, de 2004 (nº 3.180/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Jaraguá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaraguá, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 628, de 2004 (nº 3.211/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Mirabela – MG -A.C.D.A.C.M. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirabela, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 635, de 2004 (nº 3.241/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário de Radiodifusão de Poço Fundo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poço Fundo, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2004 (nº 3.065/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iúnense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iúna, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 640, de 2004 (nº 223/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Mensageiros do Rei e Radiodifusora “Voz da Liberdade” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraopeba, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 641, de 2004 (nº 241/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Santo Anastácio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Anastácio, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 643, de 2004 (nº 252/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Sobralense Beneficente e Cultural Comunitária – ASBCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobral, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 644, de 2004 (nº 253/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sempre Viva -Movimento Ecológico e Ambiental de Igaraju do Tietê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igaraju do Tietê, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 646, de 2004 (nº 291/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marialva, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 647, de 2004 (nº 293/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da RBS TV Santa Cruz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 648, de 2004 (nº 308/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Ambientalista de Praia Seca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 651, de 2004 (nº 529/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 655, de 2004 (nº 2.954/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Graúna Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cornélio Procópio, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 657, de 2004 (nº 3.075/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Monte Castelo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Castelo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 658, de 2004 (nº 3.077/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Escola de Vida a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Beberibe, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 662, de 2004 (nº 3.192/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jardinense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Jardim, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 663, de 2004 (nº 3.212/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Crianças e Adolescentes do Município de Silves a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silves, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 664, de 2004 (nº 3.221/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piracema, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 665, de 2004 (nº 3.222/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Jovens Unidos na Fraternidade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 666, de 2004 (nº 3.227/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária União de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Médici, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 667, de 2004 (nº 3.231/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente São Sebastião a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapecurú Mirim, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 668, de 2004 (nº 3.242/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Radiodifusora Comunitária Life de Juiz de Fora a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 669, de 2004 (nº 3.244/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Matense – Arcom – a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 671, de 2004 (nº 216/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Popular de Jaguaruana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruana, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 672, de 2004 (nº 3.078/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária 2000 FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pitangueiras, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 674, de 2004 (nº 3.082/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas – Minas Gerais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 676, de 2004 (nº 3.146/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Pedra Bonita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaporã, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 678, de 2004 (nº 3.251/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Instituto de Desenvolvimento de Paraibano - Indespa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraibano, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 4.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2004 (nº 174/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Valle & Silva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2004 (nº 2.980/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Anhangueira de Araguaína Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2004 (nº 435/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional Rádio e TV Porto Belo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2004 (nº 3.027/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Educativa de Tapauá a executar serviço de radiodi-*

fusão comunitária na cidade de Tapauá, Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2004 (nº 2.869/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Rio Mar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2004 (nº 162/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Fumacense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Grão Pará, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2004 (nº 3.145/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Sinodal de Comunicação para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2004 (nº 3.187/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Vídeo Express Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 475, de 2004 (nº 3.200/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Treze de Maio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Treze de Maio, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2004 (nº 312/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Cab de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 487, de 2004 (nº 943/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universitária*

de Brasília - Fubra para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taguatinga, Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2004 (nº 2.912/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 493, de 2004 (nº 3.011/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Jardim Amarante – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2004 (nº 2.778/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural de Mirim Doce a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirim Doce, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2004 (nº 1.860/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Macaraniense São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macarani, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2004 (nº 2.471/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Comunitária de Campo Formoso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 531, de 2004 (nº 84/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Ceará Rádio Clube S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 538, de 2004 (nº 101/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o*

ato que autoriza a Associação Comunitária e Social de Água Branca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Branca, Estado de Alagoas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2004 (nº 136/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Ourinhos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ourinhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2004 (nº 140/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 553, de 2004 (nº 150/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Panorama Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Avaré, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 555, de 2004 (nº 164/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Hortência Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2004 (nº 167/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural do Município de Central do Maranhão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Central do Maranhão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2004 (nº 474/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Franca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Franca, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2004 (nº 3.153/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de Celso Ramos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Celso Ramos, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 583, de 2004 (nº 3.243/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente dos Moradores de Pau-Formosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquiraz, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 584, de 2004 (nº 3.245/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Campo Grande - RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 587, de 2004 (nº 3.264/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Claraval a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Claraval, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 589, de 2004 (nº 631/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 5.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 595, de 2004 (nº 127/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independência de Cordeirópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cordeirópolis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 600, de 2004 (nº 197/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão ao Grupo Integração de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Xique-Xique, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 605, de 2004 (nº 3.067/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Fundação Assistencial e Educacional Monsenhor Bacellar - Faemb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morros, Estado do Maranhão*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 616, de 2004 (nº 221/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 619, de 2004 (nº 923/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de São Carlos a explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 623, de 2004 (nº 3.162/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Sant'Ana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 626, de 2004 (nº 3.193/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural Comunitária Educadora "Rainha dos Anjos" a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reginópolis, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2004 (nº 486/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Santo Amaro - ACSA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Amaro do Maranhão, Estado do Maranhão*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 633, de 2004 (nº 2.951/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Moradores, Mini e Pequenos Produtores Rurais dos Povoados*

Baião, Malhadinha, Poço Salgado e Campo Comprido - ACB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boca da Mata, Estado de Alagoas

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 636, de 2004 (nº 2.938/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Indianova - FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 639, de 2004 (nº 220/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga permissão à Proware 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 642, de 2004 (nº 243/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Teixeira e Centro de Teixeira de Freitas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 649, de 2004 (nº 326/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Sorocaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 650, de 2004 (nº 480/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Minuano de Alegrete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 652, de 2004 (nº 679/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itaimbé FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 653, de 2004 (nº 1.105/2003, na Câmara dos Deputados), *que aprova o*

ato que outorga permissão à Rádio Regional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 656, de 2004 (nº 3.038/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Filhos de Boninal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boninal, Estado da Bahia*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 660, de 2004 (nº 313/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Pires Rodrigues para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 661, de 2004 (nº 3.189/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente, Cultural de Radiodifusão Sãomiguelense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Miguel do Anta, Estado de Minas Gerais*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 670, de 2004 (nº 3.246/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Imaculada Conceição – Acic a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Propriá, Estado de Sergipe*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 677, de 2004 (nº 3.179/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Difusão Cultural de Indaial a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2004 (nº 3.252/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São Gonçalo do Rio Abaixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo, Estado de Minas Gerais*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2004 (nº 75/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sabiá FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cafelândia, Estado de São Paulo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 684, de 2004 (nº 112/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2004 (nº 154/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cambará, Estado do Paraná*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2004 (nº 270/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Caraíba Empreendimentos Culturais Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 690, de 2004 (nº 271/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa Cidade FM de Chupinguaia – RO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chupinguaia, Estado de Rondônia*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 693, de 2004 (nº 287/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário de Jacundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacundá, Estado do Pará*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 694, de 2004 (nº 306/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rádio TV Educativa Rio Doce para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 8.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2004 (nº 642/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Linhares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2004 (nº 3.127/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radio Nossa Senhora do Socorro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Socorro, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 579, de 2004 (nº 3.236/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Com Rádio Local Imprensa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 582, de 2004 (nº 3.240/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Desterro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Desterro, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 630, de 2004 (nº 68/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Jozias Francisco Diniz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 777, de 2004 (nº 137/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Padre Donizetti para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tambaú, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 9.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 695, de 2004 (nº 307/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Bar-*

reiros a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreiros, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 697, de 2004 (nº 319/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cidade Cidadã Santafessulense, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2004 (nº 323/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Educacional e Ambiental de Coari a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coari, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 700, de 2004 (nº 331/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ji-Paranaense – Ascojipa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 703, de 2004 (nº 346/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Indaiá – Amori a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bertioga, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 706, de 2004 (nº 514/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 707, de 2004 (nº 592/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Linhares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 708, de 2004 (nº 725/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Regional de*

Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guararapes, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 710, de 2004 (nº 836/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Andradina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andradina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 711, de 2004 (nº 914/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Birigüí, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 713, de 2004 (nº 2.321/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação do Município de Upanema – RN a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 714, de 2004 (nº 2.592/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Assistência Social Comunitária – Ascom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 715, de 2004 (nº 2.775/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Giruá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 716, de 2004 (nº 2.782/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – GO – Aprodem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Padre Bernardo, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 718, de 2004 (nº 336/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova*

o ato que autoriza a Associação Comunitária Matele de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 719, de 2004 (nº 350/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pedrense de Eventos Comunitários – Apec a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2004 (nº 351/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário das Campinas – Macaíba/Rio Grande do Norte – ADCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2004 (nº 358/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de São Manoel – Ascosam a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Correntina, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 722, de 2004 (nº 363/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Capixaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 724, de 2004 (nº 368/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Voz da Liberdade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Codó, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 725, de 2004 (nº 373/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Comunidade São Sebastião de Amparo Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Caí, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 726, de 2004 (nº 382/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esportiva, Cultural e do Meio Ambiente dos Amigos de São Francisco do Brejão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Brejão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 727, de 2004 (nº 386/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Eldorado de Lagarto Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagarto, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 728, de 2004 (nº 387/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Castro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Castro, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 729, de 2004 (nº 388/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Ubiratã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 730, de 2004 (nº 389/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Manchete Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brasília, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 731, de 2004 (nº 391/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Quaraí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 732, de 2004 (nº 416/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para Integração Cultural e Desenvolvimento de Santo Antônio de Posse – ACICDSAP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio de Posse, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 734, de 2004 (nº 423/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações de Colina a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Colina, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 735, de 2004 (nº 424/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Roxa, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2004 (nº 441/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Jucati a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jucati, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 741, de 2004 (nº 445/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educacional e Cultural de Abreu e Lima - Acecal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abreu e Lima, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2004 (nº 451/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Centro Comunitário José Batalha de Góis – CECBGOIS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Cristóvão, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 749, de 2004 (nº 3.040/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Caiçara – Adecoc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiçara, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2004 (nº 3.053/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Comunicações Cone Sul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jarú, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)**Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 763, de 2004** (nº 3.253/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Educativa Verde Amazônia – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 768, de 2004** (nº 61/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Teixeira de Freitas, Estado da Bahia.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 769, de 2004** (nº 73/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Cristal de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 771, de 2004** (nº 90/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sepé Tiaraju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 779, de 2004** (nº 142/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade FM de Tubarão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 789, de 2004** (nº 176/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Condoreense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 796, de 2004** (nº 205/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Televisão Diamante Ltda.**para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 801, de 2004** (nº 213/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação “Jovens” da Comunidade de Sítio Novo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sítio Novo, Estado do Maranhão.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 804, de 2004** (nº 229/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Floresta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tucuruí, Estado do Pará.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 805, de 2004** (nº 230/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Jales Sociedade Limitada para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jales, Estado de São Paulo.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 808, de 2004** (nº 233/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Curitiba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 811, de 2004** (nº 244/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sobral – Sociedade Butiaense de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Butiá, Estado do Rio Grande do Sul.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 822, de 2004** (nº 3.257/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Palmarense Rádio Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.***(Decisão terminativa na Comissão de Educação)****Sessão:** 10.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 829, de 2004** (nº 321/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Anawin*

a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 830, de 2004 (nº 325/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária ABV FM de Alto Boa Vista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 831, de 2004 (nº 327/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Jampruca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jampruca, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 832, de 2004 (nº 328/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, Rádio Anchieta, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pouso Alto, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 841, de 2004 (nº 413/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão da Sociedade Rádio Fumacense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2004 (nº 210/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Município de Nova Guarita do Estado de Mato Grosso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2004 (nº 254/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM Cláudia - ACR-FM-Cláudia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso.*

(Decisão terminativa na Comissão de Educação)

Sessão: 10.11.2004

Projeto de Resolução nº 55, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Internacional do Café e dá outras providências.*

Sessão: 11.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 696, de 2004 (nº 309/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Abrigo Luz do Amanhã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2004 (nº 433/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caçador Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 759, de 2004 (nº 3.168/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2004 (nº 3.229/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicações (Rádio Comunitária Paraíso FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Santa, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 761, de 2004 (nº 3.233/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultura Cem a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 762, de 2004 (nº 3.234/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Jaime Henrique Eugênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Milagres, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 764, de 2004 (nº 3.255/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Taperoense*

– *Ascomtap a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taperoá, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 765, de 2004 (nº 3.256/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cidadania Echaporã – ACE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Echaporã, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 773, de 2004 (nº 99/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Turvo, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 774, de 2004 (nº 106/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Emissoras Reunidas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 778, de 2004 (nº 139/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Assis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 780, de 2004 (nº 156/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à San Marino Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ampère, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 783, de 2004 (nº 169/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Rádio Digital FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ilha Solteira, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 784, de 2004 (nº 182/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o*

ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Equatorial Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 785, de 2004 (nº 184/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Liberdade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 787, de 2004 (nº 159/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Vista Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2004 (nº 165/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e Televisão Rotioner Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Icaraíma, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 800, de 2004 (nº 212/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 802, de 2004 (nº 215/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária Açurema “FM” de Itaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Itaíba, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2004 (nº 231/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Movimentos Populares de Córrego Danta – AMPCD a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Córrego Danta, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 809, de 2004 (nº 235/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de São José dos Campos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 810, de 2004 (nº 237/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade de Ação Comunitária Canaã – SACC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Marias, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 812, de 2004 (nº 246/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Padre Kolbe de Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mauá, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 817, de 2004 (nº 258/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acesm – Associação Comunitária de Educação e Saúde do Mondubim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 823, de 2004 (nº 398/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural pela Democratização dos Meios de Comunicação do Contestado a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2004 (nº 399/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Amigos de Santa Cruz da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz da Conceição, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2004 (nº 402/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de ra-*

diodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Antonina, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 826, de 2004 (nº 403/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Araranguá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 827, de 2004 (nº 407/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Betel FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 828, de 2004 (nº 317/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Russas, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 835, de 2004 (nº 341/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Rainha da Paz a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Illicínea, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 836, de 2004 (nº 344/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Nova Laranjeiras de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 837, de 2004 (nº 361/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 842, de 2004 (nº 938/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o*

ato que outorga permissão à Fundação Mater Dei para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vigia, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 848, de 2004 (nº 260/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Televisão Mirante Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 849, de 2004 (nº 274/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária de Capão da Canoa - ARCCC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 851, de 2004 (nº 282/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cidade de Corupá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gravatal, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 852, de 2004 (nº 303/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal FM Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2004 (nº 316/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Real - Cafelândia FM Ltda. - ME. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Rio Pardo, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 854, de 2004 (nº 372/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária Yper FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iperó, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 855, de 2004 (nº 539/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova*

o ato que outorga permissão à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 856, de 2004 (nº 677/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Shalon a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2004 (nº 3.216/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Passira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passira, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 858, de 2004 (nº 1.792/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Recreativa dos Bairros: Urbis, Planalto e Santo Antônio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catu, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 859, de 2004 (nº 1.822/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Assistencial Rio de Contas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jequié, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2004 (nº 1.868/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Cultura FM de Araci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araci, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 861, de 2004 (nº 2.387/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente – Adema a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 862, de 2004 (nº 390/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova*

o ato que renova a concessão da Radiodifusora Asa Branca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Boa Viagem, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 863, de 2004 (nº 392/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV Coligadas de Santa Catarina S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2004 (nº 394/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora São Francisco Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2004 (nº 397/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Salto Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 868, de 2004 (nº 442/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Rádio Comunitária e Cultural de Verdejante – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdejante, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 869, de 2004 (nº 443/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária Herotildes Pereira de Lira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2004 (nº 444/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bezerras, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 872, de 2004 (nº 454/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Pinhalzinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 874, de 2004 (nº 457/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação de Lebon Régis – Adecol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 876, de 2004 (nº 459/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Organização Não Governamental Porão do Rock - Ong Porão do Rock a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 877, de 2004 (nº 460/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cândido de Abreu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 878, de 2004 (nº 405/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusão Sul Riograndense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 880, de 2004 (nº 463/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de São Francisco do Pará – Arcosfa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Pará, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 881, de 2004 (nº 464/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária da Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)**Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 882, de 2004** (nº 465/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Esperança a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Açailândia, Estado do Maranhão.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 884, de 2004** (nº 468/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora das Missões Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 889, de 2004** (nº 476/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza ao Centro Social Piedadense de Comunicação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Piedade dos Gerais, Estado de Minas Gerais.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 891, de 2004** (nº 478/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Cáceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 894, de 2004** (nº 483/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação “Ancilla Donini de Amparo Social e Cristão” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caiuá, Estado de São Paulo.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 896, de 2004** (nº 488/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Atividade de Sirinhaém a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sirinhaém, Estado de Pernambuco.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 900, de 2004** (nº 680/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para executar serviço de radiodi-**usão sonora em frequência modulada na cidade de Carpina, Estado de Pernambuco.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 902, de 2004** (nº 831/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Jofeco e Comunicação para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 903, de 2004** (nº 3.148/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade de Desenvolvimento Comunitário e Social do Céu Azul – Sodescca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valparaíso de Goiás, Estado de Goiás.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 905, de 2004** (nº 3.191/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Centro - Asdecobac a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Izabel do Pará, Estado do Pará.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 908, de 2004** (nº 475/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Show de Igarapava Ltda. para explorar serviço de radiodifusão radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Igarapava, Estado de São Paulo.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 909, de 2004** (nº 280/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária do Bairro do Zumbi – PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 910, de 2004** (nº 294/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Ibiranga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itambé, Estado de Pernambuco.***(Decisão terminativa da Comissão de Educação)****Sessão:** 12.11.2004**Projeto de Decreto Legislativo nº 913, de 2004** (nº 354/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato*

que autoriza a Associação de Pescadores São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Rico do Maranhão, Estado do Maranhão.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 915, de 2004 (nº 359/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária - Rádio do Povo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 917, de 2004 (nº 371/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Golfinho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbé, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 918, de 2004 (nº 376/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Tijuco para o Desenvolvimento da Cultura, Educação, Esporte e Ação Comunitária para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 919, de 2004 (nº 385/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Atalaia de Maringá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

Projeto de Resolução nº 38, de 2004, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a União a executar Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior e dá outras providências.

Sessão: 16.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 1998 (nº 604/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a empresa jornalística O Povo S.A., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2004 (nº 3.072/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Ibipeba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibipeba, Estado da Bahia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2004 (nº 2.825/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sesal – Comunicação e Informática Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 547, de 2004 (nº 134/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Champagnat para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2004 (nº 111/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Querência FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2004 (nº 3.147/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto Educacional e Assistencial Santina Caroca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Espinharas, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 615, de 2004 (nº 214/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora de Francisco Beltrão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 686, de 2004 (nº 183/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Carioca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2004 (nº 267/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada/Coronel João Sá - BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel João Sá, Estado da Bahia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 692, de 2004 (nº 285/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 699, de 2004 (nº 330/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária Cultural do Jardim das Palmeiras-Sumaré a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 701, de 2004 (nº 332/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV Stúdios de Jaú S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Jaú, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 702, de 2004 (nº 339/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Antônio Vidal de Oliveira a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quixeré, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 704, de 2004 (nº 347/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Alto do Bode a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senador Pompeu, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 709, de 2004 (nº 834/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Som Três Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 712, de 2004 (nº 16/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Olinda a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Olinda, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 717, de 2004 (nº 296/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Campos Difusora Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 737, de 2004 (nº 436/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Independente de Barretos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 738, de 2004 (nº 438/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa de Rádio e Televisão Lanhoso de Lima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Botucatu, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 739, de 2004 (nº 439/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural Lucykeiser para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 742, de 2004 (nº 446/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Educativa e de Radiodifusão de Cabeceiras – GO - Acerc a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabeceiras, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 743, de 2004 (nº 448/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho a ex-*

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Crato, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 746, de 2004 (nº 455/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Pro-Criança e Adolescente de Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Horizonte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 747, de 2004 (nº 686/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Vale do Cariri Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 748, de 2004 (nº 2.864/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Brasília Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brasília, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 753, de 2004 (nº 3.090/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à FH Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixerê, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2004 (nº 3.140/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão de Samambaia – DF (Nascente FM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Samambaia, Distrito Federal.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 756, de 2004 (nº 3.152/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Nova Trento a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 758, de 2004 (nº 3.177/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Ererê*

– AME a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ererê, Estado do Ceará.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000 (nº 96/92, na Câmara dos Deputados), que *introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.*

Sessão: 17.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 681, de 2004 (nº 1.058/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Rádio e TV Schappo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 24.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2004 (nº 3.160/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Godofredo Viana – Arcogov a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Godofredo Viana, Estado do Maranhão.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2004 (nº 53/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Blumenau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2004

Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2004 (nº 281/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Tiros - ABCCT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiros, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 30.11.2004

IV - REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

De iniciativa do Senado Federal 8

Total 8

Requerimento nº 520, de 2004, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Grupo RBS, pela passagem de seu aniversário em 1º de maio de 2004, e ao Jornal Zero Hora, pelos seus 40 anos, no dia 4 de maio de 2004.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 629, de 2004, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando voto de aplauso ao Superintendente-Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, Doutor*

João Paulo dos Reis Velloso, pela realização do XVI Fórum Nacional Sobre Economia do Conhecimento, Crescimento Sustentado e Inclusão Social.

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 631, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela inauguração, em São Paulo, no dia 22 de maio de 2004, do Instituto Fernando Henrique Cardoso.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 681, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à revista Época, pelo transcurso do 6º aniversário de sua criação.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 1.171, de 2004, da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso à iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, pela campanha “Voto não tem preço, tem consequência”, contra a corrupção eleitoral.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 1.206, de 2004, do Senador Arthur Virgílio e outros Senadores, *solicitando voto de aplauso ao editor William Bonner, do Jornal Nacional, ganhador do “Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo”, como destaque em sua categoria.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 1.259, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, ganhadora do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.*

Sessão: 23.10.2004

Requerimento nº 1.260, de 2004, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao colunista Ancelmo Gois, do jornal O Globo, ganhador do “Prêmio Comunique-se de Jornalismo”, edição de 2004.*

Sessão: 23.10.2004

V – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal 15

Total 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1995, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que *altera dispositivos da Constituição Federal (altera critérios de nomeação para Ministros do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais).*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Althoff, que *acrescenta parágrafos aos artigos 27 e 168 e altera os artigos 28 e 29 da Constituição Federal, que tratam de relações jurídico- orçamentárias entre os poderes dos Estados,*

do Distrito Federal e dos Municípios.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1999, de autoria do Senador Ademir Andrade, que *altera o artigo 101 da Constituição Federal e dá outras providências (acrescenta parágrafo 2º (segundo) ao citado artigo: ‘as nomeações a que se refere o parágrafo 1º (primeiro) deste artigo obedecerão a critério de alternâncias entres sexos, de modo que não ocorram mais de duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo’).*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 1999, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que *altera a redação do parágrafo 1º do art. 99 e o art. 168 da Constituição Federal, a fim de estabelecer, para os poderes e órgãos que especifica, limites nas dotações das respectivas propostas orçamentárias.*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo único ao artigo 98 da Constituição Federal.* (Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que *acrescenta parágrafo ao artigo 109 da Constituição Federal, para atribuir ao superior tribunal de justiça a iniciativa de lei sobre a criação de varas da justiça especializadas em processar e julgar os crimes financeiros.*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1999, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *altera o art. 114 da Constituição Federal, para indicar as partes que têm legitimidade para instaurar dissídio coletivo e as hipóteses em que pode ocorrer.*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 1999, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que *acrescenta inciso ao artigo 93 da Constituição Federal para estabelecer princípio relativo à composição dos Tribunais Superiores.*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à

Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera a alínea a do inciso I do artigo 96 da Constituição Federal para determinar eleições diretas para os órgãos diretivos dos tribunais*

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta parágrafo ao artigo 18 da Constituição Federal e dá nova redação ao artigo 132 da Constituição Federal*.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 81, de 1999, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *altera a competência do Superior Tribunal de Justiça*.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 92, de 1999, de autoria do Senador Paulo Souto, que *acrescenta alínea ao inciso I do artigo 102 da Constituição para conferir ao Supremo Tribunal Federal competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízos de direito, juízes federais, desembargadores e membros dos Tribunais Regionais Federais*.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2000, de autoria do Senador José Roberto Arruda, que *dispõe sobre o recesso parlamentar e as férias forenses coletivas*.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 2000, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que *altera o § 1º do artigo 128 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que a escolha do candidato ao cargo de Procurador-Geral da República será feita mediante processo eletivo*.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2001, de autoria do Senador João Alberto Souza, que *altera o artigo 128 da Constituição para determinar a indicação do Procurador-Geral da República dentre os integrantes*

de lista triplíce escolhida pelos membros do Ministério Público Federal, mediante eleição.

(Em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2000, com a qual tramitava)

Sessão: 17.11.2004

VI – MATÉRIA REJEITADA

De iniciativa do Senado Federal 1

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2002, de autoria do Senador Luiz Pastore, que *insere no art. 3º, inciso I, da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, a alínea “d”, para estimular a participação de artistas plásticos locais e regionais, nas atividades voltadas aos alunos do ensino básico, em escolas sem fins lucrativos*.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 12.11.2004

VII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

De iniciativa do Senado Federal 2

De iniciativa do Presidente da República 1

Total 3

Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que *regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para estabelecer representação federativa e eleições diretas no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.376, de 2004)

Sessão: 11.11.2004

Projeto de Lei do Senado nº 653, de 1999, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que *dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para redefinir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem*.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.377, de 2004)

Sessão: 11.11.2004

Mensagem nº 209, de 2003 (nº 525/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *Fernando Antônio da Câmara Freire* para exercer o cargo de Diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

(Retirado pela Mensagem nº 92, de 2004 - nº 365/2004, na origem)

Sessão: 16.11.2004

VIII - OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal 51

Total 51

Requerimento nº 1.335, de 2004, de autoria do Senador

Luiz Otávio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Sérgio Luiz Almeida Maneschy, Presidente do Iterpa, Instituto de Terras do Estado do Pará.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.336, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, vítima de assassinato, do sertanista Apoena Meireles.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.337, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Mário Miguel Nichola Garófalo, pioneiro da imprensa em Brasília e fundador da Brasília Super Rádio FM.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.342, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao SEST/SENAT do Amazonas, pela iniciativa de promover, em seu Teatro de Manaus, a representação de peças teatrais de cunho sociológico, enfocando a realidade mundial em grupos de idosos e de crianças.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.343, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas pelo transcurso de seu 95º aniversário de fundação.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.344, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso aos vencedores da primeira versão do Prêmio Marcantonio Vilaça, de Artes Plásticas.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.348, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Projeto Bodozal, pelo seu sexto ano de funcionamento na Escola Municipal Terezinha Moura, no bairro Compensa, em Manaus.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.349, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET, pela sua elevação à categoria de estabelecimento de ensino superior.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.351, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Sinval Gonçalves, ex-presidente da Empresa Amazonense de Turismo – EMANTUR e da Seção do Amazonas da ABAV.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.353, de 2004, de autoria da Senadora Roseana Sarney, *solicitando voto de aplauso pela passagem dos 80 anos do jornalista, escritor e*

poeta, radicado no Maranhão, José Chagas.

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.354, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso ao Ministro da Cultura Gilberto Gil, agraciado com o prêmio Polar Music, concedido pela Real Academia Sueca de Música.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.364, de 2004, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso a Márcio Moreira Alves pelo prêmio recebido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.365, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais Dr. José Ferraz da Silva.*

Sessão: 3.11.2004

Requerimento nº 1.366, de 2004, de autoria do Senador Efraim Morais, *solicitando voto de congratulações ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba.*

Sessão: 4.11.2004

Requerimento nº 1.371, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, *solicitando voto de aplauso à equipe do Globo Repórter.*

Sessão: 4.11.2004

Requerimento nº 1.379, de 2004, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marinha da Silva Mota.*

Sessão: 9.11.2004

Requerimento nº 1.387, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de louvor e aplauso ao eminente Juiz Siro Darlan que tanto tem dignificado a magistratura do Estado do Rio de Janeiro, à frente do Juizado da Infância e da Juventude, agora promovido, merecidamente, a Desembargador do Tribunal de Justiça daquele Estado.*

Sessão: 10.11.2004

Requerimento nº 1.394, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.*

Sessão: 11.11.2004

Requerimento nº 1.395, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.*

Sessão: 11.11.2004

Requerimento nº 1.396, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de pesar pelo*

falecimento do Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat.

Sessão: 11.11.2004

Requerimento nº 1.420, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Técnico em Química, Eugênio Carlos Ferrão, vencedor da 2ª edição da Feira Catarinense de Inventores.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.421, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao empresário Paulo Skaf, por sua posse na presidência da FIESP.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.422, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Cooperativa de Trabalho Médico UNIMED, de Manaus, pela iniciativa de edição da Revista Mais Vida, já em seu segundo número, com reportagens e artigos de interesse cultural e de divulgação de fatos, feitos e coisas da Amazônia.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.423, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Sr. Emiliano Pereira Botelho, agraciado com a Medalha “Kyokujitsu Chûjyshô”.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.424, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do menino Lucas Vezzano, em acidente na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.425, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao menino Lucas Vezzano, por sua coragem em ajudar seus colegas de afogamento, em acidente na cidade de Erechim, Rio Grande do Sul.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.426, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Empresa Vivax, do Amazonas, pelo implantação do sistema Voice Internet IP.*

Sessão: 16.11.2004

Requerimento nº 1.433, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Pedro Gama Filho, ocorrido no dia 15 do corrente, na Cidade do Rio de Janeiro.*

Sessão: 17.11.2004

Requerimento nº 1.440, de 2004, de autoria do Senador Efraim Moraes, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Ex-Deputado Estadual e Ex-Presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba Egídio Silva Madruga.*

Sessão: 18.11.2004

Requerimento nº 1.445, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do cartunista Mauro Borja Lopes, o Borjalo, ocorrido no dia 18 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 18.11.2004

Requerimento nº 1.449, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando voto de pesar pelo falecimento, dia 20 do corrente, na cidade Rio de Janeiro, do economista, pensador social e acadêmico Celso Furtado.*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.450, de 2004, de autoria dos Senadores José Sarney e Tião Viana, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Conselheiro da República, ex-Ministro, Professor, Doutor em Economia e Acadêmico Celso Furtado, ocorrido no último dia 20, na cidade do Rio de Janeiro*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.451, de 2004, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.452, de 2004, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar, bem como seja observado um minuto de silêncio, pela morte do grande economista brasileiro Celso Furtado.*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.453, de 2004, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do economista e professor Celso Furtado, ocorrido no dia 20 de novembro, aos 84 anos, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.454, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Guerra, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Celso Furtado.*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.455, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista Celso Furtado, ocorrido no dia 20 de novembro, no Rio de Janeiro.*

Sessão: 22.11.2004

Requerimento nº 1.460, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do economista, acadêmico e ex-Ministro Celso Furtado, ocorrido no dia 20 de novembro.*

Sessão: 23.11.2004

Requerimento nº 1.468, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao São Raimundo Esporte Clube, de Manaus, pelo transcurso de seu 86º aniversário de fundação.*

Sessão: 24.11.2004

Requerimento nº 1.474, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao brasileiro Miguel Nicolelis, um dos 50 pesquisadores mais destacados de 2004.*

Sessão: 25.11.2004

Requerimento nº 1.482, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de louvor ao Sr. Doreni Caramori Júnior, eleito, no dia 26 de novembro de 2004, presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.487, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao futebolista brasileiro Kaká, por ter sido escolhido pela ONU para ser Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.488, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Jerusa de Souza Andrade, do Amazonas, contemplada com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Agregação de valor e conservação das matérias primas regionais”, Categoria Econômica/Tecnológica.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.489, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a João Tito Borges, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Água Limpa para Pequenas Comunidades da Amazônia”, Categoria Social.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.490, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Geraldo Lira de Souza, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Jovem Marceneiro”, Categoria Social.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.491, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Suani Teixeira Coelho, de São Paulo, contemplada com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Ambiental de 2004, pelo trabalho “Comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na Região Norte”, Categoria Ambiental.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.492, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Juan David Revilla Cardenas, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, pelo trabalho “Qualidade de produtores rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinada a insumos de fitoterápicos*

e fiticosméticos”, Categoria Social de 2004.

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.493, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de Portela e Jesuete Pacheco Brandão, do Amazonas, contemplados com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria Ambiental de 2004, concorrendo com o trabalho “Sistemas Agroflorestais e Turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã Mirim: Comunidade Agrícola de Tarumã-Açu”, Categoria Ambiental.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.494, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Décio Ferreira de Oliveira, do Rio de Janeiro, contemplado com o Prêmio Professor Samuel Benchimol, Categoria ambiental de 2004, concorrendo com o “Projeto Experimental para Compostagem”, Categoria Ambiental.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.495, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Alfredo Kingo Oyama Homma, do Pará, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”, Categoria Econômica/Tecnológica.*

Sessão: 30.11.2004

Requerimento nº 1.496, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso a Nilson Luiz de Aguiar Carvalho, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro no Amazonas”, Categoria Econômica/Tecnológica.*

Sessão: 30.11.2004

IX - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA Total 9

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de novembro de 2004, a vigência da Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, que institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências.

(publicado no Diário Oficial da União de 08.11.2004, seção I)

Ato – Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 13 de novembro de 2004, a vigência da Medida

2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

1 – POR DECISÃO DO PLENÁRIO

1.1 - PROPOSIÇÕES DO SENADO

1.2 – PROPOSIÇÕES DA CÂMARA

2 – POR DECISÃO TERMINATIVA

2.1 - PROPOSIÇÕES DO SENADO

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

IV - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

1 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

2 – PROJETOS DE RESOLUÇÃO

3 – CONCESSÕES DE TELECOMUNICAÇÕES

V – VOTOS DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO

VI – MATÉRIAS PREJUDICADAS

VII– MATÉRIAS REJEITADAS

VIII – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

IX – MEDIDA PROVISÓRIA INADMITIDA

X – PERDA DE EFICÁCIA

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 19 DE JANEIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2004

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS pelo senado federal na 3ª sessão legislativa EXTRAordinária e na 2ª sessão legislativa ordinária DA 52ª legislatura (19 DE JANEIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2004)

Deliberativas Ordinárias 79

Não Deliberativas 97

Deliberativas Extraordinárias 15

Especial 1

Total 192

* Reuniões 9

MATÉRIAS APROVADAS 1364

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS

1 – APROVADAS, NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO APRESENTADO PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS, E ENVIADAS À SANÇÃO

2 – APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

3 – APROVADAS COM ALTERAÇÕES E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

4 – APROVADA NA FORMA DE MEDIDA PROVISÓRIA E DEVOLVIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO

III – PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

1 - EM DECISÃO TERMINATIVA

1.1 PROJETOS DE LEI DO SENADO FEDERAL

2 - POR DECISÃO DE PLENÁRIO

2.1 - DO SENADO FEDERAL

2.2 – DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

IV - PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

1 - CONCESSÕES DE TELECOMUNICAÇÕES

2 - ACORDOS INTERNACIONAIS

3 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

4 – CRIAÇÃO DE GRUPO PARLAMENTAR

5 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

6 – OUTROS

V – MENSAGENS RELATIVAS À ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADE

VII – VOTOS DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

VIII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS

IX – REQUERIMENTOS DE TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DO SENADO

X – REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO

XI - MATÉRIAS PREJUDICADAS

XII - MATÉRIAS REJEITADAS

XIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

XIV – MEDIDAS PROVISÓRIAS INADMITIDAS

XV – MEDIDA PROVISÓRIA COM PERDA DE EFICÁCIA

TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA

REQUERIMENTOS DE CRIAÇÃO DE CPI DEFERIDOS

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney	S/Partido	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Luis Pontes	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscocccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
AELTON FREITAS			
Parecer nº 1.782, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.060, de 2004, (nº 1.207/2004 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural de Monte Belo, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Monte Belo, Estado de Minas Gerais.	3	Parecer nº 1.815, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.274, de 2004, ao Ministro de Estado da Fazenda.	25
Comenta a respeito do aumento de investimentos federais na malha rodoviária do Estado de Minas Gerais para o ano de 2005.	223	Parecer nº 1.818, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.285, de 2004, que requer sejam solicitados ao Ministro de Estado e do Planejamento, Orçamento e Gestão documentos e informações sobre a transferência, ao domínio do Estado de Roraima, de terras pertencentes à União, conforme dispõe a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.....	28
ALBERTO SILVA			
Parecer nº 1.783, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 762, de 2004.....	7	Parecer nº 1.831, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.373, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde.....	36
Parecer nº 1.790, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.165, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações a respeito do desempenho da Petrobrás no primeiro semestre de 2004.....	11	Comenta histórico da formação do PMDB...	113
Parecer nº 1.803, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.212, de 2004, em que o Senador Arthur Virgílio solicita informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre notícia veiculada pela revista Istoé.	17	Realiza leitura de artigo de autoria da cientista política Lúcia Hipólito, a respeito do PMDB.....	113
Parecer nº 1.806, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.234, de 2004, que requer ao Senhor Ministro da Fazenda informações complementares às respostas dadas ao Requerimento nº 180, de 2004, relativo às liquidações extrajudiciais efetuadas pelo Banco Central do Brasil.....	19	Trata da necessidade de recuperação de nossas rodovias.....	113
ALMEIDA LIMA			
		Congratula-se com o poder Judiciário, pela concessão, pelo Ministério Público, de liminar contra o Projeto de Lei do Governo Federal de transposição do Rio São Francisco.....	343
ALOÍZIO MERCADANTE			
		Analisa as declarações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o governo.....	306
		Projeto de Lei do Senado nº 346, de 2004, que acrescenta incisos VII e VIII ao art. 1º da Lei nº 7.357, de 2 de setembro de 1985 (Lei do Cheque), para dispor sobre o conteúdo ao cheque.	316
		Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda hu-	

	Pág.		Pág.
manitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. ...	330	das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (CNPJ 007.630.060/0001-10).	293
Elogia o Presidente do Senado por seu sentimento de humanidade, solidariedade e apoio no que diz respeito à tragédia ocorrida no Paraguai..	338	Cobra uma ação do governo no que diz respeito à reforma das Universidades Públicas. Aparte ao Senador Mão Santa.	296
ÁLVARO DIAS		Faz comentários à entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso com críticas ao atual governo.	303
Comenta o discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti, que trata sobre a questão federativa e a importância dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.	39	Faz críticas ao discurso do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, proferido no primeiro Encontro de Prefeitos Eleitos do PT.	303
Questiona a veracidade da Cide. Aparte ao Senador Mão Santa.	101	Requerimento nº 1.486, de 2004, que nos termos do art. 70, combinado com o inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais do art. 215 do RISF, requer-se que seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, em caráter de urgência, inspeção nos convênios celebrados entre a União, por meio de seus diversos ministérios e autarquias, e as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/0001-57), CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CNPJ 68.342.435/0001-58) e ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (CNPJ 007.630.060/001-10), no período de 1998 até a presente data.	313
Comenta a incapacidade do Governo Lula de gerenciar os recursos públicos em prol da sociedade brasileira.	106	Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. ...	329
Critica o fato de não haver acordo entre a Câmara e o Senado no que tange à apreciação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	110	ANA JÚLIA CAREPA	
Faz considerações a respeito do salário mínimo. Aparte ao Senador Paulo Paim.	110	Requerimento nº 1.485, de 2004, que nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, V, do RISF, requer urgência para a MSF nº 187, de 2004, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América,) entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD e a Prefeitura de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana Ambiental da Bacia do Rio Betim”.	312
Comenta a postura eleitoreira do governo que resultou num prejuízo para a Petrobrás. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	118		
Tece considerações acerca do artigo intitulado “Final do ano”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal Folha de S.Paulo, edição de 23 de novembro de 2004.	191		
Comenta o acordo quebrado pela Câmara a respeito da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	210		
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa.	225		
Homenageia o jurista paranaense, Professor René Dotti, que assume a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal.	237		
Requerimento nº 1.481, de 2004, que nos termos do art. 50, § 2º combinado com o art. 70 da Constituição Federal, bem como em consonância com os estritos termos das normas do art. 215, I, a; 216, § 1º e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requer-se que sejam prestadas pelo Exmº Sr Ministro do Trabalho e Emprego informações sobre os convênios celebrados, no período de 1998 até a presente data (30/11/2004), pelo Ministério que comanda a suas autarquias, inclusive no que se refere aos recursos do FAT, com as pessoas jurídicas de direito privado denominadas ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/001-57), CONCRAB – Confederação			

	Pág.		Pág.
Discute o ressarcimento aos Estados de recursos do Fundo de Compensação das Exportações, bem como da questão dos incentivos fiscais.	357	so sobre os rumos do governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	311
ANTERO PAES DE BARROS		Questiona o crescimento da economia brasileira.....	311
Critica o atual Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	349	Requerimento nº 1.487, de 2004, que requer voto de aplauso ao atleta brasileiro Kaká, meia do Milan, escolhido pela ONU para ser Embaixador contra a Fome, no Programa Alimentar Mundial. ..	313
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES		Requerimento nº 1.488, de 2004, que requer voto de aplauso a Jerusa de Souza Andrade, do Amazonas, contemplada com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Agregação de valor conservação das matérias-prima regionais”, Categoria Econômica Tecnológica.	313
Parecer nº 1.781, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003 (nº 1.365/99, na Casa de origem) de iniciativa do Presidente da República, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	1	Requerimento nº 1.489, de 2004, que requer voto de aplauso a João Tito Borges, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Água Limpa para Pequenas Comunidades da Amazônia”, Categoria Social. 314	
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. ...	326	Requerimento nº 1.490, de 2004, que requer voto de aplauso a Geraldo Lira de Souza, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Jovem Marceneiro”, Categoria Social.....	314
Comenta a manifestação do judiciário de suspender a realização de reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que discutiria o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.	341	Requerimento nº 1.491, de 2004, que requer voto de aplauso a Suani Teixeira Coelho, de São Paulo, contemplada com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Comparação entre tecnologia de gaseificação de biomassa existentes no Brasil e exterior e formação de recursos humanos na Região Norte”, Categoria Social.	314
ANTÔNIO CARLOS VALADARES		Requerimento nº 1.492, de 2004, que requer voto de aplauso a Juan David Revilla Cardenas, do Amazonas, contemplado com o prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Qualidade de produtores rurais para aproveitamento de espécies vegetais, destinados a insumos de fitoterápicos e fiticosmés-ticos”, Categoria Social.....	314
Comenta sobre a importância da aprovação do projeto de lei de revigoração do Rio São Francisco antes da implantação do projeto de transposição desse rio.	343	Requerimento nº 1.493, de 2004, que requer voto de aplauso a José Carlos Martins Brandão, Ronisley da Silva Martins, Jader Marconi de A. Portela e Jesueté Pacheco Brandão, do Amazonas, contemplados com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Sistemas Agroflorestais e Turismo como alternativa de desenvolvimento local no assentamento Tarumã Mirim: Comunidade Agrícola de Tarumã-Açu”, Categoria Ambiental.....	315
ARTHUR VIRGÍLIO		Requerimento nº 1.494, de 2004, que requer voto de Aplauso a Décio Ferreira de Oliveira, do Rio de Janeiro, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Projeto Experimental para Compostagem”, Categoria Ambiental.	315
Tece comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal.....	116		
Realiza transcrição de artigo intitulado “Começou a eleição de 2006 (3)”, de autoria do ex-Ministro Marcelo Pimentel, publicado no jornal Correio Braziliense, edição de 22 do corrente.	116		
Faz comentários a respeito de editoriais publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal.....	191		
Comenta a reportagem “Uma Empresa Chamada Minas”, publicada na revista VEJA, destacando a atuação do governador Aécio Neves.....	193		
Refuta as críticas feitas pelo líder do governo na Casa, Senador Aloizio Mercadante, aos comentários do ex-presidente Fernando Henrique Cardo-			

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 1.495, de 2004, que requer voto de aplauso a Alfredo Kingo Oyama Homma, do Pará, contemplado com o Prêmio Samuel Benchimol, pelo trabalho “Formação e manejo de bacurizeiros nativos como econômica para áreas degradadas da Amazônia”, Categoria Econômica/Tecnológica.	315	EDISON LOBÃO	
Requerimento nº 1.496, de 2004, que requer voto de aplauso a Nilson Luiz de Aguiar Carvalho, do Amazonas, contemplado com o Prêmio Sameul Benchimol, pelo trabalho “Tecnologia do pescado aplicado ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro do Amazonas”, Categoria Econômica/Tecnológica.....	316	Comenta o fato de a Cide não ser aplicada nas estradas brasileiras, afinal essa foi a finalidade para a qual foi criada. Aparte ao Senador Mão Santa.....	102
Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. ...	321	Solicita que o acordo feito entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a respeito da PEC Paralela, seja cumprida. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	209
Esclarece que somente foi à tribuna discutir uma determinada matéria por supor que não haveria votação, ou seja, que a praxe seria mantida, defendendo que a praxe deve ser mantida.....	325	Anuncia a implantação, em São Luiz do Maranhão, de usina siderúrgica para a produção de placas de aço.....	212
Realiza críticas às declarações do Senador Aloizio Mercadante.....	332	Parecer nº 1.834, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 203, de 23, de autoria do Poder Executivo, a criar a Universidade Federal de Bacabal, no Estado do Maranhão.....	271
Refuta as críticas feitas pelo líder do governo na Casa, Senador Aloizio Mercadante, aos comentários do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre os rumos do governo Luiz Inácio Lula da Silva.....	344	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	
Traz questionamentos sobre o crescimento da economia brasileira.....	344	Parecer nº 1.791, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.174, de 2004, que requer nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações sobre as Áreas de Livre Comércio de Bonfim e Paracaima no Estado de Roraima, criadas pela Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.....	12
Registra a realização, entre os dias primeiro e 4 de dezembro de 2004, da XXV Festa do Guaraná, no município de Maués/AM.....	360	Parecer nº 1.794, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.185, de 2004, que requer na forma do artigo 50, § 2 da Constituição Federal, e dos artigos 215, I a, 216, I e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa, informações sobre investimentos realizados pela Infraero ao aeroporto de Petrolina.....	13
AUGUSTO BOTELHO		Parecer nº 1.797, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.188, de 2004, da autoria do Senador Jonas Pinheiro, que requer ao Ministro de Estado da Fazenda a remessa de documento oficial expedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) à empresa Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobrás).....	14
Comunica que a equipe “A Turma da Vez”, formada por estudantes de Roraima, irá representar o Brasil na final do Desafio SEBRAE MERCOSUL..	360	Parecer nº 1.798, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.189, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado de Minas e Energia, sobre a remessa do Ofício nº 3.829/2004/GERAT; CONFINS/STN, expedido em 30 de junho de 2004, pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN à empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.....	15
CRISTOVAM BUARQUE			
Parecer nº 1.836, de 2004, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 498, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir prazo máximo para a deliberação sobre revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.....	283		

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.804, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.219, de 2004, que requer nos termos do artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50 da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro da Fazenda, informações acerca da participação da Caixa Econômica Federal no Projeto “Cidade Detran” no Piauí.....	18	Comenta sobre o trabalho executado pela vigésima segunda Unidade de Transportes e Infra-Estrutura Rondônia-Acre na recuperação das estradas daquela região.	103
Parecer nº 1.820, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.300, de 2004, que requer nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre as medidas adotadas nas execuções das liquidações das instituições financeiras.	30	GARIBALDI ALVES FILHO	
Comenta sobre a infra-estrutura do Estado do Tocantins.....	245	Questiona a decisão do Ministério Público de conceder liminar contra o projeto do Governo Federal de transposição do rio São Francisco.....	343
Homenageia o Dia do Evangélico.....	359	HÉLIO COSTA	
EFRAIM MORAIS		Registra reunião do Ministro da Fazenda com o Governador de Minas Gerais, para renegociação da dívida do Estado com a União e para discussão a respeito do pleito de ressarcimento do imposto das exportações.	298
Requerimento nº 1.477, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.	206	Comenta sobre o crescimento econômico do país no último trimestre de 2004.	298
Requerimento nº 1.478, de 2004, que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à ampliação de geração de energia elétrica no país.	206	HELOÍSA HELENA	
Requerimento nº 1.479, de 2004, (Comissão de Serviços de Infra-Estruturas; Requerimento nº 24, de 2004-CI) que requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal e com fundamento no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente, referentes à ampliação de geração de energia elétrica do país.	207	Demonstra solidariedade ao Senador Papaléo Paes, preterido em solenidade para construção de aeroporto em Macapá.	218
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa.....	227	Discute o Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004. ...	328
FÁTIMA CLEIDE		Cobranças de ajuda humanitária também aos estados nordestinos, tendo em vista o auxílio prestado pelo governo brasileiro a outros países..	340
Demonstra apoio à campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres”, iniciada em 25 de novembro de 2004.....	103	Comenta sobre reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cuja pauta é a discussão da transposição das águas do Rio São Francisco.....	342
		HERÁCLITO FORTES	
		Parecer nº 1.787, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.132, de 2004, em que o Senador Álvaro Dias solicita informações ao Secretário de Comunicação do Governo e Gestão Estratégia sobre gastos do atual Governo com publicidade.....	9
		Parecer nº 1.788, de 2004 da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.147, de 2004, relativo à solicitação de informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca de medidas de prevenção e combate à hantavirose no Amazonas, diante de notícia publicada no jornal Correio Braziliense.....	10

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.793, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.180, de 2004.....	13	de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.....	287
Parecer nº 1.805, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.224, de 2004.....	19	Requerimento nº 1.482, de 2004, que requer, nos termos caput do art 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao Sr. Doreni Caramori Júnior, eleito presidente da Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE). A CONAJE, entidade que atualmente congrega cerca de 9.000 jovens em 11 Estados do nosso país, tem o objetivo de formar novas lideranças empresariais, além de difundir valores que fortaleçam o caráter do jovem empresário.	294
Parecer nº 1.810, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.247, de 2004, para que sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à fome informações sobre o controle de frequência escolar no Programa Bolsa Família.	21	Requerimento nº 1.483, de 2004, que requer, nos termos do caput do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de louvor ao juiz Rodrigo Colaço, eleito, no dia 25 de novembro de 2004, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Atual Coordenador da Justiça Estadual da AMB, Rodrigo Colaço conquistou ampla maioria dos votos dos associados. Foi presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses por dois mandatos e tornar-se-á o segundo catarinense a presidir a AMB. O primeiro foi o atual ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr Paulo Gallotti.....	294
Parecer nº 1.812, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.251, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro Chefe da Casa Civil sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.....	22	Requerimento nº 1.484, de 2004, que requer nos termos do art. 222 do Regimento Interno, voto de louvor ao escritor e jornalista Moacir Pereira pelo lançamento do livro Novembrada na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.....	294
Parecer nº 1.813, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.252, de 2004, que solicita informações da Controladoria Geral da União sobre a utilização de assessores do Governo Federal em campanhas eleitorais.....	23	Registra transcurso de 25 anos da “Novembrada”, ato de protesto contra o regime militar levado a cabo por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti.....	299
Parecer nº 1.814, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.253, de 2004.....	24	Comenta sobre a retomada do crescimento econômico do país, através de dados estatísticos. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante.....	308
Parecer nº 1.819, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.286, de 2004, que solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Cidades sobre a aplicabilidade da exigência legal de exame psicológico complementar para os motoristas profissionais.	29		
Parecer nº 1.821, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.319, de 2004, que solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações relativas aos processos de federalização e de privatização do Banco do Estado de São Paulo.	31		
Faz críticas à excessiva edição de Medidas Provisórias.....	339	JOÃO ALBERTO SOUZA	
Comenta discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães sobre a liminar concedida pelo Ministério Público contra a implantação do projeto do Governo Federal de transposição do Rio São Francisco, por não acatar as decisões do comitê da bacia hidrográfica.....	342	Requerimento nº 1.475, de 2004, que nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgências para o Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2003.....	39
Louva a suspensão da atual sessão (30/11/2004), visto que não haveria possibilidade de votação por não haver número suficiente.....	359	Parecer nº 1.835, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 230, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 75 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1996, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, para regular o prazo de admissão temporária de embarcação estrangeira.	276
IDELI SALVATTI			
Parecer nº 1.837, de 2004, da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147,			

	Pág.		Pág.
JOÃO BATISTA MOTTA			
Protesta contra a Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST por ter tentado desmoralizar o jornal A Gazeta, que veiculou relatório da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, denunciando que os trabalhadores da empresa estão sendo expostos a produtos tóxicos.....	350	praxe deve ser mantida, logo a votação da Medida Provisória ficaria para o dia seguinte.....	327
		Elogia o discurso do Senador Arthur Virgílio no que tange à defesa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que criticou a política econômica do governo. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.	347
JOÃO CAPIBERIBE			
Anuncia a reativação do "Portal Transparência" pela Controladoria-Geral da República.....	240	Comenta que o Brasil deve investir tanto em siderurgia como em energia. Aparte ao Senador Edison Lobão.....	213
Realiza apelo para a aprovação de projeto de lei, de sua autoria, sobre transparência no trato com os recursos públicos, em tramitação na Câmara dos Deputados.	240	Avaliação da política de energia elétrica do atual governo, destacando o leilão para a venda de energia no dia 7 de dezembro de 2004.....	220
Comenta sobre a importância da realização do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Social da Amazônia Legal.....	240	Requerimento nº 1.480, de 2004, que nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requer seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado de Minas e Energia, solicitação de informações a respeito de notícias publicadas na imprensa relativas à prorrogação do contrato com a El Paso Energia do Brasil, com vistas ao suprimento da Manaus Energia S.A., controlada pela Eletronorte.	292
JOÃO RIBEIRO			
Requerimento nº 1.476, de 2004, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal sejam solicitadas ao Ministro de Justiça as informações acerca do projeto de modernização dos passaportes fornecidos pela República Federativa do Brasil.....	41	JUVÊNCIO DA FONSECA	
Fala a respeito da parceria firmada entre o governo de Tocantins e a Fundação Luterana do Brasil para a operacionalização do centro de recepção de visitantes do Parque Estadual do Cantão..	249	Parecer nº 1.838, de 2004, de Plenário, sobre a Medida Provisória nº 204, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a fornecer ajuda humanitária à República do Paraguai com a finalidade de dar suporte às vítimas do incêndio ocorrido na cidade de Assunção, em 1º de agosto de 2004.....	320
JONAS PINHEIRO			
Realiza alerta para o período de turbulência do setor de agronegócio, o que enseja uma prioridade especial.....	241	LEONEL PAVAN	
		Comenta sobre os defeitos nas obras efetuadas no Aeroporto Internacional de Navegantes. .	352
JOSÉ AGRIPINO			
Defende o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que segundo o Senador Tião Viana, somente critica o atual governo, alegando que, se assim o faz, é com o espírito de desejo do crescimento. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante.	310	MÃO SANTA	
Explicita que a opinião do Senador Ramez Tebet foi certa, por defender seus interesses e apelar para que a Medida Provisória de interesse do Centro-Oeste seja votada, porém defende que a		Comenta o discurso do Senador Mão Santa, que trata da questão federativa e da importância dos municípios. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.....	38
		Comenta sobre a precariedade das rodovias brasileiras.	100
		Comenta que o país está sem rumo e sem comando devido à má administração do Governo. Aparte ao Senador Álvaro Dias.	107
		Faz referência ao discurso do Senador Arthur Virgílio, que traz comentários a respeito de editoriais	

VIII

	Pág.		Pág.
publicados na imprensa nacional contendo críticas à atuação política do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	121	PEC Paralela, seja cumprida. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	209
Faz referência ao discurso do Senador Valdir Raupp o qual defende a reforma do sistema tributário nacional e demonstra apoio à campanha que alerta a sociedade a respeito da excessiva carga tributária no Brasil. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	189	Comenta a respeito da construção de um novo aeroporto internacional que atenda às necessidades do Estado de Macapá.	211
Comenta sobre a comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães.	224	Registra a solenidade para a assinatura da ordem de serviço do início da construção do novo aeroporto internacional em Macapá - AP.....	211
Faz referência ao discurso do Senador Álvaro Dias, o qual homenageia o jurista paranaense, Professor René Dotti, que assumiu a vice-Presidência da Associação Internacional de Direito Penal. Aparte ao Senador Álvaro Dias.....	239	Comenta que o Governo não investe nas Universidades Públicas. Aparte ao Senador Mão Santa.	297
Faz referência ao discurso do Senador Eduardo Siqueira Campos, o qual comenta sobre a infra-estrutura do Estado do Tocantins. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos.....	248	PAULO OCTÁVIO	
Reivindica a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba.....	295	Realiza homenagem pelo transcurso do Dia do Evangélico.	298
MARCELO CRIVELLA		PAULO PAIM	
Parecer nº 1.833, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que modifica os artigos 19 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que “dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal”, estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação.....	268	Parecer nº 1.784, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 845, de 2004.....	7
MOZARILDO CAVALCANTI		Parecer nº 1.789, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.164, de 2004.....	10
Comenta a respeito da questão federativa e a importância dos municípios.	37	Parecer nº 1.801, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.208, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Minas e Energia informações a respeito da construção do gasoduto que liga o Campo de Manati à cidade de Salvador.	16
Crítica o fato de não haver acordo entre a Câmara e o Senado no que tange à apreciação da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim.	111	Parecer nº 1.808, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.240, de 2004.....	20
Realiza homenagem à Polícia Militar de Roraima pelo transcurso dos seus 29 anos de criação.	113	Parecer nº 1.817, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.284, de 2004, que requer sejam solicitadas à Ministra de Estado de Minas e Energia informações referentes à anistia de dirigentes, representantes sindicais e empregados da Petrobrás.	27
Defende a atuação da Suframa e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.	228	Parecer nº 1.824, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.338, de 2004.....	33
Comenta a questão da eliminação das desigualdades regionais.....	228	Parecer nº 1.830, de 2004, da Mesa Diretora do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.368, de 2004, relativo à solicitação de informação ao Ministro de Estado da Saúde, acerca da assistência à saúde dos portadores de deficiência auditiva prestada por entidades credenciadas junto ao Sistema Único de Saúde.	35
PAPALÉO PAES		Comenta sobre o salário mínimo para o ano vindouro.	109
Solicita que o acordo feito entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, a respeito da			

	Pág.		Pág.
Comenta necessidade da votação da PEC paralela pela Câmara dos Deputados.	109	Parecer nº 1.800, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.198, de 2004.....	16
Projeto de Decreto Legislativo nº 1.125, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que susta os efeitos da Portaria nº 160, de 13 de abril de 2004, do Ministro de Estado do Emprego e Trabalho.....	205	Parecer nº 1.802, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.209, de 2004.....	17
Comenta lançamento do projeto “Cantando a Diferença”, em Gravataí - RS.....	208	Parecer nº 1.807, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.239, de 2004.....	19
Apela para que haja a votação da “Pec Paralela” pela Câmara dos Deputados.	208	Parecer nº 1.809, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.246, de 2004..	20
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa.....	226	Parecer nº 1.811, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.250, de 2004..	22
Faz considerações sobre o salário mínimo..	354	Parecer nº 1.816, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.283, de 2004..	27
Registra matéria do Jornal do Brasil sobre o Atlas Racial Brasileiro.....	354	Parecer nº 1.822, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.329, de 2004..	32
RAMEZ TEBET		Parecer nº 1.828, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.356, de 2004.....	35
Elogia o Senador Mão Santa pelo recebimento da comenda recebida por S.Exa., a medalha Ulisses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa.....	226	Parecer nº 1.829, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.358, de 2004.....	35
Apela para que a Medida Provisória de interesse do Centro-Oeste seja votada.....	324	SÉRGIO GUERRA	
ROMERO JUCÁ		Comenta o artigo intitulado “Momento especial”, de autoria do jornalista Jânio de Freitas, publicado no jornal Folha de S.Paulo, de 25 de novembro de 2004.....	190
Constata o aumento de vítimas fatais em acidente de trânsito.....	243	Parecer nº 1.832, de 2004, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 187, de 2004 (Mensagem nº 770, de 19-11-2004, na origem), do Senhor Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 24.075.000,00 (vinte e quatro milhões e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América,) entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD e a Prefeitura de Betim, Estado de Minas Gerais, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Revitalização Urbana Ambiental da Bacia do Rio Betim.....	262
Aplauda o trabalho de educação de trânsito elaborado pela prefeitura de Boa Vista - RR.	243	Questiona a conduta do Governo Federal na edição de Medidas Provisórias.....	340
Registra Relatório Anual 2003 da Previnorte Fundação de Previdência Complementar.....	249	SÉRGIO ZAMBIASI	
Trata a respeito da relevância do estudo denominado “O Sucesso da agroindústria: o que se pode aprender?” elaborado pela empresa de consultoria MB Associados, contratada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.....	361	Parecer nº 1.785, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 880, de 2004.....	8
ROMEU TUMA			
Parecer nº 1.795, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.186, de 2004.....	14		
Parecer nº 1.796, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.187, de 2004.....	14		
Parecer nº 1.799, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1197, de 2004.....	16		

	Pág.		Pág.
Parecer nº 1.786, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.128, de 2004.....	8	TIÃO VIANA	
Parecer nº 1.792, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.179, de 2004, que objetiva obter do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações “acerca das obras de reforma do Palácio da Alvorada e das adaptações na Granja do Torto”.....	12	Tece comentários a artigo da revista Veja que aponta os auspiciosos indicadores econômicos do país no ano de 2004.....	234
Parecer nº 1.823, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.334, de 2004.....	32	Faz comentários desfavoráveis ao fato de o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sempre criticar a política econômica do atual governo. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante.....	309
Parecer nº 1.825, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.339, de 2004.....	33	VALDIR RAUPP	
Parecer nº 1.826, de 2004, para instruir decisão da Mesa do Senado Federal sobre o Requerimento nº 1.340, de 2004.	34	Realiza defesa da reforma do sistema tributário nacional.	187
Parecer nº 1.827, de 2004, da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.355, de 2004.....	34	Demonstra apoio à campanha que alerta a sociedade a respeito da excessiva carga tributária no Brasil.....	187